



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1

2

3

4

5

Relatório Final

6

7

8

(versão preliminar)

9

10

11

12

16 de Abril de 2015

13

14

15

16

17

Deputado Relator: Pedro Manuel Saraiva (PSD)

18

19

20

21

22

23

24

25

26

Índice

Glossário	5
Nota de Abertura	7
1. Introdução e Enquadramento	10
2. Mandato e Trabalhos Desenvolvidos	15
2.1 Constituição e Âmbito	15
2.2 Composição e Duração dos Trabalhos	16
2.3 Reuniões Efectuadas	17
2.4 Audições e Depoimentos por Escrito	18
2.5 Documentos Solicitados e Recebidos	21
3. Apuramento dos Factos	23
3.1 Comportamento do BES e GES	23
3.1.1 A Situação da ESI	23
3.1.1.1 As Contas da ESI	25
3.1.1.2 Ocultação do Passivo	28
3.1.1.3 Outras Entidades do GES	33
3.1.2 Medidas Impostas pelo Banco de Portugal	51
3.1.2.1 Medidas do Banco de Portugal	51
3.1.2.2 Sua Implementação	53
3.1.3 A Situação do GBES	59
3.1.3.1 Contas do Primeiro Semestre de 2014	60
3.1.3.2 Provisões	67
3.1.3.3 Eurofin	68
3.1.3.4 Banco Espírito Santo Angola (BESA)	77
3.1.3.5 Gestão do BES	93
3.2 Intervenção das Empresas de Auditoria	102
3.2.1 KPMG	102
3.2.2 PwC	111
3.3 O Papel Desempenhado pelas Entidades de Supervisão	119
3.3.1 O Banco de Portugal	119
3.3.1.1 Perímetro de Supervisão	119
3.3.1.2 Reforço da Supervisão	120
3.3.1.2.1 Primeiras Auditorias Transversais e ETRICC	121
3.3.1.2.2 ETRICC 2	122
3.3.1.2.3 Trabalhos de Revisão Limitada	124
3.3.1.3 Medidas Impostas pelo Banco de Portugal	131
3.3.1.4 As Denúncias de Pedro Queiroz Pereira	144
3.3.1.5 Exposição de José Maria Ricciardi	145
3.3.1.6 Idoneidade	147
3.3.1.7 Resolução do BES	151

3.3.1.7.1 A Medida de Resolução	152
3.3.1.7.2 Razões Invocadas pelo Banco de Portugal	157
3.3.1.8 Papel Comercial	161
3.3.2 A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)	169
3.3.2.1 ESAF e Espírito Santo Liquidez	169
3.3.2.2 Supervisão da CMVM	172
3.3.2.3 Aumento de Capital do BES	175
3.3.2.4 Abuso de Informação Privilegiada	176
3.3.2.5 Averiguações da CMVM Relacionadas com a PT	178
3.3.3 O Instituto de Seguros de Portugal (ISP)	180
3.4 Intervenção do Governo	185
3.4.1 Das reuniões com Ricardo Salgado e Vítor Bento	185
3.4.2 Do Comité Nacional para a Estabilidade Financeira	191
3.4.3 Aprovação dos Decreto-Lei 114-A e 114-B/2014	192
3.4.4 Outras Perspectivas	193
3.5 Impactos sobre Contas Públicas e Economia	193
3.6 Enquadramento Legal e Regulamentar	195
3.7 Análise das Opções Disponíveis	205
3.7.1 Nacionalização	205
3.7.2 Liquidação	206
3.7.3 Recapitalização Privada	208
3.7.4 Recapitalização Pública	212
3.8 O Processo de Resolução	216
3.9 Situação Actual	218
4. Conclusões e Recomendações	229
4.1 Conclusões	234
C1) Comportamento do GBES e GES	236
C1.1 Da Exposição do GBES e Tranquilidade ao GES	241
C1.2 Das Contas e da Situação Patrimonial da ESI	256
C1.3 Do BESA	266
C1.4 Das Cartas de Conforto Emitidas em Junho de 2014	274
C1.5 Da Circularização e Recompra de Obrigações em Julho de 2014	275
C1.6 Do Aumento de Capital Social em 2014	277
C1.7 Da Exposição da Portugal Telecom ao BES e ao GES	278
C1.8 Do Segundo Trimestre de 2014	281
C1.9 Da Sobrevalorização de Activos do BES	284
C1.10 Das Fragilidades de Estrutura e Modelo de Governação do GES e do BES	285
C1.11 De Algumas Aplicações ou Operações Financeira Atípicas do BES e do GES	290
C2) Intervenção de Empresas de Auditoria	297
C3) O Papel Desempenhado pelas Entidades de Supervisão	300
C3.1 Da Intervenção do ISP	300
C3.2 Da Intervenção da CMVM	300
C3.3 Da Intervenção do Banco de Portugal	301

C3.3.1 Da Exposição dos Clientes do GBES ao GES	304
C3.3.2 Dos Conflitos e Interesses e Segregação de Funções	308
C3.3.3 Das Contas da ESI	310
C3.3.4 Do BESA	310
C3.3.5 Da Recompra de Obrigações e Emissão de Cartas de Conforto	311
C3.3.6 Do Segundo Trimestre de 2014	313
C3.3.7 Das Fragilidades de Estrutura e Modelo de Governação do GES e do BES	317
C3.3.8 Da Liderança do GBES	319
C3.3.9 Síntese Final	324
C3.4 Da Articulação entre Entidades Supervisoras	325
C4) Intervenção do Governo	327
C5) Impactos sobre Contas Públicas e Economia	330
C6) Enquadramento Legal e Regulamentar	337
C7) Análise das Opções Disponíveis	340
C7.1 Da Nacionalização	340
C7.2 Da Liquidação	340
C7.3 Da Recapitalização Privada	341
C7.4 Da Recapitalização Pública	342
C7.5 Recapitalização Pública Forçada versus Resolução	342
C8) O Processo de Resolução	344
C9) Situação Actual	348
C9.1 Do Novo Banco	349
C9.2 Do BES-BM	352
C9.3 Dos Clientes do BES	353
C9.3.1 Dos Detentores de Obrigações do BES	353
C9.3.2 Dos Detentores de Acções Preferenciais do GBES	353
C9.3.3 Dos Detentores de Papel Comercial de Empresas do GES	354
C9.3.4 Litigância e Apuramento de Responsabilidades	358
C10) Factos por Apurar	359
C11) Síntese Final	360
4.2 Recomendações	363
R1) Criação de uma Cultura de Exigência	368
R1.1 Sistema Bancário	368
R1.2 Comportamento Individual e Envolvente Social	373
R2) Remoção de Conflitos de Interesses	374
R3) Acesso, Transparência e Partilha de Informação	375
R4) Reforço da Articulação e Coordenação	377
R5) Síntese Final	379
Anexo 1 – Listagem de Documentos Solicitados pela CPI	
Anexo 2 – Composição das Administrações e Comissões Executivas das Principais Empresas do GES	
Anexo 3 – Fontes de Informação das Transcrições Expurgadas da Versão Pública do Relatório	

30

31 **Glossário**

32 Segue-se listagem das principais abreviaturas e acrónimos empregues ao longo do relatório, de
33 modo a facilitar a correspondente leitura:

ALCO	Comité de Gestão de Activos e Passivos do BES
AR	Assembleia da República
APB	Associação Portuguesa de Bancos
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
AQR	<i>Asset Quality Review</i>
BCP	Banco Comercial Português
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BES	Banco Espírito Santo
BESA	Banco Espírito Santo Angola
BES-BM	BES (Banco Mau), após Medida de Resolução
BESCL	Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa
BESI	Banco Espírito Santo de Investimento
BEST	Banco Electrónico de Serviço Total
BIC	Banco Internacional de Crédito
BPI	Banco BPI
BPN	Banco Português de Negócios
BNA	Banco Nacional de Angola
CA	Conselho de Administração
CE	Comissão Executiva
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNEF	Comité Nacional para a Estabilidade Financeira
CNSF	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
COFAP	Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRÉDIT SUISSE	Crédit Suisse International
CRD	<i>Capital Requirements Directive</i>
CRR	<i>Capital Requirements Regulation</i>
CVM	Código dos Valores Mobiliários
DAI	Departamento de Auditoria e Inspeção do BES
DFME	Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos do BES
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DL	Decreto-Lei
DPC	Departamento de Planeamento e Contabilidade do BES
DRG	Departamento de Risco Global do BES
ELA	<i>Emergency Liquidity Assistance</i>

EMTN	<i>Euro Medium Term Notes</i>
ES	Espírito Santo
ESAF	Espírito Santo Activos Financeiros
ESAT	Espírito Santo António Totta
ESFG	Espírito Santo Financial Group
ESFIL	Espírito Santo Financière
ESI	Espírito Santo International
ETRICC	Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito
FdR	Fundo de Resolução
FGD	Fundo de Garantia de Depósitos
GBES	Grupo Banco Espírito Santo
GES	Grupo Espírito Santo
ISP	Instituto de Seguros de Portugal
MEF	Ministro/a de Estado e das Finanças
NB	Novo Banco
OIP	<i>On Site Inspection</i>
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PGR	Procuradoria-Geral da República
PME	Pequenas e Médias Empresas
PT Portugal	Portugal Telecom
PT SGPS	Portugal Telecom, SGPS
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
RERT	Regime Excepcional de Regularização Tributária
RGICSF	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
ROC	Revisor Oficial de Contas
SIP	<i>Special Inspections Programme</i>
TOC	Técnico Oficial de Contas



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

Nota de Abertura

O presente relatório procura retratar fielmente os trabalhos e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo (CPI), criada através da Resolução da Assembleia da República nº 83/2014, de 19 de Setembro de 2014, cujos trabalhos se desenvolveram entre 9 de Outubro de 2014 e 29 de Abril de 2015, a eles correspondendo 292 horas de audições, repartidas pela recolha de 55 depoimentos, além da compilação de um vasto espólio documental, traduzido em largos milhares de páginas e cerca de 50 Gigabytes de informação.

Tendo em consideração a complexidade, densidade e intensidade dos assuntos abordados, bem assim como o vasto âmbito dos objectivos assumidos pela resolução que cria esta Comissão Parlamentar de Inquérito, procurou-se elaborar um relatório capaz de alcançar compromissos, nem sempre fáceis, no sentido em particular de:

- Cobrir todos os temas que são objecto de análise nos termos definidos aquando da criação da CPI, ainda que sendo apresentados de acordo com uma organização que se entende ser mais fácil em termos de leitura e entendimento dos factos relevantes;
- Garantir que se faz uma exposição que traduz para memória presente e futura tudo o que de relevante foi possível apurar, mas de forma tão sintética e resumida quanto possível;
- Centrar os conteúdos em torno de uma transmissão objectiva e apartidária dos factos apurados;
- Ajudar a explicar o sucedido, mas igualmente apontar recomendações concretas no sentido de consolidar o sistema financeiro e reduzir as probabilidades de ocorrência no futuro de situações semelhantes;
- Manter o rigor de exposição ainda que dentro de uma linguagem que se procura que seja acessível e pouco hermética;
- Tentar permitir situar o leitor dentro do guião de uma cronologia que se vai desenvolvendo ao longo do tempo, de modo a que se possam melhor situar as ocorrências e decisões tomadas à luz do momento em que tal acontece e da informação então disponível, por forma a tentar evitar potenciais enviesamentos próprios de quem revisita um filme do qual agora já se conhece em larga medida o seu desenlace, sendo por isso especialmente relevante posicionar os seus blocos de construção no corresponde contexto temporal e de dados existentes em cada instante do seu desenvolvimento;
- Assegurar que a leitura do relatório, ou isoladamente das suas conclusões, pode ser feita de modo autónomo, sem necessidade de consulta de outras secções ou documentos adicionais, disponíveis porém para quem pretenda aprofundar as suas origens ou determinados aspectos em particular;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- Privilegiar, sempre que adequado, uma apresentação esquemática, organizada por tópicos, contendo ilustrações gráficas ou tabelas, pelo modo como ajudam a resumir alguma da informação relevante;
- Respeitar nomeadamente as orientações do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, em termos de segredo de justiça e no sentido de não prejudicar quaisquer investigações judiciais em curso, o que foi tido em consideração na redacção deste relatório, nomeadamente por omissão de eventuais actos processuais que poderiam colocar em causa tal desiderato;
- Sempre que houve necessidade de transcrever depoimentos ou documentos que se encontram abrangidos pelo segredo de justiça, e nessa qualidade partilhados com a CPI, tais elementos são devidamente assinalados de forma sequencial, com indicação do seu início e fim ao longo do texto (de “sj1” a “sj7”), tendo sido expurgadas da versão do relatório que será tornada pública, com indicação em anexo (Anexo 3) das correspondentes fontes de informação;
- Efectuar arredondamentos dos valores monetários, adoptando taxas fixas de conversão cambial, de modo a facilitar a leitura e entendimento dos aspectos essenciais, com quantificação em euros, ao longo de todo o capítulo 4, mas mantendo sempre adequadas aproximações aos correspondentes valores exactos.

Os conteúdos deste relatório são fruto de um esforço colectivo, sendo de elementar justiça sublinhar e agradecer os inúmeros apoios recebidos e colaboração prestada, nomeadamente no que se refere:

- Ao modo construtivo, dedicação intensa e espírito de entreajuda assumido desde a primeira hora e consolidado ao longo do tempo entre os deputados que integraram a Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como à forma competente, sensata e eficaz como o seu Presidente conduziu os trabalhos;
- A todo o esforço desenvolvido pelos assessores dos diferentes grupos parlamentares e pelos serviços de apoio da Assembleia da República, incansáveis na transcrição de depoimentos, gestão de aspectos logísticos e de segurança, digitalização e lançamento de informação no portal da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou ainda no que se refere à transmissão televisiva dos trabalhos;
- À colaboração assegurada por todas as pessoas ou entidades que prestaram depoimentos genuínos e úteis, em nítido contraste com outros casos em que por incompetência, ignorância, amnésia selectiva ou aconselhamento jurídico se optou por uma postura defensiva e não colaborante, refugiada num aparente desconhecimento de factos da maior relevância ou protegida por diferentes tipos de segredos invocados (segredo de justiça, segredo profissional, sigilo bancário, sigilo fiscal, reserva da vida privada ou direitos conexos);



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- A todas as pessoas e entidades que procederam ao envio de documentação ou outra informação que alimentou um espólio muito valioso assim compilado, que contrasta igualmente com situações em que diferentes tipos de limitações e segredos foram empregues para resistir ao envio atempado de elementos solicitados, agravados quando por vezes tal corresponde a entidades não nacionais, ou ainda com determinados aparentes voluntarismos de contributo que depois se verificou não terem qualquer substância que os suportasse;
- Ao trabalho da comunicação social, seja em termos de fornecimento de informação relevante, seja através da ampla divulgação e análise feita das sucessivas audições, com isso ajudando a tornar público o progresso do trabalho realizado.

Este relatório, enquanto corolário de todo um esforço colectivo, denso e intenso, que se espera que tenha sido e venha a ser útil, esclarecedor e prestigiante tanto das Comissões Parlamentares de Inquérito como da actividade parlamentar, não pode deixar de reflectir uma palavra de solidariedade perante todos aqueles que foram lesados pelo colapso do GES e outra de reconhecimento para os milhares de colaboradores do BES e do GES, sem qualquer tipo de responsabilidade no ocorrido e que com a sua competência e brio profissional deram e porventura continuam a dar o seu melhor em prol das empresas que integravam o GES, incluindo uma palavra final de apreço para aqueles que agora ao serviço do Novo Banco estão e vão decerto continuar a contribuir para a garantia e melhoria da qualidade dos serviços bancários e o sucesso do sistema financeiro em Portugal.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1. Introdução e Enquadramento

Na história do sistema bancário e da economia nacional, o ano de 2014 ficará decerto marcado pelo colapso do Grupo Espírito Santo (GES), que arrastou consigo a aplicação, pela primeira vez efectuada no contexto da União Europeia a esta escala, de uma medida de resolução ao BES, o terceiro maior banco nacional, com implantação especialmente forte na concessão de crédito às PME (que tinha como clientes 89% das grandes empresas e 66% das PME nacionais), mais de 145 anos de existência, uma vasta presença nacional e internacional (traduzida em quase 800 balcões), a que correspondem mais de 2 milhões de clientes, 20% de quota de mercado e mais de 10 mil postos de trabalho, com presença, além de Portugal, em mais de vinte países muito diversificados. A marca BES era assim uma marca conceituada, com um valor estimado, enquanto tal, próximo de 1.000 milhões de euros, que assim desaparece, de modo inesperado, ao longo de 2014.

Para um cabal entendimento dos factos, importa assim conhecer, em termos gerais, a estrutura do GES, aqui resumida de forma simplificada, e o modo como o BES nela se enquadra, até porque como se verá adiante, é sobretudo a partir dos fortes problemas de financiamento sentidos no GES que decorre uma contaminação que acabaria por condicionar e penalizar fortemente o próprio BES, que era o coração, tanto afectivo como patrimonial, de todo o GES.

O complexo universo GES, em termos de uma descrição simplificada que se considera adequada para um entendimento dos conteúdos do presente relatório (Figura 1.1), compreende uma teia alargada de cerca de 300 empresas, com actividades em quase 50 países, a que correspondeu a geração de cerca de 30 mil postos de trabalho, podendo de forma simplificada a sua arquitectura resumir-se em três principais blocos: i) cúpula do grupo, através de empresas que são essencialmente holdings não operacionais, controladas pelos cinco ramos da Família Espírito Santo (ES Control e ESI, com sede no Luxemburgo); ii) ramo não financeiro, enquadrado até final de 2013 essencialmente numa outra holding (Rioforte, com sede no Luxemburgo), mas onde se incluem ainda a Espírito Santo Resources (com sede nas Bahamas), e suas participadas, bem como a OPWAY, através do qual são desenvolvidas actividades em domínios tão diversos como saúde, turismo, promoção e gestão imobiliária, construção, agricultura e pecuária, indústria, exploração mineira e energia; iii) ramo financeiro, articulado também através de uma holding (ESFG, com sede no Luxemburgo), onde se enquadram as actividades bancária, seguradora e financeira, englobando-se aqui o GBES e dentro deste o próprio BES, sendo este último o coração de todo o GES, onde representa a parte predominante da ESFG, que por sua vez corresponde em termos de indicadores também à parte mais substancial do GES (em volumes de activos, no final de 2013, as contas consolidadas do BES apresentavam um valor de 80.608 milhões de euros, que equivalem a 95% do valor consolidado dos activos da ESFG, cifrado em 84.850 milhões de euros à mesma data, face a um valor análogo para a Rioforte de apenas 4.350 milhões de euros).

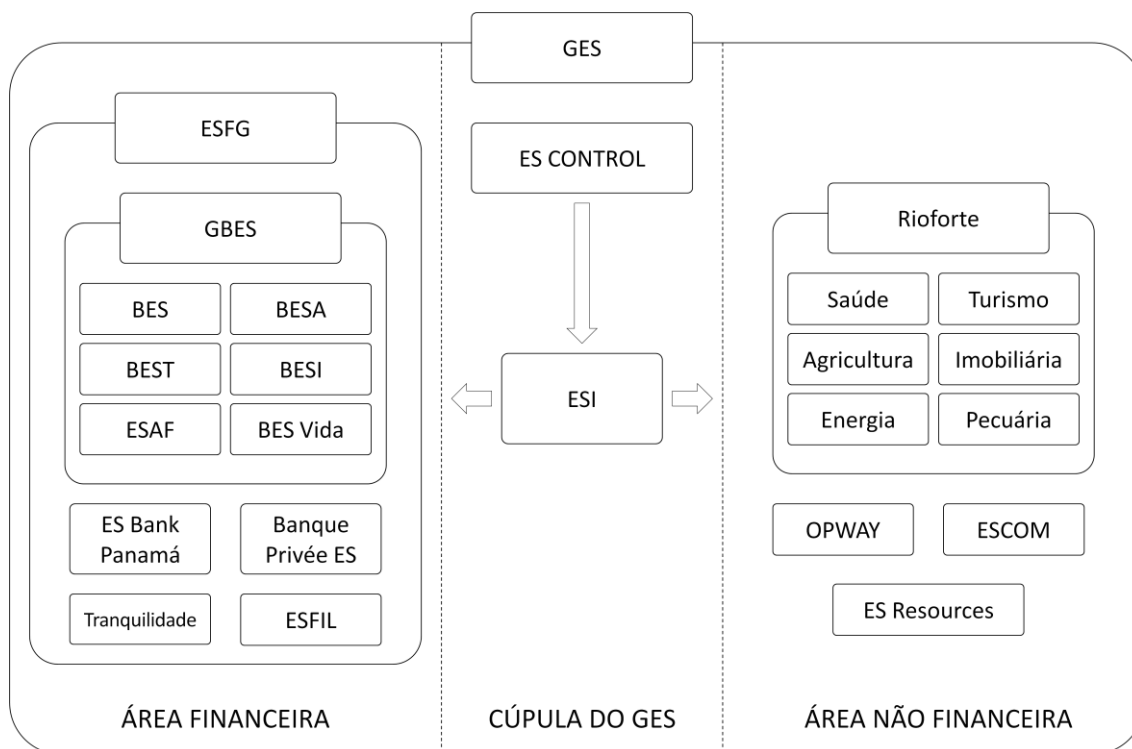


Figura 1.1 – Estrutura Simplificada do Grupo Espírito Santo.

Fonte: ilustração do deputado relator com base no espólio da CPI

Importa assim (Figura 1.1) ter em atenção que ao longo deste relatório, por razões de maior coerência expositiva, a menos que algo seja dito em contrário, se adopta como referência a arquitectura do GES em vigor até final de 2013, pelo que: i) quando se fala de GES, se faz referência à totalidade do Grupo Espírito Santo; ii) quando se faz menção ao ramo não financeiro, se está a incluir o conjunto de actividades desta índole, essencialmente agrupadas na Rioforte, Espírito Santo Resources e OPWAY; iii) quando se enuncia o ramo financeiro, tal corresponde ao conjunto de empresas enquadradas na ESFG; iv) quando se enumera o GBES está-se a incluir o conjunto de entidades financeiras que consolidam ao nível do Banco Espírito Santo; v) quando se escreve BES, faz-se referência ao Banco Espírito Santo, em termos individuais; vi) quando se fazem referências às empresas de cúpula do GES ou holdings do GES, tal corresponde essencialmente à ESI e Espírito Santo Control.

No centro de todo o GES, encontramos então o GBES que desenvolve sobretudo actividades dentro do sector financeiro (banca comercial, banca de investimento, capital de risco, gestão de activos e de patrimónios, seguros, fundos de investimento). Além do próprio BES, enquadra o BESI, BES Vida, BESA, ESAF, BEST, BES África, BES Finance, ES Tech Ventures e Espírito Santo Ventures, BES Oriente, Aman Bank, BES Vénétie, BESIL/BIC, ES PLC/ESIP, ES Bank, BES Cabo Verde, IJAR Leasing, ES Investment Bank, Moza Banco, BESI Brasil ou BES GmbH. No seu



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

200 conjunto, ao GBES correspondem mais de 10 mil postos de trabalho, dos quais perto de 7.400
201 em Portugal.

202 Ainda dentro do ramo financeiro, a ESFG, fundada em 1984, agrega, além do GBES, a
203 Tranquilidade, Banque Privée, ES Bank Panamá, ES Bankers e ESFIL.

204 Seja através do GBES ou da ESFG, o GES desenvolve assim actividades financeiras numa vasta
205 diversidades de geografias, que para além de Portugal abarcam Espanha, Luxemburgo, Angola,
206 Suíça, EUA, Brasil, Venezuela, França, Reino Unido, Irlanda, Macau, Moçambique, Panamá,
207 Alemanha, Argélia, China, Índia, Polónia, Cabo Verde, Líbia, Dubai, Bahamas e Ilhas Caimão.

208 Já a área não financeira desenvolve um vasto conjunto de actividades, acima resumidas, e
209 agregadas essencialmente através da Rioforte, criada em 2010, que aposta geograficamente
210 no triângulo do Atlântico Sul (com vértices no Sudoeste Europeu, América do Sul, com especial
211 incidência no Brasil e Paraguai, e África, com especial incidência em Angola).

212 Entre as principais unidades da Rioforte, por áreas de negócio, contam-se: i) no imobiliário, a
213 Espírito Santo Property; ii) na saúde, a Espírito Santo Saúde; iii) no turismo, Hotéis Tivoli,
214 Espírito Santo Viagens e Herdade da Comporta; iv) na agricultura, a Herdade da Comporta,
215 Paraguay Agricultural Corporation, Companhia Agrícola Botucatu/Agriways, COBRAPE e
216 Mozambique Agricultural Corporation; v) na Energia, a Georadar, AssetGeo, Energias
217 Renováveis do Brasil e Luzboa. Noutras áreas de actividade, situam-se a Monteiro Aranha e
218 Brazil Hospitality Group.

219 Ainda dentro do ramo não financeiro, mas enquadradas fora da Rioforte, é de sublinhar a
220 existência da ESCOM, centrada sobretudo em actividades de exploração mineira e gestão
221 imobiliária em Angola, bem assim como da OPWAY, na área da construção.

222 Além de Portugal, as actividades do ramo não financeiro desenvolvem-se sobretudo no Brasil,
223 Paraguai, Angola e Moçambique.

224 No topo, encontramos então as empresas ES Control e ESI, controladas pelos cinco ramos da
225 família Espírito Santo, sendo as opções estratégicas do GES definidas essencialmente ao nível
226 do seu Conselho Superior, um órgão não estatutário onde todos os ramos da família se fazem
227 representar.

228 Em termos de participações accionistas, é de referir em particular, ao nível da cascata de
229 participações que: i) a família Espírito Santo detém a totalidade do capital social da ES Control
230 e, por via desta e outras empresas por si detidas (Control Development e ESAT) a maioria do
231 capital social da ESI (57%); ii) por sua vez, a ESI detinha 100% da Rioforte e da Espírito Santo
232 Resources, e cerca de 49% da ESFG; iii) após o aumento de capital social do BES, realizado em
233 2014, o GES passa a deter uma participação no GBES de cerca de 25%, através da ESFG,
234 seguindo-se enquanto accionista de referência o Crédit Agricole, com 12%.

Estamos portanto perante uma estrutura complexa, com teias e cascatas de relações entre empresas, dentro de um vasto conglomerado misto, onde se efectuam sofisticadas operações de engenharia financeira, em constante adaptação, com presença em diversos países, envolvidos por enquadramentos regulamentares diversos, diferentes entidades de supervisão e modos de concretização das funções de auditoria, além de nalguns casos existir particular opacidade no acesso a informação.

Toda esta vasta realidade remonta, nas suas origens, a 1869, quando foi inaugurada uma casa de câmbios, em Lisboa, por José Espírito Santo Silva, acompanhado de outros investidores, dando origem mais tarde, em 1920, ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). Este viria a ser alvo de nacionalização em 1975, para em 1986, através da fundação do Banco Internacional de Crédito (BIC), se assistir ao regresso do GES a Portugal, consolidado em 1991/1992 através da privatização do BESCL, que passa então a adoptar a firma BES, ainda que o GES tivesse reiniciado actividades em Portugal logo em 1977, através do Banque Privée (com sede na Suíça).

Face à gravidade do sucedido, com o colapso de um grupo económico desta dimensão, relevância e história, e do que tal representa para toda a sociedade portuguesa, entendeu a Assembleia da República intervir, de forma necessariamente complementar face às iniciativas desenvolvidas pelas entidades supervisoras, aos processos judiciais e de insolvência em curso, tanto em Portugal como noutras geografias, através da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conforme consta da correspondente Resolução da Assembleia da República nº 83/2014, de 19 de Setembro de 2014, publicada em Diário da República a 1 de Outubro de 2014.

De acordo com a metodologia de trabalho adoptada, atento o seu objecto, e traduzida num conjunto de indicadores de síntese (Tabela 1.1), conseguiu assim a Comissão Parlamentar de Inquérito chegar aos factos, constatações, conclusões e recomendações retratados no presente relatório.

Tabela 1.1 – Alguns indicadores de síntese do trabalho desenvolvido.

Número de Audições	55
Horas de Audição	292
Número de Páginas Transcritas (estimativa)	8.400
Minutos de Gravações de Audição	15.830
Horas de Emissão no Canal Parlamento (estimativa)	270
Dimensão da Documentação Compilada (Gigabytes)	50

Fonte: serviços de apoio da AR

A título comparativo, pode referir-se que o número total de horas de reunião e transcrições efectuadas no âmbito da CPI é equivalente em ordem de grandeza à duração das sessões



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

266 plenárias do Parlamento efectuadas ao longo de toda uma sessão legislativa (331 horas no ano
267 de 2014).

268 O vasto trabalho efectuado, que se concentrou entre Outubro de 2014 e Abril de 2015,
269 permitiu essencialmente: i) apurar e sistematizar factos relevantes, bem como as
270 correspondentes responsabilidades; ii) identificar um conjunto de recomendações no sentido
271 de minimizar a probabilidade de ocorrência de situações semelhantes em instituições
272 bancárias em solo nacional, robustecendo a confiança no nosso sistema financeiro.

273 Em conformidade com o objecto da CPI, mas igualmente com os objectivos do presente
274 relatório, ele encontra-se estruturado de acordo com o conjunto de capítulos que se segue, e
275 que podem ser alvo de consulta autónoma, em função dos interesses específicos de cada
276 leitor:

- 277 • **Descrição do Mandato e Trabalhos Desenvolvidos**, onde se descreve em maior
278 detalhe a metodologia de trabalho adoptada, sua calendarização, composição e
279 intervenção da Comissão Parlamentar de Inquérito;
- 280 • **Apuramento dos Factos**, onde se faz uma descrição com algum detalhe sobre os
281 factos que foi possível apurar, com base nos depoimentos prestados ou informação
282 recolhida, e o que fundamenta objectivamente tal apuramento;
- 283 • **Conclusões e Recomendações**, onde com base no trabalho desenvolvido e nos factos
284 apurados, se faz uma enumeração das ilações que foi possível retirar, no que se refere
285 ao ocorrido e correspondentes responsabilidades (Conclusões), mas se apontam
286 igualmente sugestões concretas quanto a medidas a tomar de forma a evitar que
287 situações semelhantes possam repetir-se, com reforço da confiança no funcionamento
288 do nosso sistema financeiro (Recomendações).
289



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2. Mandato e Trabalhos Desenvolvidos

2.1 Constituição e Âmbito

A Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativas ao GES, ao BES e ao Novo Banco, adiante designada por CPI, foi constituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2014, publicada no Diário da República, I Série, n.º 189, de 1 de Outubro de 2014 e pode ser consultada [aqui](#).

A referida resolução fixou o objecto da CPI nos seguintes termos:

«1 - Apurar as práticas da anterior gestão do BES, o papel dos auditores externos, as relações entre o BES e o conjunto de entidades integrantes do universo GES, designadamente os métodos e veículos utilizados pelo BES para financiar essas entidades, bem como outros factos relevantes conducentes ao grave desequilíbrio financeiro do BES e à consequente aplicação a esta instituição de crédito de uma medida de resolução;

2 - Avaliar o quadro legislativo e regulamentar, nacional e comunitário, aplicável ao sector financeiro e a sua adequação aos objectivos de prevenir, controlar, fiscalizar e combater práticas e procedimentos detectados no BES e no GES, bem como outras acções no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira;

3 - Avaliar a ligação entre o estatuto patrimonial e o funcionamento do sistema financeiro e os problemas verificados no sistema financeiro nacional e respectivos impactos na economia e contas públicas;

4 - Avaliar as condições e o modo de exercício das atribuições próprias das entidades públicas competentes nesta matéria, desde 2008, e, em especial, a actuação do Governo e dos supervisores financeiros, tendo em conta as específicas atribuições e competências de cada um dos intervenientes, no que respeita à defesa do interesse dos contribuintes, da estabilidade do sistema financeiro e dos interesses dos depositantes, demais credores e trabalhadores da instituição ou de outros interesses relevantes que tenham dever de salvaguardar;

5 - Avaliar o processo e as condições de aplicação da medida de resolução pelo Banco de Portugal e suas consequências, incluindo o conhecimento preciso da afectação de activos e riscos pelas duas entidades criadas na sequência das decisões anunciadas pelo Banco de Portugal no dia 3 de Agosto de 2014;

6 - Avaliar a intervenção do Fundo de Resolução e a eventual utilização, directa ou indirecta, imediata ou a prazo, de dinheiros públicos.»

2.2 Composição e Duração dos Trabalhos

Na Conferência de Líderes de 30 de Setembro de 2014 foi fixada a composição da CPI, nos termos do artigo 6.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (Tabela 2.1) e de acordo com os diferentes Grupos Parlamentares (GP).

Tabela 2.1 Repartição de Deputados da CPI por Grupos Parlamentares (GP).

GP	Efectivos	Suplentes
PSD	7	2
PS	5	2
CDS/PP	2	1
PCP	2	1
BE	1	1

Fonte: serviços de apoio da AR

Nessa Conferência de Líderes, de 30 de Setembro de 2014, foi também determinado que a Presidência da CPI pertencia ao Grupo Parlamentar do PSD (Deputado Fernando Negrão), a 1.ª Vice-Presidência ao Grupo Parlamentar do PS (Deputado José Magalhães) e a 2.ª Vice-Presidência ao Grupo Parlamentar do BE (Deputada Mariana Mortágua).

No dia 9 de Outubro de 2014, às 12 horas, a Presidente da Assembleia da República deu posse à CPI, que integra os seguintes Deputados (Tabela 2.2):

Tabela 2.2 Deputados que integraram a CPI, com indicação de Presidente (P), Vice-Presidentes (VP), Coordenadores (C) dos Grupos Parlamentares e Relator (R).

<u>Fernando Negrão</u> (P)	PSD	Efectivo
<u>José Magalhães</u> (VP)	PS	Efectivo
<u>Mariana Mortágua</u> (VP, C)	BE	Efectivo
<u>Carlos Abreu Amorim</u> (C)	PSD	Efectivo
<u>Clara Marques Mendes</u>	PSD	Efectivo
<u>Duarte Marques</u>	PSD	Efectivo
<u>Duarte Pacheco</u>	PSD	Efectivo
<u>Jorge Paulo Oliveira</u>	PSD	Efectivo
<u>Pedro Saraiva</u> (R)	PSD	Efectivo
<u>Ana Paula Vitorino</u>	PS	Efectivo
<u>Filipe Neto Brandão</u>	PS	Efectivo
<u>João Galamba</u>	PS	Efectivo
<u>Pedro Nuno Santos</u> (C)	PS	Efectivo
<u>Cecília Meireles</u> (C)	CDS-PP	Efectivo
<u>Teresa Anjinho</u>	CDS-PP	Efectivo
<u>Miguel Tiago</u> (C)	PCP	Efectivo

<u>Paulo Sá</u>	PCP	Efectivo
<u>Paulo Rios de Oliveira</u>	PSD	Suplente
<u>Pedro Alves</u>	PSD	Suplente
<u>Eurídice Pereira</u>	PS	Suplente
<u>Paulo Ribeiro de Campos</u>	PS	Suplente
<u>Telmo Correia</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Bruno Dias</u>	PCP	Suplente
<u>João Semedo</u>	BE	Suplente

Fonte: serviços de apoio da AR

A composição da Mesa, bem como a indicação dos Coordenadores de cada Grupo Parlamentar, foram publicadas no [Diário da Assembleia da República II Série B n.º 6, de 15 de Outubro de 2014](#).

O regulamento da CPI, com a grelha de tempos anexa, foi aprovado por unanimidade na reunião de 29 de Outubro de 2014, enviado nessa mesma data à Presidente da Assembleia da República e publicado no [Diário da Assembleia da República n.º 10, de 1 de Novembro de 2014](#).

Na reunião de 19 de Novembro de 2014 foi designado Relator da CPI o Deputado Pedro Saraiva, do Grupo Parlamentar do PSD.

O prazo de 120 dias de funcionamento da CPI, fixado na Resolução n.º 83/2014, terminou a 9 de Fevereiro, já descontado o período de suspensão, que decorreu entre 23 de Dezembro de 2014 e 5 de Janeiro de 2015 ([Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 51, de 19 de Dezembro de 2014](#)), tendo sido prorrogado por mais 60 dias ([Diário da República I Série, n.º 34, de 18 de Fevereiro de 2015](#)).

Os trabalhos da CPI foram ainda suspensos entre 27 de Março e 5 de Abril de 2015, com fundamento no facto de a Comissão estar a aguardar documentação e informação de diversas entidades, o envio de depoimentos escritos e a transcrição de algumas actas importantes para a conclusão dos trabalhos. A deliberação relativa à suspensão dos trabalhos da Comissão encontra-se publicada no Diário da Assembleia da República n.º 103, de 30 de março de 2015, e pode ser consultada [aqui](#).

2.3 Reuniões Efectuadas

No total tiveram lugar 64 reuniões de trabalho, com a duração global de quase 300 horas, repartidas de acordo com as seguintes categorias:

- 61 reuniões ordinárias da CPI, incluindo 55 audições*;
- 3 reuniões de Mesa e Coordenadores, de natureza formal ou informal†.

* As transcrições das audições de Luís Máximo dos Santos, Eduardo Stock da Cunha, Henrique Granadeiro, bem como as segundas audições de Ricardo Salgado, Carlos Costa e Maria Luís Albuquerque não foram, ainda revistas.

† Não estão aqui incluídas as 9 reuniões informais de Mesa e Coordenadores

369

370

371 **2.4 Audições e Depoimentos por escrito**

372 Conforme acima indicado, tiveram lugar 55 audições presenciais, aqui ordenadas por
373 sequência cronológica (Tabela 2.3), com a duração total de 292 horas, cujos conteúdos podem
374 ser acedidos [aqui](#).

375 Tabela 2.3 – Lista nominal das audições presenciais, organizada cronologicamente, da última,
376 com a Ministra de Estado e das Finanças (25 de Março de 2015) para a primeira, com o
377 Governador do Banco de Portugal (17 de Novembro de 2014).

Maria Luís Albuquerque - Ministra de Estado e das Finanças
Carlos Costa - Governador do Banco de Portugal
Carlos Tavares - Presidente da CMVM
Ricardo Salgado - GES
Paulo Portas - Vice-Primeiro-Ministro
Fernando Ulrich - Presidente da Comissão executiva do BPI
Miguel Frasquilho - ex-Director Coordenador de Research do BES
Fernando Faria de Oliveira - Presidente da APB
Luís Pacheco de Melo - CFO da PT SGPS
Henrique Granadeiro - ex-Presidente da PT
Zeinal Bava – ex-Presidente da PT e Presidente da Oi
Jorge Martins - Administrador do BES; João Freixa - Administrador do BES
Gonçalo Cadete, ex-CFO da Rioforte
Ricardo de Seabra Ângelo - Presidente da Direcção da Ass dos Clientes Lesados do Novo Banco
Luís Vieira - Presidente da Direcção da ABESD
João Moita – BES e BESA
Carlos Calvário – BES
João Filipe Martins Pereira, responsável de compliance do BES e ESFG - Administrador ESFG
Pedro Brito e Cunha - Presidente da Comissão Executiva da Tranquilidade
Rui Guerra - Ex-Presidente do BESA
Eduardo Stock da Cunha - Presidente do Novo Banco
Luís Máximo dos Santos - Administrador do BES
Moreira Rato - ex-administrador do Novo Banco
José Honório - ex-administrador do Novo Banco
Inês Viegas – KPMG
Hélder José Bataglia dos Santos - Presidente da ESCOM
Rita Barosa - funções de Direcção do BES
José Pereira Alves - Presidente da PricewaterhouseCoopers
Luís Horta e Costa - Administrador da ESCOM
Sikander Sattar – na qualidade de Presidente da KPMG Angola
António José Baptista do Souto, ex-Administrador Executivo do BES

Isabel Almeida - funções de direcção no BES
Machado da Cruz – Commissaire aux Comptes do GES e quadro da ES Services
José Carlos Cardoso Castella - Controller financeiro do GES
João Rodrigues Pena - CEO da Rioforte
José Manuel Macedo Pereira - ROC e auditor do GES
Rui Silveira, ex-Administrador Executivo do BES
Joaquim Goes, ex-Administrador Executivo do BES
Álvaro Sobrinho, ex-Presidente do BESA
Pedro Mosqueira do Amaral – GES
José Manuel Espírito Santo Silva – GES
Manuel Fernando Espírito Santo – GES
Amílcar Moraes Pires – ex-Administrador Executivo do BES
Pedro Queiroz Pereira – CIMIGEST
José Maria Ricciardi – GES
Ricardo Salgado – GES
Susana Conceição Caixinha - Técnica do Banco de Portugal
Sikander Sattar – na qualidade de Presidente da KPMG Portugal
Vítor Bento - ex-Presidente Executivo do BES e do Novo Banco
José Berberan S. Ramalho - Presidente da Comissão Directiva do Fundo de Resolução
Maria Luísa Albuquerque - Ministra de Estado e das Finanças
Teixeira dos Santos - Ex-Ministro das Finanças
Carlos Tavares - Presidente do Conselho Directivo da CMVM
José Figueiredo Almaça - Presidente do Instituto de Seguros de Portugal
Pedro Duarte Neves - Vice-Governador do Banco de Portugal
Carlos Costa - Governador do Banco de Portugal

Fonte: serviços de apoio da AR

Relativamente à duração das diferentes audições (Figura 2.1), de natureza variável, em função das temáticas abordadas e das dinâmicas de interacção geradas, é possível constatar que conheceram uma duração média de 5,3 horas, com um desvio padrão igual a 1,8 horas, tendo ambas as audições a Ricardo Salgado sido as únicas a ultrapassar as 10 horas, seguindo-se depois as de Francisco Machado da Cruz (8h45min), Sikander Sattar (8h10min) e Carlos Costa (8h10min).

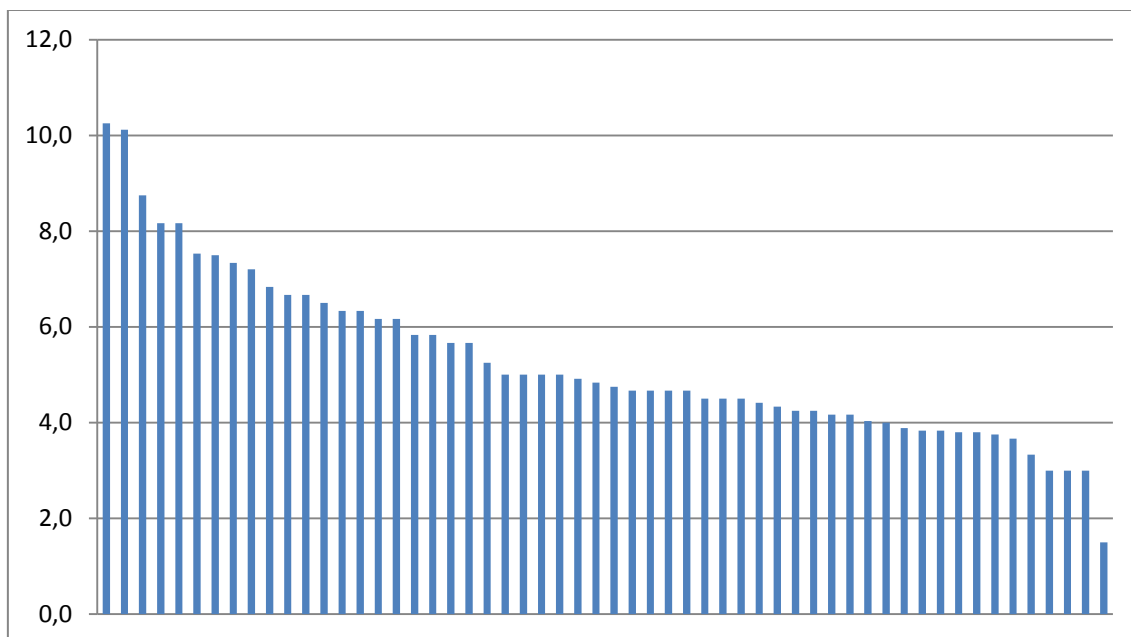


Figura 2.1 – Duração das diferentes audições, em número de horas, por ordem decrescente.

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação dos serviços de apoio da AR

As audições foram maioritariamente públicas, tendo tido lugar à porta fechada três, relativas a: i) José Castella (7 de Janeiro de 2015); ii) Francisco Machado da Cruz (8 de Janeiro de 2015); iii) Sikander Sattar, na qualidade de Presidente da KPMG Angola (14 de Janeiro de 2015).

A deliberação sobre as audições não públicas de José Castella e Francisco Machado da Cruz foi tomada, por unanimidade, em reunião da CPI de 6 de Janeiro de 2015, porque ambos invocaram segredo de justiça por serem arguidos em processos de natureza criminal e contraordenacional em Portugal e no estrangeiro e estarem também envolvidos em buscas judiciais.

Por decisão unânime da CPI foi ainda deliberado realizar à porta fechada a audição do Presidente da KPMG Angola, Dr. Sikander Sattar, que invocou razões de protecção dos seus direitos fundamentais e do sigilo bancário angolano. A deliberação de realizar à porta fechada parte da audição de Sikander Sattar, na qualidade de Presidente da KPMG Portugal, foi tomada por unanimidade durante a primeira parte dessa audição.

Foram solicitados depoimentos por escrito junto de 21 individualidades ou entidades (Tabela 2.4), das quais até ao momento apenas 6 forneceram as suas [respostas](#), tendo duas apresentado justificações para o não envio de respostas. Duas das individualidades estão ainda a preparar o envio das respostas.

Tabela 2.4 – Individualidades ou entidades, por ordem alfabética, a quem foram solicitados depoimentos por escrito, com indicação da existência das correspondentes respostas (R),

409 situações de respostas ainda pendentes (RP) justificação para o não envio das mesmas (J) ou
410 simples ausência de respostas (NR).

Abebe Selassie	NR
Alexandre Cadosh	J
Alexandre Italianer	RP
António Soares	NR
Bruno Laage de Meux	R
Carlos Moedas	R
Jean Claude Juncker	NR
Jean Luc Schneider	NR
Joaquin Almunia	NR
José Guilherme	R
José Manuel Durão Barroso	RP
Mario Draghi	NR
Michel Creton	J
Olli Rehn	NR
Paul Thomsen	NR
Pedro Passos Coelho	R
Pierre Butty	NR
Rita Amaral Cabral	NR
Subir Lall	NR
Vítor Constâncio	R
Vítor Gaspar	R

411 Fonte: serviços de apoio da AR

412

413 2.5 Documentos Solicitados e Recebidos

414 A CPI solicitou documentos a um vasto conjunto de entidades (Anexo 1). Houve casos de
415 recusa de envio de alguns documentos tendo por base a invocação de segredo profissional,
416 segredo bancário e sigilo fiscal, que constituem modalidades de segredo profissional, ou,
417 ainda, segredo de justiça.

418 A CPI deliberou por unanimidade o levantamento de segredo profissional nas reuniões da
419 Comissão que tiveram lugar a 18 de Novembro de 2014 e a 4 de Março de 2015, mandatando
420 o seu Presidente para os devidos efeitos.

421 As deliberações de levantamento de segredo profissional, com fundamentação diferenciada
422 em função dos documentos que estavam em causa, dão-se aqui por integralmente
423 reproduzidas, constam em anexo e podem ser consultadas em
424 <http://arnet/sites/XIILeg/COM/CPIBES/ArquivoComissao/Forms/AllItems.aspx?RootFolder=%2Fsites%2FXIILeg%2FCOM%2FCPIBES%2FArquivoComissao%2FLevantamento%20Segredo%20Pr>
425



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

426 [ofissional&FolderCTID=0x01200092959129725D4ADEACE9DBB1A50729E900C3BE54E8F0F635](#)
427 [4C8EA05D75175C623F](#).

428 Estas deliberações tiveram por destinatários o BES - Banco Espírito Santo (2), o ISP - o Instituto
429 de Seguros de Portugal e a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (o
430 ISP foi assim redominado a partir de Fevereiro de 2015), a CMVM – Comissão do Mercado
431 de Valores Mobiliários (2), a CGD - Caixa Geral de Depósitos, o Novo Banco e a ESAF – Espírito
432 Santo Ativos Financeiros, e foram acolhidas, excepto no que respeita às três últimas entidades
433 citadas.

434

435



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3. Apuramento dos Factos

3.1 Comportamento do BES e do GES

Durante os trabalhos da CPI foi dado particular relevo às instituições pertencentes ao ramo não financeiro do Grupo Espírito Santo – a Rioforte e as suas participadas, bem como do ramo financeiro – a ESFG, que inclui uma participação no BES, e suas participadas.

Dada a dimensão do GES, a rede de ligações creditícias e outras entre as diversas sociedades e holdings, bem como a cronologia dos eventos, a forma mais adequada para descrever a queda do grupo consistirá na descrição das mais relevantes instituições do grupo. A metodologia seguida consiste, em primeiro lugar, na descrição sumária da sociedade, dando conta, sempre que possível, da sua situação financeira, dos principais actores intervenientes e as ligações com o BES e o GES. Para este efeito, basear-se-á a exposição na documentação solicitada pela CPI, sustentada por excertos de depoimentos verificadamente objectivos. Em segundo lugar, apresentar-se-ão descrições das referidas instituições, provenientes dos diferentes depoentes. Sempre que seja o caso, agrupar-se-ão as diferentes versões obtidas, que poderão assim ser contrapostas.

Iniciar-se-á então a descrição já mencionada das instituições do GES, numa perspectiva *top-down*, começando pela Espírito Santo International e uma breve menção à ES Control. De seguida, analisar-se-ão as sociedades pertencentes ao ramo financeiro do GES, ou entidades cuja relação com o GES merece destaque, designadamente a ESFG, a Eurofin, a ESFIL e ES Bank Panamá, o BESA e a seguradora Tranquilidade. Por último, abordar-se-ão a Rioforte, a ES Tourism, ESCOM, Portugal Telecom, Akoya Asset Management e Espírito Santo Enterprises.

3.1.1 A situação da ESI

As principais questões que se levantam relativamente a esta holding de topo do Grupo Espírito Santo prendem-se com o aumento inusitado do passivo da sociedade, descoberto em Novembro de 2013, e sua caracterização mais detalhada, obtida em Maio de 2014.

Assim, a próxima secção, dedicada à Espírito Santo International (ESI), divide-se da seguinte forma: como introdução, será dada alguma informação geral sobre esta holding; de seguida, aprofundar-se-ão as contas da sociedade, designadamente através de uma análise do seu balanço e da evolução da sua dívida, sustentada pelos resultados dos trabalhos de revisão limitada conduzidos pela KPMG; posteriormente, serão mencionadas as diferentes versões quanto às operações de ocultação do passivo que tiveram lugar; por último, abordar-se-ão as outras entidades do GES. Num outro subcapítulo será abordada a questão do papel comercial da ESI, vendido, entre outros, a clientes de retalho do BES.

A ESI é uma sociedade de direito luxemburguês, também conhecida por SOPARFI – Sociedade Anónima sob o regime fiscal das sociedades de participações financeiras. Tal como descrito na introdução a este relatório, a ESI é considerada a holding de topo do Grupo Espírito Santo, controlando o ramo financeiro e detendo a totalidade das holding do ramo não financeiro do



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

473 GES. Esta situação evolui com as alterações da estrutura do grupo, designadamente aquando
474 da compra da ES Irmãos e da ESFG por parte da Rioforte, em que esta passa a deter também
475 ambos os braços, financeiro e não financeiro, do GES, no final de 2013.

476 A ESI é detida em 54,55% pela ES Control, ainda que a participação da família Espírito Santo
477 nesta holding não se reduza às acções detidas pela ES Control, uma vez que a Control
478 Development e a ESAT também possuem participações da ESI.

479 A composição dos órgãos sociais da ESI encontra-se descrita em anexo (Anexo 2), tendo-se
480 registado alterações da sua composição no primeiro semestre de 2014.

481 A ESI começa a ser um tema de destaque aquando da realização do exercício ETRICC2, pela
482 PwC, que permitiu identificar um inusitado aumento do passivo desta holding. No seu
483 seguimento, e ainda no decorrer desse exercício, é determinada pelo Banco de Portugal a
484 necessidade de elaboração de um balanço pró-forma da sociedade, com referência a 30 de
485 Setembro de 2013 e 31 de Dezembro do mesmo ano, levado a cabo pela KPMG. Ricardo
486 Salgado resume a situação ocorrida, na sua audição de 9 de Dezembro de 2014:

487 *«Esta auditoria envolveu uma interacção das equipas do GES e do Banco Espírito Santo, que*
488 *disponibilizaram toda a informação à Pricewaterhouse. Fruto desta interacção, em finais de*
489 *Novembro de 2013, foi reportado que haveria um passivo não registado na ESI. Esta*
490 *circunstância afectava, naturalmente, a dívida directa e indirecta do Grupo, em parte titulada*
491 *por papel comercial colocado no mercado nacional e internacional.*

492 (...)

493 *Ainda nesta altura foi também solicitada à ESFG, a pedido do Banco de Portugal, que fossem*
494 *preparadas demonstrações financeiras consolidadas proforma da ESI, com referência a 30 de*
495 *Setembro de 2013, e que as mesmas fossem objecto de análise por auditor externo, a KPMG.»*

496 Ricardo Salgado afirma também, relativamente ao exercício ETRICC2, que na base das suas
497 projecções, efectuadas com base em elementos definidos pelo grupo, o GES seria viável, a
498 longo prazo:

499 *«No referido documento, a Pricewaterhouse conclui que o GES era económica e*
500 *financeiramente viável e a dívida sustentável num prazo até 2023.*

501 *Com efeito, no relatório do ETRICC, página 25, afirma-se, cito: «mesmo considerando o cenário*
502 *de desvio superior (pior cenário), o equity da ESI,...» — os capitais próprios da ESI — «... em*
503 *2018 e 2023 continua a ser positivo, fundamentalmente devido à valorização da ESFG.» Repito:*
504 *este relatório foi elaborado a pedido do Banco de Portugal. E a Pricewaterhouse confirma, no*
505 *mesmo relatório, que o valor da Rioforte era de 1,708 biliões de euros, mesmo com a provisão*
506 *dos 700 milhões de euros na ESFG, de que adiante se falará e que foi determinada pelo Banco*
507 *de Portugal.»*

508 Na fase 1 do trabalho de revisão limitada à ESI, é quantificada a ocultação do passivo com
509 referência às contas do ano anterior a 2013. A fase 2 do trabalho de revisão limitada confirma

esse valor, bem como a provisão a inscrever nas contas da ESFG com o objectivo de proteger o Banco Espírito Santo face a incumprimentos da ESI perante clientes detentores de papel comercial da Espírito Santo International. O valor da provisão foi de 700 milhões de euros, valor assegurado pela ESFG ao BES mediante mandato irrevogável de venda das ações da seguradora Tranquilidade.

Após a descoberta da ocultação de passivo, em Novembro de 2013, e após a sua quantificação mais detalhada, em Abril/Maio de 2014, ao Banco de Portugal é remetida informação apresentada por José Maria Ricciardi, além do depoimento prestado pelo *Commissaire aux Comptes* da ESI, Francisco Machado da Cruz, a um escritório de advogados do Luxemburgo.

3.1.1.1 As contas da ESI

São múltiplas as fontes de informação relativas às contas da ESI, nem sempre comparáveis entre si. A primeira fonte é aquela que consta do prospecto do papel comercial da ESI; a segunda fonte corresponde a informação enviada à CPI por Francisco Machado da Cruz, que contém balanços pró-forma da holding de topo do Grupo Espírito Santo; a terceira e última fonte decorre do trabalho de revisão limitada à ESI conduzido pela KPMG.

De acordo com o prospecto do papel comercial da ESI, colocado em clientes de retalho do BES, o balanço individual da holding apresentava, em 2010, um activo de 3.542 milhões de euros, que decresce para 3.390 milhões de euros em 2011 e aumenta para 4.265 milhões de euros em 2012. Segundo o mesmo documento, o passivo da holding atingia os 2.341 milhões de euros em 2010, 2.489 milhões de euros em 2011 e 3.354 milhões de euros em 2012. O capital próprio evolui de 1.173 milhões de euros em 2010 para 855 milhões de euros em 2012 (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 Principais elementos do balanço individual da ESI (valores em milhões de euros).

	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	30.06.2013	30.09.2013
Activo	3.542	3.390	4.265		
Passivo	2.341	2.489	3.354	3.900	5.600
Capital Próprio	1.173	867	855		

Fontes: prospecto do papel comercial da ESI; informação do BES ao BdP; ETRICC2.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Grupo BES ao Banco de Portugal, o passivo individual da ESI atingia, em 30 de Junho de 2013, o valor de 3.900 milhões de euros. Até este momento, designadamente até ao momento do apuramento do passivo no âmbito do ETRICC2, o supervisor afirma que não havia qualquer indicação ou suspeita «*de que pudesse não ter sido registada a totalidade dos passivos financeiros nas contas da ESI.*»

“sj1”



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

“fim de sj1”

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

A fase 1 do trabalho de revisão limitada, elaborado pela KPMG, informa que o balanço contabilístico consolidado da ESI, com referência a 30 de Setembro de 2013, apresentava um activo não ajustado de 7.823 milhões de euros, sendo o seu total, após os ajustamentos de revisão (2.248 milhões de euros) e após os ajustamentos fruto do Método de Equivalência Patrimonial na avaliação da ESFG e da Rioforte (1.038 milhões de euros e 466 milhões de euros, respectivamente), de cerca de 4.072 milhões de euros. A fase 2 do trabalho de revisão limitada, confirmados alguns dos ajustamentos, informa que o balanço contabilístico não ajustado da ESI apresentava um activo, em 2013, de 6.509 milhões de euros, sofrendo um ajustamento de revisão de 406 milhões de euros e ajustamentos decorrentes da avaliação da ESFG pelo Método de Equivalência Patrimonial no valor de 1.171 milhões de euros, para um total do activo de 4.932 milhões de euros.

565

566

567

568

O passivo, ajustado de acordo com as recomendações da KPMG, evolui de 7.942 milhões de euros para 9.165 milhões de euros entre Setembro e Dezembro de 2013. No mesmo período, o capital próprio ajustado diminui de -3.870 milhões de euros para -4.378 milhões de euros (Tabela 3.3).

569

570

571

Tabela 3.3 Indicadores do balanço consolidado pró-forma da ESI
(valores em milhões de euros).

	30.09.2013 (contabilístico)	30.09.2013 (ajustado)	31.12.2013 (contabilístico)	31.12.2013 (ajustado)
Activo	7.823	4.072	6.509	4.932
Passivo	7.687	7.942	8.911	9.165
Capital Próprio	136	- 3.870	-2.548	- 4.378
Empréstimos obtidos		1.881		2.618
Responsabilidades representadas por títulos		4.943		5.557

572 Fonte: Fase 1 e Fase 2 do trabalho de revisão limitada, KPMG

573 No que diz respeito aos empréstimos obtidos e responsabilidades representadas por títulos,
574 importa retratar a situação consolidada da ESI a 31 de Dezembro de 2013, quando o total da
575 dívida do grupo ascendia a 8.088 milhões de euros.

576 Em Dezembro de 2013 o total de empréstimos obtidos pela ESI, de forma consolidada,
577 ascendia então a cerca de 2.618 milhões de euros e decompunha-se da seguinte forma:

- 578 — Empréstimos bancários: 122 milhões de euros;
- 579 — Empréstimos fiduciários: 569 milhões de euros;
- 580 — Outros empréstimos: 1.927 milhões de euros, que correspondem a empréstimos à ESI
581 na ordem dos 1.074 milhões de euros, à Rioforte de cerca de 462 milhões de euros, à
582 ES Resources Ltd na ordem dos 220 milhões de euros e à ES Industrial (OPWAY) no
583 valor de 172 milhões de euros. Relativamente aos outros empréstimos à ESI, estes
584 provinham do ES Bank Panamá (472 milhões de euros) e da ESFIL (602 milhões de
585 euros).

586

587 As responsabilidades representadas por títulos, excluindo os empréstimos fiduciários de
588 clientes do Banque Privée ES, acima mencionados, e no valor total de 5.471 milhões de euros,
589 decompunham-se da seguinte forma:

- 590 — Clientes institucionais BES: 1.501 milhões de euros;
- 591 — Clientes de retalho BES: 2.116 milhões de euros;
- 592 — Clientes de retalho Banque Privée ES: 745 milhões de euros;
- 593 — Clientes de retalho do BES Vénétie: 354 milhões de euros;
- 594 — Outros: 755 milhões de euros;
- 595 — A este valor acresce um ajustamento na ordem dos 86 milhões de euros, para um total
596 de 5.557 milhões de euros em responsabilidades representadas por títulos.

597

598 “sj2”

599

600

601

602



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

“fim de sj2”

628

629 Relativamente ao acréscimo do valor do passivo, há que considerar que nos ajustamentos já
630 referidos se insere o valor de 1.331 milhões de euros, valor ocultado no passivo das contas da
631 ESI referentes a 2012.

632 **3.1.1.2 Ocultação do passivo**

633 De acordo com a fase 1 do trabalho de revisão limitada com finalidade especial à ESI, por parte
634 da KPMG, e com referência a 30 de Setembro de 2013, foi identificada uma subavaliação do
635 passivo da ESI, reconfirmada em Abril de 2014. O valor da ocultação do passivo da ESI atingiu
636 assim os 1.331 milhões de euros, nas contas relativas a 2012.

637 Face a esta situação, foram efectuadas correcções nas contas da ESI e ES Resources, o que
638 ocorreu através do lançamento de valor equivalente, com correcções às contas de 2012, do
639 lado do activo da ESI, numa rubrica *Avanço à Espírito Santo Resources Limited*. Assim, na
640 Espírito Santo Resources Limited estava registada uma responsabilidade – um passivo, à



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

641 Espírito Santo International, no mesmo montante. Para equilibrar o balanço da ES Resources
642 Ltd foram então inscritos no seu activo imóveis e projectos de investimento no valor de 1.081
643 milhões de euros, aos quais acrescem 250 milhões de euros negativos no lado dos resultados,
644 correcções apresentadas por Ricardo Salgado à Comissão Executiva do BES em 4 de Dezembro
645 de 2013.

646 Em Maio de 2014 é conhecido, pelo Banco de Portugal, o depoimento de Francisco Machado
647 da Cruz perante uma sociedade de advogados do Luxemburgo, em que este refere terem sido
648 sempre do conhecimento, pelo menos, de José Castella e Ricardo Salgado, além de outros
649 membros da família Espírito Santo, as situações de ocultação de passivo verificadas na ESI.

650 Importa assim referir a primeira identificação do passivo real da ESI, quantificado pela KPMG,
651 de acordo com a fase 1 do Trabalho de Revisão Limitada:

652 *«No terceiro trimestre de 2013, foi identificada uma subavaliação significativa do passivo*
653 *financeiro do Grupo com referência a 31 de Dezembro de 2012 no montante de 1.331.042*
654 *milhares de euros, face ao valor das emissões da ESI colocadas em terceiros e custodiadas nas*
655 *entidades do Grupo àquela data.*

656 *Na sequência da regularização contabilística efectuada com referência a 30 de Setembro de*
657 *2013 e que teve por objectivo a correcção desta situação, foi contabilizado, na rubrica*
658 *Projectos de Investimento, um activo no montante de 1.136.974 milhares de euros. Ainda no*
659 *âmbito desta regularização, para além de outros ajustamentos em diversas rubricas do*
660 *balanço da ESI, foi registado como um activo, um valor de 250.000 milhares de euros na*
661 *rubrica Propriedades de Investimento (...).*

662 *Não obtivemos, durante o nosso trabalho, acesso a informação que permita justificar o*
663 *reconhecimento deste valor de 1.136.974 milhares de euros como um activo uma vez que não*
664 *nos foi disponibilizada (i) documentação que evidencie a efectiva ocorrência de transacções de*
665 *compra de activos ou (ii) uma lista de activos justificativa do valor contabilizado bem como de*
666 *evidência da sua existência, respectiva titularidade e valorização. Nessa base é nosso*
667 *entendimento que o ajustamento com vista à regularização do valor do passivo financeiro do*
668 *Grupo deveria ter sido efectuado por contrapartida de resultados transitados.»*

669 O trabalho efectuado pela KPMG quantificou portanto o passivo que havia sido subavaliado
670 em cerca de 1.331 milhões de euros, ao qual corresponderiam activos lançados na ES
671 Resources, cuja propriedade não foi possível reconhecer.

672 De acordo com o depoimento de Ricardo Salgado, a ocultação do passivo ocorria desde 2008:

673 *«Só passámos a conhecer a situação que refere desde 2008, já depois de termos detectado este*
674 *problema, no final do mês de Novembro [de 2013]. Nessa altura, fez-se uma análise para trás e*
675 *verificou-se que já havia diferenças que vinham desde 2008.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

676 Ricardo Salgado afirmou, na mesma audição, que não conhecia a ocultação do passivo antes
677 de Novembro de 2013:

678 *«Não conhecia [a subavaliação do passivo].»*

679 Afirmou, igualmente, nunca ter dado ordens no sentido de esconder a verdade das contas:

680 *«Cada um deve ser responsável por aquilo que afirma, mas posso garantir aos Srs. Deputados*
681 *que nunca dei instruções a ninguém para ocultar passivos do Grupo. Que fique bem claro!*
682 *Poderão, agora, dizer o que entenderem, mas esta é a realidade dos factos. Nem eu tinha*
683 *como missão estar a acompanhar as contas do Grupo.»*

684 O antigo presidente da comissão executiva do BES aponta Francisco Machado da Cruz,
685 *Comissaire aux Comptes* da ESI, como responsável pela subavaliação do passivo, afirmando
686 que o próprio contabilista assim o admitiu à comissão de auditoria da ESFG:

687 *«Além disso, gostava de dizer que fiquei surpreendido, hoje, por ver notícias na imprensa sobre*
688 *uma entrevista que o Dr. Francisco Machado da Cruz, que era o responsável pelas contas, e não*
689 *só — já falaremos sobre isso —, deu a uns advogados no Luxemburgo. Mas quem faz essa*
690 *apresentação esquece-se de referir que o Dr. Machado da Cruz foi objecto de duas intervenções*
691 *de uma comissão de auditoria da ESFG, imposta pela KPMG do Luxemburgo, onde teve de*
692 *responder e assumiu totalmente a responsabilidade dos seus actos.»*

693 De acordo com os depoimentos e com a informação que chegou à CPI, Francisco Machado da
694 Cruz abordou a questão da ocultação do passivo em dois momentos principais. O primeiro
695 ocorre numa reunião com a sociedade de advogados Arendt & Medernach. Na reunião com os
696 advogados, o *Comissaire aux Comptes* assegura que a subavaliação do passivo ocorreu com
697 conhecimento, desde 2008, de Ricardo Salgado, José Castella e Manuel Fernando Moniz Galvão
698 Espírito Santo Silva. Posteriormente, ainda no mesmo testemunho, Francisco Machado da Cruz
699 afirma ainda que José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva sabia que uma parte do passivo não
700 se encontrava reflectida nas contas da sociedade.

701 Posteriormente a este depoimento, em sede de comissão de auditoria da ESFG, Francisco
702 Machado da Cruz afirmou que a ocultação do passivo havia sido um erro seu.

703 “sj3”

704

705

706

707

708

709

710



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

789
790
791
792
793
794
795
796

“fim de sj3”

797 **3.1.1.3 Outras entidades do GES**
798

799 **ES Control**

800 A Espírito Santo Control é a holding *mãe* do grupo que representa os cinco ramos da família
801 Espírito Santo. A documentação e depoimentos são parcos em informação relativamente a
802 esta holding. Sabe-se, no entanto, que cerca de 54,55% da Espírito Santo International
803 pertencem à ES Control.

804 Segundo o espólio da CPI, a denominação social desta sociedade é Espírito Santo Control, SA,
805 tendo sido constituída em 20 de Fevereiro de 1976. A mesma sociedade assume a forma
806 jurídica de SOPARFI – Sociedade Anónima sob o regime fiscal das sociedades de participações
807 financeiras e está sedeadada no Luxemburgo. O capital social atingia o valor de 130 milhões de
808 euros, havendo 16.250.000 acções ao portador com o valor nominal de 8 euros.

809 A composição do Conselho de Administração, nomeado por seis anos a 3 de Junho de 2011,
810 encontra-se retratada em anexo (Anexo 2).

811 Além da ES Control, haverá, desde há cerca de 10 ou 15 anos, outra holding *paralela*,
812 designadamente a ES Control (BVI). A ES Control (BVI) teria um prejuízo acumulado de cerca de
813 50 milhões de euros e faria parte da ES Control. Por volta dessa altura, a ES Control (BVI)
814 deixará de ser uma participada da ES Control, passando a ser detida directamente pelos
815 mesmos accionistas, sob o nome de Control Development. Esta redenominada instituição
816 deterá uma outra sociedade designada por ESAT, cujo activo consistia numa participação na
817 ESI e cujo passivo correspondia a um financiamento no Banco Totta. Esse financiamento terá
818 servido para adquirir acções da ESI detidas outrora por António Champallimaud – cerca de
819 7,83%.

820 De acordo com a fase 2 do trabalho de revisão limitada à ESI, elaborado pela KPMG, o saldo a
821 receber de accionistas pela ESI dividia-se da seguinte forma, em 31 de Março de 2014:

- 822 — ES Control SA: cerca de 292 milhões de euros;
823 — Control Development Ltd.: cerca de 54 milhões de euros;
824 — ESAT SA: cerca de 122 milhões de euros.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

825

826 Em suma, no final do mês de Março de 2014, estas três entidades deviam à Espírito Santo
827 International perto de 468 milhões de euros.

828 Da interpretação dos dados da fase 2 do trabalho de revisão limitada à ESI depreende-se que
829 parte da holding é detida pela ES Control (54,55%), mas, na medida em que se considera haver
830 saldos de accionistas devidos, por parte da Control Development e da ESAT, é possível afirmar
831 que estas duas últimas sociedades detêm participações directas da ESI – no caso da Control
832 Development haverá uma participação directa e outra indirecta (via ESAT).

833 De acordo com alguns depoimentos, prestados designadamente por Ricardo Salgado e José
834 Maria Ricciardi, o financiamento da ES Control ocorria através de depósitos fiduciários por
835 parte de clientes do Banque Privée Espírito Santo. Surgiram entretanto dúvidas colocadas pela
836 KPMG relativamente à continuidade desta forma de financiamento, pois a captação de
837 recursos através de depósitos fiduciários poderia constituir, à luz da lei suíça, uma forma de
838 captação de depósitos, vedada a sociedades não financeiras. Desta forma deu-se uma
839 transição do financiamento da ES Control, que passa a ser feito via Espírito Santo International.

840 Segundo o depoimento de 9 de Dezembro de 2014, de Ricardo Salgado:

841 *«Tradicionalmente, na ES Control 50% dos seus capitais eram financiados pelos accionistas e*
842 *50% de capitais por empréstimo. Esses capitais de empréstimo eram, inicialmente, de*
843 *operações fiduciárias realizadas pelo Banque Privée, na Suíça. Depois, no Luxemburgo,*
844 *começou a haver dúvidas sobre a natureza das operações fiduciárias e, infelizmente, o que foi*
845 *feito foi pedir à ESI que desse uma ajuda para cobrir essa diferença, uma vez que as operações*
846 *fiduciárias tinham de ser reembolsadas. Mas eram operações transitórias e deveriam ser*
847 *substituídas tão rapidamente quanto possível.»*

848 A 31 de Março de 2014, a ESI tinha portanto 468 milhões de euros a receber das referidas três
849 sociedades.

850

851 **ES Resources**

852 Dentro da orgânica do Grupo Espírito Santo, há duas sociedades denominadas ES Resources,
853 sendo uma a ES Resources Ltd. (Bahamas) e a outra a ES Resources Portugal, menos relevante
854 de um ponto de vista global da estrutura do GES.

855 A ES Resources Ltd. (Bahamas) era a holding, detida a 100% pela ESI, que detinha a área não
856 financeira do grupo. Com a criação, em 2009, da Rioforte, os activos da holding começam a ser
857 transferidos para a recém-criada sociedade. O argumento para esta operação jaz na vontade
858 em sair de uma offshore, que se revelava complicada, de acordo com o depoimento de Ricardo
859 Salgado, em audição do dia 9 de Dezembro de 2014:

860 «O objectivo era sair dos offshore mais complicados, e as Bahamas era um deles com certeza, e
861 passar para o Luxemburgo, onde já estávamos instalados com outras holdings, e termos, o
862 mais possível, uma centralização das holdings no Luxemburgo. Foi por isso que começámos a
863 transferir activos para a Rioforte, mas não chegámos a conseguir fazer a transferência de tudo.
864 Por exemplo, em relação a tudo o que está na América Latina, há uma boa parte dos
865 investimentos que estão na Rioforte, sim, mas os investimentos imobiliários na Flórida ainda
866 estão na Resources, que eu saiba. Portanto, há alguns investimentos que ainda estão na
867 Resources e que ficaram para trás, mas a Resources ia sendo progressivamente desactivada.»

868 De acordo com o espólio de documentação que chegou à CPI, nas contas relativas a 2012, a ES
869 Resources espelhava um activo na ordem dos 2.408 milhões de euros, um passivo de 2.347
870 milhões de euros e um capital próprio de 61 milhões de euros valores que são depois alvo de
871 correcção, por forma a compensar a ocultação do passivo nas contas da ESI (Tabela 3.4).

872 Tabela 3.4 – Indicadores do balanço da ES Resources a 31.12.2012 e 30.09.2013.

	31.12.2012 (Valores iniciais)	31.12.2012 (Valores alterados)	30.09.2013
Activo	2.408	3.489	4.199
Passivo	2.347	3.677	3818
Capitais próprios	61	-189	381

873 Fonte: Acta de Comissão Executiva do BES de 4 de Dezembro de 2013

874 De acordo com a fase 2 do trabalho de revisão limitada à ESI, elaborado pela KPMG e com
875 referência a 31.12.2013, a ES Resources Ltd tinha cedido empréstimos no valor de 227 milhões
876 de euros.

877 No período anterior a 31 de Dezembro de 2013, a ES Resources Ltd. detinha uma participação
878 de 8,3% na ES Irmãos, que por sua vez detinha participações na ESFG (10,03%), e na ES
879 Resources PT (99,7%), entre outras.

880 No dia 31 de Dezembro de 2013 a ES Resources Ltd vende a participação de 8,3% que detinha
881 na ES Irmãos à Rioforte, por um total de 101 milhões de euros – 25 milhões de euros
882 referentes às 250.295 acções da ES Irmãos e 76 milhões de euros relativos a prestações
883 acessórias.

884 ESFG

885 A presente secção relativa ao ramo financeiro do GES tem como objectivo dar uma perspectiva
886 histórica da holding como nota introdutória e descrever a sua situação financeira no final de
887 2013. De seguida, e porque a ESFG era uma entidade supervisionada pelo Banco de Portugal,
888 pretende dar-se nota da implementação das medidas impostas pelo supervisor ao Conselho de
889 Administração da ESFG e da perspectiva dos principais intervenientes – por um lado na óptica
890 da gestão da holding, e, por outro lado, do Banco de Portugal.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

891 De acordo com Ricardo Salgado, a ESFG foi fundada em 1984 e tinha como objetivo a
892 integração de toda a área financeira do grupo. Em audição do dia 9 de Dezembro de 2014, o
893 Presidente do Conselho de Administração da sociedade resume o percurso histórico da
894 empresa:

895 *«Emitiu, com sucesso, em Londres, 40 milhões de dólares, em 1986, e 100 milhões de dólares*
896 *entre 1988-1989, sendo admitida na Bolsa do Luxemburgo em 1986 e na de Londres em 1989.*

897 *(...)*

898 *Em 1989-1990, a ESFG readquiriu o controlo da Companhia de Seguros Tranquilidade e, em*
899 *1991-1992, o do BESCL, em ambos os casos em associação com o Crédit Agricole, numa*
900 *parceria exemplar, que se iniciara no Brasil e que se manteria por três décadas, até Agosto de*
901 *2014.*

902 *A Tranquilidade, avaliada, então, por 20 milhões de contos, seria vendida pelo Estado por 52,6*
903 *milhões de contos e o BESCL atingiu 150 milhões de contos, ou seja, 50% de todas as*
904 *privatizações até final de Fevereiro de 1992.*

905 *(...)*

906 *É esta preocupação de solidez financeira da ESFG que leva: em 1993, à admissão à Bolsa de*
907 *Nova Iorque; em 1994, ao aumento de capital, de 222 milhões de dólares para 309 milhões de*
908 *dólares; em 2001, à admissão à Bolsa de Lisboa e à emissão de obrigações convertíveis de 200*
909 *milhões de euros; em 2005, ao aumento de capital para 550 milhões de euros; em 2007, à*
910 *emissão de acções preferenciais de 300 milhões de euros; e, em 2012, ao aumento de capital,*
911 *em 500 milhões de euros, para o efeito de subscrever o aumento de capital do Banco Espírito*
912 *Santo.*

913 *Em 2011, a ESI aumentara o capital, em 240 milhões de euros, e a Espírito Santo Control, em 70*
914 *milhões de euros.*

915 *No final de 2013, a ESFG tinha capital e reservas no total de 1,513 biliões de euros, após*
916 *dedução dos 700 milhões de euros da provisão imposta pelo Banco de Portugal, que veremos à*
917 *frente.*

918 *Estes são alguns dos inúmeros dados comprovativos da solidez financeira e do empenho*
919 *constante do Grupo, durante dezenas de anos, no seu reforço para permitir canalizar*
920 *investimentos externos e fomentar investimentos internos em Portugal.»*

921

922 *A 31 de Dezembro de 2012, um terço da holding financeira pertencia à Espírito Santo*
923 *International, cerca de 10% estavam colocados na Espírito Santo Irmãos, sendo os restantes*
924 *57% dispersos em bolsa.*

925 *A 31 de Dezembro de 2013, a ES Irmãos passa a deter 49,26% das acções da ESFG, sendo que a*
926 *participação da ESI na sociedade passa a residual (0,15%).*

927 *A composição dos órgãos sociais da ESFG encontra-se descrita em anexo (Anexo 2).*

928 *De acordo com o relatório anual de 2013, o activo da ESFG em base individual atingia os 3.007*
929 *mil milhões de euros, cerca de 70 milhões de euros a mais face a 2012.*

O valor do capital próprio, em 2013, cifrava-se nos 1.514 milhões de euros, havendo decrescido cerca de 690 milhões de euros relativamente a 2012.

Por outro lado, o passivo aumentou de 733 milhões de euros em 2012 para 1.493 milhões de euros em 2013, reflexo da inscrição, nas contas da ESFG, da provisão de 700 milhões de euros referentes à protecção dos clientes da ESFG face aos riscos do ramo não financeiro do GES.

Do relatório de gestão elaborado pela KPMG Luxemburgo consta uma emissão de opinião sem reservas, referindo no entanto que a existência da referida provisão prevê assegurar o cumprimento do pagamento dos valores investidos por clientes da ESFG em títulos do Grupo Espírito Santo, que deverão ser liquidados pela ESI.

ESFIL e ES Bank Panamá

A ESFIL é uma participada a 100% do Espírito Santo Financial Group que, por sua vez, detém a totalidade do Banque Privée Espírito Santo. O ES Bank Panamá é também uma participada da holding financeira do GES.

De acordo com o trabalho de revisão limitada, elaborado pela KPMG e que incidiu sobre as contas da Espírito Santo International, tanto o ES Bank Panamá como a ESFIL tinham cedido empréstimos à ESI e à ES Resources Ltd.

As questões levantadas em relação a estas duas participadas da holding financeira do GES prendem-se com: i) os empréstimos do ES Bank Panamá e da ESFIL à ESI, garantidos pelo penhor das acções da Rioforte bem como com a possibilidade do ES Bank Panamá e da ESFIL se terem financiado junto do BES para ceder liquidez à ESI; ii) o papel do ES Bank Panamá na circularização de obrigações através da Eurofin em Julho de 2014.

O ES Bank Panamá tinha, num total de 12 operações de curto prazo (1 a 3 meses), uma exposição de 471 milhões de euros à ESI e cerca de 71 milhões de euros à ES Resources Ltd, com referência a 31 de Dezembro de 2013 (Tabela 3.5).

Na mesma data, a exposição da ESFIL à ESI ascendia a 602 milhões de euros e 149 milhões de euros à ES Resources Ltd (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 Exposição do ES Bank Panamá e ESFIL ao GES, a 31.12.2013
(valores em milhões de euros).

	ESI	ES Resources
ES Bank Panamá	471	71
ESFIL	602	149

Fonte: Fase 2 do Trabalho de revisão limitada, KPMG

“sj4”



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

961

962

963

964

965

“fim de sj4”

966

967 De acordo com a Directora do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos do BES
968 (DFME), Isabel Almeida, a decisão quanto ao destino final do crédito não cabia ao BES, mas sim
969 às instituições beneficiárias, designadamente o ES Bank Panamá e a ESFIL:

970 *«Como já disse, mais uma vez, o Espírito Santo Bank of Panamá é uma empresa acima do*
971 *Grupo BES. Entre o BES, financiávamos o Espírito Santo Bank of Panamá, mas o destino dos*
972 *fundos dados pelo Espírito Santo Bank of Panamá, a quem quer que fosse, era uma decisão dos*
973 *responsáveis do Espírito Santo Bank of Panamá e da Espírito Santo Financial Group e não uma*
974 *decisão do Banco Espírito Santo, certamente, e do Departamento Financeiro em absoluto.»*

975 A Espírito Santo International deu, como garantia destes créditos cedidos pelo ES Bank
976 Panamá e ESFIL, o penhor das acções da Rioforte.

977

“sj5”

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

“fim de sj5”

999

1000 Simultaneamente, a 31 de Dezembro de 2013, e segundo consta do Relatório e Contas
1001 Intercalar do Banco Espírito Santo, referente a 30 de Junho de 2014, o GBES tinha uma
1002 exposição de 183 milhões de euros ao ES Bank Panamá. Este valor aumentou para 211 milhões
1003 de euros em Março de 2014 e para 342 milhões de euros em Junho de 2014 (Tabela 3.6).

1004 Tabela 3.6 Exposição do Grupo BES ao ES Bank Panamá (valores em milhões de euros).

	31.12.2013	31.03.2014	30.06.2014
Exposição	183	211	342

1005 Fonte: Relatório de contas intercalar do BES, com referência a 30 de Junho de 2014

1006

1007 A exposição do BES à ESFIL ascendia a 29 milhões de euros em Dezembro de 2013, 111 milhões
1008 de euros em Março de 2014 e a 482 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2014
1009 (Tabela 3.7).

1010 Tabela 3.7 Exposição do Grupo BES à ESFIL (valores em milhões de euros).

	31.12.2013	31.03.2014	30.06.2014
Exposição	29	111	482

1011 Fonte: Relatório de contas intercalar do BES, com referência a 30 de Junho de 2014

1012 Segundo os dados acima apresentados, o aumento de exposição do Grupo BES ao ES Bank
1013 Panamá, entre final de Dezembro de 2013 e final do primeiro semestre de 2014, atingiu os
1014 cerca de 159 milhões de euros.

1015 O acréscimo de exposição do Grupo BES à ESFIL ascende a cerca de 453 milhões de euros.

1016 Somando os dois valores, o total de acréscimo de exposição rondaria os 612 milhões de euros.

1017 De acordo com Isabel Almeida, a partir de uma certa altura, foi necessário reduzir a exposição
1018 à ESFG:

1019 «A determinada altura, em Maio [de 2014], foi dada uma determinação por parte de um
1020 comité das partes relacionadas, no sentido de ser reduzida, nessa altura, a exposição que o
1021 Banco tinha à Espírito Santo Financial Group (e, quando digo «Espírito Santo Financial Group»,
1022 estou a incluir a ESFIL, o Banco do Panamá, a Espírito Santo Financial Group, o Banco do Dubai
1023 e o Banque Privée), que era, salvo erro, de 530 ou 560 milhões, próximo dos 600 milhões de
1024 euros. E, nessa altura, foi determinado que o Banco devia procurar reduzir essa exposição.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1025 Estes factos são corroborados por Joaquim Goes:

1026 «Mas o que lhe posso dizer, como, aliás, já referi aqui, de forma muito clara, é o seguinte:
1027 relativamente ao Espírito Santo Financial Group, nomeadamente a essas entidades que referiu
1028 — a Espírito Santo Financière e a Espírito Santo Bank of Panamá — eram entidades que
1029 pertenciam ao grupo onde havia estes limites interbancários e aquilo que foi estabelecido na
1030 reunião do dia 9 de Maio da comissão de partes relacionadas foi a definição de uma nova
1031 política contrária ou, se quiser, mais restritiva do que aquela que o Banco anteriormente estava
1032 a seguir, no sentido de limitar essa exposição não colateralizada, portanto sem garantias, a
1033 400 milhões de euros e só permitindo que novas operações fossem concedidas se houvesse
1034 colaterais, portanto se houvesse garantia.»

1035 A Directora do DFME do BES, Isabel Almeida afirma que houve operações que foram
1036 efectuadas contra as medidas determinadas pelo Banco de Portugal:

1037 «Peço desculpa, não estava a fazer os cálculos correctos. Para além disso, existe uma outra
1038 operação de 28 milhões de euros. Portanto, são três parcelas: de 72, de 20 e de 28. E penso que
1039 a de 20 é esta do Banque Privée, a que me estava a referir, e não de 28, e a de 28 tem a ver
1040 com uma operação de adiantamento por conta da Rioforte. Ou seja, há uma operação
1041 aprovada, que estava a ser negociada para a Rioforte, no montante de 135 milhões de euros,
1042 colateralizada, tanto quanto sei, e é-me dada autorização para adiantar esses fundos à ESFIL
1043 por conta desse financiamento, que estava a ser concedida à Rioforte. Quando o financiamento
1044 é regularizado e é concedido à Rioforte, a ESFIL diz, a seguir, que só teria emprestado à
1045 Rioforte 107 milhões e, por isso, não devolve 28 milhões dos que tinham sido adiantados
1046 inicialmente.

1047 Portanto, nestes 120 milhões, há um conjunto de duas parcelas que são totalmente irregulares,
1048 os 20 milhões do Banque Privée e os 28 da ESFIL, que não devolve porque utilizou os fundos
1049 para outros fins que não a Rioforte, e, depois, há os 72 milhões, que têm a ver com esta conta-
1050 margem do Nomura.»

1051 Segundo o depoimento de Sikander Sattar, o papel do ES Bank Panamá na circularização de
1052 obrigações em Julho de 2014 apenas se resumiu ao de entidade de custódia dos títulos:

1053 “Durante a tarde de 22 de Julho e a manhã do dia 23 de Julho, foi verificado pela KPMG que
1054 aparentemente — e de acordo com a documentação entretanto obtida junto do Banco Espírito
1055 Santo — as obrigações de 2014 tinham sido adquiridas ou intermediadas pelo Espírito Santo
1056 Bank Panamá, poucos dias após a sua emissão e revendidas no mesmo dia ou em dias
1057 próximos, gerando mais-valias significativas que aparentemente — e com base no que
1058 indiciava a documentação apresentada naquele momento — poderiam ter sido apropriadas
1059 pelo Espírito Santo Bank Panamá, num total superior a 700 milhões de euros. Nesse mesmo
1060 dia, a KPMG Portugal — ainda no dia 23 de Julho — solicitou informação à Espírito Santo
1061 Financial Group sobre as contas mensais do Espírito Santo Bank Panamá e recebeu desta



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1062 *confirmação de que, as referidas mais-valias não foram registadas nas respectivas contas, pelo*
1063 *que não foram apropriadas pelo Espírito Santo Bank Panamá.»*

1064

1065 **A Tranquilidade**

1066 As principais questões levantadas nesta secção prendem-se com a exposição do GES ao Grupo
1067 Tranquilidade (Tranquilidade), a eficácia da constituição de uma provisão de 700 milhões de
1068 euros na ESFG, garantida com mandato irrevogável para a venda de acções da Tranquilidade,
1069 bem como o valor pelo qual esta foi avaliada.

1070 A ESFG e a ESF Portugal são os accionistas da Partran (55% e 45% do capital, respectivamente),
1071 sendo esta última a accionista única do Grupo Tranquilidade. Por sua vez, a Tranquilidade
1072 detém a totalidade do capital social da T-Vida, Seguros Logo, SA., a Esumédica-Prestação de
1073 Serviços Médicos, SA, a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, SA, bem como
1074 participações na Espírito Santo Contact Center, SA, Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde,
1075 SA, Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, SA, Europ Assistance, SA e BES,
1076 Companhia de Seguros, SA.

1077 No final do ano de 2013, a Tranquilidade tinha um activo líquido no valor de 1.000 milhões de
1078 euros, um passivo de 642 milhões de euros e um capital próprio de 358 milhões de euros.

1079 De acordo com o relatório e contas intercalar do BES, com referência a 30 de Junho de 2014, o
1080 Grupo BES detinha cerca de 278 milhões de euros em instrumentos financeiros emitidos pela
1081 T-Vida, no final de 2013, valor que diminui para 191 milhões de euros em Março de 2014,
1082 aumentando para 213 milhões de euros em Junho de 2014.

1083 De acordo com a deliberação n.º 28/2014, de 18 de Julho de 2014, do Instituto de Seguros de
1084 Portugal, a Tranquilidade tem uma exposição directa ao GES de 389 milhões de euros e 103
1085 milhões de euros em fundos geridos por entidades do GES e relacionadas, a 30 de Junho de
1086 2014.

1087 À mesma data, a T-Vida tem uma exposição directa ao GES de 99 milhões de euros e 237
1088 milhões de euros em fundos geridos por entidades do GES e relacionadas.

1089 De acordo com documento do ISP, ocorreu uma insuficiência no apuramento das provisões
1090 técnicas, designadamente na ordem dos 65 milhões de euros para a Tranquilidade e 50
1091 milhões de euros para a T-Vida.

1092 Para além destes dados, o mesmo documento refere que a «*excessiva exposição decorreu de*
1093 *operações de financiamento de curto prazo à ESFG e subholdings, num total de 150 M€ (85 M€*
1094 *de papel comercial da (...) ESFIL, 50 M€ de papel comercial da ESFG e 15 M€ de financiamento*
1095 *de tesouraria à Espírito Santo Financial Portugal, SA.*»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1096 No âmbito da estratégia de blindagem (“ring-fencing”) e das medidas impostas pelo Banco de
1097 Portugal, foi determinado pelo supervisor que o não cumprimento de tais medidas implicaria a
1098 constituição de uma provisão de 700 milhões de euros nas contas da ESFG, de forma a
1099 assegurar a cobertura dos riscos associados à situação financeira da Espírito Santo
1100 International. O valor da provisão constituída, e com referência às contas de 2013, foi
1101 comunicado pela KPMG ao Banco de Portugal a 7 de Fevereiro de 2014. De acordo com a nota
1102 técnica distribuída pelo Governador do Banco de Portugal, na audição de 17 de Novembro, o
1103 supervisor solicitou à PwC a confirmação do valor da provisão a constituir: *«a PwC considerou*
1104 *que, de modo a assegurar um nível de endividamento sustentável nas “holdings” não*
1105 *operacionais do GES, deveria ser registada uma imparidade sobre as exposições em balanço*
1106 *destas entidades no valor equivalente a 10%, sendo esta percentagem consistente com a*
1107 *constituição de uma provisão de 700 milhões de euros.»*

1108 A forma de afectação desta provisão passou *«pela concessão de um mecanismo de garantia ao*
1109 *BES, acordado entre os órgãos de administração de ambas as instituições, através do qual, em*
1110 *caso de incumprimento da ESI, a ESFG se substituiria à ESI no reembolso do papel comercial.*
1111 *Por acordo entre a ESFG e o BES e de modo a atribuir suficiente eficácia a esta garantia, a ESFG*
1112 *concedeu ao BES um mandato irrevogável para a venda da Tranquilidade (cujo valor de*
1113 *avaliação atribuído pela PwC no âmbito do ETRICC2 se cifrava em 700 milhões de euros),*
1114 *ficando os fundos provenientes dessa venda afectos ao reembolso da dívida»*, de acordo com a
1115 nota técnica já mencionada.

1116

1117 **A Rioforte**

1118 Segundo o depoimento de Ricardo Salgado, a Rioforte foi criada na ressaca da crise mundial,
1119 com o objectivo de ser a *holding* única da área não financeira do grupo, com negócios na área
1120 do turismo, saúde, energia, imobiliário, agricultura, entre outros:

1121 *«Em 2009, na ressaca da crise mundial, foi criada a Rioforte, com um capital de 1,3 biliões de*
1122 *euros, pensada para ser a holding única da área não financeira e cotada na Bolsa. Contávamos*
1123 *com o apoio de um conjunto importante de associados, entre outros: Fundo de Garantia do*
1124 *Tempo de Serviço, do Brasil, com a Caixa (banco brasileiro, do Estado); BNDESPAR (Banco*
1125 *Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, do Brasil); Grupo Óscar Americano, um*
1126 *grupo privado importante no Brasil; Grupo FON, um grupo americano também associado ao*
1127 *Brasil; Modal, no Brasil; Angra Infra, no Brasil; e KfW DEG, da Alemanha (a maior instituição de*
1128 *desenvolvimento financeiro na Europa), que participava no capital da PAYCO, no Paraguai.*

1129 *O agravamento da crise, em 2011, retardou a cotação em Bolsa e atingiu, especialmente, em*
1130 *2012 e 2013, a área não financeira, dificultando a reconversão de uma realidade muito*
1131 *diversificada e geograficamente dispersa.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1132 Em 2013, após a aquisição da ES Irmãos e ESFG por parte da Rioforte, a holding da área não
1133 financeira passa também a deter a área financeira do grupo – no fundo, a Rioforte passa a ser
1134 uma segunda holding de topo de todo o GES, logo a seguir à Espírito Santo International, tal
1135 como afirmado por Ricardo Salgado, na sua audição de 9 de Dezembro:

1136 *«A Espírito Santo Irmãos passou a ser uma subsidiária da Rioforte e passou a ser a holding...
1137 Não sei se já viu o gráfico da nova estrutura do Grupo, em coluna, que tem a ESFG, a Espírito
1138 Santo Irmãos, que era accionista da ESFG, e a Rioforte. A Rioforte transferiu as acções que
1139 vinham de cima, da ESI e da ES Financial Group, para a Espírito Santo Irmãos. Portanto, não
1140 são propriamente acções de crédito, são operações de transferência de activos, que fizeram
1141 nascer um suprimento ou crédito da Rioforte para a Espírito Santo Irmãos.»*

1142 De acordo com as palavras de Ricardo Salgado, na sua primeira audição, a Rioforte não tinha
1143 registo de qualquer imparidade:

1144 *«A mesma auditoria, a páginas 32, conclui que a Rioforte não tinha qualquer imparidade, isto
1145 é, para a auditora escolhida pelo Banco de Portugal, precisamente com o fim de avaliar os
1146 créditos concedidos pelo BES, o GES era viável, que o mesmo é dizer que valia a pena ser
1147 recuperado.»*

1148 O Presidente da Comissão Executiva do BES explica como a Rioforte passa de uma entidade
1149 sem imparidades para uma entidade endividada:

1150 *«A Rioforte, em 14 de Março, não tinha imparidade nenhuma, e não teve imparidade
1151 nenhuma, mas como se atrasou o aumento de capital da Rioforte o que aconteceu foi que os
1152 investidores na ESI quiseram ir substituindo progressivamente activos da ESI por créditos sobre
1153 a Rioforte. A ESI reembolsou e esses clientes voltaram a emprestar à Rioforte esses recursos. E,
1154 portanto, há uma transferência de financiamento que estava na ESI para a Rioforte, sendo que
1155 a ESI foi reduzindo o seu passivo e a Rioforte foi aumentando, mas nunca deveria ter
1156 ultrapassado os níveis dos capitais próprios, porque, entretanto, deveria ter-se feito o aumento
1157 de capital, que não foi feito.»*

1158

1159 **A ES Tourism**

1160

1161 A ES Tourism revelou-se um exemplo relevante das operações de engenharia financeira
1162 efectuadas no GES. De acordo com a fase 2 do trabalho de revisão limitada à ESI, elaborado
1163 pela KPMG, a ES Tourism foi uma subsidiária da ESI até Agosto de 2013. A 30 do referido mês a
1164 empresa é vendida por 1 euro a uma sociedade designada Wetsby Enterprisess Ltd, de um
1165 accionista alemão. Simultaneamente, os clientes de retalho do BES detinham, no final do ano
1166 de 2013, cerca de 143 milhões de euros em títulos de dívida da ES Tourism, valor que aumenta
1167 ligeiramente para 144 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2014.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1168 No momento da venda, a empresa tinha um capital próprio negativo na ordem dos 90 milhões
1169 de euros. Como principal activo, a ES Tourism tinha um crédito sobre a ESI na ordem dos 72
1170 milhões de euros, sem vencimento de juros e um empréstimo à GES Finance de cerca de 154
1171 milhões de euros, a uma taxa de juro de 6,5%. Como passivo, a ES Tourism tinha um valor de
1172 320 milhões de euros, relativo a obrigações emitidas e colocadas através da ESFG. A taxa de
1173 juro deste passivo atingia os 6%.

1174 A KPMG, assim como alguns depoentes na CPI, questionaram a natureza do negócio da venda
1175 da ES Tourism ao referido investidor alemão, na medida em que carecerá de racionalidade
1176 económica: a compra de uma empresa com um passivo consideravelmente superior ao activo,
1177 empresa essa que não tem operações para além daquelas já referidas. Houve alguns
1178 depoentes que alegaram que a razão económica do negócio se prenderia com a diferença dos
1179 prazos de vencimento do activo e do passivo: alegadamente, os créditos sobre a ESI e a GES
1180 Finance venceriam a curto prazo, ocorrendo o término do passivo a longo prazo. Assim, o
1181 investidor poderia considerar a possibilidade de adquirir um activo que se materializaria
1182 brevemente, assumindo a responsabilidade de liquidar o passivo num prazo
1183 consideravelmente mais longo.

1184 No entanto, a KPMG afirma não reconhecer a substância económica desta transacção,
1185 afirmando que, para que a ES Tourism alcançasse um ponto de equilíbrio, teria que ver os
1186 créditos cedidos remunerados a uma taxa de 16,6%.

1187 Paralelamente, a auditora afirma que o negócio da venda pode ser considerado materialmente
1188 prejudicial para os detentores de obrigações da ES Tourism, uma vez que passam a ser
1189 credores de uma sociedade altamente deficitária.

1190 No final, foi do entendimento da KPMG incluir a ES Tourism no perímetro de consolidação da
1191 ESI, sofrendo as contas da holding um ajustamento de cerca de -95 milhões de euros no
1192 passivo e no capital próprio. A KPMG refere ainda que em Março de 2014, cerca de 177
1193 milhões de euros de títulos de dívida da ES Tourism foram entregues à empresa pela Martz
1194 Brenan, o que levou a que o passivo da ES Tourism se reduzisse nesse montante.

1195

1196 **A ESCOM**

1197

1198 A ESCOM foi fundada em 1993 pelo Grupo Espírito Santo e por Helder Bataglia, e tem sede na
1199 Holanda. A ESCOM começou com um negócio de diamantes em Angola, no período da guerra,
1200 tendo outros interesses, na indústria do petróleo, na construção civil e nas obras públicas.

1201 Uma das subsidiárias da ESCOM, a ESCOM UK, foi contratada como consultora da Ferrostaal,
1202 empresa do consórcio alemão que vendeu dois submarinos ao Estado Português em 2004.

1203 Para responder sobre a ESCOM estiveram na comissão a depor Luís Horta e Costa, ex-
1204 Administrador da ESCOM, e Hélder Bataglia, Presidente da ESCOM.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 1205 A ESCOM foi anunciada como vendida por variadas vezes, embora esta venda nunca tenha sido
1206 concretizada, apesar de ter sido assinado um contrato a 28 de Dezembro de 2010.
- 1207 Este processo arrastou-se, parecendo que estava sempre por concluir. Num comunicado do
1208 BES enviado ao mercado no dia 10 de Julho de 2014, pode ler-se:
- 1209 *«Adicionalmente, e não referido no quadro anterior, existe uma exposição bruta de 297*
1210 *milhões de euros relativa ao Grupo ESCOM que, segundo informação prestada pelo Grupo*
1211 *Espírito Santo, terá sido vendida, processo ainda não encerrado mas com conclusão prevista*
1212 *para breve.»*
- 1213 O contrato de 28 de Dezembro de 2010 foi assinado entre a Espírito Santo Resources, com
1214 sede nas Bahamas [representada pelo Sr. António Luís Roquette Ricciardi, na qualidade de
1215 Director e pelo Sr. José Cardoso Castella, na qualidade de Senior Manager] e a Newbrook
1216 International Inc, com sede na República do Panamá [representada por Francisco Manuel de
1217 Mendonça Tavares, Advogado] e ligações a Álvaro Sobrinho.
- 1218 Neste contrato é considerado o seguinte:
- 1219 *«O preço global da compra e da venda de acções e do crédito accionista é o que corresponder*
1220 *ao contravalor em euros de 483 milhões USD pago nos seguintes termos: 97 milhões USD até*
1221 *31 de Janeiro de 2010 e 386 milhões USD, correspondente ao remanescente do preço, no*
1222 *momento da prática das formalidades requeridas pela lei holandesa para a conclusão do*
1223 *negócio, incluindo a outorga da escritura pública.»*
- 1224 O destinatário final desta compra, através da empresa Newbrook, seria a Sonangol, tendo Luís
1225 Horta e Costa admitido que via *«como uma boa notícia que a Sonangol entrasse no capital da*
1226 *ESCOM»*, negócio que esteve em vias de se concretizar mas nunca passou à prática.
- 1227 O presidente da ESCOM, Hélder Bataglia, afirmou que foi o responsável por apresentar o
1228 negócio da venda da ESCOM à Sonangol a Ricardo Salgado, e que havia “interesse estratégico”
1229 de Angola na compra: *«Na prática quem trouxe o negócio a Ricardo Salgado fui eu.»*
- 1230 Embora o negócio não tenha avançado, foi pago um sinal de 85 milhões de dólares, disse
1231 Álvaro Sobrinho, no seu depoimento perante a CPI, referindo não saber o destino do dinheiro.
1232 O presidente da ESCOM, Hélder Bataglia, confirmou na sua audição que esse sinal foi recebido
1233 pela ES Resources Ltd.
- 1234 A 21 de Outubro de 2013 é assinado um acordo de revogação do referido contrato, que foi
1235 enviado à CPI pela actual Administração da Espírito Santo Resources Ltd.
- 1236 Este novo acordo foi assinado entre a Espírito Santo Resources Ltd., com sede nas Bahamas
1237 [representada por Ricardo Salgado, na qualidade de procurador com poderes para o acto] e a
1238 Newbrook International Inc, com sede na República do Panamá [representada por Álvaro
1239 Sobrinho].



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1240

1241 **A Portugal Telecom**

1242 A questão da Portugal Telecom SGPS (PT) surge na sequência de uma aplicação em papel
1243 comercial da Rioforte, no valor de 897 milhões de euros, com vencimento em 15 e 17 de Julho
1244 de 2014, e que não foi liquidada. Este facto determinou um elevado prejuízo para a operadora,
1245 com implicações na sua fusão com a empresa brasileira Oi.

1246 A presente secção resume o conteúdo da auditoria levada a cabo pela PwC, relativa à
1247 operação de compra de títulos de dívida do GES pela PT, seguindo-se a transcrição de partes
1248 dos depoimentos de Amílcar Morais Pires, Ricardo Salgado, Henrique Granadeiro, Zeinal Bava
1249 e Luís Pacheco de Melo a este propósito.

1250 No dia 5 de Abril de 2000 é celebrada uma parceria estratégica entre a PT, o Grupo BES e a
1251 Caixa Geral de Depósitos. Na PT eram nesta altura Presidente do Conselho de Administração
1252 Murteira Nabo, Presidente da Comissão Executiva Horta e Costa e CFO Zeinal Bava.

1253 Em 2001, dá-se início à exposição do Grupo PT a títulos do GES.

1254 A 11 de Dezembro de 2004 entra em vigor a ordem OS2504, que estipula a delegação das
1255 competências atribuídas à Comissão Executiva pelo Conselho de Administração em membros
1256 individualmente designados. Assim, o «*Administrador Executivo responsável pela área*
1257 *financeira e o Director de Finanças Corporativas têm competência para proceder a aplicações*
1258 *dos excedentes de tesouraria, através de qualquer das modalidades legalmente admitidas, por*
1259 *prazos não superiores a 180 dias, e sem limite de valor.*»

1260 Ainda nesse ano, a Comissão Executiva da PT aprovou a implementação de um modelo de
1261 gestão centralizada de tesouraria, que seria aplicado a todas as empresas do Grupo PT em
1262 Portugal.

1263 Desde Dezembro de 2010 que, relativamente às transacções com partes relacionadas, não é
1264 necessário um parecer favorável por parte da Comissão de Auditoria para que o Conselho de
1265 Administração aprove aplicações financeiras.

1266 De acordo com a auditoria efectuada pela PwC, desde 2009 que a Comissão de Auditoria
1267 recebia da Área Financeira, a seu pedido, o Relatório “Fecho de Contas”, que servia de base
1268 para o seu parecer trimestral:

1269 «*A estrutura do Relatório desenhada pela Comissão de Auditoria (...) tinha e tem o capítulo 4º*
1270 *titulado “Transacções não usuais ou relevantes” do período (capítulo onde deviam ter sido*
1271 *reportadas as aplicações em títulos BES/GES). Desde 2009 até 2014 nunca foram reportadas*
1272 *essas aplicações que não só eram relevantes como “não usuais” dada a natureza do emitente.*»

1273 De acordo com a PwC, em 3 de Maio de 2013, a exposição a títulos da ESI aumenta de 510
1274 milhões de euros para 750 milhões de euros.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1275 Em Outubro de 2013 foi celebrado um memorando de entendimento com a definição dos
1276 princípios gerais para uma proposta de fusão entre a PT SGPS, a Oi e as suas holdings.

1277 Os eventos de 2014, que de seguida se descrevem, são transcritos do referido relatório da
1278 PwC:

1279 «Em 20 de Fevereiro de 2014 foi publicado o Relatório e Contas consolidado da PT SGPS
1280 referente a 31 de Dezembro de 2013 que na Nota 24 – Investimento de Curto Prazo, incluía
1281 títulos de dívida no montante de € 750m, com a seguinte nota: “Esta rubrica inclui
1282 essencialmente títulos de dívida emitidos pela PT Finance e pela Portugal Telecom com uma
1283 maturidade de aproximadamente 2 meses e que foram liquidados em 2014 nas datas devidas
1284 pelo respectivo valor nominal, acrescido de juros”. Esta nota incluía um erro uma vez que os
1285 títulos não foram emitidos pela PT Finance, mas sim subscritos. Adicionalmente, a nota
1286 encontrava-se incompleta, uma vez que não identificava os emitentes dos títulos.

1287 Em 23 de Abril de 2014 são utilizados € 300m, através da Facility B por um período de 1 mês,
1288 no âmbito do “Term and Revolving Credit Facilities Agreement” datado de 29 de Junho de
1289 2012.

1290 Em 24 de Abril de 2014 é feita uma emissão de € 55m ao abrigo do “Contrato de Organização,
1291 Montagem, Colocação, Garantia de Subscrição, Agente e Pagador e Instituição Registadora de
1292 Programa de Emissões de Papel Comercial entre a PT SGPS e a PT Portugal como emitentes e a
1293 Caixa BI e CGD como instituições”, com início a 29 de Abril de 2014 e reembolso a 15 de Maio
1294 de 2014 (16 dias).

1295 Em 25 de Agosto de 2014, e após a solicitação da CMVM, a PT SGPS emite um comunicado
1296 denominado “Informação complementar aos documentos de prestação de contas consolidados
1297 referentes ao exercício de 2013”, onde, entre outros, se esclarece que os títulos de dívida no
1298 valor de € 759m foram subscritos pela PT Finance e pela PT SGPS (e não emitidos como
1299 constava do R&C) e que foram emitidos pela ESI.

1300 Em 5 de Maio de 2014, foi celebrado um acordo entre a PT SGPS e a PT Portugal de acordo com
1301 o qual são transferidos um conjunto de contratos da esfera da PT SGPS para a esfera da PT
1302 Portugal, sendo que a PT SGPS pagou cerca de € 2.974m a título de compensação pelo facto da
1303 PT Portugal assumir as obrigações que recaiam sobre a PT SGPS. No âmbito deste acordo, a PT
1304 SGPS transferiu para a PT Portugal a aplicação de € 200m em papel comercial da Rioforte.

1305 Ainda em 5 de Maio de 2014, dá-se a liquidação pelo Grupo PT de R\$ 4.788m (€ 1.550m) no
1306 âmbito do aumento de capital da Oi definido no MoU. Note-se no entanto que o montante
1307 transferido para o Brasil foi de € 1.302,5m, uma vez que as outras entidades detidas pelo
1308 Grupo PT e sedeadas no Brasil dispunham já do restante valor necessário para totalizar os R\$ 4
1309 788m.

1310 Em 30 de Junho de 2014, a PT SGPS emite um press release, assinado pelo PCA, Dr. Henrique
1311 Granadeiro, e pelo CFO, Eng. Luís Pacheco de Melo, onde esclarece que, à data do documento,
1312 a PT Finance e a PT SGPS subscreveram € 897m em papel comercial da Rioforte cujo
1313 vencimento seria em 15 e 17 de Julho de 2014.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1314 *Em 15 e 17 de Julho de 2014, a Rioforte não consegue reembolsar o capital e juros resultantes*
1315 *da subscrição de € 897 m de papel comercial.*

1316 *Em 22 de Julho de 2014 a Rioforte dá entrada do pedido de gestão controlada junto do*
1317 *Tribunal do Luxemburgo.*

1318 *Em 8 de Dezembro de 2014 foi confirmada, por um Tribunal do Luxemburgo, a declaração de*
1319 *insolvência da Rioforte.»*

1320

1321 De acordo com a auditoria da PwC à PT foram identificadas 14 situações relevantes relativas a
1322 aplicações em títulos do GES, as principais das quais aqui se descrevem:

- 1323 • As emissões de títulos enviadas pelo BES não continham informação relevante,
1324 designadamente quanto à taxa de juro da aplicação e o período em vigor. Faltavam
1325 ainda informações sobre as demonstrações financeiras do emitente bem como a sua
1326 assinatura;
- 1327 • Ocorreram aplicações em que o prospecto apenas foi enviado após a aplicação;
- 1328 • No que diz respeito ao papel comercial da Rioforte subscrito, em nove dos dez casos
1329 identificados a documentação de suporte apenas foi enviada em 30 de Junho de 2014,
1330 sendo que a primeira subscrição havia ocorrido em Fevereiro e a última em Abril de
1331 2014;
- 1332 • Não terá sido efectuada nenhuma avaliação de risco relativa às aplicações na ESI e na
1333 Rioforte;
- 1334 • Não foi feito um estudo de mercado sobre quais as aplicações existentes que melhor
1335 poderiam remunerar o investimento;
- 1336 • Em algumas situações foi possível confirmar a aprovação dos investimentos por parte
1337 do CFO, o Eng. Luís Pacheco de Melo e ou o Dr. Carlos Cruz. No entanto, na maior
1338 parte das situações não foi possível confirmar quem autorizou os investimentos;
- 1339 • A auditoria confirma que no caso das aplicações em papel comercial subscrito em Abril
1340 de 2014 houve necessidade de endividamento, por parte da PT Finance e PT SGPS, de
1341 forma a poder manter o investimento em papel comercial e fazer face às necessidades
1342 de tesouraria, designadamente aquelas relacionadas com a fusão da Oi. A PwC
1343 confirma que este endividamento não teria sido necessário caso não tivesse ocorrido o
1344 investimento em papel comercial;
- 1345 • Segundo a PwC foi emitida uma *bond* de 1.000 milhões de euros pela PT Finance, em
1346 Maio de 2013, dos quais 500 milhões de euros se destinaram à subscrição de títulos da
1347 ESI;
- 1348 • De acordo com a *Legal Opinion*, a subscrição de títulos bem como a contratação de
1349 aplicações financeiras deviam ter sido objecto de parecer prévio da Comissão de
1350 Auditoria;
- 1351 • «Tendo em conta o disposto no Regulamento Interno do CA, todos os actos de gestão
1352 correntes (designadamente, de gestão financeira e de tesouraria) que pudessem,
1353 devido ao seu montante e ao risco envolvido ter impacto na consumação da Operação
1354 de Combinação de Negócios, teriam de ser necessariamente apreciados pelo CA. Como

1355 *tal, e se se considerar que as aplicações financeiras em títulos emitidos pelo GES não*
1356 *configuram operações de gestão corrente, a subscrição de títulos não poderia ter sido*
1357 *realizada com base na delegação de poderes na CE resultante da OS312 e,*
1358 *consequentemente, da subdelegação de competências previstas na OS2504,*
1359 *porquanto: i) os montantes em causa (€ 897m) correspondem a uma proporção*
1360 *significativa dos activos operacionais da PT SGPS; ii) essa subscrição não cumpria a*
1361 *política de gestão do risco de crédito aprovada na documentação corporativa da PT*
1362 *SGPS; iii) se tratava de uma transacção com parte relacionada que, nos termos da OS*
1363 *111, exigia a sua aprovação pelo CA precedida de parecer favorável da Comissão de*
1364 *Auditoria.*

1365 • *Por outro lado, a partir do momento em que a PT SGPS assumiu obrigações contratuais*
1366 *financeiras de operações de aumento de capital e da subscrição das obrigações*
1367 *convertíveis Oi, no montante de aproximadamente € 1.500m, tal montante deveria ser*
1368 *considerado como uma necessidade de fundo de maneo, a qual, por natureza,*
1369 *reduziria em igual medida a tesouraria líquida do Grupo PT.»*

1370 *A auditoria da PwC conclui afirmando que «de todo o exposto resulta que as operações de*
1371 *títulos emitidos pelas sociedades do GES, que não configurem operações de gestão corrente,*
1372 *efectuadas junto do BES careciam de aprovação pelo CA precedida de parecer favorável*
1373 *emitido pela Comissão de Auditoria.»*

1374 *A auditora refere ainda, quanto à informação divulgada pela PT SGPS no seu Relatório e Contas*
1375 *de 2013, que não existia informação verdadeira sobre o investimento da PT SGPS e PT Finance*
1376 *em títulos de dívida da ESI, no valor de 750 milhões de euros. Do documento constam também*
1377 *evidências de que não estava a ser seguida uma política de diversificação dos investimentos,*
1378 *ao contrário do veiculado no Relatório e Contas referido. Por último, e ainda no que diz*
1379 *respeito à divulgação de informação, o risco de crédito não estava avaliado por agências de*
1380 *notação financeira e não havia referência ao facto do emitente dos títulos de dívida ser uma*
1381 *parte relacionada.*

1382 *Para a PwC, e de acordo com a opinião jurídica que recolheu, a necessidade de financiamento*
1383 *para investimento em títulos de dívida do GES não se enquadra na definição de excedentes de*
1384 *tesouraria, não podendo por isso ter sido realizada a subscrição de papel comercial do GES ao*
1385 *abrigo da OS 2504. O resultado, segundo a auditora, implica que «não bastaria a autorização*
1386 *do CEO e do CFO para se realizar a subscrição de títulos ESI/Rioforte, carecendo sempre de*
1387 *aprovação por parte do CA da PT SGPS, precedido de parecer favorável emitido pela Comissão*
1388 *de Auditoria.»*

1389 *Por último, para a auditora não podem ser consideradas aplicações, com prazo inferior a 180*
1390 *dias, aquelas que consistem na subscrição e sequente renovação, de forma sucessiva, desde 1*
1391 *de Julho de 2012, nomeadamente sem consulta das ofertas de outras instituições.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1392 No que diz respeito aos administradores comuns entre BES e PT SGPS, designadamente
1393 Amílcar Moraes Pires e Joaquim Goes, a PwC refere que existe um potencial conflito de
1394 interesses, na medida em que era o BES o intermediário entre a PT SGPS e o GES,
1395 recomendando que seja feita uma análise à eficácia do sistema de controlo do grupo.

1396 A auditora afirma ainda, baseada nas declarações que recolheu previamente, que *«é possível*
1397 *concluir que até 4 de Junho de 2013 (data de saída do Eng. Zeinal Bava da PT SGPS) era do*
1398 *conhecimento deste, do CFO e do Director de Finanças Corporativas a existência de aplicações*
1399 *em títulos da ESI. A partir desta data, considerando as contradições identificadas e a*
1400 *inexistência de instruções escritas, não conseguimos concluir sobre quem deu instruções para a*
1401 *renovação das aplicações em títulos emitidos pela ESI e mais tarde para a subscrição de papel*
1402 *comercial emitido pela Rioforte.»*

1403 Na sequência das respostas de Henrique Granadeiro à PwC, foi afirmado que *«desde o dia em*
1404 *que foi nomeado CEO da PT SGPS em 4 de Junho de [2013], não teve acesso a qualquer*
1405 *informação financeira da PT SGPS.»* Relativamente aos “Tableaux de Bord”, Henrique
1406 Granadeiro afirmou que *«não lhe foram apresentados Tableaux de Bord enquanto PCE da PT*
1407 *SGPS»*, embora haja actas de reuniões em que esteve presente onde os respectivos Tableaux
1408 de Bord foram aprovados. Afirmou igualmente nunca ter ouvido falar em aplicações na
1409 Rioforte e na ESI, mas apenas em BES/GES, e afirma ter sido Zeinal Bava a falar com Ricardo
1410 Salgado para ser efectuada a aplicação de 200 milhões de euros em Abril de 2014. De acordo
1411 com as respostas apresentadas, Henrique Granadeiro declara que os administradores Amílcar
1412 Moraes Pires e Joaquim Goes fomentaram a venda de títulos. Por último, afirma ainda ser
1413 apenas responsável por 200 milhões de euros de aplicações da PT SGPS no GES, sendo que o
1414 remanescente estava na PT Finance.

1415 O antigo CEO da PT SGPS, Zeinal Bava, afirma ter recebido os Tableaux de Bord, mesmo após a
1416 sua saída, confirmando saber que havia investimento em títulos da ESI, dizendo desconhecer,
1417 no entanto, o montante total investido. De igual forma, afirma não se recordar de qualquer
1418 conversa sobre a passagem de títulos da ESI para a Rioforte, nem de ter estado envolvido no
1419 aumento de exposição ao GES em Maio de 2013 e em Fevereiro de 2014, altura que o
1420 investimento passa de 750 milhões de euros para 897 milhões de euros.

1421 No que diz respeito aos Tableaux de Bord, Luís Pacheco de Melo afirmou que a descrição BES
1422 que se encontrava no documento *«se devia ao facto das aplicações serem tratadas pelo BES*
1423 *(não se tratava de erro propositado). Afirma ser o responsável pela alteração da descrição (BES*
1424 *para ESI e Rioforte) dos Tableaux de Bord de Agosto de 2013 a Abril de 2014, que ocorreu em*
1425 *Junho de 2014.»*

1426 Em relação às ordens para as aplicações que viriam a ser efectuadas, Luís Pacheco de Melo
1427 afirmou ter *«recebido instruções de forma oral para efectuar aplicações de tesouraria,*
1428 *transmitindo-as muitas vezes a Carlos Cruz da mesma forma. Afirma que muitas vezes era o*
1429 *Eng. Zeinal Bava que lhe dava essas instruções, mas apenas enquanto PCE da PT SGPS. Refere*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1430 *que enquanto os depósitos a prazo existiam em vários bancos, as aplicações em títulos só*
1431 *existiam no BES.»*

1432 De acordo com o testemunho de Joaquim Goes, as decisões quanto às aplicações em títulos
1433 seriam tomadas entre Ricardo Salgado e o CEO e CFO da PT SGPS. O administrador do BES e da
1434 PT SGPS afirmou ainda que, caso não tivessem sido feitos aqueles investimentos na ESI e
1435 Rioforte, em 2014, *«numa dessas datas ter-se-ia dado o default.»*

1436 Segundo a auditoria da PwC, Amílcar Moraes Pires declarou desconhecer o facto de a PT SGPS
1437 ter tido que se financiar para aplicar o investimento em títulos de dívida do GES.

1438 A PwC conclui com algumas considerações relativamente às responsabilidades dos diversos
1439 intervenientes, afirmando que, no que diz respeito ao CEO da PT, este *«tinha o dever de se*
1440 *manter informado quanto às operações financeiras contratadas com impacto relevantes na*
1441 *posição de tesouraria da PT SGPS, solicitando em tempo útil e de forma adequada informação*
1442 *ao CFO sobre estes temas e, bem assim, assegurar que tal informação era prestada, em*
1443 *primeira linha, aos demais membros da CE.»*

1444 Relativamente ao CFO, a auditora entende que *«impenderia sobre o CFO o dever de, entre*
1445 *outros, informar pontual e oportunamente os membros da CE e da Comissão de Auditoria, das*
1446 *operações financeiras contratadas pela PT SGPS e suas subsidiárias com impacto relevante na*
1447 *sua posição de tesouraria.»*

1448 **3.1.2 Medidas impostas pelo Banco de Portugal**

1449 Na sequência da identificação pela PwC de um crescimento do passivo face àquela que era a
1450 informação que o BES havia cedido ao Banco de Portugal, o supervisor solicitou *«informação*
1451 *detalhada sobre a evolução nas contas da ESI entre 30 de Junho de 2013 e 30 de Setembro de*
1452 *2013, com especial ênfase nos passivos financeiros e nas aplicações associadas, incluindo*
1453 *justificação das origens do acréscimo registado»*, de acordo com a nota técnica distribuída pelo
1454 Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, na audição de dia 17 de Novembro de 2014.

1455 De acordo com o mesmo documento, o Banco de Portugal interveio em três eixos: i) o
1456 primeiro diz respeito ao conhecimento da real situação financeira da ESI e identificação das
1457 razões que estiveram na origem da alteração do seu passivo financeiro; ii) o segundo refere-se
1458 ao reforço dos mecanismos de governo interno; iii) o terceiro consiste na determinação de
1459 uma barreira de protecção do grupo financeiro face aos riscos emergentes do ramo não
1460 financeiro do Grupo Espírito Santo.

1461 **3.1.2.1 Medidas do Banco de Portugal**

1462 De acordo com as cartas trocadas entre supervisor e o ramo financeiro do GES, as
1463 determinações do Banco de Portugal resumem-se da seguinte forma:

1464



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1465 **Carta enviada ao Presidente do CA da ESFG, Ricardo Salgado, de 3 de Dezembro de 2013**

- 1466 — «*Eliminação da exposição – resultante quer de financiamento directo ou indirecto quer*
1467 *da concessão de garantias – do grupo ESFG à Espírito Santo International (ESI) que não*
1468 *esteja coberta por valorizações prudentes dos activos dados em colateral e por*
1469 *garantias juridicamente vinculativas*»;
- 1470 — «*Constituição de uma conta à ordem (conta “escrow”) alimentada por recursos alheios*
1471 *ao grupo ESFG sem qualquer apoio financeiro ou garantia explícita ou implícita de*
1472 *entidade pertencente ao grupo ESFG, com um montante equivalente à dívida emitida*
1473 *pela ESI e detida por clientes do BES na sequência da colocação na respectiva rede de*
1474 *retalho, devendo essa conta ser exclusivamente destinada ao reembolso dessa dívida.*»
- 1475 — «*A não execução das diligências acima referidas, implicará com referência a 31 de*
1476 *Dezembro de 2013 a necessidade de constituição de uma provisão nas contas*
1477 *consolidadas da ESFG correspondente às imparidades que venham a ser estimadas*
1478 *com base na avaliação em curso da situação financeira da ESI, obrigando ao reforço de*
1479 *capital do grupo ESFG, com vista a assegurar que o rácio Core Tier 1 ao nível da ESFG*
1480 *se situe num valor não inferior a 50 p.b. acima do rácio mínimo em vigor àquela data.*»

1481

1482 **Carta enviada ao Presidente do CA da ESFG, Ricardo Salgado, de 23 de Dezembro de 2013**

- 1483 — «*O reforço das garantias associadas aos financiamentos concedidos pelo grupo ESFG à*
1484 *ESI e ES Resources (ESR), de modo a assegurar que a exposição directa e indirecta do*
1485 *grupo se encontra, de forma permanente e integral, coberta por garantias*
1486 *juridicamente vinculativas, devendo os activos dados em colateral estar*
1487 *prudentemente valorizados.*»

1488 **Carta enviada ao CA do BES, de 4 de Fevereiro de 2014**

- 1489 — «*a) Declaração do Conselho da Administração do Banco Espírito Santo (BES) que*
1490 *confirme o compromisso de cobertura, de forma directa ou através de garantia*
1491 *juridicamente vinculativa prestada por terceiros, da responsabilidade pelo pagamento*
1492 *dos títulos de dívida emitidos pela ESI e detidos por clientes do BES na sequência da*
1493 *colocação na respetiva rede de retalho*»;
- 1494 — «*d) No caso de estar prevista a afectação da referida imparidade/provisão*
1495 *exclusivamente às contas da ESFG, descrição detalhada dos mecanismos que*
1496 *permitirão transferir para esta entidade as perdas subjacentes aos riscos, incluindo*
1497 *reputacionais, imputáveis ao BES, se for esse o caso, devendo essa descrição ser*
1498 *acompanhada de parecer jurídico que sustente a validade e eficácia legal de tais*
1499 *mecanismos e a legitimidade para a ESFG assumir responsabilidades potencialmente*
1500 *atribuíveis à sua filial (...)*»

1501 **Carta dirigida ao CA do BES, de 4 de Junho de 2014**



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1502 — «f) *Elaboração de proposta de revisão, a submeter a aprovação do Banco de Portugal*
1503 *(...) dos termos e condições da garantia prestada pela ESFG a favor do BES, no sentido*
1504 *de estender o respetivo âmbito de cobertura, bem como os mecanismos adicionais de*
1505 *mitigação de risco (conta margem, linha “back-up non-revolving”, e o mandato*
1506 *irrevogável de venda das ações da Companhia de Seguros Tranquilidade), ao*
1507 *reembolso de todas as exposições directas e indirectas (relativas a exposições detidas*
1508 *por clientes de retalho) do Grupo BES ao ramo não financeiro do GES, complementadas*
1509 *pelas seguintes medidas:*

1510 *(...) A validade e eficácia da garantia e dos mecanismos adicionais de*
1511 *mitigação de risco a que se refere o primeiro parágrafo, (...), deve ser objecto*
1512 *de parecer jurídico a emitir por sociedade de advogados reputada,*
1513 *independente e competente para analisar questões à luz do Direito*
1514 *luxemburguês.»*

1515 **Carta ao CA do BES, de 14 de Fevereiro de 2014**

1516 — «*Não comercialização, quer de forma directa quer indirecta (v.g., através de fundos de*
1517 *investimento, outras instituições financeiras) de dívida de entidades do ramo não*
1518 *financeiro do GES junto de clientes de retalho.»*

1519 **Carta enviada ao CA do BES, de 25 de Março de 2014**

1520 — «*Quanto à comercialização de dívida de entidades do ramo não financeiro do GES*
1521 *junto de clientes de retalho, esclarece-se que a determinação específica vigente se*
1522 *reporta à proibição de comercialização junto de clientes de retalho do BES de papel*
1523 *comercial emitido por qualquer entidade do ramo não-financeiro do GES.»*

1524 **Carta dirigida ao CA do BES, de 4 de Junho de 2014**

1525 — «*A extensão da proibição de comercialização, de forma directa ou indirecta, de papel*
1526 *comercial ou outro título de dívida emitido por entidade do ramo não financeiro do GES*
1527 *a todos os clientes de retalho de qualquer entidade do Grupo BES, considerando-se*
1528 *para este efeito que a comercialização abrange a colocação, a intermediação, a*
1529 *promoção e consultoria para investimento.»*

1530 **Carta enviada ao CA do BES, de 4 de Junho de 2014**

1531 — «*A proibição da concessão de novos financiamentos, directos ou indirectos, a qualquer*
1532 *entidade do ramo não financeiro do GES por parte de entidades do Grupo BES.»*

1533 **Carta dirigida ao CA da ESFG, de 4 de Junho de 2014**

1534 — «*A proibição da concessão de novos financiamentos, directos ou indirectos, a qualquer*
1535 *entidade do ramo não financeiro do GES por parte de entidades do Grupo BES.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1536 **Carta enviada ao Presidente da Comissão Executiva do BES, de 30 de Junho de 2014**

1537 — «Adicionalmente, o Banco de Portugal determina a proibição de concessão de novos
1538 financiamentos ou refinanciamentos, directos ou indirectos, às entidades financeiras
1539 do GES que não integrem o BES.»

1540 Na opinião de Ricardo Salgado, uma provisão nas contas da ESFG, para os fins identificados
1541 pelo Banco de Portugal, deveria ter assumido valor mais reduzido:

1542 «Como decorreram, então, os meses seguintes, com o GES e o Banco de Portugal a
1543 prosseguirem o mesmo fim, embora, naturalmente, em missões diversas? Em 31 de Dezembro
1544 de 2013, a exposição do BES ao GES era de 1,9 biliões de euros, atendendo ao papel comercial
1545 do GES colocado em clientes do BES. Em face de que o Banco de Portugal definiu o chamado
1546 ring-fencing, ou barreira protectora, determinou uma provisão de 700 milhões de euros, de
1547 acordo com a KPMG, a ser registada na ESFG, e uma acelerada redução da exposição, com
1548 reembolso do papel detido pelos clientes — observe-se que a Pricewaterhouse entendia
1549 inicialmente que uma provisão de 400 milhões de euros era suficiente.»

1550

1551 **3.1.2.2 Sua implementação**

1552

1553 De acordo com a nota técnica distribuída pelo Governador do Banco de Portugal, na audição
1554 de 17 de Novembro, «não obstante as determinações emitidas e os procedimentos de
1555 monitorização impostos e adoptados, verificou-se um aumento de exposição do grupo
1556 financeiro ao ramo não financeiro do GES.» Este facto determinou que fosse realizada uma
1557 auditoria especial, de âmbito forense, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 116.º do
1558 RGICSF.

1559 O objectivo do procedimento consiste em «avaliar o cumprimento das determinações emitidas
1560 pelo Banco de Portugal, bem como apurar e documentar a existência de indícios de eventuais
1561 práticas ilícitas graves levadas a cabo pelo Grupo BES ou pelos membros dos seus órgãos
1562 sociais», de acordo com o documento distribuído pelo Governador do Banco de Portugal.

1563 À CPI foram disponibilizados dois sumários executivos de partes da auditoria forense,
1564 designadamente um que se refere ao cumprimento das medidas impostas pelo Banco de
1565 Portugal e outro que incide sobre o BESA.

1566 **Evolução da exposição à ESI e à ESR e respectivas garantias**

1567 — No período compreendido entre 31.12.2013 a 30.06.2014, existe um aumento da
1568 exposição do GBES ao ES Bank Panamá e à ESFIL no valor de 579 milhões de euros.
1569 No mesmo período existe um aumento de exposição do ES Bank Panamá e da ESFIL à ESI e
1570 ESR no valor de 699 milhões de euros.

1571

“sj6”



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1572

1573

1574

1575

1576

1577

1578

1579

1580

1581

1582

1583

1584

1585

1586

1587

1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

1600

1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

1608

1609



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1610

1611

1612

1613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637

1638

1639

1640

1641

1642

1643

1644

1645

1646

1647

1648

1649



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1650

1651

1652

1653

1654

1655

1656

1657

1658

1659

1660

1661

1662

1663

1664

1665

1666

1667

1668

1669

1670

1671

1672

1673

1674

1675

1676

1677

1678

1679

1680

1681

1682

1683

1684

1685

1686



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1687

1688

1689

1690

1691

1692

1693

1694

1695

1696

1697

1698

1699

1700

1701

1702

1703

1704

1705

1706

1707

1708

1709

1710

1711

1712

1713

1714

1715

1716

1717

1718

1719

1720

1721

1722

1723

1724



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1725

1726

1727

1728

1729

1730

1731

1732

1733

1734

1735

1736

1737

1738

1739

1740

1741

1742

1743

1744

1745

1746

1747

1748

1749

1750

1751

1752

1753

1754

1755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1763

1764

1765

1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

1773

1774

1775

“fim de sj6”

1776

1777 **3.1.3 A situação do GBES**

1778 De acordo com a maioria dos depoentes ouvidos na CPI, o Grupo Banco Espírito Santo era
1779 considerado «a jóia da coroa» de todo o GES, sendo a sua dimensão dominante na estrutura
1780 do grupo. O total do activo do Grupo Banco Espírito Santo atingia, no final de 2013, cerca de
1781 80.608 milhões de euros, sendo o valor total do activo do ramo não financeiro de cerca de
1782 somente 4.350 milhões de euros.

1783 Com esta secção pretende-se compreender como se degradou a situação do BES. Para esse
1784 objetivo, é essencial perceber e a analisar, em primeiro lugar, as contas do primeiro semestre
1785 de 2014, com o reporte de prejuízos na ordem dos 3.577 milhões de euros.

1786 **3.1.3.1 Contas do primeiro semestre de 2014**

1787 O Relatório Intercalar de Contas do BES, referente ao primeiro semestre de 2014, foi
1788 apresentado a 30 de Julho de 2014, não tendo as contas sido assinadas pelos novos membros
1789 da administração, isto é Vítor Bento, João Moreira Rato e José Honório – uma condição
1790 imposta pelos próprios, atendendo ao facto de terem iniciado funções apenas em meados de
1791 Julho de 2014.

1792 Os prejuízos do BES, com referência aos primeiros seis meses de 2014, ascenderam a 3.577
1793 milhões de euros. Segundo o documento, as principais origens resumem-se da seguinte forma:

1794 — «Factores de natureza excepcional ocorridos durante o corrente exercício determinaram a
1795 contabilização de prejuízos, de imparidade e de contingências que se reflectiram num
1796 prejuízo de 3.577,3 M€ (-3.488,1 M€ no 2º trimestre);

1797 — O custo com imparidades e contingências atingiu 4.253,5 M€, influenciado pelos factores
1798 de natureza excepcional (...);

- 1799 — Durante o mês de Junho concretizou-se uma operação de aumento de capital do BES de
1800 1.045 M€, fazendo elevar o respectivo capital social para 6.085 M€, representado por
1801 5.624.962 mil acções;
- 1802 — O rácio Common Equity Tier 1 era, em 30 de Junho de 2014, de 5,1% (mínimo fixado pelo
1803 Banco de Portugal: 7%);
- 1804 — O crédito a clientes bruto, no 2º trimestre, teve um aumento de 280 M€ e os depósitos
1805 apresentaram uma redução de 310 M€ com o rácio crédito líquido/depósitos a situar-se em
1806 126% (mar, 14: 129%): a alteração do método de consolidação do Aman Bank conduziu ao
1807 agravamento em +2,4pp;
- 1808 — O crédito vencido há mais de 90 dias aumentou 223 M€ no 2º trimestre, com o rácio de
1809 sinistralidade correspondente a situar-se em 6,4% (mar, 14: 6,0%). Por sua vez, o crédito
1810 em risco aumentou no trimestre para 5.290 M€ sendo o respectivo rácio de 11,5% (mar, 14:
1811 11,1%);
- 1812 — O rácio de cobertura do crédito total por provisões atingiu 10,5% (mar, 14: 7,2%) e do
1813 crédito vencido há mais de 90 dias evoluiu para 164% (mar, 14: 119,0%);
- 1814 — O produto bancário comercial teve uma queda de 23,8% face ao semestre homólogo,
1815 determinado pelos ajustamentos contabilísticos realizados no BESA; sem este efeito teria
1816 um aumento de 2,2%;
- 1817 — Os custos operacionais aumentaram 5,7% devido ao custo com as reformas antecipadas de
1818 139 colaboradores e a alterações no perímetro de consolidação; excluindo estes efeitos os
1819 custos teriam aumentado 0,8% com redução de 2,1% na área doméstica.»

1820 Relativamente às provisões no valor total de 4.253 milhões de euros registadas no primeiro
1821 semestre de 2014, 2.131 milhões de euros foram constituídos como provisões para crédito,
1822 186 milhões de euros dizem respeito a títulos, 94 milhões de euros a imóveis, 25 milhões de
1823 euros a prestações acessórias e suprimentos e 1.818 milhões de euros a outros activos e
1824 contingências.

1825 Importa descrever também os factores de natureza excepcional que ocorreram no primeiro
1826 semestre de 2014. Segundo o Relatório de Contas intercalar de Junho de 2014, tais factores
1827 são principalmente os seguintes: i) exposição ao Grupo Espírito Santo; ii) anulação dos juros de
1828 crédito e reforço das provisões no BES Angola; iii) agravamento do risco de crédito; iv)
1829 imparidade na Portugal Telecom; v) emissão de instrumentos financeiros e consolidação de
1830 SPE.

1831 **Exposição ao Grupo Espírito Santo**

1832 Segundo o referido documento, a exposição do Grupo BES deve ser considerada sob dois
1833 prismas: o do crédito concedido e garantias prestadas pelo Grupo BES, bem como da
1834 subscrição de dívida por clientes do Grupo BES.

1835 Relativamente ao crédito concedido e garantias prestadas pelo Grupo BES, o documento
1836 divide a exposição em quatro subgrupos: i) exposição às companhias de seguros; ii) exposição



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1837 à ESFG e suas subsidiárias; iii) exposição à Rioforte e participadas; iv) exposição à ESCOM e
1838 outras sociedades.

1839 **i) Exposição às companhias de seguros**

1840 Segundo o Relatório de Contas intercalar, «os activos detidos pelo BES relacionados com este
1841 subgrupo de entidades, na sua quase totalidade, são constituídos por instrumentos financeiros
1842 unit links emitidos pela T-Vida Companhia de Seguros (...), cujo risco subjacente não inclui
1843 qualquer entidade relacionada com o Grupo Espírito Santo.» O total da exposição ascende aos
1844 226 milhões de euros, mas, segundo o documento, não se optou por constituir qualquer
1845 provisão relativamente a este valor.

1846 **ii) Exposição à ESFG e subsidiárias**

1847 A exposição à ESFG e subsidiárias atingia cerca de 301 milhões de euros em 31 de Dezembro
1848 de 2013. Esse valor aumenta para 416 milhões de euros em Março de 2014 e para 930 milhões
1849 de euros em Junho de 2014. Constata-se, assim, que o maior acréscimo desta exposição ocorre
1850 no segundo trimestre de 2014, designadamente em valores na ordem dos 514 milhões de
1851 euros.

1852 No final do primeiro semestre de 2014, a exposição directa à ES Financière atingia os 482
1853 milhões de euros – em Março de 2014 o valor ascendia a 111 milhões de euros e em
1854 Dezembro do ano anterior a 29 milhões de euros.

1855 A linha de crédito concedido ao ES Bank Panamá chegou aos 342 milhões de euros em Junho
1856 de 2014. A exposição directa em Março de 2014 era de 211 milhões de euros, e em Dezembro
1857 de 2013 de 183 milhões de euros.

1858 Pelos motivos descritos de seguida e de acordo com o Relatório de Contas intercalar do BES,
1859 de 30 de Junho de 2014, foi necessária a constituição de uma provisão de cerca de 807 milhões
1860 de euros:

1861 «O aumento da exposição directa à ESFG, neste trimestre, foi realizado, num primeiro
1862 momento, por via da utilização de crédito concedido no âmbito das relações comerciais
1863 existentes entre estas instituições, tendo atingido 533 M€. A partir do início de Maio, e em
1864 função de uma determinação da Comissão de Partes Relacionadas, ratificada em Conselho de
1865 Administração, foi decidido e aceite pela ESFG que a exposição não colateralizada deveria ser
1866 reduzida para um montante máximo de 400 M€ até 30 de Junho de 2014 e que quaisquer
1867 novos créditos deveriam implicar a constituição de colaterais. No quadro dessa nova política,
1868 foram aprovadas novas operações no valor de 200 M€. Todavia, os compromissos assumidos
1869 por parte da ESFG e suas subsidiárias relativamente à redução de exposição não colateralizada
1870 e à constituição de colaterais em favor do BES não foram, até à presente data, integralmente
1871 cumpridos, podendo alguns deles ter ficado prejudicados pelo pedido de protecção de credores
1872 solicitado pela ESFG. Em Junho de 2014 a exposição do BES à ESFG e respectivas subsidiárias
1873 agravou-se em 120 M€, em consequência de algumas operações realizadas entre o Banco e



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1874 *estas entidades, as quais não foram, no entanto, objecto de aprovação prévia pela Comissão*
1875 *de Partes Relacionadas nem pelos órgãos do Banco com competência para aprovar este tipo de*
1876 *operações. Relativamente a este aumento de exposição, encontra-se em curso uma análise*
1877 *relativa às condições em que o mesmo ocorreu.*

1878 *Adicionalmente, e na sequência dos compromissos assumidos pelo BES no contexto do*
1879 *reembolso da dívida subscrita pelos seus clientes de retalho, verificou-se um aumento de*
1880 *exposição directa à ESFG por via da utilização da linha de crédito associada à garantia*
1881 *constituída pela ESFG a favor dos titulares do papel comercial emitidos pela ESI e,*
1882 *posteriormente, pela Rioforte e comercializados junto de clientes de retalho aos balcões do*
1883 *BES, tendo o BES obtido como colateral de tal linha de crédito um penhor sobre a totalidade*
1884 *das acções representativas do capital social da Tranquilidade. O valor utilizado desta linha é de*
1885 *48,5 M€. Em face do pedido de protecção de credores apresentado pela ESFG, esta linha foi*
1886 *cancelada.*

1887 *O súbito agravamento da situação financeira da ESFG, a colocação de dívida da ESFG na*
1888 *Tranquilidade no montante de 150 M€, bem como os danos reputacionais para a Tranquilidade*
1889 *associados a este enquadramento, e ainda o subsequente pedido de protecção de credores da*
1890 *ESFG afecta de forma muito relevante o valor da garantia prestada aos titulares do papel*
1891 *comercial atrás referidos, tendo este facto levado o BES a assumir directamente o reembolso*
1892 *aos seus clientes de retalho.»*

1893 **iii) Exposição à Rioforte e participadas**

1894 *A exposição à Rioforte ascendia a cerca de 102 milhões de euros em Dezembro de 2013,*
1895 *diminuindo para um valor aproximado de 70 milhões de euros no final do primeiro trimestre*
1896 *de 2014. Em Junho de 2014, o valor fixava-se nos cerca de 271 milhões de euros, tendo sido*
1897 *constituída uma provisão que atinge os 144 M€.*

1898 *De acordo com o Relatório de Contas intercalar:*

1899 *«O principal motivo para o aumento da exposição directa à Rioforte decorre de adiantamentos*
1900 *efectuados em atenção a um mandato exclusivo e irrevogável atribuído ao BES para a venda de*
1901 *uma participação significativa do portfolio da Rioforte, mandato cuja execução pode estar*
1902 *afectada em consequência do pedido de protecção de credores apresentado pela Rioforte no*
1903 *Luxemburgo.»*

1904 **iv) Exposição à ESCOM e outras sociedades**

1905 *A exposição do Grupo BES à ESCOM e outras sociedades ascendeu, em Junho de 2014, a cerca*
1906 *de 373 milhões de euros, dos quais 54 milhões de euros relativos à OPWAY e 297 milhões de*
1907 *euros à ESCOM.*

1908 *A provisão constituída, e com referência à parte não coberta por colaterais, ascendeu a 239*
1909 *milhões de euros.*

1910 Ainda de acordo com o Relatório de Contas intercalar, *«o montante de títulos de dívida*
1911 *emitidos por entidades do Grupo Espírito Santo e subscrito por clientes do Grupo BES à data de*
1912 *30 de Junho de 2014 totalizava cerca de 3,1 mM€, dos quais perto de 1,1 mM€ foram*
1913 *subscritos por clientes de retalho e 2,0 mM€ por clientes institucionais.»*

1914 Em relação ao papel comercial da Espírito Santo International, dos 766 milhões de euros
1915 emitidos, 511 milhões de euros haviam sido subscritos por clientes institucionais e 255 milhões
1916 de euros por clientes de retalho. O valor total ascendia a 676 milhões de euros em Março de
1917 2014 e a 1.473 milhões de euros em Dezembro de 2013.

1918 Em relação à Rioforte e subsidiárias, dos 1.882 milhões de euros em papel comercial emitido,
1919 1.496 milhões de euros encontravam-se junto de clientes institucionais e 386 milhões de euros
1920 junto de clientes de retalho. O valor total emitido em Março de 2014 atingia os 544 milhões de
1921 euros e, em Dezembro de 2013, 565 milhões de euros.

1922 Em relação à ESFG e subsidiárias, o valor de papel comercial emitido atingia os 212 milhões de
1923 euros e encontrava-se subscrito, na totalidade, por clientes de retalho.

1924 Segundo o mesmo documento, o valor das provisões relativamente à dívida subscrita por
1925 clientes do Grupo BES corresponde a 856 milhões de euros.

1926 **Anulação dos juros de crédito e reforço das provisões no BES Angola**

1927 A exposição do Grupo BES ao BES Angola (BESA) perfazia um total de 3.880 milhões de euros
1928 em Junho de 2014, quando em Março esse valor atingia os 3.743 milhões de euros e em
1929 Dezembro de 2013 os 3.668 milhões de euros.

1930 Segundo o Relatório de Contas intercalar, *«a garantia soberana prestada pelo Estado*
1931 *Angolano mantém-se válida.»*

1932 **Agravamento do risco de crédito**

1933 Segundo o mesmo documento, *«o valor das imparidades de crédito apurado para o segundo*
1934 *trimestre foi influenciado: i) pelos impactos directos e indirectos em clientes de crédito do BES*
1935 *resultantes das recentes dificuldades verificadas nas várias empresas do Grupo Espírito Santo,*
1936 *ii) pela revisão interna da imparidade da carteira de crédito de clientes do BES em Portugal e*
1937 *de várias unidades internacionais analisados no âmbito do AQR (Asset Quality Review) do BCE,*
1938 *e iii) pelos desvios observados na execução dos planos de negócios de alguns clientes empresa*
1939 *de dimensão relevante. A conjugação destes factores conduziu a um acréscimo material dos*
1940 *custos de imparidade no 2º trimestre.*

1941 Adicionalmente, foram contabilizados 75,4 M€ relativos ao agravamento no risco de
1942 contrapartes (CVA – Credit Value Adjustment) de interest rate swaps de operações de project
1943 finance; este ajustamento traduziu-se numa redução do justo valor daqueles derivados sendo a
1944 correspondente perda reflectida em prejuízos em instrumentos financeiros.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1945 **Imparidade na Portugal Telecom**

1946 No final do primeiro semestre de 2014, a participação do BES na Portugal Telecom tinha um
1947 valor de mercado de cerca de 241 milhões de euros. A aquisição dessa participação havia
1948 custado cerca de 347 milhões de euros, o que levou à constituição de uma imparidade na
1949 ordem dos 106 milhões de euros.

1950 **Emissão de instrumentos financeiros e a consolidação de *Special Purpose Entities* (SPE)**

1951 O valor dos ajustamentos fruto da emissão de instrumentos financeiros, da consolidação de
1952 veículos e contingências associadas às emissões do Grupo BES junto de clientes de retalho,
1953 atinge os 1.249 milhões de euros. Importa relatar a descrição do Relatório de Contas intercalar
1954 sobre este tema:

1955 «O Grupo BES, no decurso do exercício de 2014, procedeu à emissão de obrigações a desconto,
1956 que mantém registadas no balanço ao custo amortizado. Estas obrigações foram adquiridas
1957 por clientes de retalho, através de intermediários financeiros e por via de vários produtos, por
1958 valores superiores ao respectivo valor de emissão. Atendendo a que se trata de emissões a
1959 muito longo prazo e que foram criadas expectativas de liquidez que podem levar o Grupo a
1960 proceder à compra de parte das mesmas aos Clientes, o Conselho de Administração decidiu
1961 proceder ao ajustamento do valor das referidas emissões, reconhecendo um prejuízo de 767
1962 M€. Este ajustamento terá impactos positivos no custo destes passivos no futuro.

1963 Já no decurso do mês de Julho foram identificados 3 SPE (Special Purpose Entities) cujos activos
1964 eram fundamentalmente constituídos pelas obrigações emitidas pelo Grupo atrás referidas.
1965 Atendendo às características e finalidades destes SPE, concluiu-se que os mesmos deveriam ser
1966 integrados nas contas consolidadas do Grupo BES (...).

1967 Em face do que antecede, o Grupo procedeu agora à consolidação dos 3 SPE acima referidos –
1968 de que resultou uma perda adicional de 44 M€ - e à constituição de uma provisão no valor total
1969 do 4º veículo, perfazendo uma perda conjunta de 121 M€.

1970 Adicionalmente, existem ainda outras emissões de muito longo prazo, subscritas por clientes de
1971 retalho, relativamente às quais também foram criadas expectativas de liquidez que podem
1972 levar o Grupo BES a vir a proceder à aquisição de parte dessas obrigações que, nas condições
1973 actuais de mercado, são transaccionadas por valor superior ao seu custo amortizado. Para este
1974 efeito, o Conselho de Administração decidiu constituir uma provisão para contingências no
1975 valor de 360 M€, que corresponderia à perda total que teria sido incorrida com compra integral
1976 destas emissões à data de 30 de Junho.

1977 (...)

1978 Encontram-se ainda colocadas em clientes de retalho, obrigações do Grupo com prazos mais
1979 curtos, sobre as quais a expectativa de liquidez não se coloca com tanta acuidade. No entanto,
1980 na ausência de mercado secundário líquido para estas obrigações, poderá haver a possibilidade
1981 que o Conselho de Administração considera improvável, de o Banco vir a ter de proceder à



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

1982 *aquisição de uma parte das mesmas. No caso de o Banco ter que proceder à compra de todas*
1983 *as obrigações, o prejuízo a 30 de Junho de 2014 seria de 505 M€ (...).»*

1984 **Outros factores**

1985 Para além dos factores descritos, houve necessidades de ajustamento que decorreram por
1986 outra via, designadamente o reconhecimento de uma imparidade de 10,2 milhões de euros na
1987 participação do Grupo BES no Aman Bank bem como o reconhecimento de provisões para
1988 imóveis no valor de 5 milhões de euros, para activos de sociedades detidas para venda no
1989 valor de 60 milhões de euros e ainda de cerca de 20 milhões de euros reconhecidos como
1990 perdas de instrumentos financeiros.

1991 Ricardo Salgado, na sua audição de 9 de Dezembro de 2014, resume a situação do BES,
1992 contextualizando os eventos no seguimento da crise financeira e das dificuldades de
1993 financiamento. Explica também por que razão o BES não se financiou com recurso ao
1994 financiamento público:

1995 *“Mas como é que o BES viveu nos anos de crise de 2012 e 2013? O Banco Espírito Santo*
1996 *conseguiu romper o fechamento dos mercados internacionais e colocar dívida. E, nisto, houve*
1997 *muito mérito do DFME, Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, e da gestão*
1998 *financeira do Banco. Antes mesmo do Estado, em Novembro de 2012, o BES emitiu 750 milhões*
1999 *de dívida sénior a 3 anos sem garantia estatal — a procura foi quatro vezes superior à oferta —*
2000 *e, ainda antes do final do ano, dívida permutável em acções do Bradesco, no montante de 450*
2001 *milhões de euros a 3 anos.*

2002 *Em Janeiro de 2013, ocorreu nova emissão, agora de 500 milhões de euros, a 5 anos, sénior,*
2003 *sem necessidade de garantia e com procura seis vezes superior.*

2004 *Em Novembro de 2013, ocorreu nova emissão de 750 milhões de euros, a 10 anos, de dívida*
2005 *subordinada Lower Tier 2, em conformidade já com as novas regras de Basileia III/CRD IV*
2006 *(Capital Requirements Directive), reforçando os fundos próprios complementares. A procura*
2007 *atingiu 3 biliões de euros, com aproximadamente 300 investidores.*

2008 *Entretanto, em Maio de 2012, o Banco Espírito Santo aumentou o seu capital, em 1,010 biliões*
2009 *de euros e, em Junho de 2014, como veremos, em 1,045 biliões de euros, com 180% de*
2010 *subscrição.*

2011 *(...)*

2012 *O que fica dito — com 10 aumentos de capital desde 1992 e acesso ao mercado externo em*
2013 *2012 e 2013 — explica a escolha de não recorrer à recapitalização por meio da ajuda do Estado*
2014 *com fundos da troika.*

2015 Relativamente às cartas de conforto emitidas em favor de um banco e um fundo da Venezuela,
2016 Ricardo Salgado explica a sua natureza, afirmando que a PDVSA, beneficiário último das cartas
2017 de conforto, era um cliente relevante para o BES:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2018 «Relativamente às cartas de conforto da PDVSA, gostaria de referir que esta empresa era, e
2019 julgo ainda ser, um cliente relevantíssimo para o Banco Espírito Santo, com elevados recursos
2020 de múltiplas empresas do seu Grupo depositados no BES, para além de um movimento em
2021 trade finance muito rentável para o Banco. Tudo isto referido em acta do Conselho de dia 30 de
2022 Julho, pelo Dr. João Freixa. Recordo que, em 30 de Julho, já não estávamos no Conselho do BES.

2023 Para além deste facto, a ESAF, entidade do BES, tinha concorrido à gestão do Fundo de
2024 Investimento Internacional da PDVSA e ganhou esse concurso, com adjudicação em 5 de Maio,
2025 com um volume de activos sob gestão de 3,5 biliões de euros, no âmbito de um concurso
2026 internacional em que participaram prestigiados bancos a nível global, tais como a UBS, o HSBC,
2027 o Mitsubishi e o BSI. A atribuição da gestão desse Fundo vinha acompanhada da decisão de
2028 investimento de 20% em equity na Rioforte, no montante de até 700 milhões de euros.

2029 No sentido de proteger o BES e o GES foram assinadas duas cartas de conforto, as quais,
2030 porém, necessitariam de um facto precedente, sendo este a substituição da dívida da ESI,
2031 detida pelo FONDEM (Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência) e
2032 pelo BANDES (Banco de Desenvolvimento Económico e Social), por dívida a emitir pela Rioforte,
2033 o que, infelizmente, não foi possível concretizar, devido ao colapso do Grupo Espírito Santo e do
2034 Banco Espírito Santo. De todas estas circunstâncias informei o Dr. Vítor Bento por carta
2035 entregue em 30 de Julho.»

2036 Importa também salientar as respostas enviadas por Bruno de Laage de Meux, representante
2037 do Crédit Agricole no Conselho de Administração do BES, à CPI, designadamente quanto às
2038 dificuldades enfrentadas pelo BES no primeiro semestre de 2014:

2039 «Só tive conhecimento das dificuldades financeiras do BES por ocasião da visita de Ricardo
2040 Salgado em Janeiro de 2014 ao Crédit Agricole (...) e das reuniões do Conselho de
2041 Administração de 31 de Janeiro e de 12 de Fevereiro e pelas cartas trocadas entre o BES e o
2042 Banco de Portugal levadas ao conhecimento dos administradores. Nessa altura, soube que o
2043 BES corria um risco de reputação significativo depois de ter colocado junto dos seus clientes
2044 títulos de dívida emitidos por holdings do GES, cujas dificuldades financeiras acabavam de ser
2045 divulgadas. Seguidamente, solicitámos constantemente que o Conselho de Administração fosse
2046 mantido informado da evolução da situação.»

2047 **3.1.3.2 Provisões**

2048 Nas contas semestrais apresentadas pelo BES a 30 de Julho de 2014 inscreve-se um montante
2049 de 4.253 milhões de euros em provisões, que aqui se explicita de forma mais detalhada. Para
2050 esse fim, transcrever-se-ão duas notas do Banco de Portugal entregues à CPI em carta de 10 de
2051 Dezembro de 2014, designadamente sobre a provisão de 2.000 milhões de euros, que foi
2052 determinada pelo Banco de Portugal, e os 1.500 milhões de euros adicionais decorrentes do
2053 apuramento de certas operações financeiras, pela KPMG, que tiveram lugar em Junho e Julho
2054 de 2014.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2055 **Provisão de 2.000 milhões de euros**

2056 De acordo com o Banco de Portugal, a provisão do valor já referido poderia ser acomodada
2057 pela almofada de capital de que o BES dispunha, sem colocar em causa a sua solvabilidade. Da
2058 carta enviada pelo supervisor à CPI consta a seguinte informação:

2059 *«No final de Julho de 2014, várias empresas do ramo não financeiro do Grupo Espírito Santo*
2060 *apresentavam uma situação financeira extremamente debilitada (...). Nesse contexto, de modo*
2061 *a salvaguardar a cobertura dos riscos decorrentes da exposição creditícia (...) assumida, directa*
2062 *ou indirectamente pelo BES sobre as entidades do grupo Espírito Santo não integradas no*
2063 *grupo BES, o Banco de Portugal determinou, no dia 23 de Julho de 2014, a constituição de uma*
2064 *provisão de 2,0 mil milhões de euros com referência a 30 de Junho de 2014.*

2065 *Este valor foi posteriormente confirmado pela KPMG, conforme demonstra a acta da reunião*
2066 *do Conselho de Administração do BES, realizada no dia 30 de Julho com vista à aprovação das*
2067 *contas do primeiro semestre, onde foi proposta, em resultado do trabalho desenvolvido pelo*
2068 *auditor externo, a constituição de uma provisão de 2.062 milhões de euros para a exposição*
2069 *existente ao grupo Espírito Santo.*

2070 *Importa referir que o montante da provisão determinada pelo Banco de Portugal se encontrava*
2071 *dentro da almofada de capital, tal como divulgada pelo BES no comunicado publicado a 10 de*
2072 *Julho de 2014 (2,1 mil milhões de euros) a propósito da exposição ao Grupo Espírito Santo.*
2073 *Assim, as perdas adicionais, relacionadas principalmente com operações de venda e recompra*
2074 *e obrigações próprias, na ordem dos 1,5 mil milhões de euros face ao expectável na sequência*
2075 *da comunicação do BES ao mercado datada de 10 de Julho, foram os factores determinantes*
2076 *para colocar o banco numa posição de incumprimentos dos rácios mínimos de solvabilidade em*
2077 *vigor (rácio Common Equity Tier 1 de 5 por cento, abaixo do mínimo regulamentar).»*

2078 **Provisão de 1.500 milhões de euros**

2079 De acordo com o regulador, este valor foi apurado pela KPMG e resulta do impacto dos
2080 ajustamentos, nas contas do BES, de certas operações financeiras e emissão das cartas de
2081 conforto:

2082 *«A provisão de 1,5 mil milhões de euros constituída nas contas consolidadas do BES referentes*
2083 *a 30 de Junho de 2014 não foi determinada pelo Banco de Portugal. A KPMG apurou impactos*
2084 *de ajustamento do valor das emissões de obrigações do BES, da consolidação de veículos e*
2085 *demaís contingências associadas às emissões do BES detidas por clientes de retalho, bem como*
2086 *à emissão das cartas-conforto, que determinaram o registo de perdas nas contas do Grupo BES*
2087 *do primeiro semestre de 2014 no valor total de cerca de 1,5 mil milhões de euros.»*

2088 Vítor Bento resumiu os resultados do banco na sua audição, descrevendo brevemente as
2089 provisões lançadas:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2090 *«Aquilo que representa a parte mais importante das provisões efectuadas tem a ver com as*
2091 *provisões de exposição ao Grupo GES e tem a ver com as provisões para as responsabilidades*
2092 *decorrentes da liquidação antecipada de determinadas obrigações que tinham sido emitidas.*
2093 *Esse é o grande core daquilo que foram as provisões que, se quiser, desequilibraram o Banco*
2094 *nas contas de 30 de Julho.»*

2095 Ainda sobre as provisões, Sikander Sattar descreve as razões da sua constituição:

2096 *«(...) é claríssimo que os ajustamentos que foram feitos nas contas do Banco Espírito Santo,*
2097 *claramente protegem e protegeram os clientes particulares. Por isso é que as provisões que nós*
2098 *propusemos, não só ao nível do papel comercial da ESI, como também em relação aos*
2099 *detentores das obrigações que foram identificadas na segunda quinzena de Julho, acabam por*
2100 *proteger, porque hoje o Novo Banco, que tem essa responsabilidade tem as provisões*
2101 *efectuadas e tem toda a legitimidade para poder negociar da forma como melhor entender, de*
2102 *acordo com aquilo que foi aprovado pelas entidades reguladoras, mas tem pelo menos as*
2103 *provisões constituídas para não ter de sofrer mais perdas em relação a isso e pagar aquilo que*
2104 *tem de pagar aos seus cliente.»*

2105 **3.1.3.3 Eurofin**

2106 A Eurofin é uma sociedade financeira que presta serviços diversificados, criada no final do
2107 século passado por Alexandre Cadosch, um antigo colaborador do GES, e sediada na Suíça.
2108 Chegou a pertencer, parcialmente, ao Grupo Espírito Santo, designadamente através de uma
2109 participação de cerca de 20%, por parte da Espírito Santo Resources, de acordo com Ricardo
2110 Salgado, tendo hoje, como principais accionistas, Michel Creton e Nicola di San Germano. A
2111 empresa era, simultaneamente, accionista da ESFG, tendo a sua participação, através de
2112 diversos fundos, na holding financeira do GES atingindo os cerca de 5%, também segundo as
2113 declarações de Ricardo Salgado, na sua primeira audição, de 9 de Dezembro de 2014.

2114 Foi veiculado, em diferentes audições da CPI, existir uma forte relação entre Eurofin e a gestão
2115 de fluxos financeiros do Grupo Espírito Santo. De acordo com Ricardo Salgado, *«A Eurofin, de*
2116 *facto, era um stockbroker, era um corretor, era um private equity, era um gestor de activos,*
2117 *era uma sociedade de aconselhamento, tinha valências na área do termalismo, por exemplo, e*
2118 *na área da hotelaria. Mas a Eurofin foi-se diversificando e, hoje em dia, o Grupo Espírito Santo,*
2119 *infelizmente, colapsou e a Eurofin continua a viver!»*

2120 A presente secção tem por objectivo: i) ilustrar os investimentos e relações financeiras entre a
2121 Espírito Santo International e a Eurofin; ii) descrever o esquema de emissão, circularização e
2122 recompra de obrigações de taxa de juro implícita que terá lesado o BES em cerca de 800
2123 milhões de euros, valor que se reflectiu nas contas semestrais apresentadas a 30 de Julho de
2124 2014.

2125 **i) A Eurofin e a Espírito Santo International**



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2126 A Eurofin e as ligações financeiras entre este intermediário financeiro e o GES, mais
2127 concretamente através da Espírito Santo International, foram objecto de amplo debate no seio
2128 da CPI, nomeadamente no contexto da audição de Isabel Almeida, directora do Departamento
2129 Financeiros de Mercados e Estudos (DFME), que não pôde porém responder de forma
2130 detalhada às questões relacionadas com o esquema de colocação de obrigações, por razões
2131 que se prendem com o segredo de justiça.

2132 Segundo o Vice-Governador do Banco de Portugal, Pedro Duarte Neves, *«a primeira referência*
2133 *detectada à Eurofin (...) é de finais de 2013 e aparece como uma das instituições na qual há*
2134 *uma carteira de títulos da ESI. Portanto, a primeira referência que registo em relação à Eurofin*
2135 *é de finais de 2013. (...) o verdadeiro papel da Eurofin, creio, só veio a ser conhecido em Julho*
2136 *de 2014....»*

2137 Ricardo Salgado confirma o conhecimento da Eurofin por parte do Banco de Portugal:

2138 *«O Banco de Portugal conhecia a Eurofin desde Dezembro, porque a ESI tinha aplicações*
2139 *financeiras na Eurofin que foram sendo desmobilizadas e que serviram para reembolsar*
2140 *passivos. A ES International tinha investimentos feitos também na Eurofin.»*

2141 De acordo com o que foi afirmado na CPI, também pelo mesmo Vice-Governador do Banco de
2142 Portugal, o impacto da Eurofin no Banco Espírito Santo terá atingido os 1.500 milhões de
2143 euros:

2144 *«A Eurofin aparece associada àquelas operações que acabam por ter um impacto nas contas*
2145 *do Banco Espírito Santo, portanto naquele valor de 1.500 milhões de euros, mas nem todos*
2146 *esses 1.500 estarão associados a operações com a Eurofin, mas há uma parte importante desse*
2147 *montante que lhe está associado.»*

2148 Na sequência do trabalho de revisão limitada à ESI, elaborada pela KPMG, a Espírito Santo
2149 International detinha, por via da Eurofin, cerca de 745 milhões de euros em activos financeiros
2150 disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2013. Este valor ascendia a cerca de 857
2151 milhões de euros em Setembro do mesmo ano, o que permite concluir que houve lugar a uma
2152 redução dos investimentos da ESI através da Eurofin. A este decréscimo, de cerca de 252
2153 milhões de euros, acresce uma redução, em Março de 2014, na sequência da entrega de
2154 títulos de dívida da ES Tourism, no valor de 177 milhões de euros, por parte da Martz Brenen à
2155 própria ES Tourism. Na Martz Brenan estavam investidos, a 31 de Dezembro de 2013, cerca de
2156 509 milhões de euros.

2157 De acordo com a informação da auditora KPMG, houve limitações no acesso à informação
2158 relacionada com a Eurofin:

2159 *«Não obstante o esforço do management da ESI para recuperação integral dos investimentos*
2160 *detidos por via da Eurofin, considerando (i) a ausência de informação sobre a natureza dos*
2161 *activos subjacentes a estes investimentos, respectiva existência, titularidade e valorização, e (ii)*
2162 *o eventual recebimento de um valor adicional em Abril de 2014 em instrumentos de dívida da*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2163 *ESI, recomendamos a constituição de uma provisão de 277.141 milhares de euros,*
2164 *correspondente ao saldo em balanço dos investimentos Eurofin à data de 31 de Dezembro de*
2165 *2013 após dedução dos recebimentos subseqüentemente ocorridos e estimados.»*

2166 Entre estas limitações de acesso à informação, a KPMG refere que não foram disponibilizados
2167 alguns dos elementos pedidos, designadamente:

2168 — *«Detalhe da estrutura de fundos/entidades pertencentes ao universo Eurofin nos quais o*
2169 *Grupo detém investimentos (...);*

2170 — *Explicação detalhada da forma de organização de cada fundo/entidade (...);*

2171 — *Detalhe da natureza de todas as transferências de todas as entidades que façam parte do*
2172 *perímetro de consolidação da ESI, com os Fundos e outras posições detidas através da*
2173 *Eurofin, natureza dos activos adquiridos e identificação dos ultimate beneficial owners;*

2174 — *Lista de activos pertencentes aos fundos/entidades da Eurofin nos quais o Grupo detém*
2175 *investimentos e respectivo valor de aquisição devidamente reconciliado com o valor do*
2176 *investimento efectuado pelo Grupo;*

2177 — *Contrapartes efectivas na aquisição desses activos e data de aquisição e detalhe e natureza*
2178 *de todas as transacções entre os Fundos e outras posições detidas pela Eurofin com as*
2179 *entidades do universo ESFG/GBES;*

2180 — *Eventuais contratos de garantia de valor, put options, call options, total swaps ou outros*
2181 *instrumentos de natureza semelhante, contratados com o Grupo ou terceiros, que estejam*
2182 *a garantir o valor dos activos nos fundos/entidades geridos pela Eurofin;*

2183 — *Avaliação actual desses activos;*

2184 — *Detalhe de todas as vendas de activos efetuadas pelos fundos/entidades da Eurofin, em*
2185 *que o Grupo detém investimentos, contrapartes das vendas, valores de venda e respectivos*
2186 *suportes de avaliação;*

2187 — *Origem de fundos de todos os reembolsos efectuados ou a efectuar pela Eurofin com*
2188 *detalhe dos activos alienados, contrapartes, valores de venda e respectivos suportes de*
2189 *avaliação.»*

2190

2191 Os activos que a Espírito Santo International detinha junto da Eurofin terão sido parcialmente
2192 liquidados e transferidos para a holding de topo do GES, com o objectivo de alimentar a conta
2193 dedicada (“escrow”), de acordo com Joaquim Goes:

2194 *«A situação era a seguinte: a ESI tinha a obrigação de pagar aos clientes do Banco esse papel*
2195 *comercial e sem apoio directo ou indirecto da Financial Group ou do Banco — estas eram as*
2196 *regras que tinham sido instituídas.*

2197 *O que é que foi então feito? Foi perguntado à ESI que meios tinha, porque não bastava dizer*
2198 *que ia pagar, nós tínhamos que ter um plano que nos permitisse ir acompanhando ao longo*
2199 *dos dias, já não é das semanas nem dos meses, a entrada de fundos nessa escrow account.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2200 Assim, de acordo com o que nos foi reportado pela ESI, aliás, estava nas contas da ESI, de 30 de
2201 Setembro de 2013 — as tais que depois sofreram a tal correção —, havia um crédito da ESI
2202 relativamente à Eurofin, ou seja, a ESI tinha fornecido um conjunto de recursos à Eurofin (essa
2203 entidade que, supostamente, era uma sociedade gestora de fundos e de investimentos), salvo
2204 erro, na ordem dos 700 ou 800 milhões de euros, e isto vinha nas contas da ESI como um activo
2205 da própria empresa.

2206 Portanto, aquilo que na altura nos foi transmitido pela Espírito Santo International foi que
2207 tinha dado instruções à Eurofin no sentido de liquidificar um conjunto desses investimentos,
2208 permitindo, por essa via, alimentar a conta escrow e reduzir a dívida que a Eurofin tinha à ESI.

2209 Foi esse o mecanismo que nos pareceu... Bom, como qualquer entidade na altura, podia ser a
2210 Eurofin ou podia ser uma outra entidade qualquer, mas, na prática, tendo a ESI esse crédito
2211 perante a Eurofin podia utilizar esse dinheiro — ou uma parte dele, pelo menos — para
2212 alimentar a conta escrow. Basicamente foi isso.

2213 (...)

2214 Penso que estamos a falar de um valor à volta dos 400 milhões de euros.»

2215 Em suma, segundo Joaquim Goes, a ESI detinha activos na Eurofin, cuja liquidação permitiu
2216 retirar liquidez, no valor de 400 milhões de euros, sendo esse montante transferido para a
2217 conta escrow, onde era realizada a diminuição de exposição dos clientes do BES ao Grupo
2218 Espírito Santo.

2219 No final, e com referência a 31 de Dezembro de 2013, foi determinado pela KPMG um
2220 ajustamento de cerca de 277 milhões de euros, com impacto negativo no activo e no capital
2221 próprio, relativo à exposição da ESI à Eurofin.

2222 Sobre os objetivos do recurso à Eurofin, Ricardo Salgado, na audição de 9 de Dezembro de
2223 2014, afirmou que a utilização deste intermediário financeiro teve como desígnio eliminar a
2224 exposição de clientes ao Grupo Espírito Santo:

2225 «A Eurofin foi uma empresa que trabalhou de perto com a área financeira do Banco — e a área
2226 financeira do Banco vai vir a esta Comissão — e, portanto, o Dr. Amílcar Moraes Pires e a Dr.^a
2227 Isabel Almeida poderão contar, com mais detalhe, essas operações. Agora, do que eu não
2228 tenho dúvida alguma é que os resultados que foram concretizados pela Eurofin, ou pelo
2229 intermediário que tratou destas operações — eu não conheço os detalhes —, foram
2230 integralmente para eliminar, neutralizar, os riscos que os clientes tinham com as obrigações do
2231 Grupo Espírito Santo, e, como já disse, acredito que a maioria seja clientes não residentes,
2232 porque estavam num SPV, num banco internacional.»

2233 O Presidente da CMVM corrobora esta mesma lógica:

2234 «Segundo uma informação, penso e espero não estar aqui a violar nenhum segredo, que foi
2235 dada aos auditores — e penso que os Srs. Deputados terão esses documentos —, essas
2236 diferenças, depois, foram utilizadas para reembolsar dívida de outras entidades do Grupo.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2237 O procedimento de eliminação da exposição ao GES passou também pela emissão e colocação
2238 de obrigações através de um intermediário financeiro, tal como já descrito. O lucro dessa
2239 operação, estimado em cerca de 800 milhões de euros, terá servido à Eurofin para aquisição
2240 de dívida titulada da ES Tourism, Rioforte, ESCOM, ESI e acções preferenciais da EG Premium,
2241 detida por 3 Entidades Veículo com Fins Especiais (SPV) sediados em Jersey (Top Renda,
2242 Poupança Plus e Euro Aforro) e geridos pelo Crédit Suisse, de acordo com a auditoria da PwC.

2243 **ii) A colocação de obrigações com taxa de juro implícita**

2244 No ano de 2014, e antes da medida de resolução, o BES emitiu um conjunto de instrumentos
2245 de dívida própria – Euro Medium Term Notes (EMTN), que passaremos a designar,
2246 simplesmente, por obrigações. No total, houve lugar a 13 emissões desses instrumentos em
2247 2014.

2248 A recompra das obrigações foi decidida no período em que Ricardo Salgado se encontrava na
2249 fase final de comando dos destinos do BES. A administração que lhe sucedeu, presidida por
2250 Vítor Bento, deparou-se com as consequências da circularização e recompra destas
2251 obrigações. Sobre esse período, Vítor Bento comenta que a nova gestão se viu obrigada, por
2252 questões reputacionais, a honrar certos compromissos, mas que essa decisão nada teve a ver
2253 com a decisão de recompra das obrigações que lesou o banco:

2254 *«Sobre a questão dos procedimentos menos canónicos da anterior administração, enfim, como*
2255 *disse, eu, quando entrei, entrei com a preocupação do futuro do Banco e, portanto, achei que o*
2256 *passado do Banco é da responsabilidade — e, aliás, isso foi-me dito de alguma forma —, no*
2257 *fundo, do supervisor que já iria desencadear as auditorias forenses que se destinavam*
2258 *precisamente a apreciar isso e, portanto, esse juízo iria ser feito de forma objectiva sem*
2259 *necessidade de eu estar a formular opiniões subjectivas. É óbvio que à medida que me fui*
2260 *confrontando com as situações, fui descobrindo que havia coisas que, provavelmente, seriam*
2261 *práticas, no mínimo, mais discutíveis — estou a referir-me apenas a dados públicos, como é o*
2262 *caso daquelas cartas de conforto, envolvendo credores do Grupo GES na Venezuela, e a forma*
2263 *como se tinham processado as emissões de obrigações que estavam, na altura, a ser*
2264 *recompradas pelo Banco.*

2265 *E a esse propósito, saltando para a última pergunta e depois já vou às outras, não é verdade,*
2266 *como, aliás, tive oportunidade de esclarecer ao Observador, que as operações suspeitas*
2267 *tivessem continuado depois da nossa presença dentro do Banco. As operações, eventualmente,*
2268 *suspeitas e, portanto, aquelas que poderiam estar na mira da suspeição ou da ruína, foram as*
2269 *que foram feitas antes. Naquela altura, com o que nós estávamos confrontados, era com os*
2270 *clientes a pedir, no fundo, o reembolso de obrigações e nós, enquanto gestores, confrontados*
2271 *com o risco de gerar uma desconfiança geral sobre o Banco, nomeadamente da parte dos*
2272 *clientes, recusando recomprar essas obrigações e podendo aumentar a dúvida sobre se o*
2273 *Banco era sustentável e, portanto, se podia honrar os compromissos com os seus clientes, o*
2274 *que poderia desencadear uma corrida ao Banco e, para honrar esses compromissos, ter que*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2275 *aceitar realizar prejuízos ou, para evitar realizar prejuízos, aceitar pôr ainda mais em risco a*
2276 *questão do Banco. Portanto, era uma questão de gestão. A determinada altura, as transacções*
2277 *acabaram por ser suspensas porque se entendeu que os riscos envolvidos já eram de outra*
2278 *natureza.»*

2279 Ricardo Salgado argumentou que a operação de recompra foi necessária para conter danos
2280 reputacionais:

2281 *«Agora, quero relembrar que, se essa operação não tivesse sido feita, quem teria tido o*
2282 *prejuízo teriam sido os clientes e estes ter-se-iam virado contra o Banco, porque, naturalmente,*
2283 *teriam o direito, como os outros clientes que estavam ao abrigo da proteção dos 700 milhões*
2284 *de euros da provisão, de, pelo menos pensar, que poderiam ser reembolsados por essas*
2285 *obrigações.»*

2286 Estas obrigações tinham características muito específicas, a saber:

- 2287 — Obrigações de muito longo prazo, pois das treze emissões o prazo de vencimento mais
2288 curto ocorria em 2046 e o prazo mais longo em 2052;
- 2289 — Cupão 0%, ao contrário da maior parte de obrigações que circula no mercado (e que
2290 remunera os seus compradores com uma taxa de juro, vulgo “cupão”), estas obrigações
2291 tinham um cupão nulo, ou seja, no final de cada período não havia lugar a pagamento de
2292 juros aos seus titulares;
- 2293 — Taxa de juro implícita, pois não havendo pagamento de cupão, os investidores retiram
2294 rendimento das obrigações comprando as obrigações a um dado valor, em 2014, e
2295 recebendo, entre os anos de 2046 e 2052, um montante significativamente superior. Este
2296 ganho pressupõe que, entre o valor mais baixo comprado pelo cliente em 2014 e o valor
2297 mais elevado recebido no vencimento da obrigação, decorreu um ganho de x% ao ano, o
2298 que equivale a dizer que a obrigação tinha uma taxa de juro implícita deste valor.

2299 O processo de colocação destas obrigações obedeceu a quatro fases distintas:

- 2300 1. O BES emite este conjunto de obrigações;
- 2301 2. O BES coloca este conjunto de obrigações no BES Vida e no ES Fixed Income;
- 2302 3. O BES Vida e o ES Fixed Income vendem estas obrigações a um *broker* – que, ao que tudo
2303 indica, será a Eurofin ou uma entidade associada (1ª venda);
- 2304 4. A Eurofin ou a entidade associada revende a obrigação a clientes do BES (2ª venda).

2305 Em 2014, o BES procedeu a 13 emissões de obrigações. O total do valor emitido atingiu os 468
2306 milhões de euros. Estas emissões, somadas, valeriam cerca de 5.000 milhões de euros entre
2307 2046 e 2052. Ou seja, entre os 468 milhões de euros emitidos em 2014 e o valor a pagar no
2308 vencimento do produto, decorre uma considerável diferença. Esta diferença corresponderia a
2309 uma taxa de juro anual implícita de 7%.

2310 O BES coloca estes 468 milhões de euros, com um rendimento implícito de 7%, no BES Vida e
2311 ES Fixed Income. Tal tramitação não traz qualquer tipo de ganho ou perda para nenhuma das
2312 empresas envolvidas. De seguida, estas empresas vendem as obrigações à Eurofin, recebendo
2313 o valor total de 468 milhões de euros e assumindo a responsabilidade de, entre 2046 e 2052,
2314 reembolsar a Eurofin em 5.000 milhões de euros.

2315 A Eurofin, no entanto, é apenas um intermediário, pois o objectivo final é o de colocar estas
2316 obrigações junto de clientes. Tal processo ocorreu, mas a um valor muito superior aos 468
2317 milhões de euros. Estima-se que o valor de colocação tenha atingido os cerca de 1.250 milhões
2318 de euros. Ou seja, a Eurofin vende obrigações aos clientes por 1.250 milhões de euros, quando
2319 as havia comprado a 468 milhões de euros. Há portanto aqui lugar a um ganho de cerca de 800
2320 milhões de euros por parte da Eurofin. Para os clientes, comprar a 1.250 milhões de euros algo
2321 pelo qual receberiam 5.000 milhões de euros cerca de 32 a 38 anos mais tarde, significava uma
2322 taxa de juro implícita de 4%. Neste momento importa notar que não há lugar a perdas reais
2323 para o BES. A única perda (uma espécie de custo de oportunidade) a considerar é o facto de o
2324 banco estar a remunerar os titulares de obrigações a uma taxa de 7% sobre o valor emitido,
2325 quando podia estar a pagar 4%, em condições normais de mercado.

2326 Quando se iniciam os problemas reputacionais do BES (recorde-se que as obrigações
2327 correspondiam a títulos de dívida do BES), é tomada a opção de recomprar as obrigações aos
2328 clientes. Esta recompra é feita pelo BES. No entanto, como os clientes haviam adquirido as
2329 obrigações por cerca de 1.250 milhões de euros, tendo o BES recebido apenas 468 milhões de
2330 euros por elas, há lugar a uma perda, para o banco, de cerca de 800 milhões de euros.

2331 A esta perda para o BES corresponde um ganho de valor equivalente para a Eurofin. Na CPI foi
2332 veiculado que este valor arrecadado pelo intermediário terá servido para que este adquirisse
2333 dívida da área não financeira do GES a clientes da área financeira do GES, designadamente
2334 através de títulos da ES Tourism, Rioforte, ESCOM, ESI, bem como acções preferenciais da EG
2335 Premium.

2336 Em suma:

- 2337 1. O BES emite um conjunto de obrigações no valor de 468 milhões de euros, com uma taxa
2338 de juro implícita de 7% (o que equivale a dizer que daqui por 32-38 anos o BES terá que
2339 reembolsar 5.000 milhões de euros por estas obrigações).
- 2340 2. O BES coloca estas obrigações no BES Vida e ES Fixed Income – não há lugar a perdas e
2341 ganhos.
- 2342 3. O BES Vida e o ES Fixed Income vendem estas obrigações por 468 milhões de euros à
2343 Eurofin, com a mesma taxa de juro implícita.
- 2344 4. A Eurofin vende as mesmas obrigações por um valor aproximado de 1.250 milhões de
2345 euros, com uma taxa de juro implícita de 4% (o que equivale a dizer que daqui por 32-38
2346 anos a Eurofin teria que reembolsar os clientes no valor de 5.000 milhões de euros).



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2347 5. O BES decide recomprar as obrigações aos seus clientes, incorrendo numa perda potencial
2348 de aproximadamente 800 milhões de euros.

2349 6. A esta perda do BES corresponde um ganho da Eurofin, que terá sido utilizado para
2350 compra de dívida do GES junto de determinados clientes.

2351 A nova administração do Banco Espírito Santo, liderada por Vítor Bento, decidiu adjudicar à
2352 PwC uma auditoria à recompra dos referidos instrumentos de dívida própria. A explicação para
2353 o esquema de colocação das obrigações é referida com detalhe na audição de Vítor Bento:

2354 *«Portanto, suponha que um banco, em determinada altura, por necessidades de*
2355 *funcionamento ou seja pelo que for, decide fazer uma emissão de obrigações e, para não ter*
2356 *que pagar juros todos os anos, faz uma emissão de obrigações de cupão zero. E faz uma*
2357 *emissão a um prazo muito longo, 40 anos. Admitimos que o valor nominal a reembolsar dessa*
2358 *obrigação é de 5.000 milhões de euros. Ao fazer essa emissão, para a colocar, tem que garantir*
2359 *uma determinada taxa de rendimento a quem as comprar, uma vez que não vai receber*
2360 *cupões, ou seja, entre o preço por que as compra hoje e o preço por que vai receber, tem que*
2361 *ter uma diferença que, capitalizada, dê uma determinada taxa de rendimento.*

2362 *Suponhamos — enfim, isto não andarà muito longe do que aconteceu — que essa taxa de*
2363 *rendimento era de 7%. Portanto, as obrigações eram colocadas no intermediário, como é*
2364 *também natural. Portanto, o banco coloca essas obrigações no intermediário e vende-as por*
2365 *330 milhões. Aliás, andarà à volta disso, de 300 e poucos milhões, que é o valor actual de uma*
2366 *obrigação de cupão zero, a 40 anos, de 5.000 milhões.*

2367 *Suponha que, por qualquer razão, esse intermediário, provavelmente em conjunto com o*
2368 *banco, consegue recolocar essas mesmas obrigações junto de clientes do banco, com uma taxa*
2369 *implícita de 4%, o que, num cenário de taxas baixas, pode ser atractivo para os clientes,*
2370 *sobretudo se lhe for dada a garantia de que essas obrigações têm liquidez e que podem ser*
2371 *recompradas sem perda de valor. Se essa operação acontecer assim, o intermediário que*
2372 *recoloca as operações nos clientes, revende-as por cerca de 1.000 milhões, portanto,*
2373 *realizando uma mais-valia, em pouco tempo, de cerca de 700 milhões.*

2374 *E, portanto, essa parte, a realização dessa mais-valia, é que poderá ser questionável sobre por*
2375 *que é que, num prazo relativamente curto, há uma diferença em taxas de rendimento tão*
2376 *elevadas.*

2377 *Do lado do banco, se as obrigações estiverem nos clientes e se lhes tivesse sido dada a*
2378 *garantia, explícita ou implícita, de que, ao fim de um determinado prazo ou quando eles*
2379 *quiserem, essas obrigações são recompráveis, e são recompráveis com garantia de liquidez e*
2380 *de preço, o banco, para manter a sua franquia, isto é, para manter a confiança dos clientes,*
2381 *terá que cumprir essa obrigação.*

2382 *O problema que aqui se colocará — e em situações normais isso acontecerá — é que, enquanto*
2383 *houver clientes sempre interessados em comprar, é sempre possível passar as obrigações de*

2384 *uns clientes para outros, o que é um processo normalíssimo, que não tem nada de*
2385 *extraordinário, portanto é um mercado secundário e, como digo, um investimento de 4% seria*
2386 *atractivo e, portanto, seriam facilmente repassadas.*

2387 *Se, de repente, o banco chegar a uma situação em que a sua solvabilidade fica em dúvida, de*
2388 *repente, pode haver menos gente a querer comprar do que aquela que está a querer vender e o*
2389 *banco ou tem um intermediário que estacione as obrigações na sua conta, enquanto não se*
2390 *consegue arranjar compradores, ou tenta ficar na sua conta com essas obrigações, com a*
2391 *intenção de as revender.*

2392 *Acontece que as novas regras contabilísticas não permitem que um banco detenha obrigações*
2393 *próprias na sua carteira e, portanto, uma vez compradas, é obrigado a amortizá-las.*

2394 *Ora, se elas tiverem sido emitidas nas condições em que eu disse, portanto, em que cada 100*
2395 *euros de valor nominal de pagamento geram, hoje, 33 euros, isto é, foram vendidas por 33*
2396 *euros, o banco, ao longo dos 40 anos, no seu passivo, irá capitalizar 7% desse valor por conta*
2397 *de contrapartida de resultados. Se, de repente, tiver que as comprar a um valor superior ao que*
2398 *está no seu balanço, tem que registar esse prejuízo. E, portanto, apareceu-nos uma situação*
2399 *dessa natureza, começaram a aparecer obrigações que tinham que ser amortizadas e que*
2400 *estavam a gerar prejuízo precisamente porque as taxas implícitas a que estavam a ser*
2401 *compradas eram diferentes daquelas a que tinham sido emitidas.*

2402 *E foi essa constatação de que no banco estava a acontecer uma coisa dessas — a história que*
2403 *estive a contar é uma história hipotética — e, portanto, agora, apareceram obrigações que*
2404 *começavam a ter esse prejuízo porque a taxa de rendimento a que eram compradas, que eram*
2405 *aquelas que os clientes tinham, eram diferentes daquelas que tinham sido emitidas e mandou-se*
2406 *investigar, sendo a investigação desencadeada pela Pricewaterhouse e os próprios auditores*
2407 *do banco também avaliaram isso e foi isso que levou a que, nas contas de 30 de Junho, fosse*
2408 *determinada uma provisão substancial para o risco das obrigações que estavam em mãos de*
2409 *clientes e que poderiam ter, implícita ou explicitamente, alguma garantia de reembolso, tanto*
2410 *mais que a própria CMVM entendia que essas obrigações deviam ser pagas com garantia de*
2411 *rendimento ou de preço, isto é, que existiria uma garantia implícita ou explícita.»*

2412 Segundo Sikander Sattar, da KPMG, após alguma investigação, a equipa de auditoria
2413 apercebeu-se de irregularidades nesta circularização de obrigações:

2414 *«Sobre a recompra, a partir de sexta-feira, dia 11, e depois da investigação que a equipa esteve*
2415 *a fazer durante o fim de semana e no contacto que tivemos também com a comissão executiva*
2416 *do banco, ainda no domingo, acabámos por ter a clara ideia de que algo estava mal, de que*
2417 *algo não estava a ser feito de acordo com as regras e foi essa investigação que acabou por*
2418 *culminar com a identificação do tema e da confrontação com a direcção financeira deste nosso*
2419 *entendimento, que foi confirmado.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2420 De acordo com Vítor Bento, na sequência da investigação ao processo das obrigações, foi
2421 decidido parar com todas as transacções financeiras com a Eurofin:

2422 *«Quando, na investigação deste processo das obrigações, nos apercebemos que havia qualquer*
2423 *coisa estranha, que o intermediário era a Eurofin e que, aí, sim, se geraram suspeitas que*
2424 *pudesse haver qualquer coisa menos própria, o que foi decidido, de imediato, para além da*
2425 *auditoria que eu já referi, foi parar todas as transacções do Banco com a Eurofin. Aliás, (a*
2426 *Eurofin) era o broker principal do Banco, tinha os seus sistemas interligados com os sistemas do*
2427 *Banco para efeitos de transaccionalidade e a decisão que tomámos, naquele momento,*
2428 *portanto até que as coisas fossem averiguadas, foi que a Eurofin seria suspensa como*
2429 *contraparte de qualquer transacção com o Banco.»*

2430 Sikander Sattar, da KPMG, afirma que reuniu com Vítor Bento para análise do esquema de
2431 circularização de obrigações identificado:

2432 *«No dia 24 de Julho, depois de informado o novo Presidente da Comissão Executiva do Espírito*
2433 *Santo — é a tal reunião que eu referi há pouco que tivemos com o Dr. Vítor Bento — realizou-*
2434 *se uma reunião entre a KPMG Portugal e o Banco Espírito Santo. Nessa reunião, e esta reunião*
2435 *é já com os serviços do Banco Espírito Santo, com os departamentos do Banco Espírito Santo, a*
2436 *KPMG Portugal comunicou as averiguações e constatações efectuadas, nomeadamente sobre o*
2437 *circuito das obrigações de cupão zero emitidas a desconto através do Espírito Santo Bank*
2438 *Panamá, e insistiu por explicações concretas e específicas sobre: a justificação do racional*
2439 *económico das transacções detectadas com estas obrigações cupão zero emitidas em 2014,*
2440 *com determinadas yields, mas colocadas em clientes com rentabilidades bastante inferiores; a*
2441 *identificação das contrapartes envolvidas; o destino dado aos fundos gerados para terceiros*
2442 *pelas operações, e que ascendem a valores superiores a 700 milhões de euros, e quarto: as*
2443 *contas dos referidos quatro veículos que tinham sido identificados. As explicações então*
2444 *finalmente obtidas, permitiram à KPMG Portugal apreender a forma e a natureza das*
2445 *operações realizadas via Espírito Santo Bank Panamá, e através dos tais quatro veículos*
2446 *referidos.*

2447 *(...)*

2448 *Em relação às entidades envolvidas na operação das obrigações, efectivamente as operações*
2449 *foram feitas através da Espírito Santo Bank of Panamá e, embora não apareçam nos livros do*
2450 *Espírito Santo Bank of Panamá, existe evidência de que elas passaram por lá antes de irem*
2451 *parar à tal entidade de intermediação sediada na Suíça.»*

2452

2453 **3.1.3.4 Banco Espírito Santo Angola (BESA)**

2454 A presente secção pretende descrever a situação patrimonial do BESA e o seu impacto no
2455 Grupo BES, que detinha uma participação de 55,7% da filial angolana. Pretende igualmente
2456 retratar a exposição do BESA a clientes beneficiários de crédito, cujo montante seria
2457 assegurado por uma garantia soberana do Estado Angolano. Por último, dar-se-á nota dos



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2458 resultados dos relatórios de gestão elaborados pela KPMG Angola, também presidida por
2459 Sikander Sattar.

2460 Como nota introdutória, há que referir a alteração efectuada na composição dos órgãos de
2461 gestão do BESA em 2012, com a saída de Álvaro Sobrinho das funções de Presidente da
2462 Comissão Executiva do BESA em Outubro de 2012, tendo sido substituído por Rui Guerra nessa
2463 data, ainda que do ponto de vista operacional tal tenha ocorrido essencialmente a partir do
2464 início do ano de 2013.

2465 As principais questões levantadas pelo tema BESA, no contexto da CPI, prendem-se com o
2466 contexto da emissão de uma garantia soberana relativa aos créditos concedidos pela
2467 subsidiária do Grupo BES, a sua revogação, bem como com a exposição do BES ao BESA.

2468 Álvaro Sobrinho descreve com pormenor a razão de ser da filial angolana na sua declaração
2469 inicial perante a CPI:

2470 *«A constituição do BESA surgiu na sequência da decisão do conselho de administração do BES,*
2471 *tomada em Janeiro de 2001, de abrir uma subsidiária em Angola, e tinha, como racionais, os*
2472 *seguintes: o facto de todos os bancos concorrentes do BES já terem operações em Angola; a*
2473 *implantação do Grupo GES em Angola; e o profundo conhecimento do mercado através da*
2474 *ESCOM.*

2475 *Nesta operação, o BES investiu no BESA 10 milhões de dólares que constituíam o seu capital*
2476 *social e, ao fim de 10 anos de actividade, o BESA tinha fundos próprios de mais de 1 bilião de*
2477 *dólares. Em finais do ano de 2002 encerrou o exercício, logo no primeiro ano, com o resultado*
2478 *líquido positivo de 750.000 dólares.*

2479 *A relevância do BESA na economia angolana foi transversal a todos os sectores, embora com*
2480 *mais ênfase em financiamentos em investimentos públicos e empresariais.*

2481 *Logo no início da nossa actividade em Angola delineámos uma estratégia para o banco, que*
2482 *assentava em duas fases: primeira fase, numa concentração na captação de clientes de alto*
2483 *rendimento e empresas, e investimento em títulos de dívida pública; e, uma segunda fase*
2484 *estratégica, talvez a mais difícil, tinha que ver com o caminho a seguir, que era o da*
2485 *capilaridade, com maior cobertura geográfica, maiores agências versus serviços globais, e isso*
2486 *implicaria menores resultados financeiros mas maior risco operacional do banco, ou uma maior*
2487 *concentração, focalização em segmento de clientes, nomeadamente empresas e particulares,*
2488 *quer sejam afluentes quer private, o que implicaria um maior crédito e, nesta fase, maiores*
2489 *resultados financeiros, maior risco de crédito e maior consumo de capital. Em ambas as*
2490 *situações tínhamos um risco de solvabilidade, quer de um lado quer de outro.*

2491 *Em termos de risco de liquidez também tínhamos consciência de que, provavelmente, era*
2492 *maior para a primeira opção, por não haver ainda em Angola instrumentos financeiros de*
2493 *longo prazo, títulos de dívida transaccionáveis, que permitissem maturidades entre activos e*
2494 *passivos de longo prazo.»*

2495 De acordo com o Relatório de Contas Intercalar de 30 de Junho de 2014, a exposição total do
2496 BES ao BESA cifrava-se em 3.880 milhões de euros, valor que, em Dezembro de 2013 assumia
2497 um total de 3.668 milhões de euros. De acordo com Ricardo Salgado, a grande parte deste
2498 valor tem a ver com o financiamento do balanço do BESA:

2499 *«Portanto, esses 3 biliões de euros têm a ver com financiamento do balanço do BESA,*
2500 *certamente — mas que estava amparado, em termos de liquidez pela garantia soberana dada*
2501 *pelo Sr. Presidente da República de Angola —, mas também com o apoio a empresários*
2502 *portugueses actuantes em Angola e a empresários angolanos actuantes nesse país.*

2503 *Também não escondo que acredito — não sei exactamente os detalhes — que uma parte*
2504 *desses activos tivesse tradução em títulos da dívida pública angolana que estivessem na*
2505 *carteira do Banco. Mas pode crer que nunca tivemos nenhuma dúvida sobre o reembolso*
2506 *desses montantes, porque o balanço estava protegido pela garantia soberana, dada pelo Sr.*
2507 *Presidente da República de Angola.»*

2508 No final do primeiro semestre de 2014, a participação accionista do BES no BESA estava
2509 avaliada em 273 milhões de euros, valor que se manteve inalterado entre Dezembro de 2013 e
2510 Junho de 2014.

2511 A linha de crédito cedido pela casa mãe ao BESA atingia, no mesmo período, 3.330 milhões de
2512 euros, cerca de 170 milhões a mais face ao valor equivalente no final de 2013.

2513 Por sua vez, o valor dos créditos documentários ascendeu a 276 milhões de euros no final do
2514 primeiro semestre de 2014.

2515 De acordo com o relatado, a carteira de crédito do BESA atingia, no final de 2013, cerca de
2516 6.100 milhões de euros. De acordo com um estudo da KPMG Angola sobre o sistema financeiro
2517 de Angola, o volume de crédito concedido pelo BESA foi aumentando ao longo dos últimos
2518 anos a taxas de crescimento consideráveis (Tabela 3.8), a ritmos consideravelmente superiores
2519 aos registados pela generalidade da actividade bancária em Angola entre 2010 e 2013.

Tabela 3.8 – Taxa de crescimento do crédito concedido pelo BESA e
pelos principais bancos de Angola.

	Taxa de Crescimento do Crédito Concedido pelo BESA	Taxa de Crescimento do Crédito Concedido pelos 5 maiores bancos de Angola
2009	74,5%	-
2010	64,1%	10,6%
2011	39,6%	21,3%
2012	37,6%	18,2%
2013	18,2%	6,3%

Fonte: Análise da KPMG ao sector bancário de Angola



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2523 Importa mencionar a descrição da actividade do BESA, de acordo com o Relatório de Contas
2524 intercalar de 30 de Junho de 2014 do BES:

2525 *«O Banco Espírito Santo Angola (...) continua a evidenciar um crescimento da actividade*
2526 *impulsionado pela implementação do novo plano estratégico (2013-2017). Os activos*
2527 *totalizaram cerca de 8,3 mM€, representando um acréscimo de 1,3%, quando comparado com*
2528 *o final de 2013, essencialmente devido ao aumento de 3,6% na carteira de crédito que totaliza*
2529 *6,1 mM€, com especial destaque para a evolução da actividade de leasing, que alcançou um*
2530 *crescimento de 12,3% em 2014, situando-se em 2,9 mM€ proporcionado pela abertura de mais*
2531 *de três dezenas de novas agências, novos centros de empresa e por uma nova dinâmica*
2532 *comercial e de marketing que permitiu a captação de 30 mil novos clientes, correspondente a*
2533 *um crescimento de 54% da base de clientes, desde o início da implementação do novo plano*
2534 *estratégico. O produto bancário no período foi de -79,3 M€ devido à anulação de juros*
2535 *incobráveis. Este facto conjugado com o reforço das provisões para crédito (146 M€) e para*
2536 *contingências (69,6 M€) determinaram um prejuízo de 355,5 M€.»*

2537 Relativamente aos prejuízos do BESA, o Relatório de Contas intercalar de 30 de Junho de 2014
2538 do BES refere que o Grupo BES viu reflectidos 198 milhões de euros do prejuízo do BESA, que
2539 correspondem a 55,7% do prejuízo da filial angolana, na ordem dos 355,5 milhões de euros,
2540 tendo este facto influenciado negativamente as contas do Grupo BES:

2541 *«Os prejuízos apresentados pelo BES Angola no semestre, dos quais o BES apropriou 198,2 M€,*
2542 *condicionaram os resultados da área internacional que contribuiu com -162,8 M€ para o*
2543 *resultado consolidado do Grupo BES.*

2544 *O produto bancário doméstico totalizou 87,3 M€ (-87,3%), influenciado pela redução dos*
2545 *resultados de operações financeiras que se situaram em -391,4 M€. Sublinha-se a manutenção*
2546 *dos resultados de operações financeiras, que se situaram em -391,4 M€. Sublinha-se a*
2547 *manutenção do resultado financeiro e o decréscimo de 8,8% do comissionamento. Os custos*
2548 *operativos, excluindo os custos com reformas antecipadas, reduziram-se em 2,1% enquanto o*
2549 *reforço de provisões para imparidades atingiu 3.955,7 M€ determinando um prejuízo de*
2550 *3.414,6 M€.*

2551 *(...) o resultado financeiro do 1º semestre diminuiu 39,0% determinado pelos ajustamentos*
2552 *contabilísticos realizados no BES Angola.»*

2553 De acordo com os relatórios de gestão da KPMG Angola relativos ao BESA, a informação
2554 relativa a 2011 aponta para um balanço consolidado de 97.950.981 milhares de AOA, um total
2555 de fundos próprios consolidados de 97.950.981 milhares de AOA e para um resultado líquido
2556 de 31.823.538 milhares de AOA.

2557 As reservas apontadas no relatório de 2011 centram-se: i) na indisponibilidade de
2558 desenvolvimentos informáticos que permitam a identificação das operações de crédito objecto
2559 de reestruturação e o grupo económico em que cada cliente se insere; ii) no facto da rubrica de



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2560 balanço Bens Não de Uso Próprio apresentar o valor de 68.544.844 milhares de AOA relativos
2561 a imóveis que não são parte integrante das instalações do BESA; iii) na ausência de informação
2562 relativa ao cálculo do imposto industrial a pagar.

2563 A KPMG Angola emite, na sequência dos eventos mencionados, uma opinião que contempla
2564 uma ênfase, onde afirma que o BESA deverá avaliar a necessidade de um aumento de capital.

2565 Segundo o relatório de gestão referente a 2012, o balanço consolidado do BESA atingiu
2566 997.272.645 milhares de AOA, um total de fundos próprios consolidados de 103.215.619
2567 milhares de AOA, bem como um resultado líquido de 5.222.360 milhares de euros. Do relatório
2568 constam quatro reservas e uma ênfase.

2569 As reservas apresentadas pela KPMG Angola foram as seguintes:

2570 — A primeira prende-se com a reserva já mencionada em 2011, relativamente à
2571 impossibilidade da identificação efectiva das operações de crédito objecto de
2572 reestruturação e do grupo económico em que se insere cada cliente, não sendo assim
2573 possível concluir sobre a adequação do montante registado na rubrica Provisão para
2574 Créditos de Liquidação Duvidosa. Ainda na mesma reserva emitida, a KPMG menciona a
2575 incapacidade em aferir o juro *«reconhecido em resultados consolidados do exercício*
2576 *proveniente da carteira de crédito concedido a clientes»*, decorrente da impossibilidade de
2577 extrair informação do sistema operacional, o que não permite concluir, com segurança, o
2578 saldo da conta de Proveitos de créditos.

2579 — A segunda reserva aponta para a impossibilidade em concluir quanto à adequada
2580 valorização dos imóveis não de uso próprio, que entre 2011 e 2012 foram transmitidos
2581 para um fundo detido na totalidade pelo BESA, sendo que esses imóveis não faziam parte
2582 das instalações do BESA nem iam de encontro ao seu objecto social, o que colide com as
2583 determinações do Banco Nacional de Angola.

2584 — A terceira reserva prende-se também com imóveis, designadamente com a transferência
2585 de bens não de uso próprio para imobilizado em curso, não tendo sido possível à auditora
2586 pronunciar-se quanto à sua valorização, uma vez que não se obteve informação sobre a
2587 sua existência, titularidade e valorização.

2588 — A última reserva consiste no facto de o BESA ter deduzido ao resultado tributável os
2589 proveitos financeiros associados a operações com o Estado Angolano. Segundo a auditora,
2590 o banco não apresentou *«a demonstração de que este entendimento está alinhado com a*
2591 *legislação fiscal.»*

2592 A auditora considera como ênfase, e tomando em conta as reservas acima mencionadas, que
2593 *«em função dos ajustamentos que vierem a revelar-se necessários ao nível dos seus fundos*
2594 *próprios»* o BESA deverá avaliar a necessidade de um aumento do seu capital social, *«de forma*
2595 *a cumprir com os requisitos mínimos em termos de fundos próprios estabelecidos no Aviso n.º*
2596 *4/2007 do Banco Nacional de Angola.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2597 De acordo com as declarações proferidas na sua primeira audição, a 9 de Dezembro de 2014,
2598 Ricardo Salgado afirmou que, a partir de um certo momento, a situação no BESA começou a
2599 ficar “estranha”:

2600 *«A partir de uma certa altura, começámos a ter, em Lisboa, informações estranhas.*
2601 *(...)»*

2602 *Começámos a assistir a uma evolução da actividade bancária com um crescimento do crédito,*
2603 *elevando os rácios de transformação, e chegámos a uma altura, infelizmente, em que o BNA*
2604 *estabelece que os bancos angolanos têm de ter total independência informática do exterior.*

2605 *E nós, que temos equipas informáticas de altíssimo nível no Banco Espírito Santo, tivemos de*
2606 *cortar a relação informática e dar autonomia a Angola. Temos elementos sobre isso. Essa*
2607 *autonomia informática foi dada em 2009, foi imposta através de uma carta do BNA para o*
2608 *BESA, no sentido de que essa execução tinha de ser feita.*

2609 *Acontece que começámos a ficar preocupados à medida que o tempo ia avançando, depois de*
2610 *2009, vendo rácios de transformação a crescer.*

2611 *Começam a sair notícias, mas recebemos uma análise do stress test, em 2012, imagine, feita*
2612 *pelo BNA ao Banco em Angola, que revela que o Banco, em Angola, está com rácios*
2613 *confortáveis de solidez.»*

2614 Ricardo Salgado personaliza em Álvaro Sobrinho a origem dos principais problemas do BESA:

2615 *«Tínhamos administradores no Banco em Angola, mas que não nos informavam. E recorro à*
2616 *sua sapiência jurídica para saber que há uma regra fundamental em Angola: quem violar o*
2617 *segredo bancário, quem der informações para o exterior pode ser preso. Isso é considerado*
2618 *crime em Angola. Aliás, há pareceres sobre essa matéria.*

2619 *Acontece que tive conhecimento de uma situação mais grave quando tive oportunidade de*
2620 *contactar com os nossos sócios angolanos, que vieram a Lisboa e que me contaram um*
2621 *episódio complicado: que o Dr. Álvaro Sobrinho tinha sido chamado ao Banco Nacional de*
2622 *Angola e que a reunião com ele tinha corrido muito mal. Os nossos sócios angolanos sugeriam*
2623 *a substituição do Dr. Álvaro Sobrinho, pelo menos numa primeira fase, para sair da comissão*
2624 *executiva.»*

2625 No final de 2013 é emitida uma garantia soberana do Estado Angolano, pelo Despacho
2626 Presidencial Interno N.º 7/2013, de 31 de Dezembro de 2013, com o seguinte teor:

2627 *«Considerando que o Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA) detém e gere uma relevante*
2628 *carteira de créditos e operações respeitantes a um conjunto de entidades empresariais*
2629 *angolanas, constituído por micro, pequenas e grandes empresas que correspondem a*
2630 *operações de significativa importância para a implementação dos objetivos constantes do*
2631 *Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo para os anos 2013-2017;*
2632 *Convindo proteger interesses fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro angolano,*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2633 *consubstanciado no estabelecimento de mecanismos coerentes para dar conforto, através da*
2634 *emissão de Garantia Soberana ao Banco Espírito Santo Angola, SA, instrumento financeiro e*
2635 *legal que confere a maior segurança, celeridade e eficácia à satisfação do interesse do seu*
2636 *beneficiário;*

2637 *O Presidente da República determina (...) o seguinte: É autorizado o Ministro das Finanças a*
2638 *emitir uma Garantia Autónoma até ao valor de USD 5.700.000.000,00 (...) a favor do Banco*
2639 *Espírito Santo Angola, SA (...), que assume a responsabilidade pelo bom e integral cumprimento*
2640 *de crédito.»*

2641 A garantia soberana do Estado Angolano visava assegurar a estabilidade do sistema financeiro
2642 de Angola e incidia sobre créditos cedidos pelo BESA, cabendo a este a responsabilidade pelo
2643 cumprimento do crédito executado. De acordo com o depoimento de Amílcar Moraes Pires,
2644 que já nessa altura tinha a subsidiária de Angola sob o seu pelouro, a garantia é emitida após
2645 uma reunião entre o Presidente de Angola, Ricardo Salgado, Daniel Proença de Carvalho, Rui
2646 Guerra e Amílcar Moraes Pires:

2647 *«Por ocasião da nossa deslocação a Luanda — eu também me desloquei a Luanda —, em*
2648 *Outubro de 2013, o Sr. Presidente da República de Angola concedeu uma audiência ao Dr.*
2649 *Ricardo Salgado, onde estive presente, em conjunto com o Dr. Rui Guerra e o Dr. Daniel*
2650 *Proença de Carvalho. Nessa ocasião, o Sr. Presidente da República manifestou disponibilidade*
2651 *para apoiar o BESA a suprir eventuais dificuldades que viesse a evidenciar. Este apoio — e aqui*
2652 *devo louvar outra vez a acção dos accionistas angolanos neste trabalho e das equipas técnicas*
2653 *do BESA que nele estiveram a trabalhar arduamente — veio a materializar-se na emissão da*
2654 *garantia autónoma soberana de 5.700 milhões de dólares, que foi feita através do Despacho*
2655 *Presidencial Interno n.º 7/2013, de 30 de Dezembro.*

2656 *A garantia da República de Angola a favor do BESA é emitida pelo Despacho n.º 7/2013, de 30*
2657 *de Dezembro, pelo qual o Sr. Presidente da República de Angola autorizou o Sr. Ministro das*
2658 *Finanças a emitir a garantia de Angola a favor do BES Angola, onde o Estado Angolano assume*
2659 *a obrigação de pagar, à primeira solicitação deste, quaisquer importâncias que o beneficiário*
2660 *lhe solicite para o pagamento do serviço de dívida em incumprimento, relativo às obrigações*
2661 *assumidas no âmbito das operações de crédito e imóveis identificados na referida garantia,*
2662 *que tinha um anexo extenso com as respectivas operações. Esta garantia tinha um prazo de 18*
2663 *meses, findo o qual poderia ser renovada ou substituída por mecanismo semelhante. Esta*
2664 *garantia, que é soberana do Estado Angolano, anula parte significativa do risco de crédito ao*
2665 *BESA já que a mesma cobre 70% da carteira de crédito total, tal foi reconhecido pela KPMG*
2666 *durante a auditoria ao BESA e nas contas consolidadas do BES, em 31 de Dezembro de 2013,*
2667 *onde a KPMG não efectuou nas contas consolidadas qualquer ênfase sobre esta matéria.»*

2668 Ainda relativamente ao ano de 2013, e segundo o relatório do auditor independente, KPMG
2669 Angola, é referido um balanço consolidado de 1.108.505.295 milhares de AOA, um total de
2670 fundos próprios consolidados de 157.801.079 milhares de AOA e um resultado líquido de
2671 3.321.505 milhares de AOA.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2672 Foi do entendimento da auditora emitir uma opinião com três reservas e cinco ênfases sobre
2673 as contas de 2013 apresentadas pelo BESA:

2674 «*Excepto quanto às situações descritas (...), estamos convictos que a prova de auditoria que*
2675 *obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de*
2676 *auditoria com reservas.*»

2677 De seguida descrevem-se as reservas manifestadas pela KPMG Angola, relacionadas com: i) um
2678 conjunto de operações de crédito; ii) o aumento do capital social do banco; iii) o imposto
2679 industrial:

2680 — «*(...) no exercício de 2013 identificamos um conjunto de operações de crédito a cinco*
2681 *entidades no montante de 50.054.688 milhares de AOA, com vista a financiar projectos*
2682 *imobiliários, cujo nível de capitais próprios dessas sociedades é significativamente reduzido*
2683 *quando comparado com o valor total de investimento. Adicionalmente não nos foi possível*
2684 *confirmar a capacidade financeira de geração de cash-flows dos referidos projectos, de*
2685 *forma a podermos concluir que a maioria dos riscos e benefícios associados a esses*
2686 *projectos pertencem aos detentores de capital dessas sociedades. Desta forma, não nos foi*
2687 *possível avaliar se o perímetro de consolidação do banco deveria incluir estas sociedades.*»

2688 — *No exercício de 2013, o Banco registou um aumento de capital social no montante de*
2689 *49.806.083 milhares de AOA, do qual foram realizados 48.000.000 milhares de AOA, por*
2690 *entrada de accionistas e 1.806.083 milhares de AOA, em resultado da actualização*
2691 *monetária efectuada ao capital social anteriormente realizado, reconhecido por*
2692 *contrapartida de custos do exercício.*

2693 *Em nossa opinião, de acordo com as regras contabilísticas do CONTIF, não estão reunidos*
2694 *os requisitos contabilísticos que permitam que o Banco proceda a uma actualização*
2695 *monetária do seu capital social, pelo que o mesmo se encontra sobrevalorizado naquele*
2696 *montante e o resultado do exercício subvalorizado à presenta data. De referir que o*
2697 *impacto da actualização monetária efectuada pelo Banco em fundos próprios é neutra.*

2698 — *(...) Para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar, o BESA tem vindo a*
2699 *considerar como dedutíveis, nos exercícios até 2011, proveitos financeiros associados a*
2700 *operações com o Estado Angolano.*

2701 *Até esta data o banco não nos apresentou a demonstração de que este entendimento está*
2702 *alinhado com a legislação fiscal angolana, pelo que não nos é possível concluir sobre a*
2703 *razoabilidade do montante registado em provisões para contingências fiscais existentes.*»

2704

2705 No final do seu parecer, a auditora descreve ainda as seguintes ênfases:

2706 — «*Conforme referido no Relatório do Auditor Independente, com referência a 31 de*
2707 *Dezembro de 2012, o Banco Espírito Santo Angola, SA não dispunha, naquela data, de*
2708 *desenvolvimentos informáticos que permitissem a verificação do cumprimento dos*
2709 *requisitos do Aviso n.º 3/2012 do BNA para efeitos de constituição da Provisão para*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 2710 *Créditos de Liquidação Duvidosa, que à data de 31 de Dezembro de 2013 apresenta o valor*
2711 *de 23.458.564 milhares de AOA (2012: 26.134.254 milhares de AOA).*
2712 *Assim, à data de 31 de Dezembro de 2012 não foi possível obter a identificação efectiva (i)*
2713 *das operações de crédito que foram objecto de reestruturação e (ii) do grupo económico em*
2714 *que cada cliente se insere, pelo que não conseguimos concluir sobre a adequação do*
2715 *montante registado na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, face aos*
2716 *requisitos estabelecidos no Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.*
2717 *Sem prejuízo do referido nos parágrafos anteriores e do seu impacto ao nível da*
2718 *classificação do crédito concedido de acordo com o Aviso 3/2012 do BNA, a exposição*
2719 *líquida dos colaterais dos referidos créditos em 2013, está coberta por garantia soberana,*
2720 *emitida pelo Estado Angolano, recebida pelo banco durante o exercício de 2013*
2721 *(...)*
2722 *Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2012, não tinha sido possível testar o juro*
2723 *reconhecido em resultados do exercício no montante de 67.699.602 milhares de AOA,*
2724 *proveniente da carteira de crédito concedido a clientes, devido a uma impossibilidade de*
2725 *extracção da informação do sistema operacional. Os referidos juros encontram-se*
2726 *igualmente cobertos pela garantia soberana, emitida pelo Estado Angolano*
2727 — *Conforme referido no Relatório do Auditor Independente, com referência a 31 de Dezembro*
2728 *de 2012, não nos tinha sido possível obter informação sobre a existência e titularidade de*
2729 *imóveis registados em Imobilizado em curso no montante de 7.190.235 milhares de AOA*
2730 *(2012: 7.190.235 milhares de AOA) e Outros valores no montante de 4.801.009 milhares de*
2731 *AOA (2012: 4.801.009 milhares de AOA).*
2732 *Não obstante esta situação se manter com referência a 31 de Dezembro de 2013, o valor*
2733 *destes activos passou a estar substancialmente coberto pela garantia soberana, emitida*
2734 *pelo Estado Angolano, nomeadamente no montante de 11.589.249 milhares de AOA, (...),*
2735 *pelo que consideramos ultrapassada a limitação de âmbito mencionada no nosso relatório*
2736 *relativo ao exercício de 2012.»*
- 2737 Ricardo Salgado pronunciou-se sobre o BESA na sua primeira audição, afirmando que a
2738 situação da filial angolana se encontrava protegida pela garantia soberana:
- 2739 «Quanto à posição do BES perante o BESA, limito-me a invocar as palavras do Sr. Governador
2740 neste Parlamento, em 18 de Julho de 2014, ou seja, já uma semana depois da minha saída.
2741 Cito: «importa salientar que o Banco de Portugal não antecipa um impacto negativo relevante
2742 na posição do capital do Banco Espírito Santo resultante da situação financeira da filial do
2743 BESA. Tendo em consideração que a garantia do Estado de Angola cobre parte substancial da
2744 carteira de crédito e que existe uma forte interacção entre as autoridades de ambos os países,
2745 o Banco de Portugal espera que a situação desta filial seja clarificada e sem impacto material
2746 no BES» — esta declaração está disponível no site do Banco de Portugal. Repito: a 18 de Julho
2747 de 2014, seis dias depois de eu ter cessado funções.
- 2748 Assim, a situação do BESA estava assegurada por uma garantia on first demand do Estado
2749 Angolano, tal como esclarece o Sr. Governador, que não foi questionada pelo próprio emitente



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2750 *nem até a data da cessação de funções da gestão do BES que obtivera tal garantia, nem até à*
2751 *medida de resolução que destruiu o BES. Observe-se que o risco de extinção da garantia tinha*
2752 *sido referido na carta que enderecei ao Sr. Governador no dia 31 de Março.»*

2753 Ainda sobre a garantia, é referido que o Banco de Portugal nunca a aceitou como elegível para
2754 determinados fins, facto que é igualmente referido por Ricardo Salgado:

2755 *«Nós procurávamos informar o Banco de Portugal sempre na medida do possível, mas foi a*
2756 *primeira instituição que recebeu a garantia. Fiz questão de eu próprio ir lá, com colegas meus,*
2757 *entregar a garantia ao Sr. Governador, que levantou sempre as maiores dúvidas sobre ela, ao*
2758 *ponto de não a aceitar para efeitos dos rácios de capital.*

2759 *Devo dizer que acho extremamente lamentável que isso tenha acontecido. Acho ainda pior o*
2760 *que veio a acontecer depois, porque vi agora nesta afirmação do Sr. Governador que aqui foi*
2761 *referida, no dia 18 de Julho, dizer que essa garantia cobria toda e qualquer responsabilidade*
2762 *em relação a Angola. Nunca o Banco de Portugal aceitou a garantia para efeitos dos rácios de*
2763 *solvência do Banco Espírito Santo, o que é uma curiosidade. De facto, de repente, a situação*
2764 *parece totalmente esclarecida.»*

2765 Por sua vez, o Governador do Banco de Portugal pronunciou-se sobre esta matéria na sua
2766 segunda audição perante a CPI afirmando que:

2767 *«No início de Janeiro de 2014, o BES informou o Banco de Portugal de que o Estado Angolano*
2768 *tinha prestado, em 31 de Dezembro de 2013, uma garantia autónoma a favor do BESA no valor*
2769 *de 5.700 milhões de USD, destinada a cobrir eventuais perdas na carteira de crédito e de*
2770 *imóveis. Em nenhum momento — sublinho, em nenhum momento — os termos e fundamentos*
2771 *da garantia se alicerçaram em problemas específicos do próprio BESA, isto é, imparidades de*
2772 *crédito, mas, antes, na necessidade de apoiar um conjunto de empresas angolanas, no âmbito*
2773 *do plano de desenvolvimento de Angola para o período de 2013/2017. O Banco de Portugal*
2774 *questionou a elegibilidade da garantia para efeitos prudenciais por entender que não foi*
2775 *adequadamente demonstrado o preenchimento das condições exigidas para garantir essa*
2776 *elegibilidade. Sublinhe-se que ao Banco de Portugal foi dado conhecimento dos termos da*
2777 *garantia, mas não foi dado conhecimento da lista dos créditos aos quais, em concreto, a*
2778 *garantia dizia respeito e que teriam figurado num anexo, do qual nunca foi dado conhecimento*
2779 *ao Banco de Portugal. O Banco de Portugal nunca pôs em causa a validade da garantia para*
2780 *cobrir os riscos de eventuais perdas associadas à carteira de crédito do BESA, dado que essa*
2781 *avaliação competia exclusivamente ao Banco Nacional de Angola. Refira-se igualmente que a*
2782 *validade da garantia foi reconhecida pela KPMG Angola no relatório emitido com referência às*
2783 *contas de 2013 do BESA.»*

2784

2785 Na mesma ocasião, o Governador do Banco de Portugal fez referência às evoluções de
2786 expectativas verificadas a partir do dia 27 de Julho de 2014 sobre esta matéria:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2787 «As expectativas do Banco de Portugal alteraram-se materialmente a partir de 27 de Julho —
2788 sublinho, 27 de Julho —, quando o Banco Nacional de Angola informou que, no seguimento da
2789 inspecção determinada ao BESA, se constataria que parte dos créditos problemáticos não
2790 estava coberta pela garantia soberana (repito, se constataria que parte dos créditos
2791 problemáticos não estava coberta pela garantia soberana), o que implicaria um
2792 reconhecimento de imparidades nas contas do BESA e uma ampla reestruturação da linha de
2793 crédito do BES ao BESA. Sublinho, em 27 de Julho, o BNA comunica que factos novos de que se
2794 tinha dado conta implicavam uma ampla reestruturação da linha de crédito do BES ao BESA.
2795 No dia 1 de Agosto, ainda a decisão da resolução não tinha sido tomada e dois dias antes da
2796 sua efectivação, o BNA deliberou o saneamento do BESA, impondo um conjunto extenso de
2797 medidas correctivas, incluindo a exclusão de determinados créditos do âmbito da garantia
2798 concedida pelo Estado Angolano. Fê-lo por ofício do BNA. Esta informação indicava claramente
2799 uma perda parcial do crédito do BES ao BESA ainda antes da medida de resolução aplicada ao
2800 BES, como, aliás, foi reconhecido nesta Comissão em várias audições.»

2801

2802 De acordo com Álvaro Sobrinho, a existência de uma opinião com reservas ocorre nos diversos
2803 anos fruto dos critérios contabilísticos mais apertados em Angola – se fossem adoptados os
2804 critérios internacionais de contabilidade, as reservas na sua opinião eventualmente não
2805 existiriam:

2806

2807 «A KPMG coloca reservas às contas estatutárias que são as Contif angolanas. O que é que isto
2808 quer dizer? Que, em termos de standards internacionais, não há reservas. Há reservas é face à
2809 contabilidade angolana, que é muito diferente, aí a KPMG coloca uma série de reservas.

2810 Por exemplo, em relação a colaterais, em relação aos grandes riscos, etc., todas as reservas
2811 que são colocadas lá, em relação ao imposto industrial, etc., que são algumas ênfases que são
2812 dadas às contas e que, depois, no ano de 2013 eles repetem, isso tem a ver com as contas de
2813 Angola; não com os standards internacionais de contabilidade.

2814 Há determinadas garantias que, com a alteração legislativa que teve lugar em 2011 ou 2012
2815 que apanhou meio mercado de surpresa, as garantias que são aqui garantias reais deixaram
2816 de ser reais. Para se ter a noção: só era possível diminuir o activo ponderado pelo risco no
2817 crédito se houvesse colaterais financeiros, ou, então, se houvesse obrigações cuja maturidade
2818 fosse igual à maturidade do crédito e na moeda em que fosse dado o crédito.

2819 Isto significa que uma casa, um bem, uma livrança, uma coisa qualquer, não servia para abater
2820 o risco, ou seja, o provisionamento era muito superior e a ponderação do risco do crédito não
2821 era de 100%; era de 120% face a uma taxa fixa que aqui é de 8% (o rácio Tier 1) e lá em Angola
2822 é de 10%.

2823 Portanto, os requisitos de capital em Angola são muito superiores aos requisitos de capital aqui
2824 e as garantias que se pode ter são garantias completamente diferentes daquelas que são as
2825 standards internacionais e aí, sim, houve reservas.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2826

“sj 7”

2827

2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

2841

2842

2843

2844

2845

2846

2847

2848

2849

2850

2851

2852

2853

2854

2855

2856

2857

2858

2859

2860

2861



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2862

2863

2864

2865

2866

2867

2868

2869

2870

2871

2872

2873

2874

2875

2876

2877

2878

2879

2880

2881

2882

2883

2884

2885

2886

2887

2888

2889

2890

2891

2892

2893

2894

2895

2896

2897



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2898

2899

2900

2901

2902

2903

2904

2905

2906

2907

2908

2909

2910

2911

2912

2913

2914

2915

2916

2917

2918

2919

2920

2921

2922

2923

2924

2925

2926

2927

2928

2929

2930

2931

2932



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2933

2934

2935

2936

2937

2938

2939

2940

2941

2942

2943

2944

2945

2946

2947

2948

2949

2950

2951

2952

2953

2954

2955

2956

2957

2958

2959

2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967

2968

2969

2970

2971



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

2998

2999

3000

3001

3002

3003

3004

3005

3006

3007

3008

3009

3010



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3011

3012

3013

3014

3015

3016

3017

3018

“Fim de sj7”

3019

3020

3.1.3.5 Gestão do BES

3021

A presente secção tem por objectivo abordar a estrutura organizativa do BES, bem como o seu modelo de gestão. Assim, em primeiro lugar, far-se-á uma breve nota sobre os principais pelouros definidos de acordo com o modelo de organização do banco, cuja estrutura se retrata na Figura 3.1. De seguida, analisar-se-ão depoimentos prestados na CPI quanto à forma como eram geridos o BES e o GES.

3022

3023

3024

3025

3026



```

graph TD
    AG[Assembleia Geral] --> CA[Conselho de Administração]
    AG --> CV[Comissão de Vencimentos]
    CA --> CGS[Comissão de Governo da Sociedade]
    CA --> CCR[Comissão Consultiva de Remunerações]
    CA --> CE[Comissão Executiva]
    CA --> CAud[Comissão de Auditoria]
    CE --> UBN[Unidades de Negócio]
    CE --> CT[Comitês Transversais]
    CE --> GA[Gabinetes de Apoio e outros]
    CE --> O[Outros]
    CE --> UCM[Unidades Centrais de Marketing e Produto]
    CE --> UC[Unidades Comerciais]
    CE --> UCO[Unidades Centrais Operativas]
    CE --> UCN[Unidades Centrais de Negócio e Risco]
    CE --> UCS[Unidades Centrais de Suporte]
  
```

Assembleia Geral

Conselho de Administração

Comissão de Vencimentos

Comissão de Governo da Sociedade

Comissão Consultiva de Remunerações

Comissão Executiva

Comissão de Auditoria

Comitês de Acompanhamento

Unidades de Negócio:

- Estratégia e Coordenação Internacional
- *Private*
- *Retail* (Particulares e Negócios)
- *Wholesale* & Banca de Investimentos

Comitês Transversais

- ALCO (Activos e Passivos)
- Conselho Financeiro e de Crédito
- Informática, Operações, Qualidade e Custos
- Risco
- Liquidez
- Sustentabilidade

Gabinetes de Apoio e outros

- Corporativo
- Relações com Investidores
- Reorganização Estratégica
- Secretariado-Geral da Comissão Executiva

Outros

- BES Numismática
- Centro de Estudos da História do BES
- Curadoria BESart
- Solidariedade Social

Unidades Centrais de Marketing e Produto

- Crédito a Particulares e Cartões
- Gestão da Poupança
- *Leasing & Factoring*
- *Marketing*, Inovação e Canais
- Marketing de Empresas e Institucionais
- Monetização do Crédito a Empresas

Unidades Comerciais

- Acompanhamento de Clientes de Imobiliário
- Acompanhamento de Empresas
- *Corporate Banking*
- Empresas (Norte & Sul)
- *International Business & Private Banking*
- Internacional Premium
- Municípios e Institucionais
- *Retail* (Norte & Sul)
- *Private Banking*
- Universidades

Unidades Centrais Operativas

- Operações
- Técnico de Imobiliário

Unidades Centrais de Negócio e Risco

- Desenvolvimento Internacional
- Dinamização de Promotores Externos
- Estruturação de Empresas
- Financeiro, Mercado e Estudos
- Gestão Imobiliária
- Recuperação de Crédito
- Residentes no Estrangeiro
- Risco Global

Unidades Centrais de Suporte

- Assuntos Jurídicos
- Auditoria Interna
- *Compliance*
- Comunicação
- Gestão e Coordenação de Segurança
- Informação de Gestão
- Marketing Estratégico
- Marketing de Comunicação e Estudos do Consumidor
- Negociação e Controlo de Custos
- Organização e Qualidade
- Planeamento e Contabilidade
- Recursos Humanos
- *Research*

3031

Fonte: Relatório de Governo Societário do Grupo Banco Espírito Santo (Abril de 2014)



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3032 O BES, bem como o GES, eram liderados por Ricardo Salgado, Presidente da Comissão
3033 Executiva do BES e da ESFG, bem como administrador da Espírito Santo International. No BES,
3034 Ricardo Salgado era nomeadamente responsável pelo Departamento de Planeamento de
3035 Contabilidade, bem como pelo Gabinete de Relações com os Investidores – as relações
3036 institucionais passavam pela mediação do CEO do BES e da ESFG. Para além destas
3037 responsabilidades, foi também o responsável pela função de *compliance*, tendo, nos últimos
3038 meses, passado essa função para António Souto.

3039 É frequentemente referido que no BES Amílcar Morais Pires seria o seu braço direito. Entre os
3040 seus pelouros e responsabilidades encontravam-se o Departamento Financeiro de Mercados e
3041 Estudos, o Departamento de Desenvolvimento Internacional, o Gabinete de Reorganização
3042 Estratégica, o Departamento de Gestão de Poupança. Algumas subsidiárias encontravam-se
3043 sob a sua alçada, incluindo BES Vida, BES Angola, BES Finance, Avista, BESIL, BIBL, BES GmbH,
3044 Aman Bank e BESOR.

3045 Joaquim Goes era também administrador executivo do banco, tendo vários departamentos
3046 sob sua alçada. São os casos do Departamento de Informação de Gestão, o Departamento de
3047 Marketing, bem como o Departamento de Risco Global, quando este deixou de ser liderado
3048 pelo Dr. José Maria Ricciardi, para ter um acompanhamento partilhado entre ambos.

3049 Por sua vez, o responsável pela área jurídica e de auditoria interna era Rui Silveira, o
3050 responsável pela área de *compliance* era António Souto e José Manuel Espírito Santo
3051 acompanhava as áreas de International Business & Private Banking.

3052 O BES tinha três linhas de defesa para fazer face aos riscos inerentes à actividade financeira.
3053 Em documento enviado por Rui Silveira, e de acordo com diversos depoimentos prestados na
3054 CPI, existiam três linhas de defesa no BES, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar
3055 os riscos inerentes a cada negócio e processo. A primeira linha de defesa é da competência das
3056 respectivas unidades de negócio/suporte e das respectivas chefias operacionais. A segunda
3057 linha de defesa é assegurada pelos departamentos de risco global e *compliance*. A terceira
3058 linha de defesa corresponde às funções de auditoria interna.

3059 De acordo com Rui Silveira, não é fácil entender a organização de um grupo financeiro como o
3060 BES. Na sua declaração inicial, perante a CPI, o antigo administrador do BES explica deste
3061 modo a arquitectura do Grupo Banco Espírito Santo:

3062 «O Grupo Banco Espírito Santo era um grupo financeiro universal, que servia todos os
3063 segmentos de clientes: particulares, empresas e institucionais. Cada segmento desdobrava-se
3064 em vários subsegmentos. Assim, a título de exemplo, na área dos clientes particulares,
3065 encontrava-se o subgrupo de afluentes, das pequenas empresas, dos residentes no estrangeiro
3066 e private banking. Nas empresas tínhamos, por sua vez, as PME (pequenas e médias empresas)
3067 e as grandes empresas. Cada área de negócios desdobrava-se em vários segmentos
3068 operacionais, tais como o da banca comercial nacional, da banca comercial internacional, da
3069 banca de investimento, da gestão de activos, dos mercados e das participações estratégicas.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3070 *Considerando que o BES promovia uma abordagem segmentada do mercado, a sua*
3071 *organização interna desdobrava-se por múltiplos departamentos, sendo uns mais virados para*
3072 *a actividade comercial, outros para a estruturação da oferta, outros dedicados à gestão*
3073 *financeira e tesouraria e os que acompanhavam a actividade internacional, sucursais e filiais*
3074 *no estrangeiro.*

3075 *Existiam, ainda, departamentos centrais que, transversalmente, analisavam o risco das*
3076 *operações, a sua compliance, ocupavam-se da sua respectiva contabilidade, planeamento e*
3077 *orçamentação futura, efectuavam auditorias periódicas a processos e procedimentos e*
3078 *asseguravam a assessoria jurídica a toda a instituição.*

3079 *Esta multiplicidade impunha a inerente distribuição de funções e pelouros pelos vários*
3080 *responsáveis da administração, tendo em conta a formação e experiência profissionais dos*
3081 *membros designados para cada um deles. Aos órgãos colegiais de gestão deveria ser levada,*
3082 *por cada administrador, a informação relevante da forma como se desenvolviam as actividades*
3083 *nos pelouros sob sua responsabilidade directa.*

3084 *Cada administrador tem como sua obrigação a de procurar conhecer tudo o que se passa nas*
3085 *estruturas sob sua responsabilidade. Todavia, no que respeita ao conhecimento da forma como*
3086 *prossegue a actividade das funções, ou pelouros, que não estão na sua directa*
3087 *responsabilidade, o conhecimento de cada membro do órgão colegial de administração, sejam*
3088 *eles executivos ou não executivos, não pode ir além do que os seus congéneres lhes*
3089 *transmitem.*

3090 *Não obstante, impõe-se a todos os membros de um órgão de administração, sejam executivos*
3091 *ou não executivos, ou de fiscalização, de uma instituição de crédito deveres acrescidos de*
3092 *diligência, designadamente no que diz respeito a aspectos que entendam dever ser*
3093 *aprofundados. Contudo, é manifesto que só se pode aprofundar aquilo que se conhece ou*
3094 *aquilo que, em resultado de uma actuação profissional e diligente, é possível conhecer.»*

3095 De acordo com Ricardo Salgado, as decisões no banco e na ESFG ocorriam, de uma forma
3096 geral, por unanimidade e consenso geral:

3097 *«Também gostaria de vos dizer que, nos 22 anos em que fui presidente da comissão executiva*
3098 *do BES — e em que, naturalmente, maior foi a minha projecção pública, em termos de*
3099 *visibilidade e responsabilidade —, foi sempre exemplar e inequívoca a unidade e a*
3100 *solidariedade de todos os membros da comissão executiva. Nunca foi necessário proceder a*
3101 *uma única votação para encontrar consensos e nunca se quebrou a unanimidade na*
3102 *deliberação do órgão. O mesmo aconteceu no conselho de administração, onde estavam*
3103 *representados a ESFG (Espírito Santo Financial Group), a holding-mãe do sector financeiro, até*
3104 *13 de Julho, e o Crédit Agricole, até à medida de resolução.»*

3105 Havia também um total grau de equiparação entre os diferentes ramos da família,
3106 designadamente na ES Control, de acordo com o mesmo Ricardo Salgado:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3107 «Os membros do conselho superior do Grupo, representantes dos cinco grupos controladores
3108 da Espírito Santo Control, accionista da ESI, tinham um estatuto de absoluta equiparação

3109 (...)

3110 Em relação aos outros assuntos, o senhor elegeu-me o principal responsável do Grupo Espírito
3111 Santo. Quero voltar a afirmar a este fórum, às Sr.as Deputadas e aos Srs. Deputados, que o
3112 Grupo Espírito Santo era composto por cinco grupos paritários — cinco grupos paritários — e
3113 que ninguém tinha supremacia de voto nas tais reuniões do conselho superior que foram por aí
3114 muito divulgadas, embora fosse um órgão não estatutário, um órgão familiar e privado.»

3115 Estas afirmações de Ricardo Salgado contradizem porém a versão apresentada, entre outros,
3116 por José Maria Ricciardi a esta CPI:

3117 «Aliás, aproveito, porque sou uma pessoa frontal, e às vezes tenho pago por isso, pela
3118 frontalidade, deixando-me de comentários, digamos, de circunstância, para dizer que, como
3119 toda a gente sabe, o Grupo Espírito Santo e o Banco Espírito Santo tinham uma liderança
3120 absolutamente centralizadora, absolutamente indiscutível, não havia qualquer decisão, até as
3121 relativamente sem qualquer importância, que não passasse pela mesma pessoa.

3122 Portanto, agora fico muito surpreendido ao saber que ninguém sabia de nada, que a culpa era
3123 só do contabilista e que essa liderança era totalmente alheia a tudo o que se passava. Deixo
3124 isto à consideração dos Srs. Deputados, à vossa avaliação dos factos, voltando a lembrar, e
3125 muitos dos Srs. Deputados conheciam não, digo intimamente mas, enfim, tinham alguma
3126 noção, como era dirigido o Grupo e o Banco Espírito Santo, que parece um bocadinho
3127 incoerente com a ideia de uma grande descentralização, em que uns faziam umas coisas e
3128 outros faziam outras.»

3129 Segundo as respostas de Bruno Laage de Meux, administrador do BES em representação do
3130 accionista Crédit Agricole, quando questionado sobre a gestão do banco, a perspectiva sobre a
3131 sua gestão foi positiva até aos acontecimentos do Inverno 2013/2014:

3132 «Até aos acontecimentos do Inverno de 2013/2014, tinha uma perspectiva relativamente
3133 positiva. O banco sofria, é verdade, os efeitos da crise, particularmente forte e duradoura, em
3134 Portugal, mas permanecia, até então, como o único banco português a atravessar essa crise
3135 sem recurso a uma injeção de capital público. Esta perspectiva era corroborada pelos
3136 resultados de múltiplas auditorias e inspecções realizadas a pedido do Banco de Portugal assim
3137 como pelos relatórios dos Revisores Oficiais de Contas: nenhum mencionava anomalias levadas
3138 ao conhecimento do Conselho.

3139 Os pontos que chamaram a minha atenção assim como a dos meus colegas administradores
3140 nomeados sob proposta do Crédit Agricole eram: i) a evolução da liquidez do banco, em
3141 particular, o ritmo a que estava a reduzir o seu rácio crédito/depósitos; ii) a situação da filial
3142 angolana, cuja crescente dependência de refinanciamento concedido pelo BES suscitou
3143 interrogações da nossa parte em Conselho (dias 25 de Outubro e 31 de Janeiro de 2014), para



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3144 *mentonar apenas os últimos; iii) os projectos de crescimento externo que, por ocasião das*
3145 *respectivas apresentações em Conselho, nos levaram a recordar à Direção-Geral do banco a*
3146 *necessidade de abordar este tipo de projectos com contenção; iv) as questões de compliance,*
3147 *relativamente às quais os meus colegas e eu solicitámos a garantia da administração de que os*
3148 *meios necessários estavam a ser implementados sob supervisão da Comissão de Auditoria.»*

3149 Dentro da estrutura do BES, o comité ALCO era um fórum alargado a executivos e dirigentes
3150 do BES, que representavam todas as estruturas comerciais, para além dos diversos
3151 departamentos centrais. Neste comité tinham lugar decisões quanto à estratégia de *princing* e
3152 de lançamento de novos produtos de poupança e investimento. É no ALCO que se decide a
3153 diminuição de exposição aos fundos da ESAF, designadamente ao ES Liquidez e o início da
3154 comercialização do papel comercial de empresas do GES nos balcões do BES.

3155 Relativamente a esta última decisão, Joaquim Goes resume a ordem das ocorrências:

3156 *«Aquilo que se passou — e este é um aspecto — foi a redução da exposição que tinha que*
3157 *acontecer na ESAF, e isto era algo que a ESAF tinha de fazer. Se houve uma articulação com a*
3158 *área da gestão de poupança e em que termos para fazer um processo, aquilo que lhe posso*
3159 *dizer é que o que foi apresentado ao ALCO, ao tal fórum onde o início da comercialização de*
3160 *papel comercial teve lugar foi, pura e simplesmente, nestes termos, aliás constantes em*
3161 *relatório de auditoria sobre essa matéria: primeiro, comunica-se ao ALCO e, portanto, às*
3162 *estruturas comerciais que o Espírito Santo Liquidez vai ter que alterar a sua composição, no*
3163 *quadro dessa regulamentação; segundo, diz-se, pura e simplesmente, que pode haver a opção*
3164 *de os clientes que quiserem ter exposição ao risco GES directamente poder fazê-lo através de*
3165 *papel comercial.*

3166 *Portanto, era uma opção que era dada aos clientes, aliás, como eu referi na minha intervenção,*
3167 *nesse ALCO — e isso está perfeitamente documentado — não foi definido o montante a, b, ou*
3168 *c; foi, pura e simplesmente, dito que se poderia iniciar a comercialização de papel comercial.*

3169 *Ora, dessa forma, pareceu aos intervenientes do ALCO — e falo por mim — que era uma*
3170 *situação de criar mais uma opção aos clientes, mas nunca pensando nem nunca tendo sido*
3171 *explicitado que havia qualquer mecanismo de basculação — se é isso que lhe quiser chamar —*
3172 *entre aquilo que acontecia na Espírito Santo Liquidez e aquilo que podia ser uma oferta*
3173 *complementar para os clientes do Banco.»*

3174 Segundo Isabel Almeida, o Departamento de Gestão de Poupança interagiu com o
3175 Departamento Financeiro para coordenar os produtos oferecidos pelo BES, ajustando-os às
3176 condições de mercado:

3177 *«O DGP, enquanto direcção financeira, depois de fazer as interações com as áreas de*
3178 *marketing de segmento e as áreas comerciais, falava com o Departamento Financeiro para, no*
3179 *fundo, a oferta de produtos estar em sintonia com aquilo que eram as condições de mercado —*
3180 *falo das condições de mercado não tanto nas obrigações mas naquilo que eram as condições*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3181 *de mercado genéricas, quer a Euribor, quer a concorrência, do ponto de vista dos depósitos de*
3182 *clientes, enfim —, quer de taxa de juro de curto prazo, quer de médio e longo prazos, por forma*
3183 *a que a oferta também estivesse enquadrada, para além de estar do ponto de vista da*
3184 *concorrência, que era uma tarefa deles, do ponto de vista daquilo que eram as expectativas*
3185 *das áreas comerciais.»*

3186 De acordo com Ricardo Salgado, havia uma grande concentração de poderes na área do
3187 crédito:

3188 *«Segundo, responsável pela área do crédito, sim senhor, mas havia um departamento de riscos*
3189 *e havia uma enorme delegação de poderes na concessão de crédito, nomeadamente na área*
3190 *do retalho.»*

3191 Ricardo Salgado pronunciou-se igualmente sobre o departamento de risco global do BES
3192 durante a sua primeira audição, a 9 de Dezembro de 2014:

3193 *«Gostava, também, de dizer que o provisionamento das imparidades era periodicamente*
3194 *analisado pelo departamento de riscos do Banco, e o departamento de risco era muito forte em*
3195 *termos da análise de riscos, porque tínhamos, rapidamente, credenciado o Banco dentro dos*
3196 *novos sistemas de análise de risco e de ratings, os chamados IRB Foundation e o IRB Advanced.*
3197 *Portanto, o departamento de riscos tinha independência para propor à comissão executiva do*
3198 *Banco e aos administradores executivos do Banco que estavam à frente dessas áreas o nível de*
3199 *provisionamento que fosse adequado para cobrir esses riscos. E o Banco Espírito Santo foi*
3200 *sempre cobrindo os riscos de uma forma que considerámos correcta; e julgo que também foi*
3201 *considerada correcta pelas autoridades de supervisão e pela troika, porque a troika fazia*
3202 *reuniões periódicas com a administração do Banco e analisava a evolução da situação dos*
3203 *níveis de provisionamento em função dos diferentes cenários previsionais sobre a economia e,*
3204 *portanto, sobre as situações que mereceriam provisionamento. Alguns desses*
3205 *provisionamentos tinham origem, como já referi anteriormente, em desvalorização do valor*
3206 *dos activos, como, por exemplo, os imóveis.»*

3207 Rui Silveira, em audição da CPI, tece as seguintes considerações sobre o departamento de
3208 auditoria e inspecção:

3209 *«O que é que a auditoria interna faz? Faz a avaliação periódica e complementar dos*
3210 *procedimentos e controlo da responsabilidade da primeira e segunda linhas de defesa, de*
3211 *acordo com um programa que é estabelecido no início do ano em função dos riscos que*
3212 *entendem ser prioritários auditar.*

3213 *(...)*

3214 *Portanto, o departamento de auditoria interna do BES exerce as funções que lhe são atribuídas*
3215 *por lei, por regulamento e pelas directivas aplicáveis, com total independência, adequação e*
3216 *eficácia, observando no desenvolvimento das suas actividades as normas nacionais e*
3217 *internacionais de auditoria e baseando-se nessas mesmas normas*

3218 *(...)*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 3219 *A auditoria interna analisa os procedimentos, que são praticados nos vários departamentos*
3220 *comerciais. Fazemos trezentas e tal auditorias por ano às redes de retalho, aos departamentos*
3221 *de empresas. É assim que isto se processa.*
3222 *(...)*
3223 *O que é que a auditoria faz, como terceira linha de defesa? Vai verificar, em função da*
3224 *materialidade do risco que possa percecionar, se os procedimentos estão correctos.*
3225 *Ultimamente, nestes anos em que cá esteve a troika, o que a auditoria interna mais auditava*
3226 *eram os procedimentos relativos à concessão de crédito, às imparidades, à formalização de*
3227 *garantias, etc..»*
- 3228 No dia 17 de Março de 2014, o CA do BES aprovou, como exigido pelo Banco de Portugal, a
3229 criação de duas estruturas formais de alto nível: a comissão de acompanhamento e avaliação
3230 de execução do plano de negócios do ramo não financeiro do GES e a comissão de controlo de
3231 transacções entre partes relacionadas. Esta última era presidida por Horácio Afonso, tinha Rita
3232 Amaral Cabral como administradora independente e Joaquim Goes como administrador
3233 executivo.
- 3234 A comissão de controlo de transacções entre partes relacionadas tem como objectivo a
3235 emissão de pareceres sobre todo o crédito e relações comerciais entre o BES e suas
3236 participadas e qualquer titular directo ou indirecto de uma participação de, pelo menos, 2% do
3237 BES.
- 3238 Rui Silveira entregou à CPI um relatório, possivelmente ainda na sua forma não final, que
3239 decorre de uma análise às operações efectuadas até 17 de Julho de 2014 com partes
3240 relacionadas, elaborado pelo Departamento de Auditoria e Inspeção, onde:
- 3241 — São identificadas divergências de informação relativamente a operações que não foram
3242 objecto de análise pela comissão de controlo de transacções entre partes relacionadas.
- 3243 — Entre 07 de Maio e 17 de Julho de 2014 são submetidas à comissão 71 operações no
3244 montante total de 12.109 milhões de euros.
- 3245 — Deste valor, 2.603 milhões de euros dizem respeito a renovação de operações e 9.356
3246 milhões de euros a novas operações.
- 3247 — Destas novas operações, a grande parte (8.893 milhões de euros) diz respeito a operações
3248 “intraday” designadamente com a PT.
- 3249 — Destas novas operações, há uma parte de cerca de 446 milhões de euros que diz respeito a
3250 outras entidades, designadamente a ESFIL. Esta sociedade obtém um aumento do limite
3251 de crédito no valor de 194 M€ e a dispensa de garantia de 150 M€ adicionais.
- 3252 Nesse mesmo relatório, relativo à monitorização do processo de controlo das transacções com
3253 partes relacionadas, consta que não foram apreciadas pela respectiva comissão as seguintes
3254 operações:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 3255 i) Renovação dos limites interbancários para operações de Mercado Monetário num total de
3256 1.000 M€, limitados à utilização máxima em simultâneo de 533 M€ não colateralizados,
3257 nas empresas ESFG, ES BANK PANAMÁ, ESFIL, ES BANKERS DUBAI, BANQUE PRIVÉE ES;
3258 ii) Pedido de autorização, por parte do BESI, para realização de uma operação de oneração
3259 de activos detidos indirectamente pela Rioforte Investments (participações na ES Irmãos e
3260 ESFG);
3261 iii) Prorrogação de garantia prestada pelo Banque Privée a favor do BES destinada a caucionar
3262 empréstimo concedido a dois clientes Top Private.

3263 De acordo com Ricardo Salgado, a partir de um certo momento, designadamente em Março de
3264 2014, as decisões de crédito cedido pelo banco passam a ter que ser validadas por uma
3265 comissão de controlo de transacções entre partes relacionadas, informação que seria cedida
3266 ao Banco de Portugal:

3267 *«Relativamente às imparidades e à concessão de créditos de alguns clientes, houve um*
3268 *aspecto, que ainda não referi e que é importante para os Srs. Deputados entenderem, que é o*
3269 *seguinte: a partir de uma certa altura, salvo erro, no mês de Março, foi estabelecido o comité*
3270 *de coordenação e controlo das partes relacionadas. O que fazia esse comité? Esse comité era*
3271 *constituído por administradores independentes e pelo presidente da comissão de auditoria do*
3272 *BES, o Dr. Horácio Afonso, e esse comité aprovava as operações relacionadas com o Grupo.*
3273 *Portanto, nenhuma operação de crédito realizada pelo Grupo poderia ser aprovada sem passar*
3274 *por este comité de coordenação da concessão de crédito das partes relacionadas, e, depois,*
3275 *normalmente, para as operações poderem ser executadas, eram submetidas à aprovação do*
3276 *Banco de Portugal.*

3277 *Portanto, o Banco de Portugal tinha aqui uma estrutura para, de facto, analisar, com maior*
3278 *profundidade, as operações de crédito para o Grupo, de uma forma independente, digamos*
3279 *assim.»*

3280 Segundo o depoimento de Joaquim Goes, a Comissão de Controlo de Transacções com Partes
3281 Relacionadas foi alvo de uma política cada vez mais restritiva no sentido de se evitar a
3282 exposição do BES ao GES:

3283 *«A Comissão de Controlo de Transacções com Partes Relacionadas dedicou o mês de Abril a*
3284 *divulgar — e recordo que ela tinha sido criada no final do mês de Março —, junto de todo o*
3285 *grupo BES, incluindo subsidiárias no estrangeiro, os novos procedimentos a adoptar na*
3286 *apreciação de transacções com partes relacionadas.*

3287 *Assim, no início de Maio, a comissão foi confrontada, pela primeira vez, com um pedido de*
3288 *financiamento à Espírito Santo Financial Group.*

3289 *Na altura, o montante de exposição do BES à Espírito Santo Financial Group cifrava-se em 533*
3290 *milhões de euros, tendo registado um crescimento significativo nos meses precedentes.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3291 *Sob minha proposta, a comissão aprova uma política mais restritiva de exposição à Espírito*
3292 *Santo Financial Group.*

3293 *Esta política passava pelas seguintes medidas:*

3294 *a) redução da exposição não colateralizada, portanto, sem garantias, para 400 milhões de euros*
3295 *até ao final do mês de Junho, que era a média da exposição do BES à Financial nos últimos seis*
3296 *meses;*

3297 *b) condicionamento de qualquer financiamento adicional à existência de colaterais.*

3298 *Esta nova política foi aprovada no conselho de administração do BES de 15 de Maio, e*
3299 *comunicada ao Banco de Portugal no dia 19 de Maio.»*

3300 Como nota conclusiva, referem-se as palavras de Rui Silveira, na introdução inicial da sua
3301 audição, em que conclui que é impossível tudo controlar, mesmo numa instituição com o
3302 modelo de defesas de que o BES dispunha:

3303 *«Independentemente da elevada competência técnica do modelo organizativo,*
3304 *designadamente das suas funções de controlo interno (risco, compliance, auditoria), é*
3305 *impossível tudo controlar, tudo se conhecer e muito menos antecipar comportamentos, quando*
3306 *tais situações são originadas por um número restrito de pessoas, em total segredo, produzindo*
3307 *resultados em terceiras entidades, fora do controlo institucional, seja interno, seja dos órgãos*
3308 *de supervisão.*

3309 *Esta situação é uma limitação que sempre existirá, independentemente do refinamento dos*
3310 *modelos de governo societário ou das baías legislativas que se imponham, já que o problema*
3311 *está no cumprimento da lei por cada um e todos os seus destinatários. O que não se pode*
3312 *pretender é assacar responsabilidades colegiais pelo não cumprimento individual de*
3313 *determinadas obrigações, quando estas são impossíveis de ser detectadas, atente-se o tempo,*
3314 *o modo e o lugar em que ocorrem.»*

3315

3316 **3.2 Intervenção das Empresas de Auditoria**

3317 A presente secção procura resumir os principais momentos de intervenção das duas entidades
3318 auditoras que estiveram particularmente envolvidas em trabalhos de acompanhamento do
3319 BES e/ou do GES, que são respectivamente a KPMG e a PwC, sendo noutras secções do
3320 relatório feita referência a alguns dos resultados da auditoria forense, conduzida pela Deloitte.

3321 **3.2.1 KPMG**

3322 A KPMG Portugal e as empresas da sua rede internacional foram, entre 2002 e Junho de 2014,
3323 em exclusivo, as entidades auditoras das sociedades da área financeira do Grupo Espírito



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3324 Santo, que têm como holding a ESFG, sediada no Luxemburgo, sujeita à supervisão em base
3325 consolidada do Banco de Portugal.

3326 Sikander Sattar, Presidente da KPMG Portugal, relativamente ao papel do auditor, referiu o
3327 seguinte na CPI:

3328 *«O auditor externo não está, fisicamente, em permanência junto da empresa auditada para*
3329 *analisar toda e qualquer documentação que entra e sai dos vários serviços. Não está*
3330 *diariamente junto dos profissionais da empresa a observar, em tempo real — repito, a observar*
3331 *em tempo real —, todas as operações efectuadas. Não é este o nosso papel. Pelo contrário, os*
3332 *trabalhos relativos às demonstrações financeiras anuais e de revisão limitada, relativamente às*
3333 *demonstrações financeiras semestrais, são efectuados em datas e calendários de revisão*
3334 *previamente definidos.*

3335 *Importa ainda enfatizar que, relativamente às contas semestrais, a KPMG Portugal efectua*
3336 *uma revisão limitada sobre as mesmas. A definição de uma revisão limitada está claramente*
3337 *estabelecida nas normas técnicas que regem a actividade dos revisores oficiais de contas e o*
3338 *seu âmbito é substancialmente mais reduzido do que o de uma auditoria completa efectuada*
3339 *às contas anuais.»*

3340 O presidente da KPMG Portugal referiu ainda que *«a profissão de auditor é a mais escrutinada*
3341 *das mais escrutinadas»*, e deu como exemplo disso mesmo, em Portugal, a supervisão
3342 efectuada pela CMVM e pelo Banco de Portugal.

3343 Sikander Sattar recordou ainda o facto de a KPMG Portugal ter auditado os fundos de
3344 investimento geridos pela ESAF em 2011 e 2012:

3345
3346 *«Foi a KPMG Portugal, quem alertou o mercado nos seus relatórios de auditoria às contas de*
3347 *2011 e 2012 de alguns fundos, nomeadamente o Espírito Santo Liquidez e o Espírito Santo*
3348 *Rendimento, para o nível de concentração elevado da carteira em títulos do GES (...) essa*
3349 *concentração não era então proibida, mas tal não impediu que a KPMG Portugal tivesse*
3350 *emitido opinião com esse expresso ênfase nos relatórios de 2011 e 2012 (...).*

3351 *Já foi referido nesta Comissão, nomeadamente pelo Sr. Presidente da CMVM, que os fundos de*
3352 *investimento em causa vieram na segunda metade de 2013 a ajustar as suas carteiras à*
3353 *concentração prevista na lei, mas isso foi acompanhado por um aumento significativo, no*
3354 *mesmo período, da colocação em clientes do Banco Espírito Santo de títulos de dívida emitidos*
3355 *por sociedades do Grupo Espírito Santo, em particular a ESI, originando uma nova*
3356 *preocupação.»*

3357
3358 O Presidente da KPMG aborda ainda três assuntos especialmente relevantes: i) factos
3359 ocorridos no período crítico, que medeia entre o último trimestre de 2013 e o dia 3 de Agosto
3360 de 2014; ii) alcance, impacto e consequências desses factos e iii) interacção e articulação entre
3361 o auditor externo e as autoridades de supervisão. A este propósito, referiu:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3362 «No âmbito dos seus trabalhos de auditoria anual às demonstrações financeiras do BES e da
3363 Espírito Santo Financial Group de 31 de Dezembro de 2013, a KPMG Portugal deu início, no 4.º
3364 trimestre, ao processo de revisão da imparidade da carteira de crédito das entidades do Grupo.
3365 Também naquele período, teve início o chamado ETRICC 2 (Exercício Transversal de Revisão da
3366 Imparidade da Carteira de Crédito, 2.ª fase), exercício requerido pelo Banco de Portugal e
3367 levado a cabo pela PwC.

3368

3369 No dia 20 de Novembro de 2013, em reunião no BES, a KPMG Portugal questionou o BES sobre
3370 a evolução e actualização da actividade da ESI durante o ano de 2013, tendo obtido a
3371 informação de que a totalidade da dívida da ESI em base individual tinha aumentado para
3372 5.700 milhões de euros, 6.300 milhões em base consolidada proforma, excluindo a Rioforte,
3373 com data de referência de 30 de Setembro de 2013, apresentando um aumento muito
3374 significativo, face a 31 de Dezembro de 2012. A KPMG solicitou, então, que fosse
3375 disponibilizado com brevidade um balanço individual da ESI, referente a 30 de Setembro de
3376 2013, e o detalhe da dívida da ESI e onde a mesma se encontrava colocada.

3377

3378 No dia 26 de Novembro de 2013, realizou-se uma reunião no Banco de Portugal com a área de
3379 supervisão, na qual a KPMG Portugal transmitiu ao Banco de Portugal este aumento muito
3380 significativo da dívida da ESI e a sua preocupação com a situação da mesma. A KPMG Portugal
3381 referiu estar a aguardar informação sobre a explicação para o aumento da dívida e também
3382 onde a mesma se encontrava colocada. O Banco de Portugal referiu nessa reunião que iria
3383 enviar uma carta à Espírito Santo Financial Group, a solicitar uma consolidação proforma das
3384 contas da ESI e a determinar que a mesma fosse sujeita a uma auditoria externa, a qual viria
3385 depois a ser adjudicada à KPMG Portugal em formato de revisão limitada de finalidade
3386 especial.

3387

3388 Em reunião de 2 de Dezembro de 2013 e em carta de 10 de Dezembro de 2013, a KPMG
3389 Portugal reiterou junto do Banco de Portugal a sua preocupação com a situação da ESI,
3390 apresentando uma comparação simplificada e preliminar dos activos e passivos, com base nos
3391 elementos existentes.

3392

3393 No dia 28 de Janeiro de 2014, realizou-se a reunião no Banco de Portugal na qual a KPMG
3394 Portugal partilhou com o Banco de Portugal e a PwC um resumo das conclusões do trabalho da
3395 fase um, o qual incidiu sobre as demonstrações financeiras consolidadas proforma da ESI,
3396 reportadas a 30 de Setembro de 2013, que vieram a ser incluídas no relatório de 31 de Janeiro
3397 de 2014, adiante referido.

3398

3399 No dia 31 de Janeiro foi enviado ao Banco de Portugal e aos conselhos de administração da ESI,
3400 da Financial Group e do BES cópia da versão draft do relatório sobre a fase um do trabalho de
3401 revisão limitada de finalidade especial. De referir que, na sequência da identificação da



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3402 *situação financeira grave da ESI, através da versão draft do relatório de revisão limitada de*
3403 *finalidade especial, datada de 31 de Janeiro de 2014, o Grupo ESI apresentou um plano de*
3404 *reorganização interna e de desalavancagem dos seus activos, cujas medidas foram vertidas no*
3405 *plano de negócios e na demonstração de fluxos de caixa projectados da ESI, para os anos de*
3406 *2013 a 2023, os quais foram objecto de revisão pela PwC e pelo Banco de Portugal, no âmbito*
3407 *do ETRICC2.*

3408

3409 *No dia 6 de Fevereiro realizou-se uma reunião entre a KPMG Portugal e o Banco de Portugal,*
3410 *na qual foi discutido o montante da imparidade a reconhecer, relativamente à exposição ao*
3411 *Grupo ESI, apreciadas as medidas contidas no plano de negócios e na demonstração de fluxos*
3412 *de caixa projectados da ESI para os anos de 2013 a 2023 e analisados os mecanismos de*
3413 *garantia que estavam a ser estudados pela Espírito Santo Financial Group para assunção do*
3414 *risco resultante desta exposição.*

3415

3416 *No dia 7 de Fevereiro foi enviada aos mesmos destinatários da versão draft anterior a versão*
3417 *final do relatório sobre a fase um do trabalho de revisão limitada. Ainda nesta data, na*
3418 *sequência de reunião no Banco de Portugal no dia anterior, a KPMG Portugal enviou ao Banco*
3419 *de Portugal uma carta, na qual efectua uma análise, relativamente à necessidade de*
3420 *provisionamento da exposição da Espírito Santo Financial Group e do Banco Espírito Santo ao*
3421 *Grupo ESI, e apresenta cenários de sensibilidade, relativamente ao valor da provisão a*
3422 *constituir.*

3423

3424 *No dia 24 de Abril foi enviada ao Banco de Portugal e aos conselhos de administração da ESI,*
3425 *da Financial Group e do BES a versão do relatório sobre a fase dois do trabalho de revisão*
3426 *limitada de finalidade especial, desta vez reportado com referência a 31 de Dezembro de 2013.*

3427

3428 *Nos dias 20 e 21 de Maio foi remetida ao Banco de Portugal a versão final deste relatório, que*
3429 *não apresentava nenhuma alteração, face ao que já tinha sido enviado, e, também a pedido do*
3430 *Banco de Portugal, foi enviada uma cópia deste relatório à CMVM. Importa lembrar que o*
3431 *Grupo Banco Espírito Santo não tinha nessa altura a exposição significativa de crédito directo*
3432 *perante o Grupo ESI, quer em 30 de Setembro de 2013, quer em 31 de Dezembro de 2013, e*
3433 *que a exposição directa, com referência a 31 de Dezembro de 2013, da Espírito Santo Financial*
3434 *Group à ESI, que ascendia a cerca de 1.300 milhões de euros, encontrava-se coberta pela*
3435 *totalidade das acções da Rioforte recebidas em colateral e por garantias adicionais, permitindo*
3436 *concluir por uma adequada colateralização.*

3437 *Por isso, a preocupação da KPMG Portugal a essa data tinha essencialmente a natureza do que*
3438 *chamamos «risco reputacional e fiduciário», resultante da colocação do papel comercial da ESI*
3439 *junto dos clientes de retalho do Grupo BES, em caso de incumprimento por parte da ESI.*

3440



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3441 *Nessa base, foi constituída uma provisão nas demonstrações financeiras da Espírito Santo*
3442 *Financial Group num valor de 700 milhões de euros, para a cobertura de eventuais riscos de*
3443 *incumprimento da ESI perante clientes do Grupo. Esta provisão foi determinada por um*
3444 *trabalho conjunto entre a Financial Group, o Banco Espírito Santo, a KPMG Portugal e o Banco*
3445 *de Portugal, considerando também as conclusões obtidas pela PwC no âmbito do ETRICC2.*
3446 *Todas as análises efectuadas pelas partes apontavam para um valor convergente em torno*
3447 *daquele que foi provisionado.*

3448
3449 *No âmbito dos trabalhos de revisão limitada às contas semestrais do Banco Espírito Santo*
3450 *referentes a 30 de Junho de 2014, iniciados na segunda quinzena de Junho, a KPMG Portugal*
3451 *procedeu a uma análise da evolução da exposição, directa e indirecta, do Banco Espírito Santo*
3452 *ao GES e à Espírito Santo Financial Group e detectou, tendo por base os valores contabilísticos*
3453 *disponíveis, um aumento muito significativo da exposição directa do Grupo BES à Espírito Santo*
3454 *Financial Group (cerca de 250 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2013, para cerca de*
3455 *800 milhões de euros, em 30 de Junho de 2014) e da Espírito Santo Financial Group ao GES, de*
3456 *1.400 milhões (que, como eu já tinha referido, estava totalmente colateralizado com as acções*
3457 *da Rioforte) que passou para 2.300 milhões de euros, de 31 de Dezembro até 30 de Junho de*
3458 *2014, não acompanhado por qualquer reforço de colaterais.*

3459 *Ou seja, verificou-se pela análise efectuada, não só um aumento de exposição mas também*
3460 *uma alteração de natureza anteriormente existente desta exposição e do seu risco, uma vez*
3461 *que se constatou que a exposição indirecta, ou aquela que chamei de «reputacional e*
3462 *fiduciária», por via do papel comercial colocado junto de clientes, estava, agora, largamente*
3463 *agravada por financiamento directo da Espírito Santo Financial Group ao GES e do BES à*
3464 *Espírito Santo Financial Group, as quais, conforme já referi, em 31 de Dezembro de 2013 não*
3465 *apresentavam riscos significativos.*

3466
3467 *No dia 4 de Julho de 2014, quatro dias após o fecho das contas do 1.º semestre, foi enviada*
3468 *uma carta ao Banco de Portugal, com uma análise detalhada e demonstrativa do grande*
3469 *crescimento da exposição directa do Grupo BES à Espírito Santo Financial Group e da Espírito*
3470 *Santo Financial Group ao GES, (...) é desde logo, referida nessa carta a necessidade de*
3471 *reavaliar, com referência a 30 de Junho de 2014, a imparidade/provisão que tinha sido*
3472 *constituída de cerca de 700 milhões, sendo de esperar um reforço significativo da mesma, com*
3473 *impacto no Banco Espírito Santo e na Espírito Santo Financial Group. Esta informação foi*
3474 *igualmente transmitida à CMVM.*

3475
3476 *No dia 10 de Julho de 2014, o BES veio a divulgar, em comunicado ao mercado, o grau de*
3477 *exposição ao GES e à Espírito Santo Financial Group. A pronta identificação, quantificação e*
3478 *divulgação do aumento de exposição directa do BES ao GES foi, porém, apenas uma primeira*
3479 *vertente da actuação do auditor externo KPMG Portugal no seu trabalho de revisão limitada às*
3480 *contas do 1.º semestre de 2014.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3481

3482 *Na segunda quinzena de Julho de 2014, a KPMG Portugal tomou conhecimento da existência*
3483 *de duas cartas, datadas de 9 de Junho de 2014, a favor de terceiras entidades e que poderiam*
3484 *configurar um compromisso do BES em favor de credores da ESI. De facto, em reunião havida*
3485 *no dia 24 de Julho de 2014, às 12 horas, a nova comissão executiva do Banco Espírito Santo*
3486 *transmitiu à KPMG Portugal que havia acabado de tomar conhecimento da existência das*
3487 *referidas cartas, assinadas por dois ex-administradores executivos do Banco. Nesta reunião, foi*
3488 *comunicado à KPMG Portugal que também o Banco de Portugal já teria sido informado dessas*
3489 *cartas pelo Banco Espírito Santo. Na mesma tarde, às 15 horas, a KPMG Portugal reuniu com a*
3490 *firma de advogados externos do Banco Espírito Santo, tendo sido informada do entendimento*
3491 *daquela sociedade, no sentido da validade das referidas cartas, após o que transmitiu ao Banco*
3492 *Espírito Santo a necessidade de registo de uma provisão de 267 milhões de euros nas contas de*
3493 *30 de Junho de 2014, o que também transmitiu ao Banco de Portugal na reunião do dia 25 de*
3494 *Julho, adiante novamente referida.*

3495

3496 *No âmbito da sua revisão às contas com referência a 30 de Junho, a KPMG Portugal identificou,*
3497 *através de indagações aos serviços do BES e análise das carteiras de gestão discricionária, a*
3498 *existência de emissões pelo Banco Espírito Santo de títulos de dívida ocorridas durante o 1.º*
3499 *semestre de 2014 e a sua colocação em partes relacionadas e/ou clientes. Esta vertente do*
3500 *trabalho da KPMG Portugal, relativo à revisão limitada das demonstrações financeiras do 1.º*
3501 *semestre, viria a dar origem a uma abundante cronologia de eventos, que tentarei resumir,*
3502 *procurando reportar-me ao que, entretanto, foi tornado público ou trazido a esta Comissão.*

3503

3504 *A KPMG Portugal detectou a existência de recompras, ocorridas já depois de 30 de Junho de*
3505 *2014, de obrigações emitidas por sucursais do BES no estrangeiro, as quais originaram perdas,*
3506 *tendo trocado impressões com o BES sobre estas perdas em 13 de Julho de 2014, que era um*
3507 *Domingo.*

3508

3509 *No dia 16 de Julho, em reunião havida no Banco de Portugal, a KPMG Portugal: um,*
3510 *apresentou um mapa-resumo da atrás referida exposição, directa e indirecta, do BES ao Grupo*
3511 *Espírito Santo e ao Espírito Santo Financial Group, o qual revelava uma necessidade de*
3512 *provisionamento adicional, que veio a dar origem à provisão de 2.100 milhões de euros; e, dois,*
3513 *transmitiu que recentemente havia tomado conhecimento de operações de compra, pelo Banco*
3514 *Espírito Santo, de obrigações próprias emitidas com perdas para o Banco, encontrando-se a*
3515 *KPMG Portugal a investigar estas operações.*

3516

3517 *Em paralelo, foi agendada com a CMVM uma reunião, que veio a realizar-se no dia 21 de Julho,*
3518 *onde foram abordadas as preocupações, quer da KPMG, quer da CMVM, relativamente a*
3519 *certas operações realizadas pelo Banco Espírito Santo com os seus clientes, através das*
3520 *denominadas séries comerciais. Conforme já referido a esta Comissão pelo Sr. Presidente da*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3521 CMVM, a CMVM demonstrou preocupações em relação à existência de algum tipo de
3522 compromissos de recompra de títulos emitidos pelo BES, às séries comerciais e à respectiva
3523 valorização nas carteiras de gestão discricionária. Nesse próprio dia 21 de Julho, a KPMG
3524 Portugal prosseguiu o trabalho de indagações, em reunião com o Banco Espírito Santo, para
3525 analisar os assuntos relativos: um, à eventual existência de algum compromisso, ou
3526 expectativa, de recompra ou liquidez na colocação das séries comerciais junto de clientes; dois,
3527 ao contexto das operações de compra, pelo Banco Espírito Santo, de obrigações próprias
3528 emitidas em 2014 e potenciais impactos nas demonstrações financeiras; e, três, à identificação
3529 do circuito de intermediação destas transacções.

3530

3531 Nesta reunião, foi obtida a convicção de que, efectivamente, as séries comerciais
3532 correspondiam a vendas a clientes com algum tipo de compromisso, ou expectativa, de
3533 recompra, ou liquidez, com retorno e prazo predeterminados, de títulos de quatro veículos que
3534 tinham, como subjacente principal, dívida sénior do Banco, pelo que, nesse próprio dia 21 de
3535 Julho, foi enviado um e-mail ao Banco Espírito Santo com um pedido de informação exhaustivo.

3536

3537 No dia 22 de Julho, a KPMG Portugal, por e-mail, informou o Banco de Portugal sobre o pedido
3538 de informação formulado no e-mail enviado ao BES no dia 21 de Julho e explicou as
3539 preocupações com a situação detectada. Nessa mesma manhã, a KPMG Portugal deu a mesma
3540 informação à CMVM.

3541

3542 Anote-se que nesse próprio dia 22 de Julho, às 12 horas e 3 minutos, o Banco Espírito Santo
3543 informou, publicamente, o adiamento da apresentação da informação sobre as contas
3544 semestrais para 30 de Julho. No mesmo dia 22 de Julho, a KPMG Portugal prosseguiu os seus
3545 trabalhos, decidindo então, face à ausência de esclarecimentos suficientes, proceder a uma
3546 absolutamente inabitual análise de todos e de cada um dos inúmeros registos informáticos
3547 relativos à totalidade das transacções ocorridas com as obrigações cupão zero, emitidas pelo
3548 Banco Espírito Santo em 2014, trabalho que continuou intensamente até ao dia 27 de Julho e
3549 que em muito extravasa o âmbito normal de uma revisão limitada.

3550

3551 Durante a tarde de 22 de Julho e a manhã do dia 23 de Julho foi verificado pela KPMG que,
3552 aparentemente e de acordo com a documentação entretanto obtida junto do Banco Espírito
3553 Santo, as obrigações de 2014 tinham sido adquiridas ou intermediadas pelo Espírito Santo
3554 Bank Panamá poucos dias após a sua emissão e revendidas no mesmo dia, ou em dias
3555 próximos, gerando mais-valias significativas que, aparentemente e com base no que indiciava
3556 a documentação apresentada naquele momento, poderiam ter sido apropriadas pelo Espírito
3557 Santo Bank Panamá, num total superior a 700 milhões de euros. Nesse mesmo dia, a KPMG
3558 Portugal solicitou informação à Espírito Santo Financial Group sobre as contas mensais do
3559 Espírito Santo Bank Panamá e recebeu desta confirmação de que as referidas mais-valias não



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3560 foram registadas nas respectivas contas, pelo que não foram apropriadas pelo Espírito Santo
3561 Bank Panamá.

3562

3563 Em 23 de Julho, primeiro por e-mail e, depois, em reunião realizada no Banco de Portugal,
3564 ambas já referidas nesta Comissão, a KPMG Portugal reiterou a situação detectada, referindo a
3565 já acima mencionada ordem de valor de 700 milhões de euros, apurada até então.

3566

3567 No dia 24 de Julho, depois de informado o novo presidente da comissão executiva do Banco
3568 Espírito Santo, realizou-se uma reunião entre a KPMG Portugal e o Banco Espírito Santo. Nesta
3569 reunião, e esta reunião é já com os serviços do Banco Espírito Santo, com os departamentos do
3570 Banco Espírito Santo, a KPMG Portugal comunicou as averiguações e constatações efectuadas,
3571 nomeadamente sobre o circuito das obrigações de cupão zero emitidas a desconto, através do
3572 Espírito Santo Bank Panamá, e insistiu em explicações concretas e específicas sobre: um, a
3573 justificação do racional económico das transacções detectadas com estas obrigações cupão
3574 zero emitidas em 2014, com determinadas yields, mas colocadas em clientes com
3575 rentabilidades bastante inferiores; dois, a identificação das contrapartes envolvidas; três, o
3576 destino dado aos fundos gerados para terceiros pelas operações e que ascendem a valores
3577 superiores a 700 milhões de euros; e, quarto, as contas dos referidos quatro veículos que
3578 tinham sido identificados. As explicações, então, finalmente, obtidas, permitiram à KPMG
3579 Portugal apreender a forma e a natureza das operações realizadas via Espírito Santo Bank
3580 Panamá e através dos tais quatro veículos referidos.

3581

3582 No dia 25 de Julho, realizou-se nova reunião entre a KPMG Portugal e o Banco de Portugal.
3583 Nesta reunião, a KPMG Portugal, para além de outros assuntos, explicou, detalhadamente, a
3584 situação detectada relativamente às obrigações próprias emitidas em 2014, a identificação do
3585 circuito via Espírito Santo Bank Panamá e reiterou que o valor a provisionar poderia ultrapassar
3586 significativamente os 700 milhões de euros, tendo em conta a existência de, primeiro,
3587 compromissos ou expectativas de recompra, ou liquidez, de obrigações próprias do Banco
3588 Espírito Santo colocadas em clientes directamente ou através de séries comerciais e, segundo,
3589 de outros activos detidos pelos referidos quatro veículos que apresentassem perdas implícitas,
3590 pelo que ainda precisava do fim-de-semana para proceder à quantificação final.

3591

3592 Durante os dias 26 e 27 de Julho (Sábado e Domingo), foi quantificado o valor global do
3593 ajustamento a efectuar, relativamente aos compromissos ou expectativas de recompra, ou
3594 liquidez, das obrigações próprias do BES, colocadas em clientes directamente ou através de
3595 séries comerciais, em cerca de 1.200 milhões de euros. Esta provisão acresceu às provisões
3596 resultantes da exposição, directa e indirecta, do Banco Espírito Santo ao GES e à Espírito Santo
3597 Financial Group e das obrigações assumidas nas cartas de compromisso a favor de terceiros.

3598



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3599 *Na Segunda-Feira dia 28 de Julho, pelas 9 horas, realizou-se uma reunião entre a KPMG*
3600 *Portugal e o Banco de Portugal e, nesta reunião, a KPMG apresentou os valores finais dos*
3601 *ajustamentos decorrentes das obrigações emitidas, no total de 1.200 milhões de euros, e*
3602 *analisou com o Banco de Portugal o prejuízo total a registar no semestre, que ascenderia a*
3603 *cerca de 3.600 milhões de euros.*

3604

3605 *No dia 28 de Julho, durante a tarde, foi efectuada uma reunião entre a KPMG Portugal e os*
3606 *membros da comissão executiva do BES, com responsabilidade pela aprovação das*
3607 *demonstrações financeiras do BES referentes a 30 de Junho de 2014, excluindo, portanto, os*
3608 *novos administradores que tinham sido nomeados, na qual foram discutidos e comentados os*
3609 *resultados do semestre a serem divulgados ao mercado no dia 30 de Julho de 2014. Nesse*
3610 *mesmo dia 28 de Julho foi realizada uma nova reunião no Banco de Portugal, às 19 horas e 30*
3611 *minutos, entre a KPMG Portugal e o Banco de Portugal, onde a KPMG Portugal voltou a*
3612 *analisar e a expor o resultado líquido negativo do BES, no valor de cerca de 3.600 milhões de*
3613 *euros, com particular destaque para os critérios inerentes ao ajustamento de 1.200 milhões de*
3614 *euros relacionados com a emissão e recompra de obrigações.*

3615

3616 *No dia 29 de Julho, pelas 10 horas e 30 minutos, foi realizada uma reunião com a CMVM onde*
3617 *também foram transmitidas as mesmas conclusões, relativamente ao tema dos resultados.*

3618

3619 *No dia 30 de Julho realizou-se a reunião do conselho de administração do Banco Espírito Santo,*
3620 *na qual esteve presente a KPMG Portugal, onde foram apreciadas e aprovadas, por*
3621 *unanimidade, pelos administradores presentes, sem intervenção dos novos administradores*
3622 *executivos nomeados, as contas de 30 de Junho de 2014 do BES, que viriam a ser divulgadas ao*
3623 *mercado nesse mesmo dia.*

3624

3625 *No mesmo dia 30 de Julho, pelas 21 horas e 16 minutos, foi divulgado pelo BES ao mercado um*
3626 *comunicado sobre os resultados do 1.º semestre de 2014. Os documentos finais de prestação*
3627 *de contas semestrais completos são posteriormente divulgados ao mercado pelas 00 horas e*
3628 *17 minutos do dia 1 de Setembro, conjuntamente com o relatório de revisão limitada da KPMG*
3629 *Portugal, datado de 29 de Agosto deste ano.»*

3630

3631 *Por último, diz ainda Sikander Sattar:*

3632

3633 *«Quero salientar novamente que este trabalho extravasou em muito o que é, por regra, um*
3634 *normal trabalho de revisão limitada, mas foi prosseguido na exacta medida em que a KPMG*
3635 *Portugal se defrontou com operações atípicas, plurijurisdicionais e complexas, o que, no*
3636 *contexto do nosso cepticismo profissional, nos levou a investigar estes factores de risco, que,*
3637 *como se verifica, decorrem de dívida emitida pelo Grupo, outros eventos ocorridos já em 2014*
3638 *e operações de recompra efectuadas já depois de 30 de Junho.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3639

3640 *Sublinho seguidamente que a cooperação entre a KPMG Portugal e as autoridades de*
3641 *supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal e a CMVM, foi particularmente constante e*
3642 *intensa e extensa na prossecução do mesmo fim.»*

3643

3644 Referindo-se ao prospecto de aumento de capital do BES ocorrido em Maio de 2014, o
3645 Presidente da KPMG Portugal diz que nele foram incluídas as certificações legais das contas e
3646 os relatórios de auditoria dos anos relativos ao triénio findo em 2013, conforme os artigos
3647 149.º e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, acrescentando que *«a responsabilidade*
3648 *do auditor, relativamente ao prospecto, é circunscrita à sua certificação legal das contas e ao*
3649 *relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras incluídas no prospecto.»*

3650

3651 E sobre o BESA, refere Sikander Sattar o seguinte:

3652

3653 *«Ainda a respeito das contas do BES relativas a 31 de Dezembro de 2013, cabe fazer uma*
3654 *referência ao tema do Banco Espírito Santo Angola (BESA), muito embora aqui tenha especiais*
3655 *dificuldades num contexto de matéria abrangida por sigilo, que não é regulada pela lei*
3656 *portuguesa, mas pela lei nacional angolana. Como é sabido, o BESA é auditado pela KPMG*
3657 *Angola, entidade integrada na rede KPMG, mas sujeita às leis e regulamentos angolanos.*

3658

3659 *Procurando, todavia, dentro do possível, aflorar os aspectos gerais mais importantes, direi que,*
3660 *no que se refere ao impacto do BESA nas contas consolidadas do BES a 31 de Dezembro de*
3661 *2013, o BES tomou, naturalmente, em consideração a existência de uma garantia soberana*
3662 *que permitia salvaguardar eventuais perdas que pudessem ocorrer na carteira de crédito do*
3663 *Banco Espírito Santo Angola e, nesse contexto, o BES não constituiu qualquer provisão nas suas*
3664 *contas de 31 de Dezembro de 2013 relacionada com o BESA.»*

3665

3666 **3.2.2 PwC**

3667 O presidente da PwC Portugal, José Pereira Alves, informou a CPI de que a PwC começou a
3668 auditar o BES em 1992, tendo sido auditores do Grupo BES até ao fecho das contas de 31 de
3669 Dezembro de 2001 e no decurso deste período começaram também a auditar algumas das
3670 empresas do Grupo GES, da área não financeira, sendo que a relação da PwC Portugal com
3671 estas empresas da área não financeira se manteve para além de 2002, cessando-se em 2007/
3672 2008.

3673

3674 Mais recentemente, a PwC foi contratada pelo Banco de Portugal, em 2013, e pela
3675 Administração do BES, liderada por Vítor Bento, em 2014:

3676



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3677 «em 2013 e princípios de 2014, efectuámos um trabalho que ficou conhecido como ETRICC GE
3678 ou ETRICC2 e que tinha como propósito efectuar uma análise dos cash flows futuros de um
3679 conjunto de grupos económicos, quanto à sua capacidade de cumprir o serviço da dívida
3680 contratada. Um dos grupos objecto desta análise foi precisamente o Grupo GES – área não
3681 financeira.

3682
3683 Posteriormente, já em 2014, fomos contratados pela Administração do Banco Espírito Santo,
3684 na altura liderada pelo Dr. Vítor Bento, com o objectivo de procedermos a um conjunto de
3685 análises associadas a operações de recompra de instrumentos de dívida emitidos pelo Grupo
3686 BES que terão acontecido durante o mês de Julho. Os relatórios emitidos sobre esta matéria
3687 foram igualmente disponibilizados a esta Comissão.»

3688
3689 Em 2014, a PwC foi também nomeada auditora do Novo Banco, constituído na sequência da
3690 aplicação da medida de resolução ao BES, função essa que ainda mantém.

3691
3692 Relativamente à auditoria efectuada às contas do Grupo BES até ao final de 2001, José Pereira
3693 Alves chamou a atenção para «as alterações regulatórias com impacto na actividade dos
3694 auditores, as quais, de alguma forma, se reflectiram no desenvolvimento desse mesmo
3695 trabalho relacionado com as contas de 2001, trabalho esse efectuado entre o final de 2001 e
3696 início de 2002.»

3697
3698 Sobre esta auditoria da PwC Portugal, menciona ainda que:

3699
3700 «O trabalho desenvolvido permitiu à PwC Portugal suportar as conclusões contidas na
3701 certificação legal de contas e no relatório do auditor independente emitido em 11 de Março de
3702 2002, isto é, uma opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro
3703 de 2001, sem reservas, mas com duas ênfases.

3704
3705 Durante o trabalho, foram desenvolvidos todos os procedimentos necessários e suficientes à
3706 emissão da nossa opinião, tendo a área da concessão de crédito a determinadas entidades não
3707 residentes merecido da parte da PwC Portugal uma particular atenção.

3708
3709 Tratava-se de crédito concedido a entidades não residentes, cujos activos consistiam,
3710 essencialmente, em participações de capital no Banco Espírito Santo, na Portugal Telecom e na
3711 PT Multimédia. Essas participações serviam de colateral para o crédito concedido.

3712 A existência dessas entidades, não residentes, deixaram-nos dúvidas quanto à possibilidade de,
3713 segundo uma perspectiva substantiva, poderem ser investimentos do próprio Banco, o que,
3714 caso se tivesse comprovado, levaria a ajustamentos contabilísticos significativos.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3716 *Foram então desenvolvidos procedimentos de auditoria específicos no sentido de verificar a*
3717 *identidade dos beneficiários efectivos destas entidades, não residentes, e averiguar da sua*
3718 *capacidade financeira para honrar os compromissos assumidos pelas mesmas, caso os*
3719 *colaterais se viessem a revelar insuficientes. A confirmar-se a suspeita acima enunciada, no*
3720 *sentido de que configurariam verdadeiros investimentos do Banco e como tal, levantar-se-ia a*
3721 *possibilidade de vir a ser incluída uma reserva na opinião de auditoria, foi esta situação*
3722 *discutida quer com o Banco de Portugal, quer com a CMVM, na presença de representantes do*
3723 *BES, tal como está mencionado nos relatórios dirigidos ao Board, com data de 5 de Março de*
3724 *2002, e que estão em poder de V. Exas.»*

3725

3726 Sobre esta situação acrescenta ainda José Pereira Alves:

3727

3728 *«É importante referir que, no dia 5 de Março de 2002, enviámos uma carta ao Conselho de*
3729 *Administração do Banco Espírito Santo a detalhar a informação e o nosso entendimento*
3730 *relativo às operações de crédito concedido às entidades não residentes atrás referidas.*

3731

3732 *Na sequência da reunião com o Banco de Portugal, concluímos satisfatoriamente os*
3733 *procedimentos de auditoria específicos sobre crédito concedido a entidades não residentes, o*
3734 *que permitiu a emissão de uma opinião de auditoria sem reservas, mas com duas ênfases.»*

3735

3736 A PwC emitiu, em 5 de Junho de 2002, um documento dirigido ao Conselho de Administração
3737 do BES, com um relato de matérias consideradas significativas durante a realização do seu
3738 trabalho de auditoria, onde inclui:

3739

3740 *«comentários sobre áreas de julgamento da gestão e estimativas contabilísticas, com ênfase*
3741 *para: i) a concessão de crédito a empresas do Grupo GES (área não financeira); ii) crédito*
3742 *concedido a entidades não residentes; iii) outras matérias contabilísticas; iv) dificuldades*
3743 *encontradas durante a auditoria; v) controlo interno – áreas para melhoria.»*

3744

3745 Relativamente à cessação das funções da PwC, em 2001, enquanto entidade auditora do
3746 Grupo BES, relata José Pereira Alves:

3747

3748 *«Existiram algumas dificuldades que já se faziam sentir no passado, nomeadamente, no que*
3749 *diz respeito à dificuldade crescente em fazer prova de auditoria. Tal levou a que a nossa*
3750 *potencial continuidade como auditores do Banco fosse posta em causa, quer pelo desgaste que*
3751 *nos tinha provocado, quer pelas marcas deixadas também no relacionamento com a*
3752 *Administração do próprio BES.*

3753

3754 *De acordo com aquilo que consigo recordar, desta situação resultou o acordo para a cessação*
3755 *das nossas funções como auditores do Grupo BES, a qual se tornou pública à data, através de*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3756 *um comunicado emitido, tanto quanto é meu conhecimento pelo Banco, onde, não se referindo*
3757 *ao clima de tensão gerado entre as duas partes, se dirá que, atendendo aos bons princípios de*
3758 *governança e estando a PwC Portugal há 10 anos como auditores do Grupo, fazia sentido a*
3759 *nossa substituição.»*

3760

3761 Em relação à cessação destas funções da PwC, José Pereira Alves acrescenta ainda que
3762 também levou a esta tomada de posição a *«não existência de contas consolidadas e auditadas*
3763 *ao nível do ESIH GES»* e que *«o facto do Dr. Ricardo Salgado desempenhar em conjunto três*
3764 *papéis relevantes, a saber, CEO, responsável financeiro e responsável pela contabilidade*
3765 *deixava-nos crescentemente desconfortáveis, pelo que entendemos que existiam riscos*
3766 *adicionais relacionados com esta realidade.»*

3767

3768 A propósito desta cessação de funções, a PwC foi contactada pela KPMG, na qualidade de novo
3769 auditor designado, para fazer a *«passagem do trabalho para o novo auditor»*, que se traduz
3770 em *«várias reuniões, sendo de realçar as especificamente realizadas em 29 e 30 de Julho de*
3771 *2002, na presença da equipa da KPMG constituída pelo Dr. Sikander Sattar, pela Dra. Inês*
3772 *Viegas e pela Dra. Inês Filipe»*, que serviram *«para alertar o novo auditor para um conjunto de*
3773 *situações que, no nosso entender, poderiam ser relevantes para o processo de aceitação dessa*
3774 *responsabilidade por parte da KPMG.»*

3775

3776 O ETRICC2 ou GE, foi iniciado em Outubro de 2013, com a análise dos planos de negócio
3777 elaborados, ou obtidos, pelo BES, relativamente ao GES, *«de modo a aferir sobre se os cash-*
3778 *flows libertos estimados permitiam assegurar o serviço da dívida do Grupo num horizonte*
3779 *temporal alargado.»*

3780

3781 Este trabalho foi requerido pelo Banco de Portugal e as correspondentes actividades, no caso
3782 do GES, tiveram início no dia 14 de Outubro de 2013, e foram concluídos no dia 10 de
3783 Fevereiro de 2014, abarcando: i) revisão transversal de imparidade dos créditos concedidos
3784 pelos 8 maiores grupos financeiros a 12 grupos económicos seleccionados pelo Banco de
3785 Portugal, com referência a 30 de Setembro de 2013, abrangendo todas as entidades
3786 financiadoras, em Portugal e no estrangeiro; ii) análise independente efectuada pela PwC; iii)
3787 apreciação crítica dos montantes de imparidades apurados.

3788 Resultou deste trabalho a necessidade de reforço de imparidades de 44,2 milhões de euros na
3789 área financeira do GES, que acresce às imparidades já identificadas anteriormente, no valor de
3790 85,5 milhões de euros.

3791 Por sua vez, a proposta provisória da PwC para o valor de provisões a constituir, em função da
3792 situação patrimonial da ESI identificada com a informação então disponibilizada, corresponde
3793 a 400 milhões de euros.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3794 É ainda importante esclarecer a análise da PwC relativamente à empresa Tranquilidade e a
3795 forma como foi efectuada a sua avaliação, assim descritas por José Pereira Alves:

3796 *«O plano de negócios que nos foi facultado relativamente ao sub-grupo Espírito Santo Financial*
3797 *Group (ESFG), incluía um cash inflow que se previa vir a ocorrer em 2016, no montante de 700*
3798 *milhões, relativo à alienação integral do Grupo Tranquilidade, pelo que se procurou obter*
3799 *informação destinada a aferir sobre se tal inflow era ou não realizável.*

3800

3801 *No âmbito do nosso trabalho foi-nos apresentado, para análise, um plano de negócios do*
3802 *Grupo Tranquilidade com referência a 31 de Dezembro de 2012, o qual tinha sido elaborado*
3803 *com o propósito de suportar uma avaliação desenvolvida pelo BESI a este Grupo. Para uma*
3804 *correcta análise sobre este tema, é importante referir que este plano de negócios foi*
3805 *especificamente desenhado para cada uma das empresas pertencentes ao Grupo*
3806 *Tranquilidade, sendo que as mesmas tinham estratégias diferentes, nomeadamente, devido à*
3807 *natureza do negócio e/ou à localização geográfica.*

3808

3809 *Solicitámos que as projecções que nos foram apresentadas no referido plano de negócios*
3810 *fossem sujeitas a uma análise de sensibilidade, que se traduziu em reduções nas taxas de*
3811 *crescimento dos prémios e em desprezar reduções no nível de sinistros da Tranquilidade, bem*
3812 *como numa diminuição das taxas de crescimento da Tranquilidade Angola e da Tranquilidade*
3813 *Moçambique.*

3814

3815 *Após a introdução destas alterações no plano de negócios, o valor inicialmente apurado na*
3816 *avaliação do BESI, no montante de cerca de 839 milhões de euros, reduzia-se para cerca de 700*
3817 *milhões de euros.*

3818

3819 *(...) à data de 31 de Dezembro de 2012, a Partran tem registada a Tranquilidade, nas suas*
3820 *contas, por cerca de 515 milhões de euros, valor esse que incorpora um goodwill de cerca de*
3821 *240 milhões de euros. Sobre este valor do goodwill não está reconhecida nenhuma imparidade*
3822 *e este facto nunca foi objecto de qualificação por parte do seu auditor. Ou seja, tendo por base*
3823 *as contas da Partran e sem ter em linha de conta nenhum dos aspectos referentes às*
3824 *projecções de cash-flow futuros mencionados anteriormente, o Grupo Tranquilidade valia 515*
3825 *milhões de euros.»*

3826

3827 *A PwC Portugal foi igualmente contratada pela Portugal Telecom, SGPS, SA em 7 de Agosto de*
3828 *2014 para efectuar os trabalhos assim descritos por José Pereira Alves: «análise factual e*
3829 *independente de aplicações de tesouraria no BES/GES; análise independente dos*
3830 *procedimentos de controlo interno no âmbito da gestão de tesouraria; análise independente do*
3831 *modelo de gestão de risco e planeamento de auditoria Interna em relação às aplicações de*
3832 *curto prazo.» Foi ainda a PwC Portugal contratada, no dia 22 de Outubro de 2014, para*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

efectuar «uma análise factual, à alteração da estrutura societária da ESI / Rioforte ocorrida com efeitos a 31 de Dezembro de 2013.»

Finalmente, no que toca à circularização e recompra de obrigações em Julho de 2014, e com o objectivo de fazer um levantamento de todo o processo, identificando intervenientes, mais-valias e responsáveis, o BES, já liderado por Vítor Bento, contratou a PwC, em 22 de Julho de 2014, conforme descrito pelo próprio à CPI: «assim que nos apercebemos que qualquer coisa de estranho se teria passado, pedimos uma auditoria, à Pricewaterhouse, especificamente sobre esse assunto. Os resultados apurados foram transmitidos pela PwC através de documento intitulado “Análise de operações de recompra de instrumentos de dívida própria”, datado de 6 de Agosto, de 2014.»

Ainda segundo Vítor Bento, o que despoletou esta questão foi o facto de «o director da contabilidade nos apresentar os prejuízos que essas operações estavam a gerar e, (...), pelo facto de elas estarem a ser amortizadas, elas, ao serem recompradas e como estavam nas mãos dos clientes com um yield mais baixo, e um yield mais baixo significa um preço mais elevado do que aquele com que tinham sido originalmente vendidas, significava que elas estavam a ser compradas a um valor superior ao do balanço e, portanto, tinham que ser amortizadas a um valor superior ao do balanço, implicando, de facto, prejuízo. E foi essa situação que nós tentámos compreender.»

O âmbito deste trabalho consistiu essencialmente na análise das operações de recompra de instrumentos de dívida emitidas pelo BES e pelo BES Finance, ocorridas em Julho de 2014, sendo as principais conclusões, que constam do relatório elaborado pela PwC, as seguintes:

«Apesar de o BES ter efectuado recompras significativas em alguns momentos no passado, o período de 7 meses até Julho de 2014 foi o primeiro período em que se registaram perdas líquidas (311 milhões);

Identificámos algumas deficiências de controlo interno relacionadas com uma segregação de funções não adequada, situações de conflito de interesses, falhas na adequação de produtos para clientes, análise de risco dos produtos, indícios de incumprimento de regulamentação, não formalização de decisões importantes e insuficiente autonomia (quase subordinação) da área de gestão de carteiras de clientes face ao DFME;

As emissões de dívida realizadas em 2014 (valor nominal de 5.000 milhões de euros, a yields superiores às de mercado), proporcionaram à Eurofin (ou outra entidade com esta relacionada) a geração de um ganho de cerca de 800 milhões de euros;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

3872 *Isto permitiu que a Eurofin (ou outra entidade relacionada) adquirisse papel comercial emitido*
3873 *pelo GES e títulos EG Premium (também risco GES) registados em 3 SPVs colocados em clientes*
3874 *BES;*

3875

3876 *A Eurofin Securities foi identificada como o broker privilegiado e de referência do BES, com um*
3877 *longo historial de negócio com o Banco, existindo uma integração em termos de sistemas entre*
3878 *o Banco e a Eurofin para as actividades de compra e venda de títulos para clientes com o*
3879 *sistema BES Ordens. Assim, a Eurofin funcionava como market maker das emissões de dívida*
3880 *do BES;*

3881

3882 *Não obtivemos visibilidade sobre a diferença entre a yield a que a BES Vida vendeu as emissões*
3883 *de 2009 a 2013 no mercado secundário, e a yield a que os clientes BES adquiriram essas*
3884 *emissões;*

3885

3886 *Assim não podemos excluir a possibilidade de que tenham sido gerados resultados (pela*
3887 *Eurofin, ou entidades relacionadas) na intermediação daquelas emissões, sem que exista uma*
3888 *justificação económica para tal.»*

3889

3890 *Relativamente às vulnerabilidades encontradas pela «embora o nosso trabalho não consista*
3891 *numa análise de controlo interno, identificámos algumas vulnerabilidades que merecem a*
3892 *atenção da nossa administração», que se resumem igualmente:*

3893 *«Observação - O DFME abrange na sua estrutura e na sua dependência uma unidade de back*
3894 *office que procede, entre outros, à liquidação financeira das operações originadas no front*
3895 *office;*

3896 *Recomendação - Considerando que o DFME tem um papel predominante em termos de*
3897 *actividades de front office, o respectivo back office não deveria estar sob a alçada do mesmo*
3898 *responsável de forma a assegurar uma adequada segregação de funções.*

3899 *Observação - A gestão de carteiras de clientes do BES funciona junto do Departamento de*
3900 *Gestão de Poupanças (DGP). Esta área conta com 4 colaboradores que têm como*
3901 *responsabilidade a gestão dos contratos de gestão discricionária de 7.041 clientes com cerca*
3902 *de 840 milhões de activos sob gestão. As decisões de aquisição para as carteiras são*
3903 *suportadas no comité de investimentos em que se encontram presentes elementos da ESAF,*
3904 *BES Vida e DFME.*

3905 *Recomendação - Para suportar a actividade de gestão discricionária e todos os requisitos*
3906 *regulatórios inerentes, parece-nos difícil que tal seja exequível com um reduzido número de*
3907 *colaboradores. Adicionalmente, para tornar a gestão discricionária autónoma nas decisões de*
3908 *investimento é necessário que exista independência em termos operacionais das áreas de front*
3909 *office do Banco, ESAF e BES Vida.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 3910 *Observação - A sala de mercados do BES, integrada no DFME, tem como responsável o Dr.*
3911 *António Soares que é também CFO da BES Vida e o responsável pela sala de mercados desta*
3912 *seguradora;*
- 3913 *Recomendação - As responsabilidades do CFO devem estar totalmente segregadas da*
3914 *responsabilidade operacional pela actividade da sala de mercados quer do BES quer da BES*
3915 *Vida.*
- 3916 *Observação - Não existe análise de risco e da natureza adequada dos activos colocados nas*
3917 *carteiras de gestão discricionária tendo em atenção o perfil de risco dos investidores;*
3918 *Recomendação - Os activos colocados nas carteiras de gestão discricionária devem obedecer a*
3919 *um conjunto de regras internas consoante se trate ou não de um título cotado, exista ou não*
3920 *rating, sendo necessário garantir a análise de risco e da natureza adequada do activo ao perfil*
3921 *do cliente.*
- 3922 *Observação - Não existe análise de risco e da natureza adequada dos activos colocados nas*
3923 *estruturas SPV's tendo em atenção o perfil de risco dos investidores a quem essas estruturas se*
3924 *destinavam;*
- 3925 *Recomendação - Os activos colocados nas estruturas SPV's devem obedecer a um conjunto de*
3926 *regras internas consoante se trate ou não se um título cotado, exista ou não rating, sendo*
3927 *necessário garantir a análise de risco e da natureza adequada do activo como um todo ao*
3928 *perfil do cliente.*
- 3929
- 3930 *Observação - No decorrer das reuniões mantidas constatámos situações que revelam*
3931 *incumprimento das regras relativas à DMIF;*
- 3932 *Recomendação - Identificação das situações de incumprimento face às regras da DMIF e*
3933 *implementação de plano de remediação imediato.*
- 3934
- 3935 *Observação - Foram tomadas decisões importantes pelo DFME que não se encontram*
3936 *devidamente discutidas/aprovadas em fórum adequado tendo em consideração o risco*
3937 *associado e os valores envolvidos nas operações objecto de decisão;*
3938 *Recomendação - As decisões do departamento devem ser formalizadas tendo em consideração*
3939 *os limites aplicáveis na delegação de competências, sendo necessário que, sempre que ocorram*
3940 *situações que ultrapassem esses limites, fique evidenciado qual o órgão que aprovou/deliberou*
3941 *sobre a situação/operação em causa.*
- 3942
- 3943 *Observação - Não existe documentação de suporte ao racional subjacente à emissão de dívida*
3944 *e ao desenho da operação. Tal é igualmente aplicável a situações em que o DFME montou*
3945 *estruturas de investimento para colocação junto de clientes (ex. SPV's, Séries Comerciais, etc.);*
3946 *Recomendação - O racional subjacente à emissão de dívida, o objectivo da sua existência, o*
3947 *timing em que é realizada, os respectivos termos e condições e montantes previstos, incluindo*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

as expectativas futuras, e quaisquer alterações que possam vir a ocorrer a esse respeito, devem ser devidamente formalizadas, servindo de suporte às necessárias aprovações na CE.

Observação - As actas da Comissão Executiva, relativas à aprovação das emissões de dívida do Banco em análise, não apresentam o nível de detalhe que consideramos desejável face à relevância dos temas em debate;

Recomendação - As actas devem reflectir detalhadamente as discussões mantidas, o racional das operações analisadas e as deliberações tomadas.»

3.3 O Papel Desempenhado pelas Entidades de Supervisão

3.3.1 O Banco de Portugal

O papel do Banco de Portugal foi amplamente escrutinado durante os trabalhos da CPI. A presente secção tem como objectivo descrever esta actividade de supervisão.

3.3.1.1 Perímetro de supervisão

No que diz respeito ao papel do Banco de Portugal, importa referir o perímetro de supervisão relativo ao Grupo BES e à ESFG, bem como as alterações que foram sendo introduzidas pelo banco central desde 2008.

O perímetro de supervisão relativo ao Grupo BES e ESFG

De acordo com a regulamentação prudencial em vigor, designadamente os artigos 131.º e 132.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), as instituições de crédito com sede em Portugal, cuja empresa-mãe seja uma companhia financeira ou uma companhia financeira mista com sede num Estado-Membro da União Europeia, ficam sujeitas à supervisão com base na situação financeira consolidada da empresa-mãe. Assim, a supervisão consolidada do ramo financeiro do GES ocorreu ao nível da ESFG até 30 de Junho de 2014. Uma vez que a ESFG actuava em países como a Espanha, França, Suíça, Angola, Cabo Verde, EUA, Ilhas Caimão, Panamá e Macau, o Banco de Portugal, enquanto supervisor consolidante, fazia depender parte da sua actividade de supervisão da informação que ia recebendo dos seus congéneres locais.

De acordo com as palavras do Governador do Banco de Portugal, em audição do dia 17 de Novembro de 2014, o perímetro de supervisão relativamente à ESFG descreve-se da seguinte forma:

3985 «O exercício da supervisão foi desenvolvido num quadro de especial complexidade do ESFG,
3986 constituído por múltiplas entidades sedeadas em várias jurisdições, algumas das quais
3987 impondo limitações à partilha de informação, conforme consta da nota técnica já entregue a
3988 esta Comissão. Como é sabido: primeiro, as filiais de instituições de crédito sedeadas em países
3989 terceiros estão sujeitas à supervisão em base individual pela autoridade de supervisão local;
3990 segundo, a supervisão em base consolidada do Banco de Portugal depende da informação
3991 partilhada por aquelas autoridades e também da qualidade da sua supervisão, além das
3992 análises e certificações realizadas pelos respectivos auditores locais; terceiro, para ultrapassar
3993 restrições de acesso a informação relevante sobre as actividades daquelas filiais em algumas
3994 destas jurisdições, o Banco de Portugal estabeleceu protocolos com os respectivos supervisores,
3995 o que não afasta, necessariamente, dificuldades de acesso a informação em algumas
3996 jurisdições.»

3997 A perda de controlo do BES, na sequência da dissolução da BESPAR, do não acompanhamento
3998 do aumento de capital do banco e de alterações no governo interno do BES, leva a que a ESFG
3999 deixe de ser considerada instituição-mãe no quadro da União Europeia. Para essa perda de
4000 estatuto contribuiu também a recomendação da KPMG, de adopção da norma internacional de
4001 contabilidade – IAS 28, quanto à contabilização da participação da ESFG no BES pelo método
4002 da equivalência patrimonial. Assim, no final de Junho de 2014, o BES passa a instituição-mãe,
4003 sujeita à supervisão prudencial com base na sua situação consolidada.

4004 **3.3.1.2 Reforço da supervisão**

4005
4006 Segundo o Vice-Governador do Banco de Portugal, Pedro Duarte Neves, em audição realizada
4007 no dia 17 de Novembro de 2014, houve um reforço da supervisão bancária nos últimos anos,
4008 com especial enfoque a partir de 2008, norteadas pelos seguintes vectores:

- 4009 — «Aumento dos níveis mínimos regulamentares de fundos próprios e reforço das regras
4010 prudenciais em vários domínios»: a partir de 30 de Setembro de 2008 passa a
4011 recomendar-se um rácio *Core Tier 1* superior a 8%; o mesmo indicador é determinado
4012 como devendo ser superior a 9% a partir de 31 de Dezembro de 2011 e superior a 10%
4013 um ano depois;
- 4014 — «Realização de revisões regulares das carteiras de activos»;
- 4015 — «Adopção de um modelo intrusivo de supervisão»;
- 4016 — «Reforço da vertente prospectiva da supervisão»;
- 4017 — «Desenvolvimento e consolidação da supervisão comportamental»;
- 4018 — «Promoção da literacia financeira.»

4019
4020 O Vice-Governador refere ainda as alterações legislativas, efectuadas em 2008, que colocam a
4021 responsabilidade da supervisão comportamental dos mercados bancários de retalho do lado
4022 do Banco de Portugal. Estas alterações levaram a que se desenvolvesse um quadro
4023 regulamentar dos mercados bancários de retalho e um reforço da acção fiscalizadora, estando
4024 esta responsabilidade circunscrita aos produtos bancários de retalho, abrangendo «as contas



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4025 *de depósito à ordem, a prazo (...), o crédito hipotecário (...), o crédito ao consumo e o crédito às*
4026 *empresas», para além da «supervisão dos serviços de pagamento, como sejam as*
4027 *transferências ou os débitos directos, e dos instrumentos de pagamento.» Nestas novas*
4028 *responsabilidades por parte do Banco de Portugal não se inclui a «competência para a*
4029 *supervisão de outros instrumentos financeiros, ainda que os mesmos sejam comercializados*
4030 *aos balcões de instituições de crédito.»*

4031 Por último, o Vice-Governador referiu-se ainda à acção do Banco de Portugal naquela que
4032 havia sido uma determinação da Autoridade Bancária Europeia: em Dezembro de 2011, os
4033 bancos foram obrigados à constituição de um *buffer* – uma margem de folga, perante o risco
4034 soberano. Segundo o Vice-Governador, esta medida acabou por penalizar a banca portuguesa,
4035 impondo-lhe *«um reforço adicional de fundos próprios»*, o que se traduziu em *«necessidades*
4036 *adicionais de capital para as quatro maiores instituições bancárias portuguesas, que, em três*
4037 *dos casos, foram asseguradas no essencial através de acesso a fundos públicos.»*

4038 No que diz respeito em particular ao acompanhamento efectuado do GBES e da ESFG, segundo
4039 o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, podem considerar-se dois momentos
4040 específicos de intensificação da supervisão relativamente ao Espírito Santo Financial Group: o
4041 primeiro momento decorre do quadro do PAEF, que levou a que fossem elaborados planos de
4042 financiamento e de capital, testes de esforço, bem como cinco auditorias transversais à ESFG;
4043 o segundo momento decorre dos problemas identificados na última auditoria transversal – o
4044 ETRICC2.

4045 Ainda como nota, importa referir quatro relatórios especialmente relevantes, solicitados pelo
4046 Banco de Portugal e elaborados em diferentes datas:

- 4047 • O primeiro trabalho diz respeito ao exercício transversal de revisão da imparidade da
4048 carteira de crédito da ESFG, conhecido como ETRICC, e foi elaborado pela KPMG, com
4049 referência a 30 de Abril de 2013;
- 4050 • O segundo estudo é comumente referido como ETRICC2 – exercício transversal da
4051 revisão das imparidades dos créditos concedidos a certos grupos económicos, e incidiu
4052 sobre os créditos da ESFG a entidades do Grupo Espírito Santo. Este trabalho foi
4053 realizado pela PricewaterhouseCoopers, e reporta-se a 30 de Setembro de 2013;
- 4054 • O terceiro relatório tem origem na primeira fase do trabalho de revisão limitada às
4055 contas da ESI, com referência a 30 de Setembro de 2013, tendo sido conduzido pela
4056 KPMG;
- 4057 • O quarto relatório traduz a segunda fase do trabalho de revisão limitada às contas da
4058 ESI, com referência a 31 de Dezembro de 2013, e foi também elaborado pela KPMG.

4059 **3.3.1.2.1 Primeiras auditorias transversais e ETRICC**

4060 Desde a assinatura do Memorando de Entendimento, em Abril de 2011, o BES, à semelhança
4061 de outros bancos em Portugal, foi sujeito a diversas acções de supervisão e acompanhamento.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4062 A primeira dessas intervenções é o denominado *Special Inspections Programme* (SIP), que
4063 tinha como objectivo avaliar, em termos globais, a qualidade de crédito do Banco Espírito
4064 Santo. Esta inspecção foi realizada no quarto trimestre de 2011 e teve os seus resultados
4065 reflectidos nas demonstrações financeiras do grupo BES, em 2011, designadamente um
4066 reconhecimento de 125 milhões de euros de imparidades no crédito concedido.

4067 A segunda intervenção ocorre durante o segundo semestre de 2012, sendo conhecida como
4068 *On Site Inspection* (OIP), e tinha como objectivo a avaliação da qualidade do crédito concedido
4069 às empresas dos sectores mais afectados pela crise. O total de imparidades identificadas por
4070 esta via atingiu os 250 milhões de euros.

4071 O ETRICC ocorreu no primeiro semestre de 2013, com referência a 30 de Abril de 2013, foi
4072 conduzido pela KPMG e incidiu sobre oito grupos bancários. O total de reforço de imparidades
4073 identificado como necessário pelo auditor externo atingiu, no caso do BES, os 289,7 milhões de
4074 euros.

4075 Sobre as mencionadas acções de inspecção – a SIP, a OIP e o ETRICC, bem como as suas
4076 consequências para o Banco Espírito Santo e a ESFG, o Vice-Governador do Banco de Portugal,
4077 Pedro Duarte Neves, descreve em três pontos a situação de ambos, relacionando o primeiro
4078 ponto com os rácios de capital, o segundo com os exercícios de revisão da qualidade dos
4079 activos e o terceiro com os testes de esforço:

4080 — Entre Dezembro de 2008 e Setembro de 2013, houve uma melhoria significativa nos rácios
4081 da ESFG:

- 4082 ○ O rácio de solvabilidade aumentou de 9% para 11,5%;
- 4083 ○ O rácio *Tier 1* aumentou de 6,5% para 10%;
- 4084 ○ O rácio *Core Tier 1* aumentou de 5,3% para 10,3%.

4085 — As inspecções transversais, designadamente o *Special Inspections Programme* (SIP), o *On-*
4086 *site Inspections Programme* (OIP) e o primeiro exercício no âmbito do ETRICC, levaram a
4087 um reforço das imparidades na ordem dos 621 M€, por parte do BES, «em montantes
4088 proporcionalmente superiores aos verificados em termos médios para o sistema bancário,
4089 parcialmente explicados por uma maior exposição da carteira de crédito às empresas e
4090 também a uma maior exposição ao sector imobiliário não residencial.» Recorde-se que o
4091 total de imparidades identificadas no conjunto de todos os exercícios transversais atinge
4092 os 1.366 M€.

4093 — Relativamente aos testes de esforço, a ESFG «apresentou, nos exercícios concluídos até
4094 meados de 2013, resultados globalmente satisfatórios e compatíveis com os limiares
4095 mínimos definidos pelo Banco de Portugal.» O Vice-Governador sublinha ainda que a ESFG
4096 «foi sujeita a testes de esforço pela Autoridade Bancária Europeia em 2010 e 2011, tendo
4097 apresentado valores superiores aos patamares mínimos definidos por aquela autoridade.»
4098



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4099 Na sequência deste retrato da ESFG, o Banco de Portugal enviou à sociedade, em Julho de
4100 2013, um conjunto de matérias que *«suscitavam especial preocupação numa ótica*
4101 *prudencial»*, segundo Pedro Duarte Neves:

4102 — *«Complexidade do grupo, associado a uma ampla actividade internacional, em várias*
4103 *jurisdições»;*

4104 — *«Risco de concentração elevado, tanto por via da exposição perante a actividade não*
4105 *financeira do Grupo Espírito Santo (GES), como ao nível do sector imobiliário»;*

4106 — *«Situação de liquidez caracterizada por um rácio crédito/depósitos elevado»;*

4107 — *«Risco reputacional associado à comercialização de títulos de dívida do ramo não*
4108 *financeiro.»*

4109

4110 Face a estas preocupações, foi determinado um reforço do *buffer* mínimo de capital na ordem
4111 dos 50 pontos base e a elaboração de uma nova inspecção aos empréstimos da ESFG às
4112 entidades do Grupo Espírito Santo – o ETRICC2.

4113

4114 **3.3.1.2.2 ETRICC2**

4115 O ETRICC2, com referência a 30 de Setembro de 2013, incidiu sobre 12 grupos económicos, foi
4116 iniciado pela PwC a 14 de Outubro de 2013 e concluído em 14 de Março de 2014. O objectivo
4117 era, segundo o depoimento do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, avaliar os
4118 *«planos de negócio dos principais grupos económicos devedores do sistema bancário, cuja*
4119 *recuperabilidade dos créditos, o pagamento das respectivas dívidas, depende da geração de*
4120 *fluxos financeiros resultantes do respectivo negócio.»*

4121 Assim, o ETRICC2 tinha como objectivo perceber se havia necessidade de reconhecer novas
4122 imparidades, fruto da exposição do GBES e da ESFG ao GES. Para apurar estas imparidades, as
4123 principais entidades envolvidas – KPMG, PwC e Banco de Portugal, basearam-se nos resultados
4124 do ETRICC, no plano de desalavancagem e no programa de reestruturação da ESI, bem como
4125 nos trabalhos de revisão limitada e projecções de negócios a 10 anos preparadas pelo GES.

4126 De acordo com a declaração inicial do Vice-Governador do Banco de Portugal, Pedro Duarte
4127 Neves, o ETRICC 2 pode resumir-se da seguinte forma:

4128 *«Em resultado das conclusões apuradas nas três acções de supervisão transversais levadas a*
4129 *cabo desde 2011, o Banco de Portugal decidiu aprofundar a evolução de um conjunto de 12*
4130 *grupos económicos, cuja recuperabilidade da dívida e inerentes imparidades eram analisadas*
4131 *por via da geração de fluxos financeiros do negócio.*

4132 *Para o efeito, foi desenvolvida, no início de Setembro de 2013, uma nova acção transversal,*
4133 *designada — como conhecerão todos — por ETRICC2 (Exercício Transversal de Revisão da*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4134 *Imparidade da Carteira de Crédito, 2.ª fase). Entre os 12 grupos económicos seleccionados, foi*
4135 *incluído o ramo não financeiro do Grupo Espírito Santo.»*

4136 O ETRICC2 tinha como pressuposto a avaliação das entidades não financeiras do grupo, mas,
4137 numa segunda fase, a análise foi ampliada, passando a incidir igualmente sobre as entidades
4138 financeiras, uma vez que os fluxos financeiros da ESI tinham como origem os ramos financeiro
4139 e não financeiro do GES. O Vice-Governador prossegue a sua exposição sobre o ETRICC2 do
4140 seguinte modo:

4141 *«É importante sublinhar — este ponto é importante — que a qualidade de crédito concedido a*
4142 *várias entidades do ramo não financeiro do GES (Grupo Espírito Santo), seja pelo BES (Banco*
4143 *Espírito Santo), seja por outros grupos bancários, tinha sido avaliada nas anteriores acções de*
4144 *supervisão transversais, não tendo sido detectadas necessidades de reforço de imparidades*
4145 *nestas posições, pelo que foram validadas as imparidades, quase nulas ou basicamente nulas,*
4146 *anteriormente existentes.*

4147 *O que quer dizer — e isto é muito importante — que as quatro principais auditoras, ou como*
4148 *auditoras externas dos bancos envolvidos no exercício, ou na qualidade de auditoras*
4149 *independentes responsáveis pelo desenvolvimento dos exercícios transversais desencadeados*
4150 *pelo Banco de Portugal, validaram — naturalmente com base na informação contabilística*
4151 *disponível relativamente a cada empresa — imparidades nulas ou praticamente nulas, o que*
4152 *significa que não foi identificado, até meados de 2013, qualquer risco material de crédito*
4153 *nestes exercícios para as entidades do ramo não financeiro do GES.»*

4154 Em suma, após a SIP, a OIP e o primeiro ETRICC, não havia ainda sido identificado qualquer
4155 perigo que pudesse advir de um incumprimento no pagamento dos créditos que a ESFG tivesse
4156 sobre as empresas do ramo não financeiro do GES. Para prosseguir com o ETRICC2,
4157 analisaram-se as contas das principais empresas do GES. De acordo com Pedro Duarte Neves:

4158 *«Foi assim, em resultado deste exercício de supervisão, do ETRICC 2 — feito de acordo com o*
4159 *modelo de supervisão adotado pelo Banco de Portugal — que, no final de Novembro, foi*
4160 *detectado que as contas até então divulgadas publicamente pela Espírito Santo International*
4161 *não reflectiam a sua verdadeira realidade financeira.»*

4162 De acordo com a nota técnica distribuída pelo Governador do Banco de Portugal em audição
4163 perante a CPI, *«no âmbito do ETRICC2, foi identificad[o] um inusitado acréscimo, de*
4164 *materialidade muito significativa, do passivo financeiro da ESI, face à informação*
4165 *anteriormente reflectida nas demonstrações financeiras dessa entidade, justificado por uma*
4166 *omissão contabilística dos valores em causa. De acordo com a informação disponibilizada, em*
4167 *26 de Novembro de 2013, pelo Banco Espírito Santo (BES), no contexto do referido exercício, os*
4168 *passivos financeiros da ESI ascenderiam, com referência a 30 de Setembro de 2013, a 5,6 mil*
4169 *milhões de euros. Este montante contrasta com a informação anteriormente disponível*
4170 *relativamente aos passivos financeiros da ESI, que ascenderiam, em 31 de Dezembro de 2012 e*
4171 *30 de Junho de 2013, a 3,4 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões de euros respectivamente.» O*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4172 Governador refere ainda, na mesma nota técnica, que *«até à situação apurada no âmbito do*
4173 *ETRICC2, não tinha sido partilhada com o Banco de Portugal qualquer indicação ou suspeita de*
4174 *que pudesse não ter sido registada a totalidade dos passivos financeiros nas contas da ESI.»*

4175 A situação identificada no decorrer do ETRICC2 levou a que o Banco de Portugal determinasse,
4176 em paralelo, um conjunto de medidas relativamente ao Grupo Espírito Santo, com o objectivo
4177 de conhecer, na totalidade, a situação financeira da ESI.

4178 Em relação à transparência das contas da holding ESI, o Banco de Portugal escreveu à ESFG,
4179 determinando a elaboração de contas consolidadas pró-forma da ESI, referentes a 30 de
4180 Setembro de 2013, por parte de um auditor externo. O trabalho de revisão limitada à ESI foi
4181 realizado pela KPMG e teve duas fases: a primeira incidiu sobre a situação financeira da
4182 Espírito Santo Internacional a 30 de Setembro de 2013; a segunda fase teve como referência a
4183 data de 31 de Dezembro de 2013.

4184

4185 **3.3.1.2.3 Trabalhos de revisão limitada**

4186

4187 A fase 1 do trabalho de revisão limitada sobre as demonstrações financeiras consolidadas pró-
4188 forma da ESI diz respeito ao retrato da situação patrimonial consolidada da ESI no final de
4189 Setembro de 2013. Segundo o relatório da KPMG, as demonstrações financeiras *«incluem pelo*
4190 *método integral as actividades das diversas subsidiárias detidas pelo Grupo, excepto quanto à*
4191 *Rioforte, à ESFG e à OPWAY que, para este efeito, conforme acordado com o Banco de*
4192 *Portugal, foram registadas nessas contas consolidadas pró-forma pelo método de equivalência*
4193 *patrimonial, considerando a proporção dos respectivos capitais próprios consolidados*
4194 *atribuíveis ao Grupo ESI.»*

4195 As principais conclusões do trabalho levado a cabo pela KPMG, conduziram a:

- 4196 — Um ajustamento do activo, resultante de ajustamentos de revisão, de -2248 milhões
- 4197 de euros;
- 4198 — Um ajustamento do activo, resultante de ajustamentos fruto da avaliação da ESFG e
- 4199 Rioforte pelo método de equivalência patrimonial, de -1.504 milhões de euros;
- 4200 — Uma correcção do passivo no valor de 254 milhões de euros;
- 4201 — O correspondente ajustamento nos capitais próprios de -2.502 milhões de euros;
- 4202 — A existência de uma subavaliação do passivo financeiro da ESI na ordem dos 1.331
- 4203 milhões de euros face ao valor das emissões da ESI colocadas em terceiros e
- 4204 custodiadas nas entidades do Grupo àquela data, quando comparado com as contas
- 4205 de 31 de Dezembro de 2012, que foi depois compensado por activos que, como se
- 4206 explica abaixo, poderiam não ter materialidade.

4207 No que diz respeito ao balanço consolidado da ESI e à necessidade de ajustamentos na ordem
4208 dos -2.248 milhões de euros, a KPMG decompõe as correções necessárias da seguinte forma:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4209 **Projetos de investimento: ajustamento de -1.137 milhões de euros**

4210 A razão de ser deste reconhecimento prende-se com o facto de à auditora não terem sido
4211 disponibilizados nem documentos nem evidências da existência de activos.

4212 **Propriedades de investimento: ajustamento de -693 milhões de euros**

4213 O primeiro activo, cujo ajustamento corresponde a cerca de -250 milhões de euros, resulta
4214 também da correção do passivo financeiro da ESI. O segundo activo corresponde a valores
4215 transitados de anos anteriores e é corrigido em -389 milhões de euros. As razões apontadas
4216 pela auditora são semelhantes às alegadas quanto aos projectos de investimento,
4217 designadamente a ausência de comprovativo da propriedade bem como de documentação
4218 que evidencie a transacção. O terceiro activo que sofreu um ajustamento, na ordem dos -54
4219 milhões de euros, é o edifício Espírito Santo Plaza, em Miami, detido pela Euroatlantic,
4220 subsidiária da ESI através da ES Property. O valor do ajustamento foi determinado tendo por
4221 base a média aritmética entre uma avaliação efectuada pela Garen e valores alegadamente
4222 propostos por compradores do edifício.

4223 **Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação: -119 milhões de euros**

4224 Os activos alvo de ajustamento foram as participações da ESI na OPWAY e outras empresas.
4225 Em relação à OPWAY, e em período anterior à revisão limitada, a participação de 100% detida
4226 pela ESI estava avaliada em cerca de 125 milhões de euros, aos quais acresciam cerca de 34
4227 milhões de euros em suprimentos sem juros. No entanto, a KPMG entendeu rever esse valor,
4228 baseando-se nas demonstrações financeiras da OPWAY referentes a 30 de Setembro de 2013,
4229 na reserva de limite de âmbito dos auditores da empresa, referente a 31 de Dezembro de
4230 2012, no historial de perdas da empresa e nas análises dos planos de negócio que lhe foram
4231 disponibilizados. Assim, o total do ajustamento relativo à OPWAY atinge os -105 milhões de
4232 euros. No que diz respeito ao restante valor de ajustamento, ele ocorre por via da reavaliação
4233 das participações da ESI na Sulinglor, no Espírito Santo Private Equity e na Estoril Inc.

4234 **Devedores: -226 milhões de euros**

4235 Em relação à rubrica *devedores*, o total de -226 milhões de euros resulta de um ajustamento
4236 face a potenciais perdas na venda não concretizada da ESCOM à Newbrook, na ordem dos 106
4237 milhões de euros, na venda não liquidada da OPWAY Angola à Newbrook, no valor de 39
4238 milhões de euros, bem como de outras entidades não reveladas, na ordem dos 69 milhões de
4239 euros, do provisionamento integral de um saldo devedor de 13 milhões de euros.

4240 **Activos financeiros disponíveis para venda: -73 milhões de euros**

4241 Em relação aos activos financeiros detidos para venda, a auditora chama a atenção para o
4242 facto de haver um total de 857 milhões de euros de activos da ESI detidos por via da Eurofin. A
4243 KPMG refere que até ao final da primeira fase do trabalho de revisão limitada não teve
4244 possibilidade de verificar a existência dos activos que justificasse o balanço, bem como a sua



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4245 titularidade e valorização. Assim, a auditora remete para a segunda fase do trabalho de revisão
4246 limitada a apreciação do tema, afirmando que, caso não sejam atentas essas preocupações,
4247 deveria ser constituída uma provisão.

4248 O total de ajustamentos decorrentes de perdas com activos financeiros disponíveis para venda
4249 divide-se entre ajustamentos das obrigações BES Finance detidas pela ESI, na ordem dos 8,5
4250 milhões de euros, obrigações da Crédit Suisse com desvalorização de 12 milhões de euros, um
4251 projecto de investimento denominado *Kinsa*, cuja perda atingiu cerca de 15 milhões de euros,
4252 bem como perdas registadas na venda da participação da CIMIGEST e outras, no total de 28
4253 milhões de euros. A estas acresce um ajustamento de 9 milhões de euros, referente a outros
4254 activos.

4255 **Outros financiamentos obtidos: -222 milhões de euros**

4256 A KPMG tomou a iniciativa de cancelar o anulamento do passivo da ESI face à ES Tourism, o
4257 que se traduziu num acréscimo do passivo na ordem dos 116 milhões de euros. A ES Tourism
4258 foi uma subsidiária da ESI até final de Agosto de 2013, tendo sido vendida à Wetsby
4259 Enterprises Ltd. por um euro. A empresa tinha um capital próprio negativo, em Setembro de
4260 2013, de cerca de 91 milhões de euros. O principal activo da ES Tourism era um crédito sobre a
4261 ESI e o GES no total de cerca de 314 milhões de euros, designadamente 116 milhões de euros
4262 na ESI e 197 milhões de euros na GES Finance. O passivo principal da empresa eram obrigações
4263 emitidas e colocadas por entidades da ESFG, atingindo um total de 407 milhões de euros. Em
4264 Setembro de 2013 estas obrigações encontravam-se colocadas em clientes BES (189 milhões
4265 de euros) e em fundos geridos pela ESAF (40 milhões de euros), não tendo sido possível à
4266 auditora identificar outros detentores. A auditora questionou a racionalidade económica da
4267 venda da ES Tourism, tendo decidido ainda considerar a consolidação da ES Tourism na ESI,
4268 devido a uma multiplicidade de factores, entre eles, o facto de a entidade não ter qualquer
4269 actividade que não seja o recebimento do valor do activo para pagamento das suas
4270 obrigações, bem como o facto de a ESI ter reembolsado capital das obrigações emitidas após
4271 30 de Setembro de 2013, quando só estava contratado pagar o cupão (o pagamento do cupão
4272 apenas ocorreria até Dezembro de 2013). A consolidação da ES Tourism na ESI teve como
4273 consequência um ajustamento do passivo na ordem dos -106 milhões de euros.

4274 **Credores: 18 milhões de euros**

4275 O valor de cerca de 18 milhões de euros corresponde à responsabilidade assumida perante a
4276 sociedade de advogados Thomas, Alexander & Forrester LLP na acção desenvolvida contra a
4277 BDO no processo Banket.

4278 Simultaneamente, a auditora decidiu considerar cerca de 18 milhões de euros de provisões,
4279 resultantes do processo de venda do Banco Boavista ao Bradesco, bem como cerca de 2
4280 milhões de euros de outros passivos.

4281 **Total dos ajustamentos**



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4282 Em suma, o total dos ajustamentos de revisão propostos atinge, assim, -2.248 milhões de
4283 euros do activo, 254 milhões de euros do passivo e -2.502 milhões de euros do capital próprio.
4284 Para além destas necessidades de ajustamento, o trabalho de revisão limitada considerou
4285 ainda a revisão das participações da ESI na ESFG e Rioforte na ordem de 1.038 milhões de
4286 euros e 466 milhões de euros, respectivamente.

4287 No total, o activo é então ajustado em 3.752 milhões de euros, passando de um valor de 7.823
4288 milhões de euros para 4.072 milhões de euros.

4289 Por sua vez, o passivo aumenta de 7.687 milhões de euros para 7.942 milhões de euros, num
4290 total de 254 milhões de euros de ajustamento.

4291 O capital próprio, que antes da revisão da KPMG tinha um valor positivo de 136 milhões de
4292 euros, passa a valores negativos na ordem de 3.870 milhões de euros.

4293 Como nota final, entende-se como relevante discriminar as principais categorias de detentores
4294 de títulos de dívida da ESI, que, em 30 de Setembro de 2013, atingia os 4.943 milhões de
4295 euros. Destes, cerca de 1.674 milhões de euros são detidos por clientes institucionais BES,
4296 1.562 milhões de euros por clientes de retalho BES, 1.370 milhões de euros por clientes de
4297 retalho Banque Privée e 337 milhões de euros por clientes de retalho BES Vénétie.

4298 Uma das consequências do trabalho de revisão limitada – e que ocorreu durante a sua
4299 elaboração, foi a determinação da constituição de uma provisão no valor de 700 milhões de
4300 euros nas contas da ESFG, com impacto no exercício de 2013. Esta provisão foi apurada pela
4301 KPMG e comunicada ao Banco de Portugal a 7 de Fevereiro de 2014. A avaliação deste
4302 montante foi igualmente confirmada pela PwC. O objectivo da provisão seria o de assegurar o
4303 a cobertura de eventuais riscos de incumprimento da ESI perante clientes do grupo ESFG.

4304 A fase 2 do trabalho de revisão limitada sobre as demonstrações financeiras consolidadas pró-
4305 forma da ESI refere-se à caracterização da situação patrimonial consolidada da ESI a 31 de
4306 Dezembro de 2013. Segundo o relatório da KPMG, as demonstrações financeiras *«incluem pelo*
4307 *método integral todas as subsidiárias detidas pelo Grupo, exceto quanto à ESFG que, para este*
4308 *efeito, conforme acordado com o Banco de Portugal, foi registada nessas contas consolidadas*
4309 *pró-forma pelo método de equivalência patrimonial considerando a proporção dos respectivos*
4310 *capitais próprios consolidados atribuíveis ao grupo ESI.»*

4311 As principais conclusões deste trabalho levado a cabo pela KPMG apontam para:

- 4312 — Um ajustamento do activo, resultante de ajustamentos de revisão, na ordem dos -406
4313 milhões de euros;
- 4314 — Um ajustamento do activo, resultante de ajustamentos fruto da avaliação da ESFG
4315 pelo método de equivalência patrimonial, de -1.171 milhões de euros;
- 4316 — Uma correcção do passivo no valor de 254 milhões de euros;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4317 — O correspondente ajustamento de revisão nos capitais próprios de -660 milhões de
4318 euros;

4319 — Um ajustamento nos capitais próprios por via da análise de valor pelo Método de
4320 Equivalência Patrimonial da ESFG na ordem dos -1.171 milhões de euros.

4321 Decompondo os ajustamentos desta revisão, obtemos a seguinte repartição:

4322 **Propriedades de investimento: ajustamento de -45 milhões de euros**

4323 O ajustamento de -45 milhões de euros corresponde ao Espírito Santo Plaza, em Miami, cuja
4324 avaliação sofre uma perda deste valor.

4325 **Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação: -31 milhões de euros**

4326 O ajustamento de -31 milhões de euros reporta à assunção da perda de 10 milhões de euros
4327 cedidos pela ESI a título de empréstimo à Aleluia, sociedade que se encontra com capitais
4328 próprios negativos e em incumprimento das suas obrigações de pagamento, bem como de
4329 cerca de 20 milhões de euros relativos ao investimento na ESCOM OPCA África Contractors
4330 B.V. e nos Fundos de Capital de Risco Espírito Santo Ventures II e III.

4331 **Devedores: -49 milhões de euros**

4332 Em relação à rubrica *devedores*, o total de -49 milhões de euros resulta, em primeiro lugar, da
4333 consideração do valor de venda da ESCOM por 93 milhões de euros, a que corresponde uma
4334 perda de cerca de 4 milhões de euros face ao que havia sido registado a 30 de Setembro de
4335 2013; em segundo lugar, a KPMG considera como perda cerca de 50 milhões de euros
4336 relativos ao pagamento das responsabilidades financeiras da Legacy face ao BES – a ESI
4337 manteve, entre 2010 e 31 de Dezembro de 2013 o pagamento de juros e comissões de
4338 financiamentos concedidos à Legacy, mesmo após a sua venda, por 3 euros, em 2010. Segundo
4339 a auditora, a exposição da Legacy ao BES encontrava-se coberta pela garantia soberana do
4340 Estado Angolano – no entanto, a exposição da ESI não se encontrava nesse âmbito, pelo que
4341 houve necessidade de considerar os tais 50 milhões de euros. Simultaneamente, a auditora
4342 revê em alta o valor devido à ESI pela ESI BVI em cerca de 5 milhões de euros.

4343 **Activos financeiros disponíveis para venda: -280 milhões de euros**

4344 Em relação aos activos financeiros detidos para venda, a auditora chama a atenção para o
4345 facto de haver um total de 745 milhões de euros de activos da ESI detidos por via da Eurofin. A
4346 KPMG refere que entre 30 de Setembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2013 o valor de
4347 investimentos da holding por via da Eurofin se reduziu em 252 milhões de euros. Não
4348 obstante, o facto de à auditora não terem sido entregues listagens de activos, a sua
4349 titularização e valorização, bem como evidências da sua existência, levou a que o valor do
4350 ajustamento se cifrasse nos -277 milhões de euros, aos quais se acrescem 3 milhões de outros
4351 activos.

4352 **Outros financiamentos obtidos: -95 milhões de euros**

4353 A KPMG tomou a iniciativa de cancelar o anulamento do passivo da ESI face à ES Tourism, o
4354 que se traduziu num acréscimo do passivo na ordem dos 95 milhões de euros. O principal
4355 activo da ES Tourism era um crédito sobre a ESI e o GES no total de cerca de 225 milhões de
4356 euros, designadamente 72 milhões de euros na ESI e 154 milhões de euros na GES Finance. O
4357 passivo principal da empresa eram obrigações emitidas e colocadas por entidades da ESFG,
4358 atingindo um total de 320 milhões de euros. Em Setembro de 2013 parte destas obrigações
4359 encontravam-se colocadas em clientes BES (143 milhões de euros). À semelhança do que
4360 ocorreu na primeira fase do trabalho de revisão limitada, a auditora questionou a
4361 racionalidade económica da venda da ES Tourism, tendo decidido ainda considerar a
4362 consolidação da ES Tourism na ESI, devido a uma multiplicidade de factores, entre eles o facto
4363 de a entidade não ter qualquer actividade que não seja o recebimento do valor do activo para
4364 pagamento das suas obrigações, bem como o facto de a ESI ter reembolsado capital das
4365 obrigações emitidas após 30 de Setembro de 2013, quando só estava contratado pagar o
4366 cupão (o pagamento do cupão apenas ocorreria até Dezembro de 2013). A consolidação da ES
4367 Tourism na ESI teve como consequência um ajustamento do passivo na ordem dos -95 milhões
4368 de euros.

4369 **Responsabilidades representadas por títulos: 86 milhões de euros**

4370 A KPMG apurou um ajustamento negativo no valor de 86 milhões de euros relativos a acções
4371 preferenciais emitidas pela ESI e pela Espírito Santo Resources, uma vez que estas se
4372 encontravam registadas como instrumentos de capital próprio nas demonstrações financeiras
4373 consolidadas pró-forma à data de 31 de Dezembro de 2013, mas que, devido às suas
4374 características, não poderiam ser consideradas como tal.

4375 **Credores: 28 milhões de euros**

4376 Cerca de 18 milhões de euros do total de ajustamentos da rubrica *credores* corresponde à
4377 responsabilidade assumida perante a sociedade de advogados Thomas, Alexander & Forrester
4378 LLP na acção desenvolvida contra a BDO no processo Bankest.

4379 **Provisões**

4380 Quanto a provisões, a auditora decidiu considerar cerca de 15 milhões de euros de provisões,
4381 resultantes do processo de venda do Banco Boavista ao Bradesco, bem como cerca de 2
4382 milhões de euros de outros passivos.

4383 No que diz respeito a derivados, o total dos ajustamentos ascende a 25 milhões de euros.

4384 Em suma, os ajustamentos de revisão propostos atingem, assim, -406 milhões de euros do
4385 activo, 254 milhões de euros do passivo e -660 milhões de euros do capital próprio. Para além
4386 destas necessidades de ajustamento, o trabalho de revisão limitada considerou ainda a revisão
4387 da participação da ESI na ESFG na ordem dos 1.171 milhões de euros.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4388 Como consequência, no total, o activo é ajustado em -1.577 milhões de euros, e de um valor
4389 de 6.509 milhões de euros passa para 4.932 milhões de euros.

4390 O passivo aumenta de 8.911 milhões de euros para 9.165 milhões de euros, num total de 254
4391 milhões de euros de ajustamento.

4392 O capital próprio, que antes da revisão da KPMG tinha um valor de -2.548 milhões de euros,
4393 atinge agora os -4.378 milhões de euros.

4394 Como nota final, entende-se como relevante discriminar os detentores de títulos de dívida da
4395 ESI, que, em 31 de Dezembro de 2013, atingia os 6.039 milhões de euros. Destes, cerca de
4396 1.501 milhões de euros são detidos por clientes institucionais BES, 2.116 milhões de euros por
4397 clientes de retalho BES, 1.313 milhões de euros por clientes de retalho Banque Privée, 354
4398 milhões de euros por clientes de retalho BES Vénétie e 755 milhões de euros detidos por
4399 outros.

4400 **A provisão**

4401 Após a fase 2 do trabalho de revisão limitada, a KPMG entendeu que o valor da provisão
4402 apurada no decorrer da fase 1 se deveria manter inscrita nas contas da ESFG, uma vez que não
4403 existiram alterações materialmente relevantes que pudessem alterar a sua existência e o seu
4404 montante. Reitera-se o facto de a provisão ter como objectivo a cobertura de eventuais riscos
4405 de incumprimento da ESI perante clientes do grupo ESFG. A este propósito, na nota técnica
4406 disponibilizada à CPI, o Governador do Banco de Portugal menciona o seguinte:

4407 *«Refira-se que a afectação da provisão exclusivamente às contas da ESFG foi suportada pela*
4408 *concessão de um mecanismo de garantia ao BES, acordado entre os órgãos de administração*
4409 *de ambas as instituições, através do qual, em caso de incumprimento da ESI, a ESFG se*
4410 *substituirá à ESI no reembolso do papel comercial. Por acordo entre a ESFG e o BES e de modo*
4411 *a atribuir suficiente eficácia a esta garantia, a ESFG concedeu ao BES um mandato irrevogável*
4412 *para a venda da Tranquilidade (cujo valor de avaliação atribuído pela PwC no âmbito do*
4413 *ETRICC2 se cifrava em 700 milhões de euros).»*

4414 Sobre a razão pela qual a provisão foi inscrita nas contas da ESFG, Sikander Sattar afirmou, no
4415 dia 12 de Dezembro de 2014, perante a CPI:

4416 *«A preocupação da Espírito Santo Financial Group terá sido a de preservar o valor do Banco*
4417 *Espírito Santo como o principal dos activos operacionais do grupo, que são os que realmente*
4418 *atribuíam valor ao mesmo, evitando assim um eventual risco de contágio, susceptível de*
4419 *originar perdas acrescidas de valor. Assim, a provisão de 700 milhões de euros foi constituída*
4420 *nas demonstrações financeiras da Financial Group, e a garantia prestada pela Financial Group*
4421 *ao Banco Espírito Santo, para cobertura de eventuais incumprimentos da ESI perante os*
4422 *clientes de retalho do BES, permitiu reforçar o ring-fencing que o Banco de Portugal estava a*
4423 *impor.»*

4424

4425 **3.3.1.3 Medidas impostas pelo Banco de Portugal**

4426

4427 No que diz respeito à segregação do Grupo BES e sua blindagem face aos riscos do ramo não
4428 financeiro do GES, o Governador do Banco de Portugal afirmou na CPI que a mesma assentava
4429 em quatro pilares:

- 4430 a. *«Ring-fencing financeiro (...) face aos riscos emergentes do Grupo Espírito Santo»*
4431 b. *«Reforço dos rácios de solvência»*
4432 c. *«Reforço do modelo de governo, incluindo a passagem para um modelo de*
4433 *administração independente dos accionistas»*
4434 d. *«Escrutínio permanente dos actos praticados para efeitos de idoneidade»*

4435

4436 No âmbito da blindagem (*ring fencing*) – barreira de protecção, o Banco de Portugal
4437 determinou, segundo as palavras do Governador, e o espólio de documentação da CPI, as
4438 seguintes medidas, a serem implementadas impreterivelmente até 31 de Dezembro de 2013:

- 4439 — *«Eliminação da exposição total, directa e indirecta, do grupo ESFG à ESI, que não*
4440 *estivesse coberta por garantias juridicamente vinculativas e prudentemente*
4441 *avaliadas»;*
4442 — *«Constituição de uma conta à ordem (conta “escrow”) alimentada por recursos alheios*
4443 *ao grupo ESFG, com um montante equivalente à dívida emitida pela ESI e detida por*
4444 *clientes de retalho do BES, devendo essa conta ser exclusivamente destinada ao*
4445 *reembolso da dívida»;*
4446 — *«Obrigação de constituição de uma provisão, com referência a 31 de Dezembro de*
4447 *2013, definida pelo auditor externo, caso não se concretizassem estas medidas.»*

4448

4449 No que diz respeito aos rácios de solvência, e em caso de incumprimento das medidas já
4450 referidas, o Governador do Banco de Portugal afirmou na CPI que *«o Banco de Portugal*
4451 *determinou o reforço dos fundos próprios da ESFG num montante que assegurasse o rácio de*
4452 *capital Core Tier 1, que deveria situar-se, com referência a 31 de Dezembro de 2013, num valor*
4453 *superior ao mínimo regulamentar em pelo menos 50 pontos-base, isto é, com uma almofada*
4454 *de 50 pontos-base. O reforço de capitais deveria ainda assegurar uma almofada de capital que*
4455 *permitisse à ESFG acomodar choques decorrentes de cenários adversos e fazer face aos*
4456 *resultados do exercício de avaliação completa, o comprehensive assessment, do BCE que*
4457 *estavam em curso.»*

4458 Em matérias de governo societário, o Governador do Banco de Portugal enumerou ainda as
4459 seguintes medidas impostas:

- 4460 — *«Obrigação de as determinações do Banco de Portugal serem dadas a conhecer a*
4461 *todos os membros dos órgãos de administração da ESFG e do BES e as medidas*

4462 *adoptadas, em resposta às tais determinações, serem discutidas e, naturalmente,*
4463 *aprovadas em reunião do Conselho de Administração, vinculando os respectivos*
4464 *membros»;*

4465 — *«Simplificação da estrutura da ESFG»;*

4466 — *«Reforço das disposições, processos, mecanismos e estratégias criados no âmbito do*
4467 *governo da sociedade, controlo interno e autoavaliação de riscos, de modo a garantir*
4468 *uma adequada independência face ao ramo não financeiro do GES»;*

4469 — *«Desenvolvimento e implementação das medidas necessárias para garantir uma*
4470 *separação total e definitiva das marcas utilizadas por cada ramo do GES»;*

4471 — *«Proibição da comercialização, de forma directa ou indirecta, designadamente através*
4472 *de fundos de investimento ou de outras instituições financeiras, de dívida de entidades*
4473 *do ramo não financeiro do GES junto de clientes de retalho»;*

4474 — *«Alteração ao código de conduta, tendo em vista a prevenção, detecção,*
4475 *monitorização e reporte de conflito de interesses»;*

4476 — *«Criação de uma comissão sobre transacções com partes relacionadas, tendo em vista*
4477 *assegurar que havia um poder de oposição que se destinava a controlar todas as*
4478 *operações de crédito ou relações comerciais significativas com, primeiro, os membros*
4479 *do órgão de administração e de fiscalização do BES ou entidades com eles*
4480 *relacionadas, segundo, qualquer titular, directo e indirecto, de uma participação*
4481 *superior a 2% no capital social ou direitos de voto do BES e, por último, qualquer*
4482 *entidade que pertença ao mesmo grupo económico do titular da participação.»*

4483 No que diz respeito ao escrutínio da administração, e de acordo com as palavras do
4484 Governador do Banco de Portugal, *«a supervisão do Banco de Portugal prosseguiu na obtenção*
4485 *de explicações para factos de que ia tomando conhecimento, nos limites do quadro legal em*
4486 *matéria de avaliação de idoneidade, tema que é também objecto de uma nota que deixo a esta*
4487 *Comissão.»* Referiu ainda que *«Este exercício, que teve sempre presente a necessidade de*
4488 *respeitar o quadro legal constante do RGICSF e salvaguardar a confiança dos depositantes e a*
4489 *estabilidade financeira, conduziu:*

4490 — *Primeiro, à apresentação pelo BES, em meados de Abril de 2014, de um plano de sucessão*
4491 *com afastamento dos membros da família do órgão executivo do BES (repito, em meados*
4492 *de Abril de 2014);*

4493 — *segundo, à retirada de pedidos de registo para exercício de funções em outras entidades do*
4494 *Grupo;*

4495 — *e, por último, à antecipação da renúncia aos cargos que exerciam no BES por parte de*
4496 *todos os membros da família Espírito Santo.»*

4497 Segundo o Governador do Banco de Portugal, o conjunto de medidas decorrentes dos quatro
4498 pilares de intervenção foi sendo monitorizado e reforçado ao longo do tempo, tendo existido
4499 *«uma ampla interacção, através de correspondência escrita e da realização de reuniões, com*
4500 *vários membros das Comissões Executivas e das Comissões de Auditoria da ESFG e do BES, bem*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4501 *como, naturalmente, com o auditor externo, a KPMG, tendo presente a responsabilidade que a*
4502 *lei lhes atribuía no exercício das respectivas funções», designadamente na elaboração dos*
4503 *trabalhos de revisão limitada.*

4504 Importa, assim, analisar com algum detalhe a troca de correspondência entre o Banco de
4505 Portugal e a administração da ESFG, do BES e do Grupo Espírito Santo.

4506 **Carta de 3 de Dezembro de 2013 enviada pelo Banco de Portugal ao CA da ESFG**

4507 Na missiva enviada pelo Banco de Portugal ao Conselho de Administração da ESFG, o
4508 supervisor comunica à sociedade a necessidade de eliminar a exposição à ESI, tanto via
4509 financiamento directo como indirecto *«que não estivesse coberta por garantias juridicamente*
4510 *vinculativas e prudentemente avaliadas»,* de acordo com a nota técnica distribuída em audição
4511 da CPI. Para além da eliminação da exposição, o Banco de Portugal determinou que fosse
4512 constituída uma conta à ordem *«alimentada por recursos alheios ao grupo ESFG, com um*
4513 *montante equivalente à dívida emitida pela ESI e detida por clientes do BES na sequência da*
4514 *colocação na respectiva rede de retalho, devendo essa conta ser exclusivamente destinada ao*
4515 *reembolso da dívida.»* Estas medidas deveriam ser implementadas impreterivelmente até 31
4516 de Dezembro de 2013.

4517 **Carta de 10 de Dezembro de 2013, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4518 Na sequência das medidas impostas pelo Banco de Portugal, o presidente do CA da ESFG,
4519 Ricardo Salgado, responde dando nota do novo plano de *deleverage* da ESI, bem como das
4520 acções propostas pelo Grupo ESFG em resposta às medidas exigidas pelo supervisor.

4521 Na carta é referido que o prazo determinado pelo Banco de Portugal – 31 de Dezembro, não é
4522 exequível, do ponto de vista financeiro, técnico e operacional. Ainda assim, são transmitidas
4523 nessa missiva algumas das conclusões do ETRICC GE (ou ETRICC2), designadamente que será
4524 possível, até final de 2014, reduzir a dívida da ESI em 1.500 milhões de euros, atingir, até 2018,
4525 uma redução da dívida em 3.500 milhões de euros e assegurar, em 2023, um activo de 3.500
4526 milhões de euros face a um valor de dívida de cerca de 2.000 milhões de euros.

4527 O presidente do CA da ESFG afirma ainda que uma interrupção súbita do refinanciamento
4528 poderia provocar problemas ao nível da tesouraria com consequências para o GES,
4529 designadamente no funcionamento das áreas operacionais e na desvalorização do activo.
4530 Propõe, assim, um plano mensal a cumprir no semestre seguinte, que permitiria responder às
4531 medidas exigidas pelo Banco de Portugal, eliminar a exposição dos clientes de retalho do BES à
4532 ESI e reduzir a exposição directa e indirecta à ESFG, sem no entanto realizar alienações
4533 precipitadas que poderiam causar perda de valor dos activos.

4534 Entre as medidas apresentadas por Ricardo Salgado incluem-se a liquidação da maior parte do
4535 papel comercial, passando de uma exposição de 1.698 milhões de euros no final de Novembro
4536 de 2013 a uma exposição de 247 milhões de euros no final de Maio de 2014. Após decompor
4537 os detalhes do pagamento do papel comercial, o presidente da ESFG afirma ainda que a ESI irá



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4538 utilizar de forma marginal a linha de crédito de *back-up* até 750 milhões de euros, que teria o
4539 objectivo de funcionar como apoio à tesouraria. É também comunicado ao Banco de Portugal a
4540 proposta da ESI em abrir uma conta destinada ao pagamento do papel comercial.

4541 Segundo a missiva, a exposição da ESFG à ESI no valor de 1.350 milhões de euros encontrava-se
4542 colateralizada por acções da Rioforte avaliadas em 1.237 milhões de euros e em acções da
4543 Euroatlantic no valor de 150 milhões de euros. Para além da constituição de uma equipa de
4544 suporte ao nível dos procedimentos contabilísticos e de controlo interno por parte da ESI e da
4545 atribuição das funções de auditoria à KPMG, Ricardo Salgado destaca ainda a alocação de
4546 equipas de trabalho do BES e da ESFG à monitorização da evolução do plano de negócios e do
4547 plano de *deleverage* do GES, da exposição da área financeira do GES à área não financeira,
4548 bem como a articulação com as autoridades de supervisão, entre outros mecanismos de
4549 controlo interno.

4550 Por último, a carta refere ainda que estas medidas serão reforçadas com aumentos de capital
4551 no valor de 1.000 milhões de euros entre os anos de 2013 e 2015.

4552 **Carta de 23 de Dezembro de 2013, enviada pelo Banco de Portugal**

4553 Em resposta à carta do CA da ESFG, o Vice-Governador do Banco de Portugal informa Ricardo
4554 Salgado que o resultado das acções a implementar pela ESI deve ser canalizado para a conta
4555 *escrow*, que tinha como objectivo o reembolso da dívida emitida pela ESI e detida por clientes
4556 BES. Diz ainda o Vice-Governador que a linha de crédito a constituir pela ESI para liquidação da
4557 dívida emitida pela *holding* deveria ser de montante capaz de permitir assegurar a qualquer
4558 momento, e em conjunto com a conta *escrow*, o reembolso integral da dívida referida.

4559 O Banco de Portugal exige ainda que o grupo ESFG não assuma qualquer apoio financeiro ou
4560 garantia relativa às operações que alimentam a conta *escrow* e determina que a exposição da
4561 ESFG à ESI e Espírito Santo Resources esteja coberta por garantias juridicamente vinculativas,
4562 aliada a uma avaliação prudente dos activos dados como colateral.

4563 Nesta carta, Pedro Duarte Neves dá a terceira semana de Janeiro como limite para a
4564 contratação da linha de crédito, que deveria servir de suporte à tesouraria da ESI e a terceira
4565 semana de Fevereiro como limite para envio de documentos assinados pela Comissão de
4566 Auditoria da ESFG e pela KPMG sobre os compromissos acima mencionados, garantindo: que a
4567 ESFG não aumentaria a exposição à ESI, alimentando dessa forma a conta *escrow*, e que as
4568 garantias associadas aos financiamentos da área financeira do GES à ESI e Espírito Santo
4569 Resources cobriam essa exposição e eram juridicamente vinculativas.

4570 Por último, o Banco de Portugal exige um conjunto de informação, a ser enviada até dia 31 de
4571 Dezembro, designadamente a identificação das equipas de acompanhamento da ESFG e do
4572 BES, identificação da conta *escrow* e a indicação daqueles com poder de movimentação da
4573 mesma, informação sobre os investimentos efectuados pela ESI e pela Espírito Santo
4574 Resources na Eurofin, entre outros.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4575 **Carta de 31 de Dezembro de 2013, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4576 Em resposta à carta de 23 de Dezembro, o Conselho de Administração da ESFG vem esclarecer
4577 o Banco de Portugal relativamente aos seguintes assuntos:

4578 — A equipa de acompanhamento à ESI, por parte da ESFG, será composta por Ricardo
4579 Salgado, José Castella e Jorge Penedo. A equipa de acompanhamento à ESI, por parte do
4580 BES, será liderada por Joaquim Goes, e terá ainda o apoio dos departamentos de risco
4581 global (DRG), financeiro, de mercados e estudos (DFME) e de estruturação de empresas
4582 (DEE). O objectivo destas equipas seria acompanhar o plano de *deleverage*, monitorizar a
4583 aplicação do plano de negócios da ESI e a exposição directa e indirecta da área financeira
4584 do GES à área não financeira, ao nível do BES e da ESFG.

4585 — Foi endereçado um convite a João Martins Pereira para assumir a gestão executiva da ESI.

4586 — O aumento de capital da ESI através da emissão de acções preferenciais será no valor de
4587 120 milhões de euros, dos quais 71 milhões de euros subscritos pela Eurasian Investments
4588 Ltd e 49 milhões de euros através de outros investidores.

4589 — Estão previstos para Março e Maio de 2014 dois aumentos de capital de 250 milhões de
4590 euros, num total de 500 milhões de euros, e serão acompanhados por investidores
4591 institucionais e pela ES Control.

4592 — Encontra-se em fase de ultimização o aumento de capital da ES Control no valor de 100
4593 milhões de euros, ao qual acorrerão investidores próximos do GES.

4594 O presidente do Conselho de Administração da ESFG fala ainda da entrada de fundos na ESI no
4595 valor de 567 milhões de euros até final do ano – a 27 de Dezembro de 2013 já se encontravam
4596 angariados cerca de 242 milhões de euros e refere que, para fazer face a potenciais atrasos,
4597 está a ser negociada com alguns bancos a antecipação do IPO da ES Saúde, que deverá ocorrer
4598 em Fevereiro de 2014. Paralelamente, Ricardo Salgado reitera que para fazer face ao
4599 reembolso dos 884 milhões de euros em papel comercial entre Fevereiro e Dezembro de 2014
4600 se recorrerá a uma linha de crédito de até 750 milhões de euros, para além de novas entradas
4601 de capital.

4602 Em resposta ao Banco de Portugal, é ainda relevado o facto de ter sido criada uma conta da ESI
4603 no BES, a partir da qual será liquidado o papel comercial emitido pela ESI e colocado em
4604 clientes de retalho – o valor ascendia, em 30 de Novembro de 2013 a 1.698 milhões de euros,
4605 e onde serão recebidos os valores decorrentes das diversas áreas do GES que se haviam
4606 financiado através do papel comercial, num valor total de 1.749 milhões de euros. A referida
4607 conta foi aberta a 17 de Dezembro de 2013 e podia ser movimentada por António Ricciardi,
4608 Manuel Fernando Espírito Santo e Pedro Mosqueira do Amaral.

4609 Para além desta informação, são ainda discriminados investimentos da ESI e da Espírito Santo
4610 Resources na Eurofin e é abordado o tema da ocultação do passivo nas contas da ESI: o
4611 presidente do Conselho de Administração da ESFG afirma que a situação foi reflectida nas
4612 contas da sociedade e que estão a ser avaliados os activos que serviam de reflexo do referido



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4613 passivo, designadamente activos das rubricas *real state investments* e *investment projects*,
4614 situados em Angola, e para os quais não havia registo de propriedade aquando dos trabalhos
4615 de revisão limitada por parte da KPMG.

4616 **Carta de 13 de Janeiro de 2014, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4617 Nesta missiva, Ricardo Salgado compromete-se com uma alteração da orgânica do Grupo
4618 Espírito Santo, eliminando determinadas sociedades, e releva o facto das principais sociedades
4619 – a ESFG, a Rioforte e a ES Irmãos passarem a ser os veículos preferenciais de emissão de
4620 dívida do grupo, sendo as suas demonstrações financeiras de Dezembro de 2013 auditadas por
4621 auditores externos.

4622 **Carta de 14 de Janeiro de 2014, enviada pelo Banco de Portugal à ESFG**

4623 No dia 13 de Janeiro teve lugar uma reunião entre o Banco de Portugal, os presidentes dos
4624 Conselhos de Administração e das Comissão de Auditoria da ESFG e BES, bem como com o
4625 administrador executivo do BES com o pelouro financeiro, cujo resumo é enviado por carta de
4626 14 de Janeiro de 2014.

4627 Assim, o Banco de Portugal recorda ao Conselho de Administração da ESFG que este se
4628 encontrava vinculado às medidas impostas pelo supervisor e que constavam da carta de 3 de
4629 Dezembro de 2013. Refere ainda que após a troca de cartas, as respostas enviadas ao Banco
4630 de Portugal eram insuficientes, pelas seguintes razões:

- 4631 — Dos 17 elementos solicitados pelo Banco de Portugal em carta do dia 23 de Dezembro,
4632 apenas 4 haviam sido respondidos na íntegra.
- 4633 — Não foram apresentadas provas sobre o processo negocial da linha de crédito que serviria
4634 de *back-up* à ESI.
- 4635 — Não foi enviado relatório do progresso assinado pelos membros da Comissão Executiva da
4636 ESFG sobre cada uma das medidas previstas.
- 4637 — Algumas medidas que injectariam liquidez na ESI não foram concretizadas quando
4638 previstas.
- 4639 — A constituição da linha de crédito poderá não ir de encontro ao valor e prazo inicialmente
4640 definidos.

4641 O Banco de Portugal informa ainda que, não estando atingida a barreira de protecção do ramo
4642 financeiro ao ramo não financeiro do GES, materializar-se-á uma provisão nas contas
4643 consolidadas do BES e da ESFG.

4644 **Carta de 4 de Fevereiro de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao CA do BES**

4645 O supervisor envia nova missiva ao CA do BES com os elementos que diz estarem ainda em
4646 falta, designadamente aqueles relacionados com os imóveis BES Angola, a ESCOM/Legacy,
4647 financiamento de entidades da ESFG ao GES, detalhes sobre o processo de negociação de uma
4648 linha de crédito por parte da ESI, fundos Eurofin, informação sobre a conclusão dos trabalhos



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4649 internos com vista ao apuramento da diferença, no balanço da ESI, de cerca de 1.300 milhões
4650 de euros, entre outros.

4651 **Nova carta de 4 de Fevereiro de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao CA do BES**

4652 O Banco de Portugal veio solicitar, na sequência das conclusões extraídas pela KPMG no
4653 relatório preliminar de progresso sobre os trabalhos de revisão limitada de finalidade especial
4654 sobre as demonstrações financeiras da ESI, algumas informações ao BES, das quais se
4655 destacam as mais relevantes:

4656 — *«Confirmação do compromisso de cobertura, de forma directa ou através de garantia*
4657 *juridicamente vinculativa prestada por terceiros, da responsabilidade pelo pagamento dos*
4658 *títulos de dívida emitidos pela ESI e detidos por clientes do BES (...).*

4659 — *Valor da imparidade/provisão a registar nas contas do exercício de 2013 (...).*

4660 — *Afectação dessa imparidade/provisão entre as instituições que integram o grupo Espírito*
4661 *Santo Financial Group (...).*»

4662 — Descrição sobre a forma como o BES pretende reembolsar a dívida da ESI aos seus clientes
4663 de retalho.

4664 — Impacto da provisão nas contas do grupo sobre os rácios de capital e consideração de
4665 diferentes cenários relativos à inclusão ou exclusão da garantia do Estado Angolano.

4666 O Banco de Portugal esclarece ainda que o valor definitivo da provisão a registar está
4667 dependente das conclusões apuradas pela KPMG no seu relatório final do trabalho de revisão
4668 limitada.

4669 O Banco de Portugal envia igualmente uma missiva à ESFG a solicitar os mesmos elementos,
4670 bem como uma carta à KPMG requerendo o apuramento do valor final da imparidade a
4671 registar, bem como indicação dos mecanismos sugeridos para a sua aplicação.

4672 **Carta de 7 de Fevereiro de 2014, enviada pelo CA do BES ao Banco de Portugal**

4673 De acordo com a carta enviada pelo CA do BES ao supervisor, é referido que o prazo solicitado
4674 é curto para responder às determinações do Banco de Portugal. No entanto, são fornecidas as
4675 seguintes respostas:

4676 — A provisão de 700 milhões de euros será registada nas contas da ESFG referentes ao
4677 exercício de 2013;

4678 — O processo de reembolso dos títulos de dívida será efectuado através da conta escrow já
4679 aberta junto do BES;

4680 — O CA do banco informa também do plano de *deleverage* da ESI, bem como de outros
4681 mecanismos de mitigação de risco.

4682 — É submetido ao Banco de Portugal o *draft* do parecer jurídico da Arendt & Medernach,
4683 sustentando a validade e eficácia legal da garantia fornecida pela ESFG, designadamente o
4684 mandato irrevogável de venda das ações da seguradora Tranquilidade.

4685 — São fornecidos diversos valores dos principais rácios de capital, contemplando a provisão
4686 decorrente da situação financeira da ESI e cenários de inclusão ou exclusão da garantia
4687 prestada pelo Estado Angolano. Em qualquer um dos cenários, o rácio de capital é sempre
4688 superior a 10%.

4689 Relativamente à ESFG, a resposta quanto aos rácios de capital incluía o pior cenário possível –
4690 o da exclusão da garantia soberana do Estado Angolano para efeitos de elegibilidade, o que se
4691 traduzia num rácio Common Equity Tier I de 8,57%, já de acordo com as regras da Directiva
4692 CRD IV.

4693 **Carta de 12 de Fevereiro de 2014, enviada pelo CA do BES ao Banco de Portugal**

4694 Ainda em resposta ao supervisor, o CA do BES informa que se encontra impedido, pela Lei
4695 Angolana, de divulgar o nome das entidades vendedoras dos activos imobiliários adquiridos
4696 pelo banco ou por entidades relacionadas com o banco. Informa ainda que a garantia que
4697 cobre os financiamentos de entidades do GBES à Legacy se encontra contra-garantida pela
4698 garantia emitida pelo Estado Angolano.

4699 **Carta de 14 de Fevereiro de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao CA da ESFG**

4700 O supervisor refere que as respostas do BES relativamente ao cumprimento das medidas
4701 determinadas pelo Banco de Portugal a 3 de Dezembro de 2013 e 4 de Fevereiro de 2014 não
4702 são suficientes para assegurar o ring-fencing face ao ramo não financeiro do GES.
4703 Simultaneamente o Banco de Portugal refere que o rácio Core Tier I ficará abaixo do valor
4704 mínimo exigido, considerando a não elegibilidade da garantia soberana para efeitos
4705 prudenciais. Por último, o supervisor proíbe a comercialização de dívida de entidades do ramo
4706 não financeiro do GES junto de clientes de retalho, tanto de forma directa como indirecta.
4707 Assim, são determinadas novas medidas:

4708 — *«Não considerar elegível para efeitos prudenciais a garantia emitida pelo Estado Angolano*
4709 *até ao cabal esclarecimento das dúvidas que existem sobre a sua validade, efeitos e*
4710 *âmbito, não devendo os efeitos desta garantia ser considerados, designadamente, ao nível*
4711 *do cálculo dos rácios prudenciais e do apuramento das imparidades até determinação em*
4712 *contrário pelo Banco de Portugal;*

4713 — *Reforço de fundos próprios para um nível superior ao que seria necessário para cumprir o*
4714 *rácio Core Tier 1 mínimo do Banco de Portugal com referência a 31 de Dezembro de 2013,*
4715 *bem como constituição de um “buffer” de capital adequado para cobertura dos riscos*
4716 *decorrentes do “comprehensive assessment” a realizar no contexto do SSM;*

4717 — *Simplificação do grupo ESFG em cumprimento estrito dos princípios orientadores já*
4718 *definidos pelo Banco de Portugal para este efeito;*

4719 — *Desenvolver e implementar as medidas necessárias para garantir uma separação total e*
4720 *definitiva das marcas utilizadas por cada ramo do GES;*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4721 — *Não comercialização, quer de forma directa quer indirecta (v.g.n através de fundos de*
4722 *investimento, outras instituições financeiras) de dívida de entidades do ramo não*
4723 *financeiro do GES junto de clientes de retalho.»*

4724 **Carta de 17 de Fevereiro de 2014, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4725 Nesta missiva, são resumidas as iniciativas já desenvolvidas pela ESFG, indo assim ao encontro
4726 das determinações do supervisor.

4727 **Carta de 20 de Fevereiro de 2014, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4728 O CA da ESFG expressa, nesta carta, a sua interpretação das «*novas e acrescidas*
4729 *determinações agora impostas pelo Banco de Portugal*», sendo de assinalar uma crítica do CA
4730 da ESFG quanto à evolução do conceito de ring-fencing por parte do Banco de Portugal,
4731 designadamente como tendo tido origem na determinação do Banco de Portugal em proteger
4732 os clientes BES face aos riscos da ESI e passando, depois, ao entendimento de que os riscos da
4733 ESI e da ESFG devem também ser cobertos. É também enviado um memorando subscrito por
4734 Rui Silveira quanto à validade, efeitos e âmbito da garantia soberana emitida pelo Estado
4735 Angolano.

4736 **Carta de 20 de Fevereiro de 2014, enviada por José Maria Ricciardi ao Banco de Portugal**

4737 José Maria Ricciardi tomou a iniciativa de escrever ao supervisor, alertando para o facto de a
4738 acta do CA da ESFG apenas estar assinada por dois administradores. Em anexo à carta junta a
4739 declaração que formulou na reunião do Conselho de Administração, onde consta que não foi
4740 informado pelo CA, em detalhe, das negociações «*tendentes a clarificar as diferentes vertentes*
4741 *das propostas de reestruturação do Grupo*», bem como dúvidas quanto à inexistência de
4742 validação dos dados sobre a Eurofin, por parte do auditor, bem como quanto à origem da
4743 dívida oculta da ESI, cujas responsabilidades têm que ser devidamente apuradas.

4744 **Carta de 26 de Fevereiro de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao CA da ESFG**

4745 A 26 de Fevereiro o Banco de Portugal enviou nova carta ao CA da ESFG com o objectivo de
4746 esclarecer qualquer dúvida sobre as determinações efectuadas pelo Banco de Portugal,
4747 resumindo, no fundo, toda a correspondência trocada desde 3 de Dezembro de 2013.

4748 **Carta de 17 de Março de 2014, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4749 A ESFG escreve ao Banco de Portugal, afirmando que o seu Conselho de Administração já
4750 deliberou sobre as medidas impostas pelo Banco de Portugal a 26 de Fevereiro. Aborda
4751 também a questão da simplificação do Grupo Espírito Santo, designadamente através da
4752 dissolução da BESPARG. Esta simplificação terá como consequência a consideração da ESFG
4753 como empresa-mãe do BES, o que, para efeitos de supervisão, significaria uma redução do
4754 perímetro de supervisão – ou seja, a entidade supervisionada deixaria de ser a ESFG passar a
4755 ser, apenas, o Banco Espírito Santo. São ainda abordados os temas da garantia soberana



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4756 emitida pelo Estado Angolano, a sua validade e eficácia, o plano de reforço dos capitais da
4757 ESFG, bem como o reforço das políticas de governo interno, entre as quais:

4758 — «Um Regulamento a instituir uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da
4759 Execução do Plano de Negócios do Ramo não Financeiro do GES (...);

4760 — Um Regulamento a instituir uma Comissão de Controlo de Transacções entre Partes
4761 Relacionadas (...)

4762 — A aprovação de um novo Código de Conduta do Grupo ESFG (...))»

4763 **Carta de 17 de Março de 2014, enviada pelo BES ao Banco de Portugal**

4764 Nesta missiva são abordados os temas da garantia soberana do Estado Angolano, no mesmo
4765 sentido que havia sido referido pela carta do mesmo dia enviada pela ESFG, ou seja, de
4766 satisfação, por parte dos Conselhos de Administração, do diálogo com o supervisor sobre o
4767 tema; são ainda referidos o plano de reforço de capitais do BES, designadamente através de
4768 um aumento de capital a realizar no segundo trimestre, o reforço das políticas de governo
4769 interno com a criação de uma Comissão de Controlo de Transacções entre Partes
4770 Relacionadas, a simplificação da estrutura do grupo, a separação das marcas da área financeira
4771 e da área não financeira, bem como a não concordância, por parte do CA do BES, da
4772 responsabilidade do banco relativamente aos rácios e limites prudenciais da ESFG.

4773 **Carta de 25 de Março de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao BES**

4774 O supervisor refere nesta carta a necessidade de concretização de um aumento de capital
4775 superior a 750 milhões de euros e a venda não condicionada de 49% do BES Vida ou outra
4776 medida equivalente como forma de capitalização.

4777 O Banco de Portugal mencionada ainda o facto de ser a entidade competente para exercer a
4778 supervisão da ESFG e que cabe ao BES a obrigação de assegurar a consolidação integral nas
4779 contas da ESFG de todas as instituições suas filiais bem como de outras que sejam filiais da
4780 empresa-mãe. Por último, é ainda clarificada a proibição de comercialização de dívida de
4781 entidades do ramo não financeiro do GES junto de clientes de retalho.

4782 **Carta de 8 de Abril de 2014, enviada pela ESFG ao Banco de Portugal**

4783 Nesta carta, a ESFG informa o Banco de Portugal do calendário da cessação da BESPARE e de, na
4784 sua sequência, se verificar uma diluição da participação da ESFG no BES, o que terá como
4785 efeito a exclusão da ESFG do perímetro de supervisão do Banco de Portugal. São ainda
4786 expostos os rácios de capital nos diversos cenários, bem como cenários de recapitalização da
4787 holding financeira do GES, designadamente um aumento de capital na ordem dos 275 milhões
4788 de euros.

4789 **Carta de 4 de Junho de 2014, enviada pelo Banco de Portugal ao BES**



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4790 O Banco de Portugal resume as medidas determinadas pelo mesmo, informando que os riscos
4791 de materialização associados ao plano de alienação de ativos têm vindo a aumentar e a sua
4792 implementação sucessivamente adiada. É referido também que se verificou um aumento da
4793 exposição da ESFG a entidades do ramo não financeiro do GES, designadamente entre 31 de
4794 Dezembro de 2013 e 30 de Abril de 2014. Por último, o supervisor afirma que as medidas de
4795 recapitalização apresentadas são insuficientes.

4796 Assim, entre várias determinações, o Banco de Portugal informa que:

- 4797 — Tem que ser enviada prova documental de que está a ser dado cumprimento às
- 4798 determinações do supervisor;
- 4799 — Tem que cessar o financiamento directo e indirecto a qualquer entidade do ramo não
- 4800 financeiro da ESI por entidades do grupo ESFG;
- 4801 — Tem que ser apresentado um plano de negócios da ESFG para os próximos 5 anos
- 4802 (horizonte temporal mínimo);
- 4803 — É proibida a comercialização de títulos de dívida do ramo não financeiro do GES a todos os
- 4804 clientes de retalho de qualquer entidade do Grupo BES;
- 4805 — Tem que ser elaborada uma proposta de revisão, a submeter ao supervisor, dos termos e
- 4806 condições da garantia prestada pela ESFG a favor do BES (mandato irrevogável da venda
- 4807 de acções da Tranquilidade);
- 4808 — Tem que existir uma cobertura juridicamente vinculativa às exposições directa e indirecta
- 4809 do BES às entidades financeiras e não financeiras do GES.

4810 A esta missiva é dada uma resposta pelo BES a **20 de Junho** que, de acordo com a perspectiva
4811 do supervisor, não vai de encontro ao solicitado. Em carta de **30 de Junho**, o Banco de Portugal
4812 reitera que o não cumprimento de algumas determinações pode constituir a prática de actos
4813 de gestão danosa.

4814 No dia **12 de Julho**, é enviada uma carta da parte do Conselho de Administração do BES, onde
4815 Ricardo Salgado confirma o agravamento da situação do banco ao nível do rating, liquidez,
4816 comportamento do franchising, percepção de mercado, evolução do preço das acções, spreads
4817 de crédito e outros, considerando assim imperativas medidas adicionais de contingência, que
4818 possam entrar em vigor a 14 de Julho. Para o ainda Presidente da Comissão Executiva do BES,
4819 estas medidas passariam pela injeção de capital privado no banco, designadamente por parte
4820 da Blackstone & Weil.

4821 Um dia depois, o Banco de Portugal responde afirmando que «*os contactos e as negociações*
4822 *com vista a uma potencial operação de aumento de capital (...) deverão ser estabelecidos pela*
4823 *Comissão Executiva assim que a respectiva composição passar a integrar os membros*
4824 *entretanto propostos pela ESFG com apoio do Crédit Agricole, para os cargos de presidente*
4825 *(CEO), vice-presidente e administrador financeiro (CFO), o que virá a acontecer muito em breve*
4826 *com a respectiva cooptação.*»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4827 A **14 de Julho** o Banco de Portugal envia nova missiva ao BES, já sob liderança de Vítor Bento,
4828 informando de uma auditoria especial, tendo por principal objecto o reconhecimento e
4829 valorização dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais registadas nas contas
4830 consolidadas do Grupo Espírito Santo. Esta auditoria começaria na primeira quinzena de
4831 Agosto, tendo como referência a data de 30 de Junho de 2014.

4832 No dia **22 de Julho** é enviada nova carta a Vítor Bento, informando que o Banco de Portugal
4833 está a recolher mais informações relativamente às cartas-conforto assinadas por Ricardo
4834 Salgado e José Manuel Espírito Santo Silva, solicitando esclarecimentos adicionais,
4835 designadamente se a emissão das cartas-conforto era do conhecimento de mais algum
4836 administrador. Por último, o supervisor pede uma análise jurídica sobre a natureza vinculativa
4837 das cartas-conforto.

4838 **Carta de 29 de Julho de 2014 enviada pelo Banco de Portugal à CE do BES**

4839 O Banco de Portugal informa que tomou conhecimento da magnitude dos prejuízos do banco,
4840 em contraste com a informação que vinha sendo partilhada pelo BES e pelo seu auditor
4841 externo, designadamente quanto à existência de uma almofada de capital suficiente para
4842 acomodar os prejuízos semestrais.

4843 O supervisor informa ainda que o banco incumprirá os requisitos de capital, determinando
4844 assim a apresentação de um plano de reestruturação que permita repor os níveis de capital.
4845 Esse plano deveria ser apresentado até final de dia 31 de Julho:

4846 *«Este plano de reestruturação deve incluir a apresentação de um plano credível tendo em vista*
4847 *a realização de uma operação de aumento de capital com recurso a capitais privados, com a*
4848 *indicação do um calendário detalhado e de garantias de colocação, no montante necessário*
4849 *para, em conjunto com eventuais medidas alterativas, cobrir as necessidades de fundos*
4850 *próprios existentes.»*

4851 A **30 de Julho de 2014** o Banco de Portugal informa que o BES se encontra proibido de
4852 reembolsar antecipadamente créditos e pagamentos a entidades relacionadas ou por conta de
4853 entidades relacionadas, o que gerou dúvidas por parte da administração executiva do BES, que
4854 solicita esclarecimentos adicionais.

4855 **Carta de 31 de Julho de 2014 enviada pelo BES ao Banco de Portugal**

4856 Nesta carta Vítor Bento informa que não é possível dar seguimento à apresentação de um
4857 plano de recapitalização solicitado pelo Banco de Portugal até final de Julho, afirmando o
4858 seguinte:

4859 1. *«Será desencadeado de imediato um processo visando aumentar o capital do Banco tendo*
4860 *em vista repor os rácios regulatórios e, desejavelmente, contemplar uma almofada de*
4861 *precaução.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4862 2. *Para o efeito deverá ser convocada uma Assembleia-Geral para reunir dentro do prazo em*
4863 *que seja razoável concretizar tal aumento.*

4864 3. *Nas últimas semanas, o Banco tem assistido a manifestações de interesse de actuais e*
4865 *potenciais accionistas em participar no Plano de Capitalização (...)*

4866 *Entretanto e como foi oportunamente informado, estamos a tentar negociar com as*
4867 *autoridades angolanas a possível resolução do problema do BESA, estando prevista a*
4868 *deslocação a Luanda na próxima 2ª feira.»*

4869 Adicionalmente, e face ao sucedido, o Banco de Portugal determinou a realização de uma
4870 auditoria forense, a ser conduzida pela Deloitte, cujos trabalhos devem prolongar-se ao longo
4871 do resto do ano de 2015 e início de 2016. A este propósito, referiu o Governador do Banco de
4872 Portugal, aquando da realização da sua segunda audição na CPI:

4873 *«Hoje, são também muito claros os indícios de operações de descapitalização e falhas no*
4874 *modelo de governo do BES. A auditoria forense determinada pelo Banco de Portugal e os*
4875 *trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito têm sido decisivos para a investigação*
4876 *daqueles indícios e para a compreensão das razões que estiveram na origem do colapso do*
4877 *Grupo Espírito Santo (GES) e do BES.»*

4878 *«Esta auditoria, conduzida por uma entidade independente, que neste caso foi a Deloitte,*
4879 *encontra-se em fase de conclusão. Os sumários dos dois primeiros blocos de trabalho foram já*
4880 *disponibilizados a esta Comissão.*

4881 *O primeiro bloco respeita à análise do cumprimento das determinações específicas do Banco de*
4882 *Portugal por parte do BES e da ESFG (Espírito Santos Financial Group). As conclusões apontam*
4883 *para a existência de indícios de violações do processo de ring-fencing, com materialidade muito*
4884 *expressiva e com significativo impacto na situação financeira e patrimonial do BES. Estas*
4885 *violações terão tido origem numa intenção deliberada de alguns dos membros do conselho de*
4886 *administração do BES. Acresce a existência de fortes indícios de práticas passíveis de serem*
4887 *enquadradas no conceito de actos dolosos de gestão ruínosa em detrimento dos depositantes,*
4888 *dos investidores e dos demais credores e praticados pelos membros dos órgãos sociais.*

4889 *O segundo bloco refere-se às relações mantidas entre o BES e a sua filial angolana, o BESA.*
4890 *Neste contexto foram identificadas quatro ordens de questões: deficiências do sistema de*
4891 *controlo interno do BES; inadequação do sistema de controlo interno da Espírito Santo*
4892 *Financial Group; ausência de medidas preventivas do branqueamento de capitais e*
4893 *financiamento do terrorismo por parte do BESA; e incumprimento do dever de comunicação ao*
4894 *Banco de Portugal, pelo órgão de administração do BES e pelos seus membros, das situações*
4895 *relativas ao BESA com possível impacto no equilíbrio financeiro do BES.*

4896 *A documentação de suporte obtida na auditoria será tida em conta para efeitos das*
4897 *averiguações em curso por parte do Banco de Portugal, no contexto dos processos*
4898 *sancionatórios com potencial relevância e que estão a ser instaurados. Tendo sido identificadas*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4899 *situações também com potencial relevância criminal, os relatórios destes blocos da auditoria*
4900 *forense foram já comunicados à Procuradoria-Geral da República. Em consequência, o Banco*
4901 *de Portugal tem, neste momento, em curso investigações que podemos agrupar nas seguintes*
4902 *matérias: primeiro, incumprimento de determinações específicas do Banco de Portugal no*
4903 *designado «processo de ring-fencing»; segundo, avaliação do cumprimento das regras de*
4904 *controlo interno ao nível do Grupo BES e ESFG, nomeadamente nas relações com o BESA;*
4905 *terceiro, avaliação da legalidade das operações realizadas com, ou através da, Eurofin,*
4906 *entidade de direito suíço com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e ao GES.*

4907 *Relativamente a estas grandes linhas das averiguações em curso, existe a expectativa de as*
4908 *respectivas fases de investigação serem concluídas, progressivamente, em 2015 e início de*
4909 *2016. No caso de se confirmarem os indícios que determinaram a abertura dos processos,*
4910 *serão deduzidas as respectivas acusações contra os responsáveis.»*

4911

4912 **3.3.1.4 As Denúncias de Pedro Queiroz Pereira**

4913 No dia 24 de Setembro de 2013, ocorre o primeiro contacto entre Pedro Queiroz Pereira e o
4914 Banco de Portugal, sobre problemas identificados no Grupo Espírito Santo. Numa primeira
4915 carta, de 24 de Setembro de 2013, em reunião no dia 4 de Outubro e, novamente, em carta de
4916 10 de Outubro do mesmo ano, o empresário denuncia ao supervisor, em nome do Conselho de
4917 Administração da CIMIGEST, SGPS, SA, práticas de gestão que considera serem legalmente
4918 questionáveis por parte da holding de topo do grupo – a ES Control, onde a CIMIGEST detinha,
4919 na altura, uma participação de 7,67%. Posteriormente, a 1 e a 29 de Novembro do mesmo ano,
4920 a CIMIGEST envia novas missivas ao Banco de Portugal, afirmando que as dúvidas que haviam
4921 sido suscitadas - as mesmas que haviam levado Pedro Queiroz Pereira a escrever ao Banco de
4922 Portugal – já haviam sido esclarecidas.

4923 Na carta de 24 de Setembro de 2013, assinada por Pedro Queiroz Pereira, é referido que: i) as
4924 contas da ES Control relativas a 2011 não se encontravam publicadas nem depositadas, a 31 de
4925 Maio de 2013, junto das autoridades luxemburguesas competentes, o que, segundo o autor da
4926 carta, constituía uma violação da disposição legal do ordenamento jurídico do Luxemburgo; ii)
4927 o administrador da ES Control, Pedro Queiroz Pereira, não havia sido convocado para
4928 nenhuma reunião do Conselho de Administração nos últimos cinco anos, sendo-lhe sonegada
4929 informação – o que o levava a questionar a validade do aumento do capital social bem como
4930 de outras decisões, incluindo a aprovação de contas; iii) a CIMIGEST tinha iniciado um
4931 procedimento judicial no Luxemburgo para investigação da «saúde financeira» da ES Control;
4932 iv) a CIMIGEST procedeu a uma avaliação da Espírito Santo Internacional pelo valor de
4933 mercado dos seus activos, a 31 de Dezembro de 2012, de acordo com a norma internacional
4934 IAS 28, tendo concluído que a ESI apresentava capitais próprios negativos na ordem dos 675
4935 M€; v) o Banco Espírito Santo comercializava unidades de participação no Fundo de
4936 Investimento Espírito Santo Liquidez, detentor de activos como papel comercial da ESI e da



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4937 Rioforte, considerando-o como perfil de investimento “muito conservador”, iludindo assim o
4938 mercado e os investidores.

4939 No dia 4 de Outubro de 2013, teve lugar a uma reunião entre Pedro Queiroz Pereira e o
4940 Governador do Banco de Portugal, onde ficam por esclarecer certos aspectos, que são
4941 mencionados posteriormente na carta enviada por Pedro Queiroz Pereira a 10 de Outubro de
4942 2013 ao Banco de Portugal, designadamente os nomes dos administradores da ES Control, a
4943 identificação dos accionistas da ES Control, bem como a descrição cronológica da interacção
4944 entre CIMIGEST e ES Control, que corrobora a informação enviada na carta de Setembro do
4945 mesmo ano.

4946 Na carta de 1 de Novembro de 2013, a CIMIGEST refere que alcançou um acordo com o GES
4947 relativamente à prestação de informação, o que contribuiu para que o grupo de Pedro Queiroz
4948 Pereira desistisse das acções judiciais entretanto iniciadas e, em 29 de Novembro de 2013,
4949 envia nova informação ao Banco de Portugal, afirmando que a Assembleia Geral da ES Control
4950 desse mesmo dia havia sido profícua no esclarecimento das dúvidas ainda existentes.

4951 **3.3.1.5 Exposição de José Maria Ricciardi**

4952 As dinâmicas de funcionamento, interacção e crítica ao nível do Conselho Superior do GES
4953 sofreram evoluções significativas com a sua renovação geracional, decorrente da entrada no
4954 mesmo de José Maria Ricciardi, Manuel Fernando Espírito Santo, Pedro Mosqueira do Amaral
4955 e Ricardo Espírito Santo Abecassis.

4956 José Maria Ricciardi referiu na CPI que até passar a pertencer ao Conselho Superior do GES,
4957 não fazia a menor ideia de determinadas preocupações, pois *«eram discutidas na intimidade*
4958 *desses conselhos. Apercebia-me, como já disse há pouco, que os passivos eram elevados, e*
4959 *tinha preocupações sobre isso.»* Quando entrou verificou *«que não havia qualquer*
4960 *colegialidade, nem escrutínio.»*

4961 José Maria Ricciardi, depois de falar várias vezes com outros membros do Conselho Superior
4962 do GES, elaborou um documento, em 29 de Outubro de 2013, onde conseguiu mobilizar o
4963 apoio de membros da família para uma tentativa de afastar Ricardo Salgado da liderança do
4964 banco, conforme explicou na audição: *«Não o fiz imediatamente, porque as pessoas, quando*
4965 *entram numa sociedade ou numa administração, tentam, primeiro, a bem, da melhor maneira*
4966 *convencer as pessoas a mudarem um certo tipo de práticas, não se entra — passo o termo — a*
4967 *matar! E, portanto, só depois de várias tentativas comecei a verificar que não era possível e*
4968 *que a liderança do Grupo era decidida por uma única pessoa, que, muitas vezes, nem*
4969 *comunicava o que tinha decidido, ou, então, limitava-se a comunicar parcialmente aquilo que*
4970 *tinha decidido. Ora, eu não entendia que isso fosse possível, porque entendia que um órgão*
4971 *como o conselho superior do Grupo era um órgão onde, antes das tomadas de decisão, os*
4972 *assuntos deveriam ser discutidos para, depois, se decidir colegialmente. Claro que tem de haver*
4973 *alguém que lidere, como em qualquer outra organização, os aspectos mais importantes do*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

4974 *Grupo. E por isso fui nesse crescendo e só já em 2013 é que elaborei esse documento que os*
4975 *Srs. Deputados têm na sua posse.»*

4976 O documento, designado como “protocolo”, propunha o afastamento de Ricardo Salgado do
4977 Grupo, de acordo com o relato de José Maria Ricciardi:

4978 *«nós estávamos a propor que o Dr. Ricardo Salgado tomasse a iniciativa — ele, aliás, hoje teve*
4979 *oportunidade de dizer aqui que ia fazer 70 anos — de se afastar, de sair, e nós achávamos que*
4980 *quanto mais civilizada e organizadamente isto fosse feito melhor, porque qualquer saída*
4981 *intempestiva era sempre perturbante pelas responsabilidades, nomeadamente, no Banco*
4982 *Espírito Santo. E, portanto, fui, conversando com outros membros, explicando o meu ponto de*
4983 *vista até que assinámos esse protocolo no dia vinte e tal de Outubro de 2013.»*

4984 Esse documento exigia o esclarecimento “premente” de várias operações da responsabilidade
4985 de Ricardo Salgado, tais como o contrato de promessa de compra e venda da ESCOM, o valor
4986 recebido por Ricardo Salgado do construtor José Guilherme, a manutenção de Álvaro Sobrinho
4987 como presidente do BESA, o desrespeito de recomendações da família para evitar um conflito
4988 com Pedro Queiroz Pereira, a complacência face a colaboradores cuja actividade essencial era
4989 a intermediação de negócios e os alertas de auditores sobre a derrapagem financeira nas
4990 contas do banco. São razões *«mais do que suficientes para determinar a necessidade imperiosa*
4991 *de mudança imediata de rumo da gestão ao mais alto nível, quer no quadro de uma*
4992 *reestruturação orgânica, quer em termos de renovação pessoal»*, lê-se no referido documento.

4993 Esta tentativa não foi conseguida, conforme explica José Maria Ricciardi, na sua audição:

4994 *«isto passou-se no dia 29 de Outubro e, nos princípios de Novembro, alguém desses*
4995 *subscritores do protocolo que eu propus foi comunicar ao Dr. Ricardo Salgado que eu, qual*
4996 *jovem turco, estava a fazer um documento para propor a saída dele — jovem já não sou, mas*
4997 *pronto, e turco... pronto, com todo o respeito pelos turcos. Portanto, alguém foi comunicar que*
4998 *eu estava a organizar um, para utilizar o termo dele, «golpe de Estado.» Eu estava a organizar*
4999 *um golpe de Estado! E, portanto, foi aí que o Dr. Ricardo Salgado convocou um conselho*
5000 *superior do Grupo, com uma característica muito engraçada: esse conselho acabou às 8 da*
5001 *noite e, no dia seguinte, um jornal saiu com um artigo — como os Srs. Deputados sabem, às 8*
5002 *da noite os jornais já estão feitos — de cinco páginas a dizerem que eu tinha feito um golpe de*
5003 *Estado, que eu tinha saído humilhado, etc. Ou seja, o artigo estava encomendado antes de a*
5004 *reunião ter começado. E nessa reunião, que derivava de ele ter tido conhecimento de que eu*
5005 *tinha feito esse documento, ele pediu um voto de confiança aos membros do conselho superior*
5006 *do Grupo e todos os membros, com a minha excepção — e a maioria deles tinha assinado este*
5007 *documento, que, por sua vez, estava no dito cofre —, deram-lhe o voto de confiança. Eu saí da*
5008 *reunião e, depois, só mo devolveram em Agosto de 2014, e, quando o recebi, fi-lo chegar*
5009 *imediatamente às mãos do Banco de Portugal, dizendo-lhes que só o tinha podido devolver ao*
5010 *Banco de Portugal na altura em que mo remeteram.»*

5011

5012 **3.3.1.6 Idoneidade**

5013 De acordo com o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras,
5014 designadamente o n.º 1 do artigo 30.º, dado pela redacção em vigor até Novembro de 2014,
5015 “apenas podem fazer parte dos órgãos sociais das entidades supervisionadas pessoas cuja
5016 idoneidade (e disponibilidade) dê garantias de uma gestão sã e prudente”.

5017 O tema da idoneidade dos administradores das instituições financeiras foi sobejamente
5018 discutido nos trabalhos da CPI, sobretudo durante as audições do Senhor Governador do
5019 Banco de Portugal e de Ricardo Salgado.

5020 De acordo com a nota técnica distribuída pelo Governador do Banco de Portugal, durante a
5021 sua primeira audição, a 17 de Novembro de 2014, o Banco de Portugal conclui que *«todos os*
5022 *factos e indícios relevantes inerentes ao processo em causa foram sempre devidamente*
5023 *acompanhados, analisados e ponderados no quadro dos poderes (...) em matéria de*
5024 *idoneidade.»*

5025 Importa, assim, descrever o modo como o Banco de Portugal descreve este assunto,
5026 designadamente através dos pontos seguintes, transmitidos à CPI na mencionada nota técnica:

5027 — *«No entender da jurisprudência dos tribunais administrativos superiores, fundada num*
5028 *Acórdão do STA de 2005, inexistente qualquer poder discricionário por parte do Banco de*
5029 *Portugal, devendo as circunstâncias concretas, para fundamentar um juízo de falta de*
5030 *idoneidade, estar ou especialmente prevista nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º do RGICSF*
5031 *(“situações tipo”) ou constituir uma situação análoga;*

5032 — *Recentemente, em Janeiro de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto decidiu*
5033 *adoptar o mesmo entendimento dos tribunais superiores, facto do qual decorre que a*
5034 *alteração legislativa de 2008 não foi suficiente para inverter o sentido jurisprudencial*
5035 *desfavorável ao Banco de Portugal;*

5036 — *A alteração do RGICSF que entrará em vigor em breve não foi tão longe quanto o Banco de*
5037 *Portugal consideraria necessário para salvaguardar os interesses em presença e obviar aos*
5038 *constrangimentos que se colocam à sua actuação nesta matéria, não permitindo,*
5039 *ultrapassar com êxito e eficácia a interpretação jurisprudencial e doutrinal dominantes;*

5040 — *A avaliação da idoneidade pressupõe uma valoração feita em concreto, baseada nas*
5041 *circunstâncias de cada caso, sendo a respectiva demonstração muito difícil de fazer na*
5042 *prática por via de indicadores positivos;*

5043 — *Ainda que se reconheça ao supervisor uma margem de valoração própria, o controlo de*
5044 *idoneidade é limitado por múltiplas formas, desde logo por princípios gerais que*
5045 *condicionam o exercício da discricionariedade administrativa, aos quais acrescem as*
5046 *exigências da lei sobre a motivação das decisões. Além destes limites gerais, o controlo de*
5047 *idoneidade é condicionado por dificuldades específicas inerentes à natureza da avaliação*
5048 *de idoneidade;*

5049 — *A recusa de uma pessoa para o exercício de um cargo de administração ou fiscalização, ou*
5050 *o seu afastamento por motivos supervenientes, é uma decisão que restringe*

- 5051 *simultaneamente os seus direitos e os da instituição que a designou e que consubstancia*
5052 *um poder público excepcional no contexto das actividades empresariais privadas. O*
5053 *supervisor tem de evitar um uso excessivo da sua liberdade de apreciação, que está sujeita*
5054 *a impugnação judicial;*
- 5055 — *Os conceitos legais de adequação e idoneidade centram-se no comportamento profissional*
5056 *e nas qualidades do interessado enquanto gestor. A lei portuguesa, ao contrário da maioria*
5057 *dos outros países, não faz uso do conceito geral de “honorabilidade” ou “integridade”. Daí*
5058 *resulta a necessidade de acrescida prudência na ponderação de factos da vida pessoal do*
5059 *interessado. A sua relevância é difícil de estabelecer fora do quadro das situações mais*
5060 *graves, que são aquelas que envolvem ao mesmo tempo uma responsabilidade infraccional*
5061 *(ilícitos criminais, contraordenacionais, etc.);*
- 5062 — *Aos condicionalismos anteriores somam-se as exigências de prova e procedimento que são*
5063 *inseparáveis do exercício da autoridade pública: o supervisor não pode atribuir relevância a*
5064 *factos cuja veracidade não possa considerar cabalmente demonstrada;*
- 5065 — *Os meios de prova têm de obedecer a todos os requisitos legais e constar de documentos*
5066 *escritos e factos ocorridos noutras jurisdições só podem ser comprovadas através de*
5067 *mecanismos de cooperação internacional e os interessados têm de ter a oportunidade de*
5068 *contraditar as provas e a valoração feita pelo supervisor;*
- 5069 — *Dentro dos limites apontados, o Banco de Portugal exerceu, desde a publicação do RGICSF*
5070 *em 1992 e ao longo do tempo, o controlo de idoneidade com base no entendimento de que*
5071 *se trata de uma função de carácter discricionário e preventivo, exclusivamente orientada*
5072 *para a preservação das condições de gestão sã e prudente, sem natureza sancionatória,*
5073 *portanto não baseada em juízos de responsabilidade (criminal, contraordenacional ou*
5074 *outra), mas sim em juízos de confiança e em factos capazes de sustentar essa confiança ou*
5075 *susceptíveis de criar uma dúvida fundada sobre ela;*
- 5076 — *Acontece, porém, que, nem a alteração legislativa introduzida em 2008 no artigo 30.º do*
5077 *RGICSF, foi suficiente para inverter o sentido jurisprudencial desfavorável ao Banco de*
5078 *Portugal, nem a nova redacção do RGICSF decorrente do Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24*
5079 *de Outubro permite ultrapassar as dissidências sobre a intenção do legislador e sobre a*
5080 *legitimidade de actuação por parte do Banco de Portugal;*
- 5081 — *Não está assim garantida a autonomia do processo de avaliação da idoneidade em relação*
5082 *aos processos sancionatórios. A probabilidade é elevada de que a jurisprudência dos*
5083 *tribunais administrativos superiores se mantenha, exigindo que a ponderação de factos*
5084 *ilícitos seja feita apenas quando sobre eles tenha recaído uma decisão de acusação ou*
5085 *condenação judiciais;*
- 5086 — *Quando o Banco de Portugal tomou conhecimento de factos susceptíveis de poderem*
5087 *afectar o juízo relativo à idoneidade dos membros dos órgãos sociais de sociedades*
5088 *supervisionadas, dá início a um conjunto de diligências destinadas a apurar se tais factos*
5089 *consubstanciam indícios irrefutáveis e inultrapassáveis que permitam a tomada de decisão*
5090 *final nessa matéria;*

5091 — *No âmbito das referidas diligências é sempre considerada pelo Banco de Portugal a*
5092 *dicotomia existente entre, por um lado, a necessidade de assegurar a estabilidade do*
5093 *sistema financeiro, garantia da gestão sã e prudente das instituições de crédito e*
5094 *sociedades supervisionadas e, bem assim, preservar a confiança dos investidores e a*
5095 *segurança dos fundos confiados às instituições; e, por outro lado, a necessidade de*
5096 *assegurar a autonomia da iniciativa privada e evitar a disrupção do exercício da actividade*
5097 *das instituições;*

5098 — *Simultaneamente, procura-se ainda mitigar o risco jurídico, reputacional e patrimonial –*
5099 *decorrente da possível impugnação de uma decisão de recusa ou de cancelamento de*
5100 *registo com base no entendimento jurisprudencial (referido acima) – procedendo-se a uma*
5101 *investigação exaustiva de todos os indícios existentes, de molde a reunir os elementos*
5102 *necessários à extracção de um juízo de prognose sólido e irrefutável sobre a forma como os*
5103 *membros designados poderão vir a exercer a gestão da sociedade supervisionada;*

5104 — *Quando os técnicos responsáveis pela análise do processo consideram ter indícios*
5105 *irrefutáveis de graves irregularidades que permitam ao Banco de Portugal actuar com a*
5106 *segurança exigida no contexto factual e jurisprudencial em apreço, propõem a recusa ou*
5107 *cancelamento de registo ao Conselho de Administração do Banco de Portugal, que pondera*
5108 *os factos em presença com exigência e rigor. Caso contrário, propõe-se que se proceda ao*
5109 *registo ou que não se efectue o cancelamento (consoante aplicável);*

5110 — *No caso concreto do BES, estando em causa uma instituição de natureza sistémica, todo o*
5111 *processo de investigação de indícios susceptíveis de ter impacto na idoneidade dos*
5112 *respectivos administradores, iniciado em Setembro de 2013, foi rodeado da devida*
5113 *precaução e ponderação, atendendo a que potenciais fragilidades das decisões do Banco*
5114 *de Portugal poderiam, não apenas afectar (irreversivelmente) a estabilidade do sistema*
5115 *financeiro, como também vir a ser impugnadas judicialmente, levando a eventual*
5116 *responsabilização criminal (risco jurídico, patrimonial e reputacional).»*

5117

5118 Assim, é do entendimento do Banco de Portugal que não estaria em condições de retirar a
5119 idoneidade ao CEO do BES e da ESFG no ano de 2013 – não só pela jurisprudência, mas
5120 também pelo risco sistémico e de litigância associado, isto independentemente do caso Monte
5121 Branco, onde Ricardo Salgado é arguido, ou da regularização da situação fiscal do mesmo
5122 através dos Regimes Excepcionais de Regularização Tributária (RERT), que terá sido efectuada
5123 dentro do quadro legal vigente, sendo referido a este propósito, pelo Governador do Banco de
5124 Portugal, o seguinte:

5125 «*Todas as questões que coloca são pertinentes e teriam do Banco de Portugal resposta*
5126 *imediata, se por acaso a jurisprudência, nomeadamente do Supremo Tribunal Administrativo,*
5127 *não tivesse decidido em sentido oposto.*»

5128 *Por outro lado, no que diz respeito à matéria fiscal, se o diploma RERT (Regime Excepcional de*
5129 *Regularização Tributária) não tivesse instituído a amnistia fiscal», o Banco de Portugal teria*
5130 *dado uma resposta imediata.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5131 O Governador do Banco de Portugal vai ainda mais longe, afirmando que o poder de
5132 intervenção do Banco de Portugal nesta matéria é sobretudo de persuasão:

5133 *«Na prática, a actual legislação dá-nos poder de pressão, mas não nos dá aquilo que seria mais*
5134 *importante, que é poder de imposição.»*

5135 Carlos Costa caracteriza o modelo de supervisão em matéria de idoneidade como sendo muito
5136 reactivo:

5137 *«No ponto «controlo de idoneidade», como poderão ver na nota que foi distribuída, que é uma*
5138 *nota técnica, vão ver que o nosso sistema de controlo de idoneidade produz um modelo muito*
5139 *reactivo, porque exige, em primeiro lugar, que tenha havido condenação e, em segundo lugar,*
5140 *que a condenação seja de um acto repetido, o que significa que, se passar numa jurisdição*
5141 *onde não há condenações, dificilmente esses actos podem ser invocados para efeito de*
5142 *avaliação de idoneidade.*

5143 *Portanto, é esse ponto que merece uma grande reflexão, e eu diria que a nota técnica que*
5144 *distribuímos, que é uma nota técnica de grande mérito, merece uma leitura e uma reflexão*
5145 *atentas, porque eu não tenho —aliás, poucos Governadores de Bancos Centrais na Europa*
5146 *continental têm — a possibilidade que tem o Governador do Banco de Inglaterra, a de,*
5147 *simplesmente com uma palavra, resolver um problema de idoneidade e afastar um dirigente de*
5148 *uma instituição financeira.»*

5149 De acordo com as palavras do Governador do Banco de Portugal, na sua primeira audição de
5150 17 de Novembro de 2014, foi a supervisão que, nos limites do quadro legal em matéria de
5151 avaliação de idoneidade, conduziu a um plano de sucessão por parte de Ricardo Salgado:

5152 *«Este exercício, que teve sempre presente a necessidade de respeitar o quadro legal constante*
5153 *do RGICSF e salvaguardar a confiança dos depositantes e a estabilidade financeira, conduziu:*
5154 *primeiro, à apresentação pelo BES, em meados de Abril de 2014, de um plano de sucessão com*
5155 *afastamento dos membros da família do órgão executivo do BES (repito, em meados de Abril*
5156 *de 2014); segundo, à retirada de pedidos de registo para exercício de funções em outras*
5157 *entidades do Grupo; e, por último, à antecipação da renúncia aos cargos que exerciam no BES*
5158 *por parte de todos os membros da família Espírito Santo.»*

5159 Segundo o Governador do Banco de Portugal, foi também a supervisão que impôs que os
5160 membros do Conselho de Administração do BES abandonassem a gestão da área não
5161 financeira do Grupo:

5162 *«Por essa razão, o Banco de Portugal decidiu que os membros do conselho de administração da*
5163 *família teriam de abandonar a área não financeira do Grupo, e tiveram de o fazer muito antes*
5164 *de abandonar o BES. O que acontece é que as pessoas em causa podem ser obrigadas a*
5165 *abandonar outros cargos, mas a obrigação não se impunha sobre o BES. Sobre o BES impõe-se*
5166 *em termos de idoneidade. O que significa que quando a família teve de abandonar todos os*
5167 *cargos que tinha na ESI e na área não financeira teve de o fazer exactamente ao abrigo desse*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5168 *artigo e tendo por base a manifestação de conflito de interesses, que, entretanto, tinha*
5169 *chegado ao nosso conhecimento.»*

5170 O Governador do Banco de Portugal referiu ainda que era mais rápido exigir a retirada dos
5171 membros da família dos órgãos de gestão da área não financeira, que ocorreu em Março de
5172 2014, que retirar a idoneidade:

5173 *«(...) nós só podíamos fazê-lo [retirar a idoneidade] quando tivéssemos indícios de que essa*
5174 *acumulação estava a causar prejuízo ao Banco. E, quando tivemos a evidência disso,*
5175 *imediatamente exigimos que as pessoas deixassem de ocupar cargos na área não financeira,*
5176 *porque isto podíamos exigir. A parte subsequente, que é a da área financeira, é a questão,*
5177 *muito pertinente e muito importante, da discussão da idoneidade e da reavaliação da*
5178 *idoneidade. Essa podíamos fazer rapidamente, porque a lei nos permite. A outra não podíamos*
5179 *fazer com a mesma rapidez.»*

5180 Afirma ainda que, caso pudesse, teria retirado a idoneidade a Ricardo Salgado, referindo o
5181 seguinte:

5182 *«Em determinado momento, o cerco foi persuasivo. Pode perguntar-me: quando está a falar-se*
5183 *de persuasão, está a falar-se de avaliações subjectivas sobre circunstâncias? Eu não tinha*
5184 *poder, além desse, para estar seguro de que, no momento em que impusesse, obtinha o*
5185 *resultado. Lembre-se de cartas trocadas, lembre-se da dificuldade que tivemos e lembre-se,*
5186 *ainda, que o Dr. Ricardo Salgado fez entregar, mas o nosso jurisconsulto corrigir-me-á, um*
5187 *parecer de dois grandes juristas de Coimbra a demonstrar que o Banco de Portugal não poderia*
5188 *fazer aquilo que queria fazer. Isso está citado na nossa nota técnica sobre idoneidade.*

5189 *Portanto, volto ao ponto de partida: entre o dever e o poder, há uma questão que se coloca e,*
5190 *se me perguntar se eu pudesse, faria. Certo? A questão é o poder e, quando o poder não está,*
5191 *claramente e de uma forma cristalina, garantido, entramos num cálculo de probabilidades de*
5192 *eficácia, tendo em conta os efeitos que isso tem em termos de estabilidade financeira e de*
5193 *estabilidade da instituição.»*

5194

5195 **3.3.1.7 Resolução do BES**

5196

5197 Na sequência da apresentação dos resultados semestrais do GBES, referentes a 30 de Junho de
5198 2014, desencadeia-se, de acordo com o Banco de Portugal, um conjunto de eventos que
5199 conduzem ao anúncio, por parte deste, a 3 de Agosto de 2014, da adopção de uma medida de
5200 resolução do Banco Espírito Santo e a constituição de um banco de transição, que prosseguiria
5201 com a actividade habitual do antigo BES, expurgado dos chamados “activos tóxicos”. Nesta
5202 secção descrever-se-á a medida de resolução, explicar-se-ão os motivos alegados pelo Banco
5203 de Portugal para a adopção da mesma, as suas consequências e a constituição de um banco de
5204 transição – o Novo Banco, SA.

5205



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5206 **3.3.1.7.1 A Medida de Resolução**

5207 Como referido, a aplicação da medida de resolução ao BES foi deliberada pelo Banco de
5208 Portugal no dia 3 de Agosto de 2014, importando mencionar a ordem cronológica dos
5209 acontecimentos, tal como transmitida à CPI pelo Banco de Portugal.

5210 No dia 10 de Julho de 2014, o BES informa os mercados de prejuízos previstos na ordem dos
5211 1.500 milhões de euros e que a almofada de capital constituída, no valor de 2.100 milhões de
5212 euros, seria suficiente para acomodar, mantendo-se acima dos níveis mínimos exigidos de
5213 solvabilidade.

5214 Quatro dias mais tarde, a 14 de Julho de 2014, Ricardo Salgado deixa a presidência executiva
5215 do BES, passando essa função a ser exercida por Vítor Bento.

5216 No dia 18 de Julho de 2014 tem lugar uma reunião do Comité Nacional para a Estabilidade
5217 Financeira (CNEF), onde foi abordada a questão do BES.

5218 No dia 25 de Julho de 2014, a KPMG quantifica, pela primeira vez, os prejuízos semestrais do
5219 GBES, que atingiriam os 3.577 milhões de euros, valor que confirma no dia 28 de Julho de
5220 2014. Após dia 25 de Julho de 2014, segundo o Governador, o Banco de Portugal começa a
5221 antecipar os diversos cenários de contingência: um plano “a” consistiria no recurso a uma
5222 recapitalização com capitais privados; o plano “b” poderia assumir a forma de nacionalização,
5223 liquidação do banco, recapitalização pública ou medida de resolução.

5224 No dia 29 de Julho de 2014, o Banco de Portugal solicita a Vítor Bento a apresentação de um
5225 plano de recapitalização privada do BES, plano esse que deveria ser entregue até dia 31 de
5226 Julho de 2014.

5227 No dia 30 de Julho de 2014, o BES divulga os resultados semestrais e um prejuízo de 3.577
5228 milhões de euros. Ainda nesse mesmo dia, o presidente da Comissão Executiva do BES informa
5229 da existência de diversas entidades privadas interessadas na recapitalização do banco.
5230 Antecipando os vários cenários de contingência, o Banco de Portugal contacta o Ministério das
5231 Finanças quanto à necessidade de introdução de alterações pontuais no Regime Geral de
5232 Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras, de forma a poder acomodar a eventualidade
5233 de uma medida de resolução, designadamente no sentido de proteger os credores, na medida
5234 em que não poderiam assumir perdas maiores do que aquelas que viriam a sofrer num cenário
5235 de liquidação.

5236 A 31 de Julho de 2014, o Presidente do Conselho de Administração do BES, Vítor Bento,
5237 informa o Governador do Banco de Portugal da impossibilidade de apresentação de um plano
5238 de recapitalização privada no prazo definido. No mesmo dia, o Governador do Banco de
5239 Portugal recebe da Comissão Executiva do BCE a informação de que este iria propor ao
5240 «*Conselho de Governadores do BCE a suspensão do Estatuto do BES como contraparte da*
5241 *política monetária do Eurosistema, com efeitos a partir do dia seguinte, sexta-feira, 1 de*
5242 *Agosto*», de acordo com as afirmações do Governador do Banco de Portugal na audição de 17



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5243 de Novembro de 2014. Esta medida teria como consequência a imediata necessidade de
5244 devolução da linha de crédito cedida ao BES no âmbito do Eurosistema, num valor que
5245 ascenderia a cerca de 10.000 milhões de euros. No decorrer dessa noite, segundo o
5246 Governador do Banco de Portugal, foi necessário equacionar a única medida que garantiria a
5247 estabilidade do sistema financeiro e que pudesse ser tomada num curto espaço de tempo.
5248 Essa medida seria a resolução do BES.

5249 Em reunião por teleconferência do Conselho de Governadores do BCE, que teve lugar pelas
5250 12h00 do dia 1 de Agosto de 2014, foi decidido adiar a suspensão do estatuto de contraparte
5251 do BES para segunda-feira, dia 4 de Agosto de 2014, *«mediante o compromisso de*
5252 *concretização da medida de resolução durante o fim-de-semana, a tempo da abertura dos*
5253 *mercados na segunda-feira.»* A adopção desta solução foi de imediato comunicada à Ministra
5254 de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, pelo Governador do Banco de Portugal.

5255 Nos dias 2 e 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal analisou a valorização dos activos do
5256 BES, estimou as suas necessidades de capital e a separação dos elementos patrimoniais do
5257 balanço do BES, entre o “banco mau” e um “banco de transição”. A medida seria tornada
5258 pública na noite de Domingo, dia 3 de Agosto de 2014, após ter sido deliberada em reunião
5259 extraordinária do Conselho de Administração do Banco de Portugal, que teve lugar pelas 20
5260 horas do mesmo dia.

5261 Presentes na reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco de Portugal
5262 estiveram o Governador, Carlos Costa, os Vice-Governadores, Pedro Duarte Neves e José
5263 Berberan Ramalho, bem como os administradores José António da Silveira Godinho e João
5264 José Amaral Thomaz. Foram discutidos os seguintes assuntos: i) criação de um banco de
5265 transição – o Novo Banco, S.A. (Novo Banco); ii) transferência de activos, passivos, elementos
5266 extrapatrimoniais e activos sob gestão do BES para o Novo Banco; iii) designação de uma
5267 entidade independente para avaliação de activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e
5268 activos sob gestão transferidos para o Novo Banco; iv) nomeação dos membros dos órgãos de
5269 administração e de fiscalização do BES.

5270 De acordo com a respectiva deliberação, enviada à CPI, *«na falta de soluções imediatas viáveis*
5271 *de alienação da actividade do Banco Espírito Santo, S.A., a outra instituição de crédito*
5272 *autorizada, a criação de um banco para o qual é transferida a totalidade da actividade*
5273 *prosseguida pelo Banco Espírito Santo, S.A., bem como um conjunto dos seus activos e*
5274 *passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão, revela-se como a única medida que*
5275 *garante a continuidade da prestação dos seus serviços financeiros e que permite isolar, em*
5276 *definitivo, o novo banco dos riscos criados pela exposição do Banco Espírito Santo, S.A., a*
5277 *entidades do Grupo Espírito Santo.»*

5278 De acordo com o texto da deliberação, *«o banco assim constituído, libertado da exposição que*
5279 *conduziu às perdas registadas nos resultados semestrais do Banco Espírito Santo, S.A., bem*
5280 *como a uma acentuada desvalorização das suas acções em bolsa, permitirá aos seus*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5281 *depositantes manter um relacionamento estável com a sua instituição e a continuidade do*
5282 *acesso aos serviços por ela prestados.»*

5283 Sobre o fundo de resolução, a mesma deliberação afirma que *«por força do artigo 153.º-B do*
5284 *RGICSF, o Fundo de Resolução ficará detentor único do capital social da nova instituição, com o*
5285 *objectivo de permitir a entrada posterior de novos capitais e de reconstituir uma base*
5286 *accionista para este banco, com o inerente reembolso dos capitais agora disponibilizados pelo*
5287 *fundo. (...) No quadro desta solução, a mobilização dos recursos do Estado assumirá apenas a*
5288 *natureza de uma operação de financiamento ao fundo, e não de capitalização, pondo esses*
5289 *recursos a coberto dos riscos inerentes a uma posição accionista ou de credor directo de uma*
5290 *só instituição de crédito.»*

5291 Assim, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou:

5292 **Ponto Um relativo à constituição do Novo Banco, S.A.**

5293 *«É constituído o Novo Banco, S.A., ao abrigo do n.º 5 do artigo 145.º-G do Regime Geral das*
5294 *Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31*
5295 *de Dezembro, cujos estatutos constam do Anexo 1 à presente deliberação.»*

5296 **Ponto Dois relativo à Transferência do Novo Banco, S.A., de activos, passivos, elementos**
5297 **extrapatrimoniais e activos sob gestão do Banco Espírito Santo, S.A.**

5298 *«São transferidos para o Novo Banco, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do*
5299 *artigo 145.º-H do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado*
5300 *pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 17.º-A da Lei*
5301 *Orgânica do Banco de Portugal, os activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob*
5302 *gestão do Banco Espírito Santo, S.A., que constam dos Anexos 2 e 2A à presente deliberação.»*

5303 **Ponto Três relativo à designação de uma entidade independente para avaliação dos activos,**
5304 **passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos para o Novo Banco,**
5305 **S.A.**

5306 *«Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 145.º-H do Regime Geral das Instituições de*
5307 *Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o*
5308 *Conselho de Administração designa a sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados –*
5309 *Sociedade de Revisores de Contas, Lda. (PwC SROC), para, no prazo de 120 dias, proceder à*
5310 *avaliação dos activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos*
5311 *para o Novo Banco, S.A..»*

5312 **Ponto Quatro relativo à nomeação dos membros dos órgãos de administração e de**
5313 **fiscalização do Banco Espírito Santo, S.A.**

5314 O Conselho de Administração do Banco de Portugal nomeou Luís Máximo dos Santos como
5315 presidente do Conselho de Administração do BES (Banco Mau), acompanhado dos vogais César



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5316 Nunes de Brito e Miguel Morais Alçada. O Conselho de Fiscalização terá como presidente José
5317 Vieira dos Reis, e como vogais Rogério Ferreira e Vítor Pimenta e Silva.

5318 **A transferência de activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão do**
5319 **BES para o Novo Banco**

5320 Em anexo à deliberação encontram-se os critérios de transferência dos activos, passivos,
5321 elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão do BES para o Novo Banco, que importa
5322 referir. Assim:

5323 «(a) Todos os activos, licenças e direitos, incluindo direitos de propriedade do BES serão
5324 transferidos na sua totalidade para o Novo Banco, S.A., com excepção dos seguintes:

5325 i) Acções representativas do capital social do Banco Espírito Santo Angola, S.A.;

5326 ii) Acções representativas do capital social do Espírito Santo Bank (Miami) e direitos de crédito
5327 sobre o mesmo;

5328 iii) Acções representativas do capital social do Aman Bank (Líbia) e direitos de crédito sobre o
5329 mesmo;

5330 iv) Acções Próprias do Banco Espírito Santo, S.A.;

5331 v) Direitos de crédito sobre a Espírito Santo International e seus accionistas, os accionistas da
5332 Espírito Santo Control, as entidades que estejam em relação de domínio ou de grupo, nos
5333 termos do disposto do artigo 21.º do Código da Valores Mobiliários, com a Espírito Santo
5334 International e créditos detidos sobre a Espírito Santo Financial Group (doravante designado
5335 Grupo Espírito Santo), com excepção dos créditos sobre entidades incluídas no perímetro de
5336 supervisão consolidada do BES (doravante designado Grupo BES), e dos créditos sobre as
5337 seguradoras supervisionadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, a saber: Companhia de
5338 Seguros Tranquilidade, Tranquilidade-Vida Companhia de Seguros, Esumédica, Europ
5339 Assistance e Seguros Logo;

5340 (b) As responsabilidades do BES perante terceiros que constituam passivos ou elementos
5341 extrapatrimoniais deste serão transferidos na sua totalidade para o Novo Banco, S.A., com
5342 excepção dos seguintes (“Passivos excluídos”):

5343 i) passivos para com (a) os respectivos accionistas, cuja participação seja igual ou superior a 2%
5344 do capital social ou por pessoas ou entidades que nos dois anos anteriores à transferência
5345 tenham tido participação igual ou superior a 2% do capital social do BES; membros dos órgãos
5346 de administração ou de fiscalização, revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores
5347 oficiais de contas ou pessoas com estatuto semelhante noutras empresas que se encontrem em
5348 relação de domínio ou de grupo com a instituição, (b) as pessoas ou entidades que tenham sido
5349 accionistas, exercido as funções ou prestado os serviços referidos na alínea anterior nos quatro
5350 anos anteriores à criação do Novo Banco, S.A., e cuja acção ou omissão tenha estado na



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 5351 *origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito ou tenha contribuído para o*
5352 *agravamento de tal situação, (c) os cônjuges, parentes ou afins em 1.º grau ou terceiros que*
5353 *actuem por conta das pessoas ou entidades referidos nas alíneas anteriores, (d) os*
5354 *responsáveis por factos relacionados com a instituição de crédito, ou que deles tenham tirado*
5355 *benefício, directamente ou por interposta pessoa, e que estejam na origem das dificuldades*
5356 *financeiras ou tenham contribuído, por acção ou omissão no âmbito das suas*
5357 *responsabilidades, para o agravamento de tal situação, no entender do Banco de Portugal;*
- 5358 *ii) Obrigações contraídas perante entidades que integram o Grupo Espírito Santo, com*
5359 *excepção das entidades integradas no Grupo BES, excluindo o Banco Espírito Santo Angola,*
5360 *S.A., Espírito Santo Bank (Miami) e Aman Bank (Líbia), tendo em vista a preservação de valor*
5361 *dos activos a transferir para o Novo Banco, S.A.;*
- 5362 *iii) Obrigações contraídas ou garantias prestadas perante terceiros relativamente a qualquer*
5363 *tipo de responsabilidades de entidades que integram o Grupo Espírito Santo, com excepção das*
5364 *entidades integradas no Grupo BES;*
- 5365 *iv) Todas as responsabilidades por créditos subordinados resultantes da emissão de*
5366 *instrumentos utilizados no cômputo dos fundos próprios do BES, cujas condições tenham sido*
5367 *aprovadas pelo Banco de Portugal;*
- 5368 *v) Quaisquer responsabilidades ou contingências decorrentes de dolo, fraude, violações de*
5369 *disposições regulatórias, penais ou contraordenacionais;*
- 5370 *vi) Quaisquer responsabilidades ou contingências do BES relativas a emissões de acções ou*
5371 *dívida subordinada;*
- 5372 *vii) Quaisquer responsabilidades ou contingências relativas a comercialização, intermediação*
5373 *financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o*
5374 *universo do Grupo Espírito Santo.*
- 5375 *No que concerne às responsabilidades do BES que não serão objecto de transferência, estes*
5376 *permanecerão na esfera jurídica do BES.*
- 5377 *(c) Todos os restantes elementos extrapatrimoniais do EBS serão transferidos na sua totalidade*
5378 *para o Novo Banco, S.A., com excepção dos relativos ao Banco Espírito Santo Angola, S.A.,*
5379 *Espírito Santo Bank (Miami) e ao Aman Bank (Líbia);*
- 5380 *(d) Os activos sob gestão do BES ficam sob gestão do Novo Banco, S.A.;*
- 5381 *(e) Todos os trabalhadores e prestadores de serviços do BES são transferidos para o Novo*
5382 *Banco, S.A.*
- 5383 *Após a transferência prevista nas alíneas anteriores, o Banco de Portugal pode a todo o tempo*
5384 *transferir ou retransmitir, entre o BES e o Novo Banco, S.A., activos, passivo, elementos*
5385 *patrimoniais e activos sob gestão, nos termos do artigo 145.º H, número 5. O BES celebrará*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5386 *com o Novo Banco, S.A., um contrato confirmatório de transmissão de activos e passivos*
5387 *regidos por lei estrangeira e/ou situados no estrangeiro, nos termos definidos pelo Banco de*
5388 *Portugal, que incluirá a obrigação do BES de assegurar que dá cumprimento a quaisquer*
5389 *formalidades e procedimentos necessários para este efeito. (...) Os activos, passivos, e*
5390 *elementos extrapatrimoniais são transferidos pelo respectivo valor contabilístico, sendo os*
5391 *activos ajustados em conformidade com os valores constantes do Anexo 2, por forma a*
5392 *assegurar uma valorização conservadora, a confirmar na auditoria prevista no Ponto Três. Em*
5393 *função desta valorização, apuram-se as necessidades de capital para o Novo Banco, S.A., de*
5394 *4.900 milhões de euros.»*

5395 Esta deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal identifica necessidades
5396 de capital do Novo Banco que ascendem portanto a 4.900 milhões de euros, valor a ser
5397 injectado no banco de transição através do Fundo de Resolução.

5398 Sobre a eventualidade de o valor da alienação do Novo Banco ser inferior aos referidos 4.900
5399 milhões de euros, o Governador do Banco de Portugal referiu, na audição de 17 de Novembro
5400 de 2014:

5401 *«O reembolso da eventual insuficiência que resulte entre o empréstimo que o Estado fez ao*
5402 *Fundo de Resolução e a alienação da posição accionista vai ser dependente do montante. Se o*
5403 *montante for um montante que se compagine com as contribuições anuais durante um período*
5404 *razoável, o que se vai ter ali é um crédito sobre os bancos, que os bancos vão amortizar com as*
5405 *suas contribuições anuais. É evidente que mantendo-se um crédito sobre os bancos, o Fundo de*
5406 *Resolução tem sempre uma de duas opções: ou continua dependente de um empréstimo*
5407 *público, ou os próprios bancos, tendo em conta o custo do empréstimo, decidem financiar o*
5408 *Fundo de Resolução, na medida em que são eles simultaneamente devedores desse Fundo de*
5409 *Resolução. É uma questão em aberto, que vai depender muito das taxas de juro que forem*
5410 *fixadas e das alternativas do custo de oportunidade dos bancos.»*

5411

5412 **3.3.1.7.2 Razões invocadas pelo Banco de Portugal**

5413 Segundo a deliberação do Banco de Portugal, de 3 de Agosto de 2014, são múltiplos os
5414 factores que conduziram a esta decisão, designadamente a apresentação de prejuízos
5415 acumulados elevados, a correspondente deterioração dos rácios de capital, a dificuldade de
5416 liquidez, a suspensão do estatuto de contraparte no âmbito do Eurosistema, a ausência de
5417 outras alternativas exequíveis e a necessidade de evitar riscos sistémicos, conforme se
5418 transcreve.

5419 **Resultados semestrais do BES**

5420 *«No dia 30 de Julho de 2014, o Banco Espírito Santo, SA. divulgou (...) os resultados do Grupo*
5421 *Banco Espírito Santo relativos ao primeiro semestre de 2014, que registam um prejuízo de*
5422 *3.577,3 milhões de euros.*

5423 Os resultados divulgados em 30 de Julho reflectiram a prática de actos de gestão gravemente
5424 prejudiciais aos interesses do Banco Espírito Santo, SA. e a violação de determinações do Banco
5425 de Portugal que proibiam o aumento da exposição a outras entidades do Grupo Espírito Santo.
5426 Estes factos tiveram lugar no decurso do mandato da anterior administração do Banco Espírito
5427 Santo SA., decorrendo essencialmente de actos praticados num momento em que a
5428 substituição da anterior administração estava já anunciada e traduziram-se num prejuízo
5429 adicional na ordem dos 1.500 milhões de euros face ao expectável na sequência da
5430 comunicação do Banco Espírito Santo, SA ao mercado datada de 10 de Julho.

5431 Estes prejuízos referidos foram justificados pelo Banco Espírito Santo, SA com diversos factores
5432 de natureza excepcional ocorridos ao longo do semestre, com particular incidência no último
5433 trimestre (3488,1 milhões de euros). Uma parte substancial destes factores e das
5434 correspondentes perdas, não reportados anteriormente ao Banco de Portugal, determinaram
5435 que os prejuízos atingissem um valor largamente superior à almofada (“buffer”) de capital de
5436 que o banco dispunha por determinação do Banco de Portugal.»

5437 Os rácios de capital

5438 «As perdas registadas vieram alterar substancialmente os rácios de capital do BES, a nível
5439 individual e consolidado, colocando-os globalmente em níveis muito inferiores aos mínimos
5440 exigidos pelo Banco de Portugal, que se situam atualmente nos 7% para os rácios Common
5441 Equity Tier 1 (CET1) e Tier 1 (T1) e nos 8% para o rácio total, conforme documenta o quadro
5442 abaixo (Tabela 3.9).»

5443

5444

Tabela 3.9 Rácios de capital a nível consolidado e individual do BES.

Junho 2014	Consolidado	Individual
CET1 ratio	5,1%	6,9%
T1 ratio	5,1%	6,9%
Total Capital ratio	6,5%	8,3%

5445

Fonte: Banco de Portugal

5446

5447 Problemas de liquidez

5448 O Banco Espírito Santo, SA encontra-se «em situação de grave insuficiência de liquidez, sendo
5449 que, desde o fim de Junho até 31 de Julho, a posição de liquidez do Banco Espírito Santo, SA
5450 diminuiu em cerca de 3.350 milhões de euros. Na impossibilidade de esta acentuada pressão
5451 sobre a liquidez do BES poder ser acomodada pela instituição com o recurso a fundos obtidos
5452 em operações de política monetária, por esgotamento dos activos de garantia aceites para o
5453 efeito e também pela limitação imposta pelo BCE em relação ao aumento de recurso do BES às
5454 operações de política monetária, o Banco Espírito Santo, SA, viu-se forçado a recorrer à
5455 cedência de liquidez em situação de emergência (...) por um valor que atingiu, na data de 1 de
5456 Agosto, cerca de 3.500 milhões de euros.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5457 **Suspensão do estatuto de contraparte**

5458 «No dia 1 de Agosto, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu suspender o estatuto
5459 de contraparte do Banco Espírito Santo, SA com efeitos a partir de 4 de Agosto de 2014, a par
5460 da obrigação de este reembolsar integralmente o seu crédito junto do Eurosistema, de cerca de
5461 10 mil milhões de euros, no fecho das operações no dia 4 de Agosto», a menos que entretanto
5462 fosse aplicada uma medida de resolução.

5463 «Assim, a decisão do BCE de suspensão do Banco Espírito Santo, SA, como contraparte de
5464 operações de política monetária tornou insustentável a situação de liquidez deste, que já o
5465 tinha obrigado a recorrer excepcionalmente, com especial incidência nos últimos dias, à
5466 cedência de liquidez em situação de emergência por parte do Banco de Portugal.»

5467 Sobre a retirada do estatuto de contraparte ao BES pelo BCE, referiu ainda a Ministra de
5468 Estado e das Finanças na sua segunda audição perante a CPI:

5469 «não podia prever que na sexta-feira, dia 1 de Agosto, o Banco Central Europeu iria retirar o
5470 Estatuto de Contraparte elegível ao Banco Espírito Santo. E foi essa retirada do Estatuto de
5471 Contraparte elegível que efectivamente retirou o tempo para que outras opções pudessem ser
5472 ponderadas.

5473 (...)

5474 Quanto à questão porque é que não se pressionou o BCE, o Governo trabalhou, activamente,
5475 na construção da união bancária e continuaremos a trabalhar, activamente, para o seu
5476 aprofundamento, porque sabemos que aquilo que foi conseguido, até agora, é, apenas, uma
5477 primeira fase e haverá, desejavelmente, fases posteriores, que aprofundem esta situação.

5478 Ora, queremos um enquadramento de uma união bancária e defendemos, porque entendemos
5479 que não deve haver fragmentação financeira, que deve haver um banco central europeu
5480 independente, e quando digo independente, é um banco central que tem os seus poderes
5481 consagrados em tratados e não é um órgão de decisão política, por parte dos Estados-
5482 Membros. Portanto, a ideia de defendermos um contexto e um enquadramento, em que
5483 colocamos a independência política dos supervisores como um objetivo e um princípio
5484 fundamental e, depois, acharmos que podemos pressionar, politicamente, esses órgãos
5485 independentes, para terem outras decisões, acho que há aqui uma contradição dificilmente
5486 explicável. E, portanto, ou acreditamos que o enquadramento da independência dos
5487 reguladores é aquele que melhor preserva o sistema financeiro europeu, que mais eficazmente
5488 combate a fragmentação financeira e que conduz a resultados globalmente melhores e, nesse
5489 caso, respeitamos essa independência e não procuramos exercer influência política, ou então
5490 estamos a falar de um outro modelo diferente em que não defendemos nem pugnamos pela
5491 independência dos reguladores.»

5492

5493 **Ausência de alternativas**



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5494 De acordo com o Governador do Banco de Portugal, na audição do dia 17 de Novembro de
5495 2014, o BES comunicou, no dia 31 de Julho, a impossibilidade de promover uma solução de
5496 recapitalização com recurso a fundos privados:

5497 *«Em 31 de Julho, o Banco Espírito Santo, SA comunicou ao Banco de Portugal a impossibilidade*
5498 *de promover uma solução de recapitalização do banco, nos termos e prazos solicitados pelo*
5499 *Banco de Portugal.»*

5500 **Perspectiva da liquidação**

5501 Segundo o Banco de Portugal, os factos descritos àquela data *«colocam o Banco Espírito Santo,*
5502 *SA. numa situação de risco sério e grave de incumprimento a curto prazo das suas obrigações*
5503 *e, em consequência, dos requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da sua*
5504 *actividade, pelo que não sendo tomada, com urgência, a medida de resolução ora adoptada, a*
5505 *instituição caminharia inevitavelmente para a suspensão de pagamentos e para a revogação*
5506 *da autorização dos termos do artigo 23.º do RGICSF, com a consequente entrada em processo*
5507 *de liquidação, o que representaria um enorme risco sistémico e uma séria ameaça para a*
5508 *estabilidade financeira.»*

5509 **Risco sistémico**

5510 *«Tal situação tornou imperativa e inadiável uma medida de defesa dos depositantes, de forma*
5511 *a evitar uma ameaça à segurança dos fundos depositados. Além deste objectivo primordial, é*
5512 *imprescindível ter em conta que a dimensão do Banco Espírito Santo, SA., a sua qualificação*
5513 *como instituição de crédito significativa para efeitos de supervisão europeia e a sua*
5514 *importância no sistema financeiro nacional e no financiamento à economia, são factores que*
5515 *têm associados um inequívoco risco sistémico.»* O Banco de Portugal refere ainda o facto de o
5516 BES ter uma elevada quota de mercado em diversos indicadores, designadamente 11,5% do
5517 total de depósitos captados junto de pessoas ou entidades residentes ou com sede em
5518 Portugal. A sua quota de mercado aumenta para 20% quando considerados os depósitos de
5519 pessoas ou entidades residentes ou com sede fora de Portugal. No que diz respeito aos
5520 empréstimos, o BES detém cerca de 14% do total de crédito concedido em Portugal. Quanto
5521 ao financiamento de actividades financeiras e seguradoras, a quota de mercado do BES é de
5522 31%, e de 19% relativa ao crédito concedido a sociedades não financeiras.

5523 Assim, para o Banco de Portugal, estas razões *«fundamentam a conclusão de que esta solução,*
5524 *para além de adequada à realização das finalidades, legalmente definidas, de protecção dos*
5525 *depositantes, de prevenção de riscos sistémicos e de promoção do crédito à economia, é*
5526 *também aquela que melhor salvaguarda os interesses dos contribuintes, nomeadamente por*
5527 *comparação com uma hipotética medida de recapitalização pública, mesmo na modalidade de*
5528 *capitalização obrigatória. Esta última medida, em qualquer caso, não seria viável, dada a*
5529 *situação de urgência reclamada pela actual situação de risco iminente de incumprimento das*
5530 *obrigações do BES, e não asseguraria nem a necessária segregação em relação ao Grupo*
5531 *Espírito Santo, nem a protecção dos recursos públicos relativamente aos riscos próprios da*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5532 *actividade bancária. De qualquer modo, assinala-se que accionistas e titulares de instrumentos*
5533 *de capital e de dívida subordinada seriam obrigatoriamente sujeitos a medidas de repartição*
5534 *de encargos (“burden sharing”) como condição “sine qua non” de qualquer operação de*
5535 *capitalização com recurso a fundos públicos. (...) Com esta deliberação de manifesto e urgente*
5536 *interesse público, procura afastar-se os riscos para a estabilidade financeira, liberta-se o novo*
5537 *banco dos activos de má qualidade que levaram à actual situação, expurgando-se de incertezas*
5538 *sobre a composição do respectivo balanço, e abre-se assim o caminho para a venda da*
5539 *instituição a investidores privados.»*

5540

5541 **3.3.1.8 Papel Comercial**

5542 A presente secção pretende: i) resumir a questão do papel comercial, quantificando-a, bem
5543 como descrever a origem do problema que resulta na existência de um elevado número de
5544 pessoas que compraram títulos de dívida de empresas do Grupo Espírito Santo e que ainda
5545 não viram os seus investimentos recuperados; ii) dar nota das implicações da medida de
5546 resolução a este nível; iii) descrever a posição do Banco de Portugal e aquela representada
5547 pela Associação de Lesados do Novo Banco e pela ABESD – Associação de Defesa do Cliente
5548 Bancário.

5549 O Espírito Santo Liquidez (ES Liquidez) é um fundo de investimento que foi gerido pela ESAF e
5550 serviu para financiar entidades não financeiras do Grupo Espírito Santo, aí concentrando a sua
5551 carteira de investimentos. De acordo com o depoimento de Joaquim Goes, «*aquando da*
5552 *transposição da directiva europeia que determinou uma redução do valor de exposição a*
5553 *partes relacionadas dentro desses fundos de liquidez, a ESAF, (...), teve de entrar, por definição,*
5554 *num processo de redução dessa exposição.»*

5555 À redução de exposição do ES Liquidez e outros fundos de investimento geridos pela ESAF ao
5556 GES correspondeu o lançamento de emissões de papel comercial de entidades do GES que são
5557 comercializadas no GBES.

5558 Assim, em 31 de Dezembro de 2013, os clientes de retalho do Grupo BES tinham em sua posse
5559 2.129 milhões de euros em papel comercial da ESI, Rioforte e outras entidades do GES. Este
5560 valor decresce para 1.306 milhões de euros no final de Março de 2014 e para 641 milhões de
5561 euros no final do primeiro semestre de 2014.

5562 De acordo com as declarações do Governador do Banco de Portugal, na sua segunda audição
5563 perante a CPI, o universo completo de papel comercial emitido por entidades do GES pode
5564 ainda não ser completamente conhecido, havendo, no entanto, cerca de 550 milhões de euros
5565 em clientes particulares do BES.

5566 Tabela 3.10 – Papel Comercial subscrito por Clientes de Retalho do Grupo BES
5567 (valores em milhões de euros).

	31.12.2013	31.03.2014	30.06.2014
Papel Comercial da ESI	1.472	676	255
Papel Comercial da Rioforte	479	445	342
Papel Comercial de outras entidades GES	178	185	44
Total	2.129	1.306	641

Fonte: relatório de contas semestral do BES referente a 30 de Junho de 2014

Como já foi referido, a 3 de Dezembro de 2013 o Banco de Portugal envia uma carta dirigida a Ricardo Salgado, determinando a criação de uma conta *escrow*, na ESFG, de forma a permitir o reembolso do papel comercial nas datas respectivas junto dos clientes de retalho, tal como refere Joaquim Goes:

«Aliás, como referi na minha intervenção inicial e como saberão, houve ao longo dos primeiros meses de 2014 uma alimentação da conta escrow de forma a permitir que os vencimentos do papel comercial da ESI fossem sendo cumpridos nas datas respectivas, reduzindo a exposição de forma significativa.»

De acordo com o ex-administrador do BES, *«ao longo dos meses esses vencimentos foram sendo pagos, através da conta escrow.»*

De acordo com vários depoimentos recolhidos na CPI, o valor do papel comercial detido por clientes de retalho foi sendo reduzido, entre Novembro de 2013 e Março de 2014, em cerca de 1.500 milhões de euros.

No momento da resolução, e de acordo com a separação de activos entre BES (Banco Mau) e o banco de transição, a custódia dos títulos de papel comercial ficou a cargo do Novo Banco.

A 14 de Agosto, o Novo Banco emite um comunicado sobre o papel comercial, do qual se transcreve o seguinte:

«O Novo Banco está determinado em comprar aos clientes de retalho do Novo Banco o papel comercial da ESI e Rioforte, subscritos na rede de retalho do BES até 14 de Fevereiro de 2014, tal como fora anteriormente afirmado pelo BES. Este processo sofreu algum atraso, face ao que era desejado pelo Novo Banco, atendendo à necessidade de acerto de algumas questões técnicas com o Banco de Portugal, nomeadamente salvaguarda de obrigações prudenciais e de outras obrigações que resultaram do próprio processo de resolução. O Novo Banco conta ter todas essas questões resolvidas, com o Banco de Portugal, num curto prazo, para apresentar aos clientes propostas comerciais de compra do referido papel comercial.»

A posição do Banco de Portugal sobre esta matéria encontra-se vertida numa carta enviada à CPI, datada de 23 de Março de 2015. Esta missiva encontra-se dividida em dois pontos: o primeiro ponto refere-se ao período anterior à aplicação da medida de resolução; o segundo ponto diz respeito ao período posterior à medida de resolução.

Em relação ao primeiro ponto, refere-se o seguinte:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5600 «O Banco de Portugal (...) sempre procurou assegurar que estes [ESFG e BES] cumpriam os
5601 níveis adequados de solvabilidade e liquidez. (...) É neste quadro que devem entender-se todas
5602 as acções desenvolvidas pelo Banco de Portugal antes da aplicação da medida de resolução,
5603 dirigidas à defesa da solidez daquelas instituições e à protecção dos respectivos depositantes.
5604 (...) O Banco de Portugal centrou a sua actuação na protecção do grupo ESFG, com vista a
5605 conter aqueles riscos reputacionais e mitigar o seu impacto sobre a solvabilidade do grupo
5606 (“ring-fencing”). Estas medidas envolveram a proibição de comercialização de instrumentos de
5607 dívida do Grupo Espírito Santo (...) pelo BES, determinada a 14 de Fevereiro de 2014, e
5608 implicavam, em caso de incumprimento (...) de outras medidas de protecção, a constituição
5609 (com referência a 31 de Dezembro de 2013) de uma provisão ao nível do grupo ESFG, para
5610 cobertura de eventuais riscos de incumprimento da ESI perante os clientes de retalho do grupo
5611 ESFG (...). O auditor recomendou que a provisão não fosse inferior a 700 milhões de euros.»

5612 De seguida, e ainda na mesma carta, o Banco de Portugal recorda o conceito de provisão, e o
5613 que ele representa do ponto de vista contabilístico:

5614 «O conjunto de medidas de protecção, quer do grupo ESFG, quer do grupo BES, integraram a
5615 constituição de provisões na contabilidade destes dois grupos. De acordo com a Norma
5616 Internacional de Contabilidade (NIC) 37, as provisões constituem passivos de tempestividade e
5617 quantia incerta. Não representam passivos a pagar, nem direitos intocáveis por terceiros.
5618 Trata-se de um registo contabilístico que pretende lidar com a incerteza e acautelar nas contas
5619 um passivo eventual, em obediência a princípios de prudência (porque pode ocorrer um exfluxo
5620 futuro de recursos). Ou seja, esse registo não gera na esfera jurídica de terceiros (para mais
5621 quando estes sejam indeterminados) um direito que estes possam invocar e fazer valer perante
5622 a entidade em causa.»

5623 No que diz respeito ao segundo ponto, o Banco de Portugal considera que compete em
5624 primeira linha às entidades emitentes a responsabilidade pelo pagamento do papel comercial:

5625 «A comercialização, por parte do BES, de dívida de entidades que integram o GES foi
5626 desenvolvida no âmbito da actividade de intermediação financeira. Como regra, o
5627 intermediário financeiro que comercializa instrumentos financeiros emitidos por outras
5628 entidades não assume uma responsabilidade própria pelo seu pagamento.

5629 O reembolso e a remuneração de títulos representativos de dívida são da exclusiva
5630 responsabilidade dos respectivos emitentes. A responsabilidade própria do intermediário que
5631 comercializa aqueles instrumentos financeiros pode existir: i) se o mesmo se obrigar a certos
5632 pagamentos perante o cliente, nomeadamente através da prestação de garantias ou da
5633 celebração de um compromisso de aquisição dos instrumentos financeiros; ii) nas situações em
5634 que o mesmo seja judicialmente condenado a indemnizar danos causados ao cliente em virtude
5635 de uma conduta ilícita e culposa na comercialização. O reembolso de dívida não emitida pelo
5636 BES – ainda que tenha sido comercializada por esta entidade – é da exclusiva responsabilidade
5637 dos respectivos emitentes.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5638 Assim, tendo em conta que nunca foi do BES a responsabilidade pelo reembolso de
5639 instrumentos de dívida emitidos por entidades terceiras, nunca poderia verificar-se a
5640 transferência dessa responsabilidade para o Novo Banco.

5641 Já quanto a eventuais obrigações de pagamento por parte do BES, resultantes da existência de
5642 possíveis garantias ou compromissos assumidos na actividade de intermediação financeira, a
5643 deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal por força da qual se
5644 determinou a aplicação de uma medida de resolução ao BES e a constituição do Novo Banco
5645 estipula inequivocamente que, como regra geral, não foram transferidas para o Novo Banco:

- 5646 a. Obrigações contraídas ou garantias prestadas perante terceiros relativamente a
5647 qualquer tipo de responsabilidade de entidades que integram o GES (...);
- 5648 b. Quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na
5649 comercialização, intermediação financeira e a distribuição de instrumentos de dívida
5650 emitidos por entidades que integram o GES (...).

5651 Ainda nos termos da deliberação, admite-se a transferência para o Novo Banco – somente – de
5652 eventuais créditos não subordinados que resultem de estipulações contratuais, anteriores a 30
5653 de Junho de 2014, documentalmente comprovadas nos arquivos do BES, em termos que
5654 permitam o controlo e fiscalização das decisões tomadas.

5655 Nos termos da deliberação do Banco de Portugal, tais créditos teriam que se encontrar
5656 efectivamente constituídos à data da aplicação da medida de resolução.

5657 No caso de existirem, de facto, estipulações contratuais que atribuísem ao BES certas
5658 obrigações de pagamento mediante a verificação de certa condição – nomeadamente a
5659 ocorrência de um incumprimento por parte do emitente resultante do não reembolso dos
5660 títulos de dívida na data do seu vencimento – a transferência desses créditos para o Novo
5661 Banco ocorreu se a condição se encontrava já verificada à data de 3 de Agosto e, portanto, a
5662 essa data, já se encontrasse constituído um crédito exigível sobre o BES. Assim, foram
5663 transferidas para o Novo Banco obrigações de pagamento existentes a 3 de Agosto de 2014,
5664 contratualmente estipuladas nos termos previstos na deliberação do Banco de Portugal e cujo
5665 cumprimento poderia ser, àquela data, imediatamente exigível pelo investidor junto do BES.

5666 Pelo contrário, não foram transferidos para o Novo Banco eventuais direitos cuja constituição
5667 se encontrasse, a 3 de Agosto de 2014, sob condição da ocorrência de certos factos futuros e
5668 incertos. Tais situações, mesmo que previstas em estipulação contratual, constituíam, à data
5669 de 3 de Agosto, não um crédito exigível perante o BES, mas meras garantias prestadas pelo BES
5670 perante terceiros relativamente a responsabilidades de entidades que integram o GES. (...) tais
5671 obrigações ou garantias não foram transferidas para o Novo Banco.

5672 Conforme também se encontra exposto na deliberação do Banco de Portugal, também não
5673 foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades, verificadas ou
5674 contingentes, decorrentes da violação, por parte do BES, de disposições ou determinações
5675 regulatórias, penais ou contraordenacionais, pelo que o Novo Banco não tem nenhuma



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5676 *potencial responsabilidade que tenha sido ou venha a ser atribuída ao BES decorrente de*
5677 *eventuais irregularidades ou ilícitos praticados na comercialização, enquanto intermediário*
5678 *financeiro, de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o GES.»*

5679 Segundo a carta do Governador do Banco de Portugal, o Novo Banco pode, no entanto, e por
5680 uma questão da manutenção da relação comercial com os clientes, desenvolver esforços no
5681 sentido de negociar a questão do papel comercial com os seus titulares:

5682 *«Ainda que não exista do Novo Banco qualquer responsabilidade decorrente da*
5683 *comercialização, pelo BES, de dívida emitida por entidades que integram o GES, o Novo Banco*
5684 *pode desenvolver iniciativas comerciais junto dos seus clientes, no interesse simultâneo de*
5685 *ambas as partes. Assim, sendo vantajoso para o Novo Banco, este não está impedido de*
5686 *apresentar aos seus clientes ofertas que permitam, nomeadamente, preservar a relação*
5687 *comercial com os seus clientes e assim maximizar o valor da instituição. Como qualquer*
5688 *decisão de gestão, uma oferta deste tipo deve ser geradora de valor para o banco e,*
5689 *consequentemente, não pode ser geradora de prejuízo patrimonial e muito menos colocar em*
5690 *causa o equilíbrio financeiro do banco.»*

5691 Afirma ainda o Banco de Portugal que um dos maiores perigos da assunção do reembolso, por
5692 parte do Novo Banco, se prende com questões de litigância, designadamente por parte de
5693 credores do BES:

5694 *«Deste quadro legal decorre, nomeadamente, que a hipotética atribuição ao Novo Banco de*
5695 *responsabilidades pelo pagamento de dívidas que não cabia ao BES pagar, à data da aplicação*
5696 *da medida de resolução, pode constituir, quando daí resultem danos patrimoniais para o*
5697 *banco, um incumprimento da obrigação legal de respeito da hierarquia de credores do BES*
5698 *para além de poder colocar em causa – se daí resultarem prejuízos para o Fundo de Resolução,*
5699 *que têm que ser absorvidos pelas instituições que nele participam e que, temporariamente,*
5700 *têm reflexo nas contas do Estado – a salvaguarda da estabilidade financeira e dos interesses*
5701 *dos contribuintes.*

5702 *Com efeito (...) os detentores de instrumentos de dívida emitida por entidades que integram o*
5703 *GES não eram credores do BES e não são credores do Novo Banco. A hipótese de o Novo Banco*
5704 *assumir perdas em benefício daqueles investidores – as quais teriam que ser suportadas pelas*
5705 *restantes instituições no sistema e, temporariamente, pelo Estado – seria, por isso, não só*
5706 *injustificável, como ilegal, excepto se tais perdas pudessem ter, como contrapartida, benefícios,*
5707 *imediatos ou futuros, de tal ordem que o efeito patrimonial líquido para o Novo Banco não*
5708 *fosse negativo.*

5709 *Com efeito, a eventual assunção pelo Novo Banco dessas responsabilidades implicaria a*
5710 *atribuição de um subsídio dos investidores que realizaram aplicações em dívida emitida por*
5711 *entidades que integram o GES. Como a contrapartida desse benefício representaria uma perda*
5712 *para o Novo Banco, e a menos que tal perda tivesse correspondência com certos benefícios*
5713 *para o Novo Banco, tal subsídio acabaria por ser suportado, em primeiro lugar, pelos credores*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5714 *do BES cujos créditos não foram transferidos para o Novo Banco (nomeadamente os credores*
5715 *subordinados), pelos accionistas do BES e, em última instância, pelo Fundo de Resolução e,*
5716 *portanto, pelo sector financeiro na generalidade.”*

5717 Segundo a posição do Governador, expressa nesta carta, «a posição do Banco de Portugal a
5718 este respeito foi sempre a mesma, desde o dia 3 de Agosto de 2014, e sempre foi pública.» O
5719 documento volta a referir a provisão, designadamente o facto de a mesma ter permanecido no
5720 BES:

5721 «A propósito da provisão que havia sido constituída no BES, antes da aplicação da medida de
5722 resolução, importa sublinhar que a mesma permaneceu no balanço do BES e não foi transferida
5723 para o Novo Banco.

5724 Em primeiro lugar, uma provisão, enquanto registo contabilístico, não é susceptível de ser
5725 transferida, como se explicou na parte A da presente nota.

5726 Em termos gerais, poderiam, porém, ter sido constituídas no Novo Banco provisões por motivos
5727 análogos àqueles que presidiram à constituição de provisões no BES, originalmente; em certos
5728 casos, assim aconteceu, designadamente quando foi transferida para o Novo Banco a razão de
5729 ser para a constituição da provisão.

5730 No caso da provisão relacionada com os riscos associados à dívida emitida por entidades que
5731 integram o GES, ficou aqui demonstrado que não existem no Novo Banco responsabilidades ou
5732 contingências relacionadas com a comercialização daquela dívida.

5733 Uma vez que o Novo Banco não tem qualquer responsabilidade resultante da comercialização,
5734 pelo BES, de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o GES, não existe, no
5735 balanço do Novo Banco, qualquer provisão relacionada com eventuais obrigações, deveres ou
5736 compromissos, de qualquer natureza, decorrentes daquela comercialização.

5737 Nos primeiros meses após a constituição do Novo Banco, seria admissível que o Novo Banco
5738 viesse a constituir provisões relacionadas com a detenção, pelos seus clientes, de instrumentos
5739 representativos de dívida emitidos por entidades que integram o GES, exclusivamente para
5740 fazer face à possibilidade de i) se vir a confirmar, eventualmente, a existência de créditos não
5741 subordinados, resultantes de estipulações contratuais anteriores a 30 de Junho de 2014 (...); ou
5742 de ii) existir uma decisão por parte do órgão de administração do Novo Banco de apresentação
5743 de uma oferta comercial dirigida àqueles clientes (...). Só nesse sentido se poderia entender a
5744 possibilidade de constituição, na esfera do Novo Banco, de uma provisão relacionada com a
5745 comercialização de dívida emitida por entidades que integram o GES.

5746 Não se tendo materializado qualquer uma daquelas circunstâncias, até à data de publicação do
5747 balanço do Novo Banco, que ocorreu em Dezembro de 2014, acabou por não ser constituída no
5748 balanço do Novo Banco nenhuma provisão relacionada com eventuais custos, obrigações,
5749 deveres ou compromissos decorrentes da detenção, por clientes de retalho, de títulos de dívida
5750 do GES.»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5751 Em suma, o Banco de Portugal afirma que os detentores de papel comercial do GES são
5752 credores das entidades emissoras e não do Novo Banco. Diz também que não há nenhuma
5753 provisão, no Novo Banco, que tenha sido inscrita para dar cobertura ao valor detido em papel
5754 comercial por parte dos seus clientes, sendo que a instituição recém-criada tem a
5755 discricionariedade de apresentar propostas comerciais que possam ajudar a solucionar o
5756 problema. Estas soluções serão sempre orientadas no sentido da manutenção e
5757 melhoramento das relações comerciais com os clientes, uma vez que existe elevado perigo de
5758 litigância por parte de credores do BES, caso não seja criteriosamente ponderada qualquer via
5759 de solução.

5760

5761 O Governador do Banco de Portugal pronunciou-se novamente sobre esta matéria na sua
5762 segunda audição perante a CPI, explicando o seu entendimento daquilo que decorre do quadro
5763 legal em vigor:

5764 *«[relativamente à] situação dos clientes de retalho que adquiriram papel comercial emitido por*
5765 *empresas do GES — repito, GES, isto é, empresas da área não financeira — aos balcões do BES,*
5766 *nas últimas semanas, tem-se assistido à intensificação das reivindicações dos investidores que*
5767 *realizaram aplicações em instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o GES.*
5768 *Trata-se, como é sabido, de matéria que desde sempre mereceu a atenção do Banco de*
5769 *Portugal, relativamente à qual o Banco de Portugal tem pautado a sua actuação pelo*
5770 *cumprimento estrito da lei, cujo primado não pode, em circunstância alguma, ser posto em*
5771 *causa.*

5772 *Do quadro legal em vigor decorre, nomeadamente, o seguinte:*

5773 *Primeiro, o reembolso de dívida GES é da exclusiva responsabilidade dos respectivos emitentes*
5774 *— repito, o reembolso da dívida GES é da exclusiva responsabilidade dos respectivos emitentes*
5775 *— pelo que, não estando em causa dívida do BES, nunca poderia verificar-se a transferência*
5776 *dessa responsabilidade para o Novo Banco;*

5777 *Segundo, a hipotética atribuição ao Novo Banco de responsabilidades pelo pagamento de*
5778 *dívidas que não cabia ao BES pagar à data da aplicação da medida de resolução constituiria*
5779 *um grave incumprimento da obrigação legal do respeito da hierarquia de credores do BES,*
5780 *colocando os titulares da mesma — isto é, da dívida do GES — em posição mais favorável do*
5781 *que os credores subordinados do BES;*

5782 *Terceiro, mais, resultando daí prejuízos para o Fundo de Resolução, que teriam de ser*
5783 *absorvidos pelas instituições que neles participam e, temporariamente, teriam reflexo nas*
5784 *contas do Estado;*

5785 *E, acrescentaria em quarto lugar, esta é uma matéria que é de estrito acompanhamento no*
5786 *quadro de Mecanismo Único de Supervisão, e não está sequer na competência do Banco de*
5787 *Portugal pensar algum dia violar o que é o quadro legal da Resolução.*

5788 *(...)*

5789 *O Novo Banco está obrigado a critérios de boa gestão. Ele não pode praticar uma gestão*
5790 *ruinosa do seu capital, pelo que tais iniciativas só poderão ser promovidas, no caso do Novo*
5791 *Banco, se forem geradoras de valor para o Banco, nomeadamente se não colocarem em causa*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5792 *os rácios de capital, os rácios de liquidez, a sua rentabilidade e permitirem preservar a relação*
5793 *comercial do Banco com os seus clientes.*

5794 *Nessa perspectiva, qualquer proposta comercial tem de assentar no princípio da equivalência*
5795 *financeira do valor presente dos títulos trocados, segundo o qual o Novo Banco deve pagar*
5796 *pelos títulos, que eventualmente venha a adquirir aos seus clientes, o valor correspondente à*
5797 *real estimativa de recuperação desses instrumentos. Admitindo que é do interesse do Novo*
5798 *Banco preservar a sua relação comercial com os seus clientes, é admissível que o Novo Banco*
5799 *pense num hipotético prémio sobre a estimativa de recuperação dos títulos do GES que os seus*
5800 *clientes detêm, desde que tal prémio se possa justificar à luz dos princípios de boa gestão e dos*
5801 *condicionalismos jurídicos, que são imperativos e que resultam da própria medida de*
5802 *resolução. Este prémio poderia ser entendido como uma contrapartida legítima dos benefícios*
5803 *para o Novo Banco da preservação da sua relação comercial com os clientes e o seu impacto*
5804 *para o Banco pode ser limitado pela criação de um excedente de fundos próprios que os*
5805 *mesmos investidores ajudem a criar. No entanto, e esclareço, desde já, não há nenhuma*
5806 *proposta, o que há são princípios a que as propostas têm de obedecer, princípios estes que*
5807 *foram, mais uma vez, reafirmados no quadro do Mecanismo Único de Supervisão.*

5808 *(...)*

5809 *No entanto, é preciso ter presente que a situação dos detentores de títulos do GES, de papel*
5810 *comercial do GES, é diferenciada.*

5811 *Em particular, há que distinguir duas situações:*

5812 *Em primeiro lugar, clientes que tenham sido, sublinho, comprovadamente vítimas de práticas*
5813 *de comercialização de títulos desajustadas do seu perfil de risco e do seu grau de literacia*
5814 *financeira. Estes investidores terão de reclamar junto da autoridade de mercado e, na medida*
5815 *em que essa reclamação seja atendida, poderão ser considerados titulares de direitos*
5816 *indemnizatórios sobre o BES, tendo em conta que vão ter a natureza de credores comuns, isto*
5817 *é, de credores seniores. Para utilizar uma outra linguagem, estes investidores terão preferência*
5818 *sobre a maioria dos credores do BES, que são credores subordinados;*

5819 *Em segundo lugar, clientes que não beneficiam de qualquer garantia contratual e*
5820 *relativamente aos quais não há evidência de mis-selling. Estes clientes têm apenas direitos*
5821 *sobre as sociedades emitentes, sem prejuízo de o Novo Banco vir, como eu já disse, a tomar a*
5822 *iniciativa de apresentar a estes clientes propostas comerciais que se baseiem num princípio de*
5823 *equivalência financeira.»*

5824

5825 *Disse também sobre este assunto a Ministra de Estado e das Finanças, na sua segunda audição*
5826 *efectuada na CPI:*

5827 *«É fundamental que qualquer decisão tomada o seja no total respeito pela legalidade, pelos*
5828 *riscos que implica se não houver esse respeito absoluto pela legalidade, nomeadamente pela*
5829 *hierarquia de credores que decorre do enquadramento jurídico da resolução.*

5830 *(...)*

5831 *Sobre a questão dos lesados e do risco de litigância ser elevadíssimo, é verdade que esta*
5832 *decisão tem um risco de litigância elevadíssimo, como aliás, uma decisão de recapitalização*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5833 *também teria tido, como uma decisão de nacionalização também teria tido, porque interfere*
5834 *sempre com direitos de privados e, portanto, há sempre um risco de litigância grande e*
5835 *sabemos, é verdade, que há investidores especializados na cena internacional em comprarem*
5836 *títulos que entendam que depois em tribunal podem ter um ganho de causa. Sabemos desses*
5837 *riscos de litigância e, precisamente, por o risco de litigância ser muitíssimo elevado é que as*
5838 *questões têm de ser tratadas com a maior das cautelas e no estrito respeito pela lei.*
5839 *Uma das questões que foi mais discutida quando estivemos a debater a BRRD, a directiva de*
5840 *resolução e recuperação bancária, no ECOFIN foi, precisamente, a matéria da hierarquia de*
5841 *credores, como e onde é que essa hierarquia devia parar e aquilo que ficou definido foi que*
5842 *existe uma hierarquia rígida de credores em que se diz quem são os primeiros a sofrer perdas.*
5843 *Assim, de acordo com o contexto actual se houvesse hoje (salvo seja, peço desculpa!) uma*
5844 *outra resolução a situação já seria diferente daquela que ocorreu na resolução do BES, ou seja,*
5845 *hoje, os primeiros a suportar perdas não seriam apenas os accionistas e os credores*
5846 *subordinados, seriam os accionistas, depois os credores subordinados, depois os credores*
5847 *sénior, até chegar aos depositantes não garantidos e até haver um mínimo de 8% das*
5848 *responsabilidades antes que pudesse haver qualquer utilização de fundos públicos.*
5849 *Portanto, esta ordem dos credores é fundamental, porquê? Porque, neste caso, em particular,*
5850 *todas as pessoas que participaram nesta partilha de encargos, no burden sharing, e que*
5851 *ficaram do lado do BES têm um direito de crédito sobre essa massa falida, chamemos-lhe*
5852 *assim. Se houver alguma decisão que inverta esta ordem e que diga «alguém recebeu alguma*
5853 *coisa a que não tinha direito, sem primeiro terem recebido aqueles outros» o resultado pode*
5854 *ser acabar alguém, que tenha tomado essa decisão, a ter de indemnizar Ricardo Salgado ou a*
5855 *Goldman Sachs.»*

5856

5857 **3.3.2 A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)**

5858 O Presidente da CMVM, Carlos Tavares, prestou depoimentos perante a CPI em dois
5859 momentos diferentes, respectivamente a 18 de Novembro de 2014 e a 24 de Março de 2015.

5860 Para efeitos deste relatório tiveram-se em conta as diferentes evoluções relevantes da
5861 legislação (mormente o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99,
5862 de 13 de Novembro, assim como as apresentações usadas pelo Presidente da CMVM nas suas
5863 audições.

5864 **3.3.2.1 ESAF e Fundo Espírito Santo Liquidez**

5865 O Presidente da CMVM, Carlos Tavares, descreve o fundo Espírito Santo Liquidez, dizendo que
5866 «é o chamado “fundo especial de investimento”, que não tem as limitações à composição de
5867 carteira que têm, por exemplo, os fundos harmonizados, que têm limites à composição da sua
5868 carteira.»

5869 Este fundo nasceu como um fundo normal de tesouraria e «em 31 de Julho de 2011 este era
5870 um Fundo relativamente pequeno, como disse, e tinha um total de 8 milhões de euros de



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5871 *activos, dos quais, na prática, uma parte, relativamente pequena era, digamos, GES. Depois, foi*
5872 *evoluindo com o tempo e, em Dezembro de 2011, por exemplo, já tinha 108 milhões de euros,*
5873 *em Junho de 2012, já tinha 660 milhões de euros, em Dezembro de 2012, já tinha 989 milhões»*
5874 *e «o grande crescimento do Fundo foi, de facto, entre 31 de Dezembro de 2012 e Junho de*
5875 *2013, onde passa de cerca de 900 para 1.800 milhões de euros.»*

5876 A composição da carteira deste fundo não tinha restrições por ser um fundo especial de
5877 investimento. No entanto, o Presidente da CMVM acrescenta que *«há uma regra geral de*
5878 *diversificação dos fundos e, nessa regra geral de diversificação, tem de se ter em conta não só*
5879 *o emitente como o próprio sector de actividade.»*

5880 Acrescentou também que *«esta situação do GES de concentração de activos em fundos*
5881 *especiais não era exclusiva do BES, outros grupos bancários usaram também alguns fundos*
5882 *especiais para colocar activos do Grupo, incluindo depósitos.»*

5883 Sobre a maneira como a ESAF justificava este grau de concentração, diz que *«a concentração*
5884 *não era real no sentido que o GES era muito diversificado sectorialmente, portanto tinha*
5885 *empresas do turismo, da saúde, de viagens — viagens também é turismo — e de muitas outras*
5886 *actividades, nomeadamente financeiras, e que, portanto, o Fundo era diversificado*
5887 *sectorialmente e que não tinha riscos especiais por esse motivo.»* No entanto afirma que *«isto*
5888 *foi algo que não nos convenceu e temos prova de termos feito várias diligências no sentido de a*
5889 *concentração ser reduzida gradualmente, sendo que esta situação vem de antes de 2013*
5890 *efectivamente.»*

5891 Com a transposição da Directiva UCITS IV, que proíbe que as sociedades gestoras de fundos
5892 integradas em grupos financeiros tenham uma exposição a empresas relacionadas superior a
5893 20%, tudo se alterou, conforme explicou o Presidente da CMVM:

5894 *«Aproveitando a transposição da chamada Diretiva UCITS IV resolvemos tratar algumas*
5895 *especificidades do sector de fundos português que tem a especificidade de ser praticamente*
5896 *detido na sua totalidade, ou quase, pelos bancos (...)*

5897 *Assim, o risco de conflito de interesses neste caso é muito grande e, portanto, aproveitando*
5898 *essa transposição da directiva, introduzimos regras próprias, tentando tratar a especificidade*
5899 *do sector português da gestão de activos, por um lado, assegurando maior independência da*
5900 *gestão das sociedades gestoras, obrigando-as a ter administradores independentes, auditores*
5901 *diferentes, e também propondo uma regra de limitação da detenção de activos do próprio*
5902 *Grupo, dos fundos geridos por essas entidades.*

5903 *Esta proposta foi feita no final de 2012 e, portanto, já reflectia, nesta altura, esta nossa*
5904 *preocupação e a nossa convicção de que só pela via regulamentar seria eficaz esta redução dos*
5905 *conflitos de interesse, potenciais ou efectivos, que eram gerados pela detenção de activos dos*
5906 *próprios Grupos.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5907 *Este projecto demorou muito tempo a ser discutido, porque foi para consulta pública (...) e a*
5908 *aprovação, que demorou muito tempo, como sabem, gerou muita controvérsia junto da*
5909 *associação do sector (...)*

5910 *Esta proposta de lei teve de vir à Assembleia e, em Maio ou Junho de 2013, foi aprovado o*
5911 *pedido de autorização legislativa que definia o decreto-lei onde, entre as outras regras que*
5912 *referi, era aprovada esta limitação da detenção de activos do próprio Grupo até ao máximo de*
5913 *20% e isso, na prática, eliminou este problema, sendo que as sociedades gestoras, todas elas,*
5914 *quer a do BES, quer a ESAF, quer as outras, ajustaram-se a esse limite.*

5915 *Em 7 de Novembro, que era a data limite para o ajustamento, o Fundo já não tinha excesso*
5916 *relativamente aos 20% e, seis meses volvidos, em Junho de 2014, por exemplo, o Fundo Espírito*
5917 *Santo Liquidez já não tinha, sequer, activos do próprio Grupo, nem sequer os 20% estavam a*
5918 *ser utilizados.*

5919 *Portanto, em resumo, este foi o processo (...) no final, não houve nenhum cliente, até agora*
5920 *pelo menos, que tenha sofrido qualquer perda com o Espírito Santo Liquidez, e, a partir de*
5921 *agora, se sofrer não é com os activos do Grupo BES, porque já não os tem lá.»*

5922 *Relativamente à forma como o Grupo Espírito Santo fez um ajustamento tão drástico, à luz da*
5923 *nova legislação, e qual o respectivo acompanhamento efectuado pela CMVM, referiu ainda o*
5924 *seu Presidente:*

5925 *«Controlámos, naturalmente, a redução da exposição, mas, como se tratou de uma redução*
5926 *drástica, na altura, nós reflectimos sobre o assunto e, devo dizer, que eu tinha dúvidas quando*
5927 *a lei foi aprovada e, atendendo ao período de ajustamento, que era apenas de dois meses,*
5928 *salvo erro, que o Grupo Espírito Santo fosse capaz de fazer um ajustamento tão drástico num*
5929 *prazo tão curto.*

5930 *A verdade é que o fez e, por isso, o Conselho Directivo da CMVM, na sequência disso,*
5931 *determinou uma supervisão presencial no Banco para saber como é que, de facto, estas*
5932 *aplicações estavam a ser substituídas, ou se estavam a ser substituídas por alguma coisa*
5933 *colocada junto dos clientes de retalho.*

5934 *Chegámos à conclusão, mais tarde, porque, digamos, a supervisão inicialmente é sempre à*
5935 *distância e depois é que vamos lá, e quando, de facto, a supervisão foi mais aprofundada,*
5936 *concluímos que uma parte, pelo menos, terá sido substituída pelo papel comercial da ESI e*
5937 *Rioforte e foi comercializada sob a forma de emissões particulares, portanto que não carecem*
5938 *de autorização, nem de registo na CMVM, porque têm como condição não ser dirigidas — para*
5939 *não serem ofertas públicas — a mais de 150 clientes e, portanto, fizeram numerosas emissões*
5940 *particulares.*

5941 *Assim, uma parte terá sido substituída por essa via, mas depois também concluímos que nem*
5942 *todo o papel comercial ESI e Rioforte foi colocado em Portugal. Aliás, se vir o relatório da KPMG*
5943 *relativamente à situação da ESI, em Dezembro de 2013, é lá referido que havia um total de*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5944 3.000 milhões de euros de papel comercial da ESI colocado em clientes de retalho, quando aqui
5945 já tinha começado a ser reduzido.

5946 Não estava todo em Portugal, porque, no máximo, chegou aos 700 ou 800 milhões, creio eu,
5947 quando o Banco de Portugal determinou que fosse constituída aquela provisão para o caso de
5948 a ESI não ter capacidade de reembolsar o papel comercial.

5949 Portanto, essa substituição do Espírito Santo Liquidez uma parte foi feita cá, outra parte foi
5950 feita através de instituições que o Banco tinha no exterior, em alguns casos, admito, até com
5951 clientes de cá, mas essa parte que foi colocada através do exterior não temos condições de a
5952 seguir.»

5953 E por fim acrescenta: «na parte, portanto, em que a CMVM tem a supervisão prudencial, que é
5954 o Fundo, não houve qualquer perda para qualquer cliente decorrente de títulos do GES.»

5955 **3.3.2.2 Supervisão da CMVM**

5956 Explicou ainda Carlos Tavares, a propósito da supervisão da CMVM, que: «A CMVM só tem
5957 supervisão prudencial em duas coisas: nos Fundos de Investimento e nas estruturas de
5958 mercado, nas Bolsas. Tudo o resto é só supervisão comportamental.

5959 (...) «A CMVM não tem supervisão sobre quaisquer emissões fora de Portugal, mesmo que seja
5960 por sucursais do Grupo.»

5961 O Presidente da CMVM explicou na sua primeira audição na CPI que existiam algumas práticas
5962 do BES, em termos de comercialização, que causavam preocupação à CMVM. O que originou
5963 acções de supervisão efectuadas pela CMVM e enunciou as várias intervenções de supervisão
5964 desenvolvidas pela CMVM (Figura 3.2).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

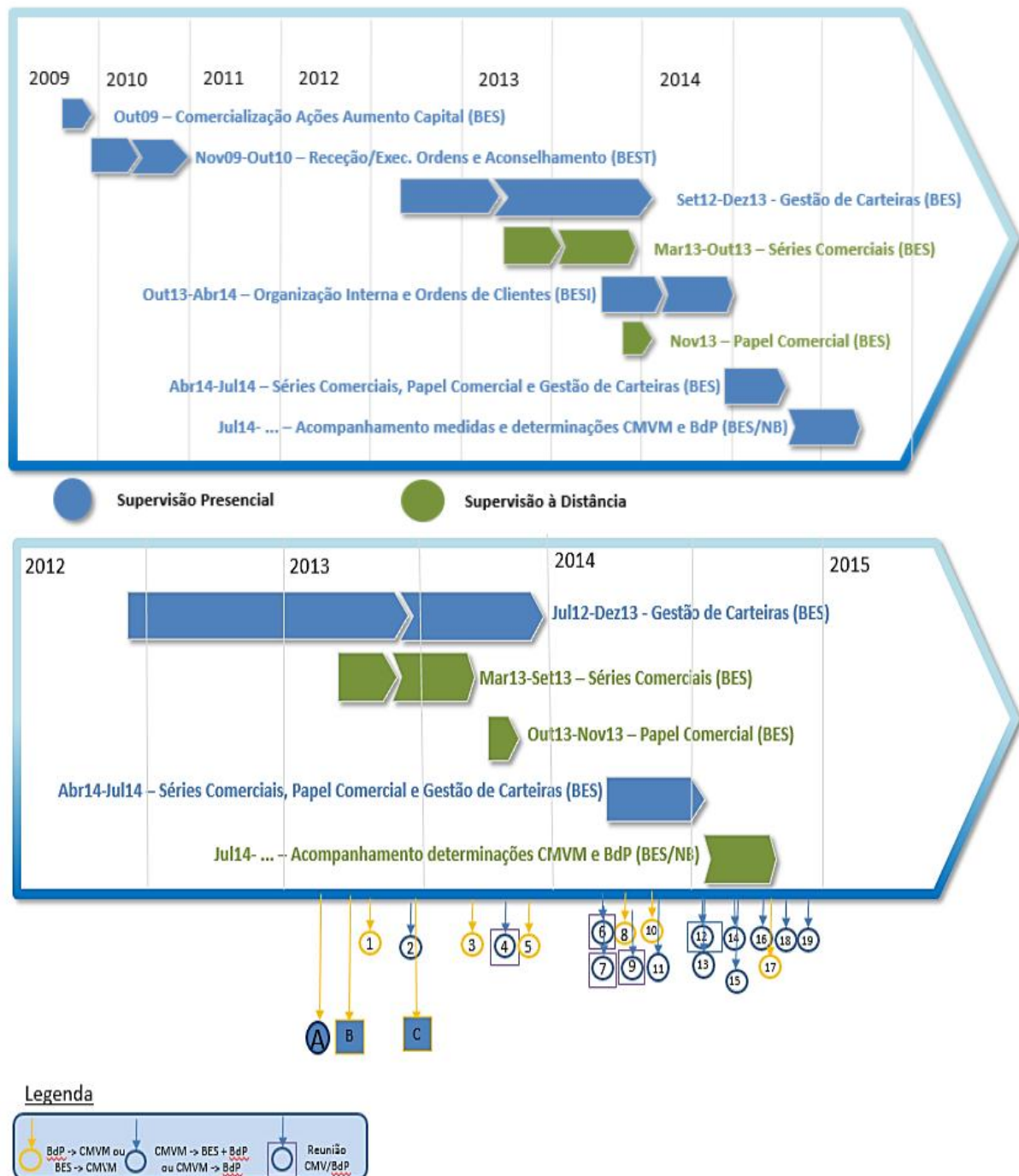


Figura 3.2 – Principais intervenções de supervisão da CMVM.

Fonte: depoimento do Presidente da CMVM



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

5971 O Presidente da CMVM afirmou também que esteve «a partir de finais de 2012 em
5972 permanente contacto de supervisão com o BES e, a partir de 2013, em contacto também
5973 frequente com o Banco de Portugal, sobretudo, através dos serviços» e ainda que entre
5974 direcções de supervisão «houve contacto permanente, sobretudo, como digo, porque alguns
5975 destes produtos nos causavam preocupação do ponto de vista comportamental e alguns deles
5976 poderiam até ter implicações prudenciais.»

5977 No que toca à colocação de papel comercial directamente nos clientes do BES, o Presidente da
5978 CMVM adiantou que o banco comercializava muitos destes produtos, criando nos clientes uma
5979 expectativa de garantia de capital e de juros, embora teoricamente fossem produtos
5980 financeiros com risco. Descreveu também a supervisão efetuada pela CMVM em 2014 junto
5981 dos clientes detentores de papel comercial:

5982 «A gestão de carteiras teoricamente tem risco, as séries comerciais que eram, na prática,
5983 operações de reporte sobre títulos, em que o Banco vendia e se comprometia a recomprar por
5984 um preço pré-determinado... Só que, na base destes compromissos não estavam contratos
5985 assinados — aliás, se fosse uma operação de reporte tinha de pagar imposto de selo, tinha de
5986 ter um contrato, etc. —, mas da forma como foram vendidos e pela apreciação que a CMVM
5987 fez eles criaram nos clientes a expectativa legítima de que eram produtos com garantia de
5988 capital, do reembolso de capital, e de taxa de juro pré-determinada.

5989 Nesse sentido, e mais tarde isso veio a ser confirmado, os auditores foram ver os documentos...
5990 Nós, inclusivamente, a certa altura, já em 2014 — porque o Banco argumentava que não, que
5991 aquilo não eram compromissos efectivos —, fizemos uma coisa que foi relativamente
5992 inovadora, e que agora já temos feito com mais frequência, que foi a supervisão junto dos
5993 clientes no sentido de fazer a chamada circularização de documentação para ver o que é que
5994 os clientes tinham de documentação e que expectativas tinham em relação àqueles produtos.

5995 Concluímos, de facto, que havia razões para supor que os clientes tinham investido naqueles
5996 produtos de boa-fé, no sentido de não querer correr riscos, muitos deles — não digo que se
5997 possa generalizar —, e, portanto, e disse isto na última vez que estive na Assembleia na
5998 Comissão de Orçamento e Finanças, a CMVM entendeu sempre, a partir daí e do momento em
5999 que estudou a forma como os produtos eram vendidos e a documentação que era entregue aos
6000 clientes, que esses compromissos bem formalizados, ou não, deveriam ser respeitados.

6001 Isto veio a ser reconhecido mais tarde, pela KPMG, quando lhes comunicámos a existência
6002 destes produtos, e a última administração do BES, nas contas que apresentou, acabou por
6003 aceitar ou decidir a constituição de provisões para cobrir precisamente estes riscos, admitindo
6004 implicitamente que o Banco tinha uma responsabilidade pelo reembolso deste tipo de
6005 produtos. Esta é a parte que nos interessa, que é a defesa e a protecção dos investidores.

6006 Depois, há uma outra vertente que é a vertente prudencial. O Banco, tendo compromissos, tem
6007 que ter capital afecto para solver esses compromissos — aliás, se nos lembrarmos do caso BPP,
6008 ele ocorre porque o BPP tinha compromissos de reembolso, de garantias de capital e juros, e



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6009 *não tinha constituído capital suficiente para isso e quando foi preciso respeitar os*
6010 *compromissos, não tinha, de facto, meios.*

6011 *Esta troca de informações com o Banco de Portugal foi sempre importante, no sentido de dar a*
6012 *conhecer que esses problemas existiam e para que o Banco de Portugal pudesse tomar as*
6013 *decisões prudenciais que entendesse.»*

6014 Relativamente à questão das consequências da comercialização de papel comercial com
6015 informação incompleta, o Presidente da CMVM disse que existem muitos processos de
6016 contraordenação relacionados com este assunto a decorrer.
6017

6018 **3.3.2.3 Aumento de capital do BES**

6019 Sobre a questão do aumento de capital do BES em Maio/Junho de 2014, o Presidente da
6020 CMVM disse que a CMVM não aprova aumentos de capital, mas apenas a informação relativa
6021 aos aumentos de capital e remeteu para a página na internet da CMVM, onde está publicada a
6022 seguinte explicação:

6023 *«A deliberação de aumento de capital cabe aos órgãos sociais da entidade emitente e a CMVM*
6024 *não pode influenciar esta deliberação ou impedir a sua concretização. No caso de instituição*
6025 *financeira, cabe ainda ao Banco de Portugal pronunciar-se e actuar, relativamente a este tipo*
6026 *de operação, tendo em conta a necessidade determinada pela situação financeira do emitente*
6027 *e o impacto do aumento de capital.*

6028 *Os poderes/deveres da CMVM relativos a um aumento de capital que seja feito por oferta*
6029 *pública de subscrição, bem como na respectiva admissão à negociação de acções (esteja ou*
6030 *não em causa uma instituição financeira) limitam-se ao processo de aprovação do prospecto e*
6031 *sua instrução e à aprovação prévia do material publicitário relacionado com a oferta.*

6032 *Tratando-se de sociedade aberta, compete à CMVM supervisionar a informação veiculada pelo*
6033 *emitente, antes, durante e após o aumento de capital e a admissão à negociação em*
6034 *mercado.»*

6035 E em específico, no que se refere ao aumento de capital do BES, acrescenta o seguinte:

6036 *«No caso do BES, o aumento de capital social - para cumprimento dos requisitos prudenciais*
6037 *por determinação do Banco de Portugal - foi objecto de deliberação do Conselho de*
6038 *Administração do BES, de 15 de Maio de 2014, com parecer favorável da Comissão de*
6039 *Auditoria, no âmbito da autorização da Assembleia Geral de accionistas do BES em 9 de Junho*
6040 *e 11 de Novembro de 2011.*

6041 *No exercício das suas competências, a CMVM exigiu a explicitação de todos os riscos relevantes*
6042 *de que tinha conhecimento ao tempo, incluindo os relacionados com a situação de accionistas*
6043 *de controlo do BES e assegurou a divulgação de toda a informação relevante disponível*

6044 *relativamente ao BES e àqueles accionistas. Nestas condições, a lei não lhe confere poderes*
6045 *para recusar a aprovação do prospecto, estabelecendo ainda prazo para essa aprovação.»*

6046 No que diz respeito à operação do aumento de capital do BES, verificada no segundo semestre
6047 de 2014, o Presidente da CMVM disse ainda que «o processo foi desencadeado na CMVM para
6048 aprovação do prospecto em 11 de Abril, o requerimento foi entregue a 23 de Abril e depois
6049 houve um mês de discussão com a CMVM em que, a partir da entrega, em 24 de Abril, da
6050 primeira versão do prospecto, disseram-me que houve mais de 30 versões deste prospecto... A
6051 CMVM fez o que lhe competia que era exigir que toda a informação estivesse no prospecto e
6052 que ela fosse clara e contivesse tudo aquilo que devia conter naquilo que é conhecido pela
6053 CMVM» e o prospecto continha «uma enunciação dos riscos, que ocupava 34 páginas, mais
6054 esta informação específica — alguma dela no prospecto e outra neste comunicado de
6055 informação privilegiada —, continham tudo aquilo que era possível dizer na altura e que era do
6056 nosso conhecimento sobre os riscos no Grupo Espírito Santo (...) dado que o prospecto tinha
6057 toda a informação que era conhecida ao tempo, continha informação, inclusive, que ia para
6058 além do Banco Espírito Santo, com riscos que não eram directos, mas que indirectamente
6059 podiam afectar o Grupo Espírito Santo, tinha todos os elementos legalmente exigidos, tinha a
6060 lista exaustiva de todos os factores de risco, a CMVM, nesse momento, à luz do Código dos
6061 Valores Mobiliários, não tinha, sequer, possibilidade de não aprovar o prospecto — e é só
6062 aprovar o prospecto, não o aumento de capital, porque esse é aprovado por outras entidades.»

6063 Por fim afirma que «o código estabelece uma série de responsáveis pelo prospecto e nós
6064 teremos de apurar se esses responsáveis actuaram com a diligência e com a veracidade que
6065 lhes era devida.»

6066 Na sua segunda audição na CPI, a 24 de Março de 2015, o Presidente da CMVM reiterou «não
6067 ter competência para suspender o aumento de capital do BES de Maio de 2014, onde foram
6068 colocados 1.045 milhões de euros, numa operação tida pouco tempo antes da queda do banco
6069 e respectiva medida de resolução do Banco de Portugal.»
6070

6071 **3.3.2.4 Abuso de informação privilegiada**

6072 A divulgação dos resultados do BES, relativos ao primeiro semestre de 2014, ocorreu no dia 30
6073 de Julho de 2014, e o Presidente da CMVM refere, a este propósito que:

6074 «nessa altura foram, naturalmente, objecto da comunicação de informação privilegiada que é
6075 habitual, oficial, e, na sequência disso, foram emitidos dois comunicados, um do Banco Espírito
6076 Santo e outro do Banco de Portugal, convergentes nos termos (...) com a informação que foi
6077 transmitida, com a publicação das contas, que era, aliás, exaustiva, com os dois comunicados,
6078 falando um pouco sobre o futuro, havia toda a informação que considerávamos suficiente no
6079 mercado, mas, mesmo assim, entendemos suspender a negociação durante as primeiras horas
6080 do dia seguinte para dar tempo aos investidores de ler as contas, de ler os comunicados e,
6081 depois, de começar a transaccionar, que foi o que se passou. (...)



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6082 *Na sexta-feira a negociação esteve tranquila até ao fim da manhã, sendo que até cerca das 11*
6083 *horas e 30 minutos ou meio-dia estava com uma pequena queda — penso que às 11 horas e 30*
6084 *minutos estava a cair — e depois, andou por ali, caindo ligeiramente, o que ainda era atribuível*
6085 *à divulgação dos resultados. Depois, ao início da tarde, sobretudo a partir das 13 horas e mais*
6086 *intensamente a partir das 15 horas, é que se verificou uma queda abrupta das cotações e uma*
6087 *negociação particularmente intensa.*

6088 *A CMVM não pode, não deve, interromper a negociação só pelo facto de os preços estarem a*
6089 *cair, a menos que suponha que há informação que falte ao mercado, ou que o mercado esteja*
6090 *a actuar na posse de informação incorrecta, ou que haja alguma coisa que o mercado não*
6091 *saiba e que deva saber. Face aos resultados e aos comunicados não tínhamos razão para supor*
6092 *que havia falta de informação e, portanto, fomos seguindo os acontecimentos.*

6093 *O Sr. Governador — penso que ele referiu e nós também já referimos — contactou-me às 15*
6094 *horas e 12 minutos, dizendo apenas que, e penso que era o sentimento dele, receava que*
6095 *houvesse uma fuga de informação (...)*

6096 *Já agora, queria só terminar, dizendo que, mesmo assim, fomos ver a negociação e uns*
6097 *minutos depois eu próprio fiz um telefonema ao Sr. Governador, perguntando se iria haver*
6098 *informação nova no mercado ao que o Sr. Governador me disse que sim, que haveria*
6099 *desenvolvimentos novos no fim-de-semana e foi quando determinámos a suspensão.»*

6100 *Ainda sobre esta temática, e a altura em que deveria ter sido informado sobre as diligências*
6101 *preparatórias da medida de resolução, o Presidente da CMVM repetiu que «mais prudente, se*
6102 *a CMVM tivesse sido informada mais cedo, era ter feito a suspensão da negociação algum*
6103 *tempo antes e permitir, então, que o processo se desenrolasse tranquilamente sem estar*
6104 *sujeito à flutuação dos preços do mercado e, sobretudo, para que não houvesse investidores a*
6105 *transaccionar na ignorância de uma informação que é fundamental», reiterando a importância*
6106 *para a CMVM de dispor de toda a informação possível para actuar no mercado.*

6107 *A CMVM abriu também um processo para averiguar se houve ou não uso abusivo de*
6108 *informação privilegiada, e o seu Presidente referiu, a este propósito que:*

6109 *«O processo de averiguações preliminares que abrimos é um procedimento normal sempre que*
6110 *há factos importantes. Nós não estamos a investigar só aqui, como disse há bocadinho,*
6111 *estamos a investigar nas vésperas do aumento de capital, quando a decisão desse aumento foi*
6112 *tomada, porque quando há a possibilidade de informação privilegiada temos de ver se os*
6113 *insiders dessa informação privilegiada actuaram, directa ou indirectamente, usando essa*
6114 *informação.*

6115 *Neste caso particular (...) basta olhar para a negociação, ver os gráficos da negociação, as*
6116 *quantidades e os preços que aconteceram nesses dois últimos dias, para termos, como já disse,*
6117 *a suspeita de que havia informação assimétrica no mercado. Vimos, de facto, alguns*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6118 *investidores a desinvestir massivamente e muitos investidores a investir, pensando que*
6119 *estavam a comprar a bom preço.»*

6120 Sobre o eventual uso abusivo de informação privilegiada, o Presidente da CMVM afirma que:
6121 *«trata-se de uma investigação muito longa e muito difícil.»* Já existe muita informação
6122 recolhida, sendo que *«é um processo muito longo, (...), e muito minucioso, porque implica*
6123 *conhecer os comitentes finais, que não são os que aparecem em primeira linha a negociar,*
6124 *implica percorrer um período longo, não são só aqueles dois dias que podem estar em causa, e*
6125 *implica pedir a várias entidades, como pedimos, informações sobre os insiders, para saber se*
6126 *naqueles que transaccionaram estão pessoas que pudessem deter ou ter acesso por alguma via*
6127 *à informação.»*

6128 Diz ainda que já recebeu informação de praticamente todas as entidades a quem a pediu
6129 *«nomeadamente ao Ministério das Finanças, ao Banco de Portugal, ao Banco Espírito Santo,*
6130 *agora Novo Banco, aos auditores, a todas as entidades que estiveram envolvidas no processo,*
6131 *sendo que solicitámos informação sobre as pessoas que possam ter tido acesso à informação*
6132 *privilegiada e, neste momento, só nos falta uma informação de uma entidade externa que, até*
6133 *agora, não nos respondeu. Olhando para este detalhe da informação, temos, de facto, a*
6134 *suspeita que, neste momento é a que é, de que algumas entidades tomaram decisões de*
6135 *desinvestir fortemente em determinados momentos — e não é só num momento, mas em*
6136 *vários — e a todos eles associamos factos que sabemos que ocorreram e que são*
6137 *acompanhados ou seguidos de movimentos de desinvestimento acentuado.»*

6138 Quanto a este assunto, o Presidente da CMVM, disse na sua segunda audição na CPI que foram
6139 abertos processos de investigação preliminares *«a cerca de 80 investidores que realizaram*
6140 *vendas expressivas de acções ou instrumentos relacionados»* e que *«foram identificados*
6141 *praticamente todos os comitentes das operações realizadas.»* As averiguações prendem-se
6142 com investidores institucionais (maioritariamente estrangeiros), particulares (sobretudo
6143 portugueses), pessoas com ligação ao BES e sociedades 'offshore'.

6144 Assinalou igualmente que *«a análise incidiu também sobre acções da Espírito Santo Financial*
6145 *Group (ESFG), tendo-se registado também a abertura de processos de investigação*
6146 *preliminares.»* Reconheceu finalmente que sobre este assunto *«não se pode excluir a*
6147 *possibilidade de haver lugar a algumas participações ao Ministério Público.»*
6148

6149 **3.3.2.5 Averiguações da CMVM relacionadas com a PT**

6150 Relativamente à aplicação de 897 milhões de euros na Rioforte por parte da Portugal Telecom
6151 (PT), refere o Presidente da CMVM:

6152 *«Claro que é um assunto que nos interessa, neste caso já não do ponto de vista de protecção*
6153 *dos accionistas do BES, mas dos accionistas da PT. Infelizmente, como já expliquei aqui em*
6154 *Julho, os poderes da CMVM nesta matéria são relativamente limitados, porque grande parte*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6155 *desta questão passa pelo Código das Sociedades Comerciais onde a CMVM não tem poder de*
6156 *enforcement ou de aplicação. Portanto, o nosso Direito remete um pouco para as relações*
6157 *entre accionistas e gestão estas questões que se relacionam com o Código das Sociedades*
6158 *Comerciais.*

6159 *Em todo o caso, há duas questões que já identificámos e que nos dizem respeito: uma, é a*
6160 *informação que a própria Portugal Telecom produziu ao longo dos anos — e não foi só num*
6161 *ano que isto se passou —, dado que, sobretudo a partir do momento em que são aplicadas as*
6162 *IFRS (International Financial Reporting Standards), há a obrigação de identificar as transacções*
6163 *com partes relacionadas de forma explícita, coisa que não tinha sido feito e que, neste*
6164 *momento, já foi corrigida, mas, no entanto, isso não dispensa o correspondente processo de*
6165 *contraordenação por má informação e má aplicação das normas das IFRS. A outra questão que*
6166 *identificámos é ver em que medida os relatórios da comissão de corporate governance da*
6167 *Portugal Telecom continham, eventualmente, informação não verdadeira, porque a Portugal*
6168 *Telecom tinha uma série de mecanismos de decisão para as transacções com partes*
6169 *relacionadas, que envolviam vários órgãos e, aparentemente, esses mecanismos não foram*
6170 *respeitados. Quanto a isso, nada podemos fazer, porque na corporate governance funcionamos*
6171 *ao nível de recomendações, mas podemos ver nos relatórios da corporate governance se a*
6172 *empresa disse que cumpriu esses mecanismos e se, de facto, não os cumpriu.*

6173 *Portanto, a nossa intervenção, por muito que custe, é relativamente limitada. Não temos,*
6174 *como já disse, avaliações sobre questões de idoneidade relativamente a administradores de*
6175 *empresas cotadas e, se calhar, devíamos ter, mesmo as não financeiras, mas não temos*
6176 *qualquer função nessa matéria.»*

6177 *O Presidente da CMVM refere também que a PwC elaborou relatórios sobre este assunto,*
6178 *estando à espera que os mesmos confirmem alguns factos relevantes:*

6179 *«Devo dizer que não cometerei grande erro se disser que, neste momento, a CMVM já tem*
6180 *certezas relativas sobre a responsabilidade pelas decisões tomadas, quem teve conhecimento*
6181 *delas, e, quem, não o tendo, deveria ter.*

6182 *Portanto, estamos à espera, como disse, de um relatório da Pricewaterhouse para ver se*
6183 *confirma ou infirma as nossas convicções, mas sobre a questão, nesse aspecto, não temos*
6184 *grandes dúvidas.*

6185 *A questão é saber que consequências se podem retirar, tendo em conta o quadro legal que*
6186 *temos. Devo dizer que este assunto também está a ser visto pela nossa congénere brasileira,*
6187 *com a qual estamos a cooperar, e, portanto, não temos, neste momento, muito mais a*
6188 *aprofundar, salvo avaliar em que medida esse relatório da auditoria confirma ou infirma as*
6189 *nossas convicções.»*

6190 *Na sua segunda audição perante a CPI, o Presidente da CMVM confirmou que fez*
6191 *«comunicações ao Ministério Público», relativas às averiguações efectuadas na PT.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6192 Carlos Tavares adiantou ainda nesta audição que para ele é *«fundamental saber se a Oi que*
6193 *forçou a venda da PT à Altice, solução que não é favorável à PT, sabia ou não das aplicações da*
6194 *PT na ESI/Rioforte»*, sendo que considera *«que havia toda a informação para a Oi saber.»*
6195

6196 **3.3.3 O Instituto de Seguros de Portugal (ISP)**

6197 O Presidente do ISP, José Figueiredo Almaça, prestou o seu depoimento perante a CPI no dia
6198 18 de Novembro de 2014, sendo importar recordar que ISP (actualmente ASF) tem por missão
6199 assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e de fundos de pensões em Portugal,
6200 de forma a contribuir para a garantia da protecção dos tomadores de seguros, pessoas
6201 seguras, participantes e beneficiários.

6202 Na sua audição, fez uma intervenção inicial onde caracterizou o Grupo e o Banco Espírito
6203 Santo, na área de seguros e de fundo de pensões:

6204 *«a Espírito Santo Financial Group detém, directa e indirectamente, o controlo da totalidade do*
6205 *capital social da Partran, SGPS que, por sua vez, detém a totalidade do capital da*
6206 *Tranquilidade.*

6207 *A Tranquilidade detém a totalidade do capital da T-Vida Companhia de Seguros, SA e da*
6208 *Seguros LOGO e tem 25% do capital social do BES Seguros e 47% do capital social da Europa*
6209 *Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros. Por sua vez, o Novo Banco controla a ESAF,*
6210 *que é a Espírito Santo Fundos de Pensões, e a BES Vida — Companhia de Seguros, detendo*
6211 *ainda 24,99% do capital social do BES Seguros.»*

6212 Em Março de 2014 é constituída uma provisão de 700 milhões de euros a favor dos clientes do
6213 BES, garantida com penhor da Tranquilidade.

6214 Quanto à avaliação da Tranquilidade, no valor de 700 milhões de euros, efectuada tanto pelo
6215 BESI como pela PwC, José Figueiredo Almaça refere o seguinte:

6216 *«desde a primeira hora afirmei que não valeria os 700 milhões. Por exemplo, posso dar-lhe*
6217 *duas indicações: se seguirmos os parâmetros do mercado e se olharmos, para o preço por que*
6218 *foi vendida, no final do ano passado, a Fidelidade, que era uma seguradora que tem 26% de*
6219 *quota de mercado, verificamos que ela foi avaliada em cerca de 1.100 milhões.*

6220 *Ora, a Tranquilidade tem de quota de mercado 3,28% e, portanto, 26 para 3, e, se formos ver,*
6221 *em termos de activos, a Fidelidade tem cerca de 13.000 milhões de activos e a Tranquilidade*
6222 *tem cerca de 2.000 milhões de activos, e, portanto, nunca poderia valer isso.»*

6223 O Presidente do ISP afirmou também que não lhe foi comunicado previamente que a
6224 Tranquilidade ia ser dada como garantia: *«Eu só soube que havia a garantia no dia 28 de Junho*
6225 *e não fui informado antes que a Tranquilidade tinha sido dada como garantia relativamente a*
6226 *esta operação.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6227 Sobre a intervenção do ISP no GES, diz o seu Presidente:

6228 «Fizemos um acompanhamento com base no reporte prudencial e na informação de mercado.
6229 Como resulta das responsabilidades do ISP foi efectuado o acompanhamento das empresas de
6230 seguros e da sociedade gestora de fundos de pensões pertencente ao GES/BES.

6231 Neste contexto, foi sendo analisada a situação de solvência das várias empresas
6232 supervisionadas, bem como foi efectuada a análise detalhada da exposição das empresas de
6233 seguros do Grupo, incluindo o look through das aplicações em fundos de investimento, tendo
6234 por base o reporte relativo ao primeiro trimestre de 2014 e, tendo por base esse reporte, nada
6235 havia a assinalar de relevante, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

6236 Foi também mantido actualizado o levantamento da estrutura de participações sociais do
6237 GES/BES, incluindo relacionamentos estratégicos.

6238 A monitorização da evolução da situação financeira do GES/BES intensificou-se no início de
6239 2014, efectuada através da troca de informações com outras autoridades de supervisão
6240 nacionais, designadamente no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e por
6241 contactos directos com o Banco de Portugal e, complementarmente, através de informação
6242 recolhida da imprensa.»

6243 Algumas datas especialmente relevantes, quanto ao acompanhamento efectuado pelo ISP, são
6244 as seguintes:

6245 **Tranquilidade**

6246 — 6 de Junho de 2014, data de reunião com a administração da Tranquilidade, em que o
6247 Instituto de Seguros de Portugal tomou conhecimento da existência de operações de
6248 financiamento à Espírito Santo Financial Group e sub-holdings, num total de 150 milhões
6249 de euros, efectuadas em Abril e Maio de 2014 que, atentos os valores envolvidos, seriam
6250 susceptíveis de comprometer as garantias financeiras da Tranquilidade e da T-Vida.

6251 — 18 de Junho de 2014, data em que a Tranquilidade, em resposta sumária ao ISP, informou
6252 por e-mail ter recentemente realizado operações de financiamento ao GES, num total de
6253 150 milhões de euros, sendo 85 milhões de euros de papel comercial da ESFIL, 50 milhões
6254 de euros de papel comercial da Espírito Santo Financial Group e 15 milhões de euros de
6255 financiamento de tesouraria à Espírito Santo Financial Portugal, e informou ainda ter
6256 adquirido 10% do capital social da ESAF, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

6257 — 25 de Junho de 2014, data em que o ISP reuniu com representantes da Comissão Executiva
6258 da Tranquilidade e com representantes dos accionistas e, dado o incumprimento da
6259 representação das provisões técnicas, entendeu dever solicitar os planos de financiamento
6260 de curto prazo para a Tranquilidade e para a T-Vida.

6261 — 3 de Julho de 2014, data de reunião com os representantes da Comissão Executiva da
6262 Tranquilidade e com representantes dos accionistas, em que o Grupo informou que a
6263 reposição da situação financeira das duas companhias deveria passar pela venda da

6264 Tranquilidade, cujo processo de venda se iniciara em 2013. À data existiam dois
6265 interessados, devendo estes apresentar as suas propostas vinculativas até 18 de Julho de
6266 2014.

6267 — 17 de Julho de 2014, data em que o ISP reuniu com os representantes da Apollo Global
6268 Management, potenciais compradores da Tranquilidade.

6269 — 18 de Julho de 2014, data de apresentação das propostas vinculativas para a aquisição da
6270 Tranquilidade, sendo que apenas a Apollo Global Management apresentou uma oferta de
6271 compra.

6272 — 24 de Julho de 2014, data em que o ISP transmitiu à Espírito Santo Financial Group e à
6273 Partran a sua preocupação pelo facto destas sociedades se terem alheado da
6274 Tranquilidade. Tal facto punha em causa o cumprimento pela Tranquilidade das condições
6275 de acesso e exercício da actividade seguradora, nomeadamente no que respeita à aptidão
6276 dos accionistas para garantir uma gestão sã e prudente da sociedade, bem como a
6277 viabilidade do plano de financiamento e recuperação entretanto aprovado. Nessa
6278 comunicação, o ISP transmitiu que a inacção do accionista poderia determinar que o ISP
6279 iniciasse os procedimentos com vista à revogação da autorização para o exercício da
6280 actividade seguradora pela Tranquilidade.

6281

6282 **BES Vida e BES Seguros**

6283 — 18 de Junho de 2014, data em que foram recepcionadas as cartas da BES Vida e da BES
6284 Seguros, em resposta a carta do ISP de 6 de Junho de 2014, não tendo as mesmas
6285 suscitado preocupações adicionais.

6286 — 11 de Julho de 2014, data em que o ISP enviou carta à BES Vida e ao BES Seguros,
6287 solicitando a comunicação prévia ao ISP de qualquer operação com empresas do GES e do
6288 BES, entre outras, até que o Instituto de Seguros de Portugal comunicasse o contrário.

6289

6290 **ESAF, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões**

6291 — 9 de Junho de 2014, data em que o ISP enviou à ESAF, Sociedade Gestora de Fundos de
6292 Pensões, carta alertando para o dever de não adquirir, para os fundos por si geridos,
6293 títulos emitidos no âmbito do processo de financiamento das sociedades do GES, uma vez
6294 que tal aquisição seria ilegal por conflito de interesses, nos termos do Decreto-lei n.º
6295 12/2006, de 20 de Janeiro.

6296 — 19 de Junho de 2014, data em que foi recebida carta da ESAF, Sociedade Gestora de
6297 Fundos de Pensões, em resposta à carta do dia 9 de Junho.

6298 — No seguimento da análise do papel comercial detido pelo Fundo de Pensões do BES, o ISP
6299 solicitou a comunicação prévia de qualquer operação, entre outras, com empresas do GES
6300 até que o ISP comunicasse o contrário.

6301 Segundo o Presidente do Instituto de Seguros de Portugal, a deliberação do ISP de 18 de Julho
6302 de 2014, «*marca um antes e um depois*», ao determinar:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6303 «a proibição da distribuição pela Tranquilidade de quaisquer dividendos no exercício de 2014, e
6304 a sujeição à aprovação prévia do Instituto de Seguros de Portugal, durante o mesmo exercício,
6305 de todas as operações da Tranquilidade ou de quaisquer das suas filiais, que pretendam
6306 realizar com o Grupo Espírito Santo e Fundos Autónomos por si geridos. Ao nível do sector
6307 financeiro estamos a falar do BES, Espírito Santo Financial Group e respectivas filiais e
6308 empresas-mãe e ao nível do sector não financeiro estamos a falar da Rioforte e das respectivas
6309 filiais e empresas-mãe e com outras sociedades relacionadas.

6310 Foi, ainda, determinado que a Tranquilidade reportasse, durante o exercício de 2014, a carteira
6311 de activos e a cobertura das provisões técnicas aos dias 15 e 30 de cada mês, no prazo de cinco
6312 dias úteis.»

6313 Relativamente à deliberação de 12 de Setembro de 2014, no âmbito da qual foi aprovado o
6314 plano de financiamento e recuperação proposto pela Tranquilidade, tendo por referência a
6315 alienação da empresa de seguros, e, nesse âmbito, a sua recapitalização, determinada nos
6316 termos do n.º 2 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, sobre o regime jurídico da
6317 actividade seguradora, a adopção de diversas providências de recuperação e saneamento,
6318 incluindo a sujeição das operações a realizar pela Tranquilidade à autorização prévia do
6319 Instituto de Seguros de Portugal, descreve ainda o seu Presidente:

6320 «Sobre deliberação de 12 de Setembro de 2014, o Novo Banco, por força da deliberação do
6321 Banco de Portugal de 3 de Agosto de 2014, alterada pela deliberação de 11 de Agosto, passou
6322 a integrar no seu património os direitos de crédito sobre a Espírito Santo Financial Group,
6323 garantidos por penhor financeiro sobre a totalidade das acções da Tranquilidade.

6324 Consequentemente, o Novo Banco deu início ao accionamento do penhor financeiro sobre a
6325 totalidade das acções da Tranquilidade, propriedade da Partran e, uma vez que, de acordo com
6326 o transmitido ao Instituto de Seguros de Portugal, não pretendia que tais acções integrassem o
6327 seu património, tal determinava a sua transferência para uma entidade terceira.

6328 A esse propósito, o Instituto de Seguros de Portugal, por carta de 3 de Setembro de 2014,
6329 comunicou ao Novo Banco, à semelhança do que já fizera com a Partran e com a Espírito Santo
6330 Financial Group, que, a manter-se a inexistência de um accionista capaz de garantir uma
6331 gestão sã e prudente da Tranquilidade, teriam de ser tomadas medidas.

6332 Neste contexto, foi o Novo Banco alertado que o ISP daria início aos procedimentos com vista à
6333 revogação da autorização para o exercício da actividade seguradora da Tranquilidade, se essa
6334 fosse a única forma de salvaguardar os interesses dos seus tomadores de seguro, segurados e
6335 beneficiários, com a consequente dissolução da sociedade e custos e perdas daí decorrentes.

6336 Assim, sem prejuízo das autorizações administrativas que se viessem a revelar necessárias,
6337 deveria o Novo Banco, com a máxima urgência, proceder à conclusão da alienação da
6338 totalidade do capital social da Tranquilidade a um accionista apto a garantir a gestão sã e
6339 prudente da seguradora e a acorrer com o capital necessário pois só, por essa via, poderiam ser



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6340 *salvaguardados os direitos e os interesses dos tomadores de seguros, dos segurados, dos*
6341 *beneficiários e do próprio Novo Banco.*

6342 *Na sequência das acções desenvolvidas pelo Novo Banco, encontrando-se, na sua fase final, o*
6343 *processo iniciado em 2013, tendente à alienação da Tranquilidade, apenas a Apollo Global*
6344 *Management apresentou uma proposta vinculativa, embora, em fases anteriores, outras*
6345 *entidades tenham apresentado ofertas não vinculativas.*

6346 *Cumpriu-se, assim, uma fase essencial do plano de financiamento e recuperação proposto pela*
6347 *Tranquilidade e aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal.»*

6348 Conforme consta de documentação remetida pelo ISP à CPI, foram efectuadas operações com
6349 títulos do BES, no dia 28 de Julho de 2014, pela BES Vida, no montante de 123 milhões de
6350 euros, consideradas ilícitas pelo ISP, podendo ter sérias implicações em conformidade com o
6351 regime sancionatório e contraordenacional do Dec. Lei 94-B/98 republicado pelo Dec. Lei
6352 n.º2/2009.

6353 Explica a este propósito o Presidente do ISP: «*com a decisão do dia 18 de Julho (...), todas as*
6354 *operações, seja de distribuir dividendos seja de compra ou de venda de activos do Grupo, não*
6355 *podiam fazer-se (todas essas operações, que limitámos, deste o dia 18 de Julho e que*
6356 *acompanhamos desde o dia 6 de Junho) sem a nossa autorização. E, já agora, deixe-me dizer*
6357 *que quando soubemos que teria havido por parte de uma das seguradoras aquisição de papel*
6358 *do Grupo mandámos anular a operação e o administrador, que tinha tomado essa decisão,*
6359 *demitiu-se. Forçámo-lo à demissão.»*

6360 O Novo Banco concretizou o negócio da venda da Tranquilidade ao fundo de investimento
6361 Apollo. Da informação enviada pelo Novo Banco ao regulador do mercado, consta o seguinte:

6362 «*O Novo Banco informa que, na sequência da obtenção das devidas aprovações regulatórias e*
6363 *do levantamento da providência cautelar que havia sido decretada pelo Tribunal da Relação de*
6364 *Lisboa, concluiu, na presente data, a venda de acções representativas da totalidade do capital*
6365 *social da Companhia de Seguros Tranquilidade a uma sociedade gerida pelo fundo de*
6366 *investimento Apollo, nos termos do acordo subscrito em 12 de Setembro de 2014.»*

6367 As acções da Tranquilidade tinham sido dadas ao Novo Banco como penhor financeiro para
6368 cobrir um crédito concedido à ESFG, a qual entrou, entretanto, em insolvência.

6369 O Novo Banco anunciou a 16 de Setembro de 2014 que tinha chegado a acordo com a Apollo
6370 para a venda da Tranquilidade, tendo recebido 44 milhões de euros e comprometendo-se a
6371 Apollo a injectar um valor adicional de 150 milhões de euros na Tranquilidade.

6372 O Presidente do ISP, sobre o apuramento adicional de responsabilidades sobre o sucedido na
6373 Tranquilidade, afirmou que «*Essa é uma questão que ainda não foi posta por nós, porque,*
6374 *desde a primeira hora, a preocupação que temos é no sentido de manter a empresa a*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6375 *funcionar e, portanto, estamos a recolher informações e dados para averiguar de quem é a*
6376 *responsabilidade de quê, mas ainda não acabamos.»*

6377 O ISP vai portanto aprofundar o processo de averiguações quanto ao financiamento feito pelas
6378 seguradoras do GES a outras entidades do GES, e, como referiu o seu Presidente, «*vamos ver o*
6379 *que vamos encontrar.*»

6380

6381 **3.4 Intervenção do Governo**

6382 Aborda-se a intervenção do Governo em todo este processo essencialmente a três tempos: o
6383 primeiro prende-se com a sequência de reuniões que tiveram lugar entre membros do
6384 Governo e o Presidente da Comissão Executiva do BES, Ricardo Salgado, bem como com Vítor
6385 Bento, após este ter iniciado as suas funções enquanto Presidente da Comissão Executiva do
6386 BES; o segundo diz respeito aos eventos subsequentes à reunião do Comité Nacional para a
6387 Estabilidade Financeira, que teve lugar a 18 de Julho de 2014; o terceiro refere-se
6388 essencialmente à interação entre a Senhora Ministra de Estado e das Finanças e o
6389 Governador do Banco de Portugal a propósito da implementação da medida de resolução.

6390 **3.4.1 Das Reuniões com Ricardo Salgado e Vítor Bento**

6391 Em duas missivas enviadas por Ricardo Salgado à CPI, o ex-Presidente da Comissão Executiva
6392 do BES, afirma que reuniu com membros do executivo, bem como com o Presidente da
6393 República, tendo-o feito através de duas rondas, que a seguir se descrevem.

6394 **A primeira ronda de reuniões**

6395 Em carta de dia 29 de Janeiro de 2015, Ricardo Salgado informa a CPI que houve uma primeira
6396 ronda de reuniões onde «*foi abordada a evolução do BES e a necessidade de assegurar que a*
6397 *transição da respectiva governance decorresse de forma estável e controlada (...) essencial*
6398 *para:*

- 6399 *i) Manter a confiança dos Clientes e Investidores no BES;*
- 6400 *ii) Evitar a desvalorização do BES e da ESFG nos mercados;*
- 6401 *iii) Assegurar as condições favoráveis para concretizar o aumento de capital do BES, imposto*
6402 *pelo Banco de Portugal (...);*
- 6403 *iv) Conservar a consideração e confiança no Grupo Espírito Santo, que possibilitou a concessão*
6404 *da garantia soberana à primeira solicitação ao Banco Espírito Santo Angola (“BESA”), já*
6405 *que a quebra desta confiança poderia levar a uma intervenção pública no BESA, com sérias*
6406 *consequências para o BES (...);*
- 6407 *v) Prevenir a concretização do risco sistémico (...).»*

6408 Esta ronda de reuniões incluiu o Senhor Presidente da República, a 31 de Março de 2014, o
6409 Senhor Primeiro-Ministro, a 7 de Abril de 2014, a Senhora Ministra de Estado e das Finanças, a
6410 8 de Abril de 2014, bem como o Senhor ex-Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6411 De acordo com Ricardo Salgado, nestas reuniões foi dado conhecimento da carta que
6412 endereçou ao Senhor Governador do Banco de Portugal, datada de 31 de Março de 2014.

6413 De acordo com o depoimento escrito, enviado pelo Senhor Primeiro-Ministro à CPI, na reunião
6414 de 7 de Abril de 2014 foi discutida a situação do país, baseada na análise que Ricardo Salgado
6415 havia feito do BES, bem como a supervisão bancária. De acordo com o Senhor Primeiro-
6416 Ministro, da audição não resultaram quaisquer diligências:

6417 *«Na primeira audiência, recordo-me que o Dr. Ricardo Salgado transmitiu a sua opinião geral*
6418 *sobre a evolução macroeconómica positiva no País, consubstanciada na análise de seu próprio*
6419 *Banco. Transmitiu também a sua apreensão pela forma como o Banco de Portugal vinha*
6420 *exercendo as suas funções de supervisão no que respeitava ao BES e à sua equipa de gestão. As*
6421 *suas observações críticas condensavam-se numa carta que teria dirigido ao Senhor Governador*
6422 *do Banco de Portugal e que teve o ensejo de me exhibir. Dado que a supervisão bancária é*
6423 *matéria estritamente da competência do Banco de Portugal, registei as opiniões que me foram*
6424 *transmitidas mas, naturalmente, elas não conduziram a qualquer diligência, como de resto não*
6425 *tinham de conduzir.»*

6426 A Senhora Ministra de Estado e das Finanças confirmou, em sede da CPI, ter reunido com
6427 Ricardo Salgado por diversas vezes, tal como faz com os presidentes executivos dos principais
6428 bancos portugueses:

6429 *«Tenho tido reuniões regulares com os presidentes dos bancos, em conjunto ou isoladamente,*
6430 *tive-as quer enquanto Secretária de Estado quer enquanto Ministra. Portanto, já lá vão quase*
6431 *três anos e meio de reuniões regulares com bancos, o que torna difícil situar qual foi aquela*
6432 *primeira reunião em que alguma coisa acontece.»*

6433 De acordo com Ricardo Salgado, o tema da reunião de 8 de Abril de 2014 terá sido o mesmo
6434 que o levou a solicitar uma audiência ao Senhor Primeiro-Ministro, o mesmo acontecendo com
6435 as audiências feitas junto do Senhor Presidente da República e do Senhor ex-Presidente da
6436 Comissão Europeia, Durão Barroso.

6437 **A segunda ronda de reuniões**

6438 Segundo a missiva enviada por Ricardo Salgado à CPI, *«numa segunda ronda de reuniões,*
6439 *foram discutidas as questões indicadas no “memo” que já disponibilizei à Comissão*
6440 *Parlamentar de Inquérito, o qual foi entregue aos interlocutores intervenientes nestas reuniões*
6441 *(...). Nestas reuniões, os seguintes pontos foram tratados com maior enfoque:*

6442 i) *O “fecho do acesso ao financiamento para as empresas da área não financeira do GES, em*
6443 *consequência do ring-fencing imposto ao BES, pelo Banco de Portugal; daqui resultou a*
6444 *necessidade imperativa das empresas da área não financeira do GES obterem*
6445 *financiamento, junto de outras fontes, o qual seria, naturalmente, reembolsado, a médio*
6446 *prazo;*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 6447 ii) *A resolução dos desequilíbrios do GES, sem impacto na economia, pressupunha a*
6448 *implementação de um conjunto de soluções e operações complexas, que requeriam tempo,*
6449 *para garantir a sua boa execução (...);*
6450 iii) *Pedido de apoio institucional e, ainda, confiança nos planos de recuperação apresentados e*
6451 *na estratégia delineada, incluindo nomeadamente ao nível do relacionamento do BES com*
6452 *os reguladores.»*

6453 De acordo com Ricardo Salgado, houve, nesta fase, lugar a reuniões com o então Senhor
6454 Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, a 2 de Maio de 2014, com o Senhor
6455 Presidente da República, a 6 de Maio de 2014, com a Senhora Ministra de Estado e das
6456 Finanças, a 14 de Maio de 2014 e com o Senhor Primeiro-Ministro, no mesmo dia, e, por
6457 último, com o Senhor Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, a 20 de Maio de 2014.

6458 Relativamente à reunião com o Senhor Primeiro-Ministro, que versou sobre os pontos acima
6459 referidos, Pedro Passos Coelho afirmou, em resposta à CPI, que o Governo não interferiria na
6460 avaliação que a CGD pudesse fazer de um eventual empréstimo ao GES, não tendo a reunião
6461 conduzido a nenhuma diligências:

6462 *«Respondi que tal plano, no que respeitava ao Estado, não teria viabilidade tendo em conta*
6463 *variadíssimos aspectos, entre os quais o elevado risco, não aceitável, a disseminar pelo sistema*
6464 *financeiro, bem como a prática impossibilidade de bancos que tivessem sido recapitalizados*
6465 *com recurso a fundos públicos virem a obter, quer do Banco de Portugal, quer da DGComp,*
6466 *aprovação para operações desta natureza e envolvendo valores tão elevados (não recordei*
6467 *exactamente o montante, mas tenho ideia de ter sido referido um número em torno dos 2,5 mil*
6468 *milhões de euros). Em qualquer caso, afirmei que o Governo nunca interferiria directamente na*
6469 *avaliação e na decisão que a CGD viesse a fazer do caso concreto, nesta como em quaisquer*
6470 *outras matérias respeitantes a decisões que só devem caber à sua administração na área*
6471 *económica-financeira da sua esfera de intervenção. (...) Recomendei, em qualquer caso, que*
6472 *quanto mais cedo o GES iniciasse uma abordagem prática e directa com os seus principais*
6473 *credores no sentido de organizar o eventual incumprimento melhor seria para todos e também*
6474 *para minimizar o impacto na economia nacional. Aconselhei o Dr. Ricardo Salgado a tratar*
6475 *destas matérias com o Governador do Banco de Portugal. Posteriormente troquei impressões*
6476 *com a Senhora Ministra de Estado e das Finanças, com o Senhor Vice-Primeiro-Ministro e com*
6477 *o Senhor Governador sobre o conteúdo desta audiência.»*

6478 No que diz respeito à reunião do dia 14 de Maio, com a Senhora Ministra de Estado e das
6479 Finanças, esta afirmou, na sua primeira audição em sede da CPI, que não havia nada que o
6480 Governo pudesse ou devesse fazer relativamente à CGD e possibilidade desta conceder um
6481 empréstimo ao Grupo Espírito Santo:

6482 *«De facto, a dada altura foram-me dirigidos pedidos sempre, repito, para o Grupo Espírito*
6483 *Santo. Nunca houve qualquer pedido formal, ou informal, sequer referência, a um pedido de*
6484 *capitalização pública do Banco Espírito Santo. As preocupações que eram transmitidas eram*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6485 *com o Grupo Espírito Santo, portanto com a área não financeira do Grupo, com as dificuldades*
6486 *que essa área financeira estava a sofrer e com as consequências que os problemas poderiam*
6487 *ter, porque era um Grupo grande, que tem relevância na economia nacional. Aquilo que me foi*
6488 *pedido numa dessas reuniões, foi se seria possível algum enquadramento em que houvesse um*
6489 *financiamento da Caixa Geral de Depósitos, ao que eu respondi que, quer no caso do GES, quer*
6490 *em quaisquer outros casos, o Governo não fala com a administração da Caixa Geral de*
6491 *Depósitos sobre nenhum caso em particular. Ou seja, nunca o fiz, e nunca falarei com a*
6492 *administração do Banco público para lhe dizer quais são os créditos que deve, ou não,*
6493 *conceder. A administração do Banco público, o seu conselho de administração tem obrigações*
6494 *claramente definidas no seu mandato de gestão, avalia quais são as propostas que têm*
6495 *interesse comercial e decide em função dessa sua avaliação.*

6496 *Portanto, nunca interfeiri com qualquer decisão da Caixa Geral de Depósitos nesta matéria,*
6497 *nem nunca o farei. E o que respondi, claramente, foi que as decisões comerciais da Caixa Geral*
6498 *de Depósitos são tomadas pela Caixa Geral de Depósitos e que o Governo não tem qualquer*
6499 *interferência nessa matéria.*

6500 *Mas o pedido era sempre para o Grupo Espírito Santo!»*

6501 Na sua segunda audição efectuada na CPI, a Ministra de Estado e das Finanças esclareceu
6502 ainda que:

6503 *«Para os grupos económicos que não de cariz financeiro, independentemente da sua dimensão,*
6504 *não há mecanismos específicos para que o Governo os apoie.*

6505 *O que esses grupos fazem, na prática, é dirigir-se ao sistema financeiro e, em função das*
6506 *garantias que tenham e que apresentem, conseguir, em termos comerciais, obter*
6507 *financiamento desse grupo financeiro. Mas nem para os grupos grandes nem para os grupos*
6508 *pequenos existe, da parte do Estado, algum tipo de mecanismos que possam ser accionados*
6509 *para evitar este tipo de consequências, que, concordo com o Sr. Deputado, são lamentáveis.*
6510 *Sabemos hoje, ou melhor, já se sabe que muitas destas consequências decorrem, de facto, da*
6511 *actuação dos gestores desse grupo. É lamentável a riqueza que se perde para o País e as*
6512 *consequências negativas que tem.»*

6513 Por sua vez, Carlos Moedas confirma que teve lugar uma reunião entre o próprio e Ricardo
6514 Salgado a 2 de Maio de 2014. Nesta reunião foi transmitida ao então Secretário de Estado
6515 Adjunto do Primeiro-Ministro a situação do GES e a possibilidade de os seus problemas
6516 constituírem um risco sistémico para o país, factos mencionados diversas vezes por outros
6517 responsáveis do GES. Carlos Moedas refere que foi nesta data a primeira vez que tomou
6518 conhecimento de dificuldades no GES/BES. Quanto a diligências que possa ter feito na
6519 sequência da mencionada reunião, Carlos Moedas afirma:

6520 *«Dado que não tinha, no âmbito das minhas funções, qualquer responsabilidade em matéria*
6521 *do sector financeiro, não dei qualquer seguimento ao assunto, a não ser informar o Gabinete*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6522 *do Senhor Primeiro-Ministro de que iriam receber em breve um pedido de audiência. Não fiz*
6523 *qualquer outra diligência sobre o assunto junto do Senhor Primeiro-Ministro ou qualquer outro*
6524 *membro do Governo.»*

6525 **Outros contactos**

6526 Para além destas duas rondas de reuniões, o então Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-
6527 Ministro confirmou ter sido contactado, por telefone, no início de Junho de 2014, tendo então
6528 Ricardo Salgado solicitado a Carlos Moedas apoio para o agendamento de uma reunião com o
6529 Presidente da CGD, algo que não fez, uma vez não existir «*no âmbito das suas funções*
6530 *qualquer tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos (...).*

6531 *Quanto ao Presidente da Caixa Geral de Depósitos, tive a oportunidade de comentar com ele o*
6532 *telefonema, o facto de o GES querer uma reunião com a CGD e a estranheza que o contacto me*
6533 *tinha suscitado. Não tendo a tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos, não dei nem poderia*
6534 *nunca dar qualquer instrução ao Dr. José de Matos para receber representantes do GES.»*

6535 Nesse telefonema falou-se ainda de um caso de justiça no Luxemburgo, relacionado com o
6536 GES, não tendo ocorrido, no entanto, nenhuma diligência da parte de Carlos Moedas junto do
6537 Governo do Luxemburgo:

6538 «*Lembro-me de ter mencionado conhecer o Ministro Félix Braz (com quem tinha tido um total*
6539 *de duas interações: a primeira, em Dezembro de 2013, quando soube da nomeação deste*
6540 *luso-descendente para o governo, tendo-lhe ligado para me apresentar e endereçar*
6541 *felicitações; e em Março de 2014 quando o cumprimentei à margem da visita oficial do*
6542 *Primeiro-Ministro do Luxemburgo a Portugal). No entanto, tal como entretanto confirmado*
6543 *publicamente pelo Ministro Félix Braz, não dei qualquer seguimento à questão e não o*
6544 *contactei. Assim como não contactei nem tentei contactar directa ou indirectamente o governo*
6545 *luxemburguês sobre eventuais casos de justiça envolvendo o Grupo Espírito Santo ou sobre*
6546 *qualquer outro assunto.»*

6547 Por sua vez, o Senhor Primeiro-Ministro confirmou a existência de um contacto feito por José
6548 Maria Ricciardi:

6549 «*(...) no âmbito de conversas informais, recordo-me que o Dr. José Maria Ricciardi alguma vez*
6550 *expressou a sua incomodidade quanto aos desenvolvimentos sobre a situação do BES e do GES,*
6551 *os quais já eram do conhecimento público.»*

6552 Questionado sobre se efectuou alguma diligência na sequência do contacto de José Maria
6553 Ricciardi, o Senhor Primeiro-Ministro responde o seguinte:

6554 «*Não. Apenas fiquei ciente do incómodo que os factos, de resto públicos, que marcaram os*
6555 *desenvolvimentos do BES e do GES, deixaram junto do Dr. José Maria Ricciardi.»*

6556



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6557 O Vice-Primeiro-Ministrou afirmou ter também reunido com Ricardo Salgado, possivelmente
6558 em 20 de Maio de 2014, onde ter-lhe-á sido sugerido um apoio público, através da CGD, ao
6559 Grupo Espírito Santo.

6560 Por último, e no seguimento de uma reunião da Associação Portuguesa de Bancos realizada a 7
6561 de Junho de 2013, onde participaram os Presidentes das Comissões Executivas dos principais
6562 bancos e o então Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, este, alegadamente,
6563 ter-se-á manifestado criticamente em relação à dívida do Grupo Espírito Santo, conforme
6564 referiu o próprio em depoimento escrito prestado à CPI:

6565 *«O mês de Maio foi muito rico de acontecimentos. Mas para explicar o episódio reportado*
6566 *basta referir que, no dia 7 de Maio foi realizado um leilão de obrigações a 10 anos. O sucesso*
6567 *desta operação garantia que a curva de rendimentos portugueses estava agora completa. A*
6568 *operação constituía o culminar de um processo, começando no início de 2012, de reconquista*
6569 *do acesso do Tesouro Português ao financiamento de mercado. Tratava-se, em meu entender,*
6570 *de uma operação de enorme importância: desde logo, porque abria o caminho a idênticas*
6571 *operações por parte dos bancos e outras grandes empresas portuguesas; mas também porque*
6572 *testemunhava um gradual ganho de credibilidade de Portugal junto dos investidores*
6573 *institucionais.*

6574 *No início de Junho é-me reportado que o Dr. Ricardo Salgado teria expressado dúvidas sobre a*
6575 *sustentabilidade da dívida portuguesa. Essas afirmações surpreenderam-me. (...)*

6576 *Ao abrir a reunião, a minha intenção era a de – de forma enfática – comunicar desagrado pelo*
6577 *ocorrido e demonstrar a sua inconveniência e falta de oportunidade. Nesse sentido, terei*
6578 *começado por manifestar o meu desagrado. Julgo que terei continuado dizendo que os*
6579 *mercados não teriam dado grande peso às dúvidas expressas. Concluí dizendo que estava*
6580 *convencido que se, por hipótese, eu expressasse dúvidas sobre a dívida do BES a reacção dos*
6581 *mercados e do público poderia não ser tão benigna. O objectivo da intervenção foi apenas*
6582 *ilustrar um mecanismo com um exemplo apenas hipotético. As reacções durante e após a*
6583 *reunião sugerem-me que, desse ponto de vista, a comunicação resultou plenamente.»*

6584 De acordo com a audição de Fernando Ulrich na CPI, ele próprio alertou em determinado
6585 momento Vítor Gaspar para a existência de potenciais dificuldades no GES e no BES:

6586 *«Eu falei com o Dr. Vítor Gaspar, ministro das Finanças, não consigo precisar o dia, mas ele era*
6587 *ministro. Creio que, em finais de Maio, princípios de Junho de 2013. Nessa conversa – é normal*
6588 *que os banqueiros falem com os ministros das Finanças – abordámos vários assuntos e um dos*
6589 *que eu referi foi a minha preocupação com a situação no GES e no BES. O Dr. Vítor Gaspar*
6590 *actuou de imediato, porque em menos de 48 horas fui contactado por um alto funcionário do*
6591 *Banco de Portugal.»*

6592 Assim, Vítor Gaspar terá sido informado de alegados problemas no GES e no BES por parte de
6593 Fernando Ulrich, tendo o então Senhor Ministro de Estado e das Finanças contactado o Banco



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6594 de Portugal a este propósito. No entanto, e de acordo as declarações do Governador do Banco
6595 de Portugal na audição da CPI do dia 24 de Março de 2015, a informação transmitida por
6596 Fernando Ulrich correspondia a elementos de que o Banco de Portugal já dispunha,
6597 identificados no contexto do primeiro Exercício Transversal de Revisão das Imparidades das
6598 Carteiras de Crédito (ETRICC) ao GES.

6599

6600 **3.4.2 Do Comité Nacional para a Estabilidade Financeira**

6601 O Comité Nacional para a Estabilidade Financeira (CNEF) é presidido pela Senhora Ministra de
6602 Estado e das Finanças, contando ainda com a presença dos representantes máximos das três
6603 entidades reguladoras: Governador do Banco de Portugal, Presidente da CMVM e Presidente
6604 do ISP.

6605 A 18 de Julho de 2014 tem lugar uma reunião do CNEF, convocada pela Senhora Ministra de
6606 Estado e das Finanças, com o objectivo de discutir matérias relacionadas com o GES. Segundo
6607 declarações da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, na audição efectuada a 19 de
6608 Novembro de 2014 perante a CPI, havia já algum ruído e inquietação públicas, tendo a reunião
6609 servido para analisar o assunto, tendo sido ainda acordada a constituição de um grupo de
6610 trabalho ao nível técnico para que quadros das diversas instituições pudessem estar em
6611 permanente contacto. No seguimento de sugestão do Governador do Banco de Portugal, foi
6612 ainda decidido criar um outro grupo de trabalho, para estudo de cenários de contingência
6613 relacionados com processos de recapitalização pública.

6614 Na sua audição de 19 de Novembro de 2014 perante a CPI, a Ministra de Estado e das Finanças
6615 descreve da seguinte forma a mencionada reunião do CNEF:

6616 *«Essa reunião foi convocada por mim própria, o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira,*
6617 *e o tema da reunião era precisamente poder discutir com os três reguladores, o Governador do*
6618 *Banco de Portugal, o Presidente da CMVM e o Presidente do ISP, as matérias relacionadas com*
6619 *o Grupo Espírito Santo, nomeadamente na vertente financeira do Grupo mas também na*
6620 *vertente de mercado por serem entidades cotadas. E a discussão em torno disso foi reveladora*
6621 *das preocupações que partilhávamos. Estamos a 18 de Julho e havia muito ruído público e*
6622 *alguma inquietação pública sobre o que se estaria a passar no Grupo Espírito Santo, e nessa*
6623 *reunião ficou acordado a constituição de dois grupos de trabalho ao nível técnico. Isto para*
6624 *quê? Para que a troca de informação não tivesse de ocorrer apenas entre os titulares máximos*
6625 *dos respectivos órgãos, a Ministra das Finanças e o Presidente do ISP ou da CMVM e o*
6626 *Governador do Banco de Portugal, para que pudessemos nomear, das nossas equipas, técnicos*
6627 *que se mantivessem em contacto permanente na troca de informações. Foi também sugerido*
6628 *pelo Sr. Governador do Banco de Portugal que pudesse haver uma espécie de um subgrupo, ou*
6629 *uma interacção entre o meu Gabinete e o Banco de Portugal, para preparar a*
6630 *operacionalização de uma eventual recapitalização pública. Eu recordo, conforme citei na*
6631 *minha intervenção inicial, que, mesmo no dia 30 de Julho, quer o Banco de Portugal quer o*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6632 *Banco Espírito Santo reiteram a existência de investidores interessados e que aquilo que*
6633 *aconteceu e que acabou por determinar a solução era algo completamente inesperado. Ora, se*
6634 *no dia 30 de Julho é dito isto, muito mais impensável seria no dia 18. Agora, isto não significa*
6635 *que um supervisor diligente e um Ministro das Finanças diligente, que tem responsabilidade*
6636 *sobre a estabilidade do sector financeiro, não ponderem cenários de contingência: e se as*
6637 *coisas vierem a correr todas mal... e se vier a ser necessário...? E nesse caso, até porque*
6638 *estávamos a entrar num período de férias, o que também acaba por ter alguma relevância, e*
6639 *possivelmente muitos dos contactos habituais poderiam não estar disponíveis, era preciso*
6640 *manter contactos fáceis e estabelecidos num cenário de contingência.»*

6641 O depoimento do Governador do Banco de Portugal confirma o teor desta reunião do CNEF,
6642 afirmando ainda, na sua audição de 17 de Novembro de 2014, que nessa altura se pensava que
6643 a almofada de capital do BES seria mais que suficiente para acomodar eventuais prejuízos:

6644 *«(...) relativamente ao conhecimento da situação do Banco, gostaria de dizer que a situação do*
6645 *Banco foi objecto de uma discussão no CNEF, no dia 18 de Julho, com a presença da Sr.ª*
6646 *Ministra, e, na altura, tinha ficado combinado que iria haver um grupo de trabalho. Esse grupo*
6647 *de trabalho não se chegou a materializar, por razões muito simples, e a proposta foi minha:*
6648 *porque os acontecimentos se precipitaram e o grupo de trabalho acabou por não ser criado.*
6649 *Temos de perceber que estávamos em pleno período de férias da parte do pessoal das*
6650 *instituições. (...) dia 18 de Julho, o CNEF teve ocasião de debater esta questão, não sabendo,*
6651 *obviamente, dos factos que aconteceram na última semana, porque, quando nós discutimos a*
6652 *questão no CNEF, a almofada de capital existente ainda era suficiente para acomodar o risco*
6653 *ao Grupo.»*

6654

6655 **3.4.3 A aprovação dos Decreto-Lei n.º 114-A/2014 e 114-B/2014**

6656

6657 Estes Decreto-Lei foram aprovados em Conselho de Ministros, no seguimento da necessidade
6658 de preparação de cenários de contingência de intervenção, pelo Banco de Portugal, de acordo
6659 com o que foi transmitido à CPI tanto por este como pelo próprio Governo.

6660

6661 Relativamente ao Decreto-Lei n.º 114-A/2014, aprovado no Conselho de Ministros no dia 31
6662 de Julho de 2014, foi enviada na véspera, dia 30 de Julho de 2014, uma nota ao gabinete da
6663 Ministra de Estado e das Finanças, que esta caracterizou na audição na CPI do dia 25 de Março
6664 de 2015 do seguinte modo:

6665

6666 *«a nota que foi dada ao meu gabinete foi que era uma antecipação de uma medida que já*
6667 *estava prevista no diploma, na CRD IV (Capital Requirements Directive), que estava em fase de*
6668 *transposição e que era importante antecipar a aprovação dessa alteração que estava incluída*
6669 *no anteprojecto de decreto-lei autorizado porque precisamente no âmbito dos cenários de*
6670 *contingência que estavam a ser analisados, poderia ser importante ter esta disposição*
6671 *aprovada.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6672

6673 Esta alteração legislativa não constou do comunicado à imprensa que é feito a seguir a todos
6674 os Conselhos de Ministros, o que é explicado pela Ministra de Estado e das Finanças do
6675 seguinte modo:

6676

6677 *«Perguntámo-nos por que é que este lapso teria ocorrido e a explicação que encontramos é*
6678 *que, normalmente, o draft do comunicado do Conselho de Ministros é preparado de véspera,*
6679 *com a agenda, e depois fazem-se os ajustamentos que decorrem da própria reunião. Como este*
6680 *diploma entrou directamente para a agenda, houve um lapso e ele não foi incluído no*
6681 *comunicado. É a explicação que encontramos.»*

6682

6683 Quanto ao segundo diploma, que corresponde ao Decreto-Lei n.º 114-B/2014, foi aprovado a 3
6684 de Agosto de 2014, Domingo, pelo Conselho de Ministros, através de consulta e aprovação por
6685 correio electrónico junto dos seus membros, a solicitação do Banco de Portugal, no sentido de
6686 acautelar juridicamente determinados aspectos relevantes, tendo em consideração o contexto
6687 em que a medida de resolução teve lugar, no dia 3 de Agosto de 2014.

6688

6689 **3.4.4 Outras Perspectivas**

6690 De acordo nomeadamente com o depoimento prestado na CPI pelo Presidente da Comissão
6691 Executiva do BPI, Fernando Ulrich, o papel do Governo no contexto da medida de resolução
6692 foi, no seu entendimento, reduzido ao mínimo, afirmando que na sua opinião o Governo
6693 deveria ter sido mais pró-activo em todo o processo:

6694

6695 *«Eu não consigo aceitar que isto foi tudo ao lado do Governo e que foi o Banco de Portugal que*
6696 *fez tudo sozinho.»*

6697

6698 *«É a minha visão holística do conjunto desta situação: não é possível excluir o Governo de toda*
6699 *esta situação. Lamento, mas entendo que as responsabilidades são mais vastas.»*

6700

6701 **3.5 Impactos sobre Contas Públicas e Economia**

6702 De acordo com os depoimentos prestados na CPI, não foi elaborada nenhuma análise
6703 quantificada do impacto da medida de resolução do BES, deliberada pelo Banco de Portugal,
6704 sobre as contas públicas e a economia nacional.

6705 Tal foi referido pela Ministra de Estado e das Finanças na audição do dia 19 de Novembro de
6706 2014, reconhecendo naturalmente que o impacto sobre a economia só pode ser negativo:

6707 *«Eu não encomendei nenhum estudo, nem tenciono encomendá-lo, porque o decisor político...*
6708 *Um estudo desta natureza — só para que se perceba porquê —, como qualquer estudo*
6709 *económico, tem de ter pressupostos. E se alguém académico quiser fazer um estudo, dizendo:*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6710 *eu assumo como pressupostos que o impacto no crédito concedido é uma redução de x%, que o*
6711 *impacto nos postos de trabalho é uma redução ou um aumento de y%, que o impacto nos*
6712 *depósitos é tanto, se alguém que não esteja ligado ao poder político quiser enunciar esses*
6713 *pressupostos e fazer esse estudo, com certeza que o poderá fazer. Agora, se for um estudo*
6714 *patrocinado pelo Estado, é assumir pressupostos relativamente a acontecimentos que, do*
6715 *ponto de vista político são até perigosos. Aquilo que os políticos, que os governantes decidem*
6716 *tem influência. Se eu disser, vou imaginar — atenção, isto é meramente ilustrativo (...) que o*
6717 *caso do Grupo Espírito Santo teve um impacto, uma contracção no crédito concedido em 10%,*
6718 *se eu validasse um pressuposto desta natureza, o facto de ser um governante, no caso a*
6719 *Ministra das Finanças, a enunciar este pressuposto, tem consequências. Tem consequências:*
6720 *induz interpretações sobre o que de facto está a acontecer. E, portanto, Sr. Deputado, não!*
6721 *Acho que pode haver múltiplas entidades independentes do poder político que façam essa*
6722 *avaliação, e certamente haverá, mas a definição dos pressupostos necessária a uma avaliação*
6723 *dessa natureza é meu entendimento que não deve ser assumida pelo poder político, porque*
6724 *isso tem riscos e consequências que não faz sentido correr neste contexto. E, portanto, não!*
6725 *Não tenho nenhum estudo de impacto sobre a economia, sendo certo que naturalmente que*
6726 *tem impacto e que o impacto só pode ser negativo, pois, se não foi uma coisa boa que*
6727 *aconteceu, o impacto só pode ser negativo!»*

6728 Já no que se refere ao impacto, a longo prazo, sobre o erário público, do empréstimo
6729 concedido pelo Estado ao Fundo de Resolução, de acordo com a Ministra de Estado e das
6730 Finanças na mesma audição ele acabará por ser nulo, tendo referido, a este propósito, o
6731 seguinte:

6732 *«(...), primeiro o Estado só emprestou 3.900 milhões de euros. Portanto, a parte da qual temos*
6733 *que ser ressarcidos são 3.900 e não 4.900, aquilo que nos cabe são 3.900 milhões. Em qualquer*
6734 *caso, quem é responsável por esse ressarcimento é o Fundo de Resolução; quem alimenta o*
6735 *Fundo de Resolução são as instituições financeiras; e, portanto, se alguma diferença vier a*
6736 *haver entre o valor de venda e aquele que tem de ser devolvido ao Estado são as instituições*
6737 *financeiras que são responsáveis por cobrir a diferença. Portanto, nunca será o Estado em*
6738 *qualquer caso.»*

6739 O valor afecto à resolução BES, por parte do Fundo de Resolução, corresponde a 4.900 milhões
6740 de euros, dos quais 3.900 milhões de euros foram emprestados pelo Estado, devendo o seu
6741 reembolso ser efectuado num prazo máximo de dois anos, conforme descreve igualmente a
6742 Ministra de Estado e das Finanças na audição da CPI do dia 19 de Novembro de 2014:

6743 *«(...) o contrato que está neste momento assinado e em vigor do empréstimo ao Fundo de*
6744 *Resolução tem um prazo máximo de dois anos. Portanto, é um contrato a três meses que é*
6745 *renovado, a menos que haja denúncia entre as partes, e o contrato que está neste momento*
6746 *em vigor tem um prazo de dois anos.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6747 Questionada sobre eventuais perdas decorrentes de uma venda do Novo Banco por um valor
6748 inferior ao valor nele injectado pelo Fundo de Resolução, a Ministra de Estado e das Finanças
6749 acrescentou que uma eventual distribuição de encargos pelo sistema financeiro, onde se inclui
6750 a CGD, poderá significar perdas para este banco, mas que o mesmo não significa que o Estado
6751 seja chamado a suportar as perdas decorrentes da venda do Novo Banco:

6752 *«(...) uma coisa é o Estado ser chamado a suportar perdas; outra coisa é o Estado ser dono de*
6753 *um banco do sistema e esse banco do sistema, que actua em pé de igualdade e exactamente*
6754 *com as mesmas regras de todos os bancos do sistema, suportar a parte que eventualmente lhe*
6755 *couber «se», como a Sr.ª Deputada e muito bem disse, houver alguma diferença a cobrir, «se»*
6756 *essa diferença vier a ser de tal magnitude que implique perdas grandes para a Caixa e «se» daí*
6757 *decorrer uma necessidade de recapitalização. Mas aquilo que a Sr.ª Deputada está a dizer não*
6758 *é nada incompatível com aquilo que eu disse. Aquilo que pode determinar necessidades de*
6759 *recapitalização da Caixa por fundos públicos é o facto de ser um banco público, não é o facto*
6760 *de ter havido uma resolução do BES com meios do Fundo de Resolução.»*

6761 Ainda na mesma audição, a Senhora Ministra de Estado e das Finanças, quando questionada
6762 sobre se o empréstimo ao Fundo de Resolução pode ser transformado num empréstimo à
6763 banca, clarifica que o destinatário do empréstimo é o Fundo de Resolução, e não a banca:

6764 *«À pergunta se equaciono que o empréstimo do Fundo de Resolução possa ser transformado*
6765 *num empréstimo à banca, respondo que à banca, não. O empréstimo ao Fundo de Resolução é*
6766 *um empréstimo ao Fundo de Resolução. Não é aos bancos, é ao Fundo de Resolução, que é*
6767 *alimentado pelos bancos, mas também por uma multiplicidade de sociedades financeiras. Nós*
6768 *falamos sempre nos bancos porque, obviamente, eles representam o grosso da coluna,*
6769 *representam a maioria dos montantes que lá são postos, mas não são os únicos. Julgo que o*
6770 *Fundo de Resolução é representado por 78 ou 79 entidades, se não me falha a memória.*
6771 *Portanto, estamos a falar de muito mais do que os quatro ou cinco bancos que normalmente*
6772 *entram na nossa conversa.*

6773 *Em qualquer caso, aquilo que está aqui em causa é o seguinte: neste momento, temos um*
6774 *empréstimo com uma maturidade máxima de 2 anos e não há nenhuma razão para acreditar*
6775 *que não seja possível que o montante de 3.900 milhões — e também é importante esclarecer*
6776 *que não estamos a falar de 4.900, porque o Estado só emprestou 3.900 — não possam ser*
6777 *reembolsados nesse prazo com o produto da venda do Novo Banco, que todos esperamos que*
6778 *chegue, mas se, eventualmente, houver alguma diferença que sejam ressarcidos pelo Fundo de*
6779 *Resolução.*

6780 *Portanto, não vejo neste momento nenhum risco material relativamente a essa matéria.»*

6781 A Senhora Ministra de Estado e das Finanças foi ainda questionada sobre custos relacionados
6782 com litigância, os quais são, como a própria refere, imprevisíveis:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

«Portugal é um Estado de direito e nós não podemos privar, absolutamente ninguém, de entender que tem razões e fundamentos para o fazer, de pôr processos contra quem quer que seja, em circunstância alguma. Portanto, com certeza que sim. Aliás, se tivesse sido feita uma nacionalização, isso também não impediria ninguém de recorrer aos tribunais a pedir o ressarcimento. Portanto, é o facto de vivermos, felizmente, num Estado de direito.»

3.6 Enquadramento Legal e Regulamentar

O enquadramento legal da supervisão e da actividade das instituições financeiras e das sociedades financeiras tem vindo a sofrer alterações substanciais, particularmente desde o final de 2008. Sem prejuízos das normas basilares em matéria de supervisão e da actividade das instituições de crédito, importa dar nota das principais alterações efectuadas, designadamente aquelas que tiveram impacto directo no enquadramento da medida de resolução. Será assim dado especial enfoque aos seguintes diplomas:

- I. Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro;
- II. Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro;
- III. Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho;
- IV. Directiva 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho;
- V. Comunicação da CE, 2013/C 216/01, de 30 de Julho;
- VI. Lei n.º 1/2014, de 16 de Janeiro;
- VII. Directiva 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio;
- VIII. Portaria n.º 140/2014, de 8 de Julho;
- IX. Decreto-Lei n.º 114-A/2014, de 1 de Agosto;
- X. Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de Agosto;
- XI. Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro;
- XII. Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro;
- XIII. Lei n.º 23-A/2015, de 26 de Março.

- I. **Lei n.º 63-A/2008**, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros

Esta Lei materializou-se num conjunto de medidas, onde se incluiu a recapitalização de instituições de crédito, acautelando a necessidade de cada Estado-Membro assegurar que as referidas instituições de crédito detêm um nível adequado de fundos próprios de *core tier 1*, com vista à manutenção da estabilidade financeira, ao restabelecimento da confiança e ao financiamento regular da economia. Ainda, de acordo com o mesmo enquadramento legal, o recurso a uma capitalização por parte do Estado tornou-se possível, cumpridos determinados requisitos, sem uma partilha de encargos directos por parte de accionistas e credores.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6823 De acordo com as palavras da Ministra de Estado e das Finanças, na sua primeira audição
6824 perante a CPI:

6825 *«As operações de recapitalização pública no sector financeiro português, ocorridas em 2012 e*
6826 *2013, processaram-se no enquadramento legal criado especificamente para o efeito, em linha*
6827 *com as iniciativas tomadas a nível europeu. Nesse enquadramento, as instituições financeiras*
6828 *apresentavam um pedido de recapitalização pública, o Banco de Portugal avaliava as*
6829 *condições em que o mesmo poderia ser concedido, garantindo a viabilidade da instituição e a*
6830 *sua capacidade de reembolsar o Estado em prazo e com remuneração adequadas e alinhadas*
6831 *com as orientações europeias.*

6832 *Após a injeção de capital público, a instituição financeira apresentava um plano de*
6833 *reestruturação — a submeter à Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia*
6834 *(DGComp) — para verificar a conformidade da intervenção com as regras europeias de auxílios*
6835 *de Estado (...). Se por um lado estas medidas foram cruciais para a manutenção da essencial*
6836 *estabilidade financeira na União Europeia no momento de plena crise financeira, por outro elas*
6837 *promoveram discussões muito relevantes sobre os modelos de intervenção pública no sistema*
6838 *financeiro: era necessário assegurar que, no futuro, não deveriam ser os contribuintes*
6839 *chamados a resolver os problemas no sector financeiro.»*

6840 **II. Decreto-Lei n.º 31-A/2012**, de 10 de Fevereiro, que procedeu à 25.ª alteração do
6841 Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”),
6842 conferindo poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua
6843 supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, e procedendo à criação de um
6844 Fundo de Resolução

6845

6846 O regime de resolução pode ser resumido da seguinte forma, de acordo com documentação
6847 fornecida pelo Banco de Portugal:

6848 *«Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 31-/2012, de 10 de Fevereiro, o qual introduziu*
6849 *uma significativa alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades*
6850 *Financeiras, (...), teve lugar uma revisão profunda do regime de saneamento de instituições de*
6851 *crédito, anteriormente em vigor, e a sua substituição por uma nova abordagem de intervenção*
6852 *do Banco de Portugal junto de instituições de crédito e determinadas empresas de*
6853 *investimento em dificuldades financeiras. As medidas previstas no novo regime visam,*
6854 *consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e*
6855 *determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam*
6856 *três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção*
6857 *correctiva, administração provisória e resolução.*

6858 *As medidas de resolução, mais concretamente, poderão aplicar-se quando uma instituição de*
6859 *crédito ou empresa de investimento abrangida pelo regime não cumpra, ou esteja em sério*
6860 *risco de não cumprir, os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da sua*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6861 *actividade, se a aplicação de tais medidas for considerada como indispensável para a*
6862 *prosecução de pelo menos uma das [seguintes] finalidades:*

- 6863 — *Assegurar a continuidade da prestação dos serviços financeiros essenciais;*
- 6864 — *Acautelar o risco sistémico;*
- 6865 — *Salvaguardar os interesses dos contribuintes e do erário público;*
- 6866 — *Salvaguardar a confiança dos depositantes.*

6867 *Para efeitos de aplicação de medidas de resolução, considera-se que uma instituição está em*
6868 *sério risco de não cumprir os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da*
6869 *actividade se se verificar alguma das seguintes situações, ou se existirem fundadas razões para*
6870 *considerar que a curto prazo elas se possam verificar:*

- 6871 — *A instituição tem prejuízos susceptíveis de consumir o respectivo capital social;*
- 6872 — *Os activos da instituição tornaram-se inferiores às respectivas obrigações;*
- 6873 — *A instituição está impossibilitada de cumprir as suas obrigações.*

6874 *As medidas de resolução compreendem, especificamente:*

- 6875 — *A alienação, parcial ou total, do património da instituição que se encontre em dificuldades*
6876 *financeiras para uma ou mais instituições autorizadas a desenvolver as actividades em*
6877 *causa;*
- 6878 — *A constituição de um banco de transição e a transferência, parcial ou total, do património*
6879 *da instituição que se encontre em dificuldades financeiras para esse banco.*

6880 *Atendendo à importância de – por razões de salvaguarda da estabilidade financeira – serem*
6881 *preservados determinados credores da instituição que se encontra em dificuldades, poderá*
6882 *haver a necessidade de apoiar o financiamento de determinados passivos da instituição visada.*
6883 *É da eventual insuficiência de activos alienados ou transferidos face ao valor dos passivos a*
6884 *preservar que emerge a necessidade de uma entrada de fundos para o financiamento da*
6885 *aplicação de medida de resolução.*

6886 *É neste contexto que se deve entender o papel do Fundo de Resolução, enquanto prestador dos*
6887 *meios financeiros necessários à viabilização da aplicação de medidas de resolução. As*
6888 *modalidades de apoio financeiro do Fundo de Resolução podem contemplar, entre outras, a*
6889 *realização de transferências para o banco adquirente de activos e passivos ou para o banco de*
6890 *transição, a prestação de garantias, ou a concessão de empréstimos, e ainda a realização do*
6891 *capital social de bancos de transição.*

6892 *Note-se que o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) também pode apoiar financeiramente a*
6893 *aplicação de medidas de resolução, mas exclusivamente quando se trate da transferência dos*
6894 *depósitos constituídos junto da instituição em dificuldades para uma outra instituição de*
6895 *crédito autorizada a receber depósitos ou para um banco de transição, e apenas pelo montante*
6896 *necessário para cobrir a diferença entre os depósitos garantidos que sejam alienados ou*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6897 *transferidos e o valor dos activos alienados ou transferidos, não podendo o financiamento pelo*
6898 *FGD ser, em circunstância alguma, superior ao custo de reembolsar directamente os*
6899 *depositantes.*

6900 *A aplicação de medidas de resolução não depende do consentimento dos accionistas, nem das*
6901 *partes em contratos relacionados com activos, passivos, extrapatrimoniais ou activos sob*
6902 *gestão e implica automaticamente a suspensão dos órgãos de administração e fiscalização da*
6903 *instituição que é objecto das medidas.»*

6904 **III. Regulamento (UE) n.º 575/2013**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de
6905 Junho, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 e enquadra os requisitos
6906 prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento. É também
6907 comumente referido como *Capital Requirements Regulation* (“CRR”)
6908

6909 De acordo com informação recolhida do portal do Banco de Portugal, o CRR «*define requisitos*
6910 *prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento,*
6911 *designadamente, quanto ao estabelecimento de regras de cálculo e determinação de níveis*
6912 *mínimos de fundos próprios. As suas disposições aplicam-se directamente em todos os Estados-*
6913 *Membros a partir de 1 de Janeiro de 2014, sem que seja necessária a sua transposição para os*
6914 *respectivos regimes jurídicos nacionais. Este regulamento compreende ainda um conjunto de*
6915 *disposições transitórias que permitem a aplicação faseada de certos requisitos, sendo*
6916 *conferida competência ao Banco de Portugal para manter ou antecipar a data de*
6917 *implementação de alguns desses requisitos, devendo as decisões tomadas nesta matéria ser*
6918 *divulgadas.»*

6919 **IV. Directiva 2013/36/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, relativa
6920 à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de
6921 crédito e empresas de investimento. Esta directiva é também referida como *Capital*
6922 *Requirements Directive IV (CRD IV)*

6923 Segundo informação retirada do portal do Banco de Portugal, esta directiva «*estabelece que as*
6924 *instituições de crédito e as empresas de investimento relevantes detenham, além de outros*
6925 *requisitos de fundos próprios, uma reserva de conservação de fundos próprios para garantir*
6926 *que acumulam, durante os períodos de crescimento económico, uma base de capitais próprios*
6927 *suficiente para absorver as perdas em períodos adversos.»*

6928 **V. Comunicação da Comissão Europeia, 2013/C 216/01**, de 30 de Julho, onde são
6929 estabelecidas novas regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis às medidas de
6930 apoio aos bancos no contexto da crise financeira

6931 As novas regras assim adoptadas traduzem-se na criação de um regime mais apertado de
6932 concessão de auxílios de Estado no sector bancário, envolvendo uma maior participação de
6933 terceiros no auxílio aos bancos em dificuldades, e preparando a transição para a união



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6934 bancária europeia. Importa, relativamente à partilha de encargos, transcrever alguns pontos
6935 desta Comunicação da CE (2013/C 216/01):

6936

6937 *«As comunicações sobre a crise explicam claramente que, mesmo durante a crise, continuam a*
6938 *ser aplicáveis os princípios gerais em matéria de controlo dos auxílios estatais. Em especial, a*
6939 *fim de limitar as distorções de concorrência entre os bancos e entre os Estados-Membros no*
6940 *mercado único e obviar ao risco moral, os auxílios devem limitar-se ao mínimo necessário,*
6941 *devendo os seus beneficiários assegurar uma contribuição própria adequada relativamente aos*
6942 *custos de reestruturação. O banco e os seus accionistas devem contribuir para a reestruturação*
6943 *tanto quanto possível com recursos próprios (...). O apoio estatal deve ser concedido em*
6944 *condições que correspondam a uma repartição adequada dos custos por aqueles que*
6945 *investiram no banco (...).*

6946 *«40. O apoio estatal pode criar um risco moral e minar a disciplina do mercado. Para reduzir o*
6947 *risco moral, o auxílio só deve ser concedido em condições que envolvam uma repartição*
6948 *adequada dos encargos pelos investidores existentes.*

6949 *41. De acordo com uma adequada repartição dos encargos, as perdas serão normalmente*
6950 *absorvidas em primeiro lugar pelo capital próprio e depois pelas contribuições dos detentores*
6951 *de instrumentos de capital híbridos e detentores de dívida subordinada. Os detentores de*
6952 *instrumentos de capital híbrido e os detentores de dívida subordinada devem dar o máximo*
6953 *contributo para reduzir o défice de capital.»*

6954 Segundo as palavras da Ministra de Estado e das Finanças, na sua audição perante a CPI de 19
6955 de Novembro de 2014:

6956 *«(...) [aquando da aprovação da Banking Recovery and Resolution Directive no Conselho*
6957 *ECOFIN (Conselho para Assuntos Económicos e Financeiros)] ficou também acordado que se*
6958 *aplicaria de imediato uma regra de partilha de encargos mínima obrigatória, com assunção de*
6959 *perdas por todos os accionistas e credores subordinados, em qualquer intervenção com fundos*
6960 *públicos no sector financeiro. Esta regra está vertida na comunicação da Comissão Europeia de*
6961 *30 de Julho de 2013, designada «Comunicação da Comissão sobre a Aplicação, a partir de 1 de*
6962 *Agosto de 2013, das regras em matéria de auxílios estatais às medidas de apoio aos bancos no*
6963 *contexto da crise financeira», (...). Estes princípios destinam-se a assegurar que cabe, em*
6964 *primeira linha, aos investidores em instituições financeiras assumir os prejuízos das*
6965 *instituições, tal como assumem os lucros, e não aos contribuintes, que ficam mais*
6966 *salvaguardados. Estes princípios estão já vertidos na Lei n.º 1/2014, de 16 de Janeiro, aprovada*
6967 *neste Parlamento.»*

6968

6969 **VI. Lei n.º 1/2014**, de 16 de Janeiro, que procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008,
6970 de 24 de Novembro, e estabelece medidas de reforço da solidez financeira das



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

6971 instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira
6972 e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros
6973

6974 O Artigo 3.º da Lei n.º 1/2014 adita à Lei n.º 63-A/2018, de 24 de Novembro, o artigo 8.º-B,
6975 que prevê, no seu n.º 1, que quando esteja *«identificada a existência de uma insuficiência dos*
6976 *fundos próprios, a instituição de crédito apresenta junto do Banco de Portugal, no prazo de 10*
6977 *dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo anterior, um plano de reforço de*
6978 *capitais que permita eliminar ou reduzir ao máximo a referida insuficiência, não*
6979 *comprometendo a viabilidade da instituição.»*

6980 Na alínea a), do n.º 2 do mesmo artigo 8.º-B é referido que o mencionado plano de reforço de
6981 capitais deve identificar, pelo menos, *«medidas de reforço de capitais a adoptar pela*
6982 *instituição de crédito.»* Na alínea b) do mesmo artigo é referido que o plano de reforço deve
6983 também identificar, entre outras, *«potenciais medidas de repartição de encargos pelos*
6984 *accionistas e credores subordinados.»*

6985 O n.º 1 do artigo 8.º-D, também aditado pela Lei n.º 1/2014, referente aos princípios gerais da
6986 repartição de encargos, prevê o seguinte:

6987 *«1 – Previamente à realização de uma operação de capitalização com recurso a investimento*
6988 *público, devem ser implementadas algumas das seguintes medidas de repartição de encargos*
6989 *para cobertura de insuficiência de fundos próprios, que permitam eliminar ou reduzir ao*
6990 *máximo o recurso ao investimento público ou assegurar que, na realização da operação de*
6991 *capitalização, esse investimento beneficia de um grau de subordinação mais favorável:*

- 6992 a) *Redução do capital social por amortização ou por redução do valor nominal das acções ou*
6993 *de títulos representativos do capital social da instituição;*
6994 b) *Supressão do valor nominal das acções da instituição;*
6995 c) *Aumento do capital social por conversão em acções ordinárias ou títulos representativos do*
6996 *capital social da instituição dos créditos resultantes da titularidade de instrumentos*
6997 *financeiros ou contratos que sejam, ou tenham sido em algum momento, elegíveis para os*
6998 *fundos próprios da instituição de acordo com a legislação e a regulamentação aplicáveis.*
6999 d) *Redução do valor nominal dos créditos resultantes da titularidade de instrumentos*
7000 *financeiros ou contratos que seja, ou tenham sido em algum momento, elegíveis para os*
7001 *fundos próprios da instituição de acordo com a legislação e a regulamentação aplicáveis.»*

7002 De acordo com o depoimento da Ministra de Estado e das Finanças, na sua primeira audição
7003 na CPI:

7004 *«Esta lei [Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, com as alterações resultantes da Lei n.º*
7005 *1/2014, de 16 de Janeiro], determina, na Secção III, as regras aplicáveis à repartição de*
7006 *encargos, o bail-in ou o burden sharing. Na mesma lei prevê-se que, previamente a qualquer*
7007 *intervenção com fundos públicos, deverão ser obrigatoriamente aplicadas medidas de*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7008 *repartição de encargos que implicam a assunção de perdas para os accionistas e credores*
7009 *subordinados da instituição a recapitalizar.*

7010 *Destaco este ponto, porque julgo que persiste um equívoco na percepção pública sobre as*
7011 *consequências de uma medida de resolução, como a que foi aplicada ao Banco Espírito Santo,*
7012 *por comparação com uma medida de recapitalização pública. Assim, parece-me*
7013 *particularmente relevante que fique absolutamente claro que qualquer uma das referidas*
7014 *medidas teria exactamente as mesmas consequências para todos os accionistas e credores*
7015 *subordinados; isto é, quer com resolução, quer com recapitalização pública, todos os*
7016 *accionistas e credores subordinados sofreriam as mesmas perdas. A diferença fundamental*
7017 *entre as duas soluções que a lei permite e prevê para qualquer instituição tem a ver com sobre*
7018 *quem recai o ónus de suportar as perdas decorrentes de uma intervenção pública, que seja*
7019 *determinada pela necessidade de preservar a estabilidade financeira.»*

7020 **VII. Directiva 2014/59/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio, que
7021 *estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de*
7022 *crédito e de empresas de investimento, sendo conhecida como *Bank Recovery and**
7023 *Resolution Directive (“BRRD”)*

7024 *Esta directiva encontra-se em fase de transposição para o ordenamento jurídico nacional,*
7025 *tendo parte dos seus conteúdos sido já transposta, designadamente através dos Decreto-Lei*
7026 *n.º 114-A/2014, de 1 de Agosto e n.º 114-B/2014, de 4 de Agosto, e da Lei n.º 23-A/2015 de 26*
7027 *de Março de 2015.*

7028 *A este propósito, a Ministra de Estado e das Finanças referiu na sua primeira audição perante a*
7029 *CPI:*

7030 *“(…) as discussões que na União Europeia têm vindo a ser tidas desde o início da crise*
7031 *financeira, em particular as que respeitam ao processo de criação da designada «união*
7032 *bancária», produziram profundas alterações no enquadramento jurídico europeu e*
7033 *consequentemente nacional. O fio condutor das discussões havidas e subjacente às directivas,*
7034 *regulamentos e comunicações que, entretanto, foram aprovados e entraram em vigor, prende-*
7035 *se essencialmente com a conciliação de dois objectivos fundamentais: de um lado, a*
7036 *preservação da estabilidade financeira e da capacidade de financiamento da economia real; do*
7037 *outro lado, a protecção dos contribuintes dos impactos das intervenções públicas no sector*
7038 *financeiro.*

7039 *Foi neste enquadramento que se discutiu e aprovou em Dezembro de 2013 a directiva sobre a*
7040 *recuperação e resolução bancária, a BRRD (Banking Recovery and Resolution Directive), neste*
7041 *momento em fase de transposição para o ordenamento jurídico nacional. Nesta, estabelece-se*
7042 *que, caso a instituição financeira se encontre em situação ou risco de insolvência,*
7043 *nomeadamente por incumprir os rácios mínimos de capital, não pode haver utilização de*
7044 *recursos públicos, incluindo dos Fundos de Resolução, sem que previamente sofram perdas os*
7045 *accionistas, credores subordinados, credores sénior e mesmo depositantes não garantidos —*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7046 *os depósitos superiores a 100.000 euros — até ao limite de 8% das responsabilidades totais da*
7047 *instituição financeira em causa.»*

7048 **VIII. Portaria n.º 140/2014**, de 8 de Julho, que define os procedimentos necessários à
7049 execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, no âmbito de operações de
7050 capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público
7051

7052 De acordo com esta portaria, «o procedimento regra para o acesso ao investimento público de
7053 instituições de crédito foi amplamente alterado com a Comunicação [Comunicação da
7054 Comissão Europeia 2013/C 216/01], passando a ser necessária a apresentação prévia de um
7055 plano de reforço de capitais, de uma análise aprofundada da qualidade dos activos e de uma
7056 apreciação prospectiva da adequação de fundos próprios a apresentar pela instituição
7057 conjuntamente com o plano de reforço de capitais. Por outro lado, a portaria define os termos
7058 e elementos adicionais a constar do plano de reestruturação e, no caso de operações de
7059 capitalização com recurso a investimento público excepcional ou de instituições de menor
7060 dimensão, do plano de recapitalização. Procedeu-se ainda à revisão dos critérios de
7061 remuneração dos instrumentos financeiros utilizados pelo Estado na recapitalização de
7062 instituições de crédito (...). Por último, foram adaptadas as regras relativas à remuneração dos
7063 membros dos órgãos de administração e fiscalização (...).»
7064

7065 **IX. Decreto-Lei n.º 114-A/2014**, de 1 de Agosto, que altera o Regime Geral das
7066 Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
7067 298/92, de 31 de Dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII,
7068 relativo à aplicação de medidas de resolução, e transpõe parcialmente a Directiva n.º
7069 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio, que estabelece
7070 um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de
7071 empresas de investimento (“BRRD”)
7072

7073 O referido diploma «inclui um conjunto de alterações pontuais ao Título VIII do RGICSF, por
7074 forma a promover as clarificações e os aperfeiçoamentos necessários e a transpor
7075 parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2014/59/UE, do Parlamento
7076 Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, que estabelece um enquadramento para a
7077 recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento (...) sem prejuízo
7078 da sua completa transposição em momento posterior.

7079 Em primeiro lugar, explicita-se e transpõe-se para a ordem jurídica interna o princípio
7080 orientador ínsito na Directiva n.º 2014/59/UE de que, com o objectivo de salvaguardar os
7081 legítimos interesses dos credores afectados pela aplicação de medidas de resolução, nenhum
7082 credor da instituição de crédito sob resolução poderá assumir um prejuízo maior do que aquele
7083 que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação.

7084 Em segundo lugar, esclarece-se que, para efeitos da concretização do princípio acima referido,
7085 a avaliação realizada por uma entidade independente deve incluir também uma estimativa do



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7086 *nível de recuperação dos créditos de cada classe de credores, de acordo com a ordem de*
7087 *prioridade estabelecida na lei, num cenário de liquidação da instituição de crédito em*
7088 *momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução.*

7089 *Estas alterações têm como escopo tornar inequívoca a possibilidade de salvaguardar os*
7090 *legítimos interesses dos clientes das instituições de crédito, nomeadamente os seus*
7091 *depositantes, aproximando desde já a terminologia utilizada e o regime em causa ao previsto*
7092 *na referida Directiva n.º 2014/59/UE.*

7093 *Em terceiro lugar, e em linha com a Directiva n.º 2014/59/UE, clarificam-se também os meios*
7094 *de disponibilização dos recursos do Fundo de Resolução, nomeadamente a possibilidade de*
7095 *este conceder garantias no contexto de uma medida de resolução.*

7096 *Por fim, é também clarificado o âmbito dos passivos susceptíveis de serem transferidos*
7097 *aquando da aplicação de uma medida de resolução, procedendo-se ainda à correcção de*
7098 *determinadas remissões.»*

7099 **X. Decreto-Lei n.º 114-B/2014**, de 4 de Agosto, que altera o Regime Geral das
7100 Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
7101 298/92, de 31 de Dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII
7102 relativo à aplicação de medidas de resolução

7103

7104 *No seu preâmbulo refere-se que «o presente diploma visa alterar o regime aplicável aos*
7105 *bancos de transição, tendo em conta o regime previsto na Directiva 2014/59/UE, do*
7106 *Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, que estabelece um*
7107 *enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de*
7108 *investimento (“BRRD”).*

7109 *As alterações centram-se no aspecto particular das modalidades e condições da alienação das*
7110 *acções representativas do capital social ou do património dos bancos de transição, no sentido*
7111 *de promover a sua regular e eficiente gestão, facilitando a procura de soluções de mercado*
7112 *para a conservação e maximização do respectivo valor.»*

7113 **XI. Decreto-Lei nº 157/2014**, de 24 de Outubro, que transpõe a Directiva n.º 2013/36/UE
7114 – a designada *Capital Requirements Directive (“CRD IV”)*, alterando assim o Regime
7115 Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei
7116 n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

7117

7118 Dada a extensão do referido diploma, que altera o RGICSF, enuncia-se aqui apenas, de forma
7119 telegráfica, que ele introduz um conjunto de alterações significativas, particularmente no que
7120 se refere: i) ao nível da classificação das instituições de crédito e sociedades financeiras; ii) ao
7121 governo das instituições e sociedades, designadamente introduzindo critérios mais estritos na
7122 avaliação da idoneidade, qualificação e independência, entre outros; iii) ao nível da
7123 renumeração dos colaboradores das instituições; iv) no que se refere a reservas de fundos
7124 próprios; v) ao nível da regulação pela Autoridade Bancária Europeia; (vi) ao alargamento do
7125 leque de infracções puníveis por lei.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7126

7127 **XII. Lei nº 16/2015**, de 24 de Fevereiro, que transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs
7128 2011/61/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1 de julho, e 2013/14/UE, do
7129 Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, procedendo à revisão do regime
7130 jurídico dos organismos de investimento coletivo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63-
7131 A/2013, de 10 de maio) e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e
7132 Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) e
7133 ao Código dos Valores Mobiliários (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de
7134 novembro).

7135 **XIII. Lei nº 23-A/2015**, de 26 de Março, que transpõe a Diretiva 2014/49/UE, do
7136 Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa aos sistemas de garantia de
7137 depósitos, e a Diretiva 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de
7138 maio, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de
7139 instituições de crédito e de empresas de investimento, alterando o Regime Geral das
7140 Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei n.º
7141 298/92, de 31 de dezembro), a Lei Orgânica do Banco de Portugal (aprovada pela Lei
7142 n.º 5/98, de 31 de janeiro), o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro (que regula o
7143 funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo), o Código dos
7144 Valores Mobiliários (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro), o
7145 Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro (que regula a liquidação de instituições de
7146 crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e suas sucursais criadas noutro
7147 Estado membro), e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro (que estabelece medidas
7148 de reforço de solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para
7149 o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados
7150 financeiros).

7151

7152 **3.7 Análise das Opções Disponíveis**

7153 Para além da medida de resolução, resumem-se seguidamente as diferentes medidas passíveis
7154 de aplicação a bancos onde se verifiquem situações de incumprimento dos rácios de capital,
7155 por forma a evitar o seu contágio ao restante sistema financeiro, e que compreendem: i)
7156 nacionalização; ii) liquidação; iii) recapitalização privada; iv) recapitalização pública.

7157 Tanto da parte do Banco de Portugal como do Governo, no caso do BES foi referido ser
7158 assumido como possível e prioritária, à luz da informação disponível, um cenário de
7159 recapitalização privada (“plano A”), sendo as restantes opções, de acordo com as afirmações
7160 do Governador do Banco de Portugal, aquando da sua primeira audição na CPI, a 17 de
7161 Novembro de 2014, vistas enquanto alternativas a equacionar somente no caso de o “Plano A”
7162 não se demonstrar viável:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7163 *«Relembro que, de acordo com o quadro legal português, o plano de contingência poderia*
7164 *contemplar diferentes medidas, com diferentes graus de exequibilidade, quer em termos de*
7165 *tempo, quer em termos de processos de decisão. São essas medidas: primeiro, capitalização*
7166 *pública (incluindo a modalidade de capitalização forçada); segundo, nacionalização; terceiro,*
7167 *resolução; quarto, liquidação. Seriam as medidas possíveis, dentro do cenário B, para fazer*
7168 *face à situação.»*

7169

7170 **3.7.1 Nacionalização**

7171 De acordo com a nota técnica distribuída nessa mesma audição pelo Banco de Portugal, a
7172 nacionalização encontra-se regulada pela Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que aprovou
7173 o regime jurídico de apropriação por via da nacionalização, consistindo *«na apropriação*
7174 *pública, no todo ou em parte, de uma pessoa colectiva privada através da transferência da*
7175 *titularidade das participações no capital social de uma entidade para o Estado.»* A decisão de
7176 nacionalização caberia ao Governo que, no entanto, nunca a considerou, conforme assumido
7177 pela Ministra de Estado e das Finanças:

7178 *«(...) a nacionalização não é uma prerrogativa do Banco de Portugal, é uma prerrogativa do*
7179 *Governo e que nunca foi discutida, mas, em qualquer caso, o Governo nunca estaria disponível*
7180 *para a aceitar, para que fique absolutamente claro.»*

7181 E diz ainda a Ministra de Estado e das Finanças, a este respeito, na sua segunda audição
7182 efectuada na CPI:

7183 *«não, não equacionámos nacionalizar empresas, nem financeiras nem não financeiras, e*
7184 *continuamos a não equacionar.»*

7185 De acordo com documento distribuído pelo Governador do Banco de Portugal, na sua audição
7186 de 17 de Novembro, as condições de aplicação da medida da nacionalização referem que *«as*
7187 *participações sociais de uma pessoa colectiva privada podem ser total ou parcialmente objecto*
7188 *de apropriação pública, por via de nacionalização, quando, por motivos excepcionais e*
7189 *especialmente fundamentados, tal se revele necessário para salvaguardar o interesse público.»*

7190 O mesmo documento refere ainda que a medida pode ser aplicada de forma imediata e que
7191 os custos inerentes são suportados pelo erário público. O Banco de Portugal acrescenta ainda
7192 que a medida de resolução se assume enquanto opção que pode *«fornecer às autoridades*
7193 *públicas uma alternativa para lidarem com a situação de insolvência de instituições “too big to*
7194 *fail” que, por não poderem ser liquidadas, tinham de ser resgatadas através da*
7195 *nacionalização.»*

7196 As consequências de uma medida de nacionalização traduzem-se na extinção dos direitos dos
7197 accionistas, ressalvando-se a possibilidade de indemnização, caso a avaliação efectuada
7198 indique que a instituição apresenta capitais próprios positivos.

7199

7200 **3.7.2 Liquidação**

7201 A liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e suas
7202 sucursais noutro Estado-Membro é regulada pelo Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de Outubro,
7203 e pelo Código de Insolvência e da Recuperação de Empresas.

7204 De acordo com o documento mencionado, igualmente distribuído pelo Governador do Banco
7205 de Portugal na sua audição de 17 de Novembro de 2014, a liquidação consiste «*num processo*
7206 *judicial através do qual o património de uma instituição de crédito é vendido com o propósito*
7207 *de satisfação dos credores, de acordo [com] a graduação dos créditos que for feita ao longo*
7208 *daquele processo*», sendo uma iniciativa da responsabilidade do Banco de Portugal, «*mediante*
7209 *a revogação da autorização para o exercício da actividade e da instituição de crédito.*»

7210 A decisão da liquidação produz os efeitos de uma declaração de insolvência – o procedimento
7211 inicia-se com a revogação da autorização do exercício da actividade da instituição de crédito
7212 ou sociedade financeira, de acordo com os fundamentos previstos pelo artigo 22.º do RGICSF,
7213 que produz os efeitos da declaração de insolvência, seguindo-se a liquidação judicial da
7214 instituição de crédito ou sociedade financeira.

7215 A nota técnica mencionada descreve as funções do Banco de Portugal perante um hipotético
7216 cenário de liquidação:

- 7217 — «*Revoga a autorização para o exercício da actividade da instituição de crédito, que produz*
7218 *os efeitos da declaração de insolvência;*
7219 — *Requer no tribunal competente a liquidação da instituição de crédito;*
7220 — *Propõe ao juiz um liquidatário judicial ou uma comissão liquidatária, bem como a sua*
7221 *destituição e substituição;*
7222 — *Acompanha a actividade do liquidatário judicial ou da comissão liquidatária;*
7223 — *Pode requerer ao juiz o que entender conveniente;*
7224 — *Tem legitimidade para reclamar ou recorrer das decisões judiciais que admitam*
7225 *reclamação ou recurso.*»

7226 O Banco de Portugal descreve ainda na referida nota as consequências que uma medida de
7227 liquidação pode acarretar para a estabilidade do sistema financeiro e o erário público:

7228 «*A liquidação judicial de uma instituição de crédito implica a cessação imediata de*
7229 *pagamentos e a interrupção de todos os serviços financeiros prestados pela instituição, e é*
7230 *ainda susceptível de provocar o contágio das dificuldades sentidas por aquela aos restantes*
7231 *operadores do mercado financeiro, a nível de crédito e internacional, bem como à economia*
7232 *real. Por outro lado, a liquidação judicial de instituições de crédito é tipicamente destruidora de*
7233 *valor e tem custos operacionais elevados.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7234 *Por último, e por força de lei, o Fundo de Garantia de Depósitos teria de ser imediatamente*
7235 *activado, o que acarretaria custos de financiamento elevados, a suportar pelas restantes*
7236 *instituições de crédito. (...)»*

7237 A Ministra de Estado e das Finanças referiu, na sua audição de dia 19 de Novembro, que a
7238 liquidação seria a última opção a ser considerada, pelas implicações que traria para o sistema
7239 financeiro, ao nível dos postos de trabalho e implicações para o erário público:

7240 *«E, portanto, a reacção a uma situação de liquidação, em que teríamos a perda de todos os*
7241 *postos de trabalho, em que teríamos a perda de todos os depósitos acima de 100.000 euros,*
7242 *em que todos os detentores de obrigações perderiam, com excepção daquelas que estão*
7243 *garantidas pelo Estado, seria os contribuintes serem chamados a suportar esse ónus. Esse*
7244 *cenário de liquidação de perda de confiança no sistema é um cenário que só me parece fazer*
7245 *sentido colocar-se num banco desta dimensão se de todo for impossível evitá-lo. Ou seja, só se*
7246 *não houver nenhuma maneira que as autoridades possam utilizar — e por «autoridades»*
7247 *refiro-me ao Banco de Portugal e também ao Governo, a tal figura da nacionalização —, só*
7248 *numa situação extrema para um banco desta dimensão é que se deixaria, do meu ponto de*
7249 *vista, passar para uma situação de liquidação.»*

7250 A este respeito, referiu igualmente a Ministra de Estado e das Finanças na sua segunda
7251 audição efectuada na CPI:

7252 *«um princípio essencial da Resolução, que tem de ser respeitado, é o de que nenhum credor*
7253 *ficará prejudicado face a um cenário de liquidação. Ou seja, esta medida tem de garantir que,*
7254 *face a um cenário de liquidação, ninguém fica pior com a resolução do que ficaria com a*
7255 *liquidação. (...) Se ficar pior, tem de se indemnizar, é o que decorre da lei. (...) a alteração*
7256 *legislativa feita no dia 31 de Julho é exactamente isso. É uma clarificação jurídica deste*
7257 *princípio, de que nenhum credor pode ficar pior do que num cenário de liquidação aplicado,*
7258 *sobretudo, a pequenos investidores ou a pequenos depositantes.»*

7259 Quanto às perdas para accionistas e credores, entende-se relevante citar, novamente, o
7260 referido documento apresentado pelo Banco de Portugal:

7261 *«Todos os accionistas e credores da instituição poderão ter de suportar os prejuízos daquela*
7262 *numa liquidação judicial. Os seus créditos serão satisfeitos, no decorrer da liquidação judicial,*
7263 *através do produto de alienação do património da instituição e de acordo com a hierarquia de*
7264 *credores. Assim, caso o produto de alienação seja inferior ao total de passivos da instituição, os*
7265 *accionistas e os credores hierarquicamente inferiores na ordem de subordinação não serão*
7266 *ressarcidos dos seus créditos.*

7267 *No caso dos depositantes, o Fundo de Garantia de Depósitos reembolsa no prazo legal*
7268 *aplicável os depósitos garantidos até ao limite de 100.000 euros.»*

7269

7270 O Governador do Banco de Portugal, na sua segunda audição perante a CPI, adianta ainda
7271 sobre as graves consequências que teria a liquidação do BES:



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7272

7273 *«A liquidação do BES, que era o terceiro maior banco do País, teria tido quatro graves*
7274 *consequências: primeiro, teria tido como consequência imediata a cessação de pagamentos e a*
7275 *interrupção de todos os serviços financeiros prestados pela instituição; segundo, teria, por isso,*
7276 *abalado a confiança dos depositantes no sistema bancário português; terceiro, teria*
7277 *acarretado custos de financiamento elevados, designadamente por via da activação do Fundo*
7278 *de Garantia de Depósitos; e, quarto, tudo com perdas para os accionistas e credores*
7279 *subordinados que, em caso nenhum, seriam inferiores às que resultam da medida de*
7280 *resolução.»*

7281

7282 **3.7.3 Recapitalização Privada**

7283 Este sempre foi assumido enquanto cenário preferencial (“plano A”), na óptica do Banco de
7284 Portugal, e de acordo com os diversos depoimentos prestados em sede da CPI, para resolver
7285 os problemas de capital do Banco Espírito Santo.

7286 A recapitalização privada, embora possa resultar de uma exigência do Banco de Portugal, é da
7287 iniciativa da correspondente instituição de crédito e dos seus accionistas, conforme enunciado
7288 pelo Banco de Portugal:

7289 *«A lei não determina os motivos que podem levar uma sociedade anónima a realizar uma*
7290 *operação de aumento do capital social. No entanto, esta operação terá de cumprir um*
7291 *conjunto de requisitos e formalidades legais, nomeadamente: i) Deliberação da assembleia*
7292 *geral de aumento de capital social (salvo se o órgão de administração tiver sido autorizado*
7293 *para o efeito); ii) Realização de uma oferta pública de subscrição, que implica a divulgação de*
7294 *um prospecto após a respectiva aprovação pela CMVM.»*

7295 A nota técnica distribuída pelo Banco de Portugal na audição de 17 de Novembro refere,
7296 quanto às limitações práticas relacionadas com a aplicação da recapitalização privada, que
7297 *«não é possível fazer o reforço dos fundos próprios da instituição num curto espaço de tempo,*
7298 *devido aos procedimentos impostos pela lei»,* afirmando ainda que a referida solução *«é a*
7299 *melhor solução para lidar com uma insuficiência de fundos próprios numa instituição de*
7300 *crédito, já que mantém a instituição em funcionamento sem nenhum constrangimento e sem*
7301 *recorrer a investimento público.»*

7302 Sobre esta matéria, no decurso dos trabalhos da CPI, foram veiculadas essencialmente duas
7303 perspectivas: a primeira, subscrita por Ricardo Salgado e corroborada, entre outros, por
7304 Amílcar Morais Pires, assenta no alegado interesse de entidades privadas em investir no BES,
7305 que se mantém em Julho de 2014; a segunda, subscrita nomeadamente pelo Governador do
7306 Banco de Portugal, aponta para a inexistência de qualquer proposta concreta, atempada e
7307 viável, de recapitalização privada do BES.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7308 De acordo com o depoimento de Ricardo Salgado, nomeadamente no dia 11 de Julho de 2014,
7309 em reunião do Conselho de Administração do BES abordou-se o interesse da Blackstone &
7310 Weil em investir no BES:

7311 *«Portanto, o Banco de Portugal estava ciente que, em 11 de Julho, passou a ser necessário*
7312 *injectar capital adicional no BES. Para fazer face a estas dificuldades, ainda em 11 de Julho de*
7313 *2014, pelas 18 horas, foi realizada uma reunião da Administração do Banco com a Blackstone*
7314 *& Weil (B&W). Na acta desta reunião, ficou referido o seguinte: «O Sr. Dr. Ricardo Espírito*
7315 *Santo Silva Salgado tomou a palavra para referir que a B&W lhe havia (...) apresentado uma*
7316 *possível configuração de um plano de reforço dos capitais do BES, mas que, face ao contacto*
7317 *igualmente havido com o Banco de Portugal, esta entidade aparenta ter algumas dúvidas*
7318 *quanto à adequação da mesma. (...) E, prossequindo, salientou que a B&W se mostrou*
7319 *disponível para conversar com o Banco de Portugal, tendo, no entanto, o Sr. Governador*
7320 *advertido que seria negativo o conhecimento público da existência desses contactos com a*
7321 *B&W quando a mensagem a transmitir é, precisamente, a da solidez do BES.»*

7322 O Banco de Portugal foi informado desta possibilidade de investimento privado por carta
7323 datada de 12 de Julho de 2014, enviada pelo Presidente da Comissão Executiva do BES, onde
7324 se refere o seguinte:

7325 *«(...) Paralelamente, considero importante nomear a Blackstone & Weil para apresentarem*
7326 *propostas concretas de potenciais investidores institucionais. Temos conhecimento que a KKR*
7327 *poderá desde já reunir com as equipas do Banco desde que não haja oposição por parte do*
7328 *Banco de Portugal para tal.*
7329 *A situação é bastante urgente, pelo que lhe peço que me responda com a maior brevidade*
7330 *possível.»*

7331 No dia 13 de Julho de 2014, Ricardo Salgado cessa as suas funções de Presidente da Comissão
7332 Executiva do BES. Nesse mesmo dia, o Banco de Portugal responde à missiva enviada, no dia
7333 anterior, relativamente à possibilidade de um investidor privado entrar no capital do BES.
7334 Nesta resposta, o Banco de Portugal informa que os contactos para coordenar a entrada de
7335 um investidor privado deverão ser encetados pela nova Comissão Executiva:

7336 *«Na sequência da sua carta datada de 12 de Julho de 2014, o Banco de Portugal manifesta*
7337 *uma posição favorável a soluções de aumento de capital que venham acompanhadas do*
7338 *reforço da estrutura accionista, preferencialmente suportada por um consenso entre os*
7339 *principais accionistas de referência. Sem prejuízo desta posição de princípio, o Banco de*
7340 *Portugal terá de apreciar qualquer proposta de aquisição de uma participação qualificada de*
7341 *acordo com o quadro legal vigente, avaliando se o pressuposto adquirente reúne as condições*
7342 *que garantam uma gestão sã e prudente da instituição, sobretudo em termos da sua*
7343 *adequação e idoneidade, influência provável na instituição e solidez financeira.*
7344 *No caso particular do Banco Espírito Santo (BES), o actual Conselho de Administração e a*
7345 *respectiva Comissão Executiva encontram-se, tendo em conta as renúncias entretanto*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7346 comunicadas, em fase de recomposição. Assim sendo, entende o Banco de Portugal que, atento
7347 o critério de uma gestão sã e prudente, os contactos e negociações com vista a uma potencial
7348 operação de aumento de capital e eventual entrada de novos accionistas no capital do BES
7349 deverão ser estabelecidos pela Comissão Executiva assim que a respectiva composição passar a
7350 integrar os membros entretanto propostos pela ESFG, com apoio do Crédit Agricole, para os
7351 cargos de presidente (CEO), vice-presidente e administrador financeiro (CFO), o que virá a
7352 acontecer muito em breve com a respectiva cooptação.

7353 A urgência referida na sua carta aconselha a que seja acelerado o processo de cooptação dos
7354 novos membros para a Comissão Executiva, no seguimento da vontade expressa pelos dois
7355 principais accionistas do BES.»

7356 Relativamente ao investidor sugerido por Ricardo Salgado, o Banco de Portugal afirmou, em
7357 documento enviado à CPI, na sequência da audição a Ricardo Salgado, realizada a 9 de
7358 Dezembro de 2014, que as condições que a B&W aparentemente impunha não eram passíveis
7359 de ser contempladas:

7360 “Relativamente à Blackstone, o Banco de Portugal teve conhecimento informal de um plano
7361 muito preliminar focado no BES, não tendo o mesmo sido objecto de discussão. De qualquer
7362 modo, os termos desse plano apresentavam-se totalmente inviáveis ao preverem,
7363 designadamente, que o Banco de Portugal assumisse a cobertura de um montante
7364 indeterminado de perdas, aumentasse a cobertura dos depósitos (eliminando o limite de 100
7365 mil euros previstos na lei) e garantisse o suporte de liquidez a todos os bancos.

7366 Estes requisitos eram incompatíveis com a legislação em vigor, dado que toda e qualquer ajuda
7367 pública teria de ser enquadrada nas regras comunitárias de auxílios de Estado, sendo que, no
7368 caso das medidas de apoio à liquidez das instituições bancárias, estas apenas poderiam ter
7369 lugar no quadro da política monetária definida pelo Eurosistema.»

7370 De acordo com o novo Presidente da Comissão Executiva do BES, Vítor Bento, não existiram
7371 condições para encontrar investidores privados em investir no BES dentro dos prazos
7372 definidos, tendo referido perante a CPI o seguinte:

7373 «Ainda hoje não sei se havia ou não investidores privados interessados em investir no Banco.
7374 Não houve tempo de fazer esse teste e, portanto, ainda hoje não tenho ideia se haveria
7375 possibilidade ou não de haver investidores privados. Não haveria, seguramente, para
7376 capitalizar o Banco em um ou dois dias. Isso não era possível porque obedecia a um processo
7377 que tinha o seu tempo de execução, além de que havia duas grandes incertezas, que eram
7378 mencionadas pelos vários investidores, que era necessário resolver para que, eles próprios, se
7379 comprometessem. E essas duas incertezas eram: uma, o caso de Angola, e, outra, era a
7380 estimativa razoável de quais seriam as provisões que poderiam vir a ser necessárias em
7381 resultado do exercício da avaliação de activos que o BCE viria a fazer mais tarde. E, portanto,
7382 essas eram duas incertezas porque delas dependeria poder vir a haver ou não mais necessidade
7383 de capital.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7384 *Agora, respondendo à sua pergunta, eu ainda hoje não sei se viria a haver ou não investidores*
7385 *privados interessados. É legítimo admitir que o prazo necessário pudesse ser um prazo*
7386 *demasiado longo e que isso pudesse criar outras dificuldades, mas não sei se haveria ou não*
7387 *haveria.»*

7388 O Governador do Banco de Portugal afirmou, em sede da CPI, que a partir do dia 28 de Julho
7389 de 2014, após confirmação final pelo auditor externo (KPMG) dos valores preliminares das
7390 contas semestrais, referentes a 30 de Junho de 2014, o Banco de Portugal se viu obrigado a
7391 tentar accionar o “plano A”, aquele que implicaria o recurso a uma urgente recapitalização
7392 privada. Determinou assim a imediata apresentação de um plano de reestruturação por parte
7393 do BES:

7394 *«A grave insuficiência de capital daí resultante levou o Banco de Portugal a accionar o “Plano*
7395 *A”, isto é, capitalização com recurso a investidores privados, na terça-feira, 29 de Julho, tendo*
7396 *o Banco de Portugal determinado a apresentação pelo BES, até ao final do dia 31 de Julho, de*
7397 *um plano de reestruturação e de aumento de capital com recurso a fundos privados e que*
7398 *permitisse cobrir as necessidades de fundos próprios num muito curto espaço de tempo.»*

7399 No entanto, e uma vez mais de acordo com o Governador do Banco de Portugal, a dimensão
7400 das perdas geradas no primeiro semestre de 2014 viria a inviabilizar esta possibilidade,
7401 referindo a este propósito o seguinte:

7402 *«Recordo que, como tive ocasião de informar a COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e*
7403 *Administração Pública), ao longo do mês de Julho, diversas entidades privadas tinham*
7404 *manifestado interesse em tomar posições no capital do BES. Este facto foi, aliás, salientado no*
7405 *comunicado ao mercado do Presidente da Comissão Executiva do BES no dia 30 de Julho, na*
7406 *sequência da divulgação dos resultados semestrais. Contudo, a ordem de grandeza e a*
7407 *natureza das perdas divulgadas agravaram significativamente a percepção externa sobre a*
7408 *situação financeira do BES, inviabilizando uma solução de capitalização privada com a urgência*
7409 *que era requerida.*

7410 *No dia 31 de Julho, quinta-feira, o Conselho de Administração do BES comunicou ao Banco de*
7411 *Portugal a impossibilidade de apresentar um plano de capitalização com base em investimento*
7412 *privado, nos termos e nos prazos solicitados.»*

7413

7414 **3.7.4 Recapitalização Pública**

7415 À altura da aplicação da medida de resolução ao BES, uma recapitalização com recurso ao
7416 investimento público era uma das medidas à disposição das instituições de crédito e
7417 sociedades financeiras, sendo regulada pela Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (com as
7418 alterações introduzidas pela Lei 1/2014, de 16 de Janeiro que adaptou o regime em causa à
7419 Comunicação da Comissão Europeia sobre a aplicação, a partir de 1 de Agosto de 2013, das



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7420 regras em matéria de auxílios estatais às medidas de apoio aos bancos no contexto da crise
7421 financeira).

7422 De acordo com a nota técnica entregue pelo Banco de Portugal à CPI, esta medida, cuja
7423 iniciativa cabe à respectiva instituição de crédito, consiste no reforço dos fundos próprios
7424 através de operações de capitalização com recurso a investimento público, que podem ser
7425 efectuadas através de:

- 7426 — *«Aquisição de acções próprias detidas pela instituição de crédito;*
7427 — *Aumento do capital social da instituição de crédito através da emissão de acções especiais;*
7428 — *Aquisição de outros instrumentos que sejam elegíveis para os fundos próprios.»*

7429
7430 Importa referir também que a recapitalização com recurso ao investimento público pode
7431 também ocorrer de forma coerciva, cabendo ao Banco de Portugal, neste caso, comunicar esta
7432 intenção ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, sendo competência do
7433 Governo assumir uma deliberação a este respeito.

7434 As implicações, procedimentos e condições em que uma eventual medida de recapitalização
7435 pública decorre sofreram substanciais alterações desde o momento em que foi efectuada uma
7436 utilização de recursos públicos por parte de outros bancos em Portugal. Na sua primeira
7437 audição na CPI, a Ministra de Estado e das Finanças esclarece que um pedido de
7438 recapitalização com recurso ao investimento público traria perdas totais para os investidores e
7439 credores subordinados:

7440 *«No caso de haver agora uma recapitalização nos termos da lei que está em vigor, o que é que*
7441 *acontece? Os accionistas desaparecem, porque há uma medida de repartição de encargos que*
7442 *faz com que os accionistas percam tudo. Portanto, como os accionistas perdem tudo, o Estado*
7443 *fica como accionista único, tem de nomear a administração e, passa a ser o accionista único*
7444 *(..). Este é o enquadramento. Ainda assim, não quer isto dizer que haja necessariamente*
7445 *perdas, pode não haver, mas o risco é maior, o ponto é esse, o risco é maior.»*

7446 Quanto às consequências para os contribuintes num cenário de recapitalização pública, a
7447 Ministra de Estado e das Finanças afirmou, em audição da CPI do dia 19 de Novembro de 2014,
7448 que o risco para os contribuintes é muito maior do que numa medida de resolução:

7449 *«A diferença entre recapitalização pública e resolução para os contribuintes em particular é*
7450 *que, numa recapitalização pública o risco que os contribuintes correm é muito maior. Não quer*
7451 *dizer que as perdas sejam maiores, quero vincar aqui bem essa diferença. Pode haver uma*
7452 *situação de recapitalização pública que não dê origem a perdas, aliás, temos exemplos em*
7453 *Portugal de processos recentes que não deram origem a perdas, mas o risco, sobretudo neste*
7454 *contexto, em que deixa de haver accionistas privados... E notem que (...) nas medidas que*
7455 *foram aplicadas no modelo de recapitalização anterior, BPI ou BCP, tanto faz, o que acontecia*
7456 *era que a administração era a que já lá estava antes, os accionistas eram aqueles e havia*
7457 *entrada de capital contingente por parte do Estado, mas, primeiro, a remuneração que o*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7458 *Estado recebia por esse capital, por lá ter posto o dinheiro, aquilo que os bancos pagavam ao*
7459 *Estado, era pesado, começava em 8,5% e ia subindo. Portanto, (...) era pesado para os bancos;*
7460 *ou seja, os outros accionistas não podiam receber nada, porque todo o rendimento gerado*
7461 *vinha para o Estado. Os administradores dos bancos tinham a sua remuneração reduzida,*
7462 *limitada; ou seja, quer os accionistas, quer os administradores, tinham todos os incentivos para*
7463 *reembolsar o Estado o mais depressa possível e voltarem à sua vida sem o Estado. E este*
7464 *mecanismo, da forma como foi desenhado, é eficaz, alinha os incentivos: o Estado quer sair o*
7465 *mais depressa possível, os accionistas e a administração querem que o Estado saia o mais*
7466 *depressa possível.»*

7467 Durante os trabalhos da CPI foi também abordado o tema da reunião do dia 30 de Julho de
7468 2014 mantida entre a Ministra de Estado e das Finanças e Vítor Bento, Presidente da Comissão
7469 Executiva do Banco Espírito Santo, designadamente sobre se foi ou não foi nessa ocasião
7470 apresentado um eventual pedido de recapitalização do banco com recurso a capitais públicos.

7471 Segundo o relato de Vítor Bento, a Ministra de Estado e das Finanças foi questionada sobre o
7472 enquadramento legal de uma intervenção com recurso a investimento público:

7473 *«(...) pedimos uma audiência à Sr.ª Ministra das Finanças, que nos recebeu imediatamente, e*
7474 *aquilo que tentámos saber foi basicamente isso, portanto, se haveria disponibilidade do*
7475 *Governo para assumir, publicamente, que funcionaria como backstop de capital no caso de*
7476 *falhar a capitalização privada e se haveria ou não a possibilidade de haver uma espécie de um*
7477 *financiamento intermédio por conta desse capital, que fosse reversível, uma vez obtido o*
7478 *capital privado.*

7479 *O Governo entendia que uma declaração dessa natureza poderia ser contraproducente,*
7480 *poderia afastar os investidores privados e, portanto, não mostrou disponibilidade para uma*
7481 *afirmação dessa natureza e também, enfim, não me pareceu que, do ponto de vista político, a*
7482 *disponibilidade para envolver dinheiros públicos numa solução fosse muito grande, e depois*
7483 *foi-nos explicado — o que, de alguma forma, já se sabia — que o envolvimento da*
7484 *capitalização pública implicava um plano de reestruturação aprovado pela (...) Direcção-Geral*
7485 *da Concorrência. Mas, basicamente, a intenção era de saber com o que é que poderia contar.*
7486 *Não foi feito, obviamente, qualquer pedido, até porque, naquela altura, não tinha sequer*
7487 *legitimidade para fazer qualquer pedido porque a formulação de um pedido tem que passar*
7488 *por um processo institucional interno, nomeadamente tinha que ser aprovado pelos órgãos*
7489 *próprios do Banco e, portanto, não se tratou disso, mas tratou-se, apenas, de tentar perceber*
7490 *qual era o quadro com que poderia vir a contar ou não.»*

7491 A este respeito as declarações prestadas pela Ministra de Estado e das Finanças do dia 19 de
7492 Novembro de 2014 na CPI apontam no mesmo sentido:

7493 *«O Sr. Dr. Vítor Bento não veio pedir dinheiro! Perguntou, repito, perguntou se seria possível*
7494 *um enquadramento desse género, fez uma pergunta sobre o enquadramento legal. Julgo que o*
7495 *Sr. Dr. Vítor Bento também vem a esta Comissão e os senhores poderão fazer-lhe a pergunta.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7496 *Mas a pergunta e a resposta foi meramente sobre qual é o enquadramento legal que está em*
7497 *vigor e que enquadraria qualquer decisão.*

7498 *Portanto, para que fique absolutamente claro e sem embalos semânticos, direi que o Dr. Vítor*
7499 *Bento não me veio pedir dinheiro e, como tal, eu não lhe disse nem que sim, nem que não. Pois*
7500 *se ele não pediu, eu não lhe disse nem que sim, nem que não. Não pediu, não propôs, nem*
7501 *nenhum sinónimo que se queira colocar sobre a questão. Vamos ver se esse assunto fica*
7502 *absolutamente claro!..»*

7503 De acordo com a nota técnica distribuída na audição de 17 de Novembro de 2014 pelo
7504 Governador do Banco de Portugal, e no que se refere às limitações práticas que se colocam à
7505 aplicação de uma medida de recapitalização de instituições de crédito com recurso a
7506 investimento público, é referido que esta medida requer tempo, bem como, a menos de
7507 situações excepcionais, a aprovação do plano de reestruturação da instituição por parte da
7508 Comissão Europeia:

7509 *«Os procedimentos prévios ao recurso ao investimento público são complexos e demorados,*
7510 *pelo que esta solução carece de algum tempo para ser eficazmente implementada.*
7511 *Há ainda que ter em consideração que a injeção de fundos estatais na instituição depende da*
7512 *aprovação, por parte da Comissão Europeia, do plano de reestruturação da instituição.*
7513 *Adicionalmente, estas medidas só podem ser aplicadas a instituições que consigam demonstrar*
7514 *a sua viabilidade a longo prazo, pelo que não é uma solução possível para todas as instituições*
7515 *em dificuldades.*

7516 *Note-se ainda que, mesmo nas situações excepcionais em que a operação de capitalização com*
7517 *recurso ao investimento público pode ser realizada antes da aprovação do plano de*
7518 *reestruturação de instituição por parte da Comissão Europeia para salvaguardar a estabilidade*
7519 *do sistema financeiro nacional, a instituição também tem de apresentar um plano de*
7520 *recapitalização que demonstre, nomeadamente, a sua solidez, plano esse que deve ser*
7521 *submetido à aprovação da sua assembleia geral, e que devem ainda ser implementadas*
7522 *medidas de repartição de encargos.»*

7523 A partilha de encargos decorrente de uma recapitalização com recurso a fundos públicos
7524 afecta, em primeiro lugar, os accionistas ou detentores de títulos representativos do capital
7525 social da instituição. De acordo com a mencionada nota técnica, os prejuízos são suportados
7526 através:

7527 — *«Da redução do capital social por amortização ou por redução do valor nominal das*
7528 *acções;*

7529 — *Da supressão do valor nominal das acções.»*

7530

7531 Em segundo lugar, são afectados os *«titulares de instrumentos financeiros ou contratos que*
7532 *sejam ou tenham sido elegíveis para os fundos próprios da instituição de acordo com a*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7533 *legislação e a regulamentação aplicáveis. Estes contribuem para a operação de capitalização*
7534 *através:*

7535 — *«Do aumento do capital social por conversão em acções ordinárias ou títulos*
7536 *representativos do capital social da instituição dos créditos resultantes da titularidade*
7537 *desses instrumentos ou contratos;*

7538 — *Da redução do valor nominal dos créditos resultantes da titularidade desses instrumentos*
7539 *ou contratos.»*

7540 Assim, e de acordo com a legislação em vigor à data, descrita na nota técnica do Banco de
7541 Portugal, distribuída na primeira audição do Governador, só pode ocorrer *«injecção de fundos*
7542 *públicos na instituição de crédito quando os acionistas e os detentores dos instrumentos*
7543 *financeiros ou dos contratos mencionados tenham contribuído plenamente para a absorção de*
7544 *perdas.»*

7545 Na sua segunda audição efectuada na CPI, a Ministra de Estado e das Finanças descreve assim
7546 as consequências de uma eventual recapitalização pública:

7547

7548 *«Se a opção, em vez de ser a resolução, fosse a recapitalização, todas as consequências que,*
7549 *aqui temos estado a discutir seriam, rigorosamente, as mesmas. A única diferença é que, em*
7550 *vez de um eventual prejuízo ser suportado pelo sistema financeiro, seria suportado pelos*
7551 *contribuintes. Mas os accionistas perdiam tudo na mesma; os credores subordinados perdiam*
7552 *tudo na mesma; podemos presumir que a discussão sobre o papel comercial seria exactamente*
7553 *a mesma; os depositantes ficariam protegidos na mesma. Ou seja, dizer, naquela altura: “o*
7554 *Governo está aqui e faz uma recapitalização” era o mesmo que dizer àqueles que,*
7555 *eventualmente, estivessem dispostos a pôr dinheiro: “se os senhores puserem dinheiro e não*
7556 *for suficiente, amanhã, entro eu e perdem tudo, fica a zero”.*

7557 *(...)*

7558 *sabemos que uma solução de recapitalização pública teria exigido mais fundos, na medida em*
7559 *que a parte má, chamemos-lhe assim por simplicidade de linguagem, também teria ficado*
7560 *nesse perímetro de solução. As nacionalizações são caras. Aliás, o custo final da nacionalização*
7561 *do BPN, ainda hoje não o sabemos e já lá vão uns poucos de anos!*

7562 *Portanto, não, não temos custos alternativos. Sabemos apenas que seriam superiores e isso*
7563 *não é difícil de demonstrar.*

7564 *(...)*

7565 *Se houvesse uma recapitalização pública, ela funcionava da mesma forma que funciona para*
7566 *os privados. Quando os accionistas privados fazem um reforço de capital nos seus bancos,*
7567 *ficam com a responsabilidade sobre tudo: se houver prejuízos têm perdas, se houver lucros têm*
7568 *ganhos!*

7569 *Da mesma forma, numa recapitalização pública, face às novas regras, o Estado passaria a ser o*
7570 *dono do BES. O dono do BES todo! Da parte melhor que foi retirada para o Novo Banco, mas*
7571 *também da parte pior que ficou do lado do BES: ao recapitalizar seria dono de tudo. Ora, se*
7572 *precisava de ficar com a parte boa e com a parte má, naturalmente, para ficar com as duas*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7573 *deveria ser preciso mais dinheiro do que para ficar só com a parte boa! É uma dedução lógica,*
7574 *não tenho nenhum número, mas é uma dedução lógica. (...)*
7575 *Note-se que o recapitalizado é muito parecido com o nacionalizado e disso já temos*
7576 *experiência.»*
7577

7578 **3.8 O Processo de Resolução**

7579 Relativamente ao processo de resolução, já descrito no capítulo 3.3.1.6, importa referir o
7580 Comunicado do Banco de Portugal sobre a avaliação independente aos activos, passivos,
7581 elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos para o Novo Banco, S.A., na
7582 sequência da aplicação da medida de resolução ao BES.

7583 A avaliação foi efectuada pela PwC entre Agosto e Novembro de 2014, tendo resultado em
7584 necessidades de ajustamento, em base consolidada, de 4.937 milhões de euros, *«por*
7585 *comparação com o valor pelo qual o património transferido para o Novo Banco se encontrava*
7586 *mensurado pelo BES, no momento da aplicação da medida de resolução.»*

7587 De acordo com o mesmo documento, o impacto global dos ajustamentos, após o efeito fiscal é
7588 de 3.725 milhões de euros em base consolidada e 3.850 milhões de euros em base individual.
7589 Sobre os referidos ajustamentos, importa citar a explicação fornecida pelo comunicado do
7590 Banco de Portugal:

7591 *«Os referidos ajustamentos, em base consolidada, integram, nomeadamente, o*
7592 *reconhecimento de imparidades no valor de 2.750 milhões de euros relativamente às*
7593 *aplicações realizadas anteriormente pelo BES junto do Banco Espírito Santo Angola, S.A.*
7594 *(actualmente Banco Económico S.A.), 1.204 milhões de euros referentes a reforço de*
7595 *imparidades para a carteira de crédito consolidada (1.224 milhões de euros em base individual)*
7596 *e 759 milhões de euros relativos à redução de valor de activos imobiliários (224 milhões de*
7597 *euros em base individual), para além de outros ajustamentos descritos no anexo a este*
7598 *comunicado.*

7599 *(...)*

7600 *Tendo por referência os valores dos activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos*
7601 *sob gestão conforme apurados pela PwC e com base na informação reportada pelo Novo*
7602 *Banco, o rácio de fundos próprios de nível 1 (common equity tier 1 – “CET1”) situa-se, em Pilar*
7603 *1, em 9,2% em base consolidada.»*

7604 De acordo com o Banco de Portugal, estes ajustamentos tiveram reflexo nos balanços de
7605 abertura do Novo Banco, tanto em base individual como consolidada, tendo sido registados a
7606 montante da transferência do Fundo de Resolução: *«Assim, no momento de início da*
7607 *actividade do Novo Banco, o respectivo balanço encontrava-se “limpo” dos efeitos apurados*
7608 *pela PwC. (...) o apuramento das necessidades de capital do Novo Banco, no valor de 4.900*
7609 *milhões de euros, teve já por referência uma valorização conservadora do património*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7610 *transferido, o que explica o facto de os ajustamentos entretanto apurados pela PwC serem*
7611 *integralmente acomodáveis pelo Novo Banco.»*

7612

7613 Na sua segunda audição efectuada na CPI, referiu ainda o Governador do Banco de Portugal:

7614 *«a Resolução não foi uma medida de destruição de instituição, foi, sim, uma medida de*
7615 *preservação da estabilidade financeira, como, aliás, faz parte do mandato do Banco de*
7616 *Portugal. É importante ter presente que a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro é*
7617 *uma das missões primordiais do Banco de Portugal. O objectivo da supervisão bancária é*
7618 *promover a segurança e a solidez dos bancos e do sistema bancário, não é proteger, a todo o*
7619 *custo, os seus accionistas e credores subordinados, quando a situação financeira da instituição*
7620 *se revela insustentável e com risco grave e iminente de incapacidade de cumprimento das*
7621 *obrigações.»*

7622

7623

7624

7625 **3.9 Situação Actual**

7626 A medida de resolução teve como consequência a criação de uma nova instituição – o banco
7627 de transição, que assumiu a designação de Novo Banco.

7628 Esta secção tem assim como desígnio aferir a situação actual do Novo Banco, nomeadamente
7629 descrever as contas que apresentou a 4 de Agosto e a 31 de Dezembro de 2014, bem como
7630 descrever os dados disponíveis relativamente ao BES (Banco Mau) e a situação dos detentores
7631 de papel comercial do GES que ainda não viram os seus investimentos reembolsados.

7632 **Das Contas a 4 de Agosto de 2014, em base individual**

7633 O balanço de abertura do Novo Banco em base individual, com referência a 4 de Agosto de
7634 2014, apresentava um activo de cerca de 62.709 milhões de euros, um passivo de 57.559
7635 milhões de euros e capitais próprios na ordem dos 5.151 milhões de euros.

7636 Relativamente ao activo, o total do crédito bruto concedido ascendia aos 38.092 milhões de
7637 euros. Desse valor, cerca de 28.501 milhões de euros correspondiam a crédito bruto a
7638 empresas e 9.591 milhões de euros a crédito bruto concedido a particulares. O valor das
7639 imparidades de crédito, por sua vez, atingia 4.607 milhões de euros.

7640 No que diz respeito ao volume de depósitos, o total ascendia, a 4 de Agosto de 2014, a 25.437
7641 milhões de euros, sendo 68% deste valor correspondente a depósitos a prazo.

7642 Os rácios de solvabilidade, designadamente o Common Equity Tier 1, o Tier 1 e o rácio de
7643 solvabilidade encontravam-se acima dos patamares mínimos exigidos.

7644 No que diz respeito aos imóveis, o valor bruto atingia os 1.585 milhões de euros, as provisões
7645 associadas cerca de 431 milhões de euros, conduzindo portanto a um valor líquido de 1.153
7646 milhões de euros.

7647 **Das Contas a 4 de Agosto de 2014, em base consolidada**

7648 O balanço de abertura do Novo Banco em base consolidada, com referência a dia 4 de Agosto
7649 de 2014, apresentava um activo de cerca de 72.465 milhões de euros, um passivo de 66.888
7650 milhões de euros e capitais próprios na ordem dos 5.577 milhões de euros.

7651 Relativamente ao activo, o total do crédito bruto concedido ascendia aos 43.818 milhões de
7652 euros. Desse valor, cerca de 31.459 milhões de euros correspondiam a crédito bruto a
7653 empresas e 12.359 milhões de euros a crédito bruto concedido a particulares. O valor das
7654 imparidades de crédito, por sua vez, atingia 5.248 milhões de euros. O crédito líquido
7655 concedido a clientes atingia assim os 38.570 milhões de euros.

7656 No que diz respeito ao volume de depósitos, o total ascendia, a 4 de Agosto, a 27.281 milhões
7657 de euros.

7658 Os rácios de solvabilidade, designadamente o Common Equity Tier 1 e o Tier 1, eram de 9,2%,
7659 acima dos níveis exigidos.

7660 No que diz respeito aos imóveis, o valor bruto atingia os 2.592 milhões de euros, as provisões
7661 associadas cerca de 818 milhões de euros, conduzindo a um valor líquido de 1.774 milhões de
7662 euros.

7663 **A evolução dos depósitos e do crédito, em base individual, entre Agosto e Dezembro de 2014**

7664 De acordo com a informação enviada à CPI relativamente à evolução dos depósitos em base
7665 individual, o seu volume decresceu, entre 4 de Agosto e 30 de Setembro, de 25.437 milhões de
7666 euros para 22.738 milhões de euros. A partir de Setembro de 2014 inicia-se um processo de
7667 aumento dos depósitos de clientes, sendo o valor total preliminar apurado a 31 de Dezembro
7668 de 2014 de cerca de 26.605 milhões de euros.

7669 Tabela 3.11 – Evolução dos depósitos do Novo Banco entre 4 de Agosto de 2014 a 31 de
7670 Dezembro de 2014 (valores em milhões de euros).

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Total
04.08.2014	8.136	17.301	25.437
31.08.2014	8.430	15.500	23.930
30.09.2014	7.761	14.977	22.738
31.10.2014	8.149	15.286	23.435
30.11.2014	7.477	16.668	24.145
31.12.2014	8.053	18.552	26.605

7671 Fonte: Novo Banco

7672 No seguimento da mesma informação, o Novo Banco deu a conhecer à CPI a evolução mensal
7673 dos valores de crédito concedido a particulares e a empresas entre o início de Agosto e 31 de
7674 Dezembro de 2014, tendo sido registada uma diminuição do valor total concedido, de 39.092
7675 milhões de euros a 4 de Agosto de 2014 para 36.269 milhões de euros em finais de Dezembro
7676 de 2014.

7677 Tabela 3.12 – Evolução do crédito do Novo Banco entre 4 de Agosto de 2014 a 31 de
7678 Dezembro de 2014 (valores em milhões de euros).

	Crédito a particulares	Crédito a empresas	Total
04.08.2014	9.591	28.501	39.092
31.08.2014	9.555	28.328	37.883
30.09.2014	9.501	28.218	37.719
31.10.2014	9.430	27.883	37.313
30.11.2014	9.369	27.565	36.934
31.12.2014	9.345	26.924	36.269

7679 Fonte: Novo Banco

7680

7681 Do BESA

7682 De acordo com o documento do Novo Banco designado “Atividade Resultados Consolidados
7683 do Grupo Novo Banco no Período de 4 de Agosto a 31 de Dezembro de 2014”, o crédito que
7684 havia sido cedido pelo antigo BES à sua filial angolana – e que entra no balanço do Novo Banco
7685 de 4 de Agosto totalmente provisionado, face à decisão do BNA em sanear a referida
7686 instituição, traduz-se num impacto positivo no Novo Banco, que de seguida se descreve:

7687 — *«Contrato de crédito comum, no valor equivalente a 317 M€, em que 50% do*
7688 *empréstimo tem penhor de obrigações do Tesouro Angolano; este empréstimo tem*
7689 *vencimento em 30 de Abril de 2016;*

7690 — *Contrato de empréstimo subordinado no valor equivalente a 317 M€ e com reembolso*
7691 *de capital até 30 de Novembro de 2024;*

7692 — *Subscrição de acções representativas de 9,7% do capital social do Banco Económico por*
7693 *um valor equivalente a 54 M€.*

7694 *Daqui resultou o desreconhecimento do valor remanescente da anterior dívida do BES Angola*
7695 *através da utilização de 2.750 M€ de provisões existentes no balanço de abertura*
7696 *preliminarmente constituídas no momento da criação do Novo Banco.»*

7697 Da Oak Finance

7698 De acordo com a informação e depoimentos recolhidos bem como da informação veiculada
7699 pelo Novo Banco, «através da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal
7700 de 22 de Dezembro de 2014 foi determinado que a responsabilidade contraída pelo Banco

7701 *Espírito Santo perante a Oak Finance Luxembourg não foi transferida para o Novo Banco. Esta*
7702 *determinação conduziu à retificação da reserva de originação do Novo Banco, que se traduziu*
7703 *numa variação positiva equivalente a 548,3 M€.»*

7704 **Das Contas de 31 de Dezembro de 2014, em base consolidada**

7705 O balanço do Novo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2014, em base consolidada,
7706 apresentava um activo de cerca de 65.487 milhões de euros, um passivo de 60.009 milhões de
7707 euros e capitais próprios na ordem dos 5.478 milhões de euros.

7708 Relativamente ao activo, o total do crédito líquido concedido a particulares e empresas
7709 ascendia aos 34.929 milhões de euros.

7710 No que diz respeito ao volume de depósitos, o total ascendia, a 31 de Dezembro de 2014, a
7711 27.938 milhões de euros.

7712 O rácio Common Equity Tier 1 atingia os 9,6%, acima do patamar mínimo exigido.

7713 De acordo com os aspectos mais relevantes da actividade e resultados entre 4 de Agosto e 31
7714 de Dezembro, o Novo Banco salienta os seguintes pontos:

7715 — *«Recuperação, no quarto trimestre, de 4,2 mil milhões de euros (mM€) da carteira de*
7716 *depósitos o que constitui a demonstração da confiança dos clientes no Novo Banco e da*
7717 *retoma da normalidade operacional.*

7718 — *O activo reduziu-se, nos cinco meses, em 6,9 mM€ com especial incidência na*
7719 *desalavancagem do crédito (-1,8 mM€: -4,9%) e da carteira de títulos (-1,7 mM€: -12,7%).*

7720 — *Melhoria expressiva da liquidez: o rácio de transformação evoluiu para 126% (155% em*
7721 *30/set/14); o financiamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) reduziu-se de*
7722 *13,6 mM€ (04/ago/14) para 8,5 mM€. O Novo Banco reembolsou a totalidade do*
7723 *financiamento obtido com o recurso à ELA (Emergency Liquidity Assistance).*

7724 — *Evidência de adequados níveis de provisionamento: o rácio de Provisões/Crédito Vencido*
7725 *há mais de 90 dias atingiu 147,9%; o rácio “Provisões/Crédito em Risco” situou-se em*
7726 *77,8%; e o rácio “Provisões/Crédito a clientes” é de 12,8%. Por outro lado, os activos não*
7727 *correntes detidos para venda têm provisões afectas que representam 31% do seu valor*
7728 *bruto.*

7729 — *O rácio de capital CET 1 era, em 31 de Dezembro de 2014, de 9,6%. Considerando o Regime*
7730 *Especial dos Activos por Impostos Diferidos introduzido pela Lei n.º 61/2014 de 26 de*
7731 *Agosto, o rácio CET 1 situou-se em 9,8%.*

7732 — *O resultado financeiro e os serviços a clientes totalizaram 266,3 M€ e 178,2 M€,*
7733 *respectivamente, com o produto bancário a situar-se em 444,5 M€.*

7734 — *Os custos operativos dos cinco meses totalizam 368,6 M€. Os custos operativos recorrentes*
7735 *apresentam uma redução de 5,8% no 4º trimestre em relação ao 3º trimestre, em base*
7736 *comparável.*

7737 — *O resultado antes de provisões e imparidades (resultado bruto) atingiu 419,9 M€.*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 7738 — *As provisões atingiram o valor de 699,1 M€, o que conjuntamente com o aumento*
7739 *registado nos custos com impostos decorrentes da alteração da taxa de IRC aplicável no*
7740 *apuramento dos impostos diferidos, condicionou o resultado do Grupo Novo Banco.*
7741 — *O resultado consolidado foi negativo em 467,9 M€, mas excluindo os efeitos dos factores*
7742 *não recorrentes (...) registar-se-ia um prejuízo de 229,7 M€.*

7743 **Evolução do Novo Banco**

7744 Do depoimento prestado por Eduardo Stock da Cunha na CPI é possível sublinhar algumas das
7745 alterações que foram sendo impostas na gestão e situação do Novo Banco desde a sua criação.

7746 De acordo com a sua perspectiva, o Novo Banco distingue-se dos demais pela sua estreita
7747 relação com o tecido empresarial português:

7748 «*O BES é o único dos grandes bancos do sistema que tem um peso da componente empresas*
7749 *muito superior à componente particulares, o que lhe dá, por isso, uma posição muito*
7750 *importante no financiamento ao tecido empresarial português. Essa é a grande diferença do*
7751 *Novo Banco, em relação aos outros bancos do sistema.*»

7752 De forma introdutória, o CEO do Novo Banco refere o reforço das três linhas de defesa
7753 existentes:

7754 «*Definimos as chamadas três linhas de defesa. A primeira linha de defesa reside nas próprias*
7755 *business units, como lhes chamamos, ou seja, cada área tem, por si só, já definido o seu próprio*
7756 *risco e até onde pode ir. Depois, o que é importante na second line of defense, na segunda*
7757 *linha de defesa, é ter uma actuação harmonizada. Neste sentido, o que fizemos foi, dentro dos*
7758 *conceitos de banca moderna, definir um conceito de chief risk officer que tem debaixo todo o*
7759 *conceito de risco, não apenas o tradicional risco de crédito e risco de mercado, mas também o*
7760 *conceito de risco operacional que, hoje em dia, é muito importante, e o conduct risk, ou seja, o*
7761 *risco de condução dos negócios de acordo com as melhores práticas. Portanto, a área de*
7762 *compliance passou a reportar ao chefe de risco, que é um colega meu da administração, Dr.*
7763 *Vítor Fernandes.*

7764 *Finalmente, a terceira linha de defesa, que é a auditoria, reporta directamente a mim e tem,*
7765 *também, um reporte funcional ao conselho fiscal.*

7766 *Com estas três linhas de defesa, ao nível das business units, em primeiro lugar, ao nível do chief*
7767 *risk officer, em segundo lugar e, em terceiro lugar, com a linha de defesa ao nível da auditoria,*
7768 *reportando directamente a mim e, em termos funcionais, ao conselho fiscal, penso que temos*
7769 *uma arquitectura já bastante capaz, sobretudo, se somada àquilo que referi no início, uma*
7770 *área de crédito independente da área comercial e a segregação de funções entre contratação,*
7771 *contabilização e confirmação junto das contrapartes.*»



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7772 Ainda sobre as alterações ao nível da gestão do banco, Stock da Cunha afirmou que foram
7773 sendo melhorados os diversos procedimentos, com especial incidência sobre o crédito e a sua
7774 concessão:

7775 *«Em primeiro lugar, criámos o departamento de crédito, que não existia como tal. Existia um*
7776 *departamento de crédito, mas estava misturado com as áreas comerciais. Então, nós criámos o*
7777 *departamento de crédito tal como existe, como já existia o departamento de risco global.*

7778 *Alterámos todos os níveis de aprovações e o método de concessão de crédito ao nível das*
7779 *várias comissões de crédito.*

7780 (...)

7781 *Passámos a ter limites de crédito internos da casa mãe relativamente às suas subsidiárias.*

7782 (...)

7783 *É evidente que havia avaliação de risco, no passado, mas nós entendemos que é preferível ter*
7784 *uma área de crédito totalmente independente que, comunicando com a área comercial, porque*
7785 *são eles que conhecem os clientes, e havendo uma boa articulação com ela, levará a uma*
7786 *concessão de crédito correcta, que defende os interesses dos clientes e do banco.»*

7787 Houve também alterações significativas ao nível dos mercados financeiros, tendo sido
7788 prosseguida uma política de separação entre as funções de contratação e execução,
7789 contabilização e liquidação:

7790 *«Em segundo lugar, em relação, por exemplo, à área de mercados financeiros, prosseguimos*
7791 *com a separação exata entre as funções de contratação e execução, a contabilização e a*
7792 *liquidação que é feita, depois, no back-office. Em vez de funcionar tudo como um todo, hoje em*
7793 *dia, as operações são contratadas na tesouraria, são contabilizadas na contabilidade, uma*
7794 *área totalmente diferente, e as confirmações dessas operações são feitas na área de operações*
7795 *do back-office, que também é outra área completamente diferente. Portanto, temos a*
7796 *segregação de funções tal como ela deve existir.*

7797 *No passado, também existiam estas funções mas estavam todas debaixo do mesmo «chapéu*
7798 *de chuva», na tesouraria. A criação do departamento de crédito, como ele existe, que dá, de*
7799 *facto, uma maior segregação entre as áreas comerciais e as áreas de risco e, por outro lado, a*
7800 *segregação entre a contratação, a contabilização e a liquidação, que é fundamental numa*
7801 *instituição financeira, são alterações muito relevantes e muito importantes.»*

7802 Sobre a situação actual, o CEO do Novo Banco afirmou estar mais confiante também na
7803 perspetiva da liquidez:

7804 *«Neste momento, o Novo Banco tem uma situação, em termos de liquidez, muito razoável. Já*
7805 *não estamos, digamos assim, na fase dos cuidados intensivos, mas, como banco de transição*
7806 *que somos, estamos sempre, como costume dizer, na sala de observações.*

7807 (...)

7808 *Penso que é do conhecimento público, e não é novidade para ninguém, que o Novo Banco, na*
7809 *altura em que assumi funções, vivia uma crise de confiança, tinha uma situação de alguma*
7810 *desmotivação interna da parte dos seus trabalhadores e tinha dificuldades de liquidez.*
7811 *Posso dizer-lhe que o ponto mínimo, creio eu, terá sido atingido, mais ou menos, entre final de*
7812 *Setembro e início de Outubro e daí para cá o que posso dizer é que já recuperámos bastante,*
7813 *em termos de depósitos. Recuperámos cerca de quatro biliões, ou 4.000 milhões de euros de*
7814 *depósitos, de acordo com a terminologia portuguesa.»*

7815 Como exemplo da evolução positiva a registar, Stock da Cunha afirma que um dos indicadores
7816 a ter em atenção se prende com o rácio de transformação, nomeadamente com a sua
7817 diminuição desde Agosto de 2014:

7818 *«Vou dar-lhe um exemplo, como sabem, um dos objetivos que os bancos portugueses tinham*
7819 *logo definidos no início da década é ter um rácio de transformação de créditos sobre depósitos,*
7820 *definido de acordo com os critérios do Banco de Portugal, de cerca de 120%. Chegámos a ter*
7821 *valores quase na casa dos 160%, mas neste momento estamos muito perto dos 120%.»*

7822 Por último, o CEO do Novo banco fala na importância dos critérios de liquidez, capital e
7823 rentabilidade:

7824 *«Como dizia, temos de fazer esse exercício de procurar rentabilizar o banco, ao mesmo tempo*
7825 *que temos de manter a posição de capital e a posição de liquidez, sem que isso traga qualquer*
7826 *risco adicional. Temos alguns KPI, Key Performance Indicators, que, embora não sejam oficiais,*
7827 *nos ajudam a guiar nesse sentido.*

7828 *(...)*

7829 *O que nos preocupou numa primeira fase, quando chegámos, e para onde tivemos que olhar*
7830 *com muita atenção foi para o aspecto da liquidez, porque, como disse no início, o banco sofria*
7831 *uma crise de confiança e, portanto, a liquidez não abundava.*

7832 *É com algum prazer que digo que essa situação foi ultrapassada e que, hoje em dia, somos um*
7833 *banco, em termos de negócio do dia-a-dia, normal. Somos um banco de transição, e nesse*
7834 *aspecto não somos um banco normal, mas na relação com os nossos clientes somos um banco*
7835 *normal e é bom que assim seja.*

7836 *Em relação à segunda questão que foi a questão do capital, agora temos de gerir o capital do*
7837 *banco de forma a estarmos sempre em linha com os rácios que são necessários para termos*
7838 *acesso ao Estatuto de Contraparte, junto do Banco Central Europeu.*

7839 *Numa terceira fase, que também já estamos a preencher, estamos a ocupar-nos da*
7840 *rentabilidade do banco. Temos de fazer um exercício muito concreto, sem criar qualquer*
7841 *perturbação ao nível do banco, porque é natural que isso seja uma das nossas prioridades, e,*
7842 *ao mesmo tempo, ir satisfazendo os clientes. Temos de saber guiar o banco, o que não é feito*
7843 *só por mim, temos excelentes colaboradores. Já o disse mais do que uma vez e, se não se*
7844 *importam, passo a publicidade, continuo a achar que os nossos colaboradores são os melhores*
7845 *do País. É uma opinião que sei que é partilhada por muita gente.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7846 Na audição, foi ainda abordada a questão do papel comercial, designadamente quanto ao
7847 pagamento do valor investido, por parte dos clientes de retalho do antigo BES. De acordo com
7848 o CEO do Novo Banco, não existe nenhuma provisão no Novo Banco para fazer face à
7849 responsabilidade do pagamento, que compete às entidades emissoras, designadamente ESI,
7850 Rioforte e ES Tourism:

7851 *«A medida de resolução é muito clara e diz que não passaram para o Novo Banco,*
7852 *permaneceram no BES, «quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências*
7853 *assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de*
7854 *dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo.*

7855 *(...)*

7856 *O Novo Banco não tem qualquer responsabilidade — que fique claro — do ponto de vista legal*
7857 *sobre o papel comercial.*

7858 *Em segundo lugar, e penso que isso também foi aqui esclarecido pelo Dr. Luís Máximo dos*
7859 *Santos na semana passada, nenhuma provisão existe no Novo Banco para o papel comercial.*
7860 *Não existe. O balanço de abertura não tem nenhuma provisão.*

7861 *As pessoas perguntam: mas no dia 30 de Junho... no dia 30 de Junho estavam no BES essas*
7862 *provisões e, portanto, não passaram para o Novo Banco. Não existe nenhuma obrigação legal*
7863 *de o Novo Banco pagar o que quer que seja relativamente ao papel comercial. A primeira*
7864 *responsabilidade, a responsabilidade primária de pagamento, compete aos emitentes, como*
7865 *não podia deixar de ser. A segunda responsabilidade, se por acaso tivesse havido má*
7866 *comercialização, também está aqui na medida de resolução que competiria o Banco Espírito*
7867 *Santo que é onde estão as provisões. Dir-me-á: mas o Banco Espírito Santo não vai conseguir*
7868 *honrar esse eventual pagamento pela má comercialização, porque não vai ter ativos. Foi isso,*
7869 *pelo menos, aquilo que transmitiu o Dr. Máximo dos Santos, mas logicamente sobre o BES terá*
7870 *de responder o Dr. Máximo dos Santos.»*

7871 De facto Luís Máximo dos Santos aborda a questão da provisão perante a CPI, confirmando a
7872 versão de Eduardo Stock da Cunha:

7873 *«(...) a provisão não se evaporou, ela está, efectivamente, registada nas contas do Banco*
7874 *Espírito Santo.*

7875 *O que sucede e, aliás, nos termos de deliberação do Banco de Portugal diz-se mesmo que não*
7876 *transitam para o Novo Banco quaisquer responsabilidades ou contingências relativas à*
7877 *comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida, emitidos*
7878 *por entidades que integravam o universo do Grupo Espírito Santo.*

7879 *(...)*

7880 *Mas, portanto, há duas situações: a provisão existe, está no BES, a responsabilidade por essas*
7881 *contingências é do BES mas, paralelamente, há uma recomendação do Banco de Portugal ao*
7882 *Novo Banco — e sobre a qual não me quero alongar — para encontrar um tratamento*
7883 *comercial desses clientes.»*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7884 Luís Máximo dos Santos refere ainda que são as entidades emissoras as responsáveis pelo
7885 pagamento do papel comercial, muito embora possa o BES – banco mau, num quadro de
7886 contencioso, ser condenado a ressarcir os seus antigos clientes, podendo o Novo Banco
7887 entretanto pagar, numa óptica de estratégia comercial:

7888 *«Esta provisão tinha sido constituída ainda sobre outros pressupostos e tem o valor de 668*
7889 *milhões de euros. É evidente que, por muito extraordinariamente eficiente que fosse a*
7890 *administração do banco, não se antevê que, digamos, possa haver recursos suficientes porque,*
7891 *precisamente, nos activos que temos o grau de recuperabilidade é baixo.*

7892 *Portanto, percebo a sua pergunta, mas é assim: o primeiro responsável por pagar são as*
7893 *entidades que emitiram; segundo, o Banco Espírito Santo, se num quadro de um processo*
7894 *judicial for determinado que não observou os deveres de mercado, de intermediação, de*
7895 *colocação e de comercialização.*

7896 *A questão do tratamento comercial é algo que tem uma natureza distinta mas que consta de*
7897 *uma deliberação que o banco tomou e cujas razões se compreendem .»*

7898 Sobre uma eventual solução, Stock da Cunha refere que teria sempre que passar pela análise
7899 de custo/benefício para o Novo Banco:

7900 *«Então, o que é que nós podemos tentar fazer? De acordo com aquilo que foi definido pelo*
7901 *Banco de Portugal na reunião do Conselho de Administração do dia 14 de Agosto, sujeito a*
7902 *uma série de condições muito difíceis de cumprir — já explico —, podemos, por razões de*
7903 *natureza estritamente comercial, compensar os clientes se isso trouxer, numa análise da*
7904 *relação custo/benefício, por cliente, vantagens para o banco.*

7905 *É tão só isto e significa o mesmo que lhe dizer que um cliente que eventualmente tivesse um*
7906 *papel comercial de 100.000 € e que nós quiséssemos compensar em 50 000 €, teríamos de*
7907 *arranjar uma justificação de como é que esse cliente iria gerar ao banco rendimentos de 50 000*
7908 *€, no futuro, porque o Conselho de Administração do Banco de Portugal foi muito claro ao dizer*
7909 *que essa compensação tem de ser neutra, na melhor das hipóteses, em termos de liquidez do*
7910 *banco, de posição de capital do banco e de rentabilidade do banco, portanto, não as pode pôr*
7911 *em causa.*

7912 *É uma equação bastante difícil de resolver.*

7913 *(...)*

7914 *Estamos a falar de cerca de 527 milhões de euros. É aquilo que estimamos que possa existir em*
7915 *papel comercial, chamado Rioforte, ESI e Espírito Santo Property.»*

7916 No que diz respeito às soluções encontradas para as obrigações próprias, Stock da Cunha
7917 salientou o facto de já terem sido resolvidos praticamente todos os casos:

7918 «Tenho o prazer de dizer que essa situação já foi resolvida, e eram bastantes clientes também e
7919 um montante superior ao do papel comercial, eram mais clientes que os clientes de papel
7920 comercial, as chamadas séries comerciais, OST e GDC — são os nomes técnicos.

7921 Resolvemos mais de 90% desses casos, estamos a falar de 8.000 ou 9.000 clientes. Temos
7922 agora uma segunda fase, ainda com uma outra questão de acções preferenciais que vamos
7923 tentar resolver, que é mais difícil e, depois, vamos ver o que conseguimos fazer no papel
7924 comercial.

7925 (...)

7926 E quanto é que já resolvemos? Já resolvemos cerca de 1.300, 1.400 milhões de euros em mais
7927 de 90%; 1.300, 1.400 milhões de euros com as OST — OST quer dizer operações sobre títulos —,
7928 séries comerciais, e GDC.

7929 No caso das OST, das GDC e das séries comerciais, o que estava em causa eram obrigações
7930 sénior não subordinadas do banco.

7931 Portanto, e já agora para frisar um aspecto, é uma dívida do banco! O banco honraria sempre
7932 esses compromissos, simplesmente, podíamos estar a falar de obrigações com vencimento em
7933 2048. E o que estava em causa era se os clientes poderiam vender as obrigações só em 2048 ou
7934 antes dessa data. No caso do papel comercial é diferente: o emitente não é o banco. Nem
7935 sequer é o Banco Espírito Santo, são outras entidades.»

7936 **Situação do BES**

7937 A actual administração do Banco Espírito Santo (Banco Mau) foi designada pelo Banco de
7938 Portugal na sequência da medida de resolução. Apesar de um dos desígnios ter sido o de
7939 apresentar um balanço referente a 4 de Agosto de 2014 o mais rapidamente possível, ainda
7940 não foi possível, a este Conselho de Administração, publicar tais contas, cuja elaboração tem-
7941 se alongado no tempo por diversas razões, explicitadas por Luís Máximo dos Santos:

7942 «Como disse há pouco, nos objectivos que o próprio conselho definiu para si, um deles era
7943 indiscutivelmente, como é normal, o de termos um balanço reportado a 4 de Agosto, o mais
7944 rapidamente possível.

7945 O problema é que não estamos perante uma situação, de facto, normal. Porque há, no fundo,
7946 um balanço que envolve o trabalho de quatro entidades. A saber, o próprio BES; o seu auditor a
7947 KPMG; a Pricewaterhouse, na medida em que é a entidade que tem a seu cargo a avaliação
7948 dos passivos e activos que foram objecto de transferência, no âmbito da medida de resolução
7949 e, evidentemente, o Banco de Portugal que é a entidade que aplicou a medida. E, enfim, não sei
7950 se já o referi, o Novo Banco também. Porque é preciso referir isso, desde logo, pela
7951 circunstância de que, digamos, todo o sistema contabilístico do BES, embora seja da sua
7952 titularidade, se encontra à guarda física do Novo Banco, embora nós agora já tenhamos
7953 autonomia.

7954 *Ora bem, isto para dizer que, visto que o Banco Espírito Santo mantém as características de*
7955 *uma sociedade aberta, com deveres perante o mercado, em relação ao balanço posso informar*
7956 *que está mesmo por poucos dias a possibilidade de o divulgarmos, mas sinto-me um pouco*
7957 *constrangido porque os deveres da CMVM impõem que divulgue primeiro ao mercado.»*

7958 Segundo o seu depoimento, o balanço do BES apresentará capitais próprios claramente
7959 negativos:

7960 *«Em qualquer caso, a estrutura do balanço do BES pode resumir-se da seguinte forma: do lado*
7961 *do activo temos, de facto, um conjunto de créditos sobre entidades do GES e que, no fundo,*
7962 *reflectiam a exposição individual do BES a essas entidades. Depois temos, naturalmente, as*
7963 *filiais, porque também têm algum valor; as filiais que ficaram no Banco Espírito Santo. Quanto*
7964 *aos chamados activos por impostos diferidos, não vamos poder beneficiar deles, à luz do*
7965 *regime extraordinário que a lei contempla, porque não existe uma expectativa de o BES vir a*
7966 *ter lucros e, nessa medida, não os podemos registar, não podemos beneficiar deles.*

7967 *Portanto, isto do lado do activo. Do lado do passivo temos as responsabilidades que emergem*
7968 *dos titulares de obrigações subordinadas que, por definição, ficaram com o BES e os passivos*
7969 *contingentes, entre os quais estão, por exemplo, a provisão que há pouco referi relativamente*
7970 *aos clientes de retalho e outros.»*

7971 De acordo com Luís Máximo dos Santos, que preside agora ao BES, a *«acção da actual*
7972 *administração do BES está limitada por fortes condicionalismos. Desde logo, os que decorrem*
7973 *da necessária observância do quadro legal da medida de resolução e dos poderes que, nesse*
7974 *contexto, são conferidos ao Banco de Portugal, e os que resultam do teor da decisão da*
7975 *Comissão Europeia que aprovou o auxílio de Estado concedido ao Novo Banco. Importa ter*
7976 *presente, designadamente, que está previsto na mencionada decisão da Comissão Europeia*
7977 *que a autorização do BES para o exercício da atividade bancária será, necessariamente,*
7978 *revogada.»*

7979 Luís Máximo dos Santos define, assim, as linhas de atuação prioritária do BES:

7980 *«Primeira: dotar o BES de uma estrutura operativa que lhe permitisse desenvolver a sua nova*
7981 *missão;*

7982 *Segunda: assegurar o cumprimento de todas as obrigações legais, designadamente fiscais, e*
7983 *regulatórias a que o BES está vinculado;*

7984 *Terceira: preservar e valorizar os ativos que permaneceram no BES;*

7985 *Quarta: criar as condições para, em articulação com o Banco de Portugal e o Novo Banco,*
7986 *apresentar o balanço reportado a 4 de Agosto de 2014, o que ainda não foi possível;*

7987 *Quinta: colaborar, no quadro legal aplicável, com as entidades que se encontram a investigar a*
7988 *gestão do BES, de modo a identificar eventuais atos lesivos da instituição e proceder, com os*



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

7989 *instrumentos ao seu dispor, à avaliação dos mesmos, tendo em vista desencadear as iniciativas*
7990 *que se mostrem pertinentes.*

7991 *A nossa gestão tem sido, pois, centrada no cumprimento destes objetivos, podendo resumir-se*
7992 *do seguinte modo: maximizar a recuperação de créditos; evitar avolumar de responsabilidades,*
7993 *exercendo a defesa do BES; manter a operacionalidade das filiais e defender, se necessário por*
7994 *via judicial, os direitos do BES enquanto acionista, tendo em vista a alienação das participações*
7995 *nas melhores condições possíveis; comunicar às entidades competentes, sempre que sejam do*
7996 *nosso conhecimento, indícios de eventuais ilícitos em que o BES seja lesado, tendo em vista o*
7997 *apuramento de responsabilidades e o ressarcimento de prejuízos.»*

7998

7999 **4. Conclusões e Recomendações**

8000 Depois de devidamente analisada toda a documentação compilada, bem assim como os
8001 depoimentos prestados, e em função dos factos apurados, que de forma detalhada foram
8002 expostos no capítulo 3, enunciam-se agora as principais conclusões e recomendações que
8003 resultaram de todo o trabalho desenvolvido.

8004 De modo a facilitar um melhor entendimento dos conteúdos deste capítulo, tornando a sua
8005 leitura auto-suficiente, importa recordar a estrutura simplificada do Grupo Espírito Santo
8006 (GES), que abarca (Figura 4.1):

- 8007 • Na cúpula, uma sociedade (ES Control) onde se encontram representados os cinco
8008 ramos da família Espírito Santo, através de empresas que lhes correspondem;
- 8009 • Ainda no topo, a Espírito Santo International (ESI), com várias centenas de accionistas,
8010 que como se verá está na origem da implosão de todo o GES, devido à espiral de
8011 endividamento em que mergulhou, contaminando mais tarde uma boa parte de todo o
8012 grupo;
- 8013 • Finalmente, ainda no troco comum, e depois de uma última reorganização efectuada
8014 em Dezembro de 2013, encontramos a Rioforte, que até então era a sociedade
8015 vocacionada para congregar as actividades do ramo não financeiro do GES;
- 8016 • Um ramo financeiro, congregado em torno da empresa ESFG, onde se incluem
8017 nomeadamente as actividades do BES e das suas participadas, a que no seu conjunto
8018 chamaremos Grupo BES (GBES), além de outras entidades financeiras e de actividades
8019 no domínio dos seguros;
- 8020 • Um ramo não financeiro, onde se integram empresas com actividades em domínios
8021 tão diversos como a gestão imobiliária, construção, energia, agicultura, pecuária,
8022 energia, construção, saúde ou turismo.

8023

8024

8025

8026

8027

8028

8029

8030

8031

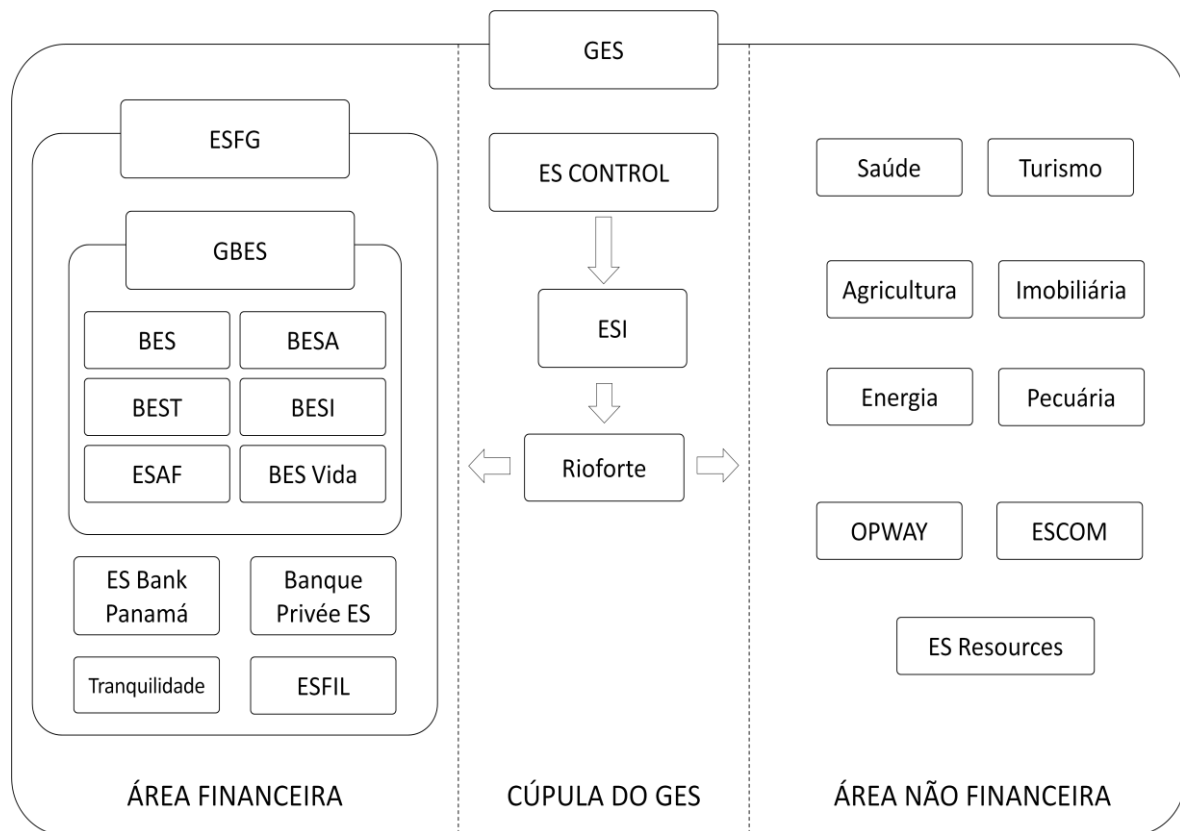


Figura 4.1 – Visão simplificada da estrutura do Grupo Espírito Santo.

Fonte: sistematização do deputado relator com base em informação recolhida na CPI

Tendo como pano de fundo esta descrição do GES, o presente capítulo desdobra-se em duas secções, a saber:

- 1) Apresentação das principais conclusões retiradas pela CPI, ao nível de uma explicação e apuramento de responsabilidades relativamente ao sucedido (Conclusões);
- 2) Identificação de um conjunto de recomendações específicas, no sentido de preventivamente evitar que situações deste tipo possam vir a repetir-se (Recomendações).

Procura-se deste modo dar resposta na plenitude ao objecto desta CPI, e que naturalmente norteia a apresentação das correspondentes conclusões e recomendações, a saber:

A — Apurar as práticas da anterior gestão do BES, o papel dos auditores externos, as relações entre o BES e o conjunto de entidades integrantes do universo GES, designadamente os métodos e veículos utilizados pelo BES para financiar essas entidades, bem como outros factos relevantes conducentes ao grave desequilíbrio financeiro do BES e à consequente aplicação a esta instituição de crédito de uma medida de resolução;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

8051 B — Avaliar o quadro legislativo e regulamentar, nacional e comunitário, aplicável ao sector
8052 financeiro e a sua adequação aos objectivos de prevenir, controlar, fiscalizar e combater
8053 práticas e procedimentos detectados no BES e no GES, bem como outras acções no quadro do
8054 Programa de Assistência Económica e Financeira;

8055 C — Avaliar a ligação entre o estatuto patrimonial e o funcionamento do sistema financeiro e
8056 os problemas verificados no sistema financeiro nacional e respectivos impactos na economia e
8057 contas públicas;

8058 D — Avaliar as condições e o modo de exercício das atribuições próprias das entidades
8059 públicas competentes nesta matéria, desde 2008, e, em especial, a actuação do Governo e dos
8060 supervisores financeiros, tendo em conta as específicas atribuições e competências de cada
8061 um dos intervenientes, no que respeita à defesa do interesse dos contribuintes, da
8062 estabilidade do sistema financeiro e dos interesses dos depositantes, demais credores e
8063 trabalhadores da instituição ou de outros interesses relevantes que tenham dever de
8064 salvaguardar;

8065 E — Avaliar o processo e as condições de aplicação da medida de resolução pelo Banco de
8066 Portugal e suas consequências, incluindo o conhecimento preciso da afectação de activos e
8067 riscos pelas duas entidades criadas na sequência das decisões anunciadas pelo Banco de
8068 Portugal no dia 3 de Agosto de 2014;

8069 F — Avaliar a intervenção do Fundo de Resolução e a eventual utilização, directa ou indirecta,
8070 imediata ou a prazo, de dinheiros públicos.

8071 Para uma mais fácil leitura e compreensão das conclusões e recomendações obtidas, será aqui
8072 adoptado um modelo conceptual em concha, baseado em múltiplas camadas de análise, que
8073 se interligam, para apresentação das conclusões (Figura 4.2), de modo a ser possível efectuar
8074 uma visão integrada e lógica do sucedido, bem assim como das diferentes partes relevantes no
8075 que se prende com um eficiente e eficaz funcionamento de entidades do sistema financeiro,
8076 capaz de acautelar o interesse público.

8077

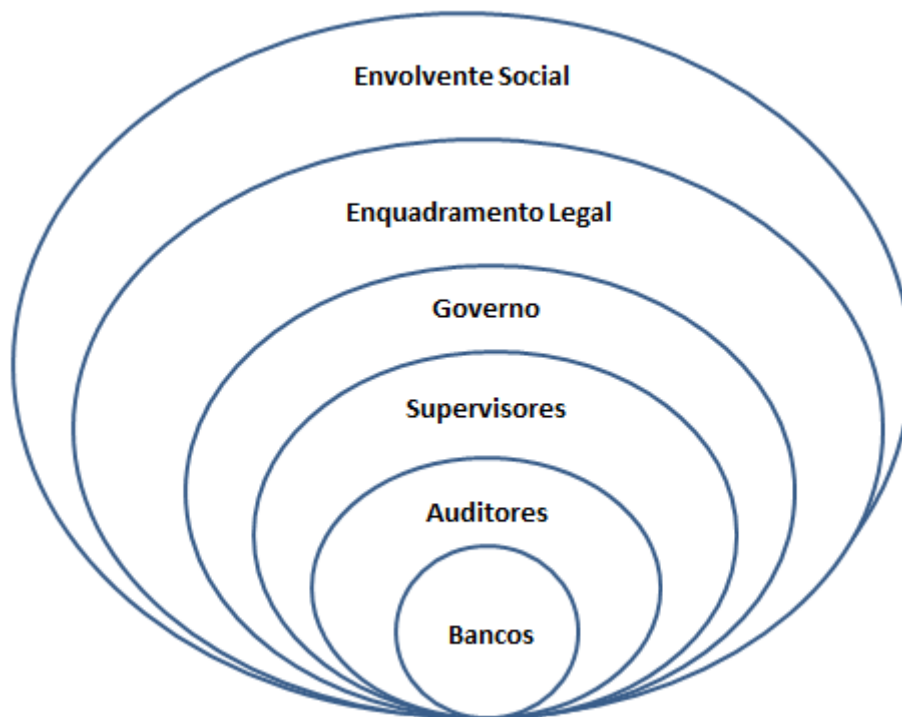


Figura 4.2 – Modelo em concha das diferentes camadas de análise do problema, que servem de suporte à apresentação de conclusões.

Fonte: sistematização do deputado relator

Com base neste mesmo modelo conceptual, as conclusões serão apresentadas de forma sequencial, em alinhamento com o seguinte conjunto de tópicos:

- C1) Comportamento do GBES e GES
- C2) Intervenção de Empresas de Auditoria
- C3) O Papel Desempenhado pelas Entidades de Supervisão
- C4) Intervenção do Governo
- C5) Impactos sobre Contas Públicas e Economia
- C6) Enquadramento Legal e Regulamentar
- C7) Análise das Opções Disponíveis
- C8) O Processo de Resolução
- C9) Situação Actual
- C10) Factos por Apurar
- C11) Síntese Final

Existe uma clara correspondência entre os seis eixos que definem o objecto desta CPI, acima enunciados (de A a F), e a sequência de tópicos que, com base no modelo acima ilustrado, vai suportar a apresentação das conclusões (C1 a C9), conforme se ilustra numa matriz de

8100 relacionamento e cruzamento, pelo que da leitura das conclusões, conforme aqui
8101 apresentadas, decorre uma visão ampla e plena relativamente ao objecto da CPI (Tabela 4.1).

8102 Tabela 4.1 – Matriz de relacionamento entre tópicos de conclusões (C1 a C9) e o objecto da
8103 Comissão de Inquérito (A a F), onde se assinalam a cinzento as células onde existe uma
8104 especial incidência de relacionamento entre linhas e colunas.

	A	B	C	D	E	F
C1						
C2						
C3						
C4						
C5						
C6						
C7						
C8						
C9						

8105 Fonte: sistematização do deputado relator

8106

8107 De modo idêntico, as recomendações serão enunciadas de acordo com os domínios de
8108 incidência das mesmas, relativamente aos seguintes tópicos:

- 8109 R1) Criação de uma Cultura de Exigência
8110 R2) Remoção de Conflitos de Interesses
8111 R3) Acesso, Transparência e Partilha de Informação
8112 R4) Reforço da Articulação e Coordenação
8113 R5) Síntese Final

8114 Após considerações de índole mais geral ou de enquadramento, em cada secção apresentam-
8115 se sobretudo um conjunto de cerca de 500 conclusões ou constatações e 80 recomendações
8116 específicas, as quais, para mais fácil identificação e rastreabilidade, são numeradas
8117 sequencialmente (de c_1 a c_n e de r_1 a r_m), respectivamente.

8118 Apesar de se efectuar uma descrição segmentada, em função da sua natureza, das conclusões
8119 e recomendações desta CPI, alinhadas com as diferentes camadas do modelo conceptual
8120 adoptado, importa sublinhar que um adequado funcionamento do sistema financeiro, além de
8121 dever ter em consideração as boas práticas que devem ser adoptadas ao nível de cada uma
8122 das suas camadas, tem necessariamente de ter em consideração uma visão holística, integrada
8123 e sistémica de todo o conjunto. Só desse modo será possível assegurar que se alcança um
8124 óptimo global, devidamente articulado, que fica prejudicado, prisioneiro de visões parciais,
8125 fragmentadas e óptimos locais caso se olhe somente para o somatório das partes. Sendo

8126 evidente que a desarticulação entre as diversas camadas, ou a ausência de uma gestão
8127 adequada das interfaces entre elas acaba por prejudicar seriamente os objectivos globais que
8128 devem ser alcançados. Por via de um balanceamento eficaz entre as variadas perspectivas e
8129 interesses que cada tipologia de agente relevante acaba por representar e assumir. Deste
8130 ponto de vista, os trabalhos da CPI, ao encontrarem incidência em todas as vertentes de
8131 análise, permitiram evidenciar a premência de se construir uma visão e gestão integrada do
8132 funcionamento do sistema financeiro como um todo, ainda que alicerçado nas diversas
8133 camadas de intervenção.

8134 Esta necessidade decorre das especificidades do sistema financeiro, e do sistema bancário em
8135 particular, de natureza diversa face à generalidade dos sectores de actividade económica.
8136 Como os anos recentes ajudaram a evidenciar, por vezes da pior forma, tanto a nível
8137 internacional como em Portugal, o funcionamento do sistema bancário comporta riscos
8138 sistémicos e implicações sociais, afectando a vida de praticamente todos os cidadãos, pelo que
8139 tem de ser encarado de forma diferenciada no que se refere à sua regulação, supervisão e
8140 relacionamento com a sociedade, de modo a encontrar quadros de funcionamento onde exista
8141 um adequado balanceamento de objectivos, que não coloquem em risco a estabilidade das
8142 economias, o financiamento das empresas, mas sobretudo que acautele os legítimos
8143 interesses, garantindo segurança e confiança junto dos cidadãos e depositantes. Redobram
8144 neste sector de actividade as preocupações no sentido de que “a maximização do lucro de
8145 uma empresa só é aceitável quando respeita as restrições éticas e legais a que a empresa está,
8146 ou deve estar, sujeita. Violando essas restrições, pode obter-se um melhor resultado, mas é
8147 um resultado eticamente condenável, porque sacrifica o bem da sociedade”, sendo ainda que
8148 “esta obsessiva competição, em particular (mas não exclusivamente) no sector financeiro,
8149 levou a descuidar a sustentabilidade das empresas e a favorecer, cada vez mais ousadamente,
8150 comportamentos transgressores dos princípios normalmente associados à prudência, à
8151 decência e à confiança. Assumir riscos desproporcionados, abusar da boa-fé e da confiança de
8152 terceiros, disfarçar a verdade com artifícios lustrosos, esconder contabilisticamente os desaires
8153 e as tropelias financeiras (...) passaram a ser práticas demasiado frequentes e generalizadas”
8154 (Vitor Bento, 2011).

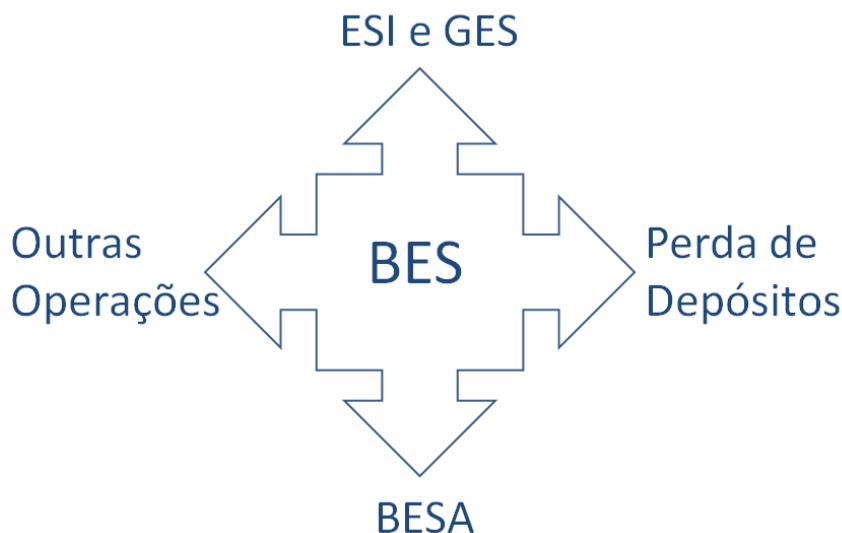
8155 Feito este enquadramento inicial, segue-se então, de acordo com a lógica enunciada, uma
8156 apresentação das principais conclusões e recomendações retiradas por esta CPI.

8157 **4.1 Conclusões**

8158 Ao analisar os diferentes tipos de intervenção relacionados com o colapso do GES, arrastando
8159 consigo o BES e o Grupo BES (GBES), enquanto terceiro maior banco nacional, importa
8160 começar por clarificar que, do ponto de vista de imputação de responsabilidades face ao
8161 sucedido, estas devem ser assacadas em primeira linha, e de forma inequívoca, a actos de
8162 gestão que foram sendo sucessivamente praticados pelos principais responsáveis do GES, com
8163 especial incidência na pessoa de Ricardo Salgado, enquanto líder máximo do GES, onde

8164 praticava um estilo de gestão centralizador e personalizado, mas abrangendo a generalidade
8165 dos administradores e gestores de topo, seja por actos ou omissões, dado que integram órgãos
8166 colegiais de decisão. Porém, a um outro nível, são igualmente apontadas as posições e
8167 intervenções assumidas pelos restantes diferentes tipos de intervenientes (C2 a C9), algumas
8168 das quais permitem apontar igualmente para possíveis falhas ou a identificação de
8169 oportunidades de melhoria, que serão em determinados casos reflectidas nas Recomendações
8170 deste relatório.

8171 No que toca em particular à situação do GBES, onde o próprio BES ocupa lugar determinante,
8172 como se verá em maior detalhe adiante, ele é essencialmente alvo de contaminação por via de
8173 problemas ou ocorrências, mais tarde quantificados, que se situam, em termos de estrutura
8174 (Figura 4.3): i) acima, relacionados com a espiral de envidadamento gerada e reflectida nas
8175 contas consolidadas da ESI; ii) abaixo, através dos problemas de concessão de crédito e
8176 avaliação de bens imóveis registados no BESA; iii) um conjunto de operações atípicas ou
8177 mesmo irregulares, além de sobreavaliação de elementos do activo; iv) levantamento
8178 significativo de depósitos ao longo do mês de Julho de 2014. Desta conjugação de
8179 circunstâncias decorre portanto a necessidade de uma intervenção urgente, por forma a
8180 garantir a continuidade da actividade bancária desenvolvida pelo BES e impedir a ocorrência
8181 de riscos sistémicos.



8182

8183 Figura 4.3 – Ilustração esquemática das principais origens dos problemas de
8184 sustentabilidade do BES.

8185

Fonte: sistematização do deputado relator

8186

8187 Sendo estas as principais fontes de problemas que acabam por se fazer reflectir no GBES,
8188 importa reter desde já igualmente os quatro momentos temporais mais relevantes que se lhe
8189 encontram associados: i) identificação, em Novembro de 2013, de distorções



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

8190 intencionalmente efectuadas nas contas da ESI, que se iniciaram em 2008 e foram-se
8191 agravando desde essa data, traduzindo-se, nas contas relativas ao ano de 2012, numa
8192 ocultação de passivo no valor de 1.300 milhões de euros; ii) identificação, em Abril/Maio de
8193 2014, de uma exposição do BES ao GES que, face à situação vivida na ESI e suas participadas,
8194 obrigou à constituição de uma provisão de 2.000 milhões de euros no BES; iii) realização em
8195 Junho/Julho de 2014 de operações de recompra de obrigações e emissão de cartas de
8196 conforto, a que correspondeu a necessidade de criação de provisões adicionais no valor de
8197 1.500 milhões de euros, sendo esta última ocorrência, conhecida em finais de Julho de 2014, o
8198 que determinou uma intervenção imediata sobre o BES, de modo a permitir a recuperação de
8199 níveis de solvabilidade adequados, capazes de assegurar a continuidade das operações
8200 bancárias; iv) conhecimento, no final do mês de Julho de 2014, da forte possibilidade de ser
8201 revogada a garantia soberana de Angola relativamente a créditos concedidos pelo BESA, o que
8202 veio a suceder a 4 de Agosto de 2014, assim como da retirada de estatuto de contraparte pelo
8203 BCE.

8204 Na leitura das conclusões que se seguem, de forma segmentada, importa portanto não perder
8205 de vista estas mesmas realidades, aqui expostas à cabeça justamente para enquadrar
8206 correctamente o sucedido.

8207

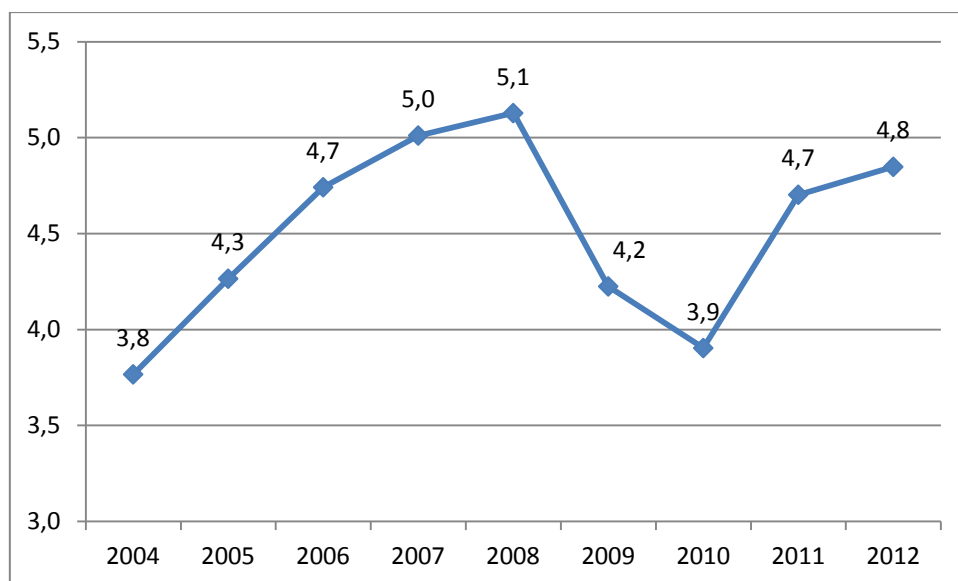
8208 **C1) Comportamento do GBES e GES**

8209 Dada a natureza de conglomerado misto do GES, com um ramo não financeiro e outro
8210 financeiro (Figura 4.1), as dificuldades começam por surgir do lado do ramo não financeiro,
8211 tornando-se especialmente visíveis pelos impactos que provocam num primeiro momento
8212 junto da ESI, enquanto empresa de cúpula do grupo, onde se concentra uma espiral de
8213 endividamento que conduziu a um passivo superior a 8 mil milhões de euros. Em vez de conter
8214 os problemas a este nível, o GES tomou decisões que conduziram à apresentação de contas
8215 desvirtuadas, num primeiro momento, e à propagação dos problemas junto de outras
8216 empresas do ramo não financeiro, que acabariam por falir, bem assim como à contaminação
8217 do ramo financeiro, agravada com actos de gestão irregulares praticados em Junho/Julho de
8218 2014, bem assim como com o que viria a suceder em torno do Banco Espírito Santo Angola
8219 (BESA).

8220 O colapso do GES e do GBES foi de alguma forma acelerado pela crise financeira internacional
8221 e nacional, tornando mais difícil ao GES obter financiamento fora do seu universo, e
8222 reforçadamente mais difícil no que se refere ao acesso a financiamento de médio e longo
8223 prazo, para além da desvalorização registada em activos imobiliários e das consequências
8224 decorrentes da crise económica vivida desde 2008, sendo que, contrariamente à generalidade
8225 dos demais bancos nacionais, o BES em momento algum solicitou acesso à recapitalização
8226 disponível nos termos da assistência financeira a Portugal, com o valor global de 12 mil

8227 milhões de euros. Mas importa porém sublinhar que os problemas estruturais do GES são bem
8228 anteriores a esta mesma crise, remontando pelo menos aos anos de 2000/2001, tendo a sua
8229 resolução sido sucessivamente protelada ao longo dos anos.

8230 No que diz respeito em particular à área não financeira do GES, constata-se que, apesar de
8231 conseguir condições de endividamento com juros relativamente reduzidos, estes evoluem
8232 (Figura 4.4) de uma taxa de 3,8% em 2004 para 5,1% em 2008. Esta evolução foi acompanhada
8233 de constantes acréscimos dos seus volumes totais de endividamento (Figura 4.5), sendo que
8234 estas duas circunstâncias, num contexto de crise económica e desalavancagem do sistema
8235 financeiro, particularmente notória a partir de 2008, resultaram, em simultâneo: i) num
8236 aumento significativo dos encargos com o serviço da dívida suportado pela área não financeira;
8237 iii) numa excessiva dependência de financiamento de curto prazo, mesmo para financiar
8238 activos fixos, com o correspondente desequilíbrio financeiro registado nos balanços; iii) numa
8239 crescente dependência, que se torna quase exclusiva, de recurso ao GBES para, de forma
8240 directa ou indirecta, alimentar este mesmo endividamento e sua espiral de crescimento, face à
8241 dificuldade ou impossibilidade de encontrar outras soluções de financiamento ou investidores
8242 disponíveis para apostar na área não financeira do GES.



8243

8244 Figura 4.4 – Evolução das taxas de juro (%) associadas ao endividamento da área não
8245 financeira do GES.

8246

Fonte: cálculos do deputado relator, com base em informação disponibilizada à CPI

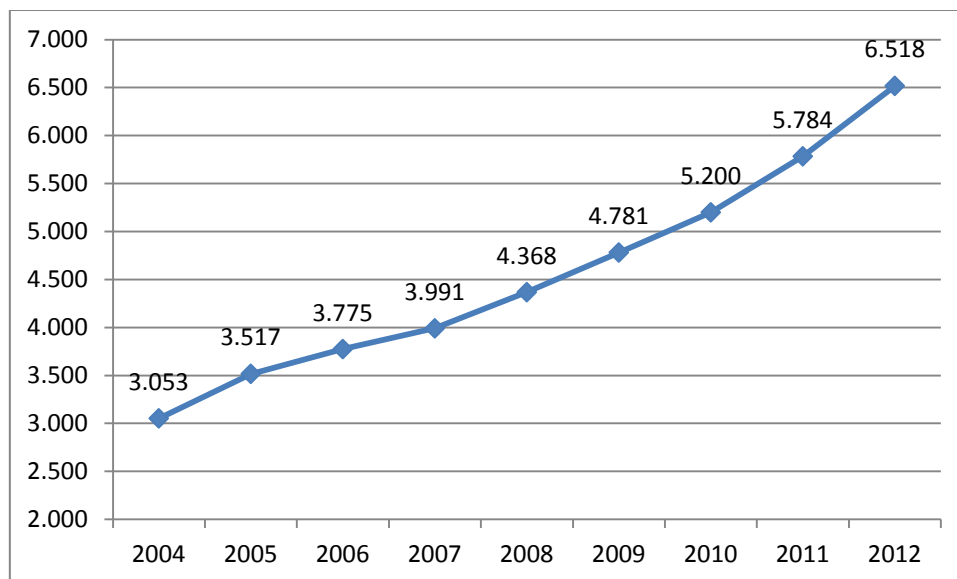


Figura 4.5 – Evolução dos volumes de endividamento (milhões de euros) da área não financeira do GES.

Fonte: cálculos do deputado relator, com base em dados fornecidos à CPI

Porém, apesar de contextos especialmente delicados do ponto de vista económico e financeiro, especialmente a partir de 2008, com o eclodir da crise internacional e em Portugal, o ocorrido no GES, ainda que num enquadramento desfavorável, deve-se sobretudo a opções específicas de gestão tomadas dentro do próprio GES. Uma análise comparativa do desempenho económico e financeiro dos principais bancos que operam em Portugal, face ao mesmo contexto económico, evidencia bem que assim é e que o BES, isoladamente, sem ser contaminado pelo GES, como viria a suceder de forma reforçada em 2014, apresentava desempenhos alinhados com a generalidade dos principais bancos nacionais, nomeadamente:

- i) Em termos de rentabilidade, aferida pelo valor percentual dos resultados líquidos sobre o activo, com uma tendência de degradação (Figura 4.6), mas ainda assim ficando em média, para o período 2009-2013, acima do BCP e CGD:



Figura 4.6 – Evolução da rentabilidade do activo para os cinco principais bancos nacionais.

Fonte: cálculos do deputado relator com base em relatórios de contas dos diferentes bancos e informação da Associação Portuguesa de Bancos

- ii) Ao nível da solvabilidade (aferida pelo rácio “Core Tier I”), nota-se uma evolução positiva, situada acima dos mínimos exigidos, mas aquém da evolução registada nos restantes bancos indicados a título comparativo (Figura 4.7):

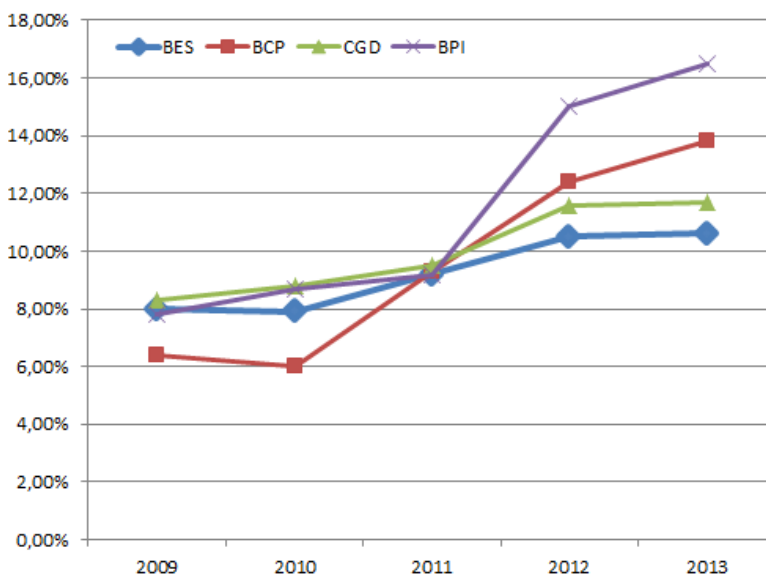
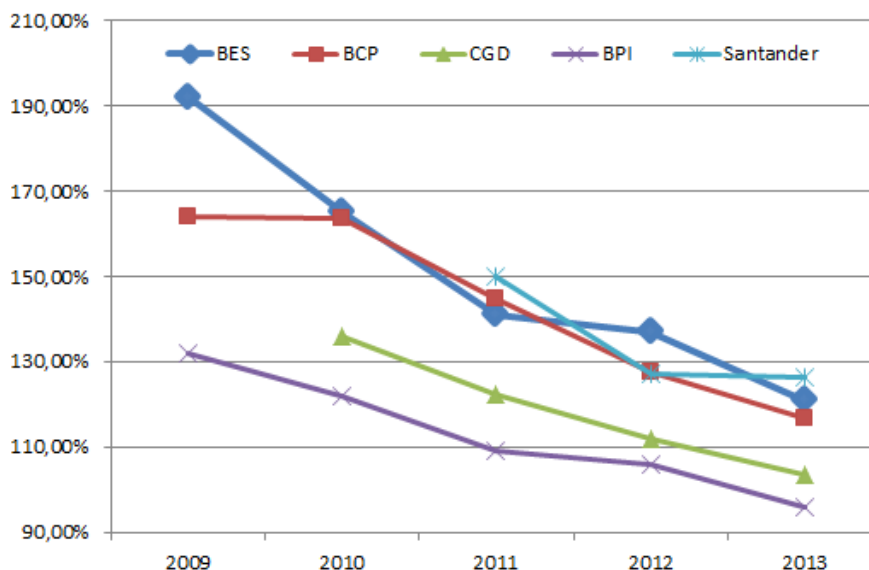


Figura 4.7 – Evolução da solvabilidade para alguns dos principais bancos nacionais.

Fonte: cálculos do deputado relator com base em relatórios de contas dos diferentes bancos e informação da Associação Portuguesa de Bancos

- iii) No que corresponde ao rácio de transformação (relação percentual entre crédito concedido e depósitos), que retrata igualmente componentes de liquidez, há que

8278 sublinhar a forte desalavancagem alcançada pelo BES, que era de longe o banco
 8279 com pior situação em 2009, mas consegue chegar ao final de 2013 a convergir com
 8280 os outros principais bancos (Figura 4.8):



8281

8282 **Figura 4.8 – Evolução do rácio de transformação para os cinco principais bancos nacionais.**

8283 Fonte: cálculos do deputado relator com base em relatórios de contas dos diferentes bancos e informação da
 8284 Associação Portuguesa de Bancos

8285

8286 Constata-se, a partir desta análise necessariamente sumária de evolução dos principais bancos
 8287 nacionais, que não existem diferenças significativas que decorram do respectivo estatuto
 8288 patrimonial.

8289 No que se refere ao acompanhamento da evolução do BES e do sistema bancário, importa
 8290 referir que a Associação Portuguesa de Bancos (APB), enquanto estrutura representativa do
 8291 sector, assumiu um papel essencialmente reactivo, postura traduzida nomeadamente na
 8292 inexistência de qualquer tipo de intervenção assumida, pelo menos ao longo dos últimos três
 8293 anos, pelo seu Conselho de Disciplina, mormente à luz do Código de Conduta da APB, que
 8294 vincula igualmente os seus associados, e portanto também o BES, isto apesar da ocorrência de
 8295 práticas no BES que o próprio presidente da APB considerou perante a CPI serem
 8296 “inaceitáveis”, e que conduziram, nas suas palavras à “impensável e deplorável crise do BES,
 8297 contaminado pelo GES”.

8298 É de notar ainda que o GES, quer relativamente à intervenção de entidades auditoras externas
 8299 (que evitou sempre no caso da ESI), quer no seu relacionamento com entidades supervisoras,
 8300 assumiu geralmente uma postura pautada por alguma inércia e em determinados casos
 8301 evitando mesmo partilhar informação de modo proactivo, aberto ou voluntário.



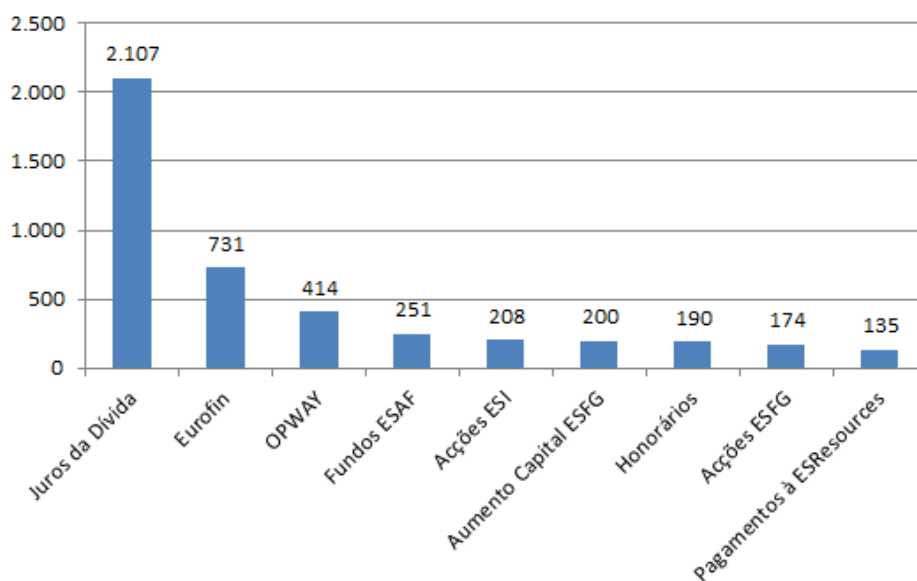
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

8302 Relativamente à evolução, decisões e consequências dessas mesmas decisões assumidas
8303 dentro do GES, e neste contexto, são de sublinhar as seguintes conclusões:

8304 **C1.1 Da Exposição do GBES e Tranquilidade ao GES**

- 8305 c1. O GES, ao assumir-se enquanto conglomerado misto, com um ramo não financeiro
8306 e outro ramo financeiro, sofreu ao longo do tempo de evidentes tensões e conflitos
8307 de interesses que decorrem deste tipo de organização, neste caso agravados dentro
8308 do contexto específico do GES, pela sua natureza, história, estilo de gestão e
8309 dificuldades com que o seu ramo não financeiro se viu confrontado;
- 8310 c2. Em diferentes momentos da sua existência, consoante o contexto vivido, assistiu-se
8311 à existência de fluxos financeiros ora predominantemente do ramo não financeiro
8312 para o ramo financeiro ora do ramo financeiro para o ramo não financeiro e/ou
8313 para as empresas de cúpula do GES. Tais transferências, nesta mesma direcção (do
8314 ramo financeiro para o ramo não financeiro), sucederam a ritmo especialmente
8315 elevado desde 2008, ainda que já no final de 2000 houvesse, de acordo com a PwC,
8316 uma exposição de 800 milhões de euros do BES à ES Resources, sendo que esta
8317 apresentava a essa data perdas acumuladas que eram já então superiores a 1.000
8318 milhões de euros;
- 8319 c3. Estas exposições significativas foram concretizadas sem uma correspondente
8320 análise de risco consistente ou exigência de apresentação de garantias capazes de
8321 assegurar integralmente o cumprimento dos serviços da dívida;
- 8322 c4. Sendo um grupo com 145 anos de história, a fase mais recente do GES, de
8323 reconstrução de um vasto conglomerado misto a partir dos anos 90, pautou-se por
8324 uma falta estrutural de financiamento com capitais próprios, que decorreu dos
8325 elevados ritmos de investimento verificados no ramo não financeiro, em paralelo
8326 com a decisão de manter o GES sob controlo da própria família Espírito Santo, sem
8327 diluição significativa do seu peso relativo na estrutura accionista do GES;
- 8328 c5. As tensões e conflitos de interesses que se encontram intrinsecamente associadas à
8329 existência de conglomerados mistos foram neste caso agravadas através de uma
8330 acumulação de cargos que não garante qualquer segregação de funções, com
8331 elementos da família Espírito Santo a desempenhar ao mesmo tempo funções em
8332 empresas do ramo financeiro e do ramo não financeiro do GES, além de existir uma
8333 gestão integrada de tesouraria em todo o GES, que de forma centralizada e
8334 excessivamente autónoma facultava, de múltiplas formas, e por vezes com recurso
8335 a sofisticados mecanismos de engenharia financeira, a transferência de meios do
8336 ramo financeiro para o ramo não financeiro e para as empresas de cúpula do GES.
8337 Como se duma conduta se tratasse, de formas múltiplas, que serão posteriormente
8338 detalhadas, foram assim movimentados milhares de milhões euros para o ramo não
8339 financeiro e empresas de cúpula do GES, através de uma exposição directa ou
8340 indirecta que só foi possível graças à intervenção do ramo financeiro neste
8341 processo;

- 8342 c6. Uma análise dos fluxos de tesouraria ao longo de uma década (de Janeiro de 2004 a
 8343 Setembro de 2013), registados no que diz respeito aos meios absorvidos pela área
 8344 não financeira do GES, através das suas *holdings* de cúpula, permite constatar a
 8345 existência cumulativa de um saldo de fluxos de tesouraria negativo, em mais de
 8346 4.800 milhões de euros, com as correspondentes evoluções em termos do nível de
 8347 endividamento (Figura 4.5), que alcança um valor superior a 6.500 milhões de euros
 8348 no final de 2012;
- 8349 c7. A mesma análise dos fluxos de tesouraria ao longo de uma década (de Janeiro de
 8350 2004 a Setembro de 2013), registados no que corresponde à área não financeira do
 8351 GES, através das suas *holdings* de cúpula, permite constatar que as aplicações mais
 8352 absorventes de tesouraria, com valores superiores a 400 milhões de euros (Figura
 8353 4.9), correspondem a: i) juros da dívida; ii) aplicações na Eurofin; iii) OPWAY;
 8354



8356
 8357 Figura 4.9 – Principais aplicações de fluxos de tesouraria por parte da área não
 8358 financeira do GES (valores em milhões de euros), através das suas empresas de cúpula,
 8359 entre Janeiro de 2004 e Setembro de 2013.

8360 Fonte: cálculos de deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI

- 8361
- 8362 c8. Apesar da situação de crescente endividamento e sistemáticos fluxos de tesouraria
 8363 negativos, acima descrita, estas mesmas empresas de cúpula continuaram a afectar
 8364 meios que dificilmente se compaginam com esta realidade, de que são exemplo: i)
 8365 sistemática aplicação de recursos junto da Eurofin, com especial significado em
 8366 2010 (169 milhões de euros), 2011 (227 milhões de euros) e 2013 (389 milhões de
 8367 euros); ii) aplicações em fundos ESAF no ano de 2013 (251 milhões de euros); iii)

- 8368 pagamento de dividendos (cerca de 20 milhões de euros por ano) pela ESI de 2004
8369 até 2011;
- 8370 c9. Em particular a partir de 2008 as empresas da área não financeira do GES
8371 encontram crescentes dificuldades em obter financiamento fora do GES, pelo que
8372 aumentou substancialmente a exposição do GBES e da ESFG à área não financeira
8373 do GES, por forma a garantir nomeadamente os fluxos de tesouraria da área não
8374 financeira acima indicados;
- 8375 c10. As soluções de financiamento adoptadas pelo GES, em termos de passivo, foram de
8376 forma predominante soluções de curto prazo (inferior a um ano), mesmo quando
8377 empregues para suportar investimentos de médio ou longo prazo, contrariando
8378 elementares princípios de boa gestão financeira, o que se converteu depois em
8379 constantes pressões diárias de renovação das soluções de financiamento e
8380 refinanciamento do ramo não financeiro do GES;
- 8381 c11. A gestão do GES, sobretudo na área financeira, mas igualmente na área não
8382 financeira, assentava num regime centralizado, essencialmente, na pessoa de
8383 Ricardo Salgado, que era profundo conhecedor, até ao detalhe, de tudo o que de
8384 mais relevante se passava no GES, tomando frequentemente decisões de forma
8385 unilateral, que eram depois comunicadas aos restantes ramos da família e
8386 estruturas de gestão;
- 8387 c12. Esta cultura organizacional nalguns casos decorre de um verdadeiro casamento
8388 conveniente, especialmente no que diz respeito a alguns membros da família
8389 Espírito Santo, por conjugar a sua passividade com um estilo de liderança
8390 autocrática exercido por Ricardo Salgado, concentrando em si mesmo informação e
8391 decisões que nem sempre eram partilhadas, ou só o eram de forma parcial junto de
8392 outros administradores ou responsáveis do GES;
- 8393 c13. Este estilo de gestão encontra tradução nos inúmeros cargos de presidência
8394 assumidos por Ricardo Salgado, no modo como eram conduzidas as reuniões do
8395 Conselho Superior do GES, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
8396 do BES, mas igualmente nas soluções de orgânica interna adoptadas no BES, onde
8397 determinadas funções eram directamente por ele tuteladas, ou ainda do seu
8398 envolvimento directo, sem ser através das correspondentes hierarquias ou por
8399 vezes sequer do seu conhecimento, em diferentes tipos de assuntos;
- 8400 c14. O GES teve muito tempo para resolver as suas dificuldades estruturais de
8401 financiamento, capitalização, modelo de governação, remoção de conflitos de
8402 interesses e separação entre ramo financeiro e não financeiro. De facto, elas
8403 decorrem de problemas estruturais crónicos dentro do GES, que em boa parte
8404 existiam desde o relançamento do grupo, na década de 90, e foram relatados
8405 nomeadamente em documentos preparados pela PwC em 2001 e 2002, e
8406 novamente apresentados, perante o Conselho Superior do GES, em Abril de 2006,
8407 através do plano de reestruturação do ramo não financeiro então proposto;
- 8408 c15. A título de exemplo, vale a pena referir que já nos referidos relatórios da PwC,
8409 entregues em 2001 e 2002, e que reflectem a realidade testemunhada em 2000 e

2001, respectivamente, nos seus trabalhos de auditoria, são apontados alguns dos principais problemas estruturais do GES, que viriam a manter-se até ao seu colapso, em 2014, como sejam, no que se refere ao BES: i) excessiva exposição ao GES, de forma directa e indirecta; ii) concessão de empréstimos a empresas “offshore”, que nalguns casos tinham ligações a quadros do BES, noutros casos sem conhecimento das respectivas aplicações ou beneficiários, sendo que por vezes estas aplicações viriam a traduzir-se na aquisição de acções em várias empresas nacionais; iii) exposição e relações mantidas com a Portugal Telecom; iv) dificuldades em aceder a informação, sendo que responsáveis do BES remeteram sistematicamente para Ricardo Salgado a obtenção de esclarecimentos ou o acesso a determinados elementos; v) fragilidades no modelo de governação, com necessidades de melhorar o controlo interno existente e de remover diferentes conflitos de interesses; vi) necessidade de adoptar uma política de riscos reputacionais, de implementar um código de conduta e promover comportamentos eticamente irrepreensíveis por parte de todos os colaboradores, garantindo o cumprimento integral de toda a regulamentação e legislação relevante; vii) reforço da colaboração prestada face a actividades e entidades com responsabilidades de auditoria interna e auditores externos; viii) garantia de que situações de eventual incumprimento são devidamente e rapidamente investigadas, conduzindo a acções correctivas desencadeadas atempadamente e suficientemente esclarecedoras; ix) necessidade de todas as operações de crédito, sem excepção, passarem pelos departamentos de risco global e de concessão de crédito;

c16. Não tendo sido este conjunto de problemas resolvido atempadamente, de forma eficaz e cabal, os sintomas que vinham sendo apontados pelo menos desde 2001 conheceram um agravamento significativo a partir de 2008, com o eclodir da crise financeira e económica, tanto a nível internacional como a nível nacional;

c17. Como consequência, a partir de 2008, as contas apresentadas pela ESI foram sucessivamente desvirtuadas, através de uma sistemática ocultação de passivos e/ou sobrevalorização de activos, como se detalha adiante;

c18. Por forma a tentar ajudar a resolver os problemas de financiamento da ESI e do ramo não financeiro, num primeiro momento o GES recorre à exposição do ramo financeiro sobretudo através do recurso a fundos de investimento, que por recurso a meios disponibilizados por clientes de retalho concentram a quase totalidade das suas carteiras em empresas do próprio GES. Veja-se, a título de exemplo, aquilo que se passava com o fundo ES Liquidez (Figura 4.10). Lançado em 2011, com um mínimo de subscrição de 500 euros, e gerido pela ESAF, de acordo com informação recolhida pela KPMG, a 31 de Dezembro de 2012 a ele correspondia uma exposição em papel comercial de empresas do GES de 831 milhões de euros (83% da carteira de investimentos do fundo), sendo que a 30 de Junho de 2013 esta exposição sobe para 88% da carteira de investimentos, num valor global de 1.608 milhões de euros;

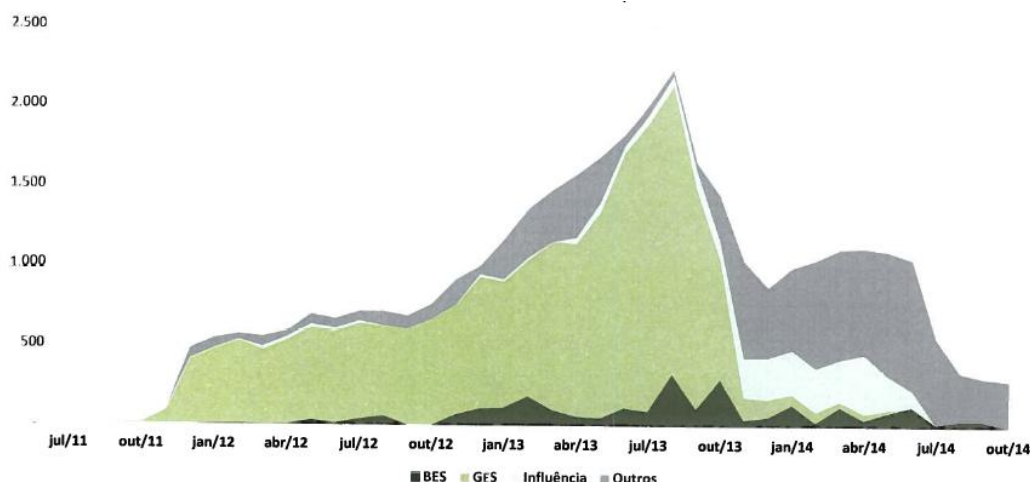


Figura 4.10 – Evolução do fundo ES Liquidez e exposição da sua carteira de investimentos ao GES (valores em milhões de euros).

Fonte: informação prestada por Fernando Ulrich na CPI

- c19. Esta afectação de meios do fundo ES Liquidez ao GES, quer em termos absolutos quer em termos relativos, evidencia os volumes de financiamento de que o GES necessitava e aparente incapacidade de os ver satisfeitos fora do perímetro do próprio grupo, pelo menos desde 2012, situação que se vai agravando ao longo do tempo, enquanto tal foi permitido do ponto de vista legal e regulamentar;
- c20. Importa referir porém que estes mecanismos de utilização de fundos de investimento para exposição quase exclusiva às instituições bancárias que com eles se relacionam, ou entidades afins, eram comuns na banca nacional, havendo casos onde a concentração era superior à registada no ES Liquidez;
- c21. Aquando da transposição para o Direito Nacional da Directiva UCITS IV, traduzida em legislação aprovada em Maio de 2013, através do novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, a CMVM propôs uma limitação a 20% à exposição em termos de carteira de investimentos por parte de fundos mobiliários a entidades do próprio GES, objectivo que teria de ser cumprido até final de Novembro de 2013. Esta via de financiamento passa a ficar controlada, conhecendo uma expressão, no que se refere ao referido fundo ES Liquidez, a 31 de Dezembro de 2013, de acordo com dados validados pela KPMG, correspondente a 54 milhões de euros, que representavam apenas 6,2% do valor global do fundo naquela data. Considerando tanto esta exposição directa, como outros modos indirectos de exposição, o seu valor correspondia a apenas 13,6% da carteira de investimentos;
- c22. De acordo com dados, ligeiramente diferentes, disponibilizados pelos administradores do BES responsáveis pela rede de retalho, a evolução destes investimentos, que chegou a envolver 23.000 clientes do BES, alcançou um pico de 1.900 milhões de euros em Agosto de 2013 (Figura 4.11), mas reduziu-se para um valor residual até ao final desse mesmo ano;

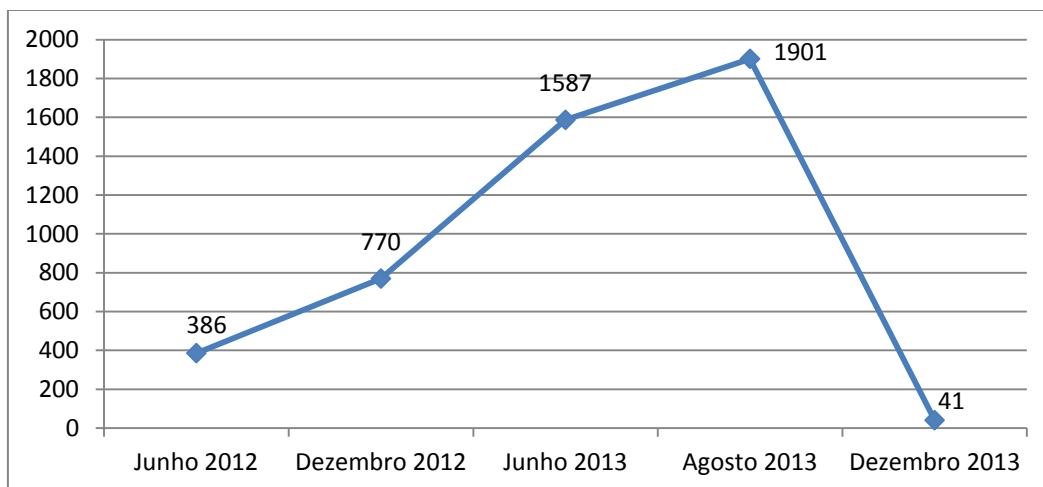


Figura 4.11 – Evolução dos investimentos do fundo ES Liquidez em empresas do GES (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI por Jorge Martins e João Freixa (audição conjunta)

- c23. Dentro do GES, as principais exposições correspondiam a aplicações efectuadas na ESI (1.089 milhões de euros em Julho de 2013) e Rioforte (445 milhões de euros em Setembro de 2013);
- c24. Porém, em vez de se utilizar esta evolução, imposta pela CMVM, para reduzir efectivamente a exposição dos clientes de retalho do GBES ao GES, tal redução passou a ser de alguma forma compensada através de deliberação, tomada em 3 de Setembro de 2013, no sentido de a rede de clientes de retalho do BES passar a vender papel comercial da ESI, da Rioforte e outras empresas do GES nos seus balcões, em montantes muito significativos, com um limite máximo, determinado algo à margem das estruturas normais de decisão do BES, fixado em 1.500 milhões de euros para a ESI e 600 milhões de euros para a Rioforte, o que se traduziu numa evolução temporal que alcança um valor máximo em Dezembro de 2013, superior a 2.000 milhões de euros (Figura 4.12);

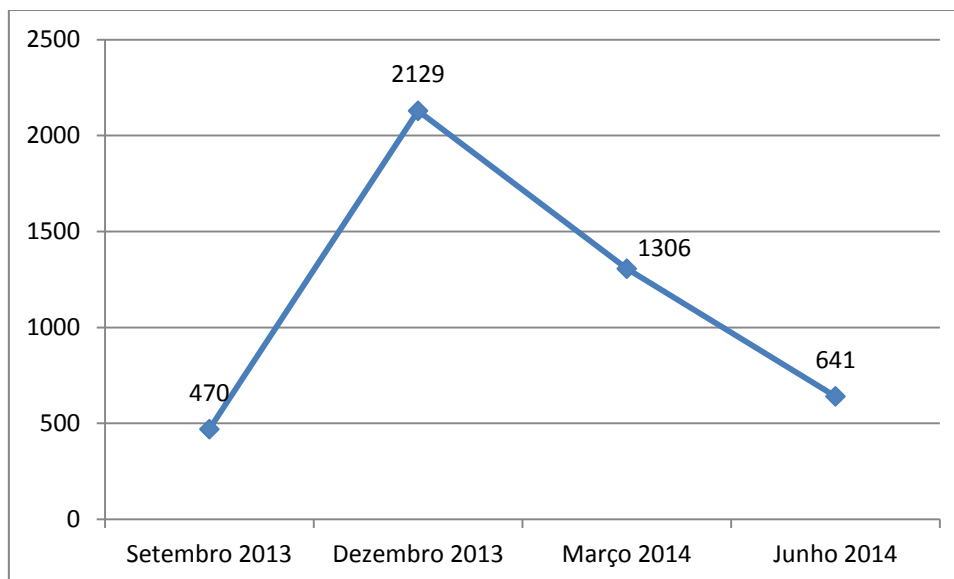


Figura 4.12 – Evolução dos volumes de papel comercial de empresas do GES detidos por clientes de retalho do BES (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI

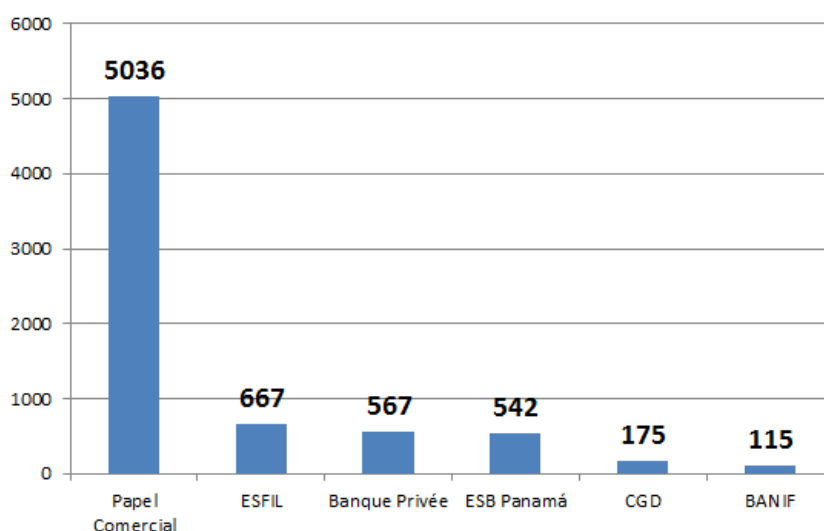
- c25. Esta deliberação, tomada no comité ALCO do BES a 3 de Setembro de 2013, surgiu no seguimento de proposta feita de forma muito genérica e sem explicitação dos montantes máximos a comercializar;
- c26. Contrariando as orientações da CMVM, nomeadamente quanto à adopção de boas práticas comerciais, e do Banco de Portugal, no se refere à necessidade de blindar o BES face ao GES, através deste mecanismo continuou a promover-se uma forte exposição do BES ao GES, sendo que por vezes junto dos clientes de retalho do BES não seria devidamente explicitado o risco associado aos produtos financeiros associados ao GES;
- c27. Estes diferentes mecanismos de exposição do GBES, e em particular dos seus clientes de retalho, ao GES, resultaram em valores muito significativos, como se pode constatar face ao panorama registado a 31 de Dezembro de 2013 (Tabela 4.2), tanto no que se refere a exposição directa (isto é, empréstimos concedidos), como a exposição indirecta (isto é, através de títulos), num total que excede os 5 mil milhões de euros, dos quais mais de metade corresponde a uma exposição dos clientes de retalho;

8529 Tabela 4.2 – Síntese da exposição do GBES ao GES a 31 de Dezembro de 2013
8530 (valores em milhões de euros).

Exposição Directa do GBES ao GES	1.002
Exposição Indirecta de Clientes de Retalho do GBES ao GES	2.522
Exposição Indirecta de Clientes Institucionais do GBES ao GES	1.501
Total	5.025

8531 Fonte: cálculos do deputado relator com base nas contas semestrais de 2014 do BES

8532 c28. Esta exposição corresponde a quase 70% do total de dívida financeira da ESI e
8533 empresas de cúpula do GES que nela se consolidavam, face a um total de
8534 endividamento financeiro de 7.307 milhões de euros (sem incluir aqui empresas
8535 subsidiárias da Rioforte ou OPWAY), a 31 de Dezembro de 2013. Os principais
8536 contornos deste endividamento, retratados para as situações em que representam
8537 mais de 100 milhões de euros (Figura 4.13), evidenciavam a existência de um valor
8538 especialmente relevante no que se refere a papel comercial (sendo que mais de
8539 4.000 dos 5.000 milhões de euros de papel comercial se encontravam colocados em
8540 clientes do BES, e mais de 2.500 milhões de euros em clientes de retalho do GBES),
8541 seguindo-se os endividamentos verificados perante a ESFIL, Banque Privée (por via
8542 de empréstimos fiduciários dos seus clientes) e ESB Panamá, cada um deles com
8543 valores de exposição directa acima dos 500 milhões de euros;
8544



8545
8546 Figura 4.13 – Principais credores da dívida financeira da ESI e empresas de cúpula que
8547 nela consolidam a 31 de Dezembro de 2013 (valores em milhões de euros).

8548 Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada pela KPMG

8549
8550 c29. Esta situação reflectia-se, a 31 de Dezembro de 2013, na existência de um risco
8551 essencialmente reputacional perante os clientes do BES, face à eventual
8552 incapacidade de as empresas do GES saldarem os seus compromissos, tendo

conduzido à criação de uma provisão de 700 milhões de euros na ESFG, com referência a essa data, para acautelar esta situação;

c30. Ao longo do primeiro semestre de 2014, por determinação do Banco de Portugal, deveria ter sido implementado um plano de profunda reestruturação do GES, incluindo uma redução da exposição do GBES ao GES. Tal veio a suceder no que diz respeito aos clientes de retalho, mas não no que refere à exposição global do GBES ao GES, transferida para clientes institucionais e um aumento da exposição directa, conforme aqui se evidencia (Tabela 4.3), sendo o montante total de exposição, directa e indirecta, do GBES ao GES superior a 4.800 milhões de euros a 30 de Junho de 2014, dos quais 1.800 milhões de euros correspondiam a empréstimos directos concedidos pelo GBES a empresas do GES;

Tabela 4.3 – Síntese da exposição do GBES ao GES a 30 de Junho de 2014
(valores em milhões de euros).

Exposição Directa do GBES ao GES	1.800
Exposição Indirecta de Clientes de Retalho do GBES ao GES	1.061
Exposição Indirecta de Clientes Institucionais do GBES ao GES	2.007
Total	4.868

Fonte: cálculos do deputado relator com base nas contas semestrais de 2014 do BES

c31. A repartição desta mesma exposição do GBES ao GES, com referência a 30 de Junho de 2014, reparte-se pelas diferentes empresas de cúpula do GES (incluindo as correspondentes subsidiárias) do modo seguidamente retratado (Figura 4.14), onde se evidenciava uma forte preponderância da Rioforte, decorrente da opção tomada, no sentido de tentar em 2014 colmatar as dificuldades da ESI transferindo passivo desta para a Rioforte e tentando fazer desta última uma nova *holding* de topo do GES;

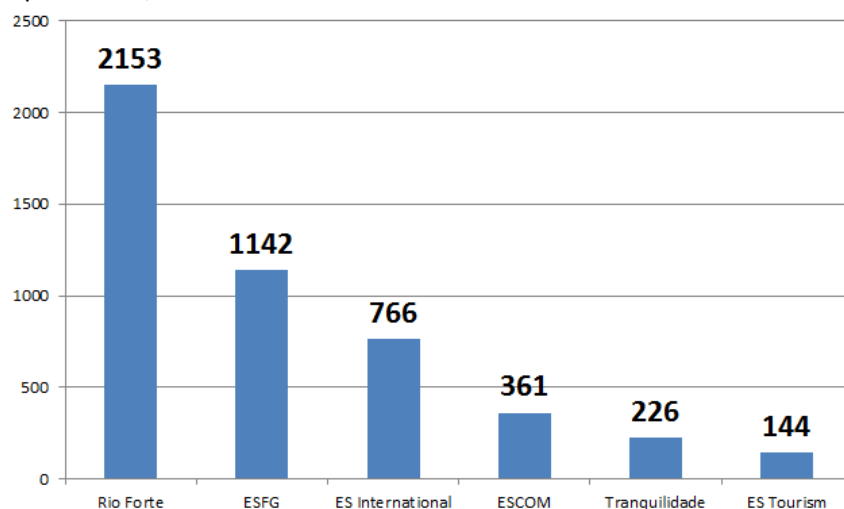


Figura 4.14 – Exposição total, directa e indirecta, do GBES ao GES, para as diferentes empresas de cúpula do GES a 30 de Junho de 2014 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base nas contas semestrais de 2014 do BES

8578

8579

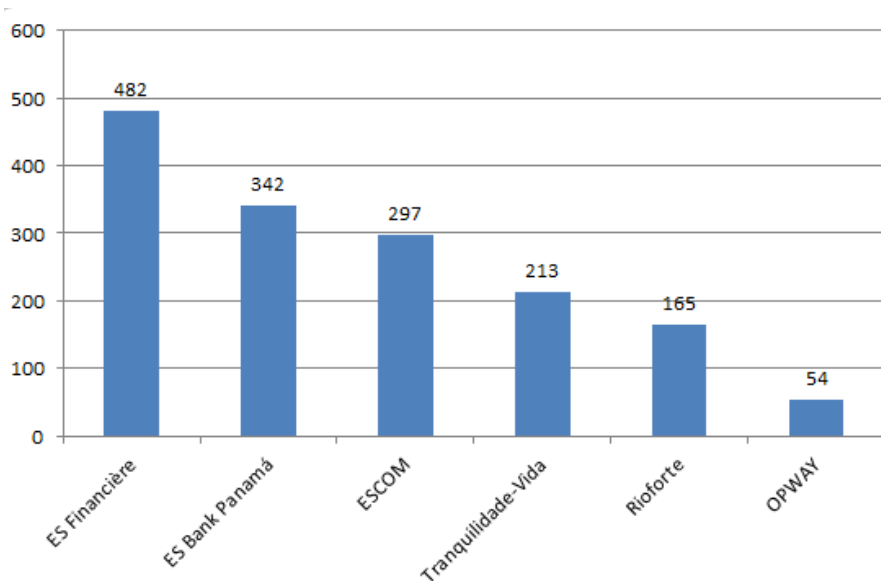
8580

8581

8582

8583

c32. No que diz respeito à exposição directa do BES ao GES, com referência a 30 de Junho de 2014, num montante total de 1.800 milhões de euros, os principais destinatários são os aqui retratados na Figura (4.15), com especial realce para outras entidades financeiras do GES (ES Financière e ES Bank Panamá) e ESCOM;



8584

8585

Figura 4.15 – Principais entidades do GES que são alvo de exposição directa do BES, com valores (em milhões de euros) relativos a 30 de Junho de 2014.

8586

Fonte: cálculos do deputado relator com base nas contas semestrais de 2014 do BES

8587

8588

8589

8590

8591

8592

8593

8594

8595

c33. Face ao sucedido, o risco de exposição do BES ao GES, que em 31 de Dezembro de 2013 era essencialmente de natureza reputacional, converteu-se ao longo do primeiro semestre de 2014 num risco simultaneamente reputacional, fiduciário e creditício, face aos montantes de exposição directa assumidos pelo BES e ao nível da ESFG perante empresas do GES, o que levou o Banco de Portugal a determinar a imposição de uma provisão no BES, com referência a 30 de Junho de 2014, no valor de 2.000 milhões de euros;

8596

8597

8598

8599

8600

8601

8602

8603

8604

8605

c34. Das medidas determinadas pelo Banco de Portugal, de blindagem e protecção do GBES, constava igualmente o impedimento de operações através das quais empresas do GBES fizessem qualquer tipo de afectação de meios a empresas do GES. Estas e outras orientações, assumidas e transmitidas pelo Banco de Portugal a 3 e 23 de Dezembro de 2013, 4 e 14 de Fevereiro, 25 de Março, 4 e 30 de Junho de 2014, foram sendo contornadas de diferentes formas, ao longo do tempo, naquilo que pode configurar situações de: i) desobediência ilegítima a determinações do regulador; ii) potencial prática de actos de gestão ruinosa; iii) concessão de financiamentos em situações de conflito de interesses e em desrespeito pelos procedimentos de controlo interno ou limites impostos pela legislação;

- c35. Entre os actos praticados, e que nalguns casos podem configurar as situações acima referidas, incluem-se: i) o já referido aumento da exposição directa do GBES ao GES; ii) venda de empresas do GES falidas a terceiros por valores simbólicos (num determinado caso por 1€), melhorando por esta via o balanço consolidado da ESI, sendo que depois às mesmas foram concedidos empréstimos pelo GBES que suportaram a compra de títulos por parte dessas entidades veículo, já situadas fora do perímetro do GES, a entidades do GES; iii) concretização de operações que aumentaram directamente a exposição do GBES ao GES, contrariando as orientações do Banco de Portugal, mas igualmente da Comissão de Transacção com Partes Relacionadas, que entretanto fora criada no primeiro semestre de 2014; iv) emissão de cartas de conforto, a 9 de Junho de 2014; v) existência de situações de venda de papel comercial da ESI em data posterior a 4 de Dezembro de 2013, contrariando deliberação da Comissão Executiva do BES, e de títulos de outras empresas do GES (e.g. Rioforte) por gestores de conta e balcões do BES ou de outras instituições bancárias da ESFG, mesmo após 14 de Fevereiro de 2014, data em que o Banco de Portugal determina a proibição deste tipo de transacções; vi) circularização de obrigações em Julho de 2014, pois ao ter sido empregue para converter dívida do GES em dívida do BES viola a imposição da blindagem determinada pelo Banco de Portugal; vii) ausência de avaliação prudente de garantias; viii) inexistência de identificação detalhada das origens de fundos que alimentaram a conta especificamente criada para reembolso dos clientes de retalho que compraram papel comercial da ESI (conta dedicada ou “escrow”), bem como a ausência de uma caracterização exaustiva das movimentações nesta conta que envolvem a Eurofin, a qual, de acordo com o Banco de Portugal, é uma “entidade com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e ao GES”; ix) utilização desta mesma conta dedicada para fins que não aqueles a que se destina, incluindo reembolso de outros tipos de clientes (que não de retalho), liquidação de dívidas perante BCP, Montepio Geral, Crédit Suisse e fundos de investimento; x) ocorrência de situações de descoberto bancário na mesma conta dedicada, relacionadas com o reembolso de papel comercial da Rioforte junto de clientes que não seriam clientes de retalho; xi) colocação de papel comercial de empresas não financeiras do GES, após 14 de Fevereiro de 2014, junto de clientes de retalho do BES, por via indirecta, através de fundos de investimento imobiliários geridos pela ESAF; xii) concessão de crédito a entidades cujos administradores seriam igualmente administradores do BES, sem respeito pelos procedimentos internos e regulamentares aplicáveis, além de incumprimentos quanto aos limites de concessão de crédito junto de detentores de participações qualificadas; xiii) concessão, após 4 de Junho de 2014, de financiamentos, por via directa ou indirecta, de entidades do ramo financeiro a empresas do ramo não financeiro do GES; xiv) concessão, após 30 de Junho de 2014, de financiamentos pelo BES a outras entidades do ramo financeiro do GES, como sejam ESFIL ou ES Bank Panamá;

- 8647 c36. O próprio Crédit Agricole, enquanto accionista de referência do BES, admitiu terem
8648 existido “operações incompatíveis com as medidas de *ring-fencing* (blindagem)”
8649 impostas, tendo feito uma exposição junto do Banco de Portugal, a 2 de Julho de
8650 2014, solicitando um reforço dessas mesmas medidas, atendendo nomeadamente
8651 à existência de: i) financiamentos à Rioforte concedidos em 11 e 27 de Junho de
8652 2014; ii) adiantamentos efectuados à ESFG em 24 e 25 de Junho sem que a
8653 Comissão de Transacções com Partes Relacionadas tivesse sido consultada; iii)
8654 existência de empréstimos à ESFIL e ao BEST para reembolso de papel comercial
8655 colocado junto de clientes;
- 8656 c37. Conforme referido no relatório de contas relativo ao primeiro semestre de 2014,
8657 “em Junho de 2014, a exposição do BES à ESFG e respectivas subsidiárias agravou-
8658 se em 120 milhões de euros, em consequência de algumas operações realizadas
8659 entre o BES e estas entidades, as quais não foram, no entanto, objecto de
8660 aprovação prévia pela Comissão de Partes Relacionadas nem pelos órgãos do BES
8661 com competência para aprovar este tipo de operações”, em oposição às
8662 determinações do Banco de Portugal;
- 8663 c38. Adicionalmente, ao longo do primeiro semestre de 2014 a exposição directa da
8664 ESFG à ESI e ES Resources, através da ESFIL e ES Bank Panamá, subiu 843 milhões
8665 de euros, ou seja de 1.293 milhões de euros (a 31 de Dezembro de 2013) para
8666 2.136 milhões de euros (a 26 de Junho de 2014). Por sua vez, a exposição directa do
8667 BES à ESFIL e ES Bank Panamá, no mesmo período, cresce 557 milhões de euros, ao
8668 evoluir de 249 milhões de euros (a 31 de Dezembro de 2013) para 806 milhões de
8669 euros (a 26 de Junho de 2014), de acordo com dados apurados pela KPMG;
- 8670 c39. O Grupo Tranquilidade, ao longo do segundo trimestre de 2014, efectuou
8671 operações de financiamento a curto prazo que aumentaram a sua exposição ao GES
8672 em 150 milhões de euros, além de ter adquirido em Maio 10% da ESAF, pelo valor
8673 de 30 milhões de euros, o que se traduz no final de Junho de 2014 numa exposição
8674 directa de 488 milhões de euros, e indirecta de 376 milhões de euros, perfazendo
8675 portanto uma exposição global de 864 milhões de euros. Estas decisões de
8676 investimento, conforme referido pelo Presidente do ISP, “não deram cumprimento
8677 ao princípio do gestor prudente e levantam questões de conflito de interesse”,
8678 criando insuficiências de provisões nos correspondentes balanços;
- 8679 c40. Em particular, no que se refere ao aumento de exposição de 150 milhões de euros,
8680 ele foi efectuado através de quatro operações realizadas entre 15 de Abril e 6 de
8681 Junho de 2014, por solicitação de Ricardo Salgado. A primeira, no valor de 15
8682 milhões de euros, foi validada pela Comissão Executiva da Tranquilidade, tendo
8683 todas as restantes, no valor de 135 milhões euros, correspondentes à compra de
8684 papel comercial da ESFIL e da ESFG, sido assumidas pelo Presidente da Comissão
8685 Executiva, Peter Brito da Cunha, que depois solicitou igualmente uma validação por
8686 parte do Director Financeiro, Miguel Moreno. No seguimento destas operações, o
8687 mesmo Presidente da Comissão Executiva solicitou uma reunião com o ISP, para
8688 expor o sucedido;



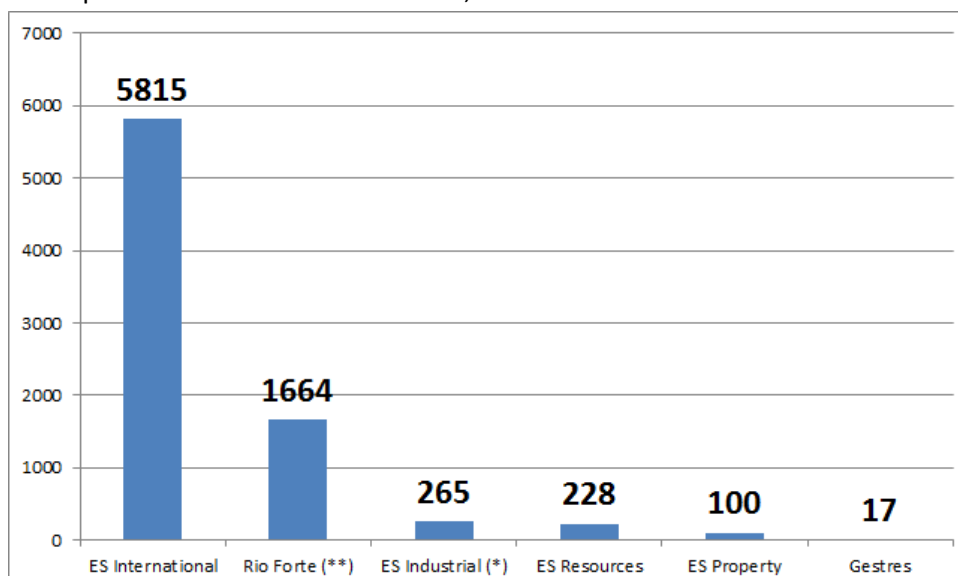
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 8689 c41. Nas contas relativas ao ano de 2014, a Tranquilidade reconheceu um valor de
8690 perdas extraordinárias situado em cerca de 207 milhões de euros, dos quais 140
8691 milhões decorreram da sua exposição ao GES;
- 8692 c42. Contrariando as orientações do ISP, são efectuadas a 28 de Julho de 2014
8693 transacções pela BES Vida no valor de 123 milhões de euros, relativas à colocação
8694 de títulos de dívida do BES, sem a devida autorização do regulador. Estas operações
8695 terão sido da responsabilidade do director financeiro da BES Vida, António Soares,
8696 que exercia igualmente funções no BES, contrariando igualmente instruções do
8697 Director-Geral da BES Vida, Nuno David. Viriam a ser canceladas a 29 de Julho de
8698 2014, com perdas de 1 milhão de euros. Esta situação esteve na base da renúncia
8699 ao exercício de funções de administrador da BES Vida, solicitada pelo próprio
8700 António Soares a 4 de Agosto de 2014;
- 8701 c43. A emissão de cartas de conforto, à margem das estruturas próprias de decisão do
8702 BES, da iniciativa de Ricardo Salgado, traduz-se num acréscimo de exposição do BES
8703 ao GES de cerca de 270 milhões de euros, o que contrariou igualmente as
8704 orientações do Banco de Portugal;
- 8705 c44. Todo este conjunto de decisões, em vez de resolver os problemas situados ao nível
8706 da ESI, acabou por contaminar várias das outras empresas do ramo não financeiro
8707 do GES, com particular realce para a Rioforte (com uma exposição superior a 900
8708 milhões de euros à ESI ou ES Resources no final de 2013, que a obrigou a contrair
8709 endividamento para financiar o seu accionista). Acresce ainda a circunstância de em
8710 2012 terem sido feitas vendas de activos pela Rioforte cujo encaixe financeiro ficou
8711 retido na ESI;
- 8712 c45. Esta contaminação em cascata viria a conduzir à falência não apenas da ESI e
8713 Rioforte, mas ainda no caso de empresas com sede no Luxemburgo, da ESFIL, ESFG
8714 e ESC (www.espiritosantoinsovencies.lu), e em Portugal da ES Irmãos, a que
8715 acrescem investigações, processos judiciais ou de insolvência a decorrer
8716 alegadamente também na Suíça, EUA, Líbia, Dubai e Panamá, além da
8717 contaminação da área financeira do GES, incluindo o GBES, que viria a resultar na
8718 medida de resolução que lhe foi aplicada.

8719 **C1.2 Das Contas e da Situação Patrimonial da ESI**

- 8721 c46. O agravamento significativo da situação registada a partir de 2008, com crescentes
8722 dificuldades de obtenção de financiamento fora do perímetro do GES, fez-se
8723 reflectir numa espiral de acumulação de passivo por parte nomeadamente da ESI,
8724 com origens sobretudo ao nível do ramo não financeiro do GES;
- 8725 c47. Em termos quantitativos, a evolução do passivo real consolidado da ESI, incluindo
8726 subsidiárias e associadas, é retratada num acréscimo de valores preocupante, que
8727 ultrapassa a fasquia dos 9.100 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2013, de
8728 acordo com análise efectuada pela KPMG;

- c48. Uma parte substancial deste passivo corresponde a uma espiral de dívida financeira, que se cifrava a 31 de Dezembro de 2013 em mais de 8 mil milhões de euros, com substanciais acréscimos de custos financeiros, a que corresponde um custo anual, somente em juros e para uma taxa de 5%, situados na casa nos 400 milhões de euros, enquanto corolário de um volume de endividamento da área não financeira do GES que foi crescendo ao longo do tempo;
- c49. O grosso destes níveis de endividamento, ao longo da última década, corresponde ao ramo não financeiro do GES, ao qual de forma consolidada correspondeu entre 2004 e 2013 um pagamento total de juros superior a 2.200 milhões de euros;
- c50. Do total de passivo consolidado da ESI, mais de 8.000 milhões de euros correspondem a dívida financeira, associada a empréstimos bancários ou emissão de títulos de dívida, repartida pelo modo indicado (Figura 4.16) a 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as principais empresas *holding* do GES que consolidam na ESI, com destaque para a posição ocupada pela ESI e Rioforte, conforme relatado pelos trabalhos da KPMG. Aplicando uma taxa de juro de 5%, este endividamento financeiro corresponde, somente para o caso da ESI, a encargos anuais com juros superiores a 290 milhões de euros;



(*) Incluindo a OPWAY; (**) Incluindo ES Irmãos e Euroamerican

Figura 4.16 – Total de dívida financeira associadas às diferentes empresas *holding* do GES que consolidam na ESI a 31 de Dezembro de 2013 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada pela KPMG

- c51. Apesar desta espiral de endividamento, algo paradoxalmente a mesma ESI apresentava a 31 de Dezembro de 2013 afectações significativas de meios financeiros junto de outras entidades, com isso impossibilitando igualmente uma diminuição efectiva dos seus níveis de endividamento, incluindo, em particular: i) empréstimos efectuados à família Espírito Santo, através de três empresas por ela

- 8757 controladas (ES Control, Control Development e ESAT), no valor de 470 milhões de
8758 euros; ii) aplicações financeiras efectuadas através da Eurofin no valor de 745
8759 milhões de euros, cujos beneficiários últimos não foi possível identificar
8760 detalhadamente, mas que segundo a KPMG apurou contemplam sobretudo um
8761 conjunto de fundos ou entidades das quais pouco se sabe (e.g. Martz Brenan, EG
8762 Premium, Jarvis Asset Management e ECI Finance), sendo que a Eurofin, de acordo
8763 com o Banco de Portugal, é uma “entidade com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e
8764 ao GES”;
- 8765 c52. Em termos quantitativos, a evolução do valor consolidado real de capitais próprios
8766 da ESI é retratada num decréscimo de valores preocupante, que ultrapassa a
8767 fasquia negativa dos 3.200 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2013;
- 8768 c53. De acordo com a análise de revisão limitada, efectuada pela KPMG, a 31 de
8769 Dezembro de 2013 as contas consolidadas da ESI apresentavam prejuízos
8770 acumulados superiores a 5.300 milhões de euros;
- 8771 c54. Tanto quanto a CPI pode averiguar, não existe qualquer apuramento detalhado das
8772 origens de geração deste prejuízo acumulado, superior a 5.300 milhões de euros;
- 8773 c55. Nenhuma das entidades envolvidas apresentou qualquer documentação em que se
8774 analisasse de forma detalhada e quantitativa esta questão, tendo em Abril e Maio
8775 de 2014 a Comissão Executiva da ESI, sob proposta de Carlos Calvário, chegado a
8776 solicitar a entidades externas a concretização de um estudo sobre esta matéria,
8777 acompanhado da realização de uma auditoria forense, o que não terá sido possível
8778 efectuar em tempo útil, de acordo com o referido pelo próprio, por ausência de
8779 interessados disponíveis para o fazer;
- 8780 c56. Ainda assim, em termos aproximados, e de acordo com informação compilada pela
8781 CPI, alguns dos factores que podem ajudar a explicar este valor de prejuízos
8782 acumulados decorrem dos seguintes elementos, que nalguns casos não podem ser
8783 no entanto considerados cumulativamente, nem imputados integralmente a
8784 prejuízos consolidados da ESI: i) pagamento de juros em valor superior a 2.200
8785 milhões de euros; ii) prejuízos acumulados na OPWAY de 300 milhões de euros; iii)
8786 prejuízos acumulados na ESCOM de 400 milhões de euros; iv) prejuízos acumulados
8787 na Rioforte superiores a 400 milhões de euros; v) existência de resultados
8788 transitados fortemente negativos desde longa data na área não financeira, que no
8789 caso da ES Resources eram superiores a 1.000 milhões de euros já em 2000, ao
8790 mesmo tempo que uma visão consolidada da área não financeira, ao nível da ESI,
8791 apontava para prejuízos acumulados superiores a 2.000 milhões de euros já no ano
8792 de 2006; vi) possíveis actividades e aplicações financeiras efectuadas, incluindo
8793 eventuais outras entidades do universo GES, que não foram dadas a conhecer no
8794 âmbito do trabalho efectuado pela KPMG (como sucede com a ES Enterprises), ou
8795 efectuadas sem conhecimento do seu destino final e correspondente rentabilidade
8796 (como sucede com as aplicações efectuadas na Eurofin);
- 8797 c57. Não tendo conseguido conter os fortes problemas identificados ao nível da ESI,
8798 tanto de forma individual como consolidada, que existiam desde longa data, à luz

do que se acabou de referir, num primeiro momento o GES tentou ocultar contabilisticamente esta realidade, subvalorizando elementos do passivo e/ou sobrevalorizando elementos do activo da ESI, assim distorcendo o correspondente valor dos capitais próprios e resultados líquidos. Esta distorção de valores foi aumentando exponencialmente ao longo do tempo, crescendo de um balanço individual da ESI desvirtuado em 180 milhões de euros no ano de 2008 para um balanço desvirtuado em 1.300 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012;

c58. Uma análise da situação patrimonial reflectida nas contas individuais da ESI formalmente apresentadas anualmente, com as referidas distorções (Tabela 4.4), permite considerar a possibilidade de tais distorções serem eventualmente efectuadas de acordo com o objectivo de fazer com que a ESI aparentasse manter um resultado líquido próximo de ser nulo e valores dos capitais próprios dentro de gamas aceitáveis;

Tabela 4.4 – Valores (em milhões de euros) de alguns dos elementos que constam das contas individuais da ESI formalmente apresentadas em 2010, 2011 e 2012.

	2010	2011	2012
Activo	3.542	3.390	4.265
Passivo	2.369	2.523	3.410
Capitais Próprios	1.173	867	855
Resultado Líquido	10	-23	-5

Fonte: compilação do deputado relator com base em informação que consta do prospecto de venda de papel comercial da ESI

c59. A distorção do balanço individual da ESI, a 31 de Dezembro de 2012, resultou da ocultação de 1.331 milhões de euros de títulos de dívida, sendo somente referidos no balanço 1.569 milhões de euros, face a um total emitido que era efectivamente de 2.900 milhões de euros, o que corresponde portanto a uma omissão de 46% do seu total. Esta é uma situação que, quer em termos absolutos quer em termos relativos, pela sua dimensão, não encontra paralelo em muitos anos de actividade de auditoria desenvolvida pelos auditores da KPMG em Portugal;

c60. Uma simulação aproximada, considerando 5% de taxa de juro, sobre as alterações patrimoniais que decorreriam da desocultação deste mesmo passivo em 2012 (cenário R), face às contas formalmente apresentadas (cenário O), permite constatar (Tabela 4.5), à luz do acima referido, os efeitos que se pretendia porventura alcançar através da manipulação de contas que foi sistematicamente praticada na ESI desde 2008. No cenário real, passar-se-ia portanto a um prejuízo em 2012 superior a 55 milhões de euros e um capital próprio negativo na casa dos 476 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012;

Tabela 4.5 – Evolução das contas individuais da ESI (valores em milhões de euros) em 2012 de um cenário de ocultação do passivo (O) para uma situação mais próxima da realidade (R).

	Cenário O	Cenário R
Activo	4.265	4.265
Passivo	3.410	4.741
Capitais Próprios	855	-476
Resultado Líquido	-5	-55

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação que consta do prospecto de venda de papel comercial da ESI e outra informação fornecida à CPI

- c61. De uma forma mais global, conforme reconhecido através de comunicado emitido pela ESFG, em 28 de Maio de 2014, no contexto do trabalho de revisão limitada de finalidade especial às demonstrações financeiras consolidadas pró-forma da ESI, “foram identificadas irregularidades materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da ESI, pondo em causa a completude e veracidade dos seus registos contabilísticos, e que consistem designadamente na não preparação de contas consolidadas, não contabilização de passivos financeiros de elevada dimensão, sobrevalorização de activos, não reconhecimento de provisões para riscos e contingências diversas, suporte inadequado de registos contabilísticos e transacções cuja forma não corresponde à respectiva substância”;
- c62. Após alguma resistência inicial, face aos pedidos de Carlos Calvário, responsável no BES pelo acompanhamento da realização do exercício ETRICC2 pela PwC no que se refere à ESI e ao GES, no sentido de ser dado a conhecer detalhadamente o passivo da ESI, este é finalmente revelado. Face à sua inesperada dimensão, foi dito a Carlos Calvário, por José Castella e Francisco Machado da Cruz, que apenas Ricardo Salgado poderia explicar as origens desta situação, de acordo com o depoimento que aquele prestou na CPI, onde afirma que soube do problema do passivo da ESI desde 12 de Novembro de 2013, numa reunião em que participou com José Castella e Francisco Machado da Cruz, onde o informaram de que «a dívida não estava correcta» e que «só Ricardo Salgado poderia explicar os motivos.» Carlos Calvário afirmou ainda ter tido depois uma reunião com Ricardo Salgado, referindo na CPI, quanto a esta, que *«falou-se de muita coisa, mas eu não fiquei esclarecido»*;
- c63. Ao longo do mês de Novembro de 2013, decorreram então diferentes reuniões, descritas como nalguns casos tendo sido bastante tensas e confusas, cujo teor não é totalmente coincidente no modo como é descrito por diversos dos intervenientes, com a participação de Ricardo Salgado, José Castella, Francisco Machado da Cruz, Carlos Calvário e João Martins Pereira, onde foram dadas por Ricardo Salgado explicações algo difusas e não totalmente convincentes quanto às origens desta ocultação de passivo, bem assim como equacionadas eventuais formas de resolver este mesmo problema, incluindo a possível identificação de activos que não estivessem a ser contabilizados;
- c64. Após a existência de passivo ocultado ter sido detectada internamente, pela PwC no âmbito do trabalho ETRICC2, e de ser alvo de estudo detalhado pela KPMG, em reunião da Comissão Executiva do BES, que teve lugar a 4 de Dezembro de 2013,

8871 Ricardo Salgado informou ter sido feita uma correcção nas contas da ESI relativas a
8872 2012, que se centra no reconhecimento da existência adicional de 1.331 milhões de
8873 euros de passivo, associado a títulos de dívida, mas que passa a ser compensada
8874 essencialmente pelo lançamento no activo da ES Resources (com sede nas
8875 Bahamas) de novos activos imobiliários, que corresponderiam a investimentos
8876 imobiliários, valorizados em 240 milhões de euros e projectos de investimento
8877 imobiliário valorizados em 841 milhões de euros, num total de 1.081 milhões de
8878 euros;

8879 c65. A responsabilidade desta decisão de alterações ao balanço, por via essencialmente
8880 do lançamento nas contas da ES Resources de activos imobiliários, terá envolvido
8881 Ricardo Salgado, sendo que o respectivo lançamento contabilístico na ESI não terá
8882 sido efectuado por Francisco Machado da Cruz. Ricardo Salgado admitiu ter
8883 assinado um documento relacionado com a identificação de novos activos, mas que
8884 não considera corresponder a um *lançamento contabilístico*. Sobre este assunto, na
8885 segunda audição perante a CPI, Ricardo Salgado referiu o seguinte:

- 8886 i) *«recordo-me de ter assinado um documento, mas, quanto a mim, não era um*
8887 *lançamento, era uma memória para se tentar avaliar e descortinar quais eram*
8888 *os activos que não estavam devidamente inscritos nas contas»;*
8889 ii) *«Lembro-me de ter assinado um movimento, mas era exactamente para se*
8890 *procurar avaliar quais eram os activos que ainda não estavam nas contas,*
8891 *sujeitos a reavaliação, a avaliação. Não era para um lançamento*
8892 *contabilístico»;*
8893 iii) *«Pode ter lá uma assinatura minha, mas, no meu entender, não era um*
8894 *lançamento contabilístico, era, sim, uma indicação de valor de possíveis activos*
8895 *a serem reavaliados»;*
8896 iv) *«Não me lembro, já não me lembro das circunstâncias em que, eventualmente,*
8897 *tenha assinado esse lançamento»;*
8898 v) *«provavelmente, pediram-me, então, para eu rubricar ou assinar, ou seja lá o*
8899 *que foi (...) Mas não estava a dar uma instrução contabilística»;*
8900 vi) *«não sei, não me recordo de o Dr. Machado da Cruz se ter recusado a assinar.*
8901 *Do que me recordo é que, como fui eu que levantei a questão, me disseram:*
8902 *então, faça favor ponha aqui uma assinatura para que isso seja feito. Mas não*
8903 *era para efeitos de lançamento contabilístico; era para efeitos de reavaliação*
8904 *da contabilidade.»**

8905 “sj8”

8906

8907

8908

* Excerto da transcrição não revista da audição de Ricardo Salgado no dia 19 de Março de 2015



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

8909

8910

8911

8912

“ fim de sj8”

8913

8914

c66. Estes supostos activos imobiliários, por ausência de comprovativos da sua existência ou posse, não foram considerados nem por Carlos Calvário, no contexto do referido exercício ETRICC2, nem pela KPMG, no contexto da análise efectuada à situação patrimonial consolidada da ESI a 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2013;

8915

8916

8917

8918

8919

c67. A 26 de Março de 2014 teve lugar uma reunião na casa de Ricardo Salgado com João Martins Pereira e Francisco Machado da Cruz, tendo ficado decidido que este último contaria a verdade na reunião com uma firma de advogados do Luxemburgo, a ter lugar no dia 28 de Março de 2014, e no âmbito da qual é afirmado que a ocultação de passivo da ESI era intencionalmente praticada desde 2008, e que esta era do conhecimento de José Castella, e ainda que porventura de forma não quantificada, de Ricardo Salgado, tendo o assunto sido referido igualmente junto de Manuel Fernando Espírito Santo e José Manuel Espírito Santo;

8920

8921

8922

8923

8924

8925

8926

8927

c68. Nos termos das declarações prestadas por Francisco Machado da Cruz no dia 28 de Março de 2014 à referida empresa de advogados do Luxemburgo, esta tentativa de compensação do balanço, face à necessidade de corrigir o passivo em 1.331 milhões de euros, através do lançamento no activo de bens imobiliários, supostamente localizados em Angola e cuja existência real ou posse efectiva ficaram por demonstrar, terá sido também ela intencionalmente assumida (*“c’ était une façon de s’en sortir”*) em reunião efectuada possivelmente em Novembro de 2013 com a presença de José Castella, Carlos Calvário e João Martins Pereira. Existem porém versões contraditórias sobre esta reunião, sendo que João Martins Pereira e Carlos Calvário referem que nela apenas se enunciou o problema, além de se ter reconhecido ser importante assumir a sua existência e encontrar formas de o resolver, o que poderia passar pela identificação de activos que não estivessem a ser contabilizados na ESI;

8928

8929

8930

8931

8932

8933

8934

8935

8936

8937

8938

8939

8940

c69. Esta mesma situação viria igualmente a ser identificada pela KPMG quando, no âmbito dos seus trabalhos, lhe foi apresentado um valor lançado em Projectos de Investimento de 1.137 milhões de euros, e outro de 250 milhões de euros em Propriedades de Investimento, num total de 1.387 milhões de euros. No que se refere à primeira parcela, de 1.137 milhões de euros, como à segunda, de 250 milhões de euros, a KPMG refere que não lhe foi disponibilizada: i) documentação que evidenciasse a efectiva ocorrência de transacções de compra de activos; ii) uma lista de activos justificativa do valor contabilizado bem como de evidência da sua existência, respectiva titularidade e valorização. Adicionalmente, no balanço da Espírito Santo Resources foi apresentado um valor adicional de Propriedades de Investimento, supostamente transitado de anos anteriores, com as mesmas

8941

8942

8943

8944

8945

8946

8947

8948

8949

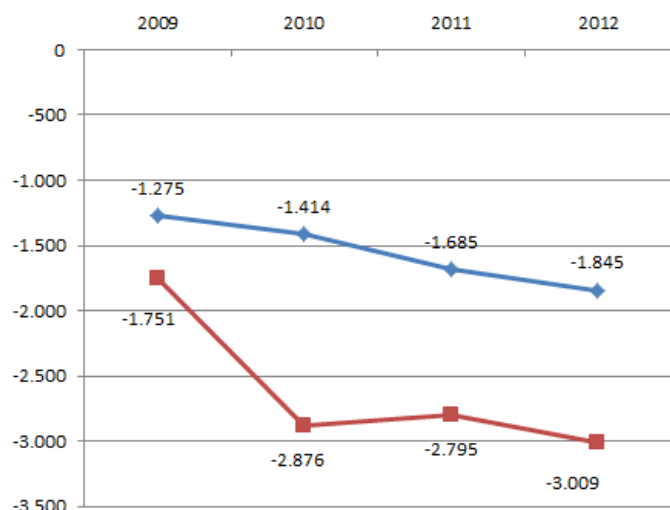
8950

- 8951 fragilidades. Com esta parcela adicional, ascende então a 1.776 milhões de euros o
8952 total de hipotéticos investimentos imobiliários que foram abatidos pela KPMG ao
8953 activo, por ausência de evidências quanto à sua efectiva existência e posse por
8954 parte do GES;
- 8955 c70. As contas da ESI não foram alvo de qualquer análise ou validação por parte de
8956 auditores externos, o que seria permitido nos termos da legislação aplicável, no que
8957 se refere a contas individuais, não consolidadas, para este tipo de empresas;
- 8958 c71. Apenas foram elaboradas as contas individuais da ESI, sem que estas fossem
8959 acompanhadas de contas consolidadas, tendo em atenção as suas participadas,
8960 apesar de tal ser exigido nos termos da legislação vigente no Luxemburgo, o que
8961 passaria igualmente a determinar a necessidade de emissão de relatórios sobre as
8962 contas da ESI por parte de auditores externos;
- 8963 c72. A ocorrência sistemática e recorrente de práticas de ocultação de passivo, desde
8964 2008, com tradução em resultados líquidos ou capitais próprios não
8965 excessivamente penalizadores, dificilmente se conforma com a eventual ocorrência
8966 de meros erros contabilísticos, que seriam por definição pontuais e prontamente
8967 corrigidos;
- 8968 c73. Atendendo ao estilo de gestão vigente no GES, à centralização de conhecimentos e
8969 responsabilidades em torno da figura de Ricardo Salgado, nomeadamente ao nível
8970 de uma gestão centralizada de tesouraria, ainda que não assumida pelo próprio,
8971 praticada conjuntamente com José Castella, considera-se provável que Ricardo
8972 Salgado tenha estado envolvido na tomada de decisão de manipulação intencional
8973 das contas da ESI desde 2008, da qual teria portanto também pleno conhecimento,
8974 ainda que o seu depoimento aponte em sentido contrário, o mesmo sucedendo
8975 relativamente a José Castella;
- 8976 c74. Do mesmo modo, considera-se ser altamente improvável que a manipulação
8977 intencional das contas de ESI fosse assumida por livre iniciativa ou do
8978 conhecimento exclusivo de Francisco Machado da Cruz, no âmbito do exercício das
8979 suas funções de Commissaire aux Comptes da ESI, como de resto atesta o seu
8980 próprio depoimento junto dos advogados do Luxemburgo;
- 8981 c75. Para além deste núcleo de pessoas potencialmente conhecedoras da distorção
8982 intencionalmente efectuadas nas contas da ESI, a situação acabou por ser
8983 igualmente identificada através dos trabalhos solicitados pelo Banco de Portugal
8984 junto da PwC, no âmbito do exercício ETRICC2, bem assim como dos trabalhos de
8985 apuramento da situação real das empresas da cúpula do GES conduzido dentro do
8986 grupo CIMIGEST, a solicitação de Pedro Queiroz Pereira, ambos com resultados
8987 conhecidos durante o segundo semestre de 2013, com evidências de que a real
8988 situação contabilística no final de 2012, tanto da ESI como da ES Control,
8989 correspondia já a um quadro de falência, com capitais próprios fortemente
8990 negativos;
- 8991 c76. Exceptuando os elementos acima referidos e de acordo com os depoimentos
8992 prestados, a generalidade dos membros da Comissão Executiva e do Conselho da

8993 Administração do BES desconhecia por completo esta situação, de manipulação de
 8994 contas, que se arrastava na ESI desde 2008, só dela tendo tomado conhecimento
 8995 no início do mês de Dezembro de 2013, o que veio a gerar uma manifesta quebra
 8996 de confiança quanto ao modo como eram tomadas decisões e geridas as
 8997 actividades dentro do GES;

8998 c77. Face à dimensão das distorções sistematicamente efectuadas no balanço da ESI,
 8999 desde 2008, bem como à existência de uma gestão financeira (nomeadamente no
 9000 que se refere a fontes de financiamento) e de tesouraria centralizada de todo o
 9001 GES, é provável não apenas que elas fossem efectuadas com intencionalidade, mas
 9002 que se encontrassem disponíveis e fossem elaboradas versões internas de trabalho,
 9003 ainda que informais e porventura incompletas, retratando a verdadeira situação
 9004 patrimonial da ESI, tanto em termos individuais como consolidados, neste caso
 9005 através de exercícios de consolidação efectuados pelo menos desde 2006, que
 9006 seriam possivelmente do conhecimento, entre outros, de Francisco Machado da
 9007 Cruz, Ricardo Salgado e José Castella;

9008 c78. Uma reconstrução aproximada da evolução da situação patrimonial da área não
 9009 financeira do GES, consolidada ao nível da ESI, feita com base em elementos que
 9010 constam do espólio desta CPI (Figura 4.17), evidencia que esta se encontrava já
 9011 falida (com capitais próprios fortemente negativos) pelo menos desde 2009, e com
 9012 prejuízos acumulados significativos que remontam pelo menos a 2006, superiores a
 9013 2.000 milhões de euros a essa data;
 9014



9015
 9016
 9017
 9018
 9019
 9020

Figura 4.17 – Estimativa da situação patrimonial da área não financeira do GES, consolidada ao nível da ESI, em termos de capitais próprios (curva a azul) e prejuízos acumulados (curva a vermelho), com valores apresentados em milhões de euros.

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI

- c79. Dos trabalhos conduzidos pela KPMG, em termos de apresentação de contas consolidadas da ESI, face aos elementos disponibilizados pelo GES, foi preciso efectuar um total de ajustamentos aos capitais próprios, por via de reduções no activo e/ou aumentos de passivo, cifrados num primeiro momento em 2.502 milhões de euros (com referência a 30 de Setembro de 2013) e num segundo momento em 660 milhões de euros (com referência a 31 de Dezembro de 2013), perfazendo um total de ajustamentos de 3.162 milhões de euros. Além do respectivo valor absoluto, que fala por si mesmo, é de sublinhar que este ajustamento corresponde a um valor consolidado do activo da ESI (a 31 de Dezembro de 2013) de 6.103 milhões de euros, pelo que os ajustamentos efectuados pela KPMG correspondem, em termos relativos, a 52% do activo correspondente. Quer em termos absolutos, quer em termos relativos, esta dimensão de ajustamentos é absolutamente invulgar e assumida como única ao longo da vasta actividade desenvolvida pelos auditores da KPMG em Portugal;
- c80. Em síntese, e de forma esquemática, tendo como data de referência Setembro ou Dezembro de 2013, alguns dos principais factores indutores da falência da ESI (Figura 4.18), que depois veio a contaminar o GES e o BES, são os seguintes: i) níveis de endividamento financeiro insustentáveis, superiores a 5.800 milhões de euros, com o correspondente vencimento de juros; ii) existência de um volume acumulado de prejuízos consolidados superior a 5.300 milhões de euros; iii) aplicação de meios na Eurofin, cujo destino ou justificação não foi possível caracterizar, no valor de 745 milhões de euros; iv) manutenção de uma dívida para com a ESI, por parte da família Espírito Santo, de cerca de 470 milhões euros.

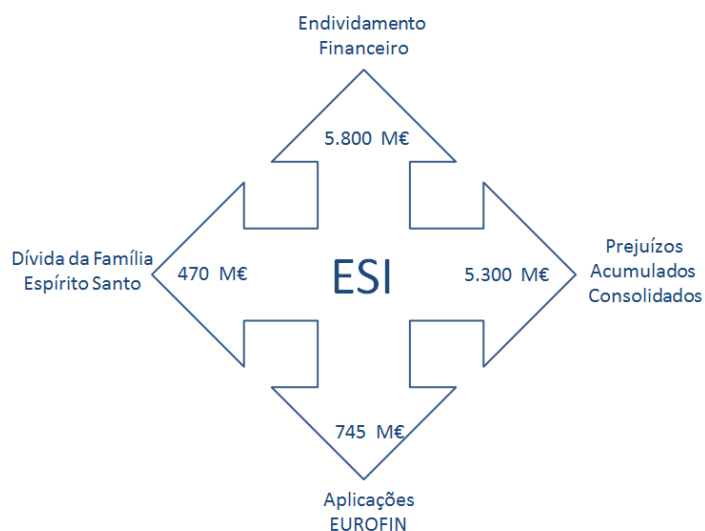


Figura 4.18 – Ilustração esquemática de algumas origens da falência da ESI.

Fonte: ilustração do deputado relator, com base em informação compilada pela CPI



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- c81. Todas estas situações patrimoniais, cada uma do seu modo, contribuíram para a insustentabilidade da ESI, a qual, recorde-se, dispunha formalmente de um capital social de apenas 460 milhões de euros, correspondendo à família Espírito Santo cerca de 57% da ESI. Ou seja, em condições normais de relacionamento entre um accionista e a sua empresa, uma afectação de cerca de 262 milhões de euros para a sua capitalização. Sucede porém, de forma inversa, que a família Espírito Santo, enquanto principal accionista da ESI, lhe era isso sim devedora de 469 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2013, com a agravante de esta situação se encontrar associada a um manifesto conflito de interesses, pois os administradores da ESI que deliberavam esta concessão de crédito eram igualmente beneficiários e accionistas das empresas detidas pela família Espírito Santo (ES Control, Control Development e ESAT), que beneficiavam destes mesmos avultados empréstimos;
- c82. Face a tudo o que acima se relatou, a ESI e a Rioforte deixam de ser capazes de satisfazer os seus compromissos, sendo registadas em Junho/Julho de 2014 situações de incumprimento bastante significativas, aqui se incluindo a ausência de pagamentos que eram devidos junto de clientes do Banco Privée e da Portugal Telecom, a que se seguem as correspondentes insolvências.

C1.3 Do BESA

- c83. Como o próprio nome indica, o Banco Espírito Santo Angola (BESA) traduz uma aposta forte do GBES, no sentido de replicar as suas actividades e estrutura em Angola, enquanto país emergente de aposta estratégica para o BES, desenvolvida ao longo de uma década;
- c84. A exposição do BES ao BESA foi evoluindo ao longo do tempo (Figura 4.19), a partir de uma linha inicial de financiamento de cerca de 1.200 milhões de euros, centrada na compra de dívida soberana de Angola, em 2008, para se situar, a 30 de Junho de 2014, num valor total de 3.880 milhões de euros repartidos do seguinte modo: i) 3.330 milhões de euros em mercado monetário interbancário; ii) 273 milhões de euros em participação financeira; iii) 276 milhões de euros em créditos documentários; iv) 700 mil euros em garantias prestadas;

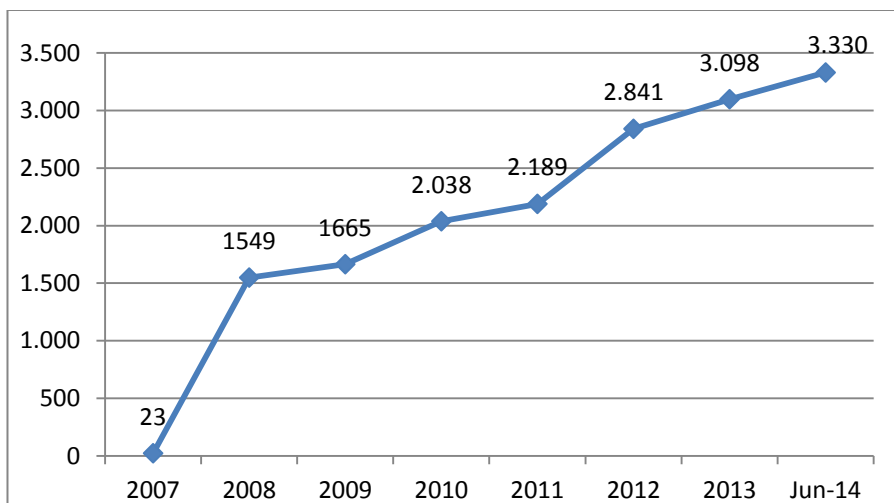


Figura 4.19 – Evolução dos volumes de crédito concedidos pelo BES ao BESA no final dos períodos assinalados (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos de deputado relator com base em relatórios de contas e informação disponibilizada à CPI por Fernando Ulrich

c85. Além dos seus valores absolutos, o risco de concentração desta exposição creditícia pode ser evidenciado através da evolução do correspondente valor, mas agora aferido em percentagem dos Capitais Próprios Consolidados do BES (Figura 4.20), que evidencia níveis muito significativos pelo menos a partir do final de 2008;

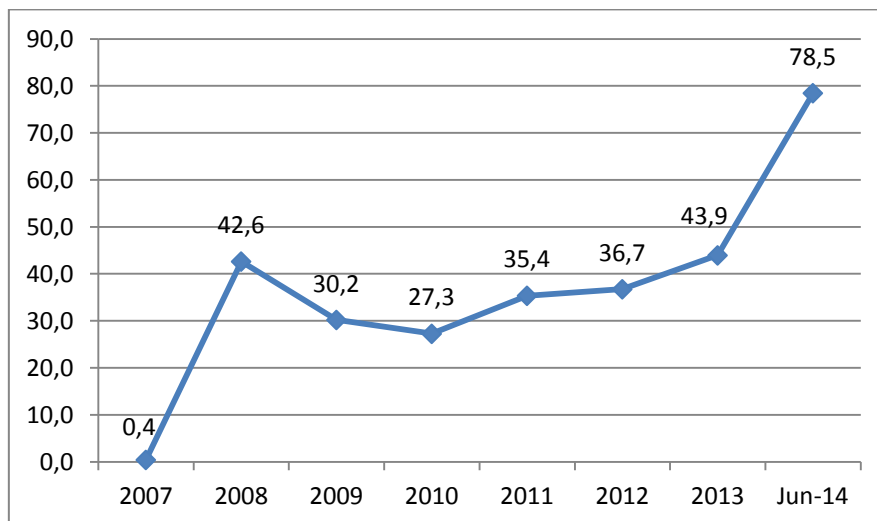
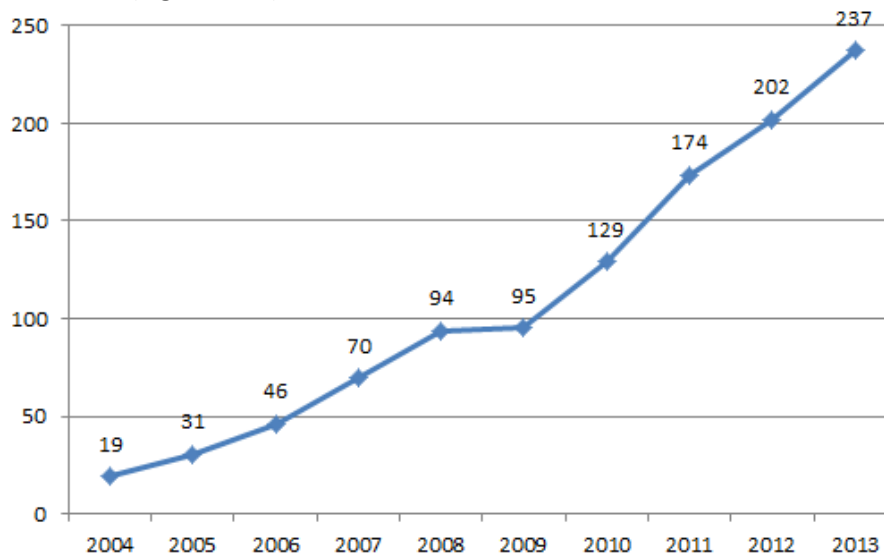


Figura 4.20 – Evolução dos volumes de crédito concedidos pelo BES ao BESA, em percentagem dos capitais próprios consolidados do BES no final dos períodos assinalados.

Fonte: cálculos de deputado relator com base em relatórios de contas e informação disponibilizada à CPI por Fernando Ulrich

c86. Os sucessivos relatórios de contas e da actividade desenvolvida pelo BESA até ao final de 2012 em nada apontavam para a situação de colapso que viria a surgir,

9098 ainda que evidenciando valores dos rácios de transformação crescentes e bastante
 9099 elevados (Figura 4.21);



9100

9101 **Figura 4.21 – Evolução (em %) da razão entre crédito concedido a clientes e depósitos no BESA.**

9102

Fonte: cálculos de deputado relator com base em relatórios de contas do BESA

9103

9104 c87. As auditorias efectuadas às contas do BESA, pela KPMG Angola, apresentam
 9105 algumas reservas e ênfases, como a identificação no exercício de 2013 de um
 9106 conjunto de operações de crédito a cinco entidades, no montante de 400 milhões
 9107 de euros, para projectos imobiliários, com níveis de capitais próprios muito
 9108 reduzidos. Porém, tais relatórios em nada deixavam antever a preocupante
 9109 situação registada quanto à qualidade da carteira de crédito que viria a determinar
 9110 a conversão do BESA em Banco Económico, após intervenção das autoridades
 9111 angolanas;

9112 c88. Relativamente aos mesmos relatórios de contas, o Conselho Fiscal do BESA emitiu
 9113 igualmente parecer favorável, sem quaisquer reparos, ainda que em datas que
 9114 pecam igualmente por tardias e apresentam alguma inconsistência cronológica (por
 9115 exemplo, o parecer relativo às contas de 2012 é de 28 de Junho de 2013, sendo
 9116 anterior ao parecer relativo às contas de 2011, que é somente de 29 de Agosto de
 9117 2013);

9118 c89. Apesar da crescente exposição do BES ao BESA, que se situava em 3.880 milhões de
 9119 euros a 30 de Junho de 2014, as correspondentes linhas de financiamento
 9120 interbancário nunca foram alvo de análise pelo DRG do BES, sendo as
 9121 responsabilidades de acompanhamento e interacção entre o BES e o BESA
 9122 assumidas directamente por Ricardo Salgado e, mais recentemente, a partir de
 9123 2012, igualmente por Amílcar Moraes Pires;

9124 c90. O BES foi identificando ao longo do tempo a existência de algumas fragilidades ao
 9125 nível da gestão do BESA, nomeadamente no que se refere aos mecanismos
 9126 implementados em termos de risco operacional ou a ausência de regras de boa ou

- 9127 transparente governação, sem que tenha sido capaz de os ver ultrapassados até ao
9128 final de 2012. Alguns destes alertas, nomeadamente no que se refere à ausência de
9129 informação suficientemente detalhada e existência de riscos de eventual
9130 concentração excessiva de exposição a dívida soberana de Angola foram lançados
9131 em 2009 por Carlos Calvário junto das áreas relevantes do BES e posteriormente
9132 alvo de informação igualmente transmitida ao Banco de Portugal;
- 9133 c91. Já em 2014, o DAI do BES identificou um conjunto alargado de fragilidades, tanto ao
9134 nível do BESA como do seu acompanhamento pelo BES, incluindo: i) sistemático
9135 incumprimento dos *standards* de auditoria do grupo; ii) não cumprimento de regras
9136 de gestão de risco do grupo; iii) não reporte de informação completa e detalhada;
9137 iv) inexistência de documentos formais referentes à definição da estratégia e
9138 políticas de relacionamento entre o BES e o BESA, nomeadamente sobre o processo
9139 de tomada de decisão e monitorização do risco por parte do BES; v) inexistência de
9140 análises de risco, por parte do BES, quer quanto ao perfil de risco do BESA, quer
9141 quanto às operações de crédito aprovadas;
- 9142 c92. Ainda assim, e mesmo na ausência de tal empenhamento, era remetida
9143 mensalmente para o BES informação relacionada com a evolução do BESA,
9144 nomeadamente no que se refere a: i) grandes riscos; ii) carteira de títulos; iii)
9145 tesouraria; iv) balancetes;
- 9146 c93. Adicionalmente, em Dezembro de 2011 foi apresentado um documento detalhado
9147 sobre a situação do BESA e perspectivas de evolução da mesma, mormente no que
9148 se refere a liquidez e sinistralidade, sendo dado conta de que mais de 40% da
9149 carteira de crédito não apresentava qualquer tipo de garantias fornecidas, e que
9150 dentro dos restantes 60% mais de 70% das garantias dadas eram de natureza
9151 precária, correspondendo essencialmente a promessas de hipotecas, não tendo o
9152 BES a propósito deste documento solicitado qualquer tipo de informação adicional
9153 ou promovido qualquer análise mais detalhada envolvendo o próprio BESA;
- 9154 c94. A solicitação dos accionistas angolanos do BESA, mas também em função da nova
9155 estratégia de desenvolvimento que se pretendia imprimir, foi efectuada uma
9156 alteração de liderança no BESA, com início efectivo de funções em 2013 de Rui
9157 Guerra, enquanto Presidente da Comissão Executiva, em substituição de Álvaro
9158 Sobrinho;
- 9159 c95. A inflexão estratégica que se pretendeu ver imprimida ao BESA, com a nova equipa
9160 de gestão, não se traduziu em resultados imediatos, sendo que estes demoram
9161 algum tempo a surgir, pois obrigam a mudanças comportamentais, com esforços de
9162 angariação de depósitos em clientes de retalho e contenção ao nível do crédito
9163 concedido. O plano estratégico delineado acabou por não ser assim integralmente
9164 implementado, tendo-se registado nomeadamente: i) uma continuação de
9165 aumento do volume de crédito concedido; ii) incapacidade de ver aumentados de
9166 forma significativa os depósitos existentes; iii) lentidão na alienação de bens
9167 imobiliários; iv) continuidade de um preocupante aumento do rácio de
9168 transformação;

c96. Nos sucessivos relatórios de contas do BESA, bem como dos correspondentes pareceres emitidos pela KPMG Angola, ao longo dos anos de 2011 a 2013 (Tabela 4.6), ainda que sejam colocados ênfases ou reservas, não constam quaisquer leituras da situação patrimonial do BESA com a gravidade que viria posteriormente a ser identificada, ainda que relativamente a 2013 importe ter em consideração, nomeadamente quanto ao valor de provisões para crédito, que se encontrava a vigorar, desde 31 de Dezembro de 2013, a garantia soberana de Angola a que abaixo se faz referência;

Tabela 4.6 – Visão aproximada da situação patrimonial do BESA com base na informação apresentada nos correspondentes relatórios de contas relativos aos anos de 2011, 2012 e 2013 (valores em milhões de euros).

	2011	2012	2013
Activo	7.082	8.482	9.428
Passivo	6.260	7.604	8.086
Depósitos	2.317	2.828	2.850
Resultado Líquido	271	44	27
Capitais Próprios	822	862	1.294
Crédito a Clientes	4.021	5.713	6.754
Provisões Crédito Clientes	78	218	192
Imóveis	575	880	891

Fonte: cálculos de deputado relator com base em relatórios de contas do BESA

c97. Do ponto de vista documental, a acta da Assembleia Geral do BESA realizada a 3 e 21 de Outubro de 2013 enuncia factos particularmente graves quanto à gestão do BESA, conhecimento e qualidade da sua carteira de crédito, bem assim como situações de clara sobrevalorização de activos imobiliários. Em particular, descreve-se uma situação de grande informalidade nas decisões de concessão de crédito, por vezes tomadas por uma única pessoa (Álvaro Sobrinho e/ou João Moita) e refere-se que as situações de crédito mal caracterizadas e concentradas em determinados grupos de clientes representam quase 80% do total da carteira de crédito, o que corresponde possivelmente não apenas a falhas ou meros erros de gestão, além de envolver créditos cujos beneficiários podem estar relacionados com diferentes tipos de interesses. Estes factos são relatados de forma bastante detalhada na referida acta, onde se diz nomeadamente que Álvaro Sobrinho afirmou que “esteve muitas vezes na administração do BESA, sem a presença de outros administradores, e que o Banco precisava de continuar a exercer a sua actividade, pelo que teve de assinar muitas vezes sozinho operações de crédito” e ainda que “não existiam efectivamente actas do Conselho de Crédito porque o processo de crédito se baseava no encaminhamento de propostas para a administração, depois de obtido o parecer do risco de crédito”;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 9201 c98. No seu depoimento na comissão, Álvaro Sobrinho contesta a veracidade do
9202 relatado nesta mesma acta, e João Moita, que era responsável pelo departamento
9203 de risco do BESA, afirmou que a concessão de crédito era deliberada pela
9204 Comissão Executiva, mas após recolha de três assinaturas em sede do Conselho
9205 de Crédito, de cujas reuniões eram elaboradas actas;
- 9206 c99. Foram identificadas diversas fragilidades de funcionamento, com especial
9207 enfoque nas funções de controlo interno, ao nível do BESA e do acompanhamento
9208 efectuado pelo BES das actividades do BESA, que podem configurar actos de
9209 gestão ruínosa e de incumprimento regulamentar, incluindo: i) ausência ou
9210 incumprimento de normativos internos no que diz respeito à análise de risco ou
9211 imposição de limites de exposição do BES ao BESA; ii) aprovações informais de
9212 concessão de crédito do BES ao BESA, validadas por uma única pessoa ou em
9213 desrespeito pelos procedimentos internos; iii) ausência de evidências que possam
9214 garantir que as linhas de crédito do BES ao BESA foram empregues na sua
9215 totalidade para os fins a que se destinavam, nomeadamente no que se refere à
9216 aquisição de dívida soberana de Angola; iv) inexistência de análise de risco em
9217 todas as operações de crédito concedido pelo BES ao BESA; v) fragilidades e
9218 informalidade na gestão de descobertos bancários do BESA perante o BES; vi)
9219 ausência de articulação entre as funções (nomeadamente as de controlo interno)
9220 do BES e as actividades do BESA, que não foram devidamente acompanhadas por
9221 auditorias internas; vii) desconhecimento das actividades desenvolvidas pelo BESA
9222 ao nível da prevenção e detecção do branqueamento de capitais; viii) existência
9223 de períodos temporais em que houve incumprimento pelo BESA dos níveis
9224 mínimos de reservas impostos pelo Banco Nacional de Angola; ix) ausência de
9225 discussão atempada, em sede da Comissão Executiva ou Conselho de
9226 Administração do BES, de factos relacionados com o BESA, como sucedeu no que
9227 diz respeito à Assembleia Geral de accionistas realizada em Outubro de 2013 ou
9228 às reservas e ênfases colocados pelo auditor externo na sua análise às contas
9229 apresentadas pelo BESA; x) existência de movimentações bancárias que terão
9230 como beneficiários últimos entidades relacionadas com o BES, responsáveis do
9231 BES e/ou do BESA; xi) ocorrência de situações de sobreavaliação de activos,
9232 incluindo utilização de mecanismos de engenharia financeira, com utilização de
9233 entidades do universo GES e outras formalmente fora do mesmo para através do
9234 BESA reduzir formalmente a exposição do BES ao GES;
- 9235 c100. Face ao volume de imparidades que se antevia que tinham de vir a ser suportadas
9236 pelo BESA, a solicitação dos accionistas, e de modo a garantir a estabilidade do
9237 sistema financeiro em Angola, é elaborado despacho do Presidente da República
9238 de Angola, datado de 31 de Dezembro de 2013, e subsequentemente emitida pelo
9239 Ministério das Finanças de Angola uma garantia soberana a favor do BESA, no
9240 valor global de 4.560 milhões de euros, dos quais 4.320 milhões de euros
9241 correspondiam a créditos concedidos e 240 milhões de euros a imóveis, com uma
9242 validade de 18 meses;

- 9243 c101. Apesar do empenho de alguns dos responsáveis máximos do BES e do BESA na
9244 obtenção desta garantia soberana, ao longo de 2014 esta nunca veio a ser
9245 accionada pelo BESA, ainda que estivessem a decorrer trabalhos preparatórios
9246 nesse mesmo sentido;
- 9247 c102. O Banco de Portugal, aceitando naturalmente a validade da garantia soberana
9248 angolana, questionou a sua elegibilidade do ponto de vista de efeitos prudenciais
9249 no contexto nacional e do mecanismo único europeu de supervisão bancária,
9250 subsistindo algumas dúvidas sobre esta matéria mesmo depois de prestados
9251 esclarecimentos adicionais por parte do Ministério das Finanças de Angola, em
9252 Abril de 2014. Desta posição de princípio foi dado conta em ofício do Banco de
9253 Portugal, datado de 14 de Fevereiro de 2014, onde se refere explicitamente “não
9254 considerar elegível para efeitos prudenciais a garantia emitida pelo Estado
9255 Angolano até ao cabal esclarecimento das dúvidas que existem sobre a sua
9256 validade, efeitos e âmbito, não devendo os efeitos desta garantia ser
9257 considerados, designadamente ao nível do cálculo dos rácios prudenciais e do
9258 apuramento das imparidades”;
- 9259 c103. O Banco Nacional de Angola remete uma carta ao BESA, datada de 21 Julho 2014
9260 sobre “Recuperação da Viabilidade do BESA”, em que se aponta para uma
9261 necessidade de reforço do capital do BESA em pelo menos 2.123 milhões de
9262 euros, para alcançar níveis mínimos de solvabilidade, a que devia acrescentar-se
9263 um plano que reduzisse o perfil de risco dos seus activos, acrescentando que caso
9264 tal não viesse a suceder o Estado de Angola poderia ter de fazer uma intervenção
9265 sobre o BESA;
- 9266 c104. Em resposta a esta carta, o BES, através de Vítor Bento, no dia 24 de Julho de
9267 2014, exprimiu a disponibilidade do BES para colaborar, referindo que a solução a
9268 encontrar deveria contemplar a garantia de pagamento dos créditos do BES sobre
9269 o BESA, ao mesmo tempo que indica que o BES não tem interesse em
9270 acompanhar eventuais aumentos de capital social do BESA, antes pretendendo
9271 reduzir a sua participação accionista para menos de 9,9%;
- 9272 c105. A 27 de Julho de 2014 o BNA transmitiu ao Banco de Portugal que aprofundou o
9273 estudo de graves situações detectadas com gestão e qualidade de activos do
9274 BESA, o que levaria a decisões mais assertivas nos dias seguintes, ao mesmo
9275 tempo que informou ter apurado ainda que alguns dos alegados créditos cobertos
9276 pela garantia não seriam elegíveis, implicando reforço de provisões;
- 9277 c106. A 1 de Agosto de 2014 o BNA impôs um conjunto extenso de medidas correctivas
9278 que evidenciam desconformidades e exclusão de determinados créditos da
9279 garantia soberana, através de carta dirigida ao BESA, relacionada com
9280 “Providências Extraordinárias de Saneamento, incluindo: i) a exclusão da listagem
9281 coberta pela garantia soberana de operações de crédito não formalizadas
9282 aquando da sua concessão; ii) constituição de um correspondente reforço de
9283 provisões; iii) revisão das funções de auditoria interna, procedimentos de controlo
9284 interno, sistemas operacionais, mecanismos de gestão do risco e de concessão e

- 9285 gestão do crédito; iii) realização de testes de esforço de liquidez; iv)
- 9286 documentação referente à titularização dos imóveis referentes ao Fundo BESA
- 9287 Valorização; iv) apresentação de um plano de recuperação e saneamento;
- 9288 c107. A 4 de Agosto de 2014 é deliberado retirar a garantia soberana, sendo que a esta
- 9289 data, de acordo com trabalho específico realizado pela KPMG Angola, sobre uma
- 9290 carteira de crédito do BESA de 7.200 milhões de euros, face à respectiva
- 9291 qualidade, havia que fazer um reforço de provisões estimado em 3.437 milhões
- 9292 de euros. Relativamente aos imóveis que constavam do activo do BESA, com um
- 9293 valor de 1.469 milhões de euros, havia que fazer igualmente provisões, desta feita
- 9294 no valor de 472 milhões de euros. Com estes e outros ajustamentos, os capitais
- 9295 próprios do BESA a esta data, de acordo com a KPMG Angola, apresentavam um
- 9296 valor negativo de 3.076 milhões de euros, impondo-se efectuar um aumento de
- 9297 capital de pelo menos 3.411 milhões de euros;
- 9298 c108. Também a 4 de Agosto de 2014 o Banco Nacional de Angola determina a
- 9299 aplicação de um conjunto de medidas extraordinárias de saneamento do BESA,
- 9300 face à ausência de respostas inequívocas dos accionistas do BESA sobre a sua
- 9301 recapitalização nos termos determinados pelo BNA, sendo designados
- 9302 administradores provisórios para o BESA, nomeados pelo BNA, com amplos
- 9303 poderes de intervenção;
- 9304 c109. Conforme comunicado pelo Banco Nacional de Angola, a 20 de Outubro de 2014,
- 9305 foi então assumido um conjunto de deliberações de recuperação do BESA, que
- 9306 contemplam nomeadamente um aumento do capital social, a reconversão dos
- 9307 créditos do BES sobre o BESA e a conversão do BESA no Banco Económico, dotado
- 9308 de uma nova estrutura accionista;
- 9309 c110. Neste mesmo âmbito, o Banco Nacional de Angola tomou um conjunto de
- 9310 decisões de saneamento financeiro do BESA (que deu lugar ao Banco Económico)
- 9311 com impacto sobre os créditos que transitaram do BES para o Novo Banco, tendo
- 9312 sido constituído: i) um novo empréstimo sénior no valor equivalente a 317
- 9313 milhões de euros, 50% do qual coberto por títulos de dívida pública angolana; ii)
- 9314 um empréstimo subordinado de 317 milhões de euros e conversão de 54 milhões
- 9315 de euros de dívida em 9,7% do capital no Banco Económico, posição accionista
- 9316 detida na nova estrutura de capital social do referido Banco Económico;
- 9317 c111. Do ponto de vista das implicações sobre os créditos do BES sobre o BESA, que
- 9318 entretanto transitaram para o balanço do Novo Banco, este conjunto de
- 9319 deliberações traduziu-se no estabelecimento de uma imparidade sobre os
- 9320 mesmos no valor de 2.750 milhões de euros, reflectida no balanço através de uma
- 9321 diminuição equivalente no valor das “Aplicações em Instituições de Crédito”, mas
- 9322 onde havia sido feita uma provisão sobre a totalidade do crédito concedido ao
- 9323 BESA, pelo que o impacto líquido sobre o activo do balanço, nesta ocorrência, é
- 9324 positivo em 688 milhões de euros;
- 9325 c112. Por sua vez, no que se refere às implicações sobre o balanço do BES, enquanto
- 9326 “Banco Mau” (BES-BM), este ficou com a posição accionista anteriormente detida



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

9327 pelo BES, mas que se torna nula no contexto accionista em que o BESA foi
9328 convertido em Banco Económico;
9329 c113. Entendendo que as deliberações assumidas pela Assembleia Geral do Banco
9330 Económico, que teve lugar a 29 de Outubro de 2014, em Luanda, não defendem
9331 convenientemente os interesses do BES (“Banco Mau”), o Conselho de
9332 Administração do BES (“Banco Mau”) contestou judicialmente as correspondentes
9333 deliberações, tendo solicitado a sua suspensão e impugnação, não excluindo
9334 outras eventuais medidas de litigância relativamente a este assunto, com fortes
9335 impactos sobre o balanço do BES-BM.

9336

9337 **C1.4 Das Cartas de Conforto Emitidas em Junho de 2014**

9338 c114. A 9 de Junho de 2014 são assinadas por Ricardo Salgado e José Manuel Espírito
9339 Santo duas cartas de conforto, tendo como destinatários venezuelanos
9340 respectivamente o “Banco de Desarrollo Economico y Social Venezuela” e o
9341 “Fondo Desarrollo Nacional FONDEN”, através das quais o BES se comprometia a
9342 colocar os títulos em mercado secundário ou assegurar a liquidez necessária de
9343 forma a permitir o seu reembolso, aquando de uma emissão de dívida a ser
9344 efectuada pela Rioforte em substituição de dívida da ESI, o que se traduz em
9345 potenciais perdas para o BES estimadas em 267 milhões de euros;

9346 c115. A existência destas cartas de conforto obrigou assim à criação de uma provisão
9347 por parte do BES no valor de 267 milhões de euros;

9348 c116. O modo como se encontram redigidas e apresentadas estas cartas, com evidente
9349 falta de profissionalismo no modo como foram elaboradas, suscitou dúvidas ao
9350 Banco de Portugal quanto à sua autenticidade, o que o levou a solicitar
9351 confirmação das mesmas, referindo explicitamente, “face aos termos pouco
9352 cuidados e tecnicamente pouco rigorosos em que estão redigidas”, que tal
9353 “parece ser dificilmente conciliável com a experiência profissional dos supostos
9354 signatários”;

9355 c117. De acordo com os depoimentos prestados, ambas as cartas foram elaboradas por
9356 determinação de Ricardo Salgado, tendo sido efectuadas à margem dos
9357 procedimentos e estruturas próprias do BES, sem que tenham sido apreciadas em
9358 Conselho de Crédito, no Comité ALCO ou Comissão Executiva do BES;

9359 c118. De acordo com o depoimento prestado por José Manuel Espírito Santo, este foi
9360 convidado a assinar as referidas cartas, de modo informal, o que fez depois de
9361 Ricardo Salgado lhe ter garantido que estava tudo devidamente acautelado e
9362 existir urgência no correspondente envio;

9363 c119. Além dos signatários das referidas cartas, de acordo com apuramento efectuado
9364 por Rui Silveira, responsável pelo Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do
9365 BES, apenas terão tido conhecimento da sua existência dentro do BES, por ter sido
9366 solicitada a sua intervenção no processo, João Alexandre Silva, Célia Tairum e Rita
9367 Barosa;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

9368 c120. Os actos de gestão associados à elaboração e assinatura destas cartas configuram
9369 uma grave irregularidade, contrariam as orientações do Banco de Portugal e os
9370 procedimentos internos do BES definidos para a aprovação deste tipo de decisões.
9371

9372 **C1.5 Da Circularização e Recompra de Obrigações em Julho de 2014**

9373 c121. Nas últimas semanas de liderança do BES por parte de Ricardo Salgado, já no mês
9374 de Julho, através de uma complexa montagem de engenharia financeira, o BES
9375 procedeu à circularização e recompra de obrigações emitidas pelo BES, em
9376 condições bastante acima das praticadas no mercado;

9377 c122. Este conjunto de operações, em que obrigações foram recompradas ao triplo do
9378 valor a que haviam sido vendidas, traduz-se num prejuízo potencial para o BES
9379 que poderia alcançar 1.250 milhões de euros, em paralelo com uma apropriação
9380 de rentabilidade, sem racionalidade económica, por parte da Eurofin, que ao fazer
9381 parte desta cadeia de intermediação terá retido um valor económico da ordem
9382 dos 780 milhões de euros, supostamente utilizado para financiar empresas do
9383 GES, por via do reembolso de clientes detentores de títulos de dívida das mesmas,
9384 sendo que, de acordo com o Banco de Portugal, a Eurofin é uma “entidade com
9385 ligações ao Dr. Ricardo Salgado e ao GES”;

9386 c123. Este sistema de recompras traduziu-se na constituição de uma provisão pelo BES
9387 no valor de 1.248 milhões de euros, em Junho de 2014, repartida do seguinte
9388 modo: i) 121 milhões de euros associados à consolidação de entidades veículo
9389 através das quais foram colocadas obrigações; ii) 767 milhões de euros
9390 decorrentes de emissões efectuadas em 2014 e circularizadas através da Eurofin,
9391 com ganhos retidos nesta entidade; iii) 360 milhões de euros relativos a outras
9392 obrigações de longo prazo detidas por clientes, com expectativas de liquidez,
9393 existindo uma diferença de valor entre o balanço do BES e aquele que constava
9394 das carteiras desses mesmos clientes;

9395 c124. A concepção da operação de circularização, que configura uma gestão ruinosa à
9396 luz dos interesses do BES, foi feita à margem da sua Comissão Executiva;

9397 c125. Foi assim montado um complexo esquema de engenharia financeira, retratada
9398 nos trabalhos desenvolvidos pela KPMG e PwC, em que a situação pode ser
9399 resumida, de forma simplificada (Figura 4.22), do seguinte modo: i) através de
9400 uma sequência de intervenientes, envolvendo ao longo do tempo BES Finance, ES
9401 Bank Panamá, BES Londres, BES Luxemburgo, BES Vida, ESAF, Eurofin e quatro
9402 entidades veículo (Euroaforro, Poupança Plus, Top Renda e EG Premium, esta
9403 última detida pela Eurofin), que comercializavam junto de clientes de retalho do
9404 BES e detinham títulos de dívida da ESI, ES Tourism, Rioforte e ESCOM, foram
9405 vendidas pelo GBES obrigações a condições por vezes muito mais vantajosas do
9406 que as vigentes no mercado; ii) em 2014, estas operações “em saldo” foram
9407 efectuadas à semelhança de um produto que valendo 100 euros foi
9408 comercializado inicialmente a um custo de 38 euros (globalmente, obrigações no

valor de 1.251 milhões de euros, em condições normais de mercado, foram facultadas à Eurofin por um custo de 468 milhões de euros); ii) por sua vez, a Eurofin coloca esses mesmos produtos financeiros a valores de mercado, isto é, vende a 100 euros, junto de clientes de retalho do BES, o produto que lhe havia custado 38 euros, gerando uma mais-valia global de 783 milhões de euros; iii) as mais-valias assim geradas pela Eurofin, no valor de 783 milhões de euros, foram empregues para reembolsar, junto de determinados clientes das entidades veículo, instrumentos de dívida emitidos pela ESI, ES Tourism, Rioforte, ESCOM e acções preferenciais da EG Premium; iv) por sua vez, o BES efectuou a recompra aos clientes que compraram o mesmo produto, ainda que por vezes retransformado através de séries comerciais dos veículos, por 100 euros, que tinha vendido à Eurofin por 38 euros, assumindo o correspondente prejuízo;

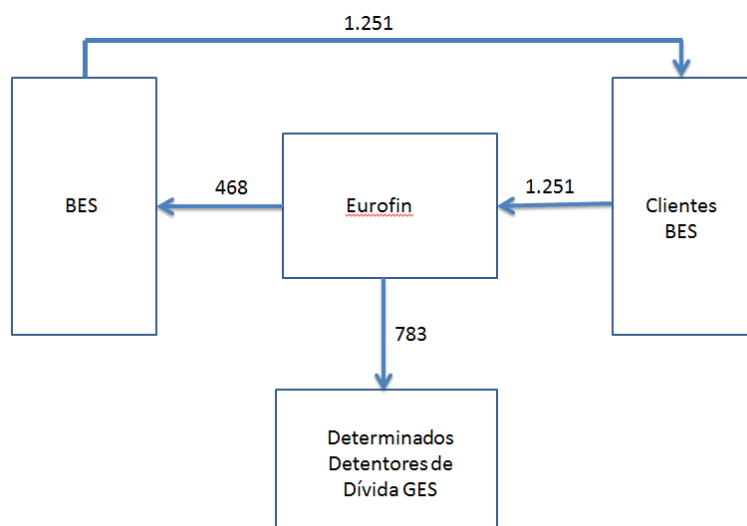


Figura 4.22 – Fluxos financeiros (valores em milhões de euros) decorrentes do modelo conceptual de circularizações de obrigações do BES desenhado em 2014, na eventualidade de a recompra vir a ser efectuada na sua plenitude.

Fonte: ilustração esquemática do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI, nomeadamente o relatório da PwC sobre este assunto

c126. Toda esta sequência de operações foi efectuada com desconhecimento do Banco de Portugal, representando uma forma engenhosa de: i) contrariar a blindagem imposta relativamente à exposição do BES ao GES, pois é de forma indirecta o BES que deste modo assume um prejuízo potencial de 783 milhões de euros que serve para que empresas do GES (ESI e ES Tourism, sendo que esta última pelo menos formalmente já não integrava o GES a esta data) reembolsem títulos de dívida, equivalente portanto a um acréscimo de exposição do BES ao GES de 783 milhões de euros, decorrente de o BES ter abdicado de receber 783 milhões de euros pelas obrigações por si inicialmente emitidas, e posteriormente recompradas; ii)

- 9438 beneficia os clientes das entidades veículo, cuja identidade não foi possível
9439 apurar, junto dos quais por via desta intervenção financeira da Eurofin o risco de
9440 exposição às empresas do GES ficou eliminado, ao verem reembolsados os títulos
9441 de dívida que possuíam da ESI e da ES Tourism, adquiridos pela Eurofin;
- 9442 c127. As recompras efectuadas em Julho de 2014 decorreram da existência de forte
9443 pressão dos clientes no sentido de antecipar a venda das obrigações do BES por si
9444 detidas, com incapacidade da Eurofin para encontrar correspondente procura nos
9445 mercados secundários, sendo esta assumida então pelo BES, tendo terminado a
9446 30 de Julho de 2014, por imposição do Banco de Portugal;
- 9447 c128. De acordo com o apurado pela PwC, estas recompras em Julho de 2014 foram
9448 efectuadas de acordo com preços que parecem ser coordenados entre os
9449 intervenientes no processo, envolvendo entidades veículo cujas acções
9450 preferenciais se encontram colocadas junto de clientes do BES que são
9451 predominantemente emigrantes, que deixam assim de ficar expostos, através das
9452 entidades veículo, a instrumentos de dívida emitidos por empresas do GES que
9453 poderiam sofrer desvalorizações e prejudicá-los;
- 9454 c129. Conforme referido pela PwC, a realização destas operações demonstra existirem
9455 falhas graves ao nível das funções de controlo interno do BES, incluindo: i)
9456 desadequada segregação de funções; ii) situações de manifesto conflito de
9457 interesses; iii) falhas na adequação de produtos para clientes e na análise de risco
9458 dos produtos; iv) indícios de incumprimento de regulamentação; v) ausência de
9459 formalização de decisões importantes; vi) insuficiente autonomia (quase
9460 subordinação) da área de gestão de carteiras face ao DFME;
- 9461 c130. A nova equipa de gestão do BES, liderada por Vítor Bento, deliberou a 21 de Julho
9462 de 2014 fazer aproximar as operações de recompra dos valores de mercado, e
9463 estas terminam a partir de 30 de Julho de 2014, por deliberação do Banco de
9464 Portugal.

9465 **C1.6 Do Aumento de Capital Social em 2014**

- 9466 c131. De modo a fazer face às necessidades de capitalização do BES, nomeadamente em
9467 função do exposto anteriormente, foi realizada uma operação de aumento do seu
9468 capital social, no valor de cerca de 1.000 milhões de euros, que decorreu entre
9469 Abril e Junho de 2014;
- 9470 c132. Apesar dos diferentes tipos de riscos, que foram identificados no correspondente
9471 prospecto, esta operação de aumento de capital social foi bem sucedida,
9472 contando desde logo com a posição de tomada firme da mesma por parte de um
9473 forte sindicato bancário (com envolvimento significativo nomeadamente de
9474 Morgan Stanley, UBS, Citigroup, JP Morgan, Merrill Lynch e Nomura), mas que
9475 não viria tão pouco a ser necessária, face à procura registada,
9476 predominantemente por parte de cerca de 470 clientes institucionais (92%),
9477 complementada por uma participação residual de 23.000 clientes particulares
9478 (8%), na casa dos 80 milhões de euros;

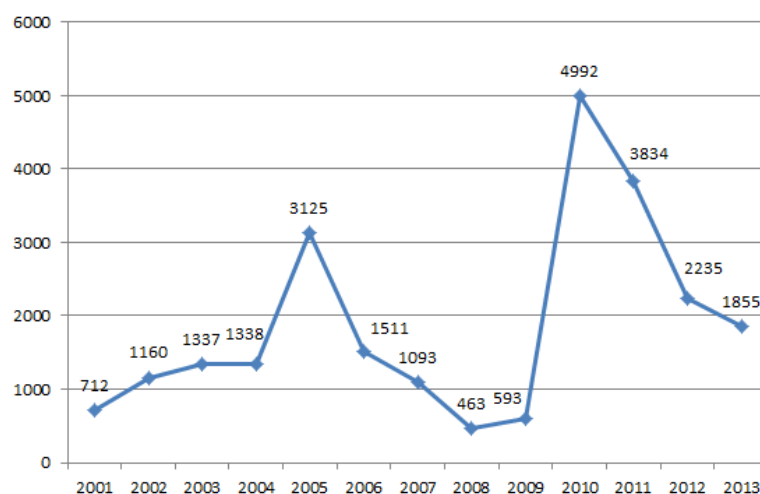
c133. Ainda assim, além da participação de 471 investidores institucionais, é de assinalar a existência de mais de 23 mil subscritores do retalho, dos quais cerca de 20 mil efectuaram aplicações inferiores a 10 mil euros (2,7% do total), e 3 mil aplicações situadas entre 10 mil e 50 mil euros (3,4% do total), por contraste com a adesão de 44 subscritores com valores aplicados acima dos 5 milhões de euros (77% do total);

c134. Já em 2014, em momentos de proximidade temporal face a esta operação de aumento do capital social, diversos membros do Conselho Superior do GES, administradores e altos dirigentes do BES procederam a vendas significativas das acções que detinham no BES, nalguns casos alegadamente por necessidades pessoais de liquidez ou por posições friamente assumidas de índole estritamente económica, face aos valores de cotação em bolsa das referidas acções.

C1.7 Da Exposição da Portugal Telecom ao BES e ao GES

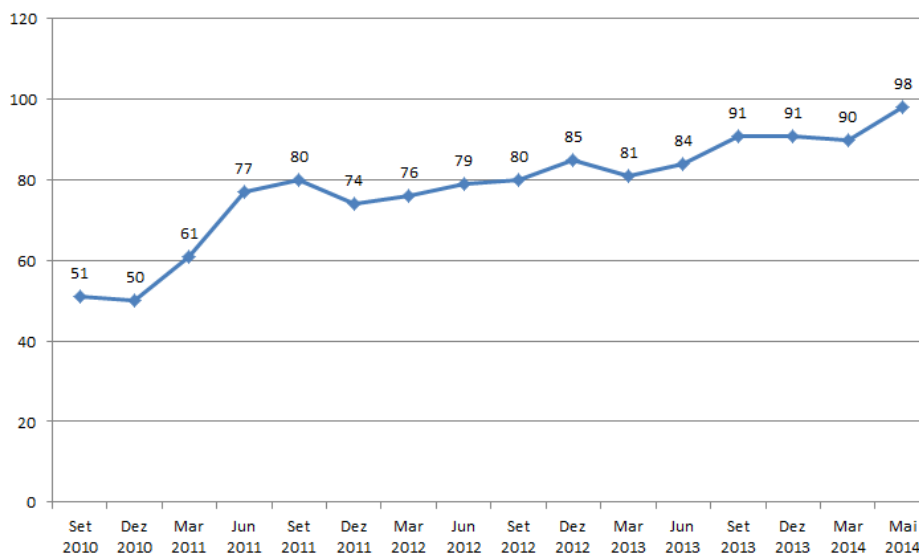
Nos termos de um acordo de parceria estratégica, celebrado em 2000, entre a Portugal Telecom e o BES, foram diversificadas e intensas as relações entre estes dois grupos económicos, sendo que aqui nos iremos cingir aos aspectos que são mais relevantes dentro do contexto específico dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, centrando-nos portanto estritamente em torno das implicações relevantes ao nível do BES e do GES:

c135. Ao longo do tempo, foram aplicados valores considerados atípicos, quer em dimensão quer pelo peso relativo que representavam face às disponibilidades de tesouraria da Portugal Telecom, no BES e no GES, tendo alcançado um total de exposição máxima, de 4.992 milhões de euros, no final de 2010 (Figura 4.23), e em termos relativos de 98% em Maio de 2014 (Figura 4.25), de acordo com indicador seleccionado pela PwC para ilustrar esta mesma exposição;



9507 Figura 4.23 – Evolução do total de aplicações da Portugal Telecom (em depósitos, títulos ou
 9508 outras aplicações) no GES no final de cada ano (valores em milhões de euros).

9509 Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação da PwC disponibilizada à CPI
 9510



9511
 9512 Figura 4.24 – Evolução trimestral da percentagem das aplicações financeiras da Portugal
 9513 Telecom que foram efectuadas no GES.

9514 Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação da PwC disponibilizada à CPI
 9515

9516 c136. Apesar desta intensa exposição e concentração de risco, ela ao longo do tempo
 9517 não foi alvo de qualquer tipo de reparo por parte dos accionistas, comissão de
 9518 auditoria, conselho fiscal, auditores externos da Portugal Telecom ou entidades
 9519 reguladoras, tendo todos os compromissos assumidos sido atempadamente
 9520 saldados pelo GES e pelo BES, com elevadas rentabilidades;

9521 c137. A afectação de meios de financiamento à Rioforte, em Fevereiro de 2014, com
 9522 posterior renovação em Abril de 2014, e incumprimento de reembolso por partes
 9523 desta em Julho de 2014, foi efectuada com base em informação incompleta sobre
 9524 a verdadeira situação patrimonial da Rioforte, após esta ter passado a ser uma
 9525 *holding* de todo o GES, incluindo o ramo financeiro. A informação disponibilizada
 9526 pelo BES, através de exposição efectuada por Ricardo Salgado, ao que tudo indica
 9527 ocultou factos relevantes;

9528 c138. Estas aplicações de 2014 na Rioforte correspondem não apenas a uma migração
 9529 de cerca de 750 milhões de euros de aplicações, da ESI para a Rioforte, mas a um
 9530 acréscimo adicional de exposição na casa dos 150 milhões de euros, o que perfaz
 9531 portanto cerca de 900 milhões de euros de aplicações de curto prazo da Portugal
 9532 Telecom na Rioforte, efectuadas e renovadas no primeiro semestre de 2014;

9533 c139. Os dirigentes do BES (Amílcar Morais Pires e Joaquim Goes) que eram igualmente
 9534 administradores da Portugal Telecom nunca alertaram para qualquer eventual
 9535 risco associado a esta exposição à Rioforte;

- 9536 c140. Com base na análise efectuada pela PwC e os depoimentos recolhidos, quanto a
9537 estas operações de financiamento da Rioforte, pode-se apontar para os seguintes
9538 factos relacionados com as mesmas: i) existem evidentes contradições entre os
9539 depoimentos prestados pelos diferentes interlocutores, igualmente patentes nos
9540 correspondentes testemunhos prestados perante a CPI. Mas a concretização
9541 destas operações, de forma activa ou reactiva, explícita ou por omissão, em anos
9542 anteriores e em 2014, muito provavelmente envolve responsabilidades e era do
9543 conhecimento, ainda que porventura com graus variáveis de detalhe, de Henrique
9544 Granadeiro (no seu depoimento assume pessoalmente a aprovação do montante
9545 de 200 milhões de euros, ainda que Luís Pacheco de Melo o responsabilize pela
9546 validação da totalidade dos 900 milhões de euros), Zeinal Bava (no seu
9547 depoimento nega-o de forma evasiva, mas confirma ter mantido diversas
9548 reuniões com Ricardo Salgado, sendo improvável que pelo menos a um nível
9549 estratégico este assunto não tivesse sido abordado), Luís Pacheco de Melo e
9550 Carlos Cruz (do lado da Portugal Telecom) e de Ricardo Salgado, Amílcar Morais
9551 Pires e Joaquim Goes (do lado do GES), que tinham igualmente obrigação de
9552 conhecer o que se estava a passar; ii) existia uma prática de compra substancial
9553 de títulos de dívida de empresas do GES, em particular da ESI e mais tarde da
9554 Rioforte, pela Portugal Telecom, desde 2001, com exposições que correspondiam
9555 a 91% (a 31 de Dezembro de 2013) e 98% (no final de Maio de 2014, entre
9556 depósitos no BES e títulos de dívida no GES esta exposição representava 1.638
9557 milhões de euros) do seu valor total de aplicações de tesouraria; iii) a Portugal
9558 Telecom contraiu operações de endividamento para reforço da sua liquidez, que
9559 reverteram ou decorrem, na sua dimensão, dos meios financeiros afectos junto de
9560 empresas do GES; iv) foram efectuadas operações de colocação de dívida por
9561 parte da ESI e da Rioforte em que a Portugal Telecom foi a única entidade
9562 envolvida; v) esta exposição, apesar da sua dimensão, não foi alvo de uma análise
9563 detalhada de risco e concentração de risco consistente por parte da Portugal
9564 Telecom nem foi apresentada ao longo do tempo de forma totalmente
9565 transparente ou exaustiva junto da sua Comissão Executiva, Conselho de
9566 Administração ou Comissão de Auditoria; vi) a Portugal Telecom não solicitou
9567 informações adicionais ou manteve quaisquer interacções directas com os
9568 responsáveis financeiros da Rioforte, antes de proceder a estas operações de
9569 financiamento em 2014;
- 9570 c141. De acordo com a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, sobre estas mesmas
9571 operações de exposição da Portugal Telecom ao GES, há a salientar: i) a ausência
9572 de evidências dos critérios que possam ter suportado a razoabilidade de tais
9573 aplicações; ii) a existência de algumas desconformidades na sua formalização; iii)
9574 a ausência de apresentações detalhadas das mesmas junto da Comissão
9575 Executiva; iv) o incumprimento de requisitos cautelares da política de gestão do
9576 risco; v) que contrariam as orientações de diversificação das aplicações financeiras
9577 definidas pela empresa em termos de orientação estratégica; vi) que face à

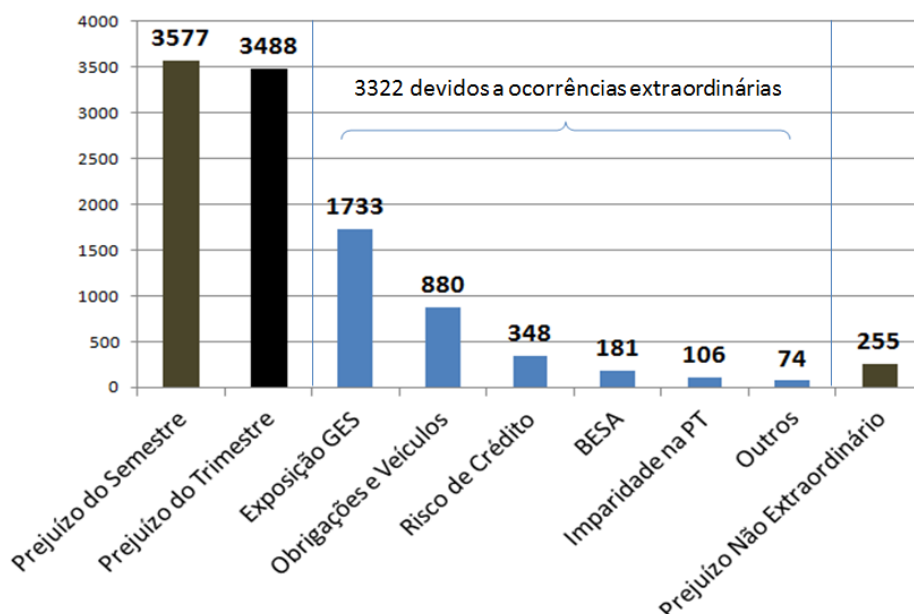
9578 dimensão destas aplicações financeiras, teria sido da mais elementar prudência
 9579 que elas tivessem sido previamente analisadas e aprovadas em Comissão
 9580 Executiva e no Conselho de Administração da Portugal Telecom.

9581

9582 **C1.8 Do Segundo Trimestre de 2014**

9583 c142. Do conjunto de factos acima retratados decorre uma apresentação de resultados
 9584 semestrais (Figura 4.25) com uma dimensão alarmante, devida sobretudo a actos
 9585 de gestão ruinosa para os interesses do BES praticados ao longo do tempo, mas
 9586 muito reforçados no segundo trimestre de 2014 (por exemplo, no que se refere à
 9587 circularização de obrigações ou emissão de cartas de conforto), com um prejuízo
 9588 semestral de 3.577 milhões de euros, dos quais 3.488 milhões de euros
 9589 correspondem ao segundo trimestre, sendo que somente 255 milhões de euros
 9590 deste prejuízo semestral correspondem a circunstâncias normais de
 9591 funcionamento da actividade bancária do BES;

9592



9593

9594 **Figura 4.25 – Resultados trimestrais e semestrais do BES em 2014 (valores em milhões de**
 9595 **euros).**

9596 Fonte: ilustração do deputado relator com base no relatório de contas do primeiro semestre de 2014 apresentado
 9597 pelo BES

9598

9599 c143. Do mesmo conjunto de factos acima retratados decorre uma necessidade de
 9600 reforço de provisões por parte do BES (Figura 4.26), com uma dimensão
 9601 igualmente alarmante, devida sobretudo a actos de gestão praticados no segundo
 9602 trimestre de 2014 (por exemplo, no que se refere à circularização de obrigações
 9603 ou emissão de cartas de conforto), com um total de provisões para crédito, a 30
 9604 de Junho de 2014, cifrado em 5.394 milhões de euros;

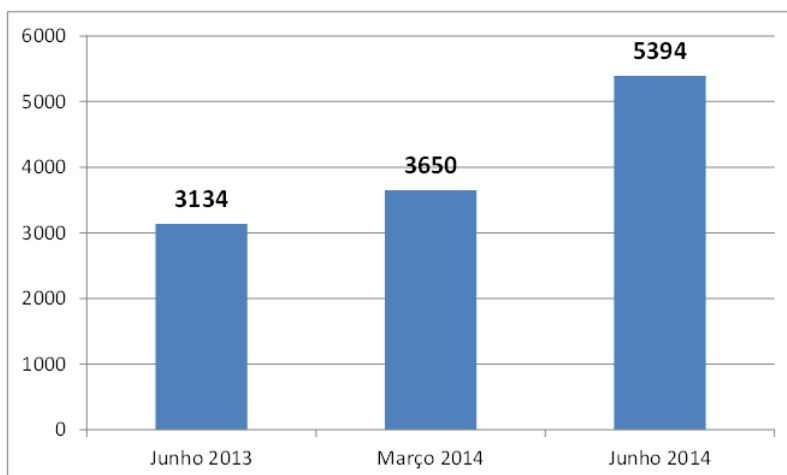


Figura 4.26 – Evolução das provisões para crédito do BES em 2014
(valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em relatórios de contas do BES

- c144. Esta evolução das provisões do BES, em particular no que se refere às consequências decorrentes da recompra de obrigações e emissão de cartas de conforto, reflectidas nas contas do primeiro semestre de 2014 através de uma perda potencial com o valor de cerca de 1.500 milhões de euros, determinou que a situação patrimonial do BES, face a estas contas semestrais, divulgadas a 30 de Julho de 2014, conhecesse uma evolução imprevista, que o colocou bastante abaixo dos níveis mínimos de solvabilidade exigidos, tornando premente uma intervenção de capitalização do BES, mesmo ainda na ausência das implicações decorrentes das medidas tomadas em Angola relativamente ao BESA, que viriam a ocorrer pouco depois;
- c145. Decorre igualmente desta situação a posição de princípio assumida pelo Banco Central Europeu, e comunicada ao Banco de Portugal no dia 31 de Julho de 2014, de retirada do estatuto de contraparte elegível para operações de cedência de liquidez junto do Eurosistema ao BES, com intenções de esta deliberação ser tomada com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2014, o que obrigaria a uma perda de liquidez adicional de cerca de 10 mil milhões de euros, por necessidade de reposição dos valores de que o BES dispunha ao abrigo deste mesmo mecanismo europeu de financiamento interbancário;
- c146. No dia 31 de Julho o BES, através da sua Comissão Executiva, informou o Banco de Portugal da inexistência de uma solução concreta de capitalização e saneamento financeiro do banco assumida por entidades privadas, dentro dos prazos e nos termos definidos pelo Banco de Portugal;
- c147. Além das questões que se colocavam em termos de solvabilidade, o BES começou igualmente a enfrentar crescentes dificuldades de liquidez, tendo sido obrigado a recorrer ao mecanismo de cedência de liquidez em situação de emergência (ELA-

Emergency Liquidity Assistance), gerido pelo Banco de Portugal, através de uma crescente disponibilização de recursos financeiros, que a 1 de Agosto de 2014 ascendia já a 3.500 milhões de euros, e que face a um eventual cenário de remoção do estatuto de contraparte elegível para operações de cedência de liquidez junto do Eurosistema, acima referida, rapidamente teria de ser reforçada em mais 10.000 milhões de euros;

c148. Em paralelo, assiste-se a uma evolução das cotações em bolsa das acções do BES, ao longo de 2014 (Figura 4.27), que se pautam por atingir um pico, de 1,463 euros em 3 de Abril de 2014, seguindo-se uma primeira queda significativa entre os dias 13 e 23 de Maio, com recuperação até 10 de Junho, quando se alcança um valor de 1,111 euros por acção, entrando-se depois numa queda livre que se prolonga até ao encerramento das transacções em bolsa, a 1 de Agosto de 2014, a 0,12 euros por acção, com uma recta final especialmente acentuada, que corresponde a perdas diárias de 10,6% (a 29 e 30 de Julho de 2014), de 42% (a 31 de Julho de 2014) e de 40% (a 1 de Agosto de 2014);

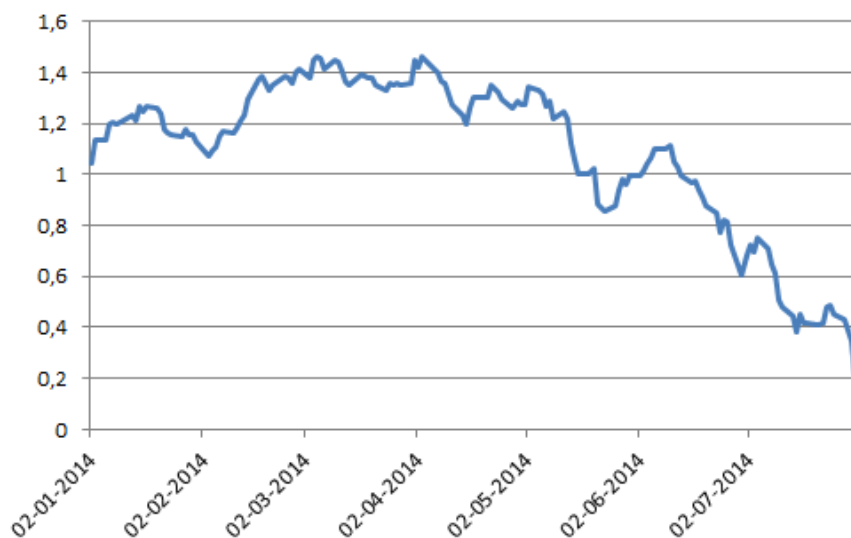


Figura 4.27 – Evolução das cotações das acções do BES no fecho de cada dia de operações na Bolsa de Lisboa ao longo de 2014.

Fonte: ilustração do deputado relator com base em informação disponibilizada pela CMVM à CPI

c149. Toda esta sequência de eventos, além de arrastar o BES para as condições descritas, não evitou porém que se viessem a registar as primeiras situações de incumprimento por parte da ESI e Rioforte, em primeiro lugar no mês de Junho de 2014, perante clientes do Banque Privée, detentores de títulos de dívida, e posteriormente no mês de Julho de 2014 por parte da Rioforte, perante a incapacidade de reembolsar a Portugal Telecom;

c150. Conforme acima exposto, os factos ocorridos ao longo do primeiro semestre de 2014, com particular incidência no seu segundo trimestre (um verdadeiro

9664 “trimestrus horribilis”), agravando a situação que se vinha a viver desde 2008,
9665 viriam a originar, de forma particularmente rápida: i) a medida de resolução
9666 aplicada ao BES; ii) a implosão do GES, com a insolvência ou alienação de várias
9667 das suas empresas situadas fora de Portugal ou em Portugal; iii) as vendas da ES
9668 Saúde, Tranquilidade, BESI, ES Viagens ou unidades hoteleiras Tivoli, estando em
9669 vias de suceder o mesmo com outras das empresas que se enquadravam no
9670 universo do GES.

9671

9672 **C1.9 Da Sobrevalorização de Activos do BES**

9673

9674 Um aspecto que assume também especial relevância, pela sua dimensão, prende-se com a
9675 sobrevalorização de determinados activos do BES, identificada nomeadamente pela PwC
9676 aquando da preparação do balanço de abertura do Novo Banco, com referência a 4 de Agosto
9677 de 2014.

9678 Apesar de o BES ter contas regularmente aprovadas e auditadas, incluindo as referentes ao
9679 primeiro semestre de 2014, validadas a 30 de Julho, a verdade é que a PwC procedeu a um
9680 conjunto de ajustamentos no valor total de 4.939 milhões de euros. Destes, 2.750 milhões de
9681 euros relacionam-se com a evolução verificada no BESA e sua conversão em Banco Económico,
9682 mas dos restantes reajustamentos são de realçar, pelo seu significado:

9683

9684 c151. Reforços de imparidades sobre a carteira de crédito, com adopção de critérios
9685 mais apertados do ponto de vista de análise do risco, no valor de 1.204 milhões de
9686 euros;

9687 c152. Redução do valor associado a activos imobiliários, no valor de 759 milhões de
9688 euros, por estes se encontrarem sobreavaliados no balanço do BES;

9689 c153. Somente no que se refere às contas individuais do Novo Banco, de um total de
9690 mais de 10.600 registos de bens imobiliários, com referência a 4 de Agosto de
9691 2014, foram assumidas provisões de 431 milhões de euros, o que representa mais
9692 de 27% do correspondente valor, que desce deste modo de 1.585 milhões de
9693 euros para 1.153 milhões de euros, havendo 33 bens imobiliários cuja provisão
9694 constituída foi superior a 1 milhão de euros, com desvalorizações que nestes
9695 casos flutuam entre 19% e 100%, com o caso concreto de um único bem
9696 imobiliário, com valor bruto de 40 milhões de euros, a ser objecto de uma
9697 provisão de 17 milhões de euros;

9698 c154. O somatório destas duas parcelas, com referência a 4 de Agosto de 2014, mostra
9699 que entre imparidades sobre a carteira de crédito e ajustamentos aos valores de
9700 bens imobiliários houve necessidade de efectuar uma correcção de elementos do
9701 activo que correspondem a uma eventual sobrevalorização do mesmo em cerca
9702 de 2 mil milhões de euros;

9703 c155. Adicionalmente, e ainda que de forma pelo menos parcial tal possa decorrer da
9704 diferença de perímetro entre o GBES e o Novo Banco, são de salientar as



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

9705 diferenças registadas entre os correspondentes balanços consolidados, do BES a
9706 30 de Junho e de abertura do Novo Banco, a 4 de Agosto, igualmente com forte
9707 presença de bens imobiliários e imparidades aplicadas, no que diz respeito em
9708 particular a Activos Não Correntes Detidos para Venda. O respectivo valor no
9709 balanço do BES a 30 de Junho era de 3.675 milhões de euros, e baixa para 2.399
9710 milhões de euros no balanço de abertura do Novo Banco, decorrente de um valor
9711 bruto de 3.529 milhões de euros subtraído de imparidades cifradas em 1.130
9712 milhões de euros.
9713

9714 **C1.10 Das Fragilidades de Estrutura e Modelo de Governação do GES e do BES**

9715 c156. O GES optou por evoluir no sentido de criar uma teia desnecessariamente
9716 complexa de empresas, com operações em múltiplos países, incluindo diversos
9717 tipos de entidades veículo, além de organizações instaladas em paraísos fiscais, de
9718 modo a reduzir os volumes de impostos suportados e possibilitar a montagem de
9719 complexas operações de engenharia financeira;

9720 c157. Apesar de várias recomendações no sentido de simplificar esta mesma
9721 arquitectura, emanadas do Banco de Portugal pelo menos desde 2012, e
9722 igualmente reflectidas em sucessivas avaliações intercalares efectuadas pela
9723 “troika” (apesar de o BES não ter recorrido ao apoio de linhas de financiamento
9724 público disponibilizadas para a banca nacional, pelo que era alvo de um
9725 acompanhamento menos intenso), o certo é que o GES foi adiando a sua
9726 concretização, procedendo a mudanças com um ritmo excessivamente lento;

9727 c158. A separação entre os ramos financeiro e não financeiro, com eventual
9728 recentragem do GES no primeiro, conforme reconhecido no depoimento prestado
9729 por Ricardo Salgado perante a CPI, apenas foi assumida de forma tardia e nunca
9730 chegou a ser totalmente implementada, apesar das sucessivas indicações de
9731 necessidade de reestruturação do GES e da sua área não financeira, que vinham
9732 sendo assumidas pelo menos desde 2006, de modo a tentar garantir a sua
9733 viabilidade, incluindo a agregação da actividade não financeira em torno da
9734 Rioforte e a profissionalização da sua gestão;

9735 c159. A gestão do GES, especialmente ao nível das empresas de cúpula (por exemplo no
9736 que se refere à ES Control e ESI), mas igualmente em várias das componentes do
9737 ramo não financeiro, foi sendo conduzida dentro de um ambiente de
9738 informalidade que dificilmente se compadece com a sua dimensão;

9739 c160. A título ilustrativo, refira-se no que toca à ES Control a inexistência de
9740 convocatórias formais dirigidas a todos os membros do seu Conselho de
9741 Administração, a ausência de Assembleias Gerais com a natureza institucional que
9742 lhes é devida ou os atrasos verificados no registo das correspondentes contas
9743 junto das autoridades competentes do Luxemburgo. E no que se refere à ESI, a
9744 ausência de reuniões formais do seu Conselho de Administração, a não ser no ano
9745 de 2014;

- 9746 c161. Parece ter existido assim, ao longo do tempo, uma manifesta falta de atenção,
9747 prioridade ou afectação de meios de gestão a estas mesmas entidades, o que é
9748 particularmente difícil de compreender pela dimensão dos seus activos e pelo
9749 papel que desempenhavam no topo de todo o GES, como a sua implosão, com
9750 contaminação em cascata da ESFG e do BES, veio a demonstrar;
- 9751 c162. O peso do BES dentro da área financeira é especialmente significativo (com um
9752 activo consolidado no final de 2013 superior a 80 mil milhões de euros, face a um
9753 activo da ESFG de 85 mil milhões de euros, pelo que ao BES correspondem assim
9754 mais de 95% dos activos do ramo financeiro), e o do ramo financeiro
9755 predominante no contexto global do GES (o activo da ESFG a 31 de Dezembro de
9756 2013 compara com valores do activo, na mesma data, de 4.350 milhões de euros
9757 da Rioforte ou de 6.130 milhões de euros da ESI, sendo portanto mais de dez
9758 vezes superior ao de qualquer uma destas empresas *holding*);
- 9759 c163. Sempre foi talvez por isso prestada especial atenção, em termos de estruturas de
9760 gestão e prioridades do GES, ao ramo financeiro, o que não justifica porém as
9761 lacunas ou falta de intervenção atempada no que corresponde ao saneamento
9762 financeiro ou gestão das empresas situadas na cúpula do GES, em particular no
9763 que se refere à ESI, ou a toda a área não financeira;
- 9764 c164. Apesar do manifesto conflito de interesses e ausência de uma efectiva segregação
9765 de funções, especialmente entre membros da família Espírito Santo que
9766 integravam os Conselhos de Administração de múltiplas empresas do GES, tanto
9767 do ramo financeiro como do ramo não financeiro, apenas por imposição do Banco
9768 de Portugal, em Março de 2014, teve lugar a renúncia à acumulação deste tipo de
9769 funções;
- 9770 c165. Exemplo concreto do conflito de interesses decorrente de uma adequada
9771 segregação de funções é aquele que conduziu, já nos finais de Julho de 2014, e
9772 contrariando as instruções do ISP, o CFO da BES Vida, que também desempenhava
9773 funções no BES, por pressão da administração deste, a fazer uma operação que
9774 aumentava a exposição da BES Vida ao BES, abaixo referida, retratada de forma
9775 clara na documentação a que esta CPI teve acesso, onde fica bem evidenciada a
9776 pressão que era exercida sobre os decisores, mesmo quando poderia estar em
9777 causa uma violação das orientações dadas pelas entidades supervisoras;
- 9778 c166. Prevalecia portanto ao que tudo indica no GES uma cultura organizacional de
9779 centralização das tomadas de decisão e onde eventuais divergências perante
9780 orientações superiores não eram fáceis de assumir, pelas eventuais
9781 consequências que tal poderia representar;
- 9782 c167. Ainda que se tenha vindo a evidenciar a necessidade de profissionalizar a gestão
9783 dentro do GES, de há muito tempo a esta parte, a verdade é que as decisões mais
9784 relevantes continuaram a ser tomadas dentro da família Espírito Santo, e muito
9785 em particular a ser assumidas por Ricardo Salgado;
- 9786 c168. Como ficou claro a partir de vários dos depoimentos recolhidos, existia um
9787 alegado desconhecimento, da parte de diferentes membros dos Conselhos de

- 9788 Administração de empresas do GES ou suas participadas, perante factos da maior
9789 relevância no que se refere ao acompanhamento das actividades dessas mesmas
9790 empresas e em que deveriam estar envolvidos, no âmbito do exercício das suas
9791 competências, denotando este eventual conflagrador desconhecimento, seja por
9792 actos ou omissões, uma postura incompetente e/ou negligente;
- 9793 c169. Ainda que possa ter sido adoptado um estilo de gestão no GES e BES centralizado
9794 na pessoa de Ricardo Salgado, nalguns casos possivelmente com conivência e
9795 aceitação de todos os envolvidos, importa não esquecer que todos os
9796 administradores e dirigentes são igualmente responsáveis de forma solidária nas
9797 deliberações tomadas, tendo por obrigação solicitar toda a informação que seja
9798 considerada relevante, não podendo nem devendo por isso desresponsabilizar-se
9799 das funções que desempenham e pelas quais são igualmente remunerados. Pelo
9800 que não é aceitável demitirem-se dessas mesmas responsabilidades ou refugiar-se
9801 numa simples execução de instruções recebidas superiormente, mesmo que delas
9802 discordando, e redobradamente quando estas possam corresponder a actos de
9803 gestão ruínosa ou mesmo irregulares;
- 9804 c170. Persistiam dentro do GES e do GBES situações de manifesta ausência de partilha
9805 ou circulação de informação entre os diferentes responsáveis máximos ou entre
9806 os diversos administradores, com claras assimetrias de informação dentro de
9807 órgãos que deveriam ser colegiais e assentar numa mesma base comum de
9808 conhecimento dos factos;
- 9809 c171. Apesar de ser muito evidente a excessiva exposição e manifesto conflito de
9810 interesses existente entre o GBES e o GES, apenas por imposição do Banco de
9811 Portugal, em Março de 2014, foi constituída no BES uma Comissão de Controlo de
9812 Transacções com Partes Relacionadas, tendo ficado por operacionalizar idêntica
9813 comissão ao nível da ESFG, enquanto empresa de cúpula do ramo financeiro do
9814 GES;
- 9815 c172. Várias decisões relevantes foram tomadas, comprometendo centenas de milhões
9816 de euros, sem pleno conhecimento das mesmas junto do Conselho Superior do
9817 GES ou dos responsáveis pelas correspondentes áreas funcionais dentro do GES
9818 ou do BES, e à margem das hierarquias e procedimentos internos, nalguns casos
9819 igualmente em violação de determinações do Banco de Portugal e que
9820 configuram irregularidades graves (por exemplo, aquando de aprovações
9821 efectuadas já em 2014, de reforço da exposição do BES ao GES, nomeadamente
9822 através da ESFG, que nalguns casos foram feitas inclusivamente contrariando as
9823 posições assumidas pela Comissão de Controlo de Transacções com Partes
9824 Relacionadas do próprio BES, ou ainda no que se refere à circularização de
9825 obrigações ou emissão de cartas de conforto);
- 9826 c173. Muitas destas fragilidades, em termos de liderança e modelo de governação do
9827 GES, começaram a ser questionadas sobretudo a partir do momento em que se
9828 assistiu a uma renovação geracional na composição do Conselho Superior do GES,

- 9829 em 2011, após a entrada para o mesmo de Pedro Mosqueira do Amaral e José
9830 Maria Ricciardi;
- 9831 c174. Esta crescente tensão dentro do Conselho Superior do GES traduziu-se
9832 nomeadamente na elaboração de um documento, subscrito pela maioria dos
9833 detentores do capital da ES Control e seis dos nove membros do referido
9834 Conselho Superior, a 29 de Outubro de 2013, que convergem, de acordo com
9835 referido documento, *«no entendimento de que a forma como tem sido*
9836 *desenvolvida a liderança executiva do grupo, em que tem prevalecido a*
9837 *centralização do exercício poder contra todas as boas práticas de governança e*
9838 *gestão corporativa em prejuízo da colegialidade e da delegação ou partilha de*
9839 *responsabilidades que tradicionalmente pautavam o modelo de gestão (...) tem*
9840 *demonstrado ser prejudicial aos interesses dos accionistas, depositantes e demais*
9841 *stakeholders»*, de que *«são inúmeras as operações que cabem ao Presidente da*
9842 *Comissão Executiva do BES (...) esclarecer para ponderação pelos órgãos colegiais*
9843 *competentes sobre se as soluções adoptadas são aquelas que melhor servem os*
9844 *interesses sociais, no quadro do respeito pelas normas vigentes e pelos princípios*
9845 *éticos que sempre constituíram apanágio da cultura empresarial da instituição»*,
9846 importando ainda obter *«o total esclarecimento das movimentações de capitais,*
9847 *nunca devidamente clarificadas, nem colegialmente escrutinadas pelos órgãos*
9848 *institucionais, que têm vindo se ser publicadas em diversos órgãos de*
9849 *comunicação social»* onde se incluem *«contrato de promessa de compra e venda*
9850 *da ESCOM cujo sinal no valor de 85 milhões de USD, embora contratualmente*
9851 *recebido, não figura na íntegra nos registos contabilísticos internos, o valor de 8,5*
9852 *milhões de euros recebido por parte do cliente do BES, Sr. José Guilherme, a título*
9853 *de consultoria pessoal, manutenção no cargo de Presidente da Comissão Executiva*
9854 *do BESA do Dr. Álvaro Sobrinho, sem qualquer controle, após terem sido*
9855 *identificados factos e evidências de gestão ruinosa que provocou e ainda vai*
9856 *provocar avultados prejuízos para o Grupo BES»*, entrada *«em aberto e público*
9857 *conflito com o Presidente do Grupo Queiroz Pereira com consequências*
9858 *imprevisíveis e muito negativas para o Grupo BES e para o GES»*, *«passividade ou*
9859 *complacência face a colaboradores do grupo cuja actividade essencial de*
9860 *caracteriza pela intermediação de negócios, com o consequente pagamento de*
9861 *comissões nunca integralmente divulgadas, e cuja acção e desempenho tem*
9862 *contribuído para a deterioração da imagem externa do grupo»*, concluindo ainda
9863 que *«as recentes recomendações e alertas dos auditores sobre a derrapagem*
9864 *financeira das contas da instituição bancária, susceptíveis de determinar num*
9865 *futuro imediato incumprimento dos rácios de capital impostos pelas normas*
9866 *financeiras vigentes, são mais do que suficientes para determinar a necessidade*
9867 *imperiosa de mudança imediata de rumo da gestão ao mais alto nível, quer no*
9868 *quadro de uma reestruturação orgânica, quer em termos de renovação pessoal»*;
- 9869 c175. Adicionalmente, José Maria Ricciardi remete uma carta ao Banco de Portugal, no
9870 dia 27 de Maio de 2014, através da qual: i) refuta quaisquer responsabilidades

- 9871 quanto à situação de ocultação do passivo detectada na ESI; ii) menciona ter
9872 apresentado a sua demissão da administração da ESI a 14 de Março de 2014, após
9873 ter solicitado, sem resultados, a realização de um inquérito interno para
9874 apuramento do sucedido; iii) anexa informação apresentada pelos advogados
9875 Arendt & Medernach, do Luxemburgo, quanto ao sucedido relativamente às
9876 contas da ESI, incluindo transcrição do depoimento prestado por Francisco
9877 Machado da Cruz perante os mesmos a 28 de Março de 2014;
- 9878 c176. As funções de controlo interno dentro do BES (isto é, de *compliance*, risco e
9879 auditoria interna) nem sempre foram respeitadas e exerciam as suas funções de
9880 forma essencialmente reactiva e limitada, por vezes somente mesmo em função
9881 de determinações efectuadas por entidades externas (por exemplo, a realização
9882 de uma análise aprofundada às emissões de papel comercial do GES apoiadas na
9883 rede de retalho do BES só teve lugar em 2014 depois de insistência do Banco de
9884 Portugal nesse mesmo sentido), denotando fragilidades e ausência de condições
9885 plenas, em termos de ambiente organizacional, para poder conduzir as suas
9886 actividades de forma mais intrusiva e pró-activa;
- 9887 c177. Porém, as análises formais periodicamente apresentadas ao Banco de Portugal,
9888 ao nível da ESFG, não evidenciam a existência de qualquer falha significativa em
9889 termos de controlo interno, sendo de referir, a este propósito que: i) o Conselho
9890 de Administração da ESFG considerava genericamente que “a estrutura, os
9891 procedimentos e o normativo interno se revelam adequados à monitorização e
9892 controlo dos riscos inerentes à dimensão e tipo de actividade desenvolvida pelo
9893 Grupo ESFG”; ii) a Comissão de Auditoria da ESFG considera que “não foram
9894 identificadas deficiências significativas” e que o “sistema de controlo interno do
9895 Grupo ESFG permite um controlo global adequado e eficaz dos riscos”; iii) a
9896 KPMG, enquanto auditora externa, apenas em relatório remetido ao Banco de
9897 Portugal em Julho de 2014 identifica “deficiências de risco financeiro elevado ao
9898 nível do processo de preparação e divulgação de informação financeira individual
9899 de algumas entidades do Grupo ESFG, designadamente do BES”;
- 9900 c178. Apesar das necessidades de revisão das lideranças dentro do GES serem
9901 apontadas dentro do próprio grupo, sobretudo após a entrada de novos
9902 elementos para o seu Conselho Superior, em 2011, e igualmente preconizadas
9903 pelo Banco de Portugal, pelo menos de forma implícita, desde os finais de 2013,
9904 tal evolução acabou por não ser concretizada até ao final do primeiro semestre de
9905 2014, tendo-se mantido um estilo de gestão centralizado dentro do próprio BES
9906 até à entrada em funções da equipa liderada por Vítor Bento, em Julho de 2014;
- 9907 c179. Várias operações ao longo do tempo evidenciam a existência de uma cultura de
9908 gestão, por parte de membros da família Espírito Santo, que convive com
9909 opacidade de informação e promiscuidade entre patrimónios do GES e
9910 patrimónios pessoais, de que são exemplos: i) o papel desempenhado por
9911 diferentes empresas “*offshore*” e entidades veículo ao longo do tempo, como
9912 poderá ser o caso da ES Enterprises e eventualmente da Eurofin; ii) o recurso



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

9913 sistemático aos mecanismos de RERT para transferência de meios para Portugal;
9914 iii) a existência de uma dívida à ESI em montante superior ao do seu próprio
9915 capital social, que subsiste enquanto se fazem vendas muito significativas de
9916 papel comercial da ESI aos clientes de retalho do BES; iv) a venda de acções do
9917 BES, ao longo do primeiro semestre de 2014, nas proximidades da realização de
9918 uma operação de aumento do respectivo capital social; v) o recebimento de
9919 comissões ou liberalidades por membros da família Espírito Santo, num valor que
9920 é pelo menos igual a 19 milhões de euros (liberalidade do construtor José
9921 Guilherme e valores relacionados com a ESCOM.
9922

9923 **C1.11 De Algumas Aplicações ou Operações Financeira Atípicas do BES e do GES**

9924 c180. É justo destacar o papel historicamente desempenhado pelo BES, em particular
9925 no que se refere ao financiamento da economia nacional e das PME de Portugal;
9926 c181. Das situações acima retratadas decorre porém que, para além das operações
9927 normais de qualquer actividade bancária, neste caso específico assistiu-se a
9928 algumas afectações atípicas de meios financeiros por parte do BES, que ajudam a
9929 explicar “para onde foi o dinheiro”, ou, no caso de depositantes, “para onde foi o
9930 meu dinheiro”, questões que foram frequentemente colocadas por diferentes
9931 pessoas e com as quais esta CPI se viu confrontada e procurou confrontar
9932 diferentes tipos de interlocutores;
9933 c182. Sem com isso se pretender dar uma resposta exaustiva, em termos aproximados,
9934 face a um total de depósitos existente no BES, a 31 de Dezembro de 2013, no
9935 valor de cerca de 37.000 milhões de euros, é possível destacar as seguintes
9936 afectações de recursos, atípicas pela dimensão e risco que lhes viria a estar
9937 associado, de acordo com o que foi já relatado (Figura 4.28): i) 5 mil milhões de
9938 euros encontravam-se aplicados, de forma directa ou indirecta, a 31 de Dezembro
9939 de 2013 em empresas do GES; ii) 3.900 milhões de euros encontravam-se
9940 aplicados, a 30 de Junho de 2014, no BESA, essencialmente enquanto linhas de
9941 empréstimo interbancário; iii) 1.500 milhões de euros de prejuízos foram
9942 imputados às contas do BES do primeiro semestre de 2014, decorrentes da
9943 recompra de obrigações e emissão de cartas de conforto. Apenas estas três
9944 componentes representam, quando adicionadas, uma afectação de 10.400
9945 milhões de euros, ou seja, 28% do total de depósitos existentes no BES;

■ Aplicações no GES
 ■ Aplicações no BESA
 ■ Obrigações EUROFIN e Cartas Conforto

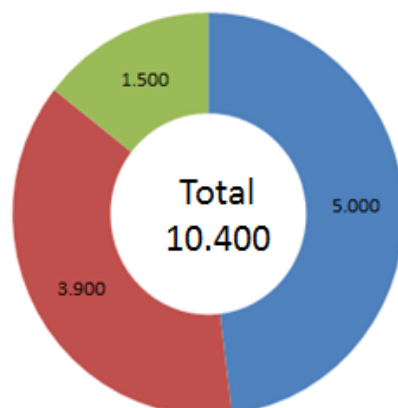


Figura 4.28 – Principais Categorias de Aplicação Atípica de Meios Financeiros do BES
(valores em milhões de euros).

Fonte: ilustração esquemática do deputado relator com base em informação do espólio da CPI

- c183. Naturalmente que esta afectação de meios em situações atípicas, pela sua dimensão e risco associado, não representa uma perda integral para o BES, ainda que: i) as contas referentes ao primeiro semestre de 2014 apontem para ocorrências extraordinárias que representam um prejuízo de 3.322 milhões de euros; ii) as relações de crédito com o BESA se tenham vindo a traduzir em perdas de 2.750 milhões de euros. No conjunto destas duas parcelas encontramos um total de perdas de valor patrimonial próximo dos 6.000 milhões de euros, decorrente essencialmente do modo como foram aplicados os 10.400 milhões de euros, conforme acima indicado, ou seja, um total de perdas que corresponde a 58% dos valores deste modo investidos, isto é 16% do total de depósitos existentes no BES;
- c184. Face à expressão dos valores acima indicados, e ao modo inesperado como eles foram agravados em 1.500 milhões de euros nos meses de Junho e Julho de 2014, já acima descrito, tornou-se imperativo encontrar soluções que permitissem dar continuidade à actividade bancária que o BES vinha exercendo, com salvaguarda dos interesses dos seus depositantes;
- c185. Esta situação piorou, gerando graves dificuldades de liquidez, ao longo do mês de Julho de 2014, por via de uma diminuição dos depósitos no BES que se situou em mais de 6.000 milhões de euros;
- c186. Existência de uma intenção de venda da ESCOM, várias vezes anunciada mas nunca concretizada, isto apesar de ter sido assinado a 28 de Dezembro de 2010 um contrato entre a ES Resources Limited, com sede nas Bahamas, e a Newbrook International Inc, com sede no Panamá e ligações a Álvaro Sobrinho, numa transacção cujo destinatário final da compra seria a SONANGOL, estabelecendo

- 9975 um valor da venda próximo dos 390 milhões de euros, com um pagamento inicial
9976 de 78 milhões de euros (20% do total). Porém, deste valor inicial apenas foram
9977 efectivamente pagos 52 milhões de euros (13,5% do total), sendo assinado
9978 posteriormente, a 21 de Outubro de 2013, um acordo de revogação do referido
9979 contrato. De acordo com a informação relatada pela KPMG, a situação mais
9980 recente relativa à venda da ESCOM correspondeu a uma negociação que estaria
9981 em curso de eventual compra da ESCOM pela empresa GemCorp, por um valor de
9982 93 milhões de euros;
- 9983 c187. Recurso sistemático a empresas “*offshore*”, entidades veículo ou intermediários
9984 financeiros, relativamente aos quais existe uma exposição significativa do BES e
9985 do GES, sem que se estejam devidamente identificados os riscos associados, os
9986 beneficiários últimos das mesmas entidades ou aplicações a que se destinam,
9987 nalguns casos relacionadas com a compra de acções do próprio BES ou
9988 possivelmente de títulos de dívida de empresas do GES;
- 9989 c188. Esta situação foi motivo de alerta nos exercícios económicos de 2000 e 2001,
9990 sendo reportada em relatórios e motivo de reuniões efectuadas pela PwC junto da
9991 Comissão Executiva do BES, mas igualmente junto do Banco de Portugal e da
9992 CMVM, referindo expressamente a PwC, nos seus documentos, que face à
9993 ausência de informação sobre este tipo de relações elas poderiam originar
9994 situações de branqueamento de capitais difíceis de identificar;
- 9995 c189. Foi essa uma das razões apontadas pela PwC para deixar de auditar as contas do
9996 BES a partir de 2002, tendo mesmo considerado vir a emitir uma opinião com
9997 reservas caso não fossem prestados esclarecimentos adicionais relativamente a
9998 estas empresas “*offshore*”, sendo que apenas no ano de 2000 o BES concedeu
9999 deste modo empréstimos no valor de 785 milhões de euros, repartidos por seis
10000 destas entidades, sendo que o valor homólogo em 2001 corresponde a 673
10001 milhões de euros, repartidos por oito entidades;
- 10002 c190. Utilização sistemática e recorrente da Eurofin, que de acordo com o Banco de
10003 Portugal, é uma “entidade com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e ao GES”, para
10004 diferentes operações de engenharia financeira, com opacidade assinalável,
10005 conforme alertado igualmente pela PwC em relatórios emitidos em 2001, numa
10006 dependência que deveria, segundo alertou a PwC: i) determinar uma supervisão
10007 apertada por parte do BES; ii) fazer incluir a Eurofin sob o perímetro de
10008 intervenção das funções de auditoria interna do BES;
- 10009 c191. Esta interdependência veio porém a manter-se ao longo do tempo, como se pode
10010 ver através do seu envolvimento nas operações de recompra de obrigações,
10011 realizadas em Julho de 2014;
- 10012 c192. Os trabalhos da KPMG, com referência a 31 de Dezembro de 2013, evidenciam
10013 ainda que a essa data existiam 745 milhões de euros do GES aplicados na Eurofin,
10014 tendo-se esta entidade recusado a fornecer elementos adicionais quanto à sua
10015 caracterização, alegando para esse fim a existência de “questões de gestão de
10016 conflitos de interesse”;



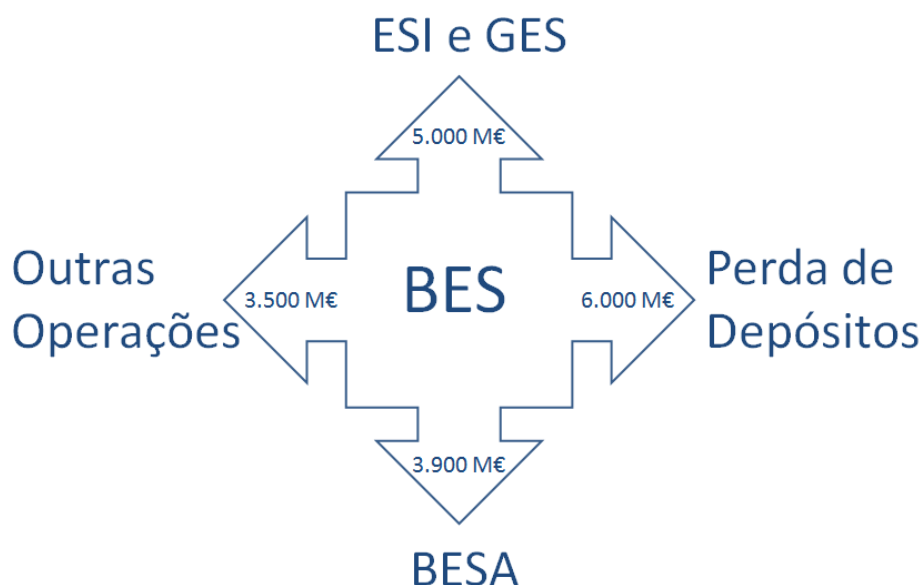
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10017 c193. Também relativamente aos trabalhos da CPI, a Eurofin, nomeadamente através
10018 de carta assinada por Alexandre Cadosch, na qualidade de seu presidente, se
10019 recusou a prestar quaisquer esclarecimentos, alegando para o efeito estar
10020 impedida de o fazer nos termos da legislação aplicável na Suíça;
- 10021 c194. Um outro leque de operações, de menor expressão financeira, evidencia porém,
10022 ainda que por amostragem, como porventura os interesses do BES e/ou do GES
10023 não eram sempre devidamente acautelados, de acordo com critérios de estrita
10024 racionalidade económica e total transparência. Exemplos disso mesmo são os
10025 seguintes factos: i) venda da ES Tourism, subsidiária da ESI até Agosto de 2013,
10026 alienada por 1 euro a 30 Agosto 2013 à entidade Westby Enterprises, detida por
10027 Karl Sane, numa altura em que os seus capitais próprios eram de -90 milhões de
10028 euros, sendo que esta entidade se dedica exclusivamente a operações financeiras
10029 ligadas ao GES e GBES, pelo que, conforme relatado pela KPMG, existem “dúvidas
10030 quanto à substância económica desta transacção de venda, por não se entender o
10031 real interesse para o comprador”, sendo ela prejudicial para os obrigacionistas,
10032 que passam a ser credores de sociedade deficitária e sem actividade económica;
10033 ii) venda da empresa Legacy pela ESI à Vaningo, por investidores angolanos, por 3
10034 euros, em 2010, quando apresentava capitais próprios de -244 milhões de euros,
10035 sendo que, após a venda, se verifica ser a ESI que continua a suportar encargos do
10036 serviço da dívida da Legacy junto do BES, que totalizaram 50 milhões de euros até
10037 ao final de 2013, além de o seu passivo de 183 milhões de euros perante o BES, a
10038 31 de Dezembro de 2013, ser coberto por uma garantia do BESA, assinada por ex-
10039 quadros do BES, e depois igualmente coberta pela garantia soberana de Angola;
10040 iii) existência de dívida na ESI a sociedade de advogados Thomas, Alexander &
10041 Forrester (especialistas em casos de gestão ruinosa) no valor de 18 milhões de
10042 euros, devido a processo e acção movida contra a BDO (uma das maiores
10043 empresas mundiais de contabilidade), que viria a dar origem a um acordo
10044 extrajudicial entre as partes;
- 10045 c195. Do ponto de vista da afectação de meios de algum modo relacionados com
10046 actividades desenvolvidas pelo GES em eventual benefício patrimonial de
10047 elementos da família Espírito Santo, outros administradores ou determinados
10048 clientes da esfera GES, foi possível no contexto desta CPI apurar que: i) os cinco
10049 ramos da família representados no Conselho Superior do GES, no seguimento da
10050 operação de vendas de submarinos em que a ESCOM esteve envolvida, enquanto
10051 empresa do GES, receberam globalmente pelo menos 5 milhões de euros, através
10052 de uma complexa teia de circulação de dinheiro que além de procurar minimizar o
10053 pagamento de impostos visou igualmente de modo intencional tornar esta
10054 operação opaca, a que acresce um pagamento de 16,5 milhões de euros que
10055 reverteu a favor dos três administradores e um consultor da ESCOM, sendo que
10056 em todos estes casos houve depois transferência destes valores para Portugal
10057 através do recurso aos mecanismos de RERT. Assim sendo, do total recebido pela
10058 ESCOM, de 27 milhões de euros, pelos serviços prestados ao consórcio alemão

- 10059 que ganhou o concurso e forneceu os submarinos, constata-se que 21,5 milhões
10060 de euros (ou seja, 80% do total) reverteram a favor das pessoas referidas; ii) foi
10061 entregue a Ricardo Salgado, alegadamente a título de uma liberalidade conferida
10062 a título pessoal e com desconhecimento dos restantes membros do Conselho
10063 Superior do GES, pelo construtor José Guilherme, um montante no valor de 14
10064 milhões de euros, transferido de uma conta do BESA para empresa veículo com
10065 sede fora de Portugal; iii) diversos membros do Conselho Superior do Grupo e
10066 membros do Conselho de Administração do BES tiraram partido dos mecanismos
10067 RERT;
- c196. Apesar das dificuldades vividas pelo GES, a disponibilidade ou possibilidade dos
10068 diferentes ramos da família Espírito Santo e altos quadros do GES ou do BES para
10069 ajudar na sua resolução foi reduzida, como se pode evidenciar, nomeadamente
10070 pelas seguintes circunstâncias: i) venda, ao longo de 2014, em momentos
10071 próximos da operação de aumento de capital do BES, de volumes significativos de
10072 acções que eram detidas por membros do Conselho Superior do GES ou da
10073 Comissão Executiva do BES, alegadamente por necessidades pessoais de liquidez
10074 (isto apesar de os vencimentos dos membros da Comissão Executiva do BES em
10075 2013, ano em que este apresenta um prejuízo consolidado de 515 milhões de
10076 euros, se terem situado entre um mínimo de 457 mil euros e um máximo de 606
10077 mil euros); ii) existência de uma dívida dos accionistas da família Espírito Santo
10078 perante a ESI (através das empresas ES Control, Control Development e ESAT) de
10079 469 milhões de euros; iii) manutenção de avultados empréstimos concedidos a
10080 administradores do GES (por exemplo, 3 milhões de euros de empréstimos
10081 concedidos pelo BES a administradores da ESFG, com referência a 31 de
10082 Dezembro de 2013);
- c197. Apesar de todos os esforços desenvolvidos nesse sentido, e que podem abarcar
10084 igualmente situações de afectação de meios em benefício de patrimónios
10085 individuais, são de referir situações em que não foi possível encontrar informação
10086 suficiente, centradas em torno de verdadeiras “caixas negras” em termos de
10087 operações desenvolvidas, directa ou indirectamente envolvendo: i) diversas
10088 empresas “offshore”; ii) Eurofin, empresa financeira com sede na Suíça,
10089 relativamente à qual a PwC alertava já em 2001, face aos riscos inerentes às
10090 interligações que mantinha com o BES, sugerindo mesmo que as funções de
10091 auditoria interna do BES a passassem a acompanhar igualmente, e que de acordo
10092 com o Banco de Portugal, é uma “entidade com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e
10093 ao GES”. É ainda de sublinhar que, aquando da realização dos trabalhos de
10094 caracterização da situação patrimonial da ESI conduzidos pela KPMG, com
10095 referência a 31 de Dezembro de 2013, a Eurofin, apesar de inúmeras tentativas
10096 efectuadas e de se tratar de um trabalho solicitado pelo Banco de Portugal, se
10097 recusou disponibilizar informação sobre o destino final dado a 745 milhões de
10098 euros que a ESI aí detinha aplicados, justificando essa ocultação de informação
10099 por “questões de gestão de conflitos de interesse”, que são portanto
10100

- 10101 reconhecidos e admitidos pela própria Eurofin, que serviu igualmente de veículo
10102 para as operações de circularização de recompra de obrigações em Julho de 2014,
10103 com ganhos de 767 milhões de euros, que alegadamente terão servido para
10104 reembolsar determinados clientes do BES que detinham títulos do GES; iii)
10105 movimentos financeiros efectuados através da empresa ES Enterprises ou outras
10106 afins; iv) destino final e beneficiários últimos de determinados créditos
10107 concedidos pelo BESA;
- 10108 c198. Podendo haver outras realidades semelhantes, é de sublinhar em particular a
10109 opacidade centrada em torno da empresa ES Enterprises, detida pela ESI BVI, com
10110 sede nas Ilhas Virgens Britânicas e contas bancárias na Suíça, tendo como
10111 administradores pelo menos Francisco Machado da Cruz e José Castella, que de
10112 acordo com Ricardo Salgado serviria para regularizar pagamentos de serviços
10113 partilhados efectuados fora de Portugal. Foi através desta empresa que se
10114 processaram nomeadamente pagamentos a favor de Helder Bataglia, por
10115 trabalhos prestados ao GES fora do perímetro de intervenção da ESCOM, a que
10116 preside. Nos termos deste contrato de quatro páginas, celebrado a 31 de Outubro
10117 de 2005, a ES Enterprises compromete-se a pagar a Helder Bataglia 7,5 milhões de
10118 euros, acrescidos de entre 2,5 a 10,0 milhões de euros a título de prémio
10119 indexado a resultados, pelo apoio que este daria nomeadamente enquanto
10120 intermediário face às autoridades e terceiros: i) na aquisição de direitos de
10121 exploração de blocos petrolíferos em Angola; ii) na aquisição de direitos de
10122 exploração de minérios na República do Congo; iii) no desenvolvimento de
10123 investimentos imobiliários e de construção na República do Congo; iv) na
10124 identificação de oportunidades no sector bancário da República do Congo. Os
10125 correspondentes recebimentos foram feitos em 2010 na Suíça, onde Helder
10126 Bataglia tem residência fiscal. É de sublinhar que a ES Enterprises não consta de
10127 qualquer organigrama do GES e a sua situação patrimonial não foi dada a
10128 conhecer à KPMG no âmbito dos trabalhos que esta entidade desenvolveu de
10129 caracterização da situação patrimonial da ESI a 30 de Setembro e 31 de Dezembro
10130 de 2013. A gestão operacional, administrativa e contabilística da ES Enterprises
10131 estaria a cargo de Jean Luc Schneider, a partir da Suíça, onde desempenhava
10132 funções na ESFIL e ESFG, tendo transmitido em Dezembro de 2013 a Francisco
10133 Machado da Cruz que a referida empresa teria sido já dissolvida, ainda que tal
10134 contrarie documentação desta CPI, que indica continuarem a existir fluxos de
10135 tesouraria líquidos por parte da ES Enterprises, de vários milhões de euros, no ano
10136 de 2013;
- 10137 c199. De forma esquemática (Figura 4.29), pode-se tentar resumir a situação
10138 problemática de afectação de meios do BES, reconhecendo que esta decorre em
10139 boa medida de fluxos financeiros ou valorizações patrimoniais atípicos, seja pela
10140 sua dimensão ou natureza, que correspondem no final de 2013 ou meados de
10141 2014 a: i) absorção de meios pela ESI, enquanto empresa que se situa acima do
10142 BES na orgânica do GES, e igualmente por outras empresas do GES, numa

10143 exposição total próxima dos 5.000 milhões de euros; ii) migração de meios para o
 10144 BESA, enquanto entidade que se situa na orgânica do GES na dependência do BES,
 10145 que correspondem a 3.900 milhões de euros; iii) diminuição dos depósitos
 10146 existente no BES, em Julho de 2014, num valor superior a 6.000 milhões de euros;
 10147 iv) afectação de meios em recompras de obrigações, cartas de conforto,
 10148 operações com empresas offshore ou outras em eventual benefício de
 10149 determinadas pessoas ou entidades, de mais difícil quantificação, mas que se
 10150 estima em ordem de grandeza que possam ser de pelo menos 1.500 milhões de
 10151 euros, a par de uma sobrevalorização de activos em 2.000 milhões de euros,
 10152 perfazendo portanto esta parcela um total de 3.500 milhões de euros;
 10153



10154
 10155 **Figura 4.29 – Representação esquemática dos principais canais atípicos de aplicação e/ou**
 10156 **redução de recursos financeiros do BES.**

10157 Fonte: ilustração esquemática do deputado relator, com base em informação que consta do espólio da CPI

10158
 10159 c200. Alcança-se deste modo uma afectação global de meios financeiros do BES, através
 10160 dos diferentes canais acabados de resumir, que corresponde em ordem de
 10161 grandeza a 18.400 milhões de euros, o que equivale a cerca de 50% do volume de
 10162 depósitos existentes no BES a 31 de Dezembro de 2013;
 10163 c201. Torna-se difícil apurar, deste total de aplicações, qual o correspondente valor de
 10164 perdas efectivamente registadas, sendo que uma estimativa das mesmas, com
 10165 base nos valores de provisões e imparidades consideradas, tanto no BES como no
 10166 Novo Banco, aponta para um valor de 8.250 milhões de euros, decorrente de
 10167 parcelas relacionadas com: i) exposição ao GES (2.000 milhões de euros); ii)
 10168 recompra de obrigações e cartas de conforto (1.500 milhões de euros); iii) linha de



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10169 créditos concedidos ao BESA (2.750 milhões de euros); iv) sobreavaliação de
10170 activos (2.000 milhões de euros).

10171

10172 **C2) Intervenção de Empresas de Auditoria**

10173 Dada a complexidade do GES, reflectida numa teia alargada de empresas, dispersas por
10174 diferentes países, a diversos níveis e com âmbitos diferenciados de actuação, todas as
10175 principais empresas multinacionais de auditoria (KPMG, PwC, EY e Deloitte), a operar em
10176 várias nações, desenvolveram trabalhos relevantes de auditoria externa com incidência sobre o
10177 BES e o GES. Tais actividades foram concretizadas quer a solicitação do GES, quer ainda do
10178 Banco de Portugal, do Novo Banco ou da Portugal Telecom, dentro dos actuais paradigmas de
10179 intervenção da auditoria externa, face aos contextos específicos em que ela se desenvolve.

10180 Existindo uma forte dependência perante a informação que é disponibilizada pelas próprias
10181 empresas auditadas, constata-se de forma relativamente generalizada que as sucessivas
10182 auditorias externas foram incapazes de identificar atempadamente ou de alertar cabalmente
10183 para problemas ocultados pela distorção de elementos patrimoniais, conduzindo a informação
10184 apresentada que diverge da realidade concreta existente.

10185 A dificuldade de identificação destes problemas é agravada por estes decorrerem
10186 frequentemente de empresas situadas fora do perímetro das entidades auditadas (por
10187 exemplo, no que se refere às contas da ESI), seja ainda por não ter sido possível apurar a
10188 intensidade da falta de qualidade das carteiras de crédito (por exemplo, no que se refere às
10189 contas do BESA), ou a existência de determinado tipo de operações só identificadas
10190 posteriormente (por exemplo, no que se refere à circularização de obrigações).

10191

10192 Relativamente à intervenção das actividades de auditoria externa, são então de sublinhar as
10193 seguintes conclusões obtidas pela CPI:

10194 c202. Quer por parte da KPMG, quer por parte da PwC, enquanto entidades auditoras
10195 do GES e do GBES, foi testemunhada alguma resistência no acesso a informação,
10196 em particular no que diz respeito à sua facultação de forma próactiva, situação
10197 reportada pelo menos desde 2001, tendo sido inviabilizada então a realização de
10198 uma primeira verdadeira auditoria às contas consolidadas da ESI por parte da
10199 PwC, ainda que esta tenha sido contratada para esse efeito;

10200 c203. A PwC decidiu deixar de auditar as contas do BES, a partir de 2002, por comum
10201 acordo, apontando para isso como principais razões, além do facto de não lhe ter
10202 sido possibilitado auditar as contas consolidadas da ESI: i) inexistência de contas
10203 consolidadas ao nível da cúpula do GES, e em particular da ESI; ii) excessiva
10204 concentração de poderes, informação e funções na pessoa de Ricardo Salgado, o
10205 que resulta em potenciais conflitos de interesses, impossibilidade de segregar
10206 funções e uma fragilização das actividades de controlo interno no BES; iii)
10207 crescentes dificuldades em aceder a evidências e provas de auditoria; iv) possível



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10208 saturação no relacionamento com o BES enquanto cliente, particularmente
10209 agravada ao longo do ano de 2001;
- 10210 c204. Na passagem do testemunho, enquanto entidade auditora do BES, da PwC para a
10211 KPMG, além da entrega de suportes documentais, tiveram lugar três reuniões
10212 entre as equipas de ambas as empresas, na presença dos seus presidentes, a 5, 29
10213 e 30 de Julho de 2002. Porém, existem versões algo contraditórias sobre o modo
10214 como esta passagem de testemunho decorreu. Enquanto que do lado da PwC é
10215 afirmado ter sido transmitida toda a informação, incluindo os relatórios e
10216 documentos emitidos em 2001 e 2002, com partilha das preocupações que
10217 levaram a PwC a deixar de pretender auditar o BES, já a KPMG menciona não lhe
10218 ter sido dado conhecimento nem dos referidos documentos, nem das
10219 correspondentes preocupações, nomeadamente no que se prende com o papel
10220 desempenhado pela Eurofin ou correspondentes riscos para o BES;
- 10221 c205. As contas das empresas de topo do GES (ES Control e ESI), com sede no
10222 Luxemburgo, nunca foram alvo de qualquer auditoria externa, sendo apenas
10223 acompanhadas por Francisco Machado da Cruz, no desempenho das suas funções
10224 de Commissaire aux Comptes, nos termos do correspondente enquadramento
10225 legal;
- 10226 c206. As contas das principais empresas do ramo não financeiro do GES foram alvo de
10227 auditorias externas realizadas pela PwC até ao ano de 2001, existindo um
10228 documento produzido por esta empresa, no ano de 2002, que alerta para vários
10229 dos problemas estruturais existentes no GES;
- 10230 c207. A partir de 2002, as contas das principais empresas do ramo financeiro do GES
10231 foram alvo de auditorias externas realizadas pela KPMG, sem que dos
10232 correspondentes relatórios conste qualquer situação de alerta para problemas
10233 especialmente graves quanto à correspondente situação patrimonial das
10234 empresas auditadas;
- 10235 c208. As contas das principais empresas do ramo não financeiro do GES foram alvo de
10236 auditorias externas realizadas pela EY, sem que dos correspondentes relatórios
10237 conste qualquer situação de alerta para problemas especialmente graves quanto
10238 à correspondente situação patrimonial das empresas auditadas;
- 10239 c209. Conforme anteriormente referido, as auditorias efectuadas às contas do BESA,
10240 pela KPMG Angola, apresentam algumas reservas e ênfases, como a identificação
10241 no exercício de 2013 de um conjunto de operações de crédito a 5 entidades no
10242 montante de 400 milhões de euros para projectos imobiliários com níveis de
10243 capital próprios muito reduzidos;
- 10244 c210. Porém, tais relatórios em nada deixam antever a preocupante situação registada
10245 no BESA quanto à qualidade da sua carteira de crédito, que viria a determinar a
10246 criação de uma garantia soberana de Angola e mais tarde a extinção do próprio
10247 BESA;
- 10248 c211. No entanto, a mesma KPMG Angola, a solicitação do Banco Nacional de Angola,
10249 quando efectua uma análise à situação patrimonial do BESA com referência a 4 de

- 10250 Agosto de 2014, sobre uma carteira de crédito do BESA de 7.200 milhões de
10251 euros, face à respectiva qualidade, identifica a necessidade de se fazer um reforço
10252 de provisões estimado em 3.437 milhões de euros, sendo que relativamente aos
10253 imóveis que constavam do activo do BESA, com um valor de 1.469 milhões de
10254 euros, havia que fazer igualmente provisões, desta feita no valor de 472 milhões
10255 de euros. Com estes e outros ajustamentos sugeridos pela KPMG Angola, os
10256 capitais próprios do BESA a esta data apresentavam um valor negativo de -3.076
10257 milhões de euros;
- 10258 c212. A empresa de cúpula do ramo não financeiro, que ultimamente era a Rioforte,
10259 com sede no Luxemburgo, teve as suas contas auditadas pela EY, sem que fossem
10260 emitidos quaisquer sinais de alarme quanto à sua situação patrimonial, a menos
10261 da referência a uma excessiva dependência de financiamento de curto prazo,
10262 desajustada do correspondente valor de activo fixo e capital circulante;
- 10263 c213. No decurso dos trabalhos do exercício ETRICC2, elaborados pela PwC, a solicitação
10264 do Banco de Portugal, foram identificadas fortes distorções na contabilidade
10265 apresentada pela ESI;
- 10266 c214. A solicitação do Banco de Portugal, e enquanto entidade auditora escolhida pelo
10267 GES, foram feitos pela KPMG trabalhos específicos de avaliação da situação
10268 patrimonial consolidada da ESI, tendo como referência 30 de Setembro de 2013,
10269 num primeiro momento, e 31 de Dezembro de 2013, num segundo momento,
10270 conduzindo a resultados que já foram acima mencionados;
- 10271 c215. A PwC conduziu trabalhos específicos relacionados com a quantificação do
10272 balanço de abertura do Novo Banco, com referência à data de 4 de Agosto de
10273 2014, bem assim como de estudo da circularização de obrigações realizada em
10274 Junho e Julho de 2014;
- 10275 c216. A PwC conduziu trabalhos específicos, a pedido da Portugal Telecom, de
10276 apuramento das aplicações por esta efectuadas em empresas do GES, com
10277 particular incidência no valor de 900 milhões de euros afecto à Rioforte em 2014;
- 10278 c217. A Deloitte, a solicitação do Banco de Portugal, está a conduzir uma auditoria
10279 forense, com especial incidência sobre os actos de gestão praticados no BES em
10280 2014;
- 10281 c218. Deste vasto conjunto de intervenções efectuadas por entidades auditoras
10282 externas sobressai a incapacidade, à luz da informação geralmente disponibilizada
10283 em termos das regulares apresentações anuais ou semestrais de contas, bem
10284 como da sofisticação empregue na concretização de determinadas operações
10285 financeiras, de elas, nos moldes como são conduzidos os normais trabalhos de
10286 auditoria às contas, poderem identificar atempadamente actos de gestão ruinosos
10287 ou irregularidades graves, sendo que estas mesmas entidades de auditoria
10288 externa frequentemente apenas o conseguem fazer *a posteriori*, e no seguimento
10289 de trabalhos de índole mais específica.
10290
10291

10292 **C3) O Papel Desempenhado pelas Entidades de Supervisão**

10293 Os incidentes verificados no sistema financeiro, tanto a nível internacional como nacional, em
10294 particular desde 2008, evidenciam a necessidade de reforço da intervenção de sistemas de
10295 supervisão, dotados de mecanismos adequados para fazer face aos crescentes graus de
10296 sofisticação e constante evolução registados no funcionamento das entidades financeiras que
10297 são alvo de supervisão.

10298

10299 No caso concreto do GBES, as entidades nacionais com competências de supervisão, ainda que
10300 com graus variáveis de intensidade, no que se prende com os problemas identificados, são
10301 respectivamente o ISP (uma vez que era esta a designação à época, será mantida, ressalvando-
10302 se que actualmente o Instituto de Seguros de Portugal passou a chamar-se Autoridade de
10303 Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões-ASF, com competências redefinidas), CMVM e
10304 Banco de Portugal. Existe um traço comum identificado, de constante resistência, inércia e
10305 demora por parte do GES e do GBES na implementação das recomendações ou imposições
10306 determinadas por estas entidades de supervisão, naquilo que em linguagem coloquial se
10307 poderia configurar como aparentando ser um verdadeiro “jogo do gato e do rato”.

10308

10309 Independentemente dos esforços desenvolvidos por cada uma das entidades supervisoras,
10310 dentro do seu âmbito de competências próprias, ou do que possa ter sucedido noutras
10311 ocasiões, na gestão deste caso BES/GES existiram lacunas de articulação e partilha de
10312 informação entre estas mesmas entidades de supervisão, como se ilustrará.

10313

10314 Constata-se ainda que, apesar da intervenção das entidades de supervisão, reforçada ao longo
10315 do tempo e em particular a partir de Novembro de 2013, várias entidades do GES violaram as
10316 suas determinações, com particular incidência ao longo do segundo trimestre de 2014.

10317

10318 Relativamente à intervenção das actividades de supervisão, são de sublinhar as seguintes
10319 conclusões obtidas pela CPI:

10320 **C3.1 Da Intervenção do ISP**

10321 c219. Ao nível da exposição do sector segurador do GES ao próprio GES, o ISP tomou um
10322 conjunto de medidas no sentido de a ver limitada e de garantir que eram
10323 devidamente apresentados aos clientes de seguros os riscos associados aos
10324 diferentes tipos de produtos financeiros comercializados;

10325 c220. Tendo tomado conhecimento em 18 de Junho de 2014 das operações efectuadas
10326 pelo Grupo Tranquilidade, de aumento da exposição ao GES, já anteriormente
10327 descritas, o ISP informou a Tranquilidade, a 19 de Junho de 2014, não considerar
10328 “aceitável a renovação e/ou substituição, total ou parcial, dos valores vencidos
10329 em activos que representem uma exposição, directa ou indirecta, ao GES”;

- 10330 c221. Adicionalmente, a 18 de Julho de 2014 o Conselho Directivo do ISP delibera: i)
10331 proibir a distribuição de dividendos pela Tranquilidade no exercício de 2014; ii)
10332 sujeitar todas as operações da Tranquilidade com entidades do GES a aprovação
10333 prévia do ISP; iii) determinar que a Tranquilidade passasse a apresentar
10334 quinzenalmente ao ISP a sua carteira de activos e cobertura de provisões técnicas;
10335 c222. Depois de garantida a continuidade da actividade seguradora da Tranquilidade,
10336 através da sua transição para o fundo Apollo, enquanto accionista, tenciona o ISP
10337 proceder a um cabal apuramento das responsabilidades pelos actos praticados no
10338 segundo trimestre de 2014 na Tranquilidade e que se prendem com o GES;
10339 c223. Face ao incumprimento por parte da BES Vida das instruções do ISP, ao fazer
10340 transacções a 28 de Julho de 2014 que aumentaram a sua exposição ao BES em
10341 123 milhões de euros, por intervenção do ISP foram estas canceladas e o seu
10342 responsável directo, António Soares, renunciou à continuidade do exercício das
10343 funções de administrador da BES Vida a 4 de Agosto de 2014;
10344 c224. Ao ISP não foi dado conhecimento prévio, por parte do BdP ou do BES, de que a
10345 empresa de seguros Tranquilidade iria servir de garantia face às provisões de 700
10346 milhões de euros que a ESFG teria de assumir, em virtude da real situação
10347 patrimonial identificada na ESI e exposição de clientes do BES à mesma;
10348 c225. Ao ISP não foi igualmente dado conhecimento de que, para esse fim, iria ser
10349 aceite uma valorização da Tranquilidade cifrada em 700 milhões de euros, sendo
10350 que numa primeira aproximação grosseira ao que poderia ser o seu valor o
10351 Presidente da ISP estima que este fosse bastante inferior, por analogia com outras
10352 situações, quedando-se entre os 200 e os 250 milhões de euros;
10353 c226. A indicação do valor de 700 milhões de euros para a Tranquilidade foi validada
10354 inicialmente pelo BESI, e posteriormente pela PwC, neste caso em finais de 2013,
10355 com base nas previsões de evolução da empresa e fluxos de tesouraria futuros
10356 apresentados pela sua administração, incluindo nomeadamente apostas fortes de
10357 crescimento da sua actividade em Angola e no Brasil;
10358 c227. O ISP só tomou conhecimento da decisão de resolução do BES, através do Banco
10359 de Portugal, no dia 2 de Agosto de 2014.

10360

10361 C3.2 Da Intervenção da CMVM

- 10362 c228. Do ponto de vista da exposição de entidades do GBES ao GES, nomeadamente
10363 através da gestão de fundos mobiliários por parte da ESAF, depois de diferentes
10364 insistências efectuadas, propôs a CMVM limitar a 20% a exposição máxima
10365 aceitável das carteiras de investimento a entidades dos correspondentes grupos
10366 económicos a que pertencem, devendo este limite ser obedecido a partir de
10367 Novembro de 2013;
10368 c229. Esta posição da CMVM teve consequências imediatas do ponto de vista da
10369 composição das carteiras de investimento geridas pela ESAF (por exemplo o maior

- 10370 fundo de investimento mobiliário nacional, ES Liquidez, passa de uma exposição
10371 ao GES de 1900 milhões de euros em Agosto de 2013, para cerca de 40 milhões de
10372 euros em Dezembro de 2013);
- 10373 c230. A um outro nível, a CMVM desenvolveu esforços junto do GBES no sentido de
10374 garantir que a venda de produtos financeiros do GES junto de clientes particulares
10375 do GBES fosse alvo de esclarecimentos inequívocos quanto à sua natureza e grau
10376 de risco associado, de modo a evitar que se pudesse estar a tentar vender “gato
10377 por lebre” neste tipo de operações;
- 10378 c231. No que diz respeito à operação de aumento de capital do BES, verificada no
10379 segundo trimestre de 2014, a CMVM procedeu a inúmeras revisões e imposições
10380 quanto aos conteúdos do correspondente prospecto, que na versão final
10381 apresenta uma natureza invulgar do ponto de vista da enumeração exaustiva dos
10382 diferentes tipos de riscos envolvidos nesta operação. Depois de conhecer cerca de
10383 30 versões, é finalmente aprovado o seu conteúdo pela CMVM a 20 de Maio de
10384 2014, incluindo referência a: i) riscos do emitente, com referência à sua exposição
10385 ao GES, através da ESI, ao BESA, e eventuais necessidades de capitalização do
10386 GBES; ii) riscos relacionados com a estrutura accionista do BES, incluindo possíveis
10387 alterações na sua administração;
- 10388 c232. O Banco de Portugal não procedeu a qualquer informação prévia, junto da
10389 CMVM, quanto à probabilidade de concretização da resolução do BES, tendo a
10390 CMVM sido informada desta decisão no dia 2 de Agosto de 2014;
- 10391 c233. Após a divulgação dos resultados do BES, relativos ao primeiro semestre de 2014,
10392 no final do dia 30 de Julho de 2014, a CMVM deliberou suspender as transacções
10393 de acções desta entidade durante as primeiras horas do dia seguinte, para que os
10394 mercados estivessem em condições de analisar a informação disponibilizada na
10395 véspera, sendo depois reaberta a possibilidade de compra e venda destas acções;
- 10396 c234. Esta situação é mantida até ao início da tarde do dia 1 de Agosto de 2014, quando
10397 por via telefónica, com teores que não são totalmente convergentes no modo
10398 como foram descritos pelos próprios a esta CPI, o Governador do Banco de
10399 Portugal informa o Presidente da CMVM da existência de padrões anómalos na
10400 evolução das cotações, que poderiam decorrer do eventual uso abusivo de
10401 informação privilegiada sobre a situação do BES, o que levou a uma nova
10402 suspensão das transacções de acções do BES durante o resto da tarde do dia 1 de
10403 Agosto de 2014, depois de o Governador do Banco de Portugal ter dito ao
10404 Presidente da CMVM que durante o fim-de-semana teriam lugar novos
10405 desenvolvimentos relacionados com o BES;
- 10406 c235. A CMVM, face aos padrões de compra e venda de acções do BES registados
10407 especialmente durante o início da tarde do dia 1 de Agosto de 2014, tem razões
10408 para suspeitar da efectiva existência de situações de utilização abusiva de
10409 informação privilegiada, relacionada com operações de venda de acções do BES,
10410 estando a proceder a averiguações sobre esta mesma matéria;

- 10411 c236. A partir de uma análise das transacções efectuadas entre Maio e 1 de Agosto de
10412 2014, a CMVM abriu já processos de averiguações preliminares a cerca de 80
10413 investidores que efectuaram vendas expressivas de acções do BES e da ESFG ou
10414 instrumentos relacionados, que abarcam investidores: “i) institucionais,
10415 maioritariamente estrangeiros; ii) particulares, sobretudo nacionais; iii) *insiders*
10416 permanentes (pessoas com ligação ao BES); iv) sociedades “*offshore*”;
- 10417 c237. Do apurado até ao momento pela CMVM, “não se pode excluir a possibilidade de
10418 poder haver lugar a alguma(s) participação(es) ao Ministério Público”;
- 10419 c238. Entre 28 de Julho e 1 de Agosto de 2014 foram transaccionadas perto de 976
10420 milhões de acções do BES, com especial incidência no dia 31 de Julho de 2014, em
10421 que foram transaccionadas cerca de 420 milhões de acções, com ritmos horários
10422 superiores a 25 milhões de acções entre as 15h00 de 30 de Julho e as 9h00 de 1
10423 de Agosto, bem assim como a partir das 13h00 do mesmo dia 1 de Agosto de
10424 2014;
- 10425 c239. Nas transacções efectuadas entre 28 de Julho e 1 de Agosto de 2014 registou-se
10426 clara preponderância de investidores institucionais (superior a 75%), que se
10427 tornou mais reduzida quanto às compras efectuadas no dia 1 de Agosto de 2014,
10428 que em 31% dos casos correspondiam a investidores particulares;
- 10429 c240. Uma informação mais atempada por parte do Banco de Portugal junto da CMVM,
10430 relativamente à forte probabilidade de uma tomada de decisão de resolução do
10431 BES poderia ter permitido porventura, de acordo com o Presidente da CMVM,
10432 fazer com que a CMVM tivesse impedido a existência de quaisquer operações de
10433 compra e venda de acções do BES durante a plenitude dos dias 31 de Julho e 1 de
10434 Agosto de 2014, evitando-se desse modo preventivamente a eventual ocorrência
10435 de situações de utilização abusiva de informação privilegiada;
- 10436 c241. A CMVM desencadeou igualmente um processo de averiguação sobre o
10437 apuramento das circunstâncias e responsabilidades relativas ao modo como a
10438 Portugal Telecom afectou cerca de 900 milhões de euros em aplicações de
10439 tesouraria efectuadas junto da Rioforte;
- 10440 c242. Dos elementos obtidos decorreu já o fornecimento de informação junto do
10441 Ministério Público, que interveio igualmente no sentido de assegurar que
10442 determinados elementos eram efectivamente recolhidos junto da Portugal
10443 Telecom e fornecidos à CMVM, nomeadamente no que diz respeito a relatórios
10444 elaborados pela PwC sobre este assunto;
- 10445 c243. Encontram-se igualmente a decorrer, sobre esta matéria, possíveis processos de
10446 contraordenação desencadeados pela CMVM junto da Portugal Telecom,
10447 nomeadamente por ausência de informação ao mercado de aplicações efectuadas
10448 entre partes relacionadas;
- 10449 c244. Face ao sucedido, a CMVM procedeu a um trabalho interno de auto-avaliação, a
10450 ser avaliado pelo seu Gabinete de Auditoria Interna, no sentido de retirar as
10451 devidas ilações e correspondentes oportunidades de melhoria, tanto a nível
10452 interno como no que diz respeito ao funcionamento do sistema financeiro.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10453

10454 **C3.3 Da Intervenção do Banco de Portugal**

10455 O Banco de Portugal, pela natureza das suas competências, enquanto entidade de supervisão
10456 do sistema bancário, teve múltiplos níveis de intervenção junto do GBES ao longo do tempo,
10457 que serão seguidamente referidas de acordo com um conjunto de tópicos relevantes.

10458

10459 À semelhança do observado relativamente às entidades de auditoria externa, também aqui se
10460 reconhece que, mesmo com a presença de equipas permanentes de acompanhamento e
10461 inspecção do BES, indicadas pelo Banco de Portugal, existe uma clara dependência reactiva da
10462 informação disponibilizada pelo BES, que torna especialmente difícil uma intervenção
10463 atempada, de índole preventiva ou próactiva. Sobretudo quando elementos essenciais são
10464 intencionalmente distorcidos ou ocultados, nomeadamente através do recurso a processos
10465 complexos de engenharia financeira, envolvendo múltiplas entidades, algumas das quais fora
10466 do perímetro de supervisão do Banco de Portugal, paraísos fiscais e nações onde a
10467 disponibilização de informação, da parte dos respectivos mecanismos de supervisão, se
10468 encontra fortemente limitada.

10469

10470 A ocorrência dos factos relacionados com o GES e o GBES deve merecer uma análise cuidada
10471 sobre a natureza das actividades de acompanhamento permanente das entidades bancárias
10472 por parte dos supervisores, nomeadamente no que se refere a: i) abordagens seguidas, perfil e
10473 estabilidade das correspondentes equipas, bem assim como de toda a respectiva hierarquia a
10474 que reportam; ii) acompanhamentos efectuados em tempo real, através do acesso pleno a
10475 sistemas de informação; iii) comportamento mais intrusivo e uma tentativa constante de
10476 antecipação face à ocorrência de problemas, mesmo que estes tenham origem fora do
10477 perímetro estrito de supervisão.

10478

10479 Apesar de o BES não ter recorrido ao apoio de linhas de financiamento público disponibilizadas
10480 para a banca nacional, pelo que era alvo de um acompanhamento menos intenso, o certo é
10481 que, para além do Banco de Portugal, foi igualmente alvo de monitorização e
10482 acompanhamento pela “troika”, com inclusão de informação sobre o mesmo em documentos
10483 que periodicamente foram sendo emitidos.

10484 Ainda no que se refere a contactos com a “troika”, no seu depoimento Fernando Ulrich,
10485 Presidente da Comissão Executiva do BPI, refere ter dado conta dos problemas que sentia
10486 estarem a afectar o BES e o GES em reunião que teve lugar em Setembro de 2013, o que
10487 aparentemente terá suscitado qualquer interesse da parte dos interlocutores da referida
10488 “troika”, que no âmbito do acompanhamento efectuado a Portugal e à banca nacional não
10489 tomou aparentemente qualquer iniciativa de acompanhamento reforçado dos potenciais



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10490 problemas relacionados com o BES, nem forneceu qualquer resposta às questões que lhe
10491 foram colocadas pela CPI, através dos seus representantes.

10492 De forma transversal e comum nas diferentes vertentes de intervenção do Banco de Portugal é
10493 de destacar a adopção de uma postura essencialmente formal, nas suas posições,
10494 complementada por formas de persuasão, com tentativa de envolvimento do GES e do GBES
10495 na aceitação das soluções preconizadas, em detrimento de uma imposição unilateral das
10496 mesmas.

10497

10498 As razões para tal apresentadas pelo Banco de Portugal, face à delicadeza de situações geridas
10499 “no fio da navalha” com que se viu confrontado, são essencialmente as seguintes:

10500

- 10501 • Necessidade de segurança e prudência jurídica, tendo em consideração a legislação
10502 aplicável bem como a leitura da mesma feita no passado pelos tribunais, de modo a
10503 evitar litigâncias e respectivas implicações, tanto em consequências como em prazos a
10504 obedecer;
- 10505 • Demora de que poderia revestir-se a implementação de soluções que viessem a ser
10506 impostas de forma unilateral, atendendo aos prazos processuais que poderiam
10507 envolver, nas diferentes etapas que lhes estariam associadas;
- 10508 • Possível instabilidade e risco sistémico que poderiam decorrer de situações de ruptura
10509 impostas pelo Banco de Portugal em eventual discordância aberta face ao GBES e ao
10510 GES;
- 10511 • Ausência de conhecimento, por antecipação, de eventos futuros, naturalmente
10512 desconhecidos no momento em que determinadas decisões tiveram de ser tomadas, à
10513 luz dos dados disponíveis a esse mesmo momento;
- 10514 • Parece porém resultar claro, olhando de forma retrospectiva para o sucedido, que
10515 uma atitude porventura mais assertiva da parte do Banco de Portugal, ainda que com
10516 outro tipo de riscos envolvidos, poderia ter conduzido a uma antecipação e eventual
10517 diminuição dos impactos decorrentes da situação vivida no GES e no BES, bem como
10518 do modo como esta se desenvolveu, particularmente ao longo do ano de 2014;
- 10519 • Da análise efectuada pelo Banco de Portugal, face à situação patrimonial que conhecia
10520 do BES até final do mês de Junho de 2014, decorre um entendimento de que seria
10521 possível garantir a continuidade do BES por via do reforço de capital social efectuado
10522 no segundo trimestre de 2014, no valor de 1.000 milhões de euros, acompanhado da
10523 criação de uma provisão de 2.000 milhões de euros, relacionada com a exposição do
10524 BES ao GES;
- 10525 • A menos das situações extraordinárias, verificadas em Junho/Julho de 2014, que se
10526 traduziram numa necessidade adicional de constituição de provisões no valor de 1.500
10527 milhões de euros, com isso atirando o BES para níveis inaceitáveis de solvabilidade,
10528 obrigando a uma intervenção urgente, esta poderia ter sido evitada.

10529 Foram estes portanto os pressupostos, que podem naturalmente ser questionados, mas
10530 que nortearam o comportamento do Banco de Portugal.

10531 De modo a melhor situar no tempo os principais momentos decisivos, em que
10532 determinados eventos ocorreram e/ou passaram a ser do conhecimento do Banco de
10533 Portugal, são de reter em particular as datas abaixo resumidas (Tabela 4.7).

10534

10535 Tabela 4.7 – Datas especialmente relevantes do ponto de vista de ocorrência de eventos e/ou
10536 de conhecimento de informação por parte do Banco de Portugal.

Data	Ocorrência
Outubro 2013	Recepção de exposição remetida pela CIMIGEST, através de Pedro Queiroz Pereira, com elementos que apontam para manipulação das contas da ESI e ES Control, além de lacunas na gestão do GES
Novembro 2013	Conhecimento de resultados preliminares dos trabalhos elaborados pela KPMG, com referência a 30 de Setembro de 2013, que apontam para uma situação patrimonial da ESI que difere substancialmente da apresentada nas respectivas contas
Abril 2014	Apresentação por Ricardo Salgado de plano de sucessão dentro do GES e do GBES, com indicação da data de 20 de Junho de 2014, imediatamente após conclusão do aumento de capital social, para fim do exercício das suas funções enquanto Presidente da Comissão Executiva do BES, ao mesmo tempo que informa da sua renúncia das funções de Presidente do Conselho de Administração de outras empresas do GES
Maio 2014	Conhecimento de resultados preliminares dos trabalhos elaborados pela KPMG, com referência a 31 de Dezembro de 2013, que apontam para uma situação patrimonial da ESI que difere substancialmente da apresentada nas respectivas contas
Maio 2014	Entrega ao Banco de Portugal de carta e documentação por parte de José Maria Ricciardi, incluindo teor do depoimento prestado por Francisco Machado da Cruz a advogados do Luxemburgo quanto às contas da ESI
14 Julho de 2014	Início de funções no BES da equipa liderada por Vítor Bento, depois de obtida concordância quanto à mesma por parte do GES e do Crédit Agricole, enquanto principais accionistas de referência, e de forma antecipada face à vontade expressa por Vítor Bento, no sentido de apenas iniciar funções após aprovação das contas do BES relativas ao primeiro semestre de

	2014
25 Julho 2014	Conhecimento de previsão quantificada dos resultados do primeiro semestre de 2014 do BES, inesperados no que decorre de actos de gestão potencialmente ruinosos e irregulares praticados em Junho e Julho de 2014, nomeadamente no que se refere à circularização de obrigações e emissão de cartas de conforto, geradores de um valor adicional de potenciais prejuízos na casa dos 1.500 milhões de euros
27 Julho 2014	Recepção de informações por parte do Banco Nacional de Angola, que colocam em causa a manutenção da garantia soberana em termos de cobertura integral dos créditos do BES ao BESA, alertando para a eventualidade de esta ter de ser reequacionada
30 Julho 2014	Divulgação dos resultados do BES relativos ao primeiro semestre de 2014, com um prejuízo de 3.557 milhões de euros
31 Julho de 2014	Reconhecimento da inexistência de um plano de recuperação do BES assente em soluções de capitalização privada do mesmo, por forma a atingir os níveis mínimos requeridos em termos de rácios de solvabilidade
31 Julho de 2014	Conhecimento da posição do Banco Central Europeu, com indicação de que o estatuto de contraparte do Eurosistema seria retirado ao BES no dia seguinte, face à sua falta de solvabilidade, obrigando a uma reposição de 10 mil milhões de euros, afectos ao BES nos termos dos mecanismos europeus de financiamento interbancário
1 Agosto 2014	Deliberação do Banco Central Europeu, através do seu Conselho de Governadores, no sentido de não ser retirado o estatuto de contraparte do Eurosistema ao BES caso venha a ser implementada até ao final do dia 3 de Agosto uma medida de resolução por parte do Banco de Portugal
3 Agosto	O Conselho de Administração do Banco de Portugal delibera adoptar uma medida de resolução do BES, através da criação do Novo Banco e da transição para o “Banco Mau” de um conjunto de elementos patrimoniais considerados problemáticos
17 Setembro 2014	A nova equipa de gestão do Novo Banco, liderada por Eduardo Stock da Cunha, inicia as suas funções
3 Dezembro 2014	No seguimento dos trabalhos desenvolvidos pela PwC, é apresentado o balanço de abertura do Novo Banco, com referência à data de 4 de Agosto de 2014, que aponta para um

	valor contabilístico de 5.300 milhões de euros
31 Dezembro 2014	Terminado o período de apresentação de intenções de aquisição do Novo Banco, constata-se existirem 17 manifestações de interesse apresentadas
9 Março 2015	São apresentados os principais resultados apurados do Novo Banco para o ano de 2014, que apontam para um valor contabilístico, a 31 de Dezembro de 2014, de 5.478 milhões de euros
20 Março 2015	Esgotado o prazo para a apresentação de propostas não vinculativas de aquisição do Novo Banco, elas envolvem 7 potenciais compradores

10537 Fonte: sistematização do deputado relator com base em informação que consta do espólio da CPI

10538 Tendo como pano de fundo o contexto acima resumido, no que diz respeito ao Banco de
10539 Portugal, relativamente à sua intervenção, são de sublinhar as seguintes conclusões obtidas
10540 pela CPI, organizadas de acordo com uma sequência de tópicos de análise, devidamente
10541 assinalados:

10542

10543 C3.3.1 Da Exposição dos Clientes do GBES ao GES

10544 c245. No sentido de acautelar os interesses dos clientes do GBES, e em particular no
10545 que se refere aos clientes particulares, em função dos riscos identificados no final
10546 de 2013, decorrentes nomeadamente da situação patrimonial registada na ESI, o
10547 Banco de Portugal determinou a criação de uma provisão por parte da ESFG no
10548 valor de 700 milhões de euros;

10549 c246. Foi igualmente constituída, uma conta dedicada (*escrow*) com acompanhamento
10550 da sua evolução pelo BdP e cujas entradas deveriam necessariamente vir do GES,
10551 através da sua área não financeira, evitando circularização de fluxos financeiros, e
10552 cujas saídas deveriam destinar-se exclusivamente à compra de títulos de dívida de
10553 empresas do GES detidas por clientes de retalho do GBES;

10554 c247. Existindo indícios de que tais pressupostos, da conta *escrow*, não estariam a ser
10555 observados, esta foi uma das razões que levou o Banco de Portugal a iniciar uma
10556 auditoria forense, por via de deliberação tomada a 2 de Julho de 2014;

10557 c248. Face à caracterização patrimonial mais detalhada, em múltiplas vertentes, do GES,
10558 com os riscos daí decorrentes para clientes do GBES, e à evolução da exposição
10559 directa do BES e da ESFG a empresas do GES ao longo do primeiro semestre de
10560 2014, o Banco de Portugal determinou em Junho de 2014 a necessidade de
10561 criação de uma nova provisão, no valor de 2.000 milhões de euros, nas contas do
10562 BES, de modo a fazer face aos riscos de exposição do BES ao GES, repartindo-se



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10563 estas provisões em 1.200 milhões de euros associados a exposição directa e 856
10564 milhões de euros à exposição indirecta;
- 10565 c249. Uma vez que as orientações dadas, no sentido de blindar o GBES a exposições
10566 excessivas e eventuais contaminações decorrentes da situação vivida em
10567 empresas do GES, tardavam em surtir efeitos, o Banco de Portugal solicitou a
10568 definição de um plano calendarizado de redução dessa mesma exposição, com
10569 monitorização periódica da sua evolução, traduzida porém ao longo do primeiro
10570 semestre de 2014 numa migração de exposição indirecta para exposição directa, e
10571 dentro da exposição indirecta, de uma migração dos clientes particulares para
10572 clientes institucionais;
- 10573 c250. Com efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2014, o Banco de Portugal determinou
10574 a proibição da comercialização de dívida de entidades do ramo não financeiro do
10575 GES junto de clientes de retalho com estatuto de investidores não qualificados;
- 10576 c251. Uma vez que as orientações dadas, no sentido de blindar o GBES a exposições
10577 excessivas e eventuais contaminações decorrentes da situação vivida em
10578 empresas do GES, tardavam em surtir efeitos, o Banco de Portugal determinou
10579 que fossem criadas duas novas estruturas de topo dentro do BES, a partir de
10580 Março de 2014: i) Comissão de Controlo de Transacções com Partes Relacionadas;
10581 ii) Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano de Negócios
10582 do Ramo Não Financeiro do GES;
- 10583 c252. A criação destas duas estruturas peca eventualmente por ser tardia, e como se viu
10584 já anteriormente, as orientações de blindagem emanadas da Comissão de
10585 Controlo de Transacções com Partes Relacionadas nem sempre foram respeitadas
10586 dentro do BES, tendo ocorrido operações de financiamento que a contrariam,
10587 bem como às próprias determinações do Banco de Portugal;
- 10588 c253. Em deliberação tomada a 30 de Julho de 2014, o Banco de Portugal refere que “o
10589 processo de comercialização de papel comercial junto dos balcões do BES
10590 também indicia o incumprimento de normas previstas (...), ao revelar a
10591 inexistência de adequados sistemas e procedimentos de gestão, identificação,
10592 acompanhamento, controlo e monitorização de riscos, facto que constitui falha
10593 grave no desempenho das funções de gestão de risco, de auditoria interna e de
10594 *compliance*, tendo gerado um significativo risco de reputação para o BES”;
- 10595 c254. Face aos fortes níveis de endividamento das empresas do GES, por um lado, e sua
10596 dependência quase exclusiva, seja por via directa ou indirecta, face ao BES,
10597 qualquer caminho de blindagem teria sempre consequências tanto ao nível do
10598 GES como do BES, obrigando a uma especial atenção no modo como seria
10599 concebido, implementado e acompanhado, para a preservar a sustentabilidade
10600 do próprio BES, sendo especialmente delicado se atendermos aos níveis de
10601 interdependência, entre o ramo não financeiro e ramo financeiro, que foram
10602 crescendo de modo especialmente significativo ao longo do tempo e se
10603 acentuaram a partir de 2008;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10604 c255. O modo como a definição exacta de blindagem do BES ao GES foi assumida
10605 encontra diferentes interpretações e âmbitos ao longo do tempo, pelo que teria
10606 sido porventura preferível precisar melhor os seus termos e adoptar uma visão
10607 mais restritiva desde o início da mesma, por forma a evitar formas algo ardilosas
10608 de a tentar contornar.
10609

10610 C3.3.2 Dos Conflitos e Interesses e Segregação de Funções

10611 c256. De modo a evitar evidentes situações de potencial conflito de interesses, o Banco
10612 de Portugal determinou que deveriam deixar de existir dentro do GES situações
10613 de acumulação de funções em que as mesmas pessoas e membros do Conselho
10614 Superior do GES eram simultaneamente administradores de empresas do ramo
10615 financeiro e do ramo não financeiro do GES, o que veio a ocorrer no primeiro
10616 semestre de 2014, com renúncia ao exercício simultâneo de tais funções;
10617 c257. O Banco de Portugal determinou a revisão do Código de Conduta vigente no BES,
10618 com imposição, entre outras medidas, de um número máximo de funções de
10619 administrador desempenhadas pela mesma pessoa, além de impedir o
10620 recebimento de ofertas ou liberalidades, mesmo que recebidas a título
10621 alegadamente pessoal por parte de colaboradores do BES, tendo dado
10622 orientações explícitas nesse mesmo sentido, face a propostas de revisão
10623 apresentadas pelo BES que continuavam a dar respostas consideradas
10624 insatisfatórias nesta matéria;
10625 c258. O Banco de Portugal forneceu directrizes ao GES e ao GBES no sentido de ser
10626 assegurada uma crescente profissionalização no exercício das diferentes funções
10627 dirigentes, com a respectiva segregação e níveis reforçados de autonomia e
10628 independência garantidos em particular no que diz respeito às actividades de
10629 controlo interno (auditoria, *compliance* e risco), tendo ainda determinado a
10630 necessidade de criação das já mencionadas Comissão de Controlo de Transacções
10631 com Partes Relacionadas e Comissão de Acompanhamento e Avaliação de
10632 Execução do Plano de Negócios do Ramo Não Financeiro do GES.
10633

10634 C3.3.3 Das Contas da ESI

10635 c259. No seguimento do exercício ETRICC2, conduzido pela PwC a solicitação do Banco
10636 de Portugal, foi identificada em Setembro de 2013 uma situação patrimonial na
10637 ESI anómala e que não corresponde à descrita nas suas contas, motivo pelo qual o
10638 Banco de Portugal solicitou a elaboração de uma caracterização mais exaustiva do
10639 balanço real da ESI, numa primeira fase com referência a 30 de Setembro de 2013
10640 e numa segunda fase com referência a 31 de Dezembro de 2013, conduzida pela
10641 KPMG, com os resultados que já foram anteriormente descritos;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10642 c260. Também no final de Setembro de 2013 é elaborada uma exposição pela
10643 CIMIGEST, e entregue por Pedro Queiroz Pereira ao Banco de Portugal, onde são
10644 apresentadas diferenças significativas entre os valores patrimoniais reais e os
10645 apresentados nas contas da ESI, além de apontadas outras diversas fragilidades
10646 no funcionamento do GES;
- 10647 c261. A primeira fase dos trabalhos desenvolvidos pela KPMG, com referência a 30 de
10648 Setembro de 2013, é dada a conhecer ao Banco de Portugal a 26 de Novembro de
10649 2013;
- 10650 c262. Tanto os trabalhos da PwC, no âmbito do exercício ETRICC2, como os conduzidos
10651 pela KPMG, apontaram para a necessidade de ser constituída uma provisão de
10652 700 milhões de euros com referência a 31 de Dezembro de 2013, para cobertura
10653 da exposição de clientes do GBES à ESI, face à realidade patrimonial encontrada
10654 nesta mesma empresa;
- 10655 c263. Esta provisão é imposta pelo Banco de Portugal, em paralelo com a necessidade
10656 de implementação de um plano de blindagem do GBES face ao GES, com redução
10657 da exposição de clientes do GBES, e em particular dos seus clientes particulares,
10658 ao GES, com fornecimento semanal de informação junto do Banco de Portugal
10659 sobre as evoluções registadas;
- 10660 c264. A segunda fase dos trabalhos desenvolvidos pela KPMG, com referência a 30 de
10661 Dezembro de 2013, são terminados no final de Abril de 2014, dando origem aos
10662 resultados já anteriormente expostos;
- 10663 c265. Face à situação encontrada, ao nível da ESI e do GES, o Banco de Portugal
10664 determinou a necessidade de criação de uma provisão adicional de 2.000 milhões
10665 de euros no BES, com efeitos a 30 de Junho de 2014, para acautelar a exposição
10666 de clientes do BES ao GES, conforme acima referido.

10667

10668 **C3.3.4 Do BESA**

- 10669 c266. Relativamente à garantia soberana de Angola sobre o BESA, autorizada por
10670 despacho presidencial de 31 de Dezembro de 2013, o Banco de Portugal nunca
10671 questionou nem a sua natureza nem elegibilidade no contexto do sistema
10672 financeiro angolano, supervisionado pelo Banco Nacional de Angola;
- 10673 c267. Porém, já no que se refere à sua elegibilidade, em termos de impactos sobre o
10674 BES ao nível prudencial, tendo em linha de conta o enquadramento nacional e
10675 europeu da supervisão bancária, foram apontadas pelo BdP diversas necessidades
10676 de informação adicional e dúvidas neste contexto específico;
- 10677 c268. Apesar dos esclarecimentos fornecidos em momento posterior, nomeadamente
10678 pelo Ministério das Finanças de Angola, em Abril de 2014, continuou o Banco de
10679 Portugal a considerar que algumas das dúvidas subsistiam, colocando a
10680 elegibilidade da referida garantia bancária em causa, mas apenas nos termos
10681 acima identificados;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10682 c269. Também no âmbito da condução dos trabalhos de avaliação abrangente
10683 (“*comprehensive assessment*”) e de AQR (“*Asset Quality Review*”), efectuados
10684 pelo Banco Central Europeu ao BES, com colaboração da EY e da EY Angola, e que
10685 abrangeu o BESA, foram levantadas dúvidas quanto à recuperabilidade da dívida
10686 do BESA ao BES;
- 10687 c270. A 14 de Julho de 2014 o Banco Nacional de Angola envia ao Banco de Portugal
10688 uma avaliação de risco efectuada ao BESA, com referência a 31 de Dezembro de
10689 2013, informando ainda ter “requerido uma auditoria independente para
10690 avaliação da qualidade da carteira de crédito do BESA”;
- 10691 c271. O Banco Nacional de Angola informou o BESA, a 21 de Julho de 2014, através de
10692 carta sobre “Recuperação da Viabilidade do BESA”, ser necessário efectuar um
10693 reforço do seu capital em pelo menos 2.123 milhões de euros, por forma a
10694 alcançar níveis mínimos de solvabilidade, além de ser adoptado um plano que
10695 reduzisse o perfil de risco dos seus activos, dando conta de que, caso tal não fosse
10696 possível, o Estado de Angola ver-se-ia forçado a efectuar uma intervenção sobre o
10697 BESA;
- 10698 c272. O BES respondeu a esta solicitação no dia 24 de Julho de 2014, manifestando-se
10699 disponível para colaborar, dando ainda conta ser seu entendimento que qualquer
10700 solução a adoptar deveria salvaguardar uma garantia do pagamento dos créditos
10701 do BES sobre o BESA, ao mesmo tempo que referiu-se não estar o BES interessado
10702 em acompanhar operações de aumento do capital social do BESA, onde o BES
10703 pretendia passar a ocupar uma posição accionista inferior a 9,9%;
- 10704 c273. A 23 de Julho de 2014 o Banco de Portugal solicitou ao Banco Nacional de Angola
10705 uma confirmação de que a linha de crédito do BES ao BESA seria plenamente
10706 garantida, sendo que a resposta do Banco Nacional de Angola, igualmente de 23
10707 de Julho, refereu não estar em causa o reembolso da linha de crédito, ainda que
10708 podendo esta ser reestruturada, sobretudo em termos de maturidade;
- 10709 c274. Porém, já a 25 de Julho de 2014 o Banco Nacional de Angola refere ao Banco de
10710 Portugal que estavam em avaliação opções de recuperação plena do BESA, sendo
10711 prematuro fazer uma abordagem mais definitiva sobre o reembolso da linha de
10712 crédito, e a 27 de Julho transmitiu que aprofundou o estudo de graves situações
10713 detectadas com gestão e qualidade de activos do BESA, o que levaria a decisões
10714 mais assertivas nos dias seguintes, alertando para: i) haver responsabilidades
10715 também ao nível do grupo BES no sucedido; ii) que a linha de crédito do BES teria
10716 de ser amplamente reestruturada; iii) ter-se apurado que alguns dos alegados
10717 créditos cobertos pela garantia não seriam elegíveis; iv) ser necessário efectuar
10718 um reforço de provisões;
- 10719 c275. A 1 de Agosto de 2014 o Banco Nacional de Angola impõe um conjunto extenso
10720 de medidas correctivas, que evidenciam desconformidades e exclusão de
10721 determinados créditos da garantia soberana, dando disso conhecimento ao BESA;
- 10722 c276. A 4 de Agosto de 2014 o Banco Nacional de Angola, face à degradação da carteira
10723 de crédito do BESA, aos níveis de liquidez e solvabilidade alcançados, bem assim



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10724 como à ausência de “respostas inequívocas dos accionistas do BESA sobre a
10725 possibilidade e termos de realização do aumento de capitais próprios” por si
10726 determinado, deliberou adoptar um conjunto de medidas extraordinárias de
10727 saneamento do BESA, em concertação com as autoridades angolanas, face aos
10728 desenvolvimentos verificados incluindo: i) nomeação de Administradores
10729 Provisórios; ii) revogação da garantia soberana;

10730 c277. A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola determina um conjunto
10731 adicional de medidas, tendo como base a situação patrimonial do BESA
10732 caracterizada pela KPMG Angola, tendo 4 de Agosto de 2014 como data de
10733 referência, o que conduziria à criação do Banco Económico, tendo como principais
10734 implicações, relativamente à anterior exposição do BES ao BESA: i) realização de
10735 aumento de capital por conversão de parte do empréstimo no valor de 2.891
10736 milhões de euros; ii) conversão de 56 milhões de euros de empréstimo em 9,9%
10737 do capital social; iii) conversão de 333 milhões de euros do empréstimo em
10738 empréstimo a reembolsar a 18 meses; iv) conversão de 333 milhões de euros em
10739 empréstimo a reembolsar a 10 anos, com possibilidade de conversão em capital
10740 social;

10741 c278. Este conjunto de medidas implicou a constituição, com valor revisto, no balanço
10742 do Novo Banco, onde os créditos do BESA se encontravam provisionados a 100%,
10743 de uma revisão do valor das perdas respectivas para 2.750 milhões de euros.
10744

10745 **C3.3.5 Da Recompra de Obrigações e Emissão de Cartas de Conforto**

10746 c279. No âmbito da análise efectuada às contas do primeiro semestre de 2014 do BES, a
10747 KPMG identificou um conjunto de operações conduzidas em Junho e Julho de
10748 2014, relacionadas com a emissão, circularização e recompra de obrigações
10749 (responsáveis por um impacto negativo nos resultados semestrais de 1.249
10750 milhões de euros) e emissão de duas cartas de conforto (responsáveis por um
10751 impacto negativo nos resultados semestrais de 270 milhões de euros), já
10752 anteriormente relatadas, que dariam origem à constituição de uma provisão
10753 adicional no valor de 1.500 milhões de euros, tendo dado conta desta situação ao
10754 Banco de Portugal no início de Julho, e de forma quantificada a 25 de Julho de
10755 2014;

10756 c280. Face a estas ocorrências, e à circunstância de elas determinarem o
10757 incumprimento dos níveis mínimos de solvabilidade do BES, tornou-se imperativo
10758 proceder a uma operação urgente de saneamento financeiro do mesmo, se
10759 possível em primeira prioridade através da intervenção de investidores privados,
10760 facto que é comunicado pelo Banco de Portugal ao BES no dia 29 de Julho de
10761 2014, exigindo que lhe fosse apresentado até 31 de Julho um plano de
10762 capitalização: i) devidamente calendarizado; ii) suportado em compromissos
10763 firmes de participação; iii) de credibilidade compatível com a manutenção do



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10764 estatuto de contraparte elegível para operações de cedência de liquidez junto do
10765 Eurosistema;
- 10766 c281. O Banco de Portugal adoptou um conjunto de deliberações a 30 de Julho de 2014,
10767 com efeitos imediatos, face à gravidade das situações identificadas, que indiciam
10768 “incumprimento de deveres de diligência indispensáveis para garantir uma gestão
10769 sã e prudente do BES”. Estas medidas incluem: i) proibição do reembolso
10770 antecipado ou recompra de obrigações ou outros instrumentos financeiros; ii)
10771 congelamento de contas bancárias de responsáveis do GES, directamente ou
10772 através de entidades veículo com eles relacionados; iii) proibição da realização de
10773 pagamentos pelo BES a entidades do GES; iv) inibição por parte da ESFG do
10774 exercício de direitos de voto no BES; v) suspensão dos principais responsáveis do
10775 BES pelas funções de controlo interno, nas pessoas de Joaquim Goes (Risco), Rui
10776 Silveira (Auditoria Interna) e António Souto (*Compliance*), sendo que por sua vez
10777 Amílcar Moraes Pires já havia renunciado ao exercício das suas funções a 25 de
10778 Julho; vi) substituição integral dos elementos da Comissão de Auditoria, através
10779 da constituição de uma Comissão de Fiscalização composta por um conjunto de
10780 quadros da PwC.
- 10781 c282. As substituições referidas no ponto anterior decorrem da “verificação de uma
10782 omissão no cumprimento dos deveres e, consequentemente, o incumprimento de
10783 normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade”,
10784 nomeadamente no que se refere aos deveres de: i) assegurar uma gestão sã e
10785 prudente; ii) diligência de um gestor criterioso e ordenado; iii) comunicação de
10786 perdas materialmente relevantes; iv) comunicação perante o Banco de Portugal;
10787 v) implementação e manutenção de processos de monitorização do sistema de
10788 controlo interno; vi) gestão do risco.
- 10789

10790 C3.3.6 Do Segundo Trimestre de 2014

- 10791 c283. O ano de 2013 é um ano em que o BES apresentou já prejuízos consideráveis, no
10792 valor de 515 milhões de euros, mas as perdas verificadas no primeiro semestre de
10793 2014 são enormes, traduzindo-se num prejuízo de 3.577 milhões de euros, dos
10794 quais porém apenas 255 milhões de euros decorrem da sua normal actividade
10795 bancária, conforme já anteriormente referido;
- 10796 c284. Estes prejuízos avultados, anunciados publicamente a 30 de Julho de 2014, foram
10797 na sua quase totalidade (3.488 milhões de euros) gerados ao longo do segundo
10798 trimestre de 2014, um verdadeiro “*trimestrus horribilis*” na vida desta centenária
10799 instituição, a que corresponde a existência de um “caudal médio de prejuízos”
10800 cifrado em 27 mil euros por minuto;
- 10801 c285. Havendo capacidade, económica e financeira, de o BES suportar as provisões de
10802 2.000 milhões de euros, decorrentes da exposição ao GES, o mesmo já não sucede
10803 face ao ocorrido em Junho e Julho de 2014, através das operações de
10804 circularização e recompra de obrigações e da emissão das cartas de conforto,

10805 traduzidas num acréscimo de 1.500 milhões de euros de perdas inesperadas,
 10806 decorrentes de práticas potencialmente irregulares, que violaram as
 10807 determinações do Banco de Portugal e desrespeitaram os modelos de governação
 10808 do BES;
 10809 c286. Estas ocorrências colocaram o BES, em termos de indicadores de solvabilidade,
 10810 abaixo dos mínimos exigidos, com um rácio de *Common Equity Tier I* que desce de
 10811 9,8% (a 31 de Março de 2014) para 5,1% (a 30 de Junho de 2014), claramente
 10812 aquém do valor mínimo requerido de 7%, num diferencial que em termos
 10813 absolutos corresponde a uma necessidade de reforço dos capitais próprios de
 10814 pelo menos 1.100 milhões de euros;
 10815 c287. Adicionalmente, o BES enfrentou ao longo do segundo trimestre crescentes
 10816 problemas de liquidez, devido sobretudo a uma redução registada no seu volume
 10817 de depósitos (Figura 4.30), que conheceu um crescimento significativo até ao final
 10818 de 2013, momento em que atinge um máximo de quase 37 mil milhões de euros,
 10819 não conhece quebras significativas no primeiro semestre de 2014, mas entra em
 10820 clara quebra durante o mês de Julho de 2014, ao longo do qual sofre uma redução
 10821 de 6 mil milhões de euros, com especial incidência no que se refere a depósitos de
 10822 empresas (quebra de 3.600 milhões de euros) e em Espanha (1.200 milhões de
 10823 euros);
 10824

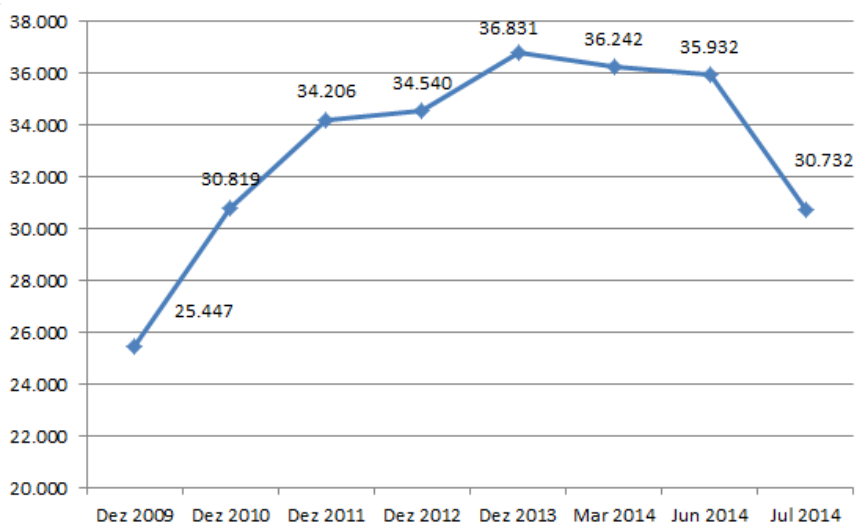


Figura 4.30 – Evolução do volume de depósitos do BES no final de cada mês indicado.

Fonte: ilustração do deputado relator com base em informação disponibilizada pelo BES à CPI

10825
 10826
 10827
 10828
 10829 c288. De modo a fazer face a estas dificuldades prementes de liquidez, e na
 10830 impossibilidade de obter reforços de meios disponibilizados pelo Banco Central
 10831 Europeu, por ausência de uma situação patrimonial capaz de oferecer as garantias
 10832 exigidas, o BES passou a ter de fazer recurso ao mecanismo de cedência de
 10833 liquidez em situação de emergência (*ELA-Emergency Liquidity Assistance*),
 10834 obtendo por esta via recursos disponibilizados pelo Banco de Portugal, enquanto



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10835 entidade pública nacional, que, à data de 1 de Agosto de 2014, correspondiam já
10836 a uma afectação de recursos de 3.500 milhões de euros;
- 10837 c289. Face à situação registada nas empresas do GES, que enfrentavam crescentes
10838 dificuldades para saldar os seus compromissos, com particular realce para a ESI, e
10839 depois por contaminação de diferentes outras empresas, incluindo a Rioforte, foi
10840 sobretudo ao longo deste mesmo trimestre que foram efectuadas diversas
10841 operações que contrariam as determinações das entidades supervisoras, bem
10842 assim como os normativos do modelo de governação do próprio BES, nalguns
10843 casos com actos de gestão ruínosa para os interesses do BES, potencialmente
10844 irregulares e com eventuais responsabilidades criminais associadas, que estão a
10845 ser alvo de apuramento de responsabilidades quer por parte das entidades
10846 reguladoras, quer do Ministério Público, do ponto de vista de eventuais
10847 consequências de índole contra-ordenacional ou judicial, tendo o Banco de
10848 Portugal igualmente deliberado a 2 de Julho de 2014 efectuar uma auditoria
10849 forense, concretizada pela Deloitte, cujos resultados só são ainda parcialmente do
10850 conhecimento da CPI, para: “i) avaliar o cumprimento das determinações
10851 prudenciais do Banco de Portugal; ii) apurar e documentar a existência de indícios
10852 de eventuais práticas ilícitas graves levadas a cabo pelo Grupo BES ou pelos
10853 membros dos seus órgãos sociais”;
- 10854 c290. De acordo com o Banco de Portugal, os resultados apurados até ao momento pela
10855 referida auditoria permitem apontar para a existência de: “i) indícios de violações
10856 do processo de *ring fencing* com materialidade muito expressiva e com
10857 significativo impacto na situação financeira e patrimonial do BES, que terão tido
10858 origem numa intenção deliberada de alguns dos membros do Conselho de
10859 Administração do BES; ii) fortes indícios de práticas passíveis de serem
10860 enquadradas no conceito de actos dolosos de gestão ruínosa em detrimento de
10861 depositantes, investidores e demais credores, praticados pelos membros dos
10862 órgãos sociais; iii) deficiências do sistema de controlo interno do BES; iv)
10863 inadequação do sistema de controlo interno da ESFG; v) ausência de medidas
10864 preventivas do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo no
10865 BESA; v) incumprimento do dever de comunicação ao Banco de Portugal, pelo
10866 órgão de administração do BES e pelos seus membros, das situações relativas ao
10867 BESA com possível impacto no equilíbrio financeiro do BES;
- 10868 c291. Estão ainda a decorrer outras vertentes dos trabalhos da auditoria forense,
10869 nomeadamente, como refere o Banco de Portugal, no que se prende com a
10870 “avaliação da legalidade das operações realizadas com, ou através da Eurofin,
10871 entidade de direito suíço com ligações ao Dr. Ricardo Salgado e ao GES”;
- 10872 c292. Os factos apurados no âmbito da referida auditoria forense serão tidos em conta
10873 no contexto de processos sancionatórios instaurados ou a instaurar pelo Banco de
10874 Portugal, tendo os documentos já disponíveis em termos de relatórios sido
10875 comunicados à Procuradoria-Geral da República.
- 10876

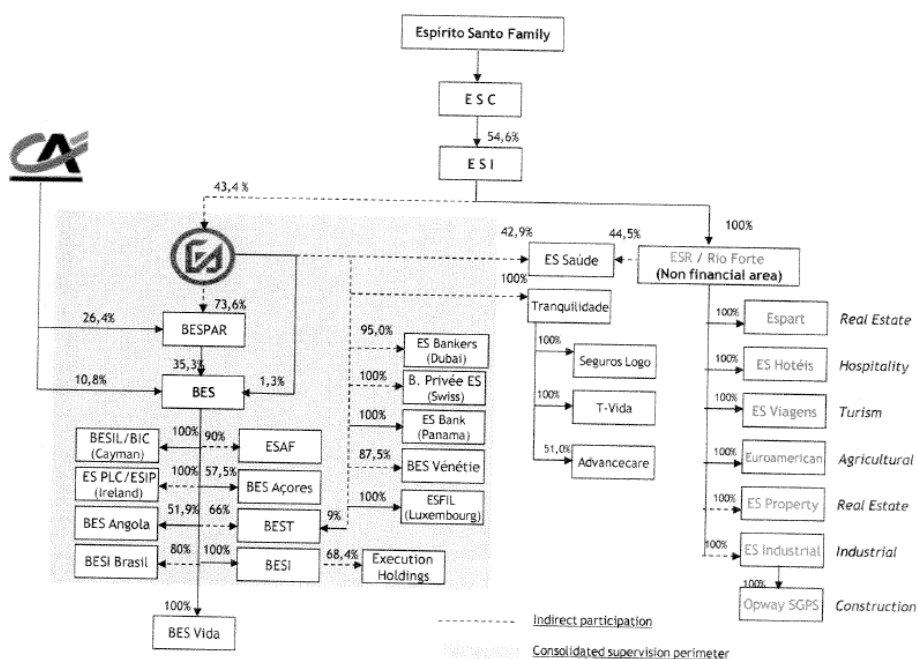


COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

10877 **C3.3.7 Das Fragilidades de Estrutura e Modelo de Governação do GES e do BES**

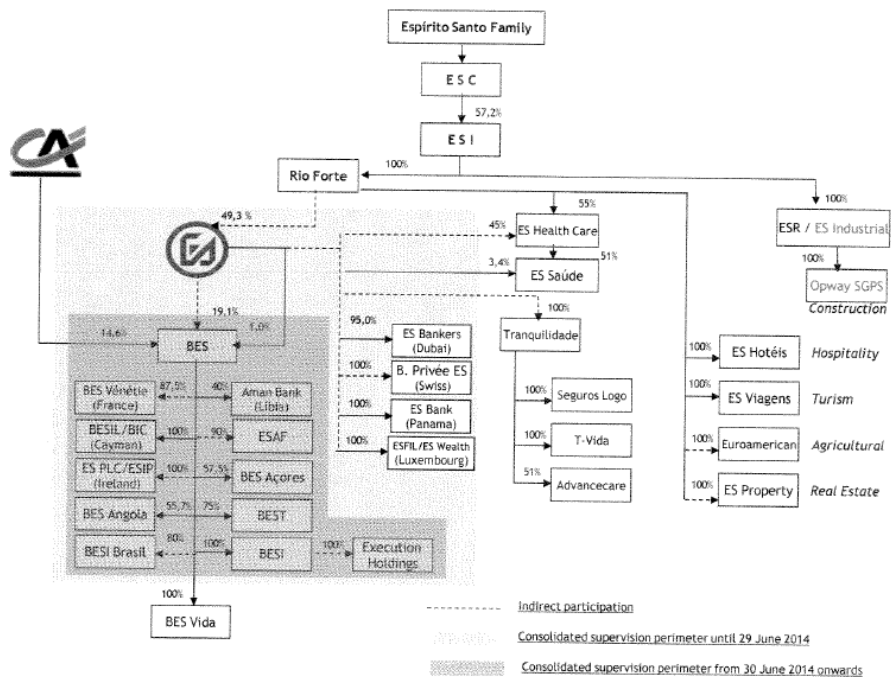
- 10878 c293. As fragilidades da complexa estrutura orgânica interna do GES, já anteriormente
10879 referidas, eram conhecidas de longa data, tendo sido detalhadamente enunciadas
10880 nomeadamente em documentos produzidos pela PwC em 2001 e 2002;
- 10881 c294. De modo a alterar esta mesma situação, o Banco de Portugal recomendou em
10882 diferentes momentos, e com particular incidência a partir de 2012, a introdução
10883 de simplificações significativas na arquitetura do GES, bem como a
10884 implementação de mudanças relevantes no seu modelo de governação, de modo
10885 “a reduzir o risco que a estrutura de participações comportava para o
10886 acompanhamento prudencial deste grupo bancário”, que colocava “dúvidas
10887 substanciais quanto à presença de condições que garantissem uma gestão sã e
10888 prudente da instituição de crédito”, razões que estiveram na base da recusa de
10889 alterações á estrutura solicitadas pelo BES em Julho de 2012, que conheceram
10890 resposta negativa da parte do Banco de Portugal a 29 de Novembro de 2012;
- 10891 c295. Apesar destas sucessivas recomendações de simplificação, igualmente referidas
10892 sistematicamente em momentos de avaliação intercalar efectuados perante a
10893 “troika”, o GES foi adiando sucessivamente a sua concretização, além de
10894 apresentar evoluções consideradas insuficientes pelo Banco de Portugal, o qual se
10895 pronunciou novamente em 2013, dando conta de que as propostas apresentadas
10896 pelo BES apresentavam “um grau insuficiente de simplificação decorrente da
10897 manutenção de várias entidades na estrutura sem racionalidade económica,
10898 devido, fundamentalmente, a motivos fiscais”, exigindo, em Novembro de 2013 e
10899 quanto a esta matéria: i) a fixação de objectivos; ii) a apresentação de um
10900 cronograma de implementação da reestruturação; iii) a apresentação regular de
10901 evidência de progressos;
- 10902 c296. Além dos contactos directos com o BES, e da informação recebida por parte das
10903 auditoras externas, quanto ao banco e modo como nele eram exercidas as
10904 funções de controlo interno, o Banco de Portugal recebe também elementos que
10905 evidenciam as fragilidades existentes através da exposição efectuada pela
10906 CIMIGEST, através de Pedro Queiroz Pereira, em Setembro de 2013, e de
10907 documento apresentado por José Maria Ricciardi a 27 de Maio de 2014;
- 10908 c297. Através de uma constante inércia, demoras sucessivas e atrasos tanto na
10909 concepção como na implementação de mudanças de orgânica interna, cuja
10910 aplicação prática frequentemente acabou por ser lenta, somente simbólica ou
10911 parcial, verifica-se por exemplo, quando se compara a estrutura do GES vigente
10912 em 2012 e 2014 (Figura 4.31), que ela pouco se alterou, apesar das múltiplas
10913 insistências efectuadas pelo Banco de Portugal nesse mesmo sentido;
- 10914

Organograma Simplificado em Dez12



10915

Organograma Simplificado em Jun14



10916

10917

10918

Figura 4.31 – Ilustrações comparativas da estrutura orgânica do GES em 2012 e 2014.

Fonte: Banco de Portugal

10919

10920

10921

10922

10923

10924

10925

10926

10927

10928

10929

10930

c298. O mesmo se passa relativamente aos modelos de governação adoptados dentro do grupo, onde apenas em Março de 2014, e por imposição do Banco de Portugal, foram introduzidas algumas mudanças significativas, incluindo: i) fim da acumulação de funções no que diz respeito a um vasto conjunto de pessoas, nomeadamente da família Espírito Santo, que eram simultaneamente administradores de empresas do ramo financeiro e do ramo não financeiro do GES; ii) criação no BES das Comissões de Controlo de Transacções com Partes Relacionadas e de Acompanhamento da Execução do Plano de Negócios do Ramo não Financeiro do GES; iii) introdução de alterações ao código de conduta; iv) reforço de competências da Comissão de Governo;

10931

10932

10933

10934

10935

10936

10937

10938

10939

10940

10941

10942

10943

10944

10945

10946

10947

c299. Além de pecarem por tardias, estas alterações conheceram ainda assim alguma resistência, sendo que noutros casos foram sobretudo de natureza sobretudo formal, como os seguintes factos ajudam a ilustrar: i) apesar de ter sido igualmente prevista e inclusivamente regulamentada a criação de uma Comissão de Controlo de Transacções com Partes Relacionadas também ao nível da ESFG, tal nunca veio a acontecer; ii) tendo sido criada ao nível do BES a referida Comissão de Controlo de Transacções com Partes Relacionadas, o certo é que determinadas operações continuaram a decorrer à sua margem, além de terem existido operações que não respeitaram as suas determinações; iii) as alterações ao Código de Conduta foram alvo de diferentes momentos de iteração junto do Banco de Portugal, e somente por insistência do mesmo foram feitas determinadas modificações, como aquela que torna inequivocamente vedado o recebimento de quaisquer liberalidades por parte de colaboradores do GES, sendo que, apesar da situação conhecida que envolveu José Guilherme e Ricardo Salgado, as propostas iniciais apresentadas pelo BES em termos de Código de Conduta legitimavam a possível continuidade desse tipo de ocorrências.

10948

C3.3.8 Da Liderança do GBES

10949

10950

10951

10952

10953

10954

10955

10956

10957

10958

c300. Para situar o modo como é analisado e decorre o processo de substituição da liderança do BES, é importante ter em consideração, enquanto pano de fundo, a existência de diversos tipos de antecedentes, no que diz respeito a Ricardo Salgado e a outros membros da família Espírito Santo, que correspondem, entre outros aos seguintes factos: i) introdução de sucessivas correcções nas declarações de IRS; ii) utilização regular de entidades veículo e empresas “*offshore*” para a realização de operações financeiras e gestão dos patrimónios pessoais; iii) suspeitas de utilização abusiva de informação privilegiada, nomeadamente em processos de privatização, compra e venda de acções; iv) suspeitas de fraude fiscal e branqueamento de capitais;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 10959 c301. Ainda a este nível, e sobre o eventual desconforto do Banco de Portugal
10960 relativamente à manutenção de diferentes membros da família Espírito Santo e
10961 do GES à frentes de instituições ligadas ao BES, é de sublinhar que diferentes
10962 pedidos de renovação dos seus registos (envolvendo Ricardo Salgado, Ricardo
10963 Abecassis Espírito Santo, José Manuel Espírito Santo, Pedro Mosqueira do Amaral
10964 e Amílcar Moraes Pires), pendentes nalguns casos desde 2012, não obtiveram
10965 qualquer resposta favorável da parte do regulador, tendo sido dados por
10966 concluídos apenas com a desistência dos seus proponentes quanto aos mesmos, a
10967 partir do segundo trimestre de 2014, sendo que os pedidos iniciais foram
10968 apresentados: i) em Julho de 2012 para a ESAF; ii) em Abril de 2013 para o BEST e
10969 ES Tech Ventures; iii) em Maio de 2013 para o BESI;
- 10970 c302. Com particular incidência a partir de Novembro de 2013, o Banco de Portugal
10971 manifestou em diversas ocasiões, em reuniões ou através de uma intensa troca de
10972 correspondência, envolvendo várias dezenas de mensagens trocadas (pelo menos
10973 35), ter algumas dúvidas relativamente ao comportamento de Ricardo Salgado, a
10974 propósito da “liberalidade” de 14 milhões de euros que lhe foi disponibilizada por
10975 José Guilherme;
- 10976 c303. Apesar de todas estas insistências e trocas de informação, e da potencial
10977 dificuldade em receber da parte de Ricardo Salgado uma cabal e atempada
10978 resposta às suas solicitações, nomeadamente no que se refere à blindagem da
10979 exposição do BES ao GES, o Banco de Portugal optou, à luz do conhecimento dos
10980 factos de que dispunha à época, por não fazer uma imposição unilateral de
10981 mudanças na liderança do BES e do GES, antes pressionando uma saída acordada
10982 com o próprio Ricardo Salgado e o GES, que viria a ocorrer no segundo trimestre
10983 de 2014, através de uma troca intensa de cartas e da realização de várias
10984 reuniões, conforme evidenciado nomeadamente no capítulo 3 deste relatório;
- 10985 c304. As razões subjacentes a esta postura adoptada pelo Banco de Portugal suportam-
10986 se sobretudo nas seguintes ordens de razão, invocadas pelo Governador do BdP: i)
10987 limitações legais quanto às circunstâncias exactas em que o Banco de Portugal
10988 pode retirar a idoneidade a responsáveis pela gestão de entidades bancárias,
10989 incluindo a leitura efectuada por juristas dentro e fora do Banco de Portugal sobre
10990 esta matéria; ii) interpretações restritivas feitas pelos tribunais face a recurso de
10991 anteriores deliberações tomadas pelo Banco de Portugal em matéria de análise da
10992 idoneidade; iii) demora e complexidade processual, com inclusão de momentos
10993 de contraditório, inerente à retirada de idoneidade a responsáveis bancários; iv)
10994 eventuais consequências, perturbações e riscos sistémicos que podiam derivar de
10995 uma súbita substituição, imposta pelo regulador, do responsável máximo do BES,
10996 especialmente num período em que se avizinhava ou estava a decorrer uma
10997 operação de aumento do capital; v) impossibilidade de antecipar ou prever os
10998 factos que viriam a ocorrer subsequentemente, cujo conhecimento teria
10999 possivelmente determinado um outro tipo de comportamento, bastante mais
11000 assertivo, por parte do Banco de Portugal;

- 11001 c305. Apesar de múltiplas insistências por parte do Banco de Portugal, este foi mais um
 11002 processo que se arrastou ao longo do tempo, apenas produzindo resultados
 11003 assinaláveis já em 2014, quando: i) em Março os membros da família Espírito
 11004 Santo e outros responsáveis renunciaram ao exercício simultâneo de funções em
 11005 empresas do GES do ramo financeiro e do ramo não financeiro; ii) em particular,
 11006 Ricardo Salgado deixa de exercer a partir de 18 de Março de 2014 funções de
 11007 administrador da ESI, ES Resources e ES Services; iii) a 16 de Abril Ricardo Salgado
 11008 apresenta a sua renúncia ao exercício das funções de Presidente do Conselho de
 11009 Administração das empresas BESI, ESAF, BEST e ES Tech Ventures; iv) a 17 de Abril
 11010 Ricardo Salgado apresenta um plano de sucessão que aponta para que na semana
 11011 de 23 de Junho sejam efectuadas reuniões com o Banco de Portugal no sentido de
 11012 ser encontrada uma solução para a liderança, a ser proposta em Assembleia Geral
 11013 do BES, que se previa ver convocada para o dia 27 de Junho;
- 11014 c306. Segue-se um conjunto de eventos, concentrados no tempo entre meados de
 11015 Junho e de Julho, cuja sequência é resumida na Tabela 4.8, e relacionados com a
 11016 liderança do BES;

11017
 11018 Tabela 4.8 – Principais eventos relacionados com a mudança de liderança no BES ocorridos
 11019 entre meados de Junho e de Julho de 2014.

19 Junho	Novamente por pressão do Banco de Portugal, em termos de cumprimento dos calendários acordados, Rui Silveira, em nome da ESFG, enquanto accionista de referência do BES, remeteu para o Banco de Portugal proposta que contempla uma nova equipa executiva liderada por Amílcar Moraes Pires, a ser proposta à Assembleia Geral, bem como a criação de um Conselho Estratégico presidido por Ricardo Salgado
19 Junho	O Banco de Portugal remeteu um conjunto de cartas, dirigidas a Ricardo Salgado, José Maria Ricciardi, José Manuel Espírito Santo, Ricardo Espírito Santo, Pedro Mosqueira do Amaral e Amílcar Moraes Pires, dando conta do seu conhecimento relativo a factos ocorridos na ESI e no BESA que podem indiciar comportamentos susceptíveis de colocar em causa a sua idoneidade, podendo daí resultar a abertura de processos de reavaliação de idoneidade, tendentes ao cancelamento dos respectivos registos
19 Junho	O Banco de Portugal efectuou reunião com membros da família Espírito Santo, da qual decorre a respectiva renúncia ao exercício de funções de administração no BES,

	com efeitos a partir do dia 20 de Junho
19 Junho	Ricardo Salgado solicitou autorização junto do Banco de Portugal para divulgar publicamente o nome de Amílcar Moraes Pires enquanto futuro Presidente da Comissão Executiva do BES, alegando existirem fortes pressões de mercado no sentido de ser conhecido o nome dos próximos responsáveis pela liderança do BES. O Banco de Portugal respondeu nesse mesmo dia, dizendo que não valida o nome proposto por um accionista de referência sem avaliar os requisitos de idoneidade, o que só será efectuado depois de escolhidos e designados os referidos nomes, devendo cada candidato avaliar individualmente se preenche os requisitos e ponderar os riscos de eventual decisão negativa
20 Junho	Contrariando o que foi acordado entre o BES e o Banco de Portugal, no sentido de não haver qualquer divulgação pública relacionada com os futuros dirigentes do BES, antes de tal ser considerado adequado por ambas as entidades, a 20 de Junho a comunicação social divulga ser Amílcar Moraes Pires o nome proposto pela família Espírito Santo para vir a liderar o BES
20 Junho	O BES informou os mercados da realização de uma Assembleia Geral a 31 de Julho, na qual o accionista ESFG iria apresentar uma proposta de nomeação de Amílcar Moraes Pires para Presidente da Comissão Executiva do BES
20 Junho	O Banco de Portugal vê-se assim obrigado a emitir um comunicado através do qual informa aguardar pelas decisões da Assembleia Geral, só depois procedendo à avaliação do cumprimento dos nomes indigitados para os corpos sociais dos requisitos necessários para o exercício de tais funções, designadamente em matéria de análise da correspondente idoneidade
23 Junho	Ricardo Salgado transmitiu uma mensagem electrónica a todos os colaboradores do BES, na qual apresenta as suas despedidas e refere igualmente que a ESFG vai apresentar proposta no sentido de Amílcar Moraes Pires vir a liderar o BES
24 Junho	O Banco de Portugal é informado pelo Crédit Agricole, enquanto accionista de referência do BES, do seu

	desconforto, nessa mesma qualidade, quanto ao modo como o processo de sucessão de Ricardo Salgado estava a ser conduzido, sem que tivesse sido consultado para esse efeito, dando conhecimento deste facto ao BES no mesmo dia. Esta posição é formalizada através de carta para o Banco de Portugal remetida a 26 de Junho, onde o Crédit Agricole defende a implementação de uma administração independente da família Espírito Santo
28 Junho	O Banco de Portugal informa Ricardo Salgado quanto à sua posição de princípio que aponta no sentido de considerar que Amílcar Morais Pires não reuniria as condições necessárias para assumir a liderança do BES
30 Junho	Vítor Bento é convidado por Ricardo Salgado para assumir a liderança do BES, convite que viria a aceitar, mas com vontade expressa no sentido de apenas iniciar funções depois da aprovação das contas relativas ao primeiro semestre de 2014
4 Julho	A ESFG emite comunicado através do qual informa que a futura equipa dirigente do BES vai ser liderada por Vítor Bento
14 Julho	Após várias diligências, incluindo intervenção do Banco de Portugal, a equipa liderada por Vítor Bento, com concordância tanto da ESFG como do Crédit Agricole, enquanto accionistas de referência do BES, aceita antecipar o seu início de funções, que vem a acontecer neste dia, desde que fiquem sem ter qualquer tipo de associação ou envolvimento na elaboração e aprovação das contas do BES relativas ao primeiro semestre de 2014

Fonte: sistematização do deputado relator com base em informação que consta do espólio da CPI

11020

11021

11022

11023

11024

11025

11026

11027

11028

11029

11030

- c307. A equipa liderada por Vítor Bento, ao tomar conhecimento pelo BdP da intenção, no seguimento da medida de resolução adoptada para o BES, de ver concretizada a venda do Novo Banco num horizonte temporal de curto prazo, aceita esta opção mas entende que se trata de um projecto em que não se revê, acordando manter-se em funções somente até ser encontrada uma nova liderança, de modo a não perturbar o normal funcionamento e estabilização do Novo Banco;
- c308. No dia 17 de Setembro de 2014 inicia funções uma nova equipa de gestão do Novo Banco, passando a liderança da instituição a ser assumida por Eduardo Stock da Cunha, que assim sucede nestas funções a Vítor Bento;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11031 c309. De acordo com depoimento de Ricardo Salgado e do Governador do Banco de
11032 Portugal, em Fevereiro de 2015 o Banco de Portugal confronta Ricardo Salgado
11033 com um projecto de decisão administrativa que sobre ele incide, enquanto
11034 potencial responsável pelo agravamento da situação financeira do BES, perante o
11035 qual Ricardo Salgado suscitou um incidente de suspeição do Governador do Banco
11036 de Portugal, por alegada falta de isenção.

11037

11038 **C3.3.9 Síntese Final**

11039 Das múltiplas esferas de intervenção do Banco de Portugal, acima relatadas, pode-se concluir,
11040 de uma forma relativamente transversal, em termos de caracterização do seu envolvimento
11041 em todo o processo, o seguinte:

11042 c310. De forma porventura excessivamente prudente, à luz do que hoje se sabe, com
11043 base nas suas competências e legislação aplicável, o Banco de Portugal procurou
11044 encontrar de forma concertada soluções que fossem aceites pelos accionistas do
11045 BES, e em particular por Ricardo Salgado;

11046 c311. Apesar das sucessivas resistências, contradições e eventuais conflitos de
11047 interesses, nomeadamente no que decorre da liderança de Ricardo Salgado,
11048 acreditou o Banco de Portugal que seria possível encontrar e implementar sem
11049 rupturas ou perturbações excessivas e sem colocar em causa o estado do sistema
11050 financeiro, uma solução de mútuo acordo para o BES;

11051 c312. Apesar de o Banco de Portugal ter intensificado os seus mecanismos de
11052 acompanhamento do BES, reforçando a sua natureza intrusiva e alargando o
11053 âmbito de intervenção, indo para além do perímetro da sua esfera de supervisão
11054 e abarcando igualmente a área não financeira, tal viria a revelar-se insuficiente
11055 para evitar a necessidade de uma intervenção pública sobre o mesmo;

11056 c313. Com plena consciência dos esforços desenvolvidos, o Banco de Portugal assume
11057 que existem eventuais aprendizagens e oportunidades de melhoria a retirar em
11058 termos do exercício das funções de supervisão, decorrentes de todo este processo
11059 relacionado com o BES;

11060 c314. Além de outras iniciativas de reflexão interna quanto ao sucedido, neste mesmo
11061 sentido o Banco de Portugal designou uma comissão independente, liderada pelo
11062 seu Presidente do Conselho de Auditoria, João Costa Pinto, que conta igualmente
11063 com a participação de entidades externas e do Boston Consulting Group, tendo
11064 como objectivo apresentar as correspondentes conclusões, centradas no exercício
11065 das funções de supervisão do Banco de Portugal face ao BES ao longo não apenas
11066 do ano crítico de 2014, mas também durante os anos imediatamente anteriores;

11067 c315. Adicionalmente, o Banco de Portugal designou um grupo de trabalho, liderada por
11068 Rui Cartaxo, para “analisar os modelos e as práticas de governo, de controlo e de
11069 auditoria das instituições financeiras em Portugal”, com o objectivo de apresentar



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11070 “recomendações que permitam superar as eventuais limitações e deficiências
11071 detectadas, tendo como referência as melhores práticas”.

11072

11073 **C3.4 Da Articulação entre Entidades Supervisoras**

11074 Ainda que nem sempre possa ser o caso, no processo que se relaciona com a evolução do BES
11075 e do GES torna-se evidente que o nível efectivo de colaboração e articulação entre os
11076 diferentes supervisores ficou manifestamente aquém do que seria desejável, num caso de
11077 especial delicadeza, e que envolve os três supervisores (Banco de Portugal, CMVM e Instituto
11078 de Seguros de Portugal). Apesar dos esforços de cooperação, e com enfoque particular a partir
11079 do último trimestre de 2013, são de sublinhar os seguintes factos, enquanto meros exemplos
11080 reveladores da ausência de um grau suficientemente intenso ou eficaz de partilha de
11081 informação ou entrosamento em tomadas de decisão:

11082 c316. Do ponto de vista formal, e num período particularmente delicado, face ao que
11083 estava a suceder no BES e no GES, de acordo com a informação disponibilizada no
11084 respectivo *site*, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros apenas efectuou
11085 reuniões de forma esporádica ao longo do tempo, em 11 de Setembro e 9 de
11086 Dezembro de 2013, 14 de Março, 6 de Junho, 5 de Agosto e 15 de Setembro de
11087 2014, sendo que apenas nas notas relativas à reunião extraordinária de 5 de
11088 Agosto de 2014 e numa das reuniões ordinárias é efectuada referência à situação
11089 do BES;

11090 c317. O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apenas toma conhecimento a 27 de Junho
11091 de 2014 da circunstância de a Tranquilidade ter servido de garantia face à
11092 provisão de 700 milhões de euros que por determinação do Banco de Portugal,
11093 com referência a 31 de Dezembro de 2013, foi assumida pela ESFG, nem tão
11094 pouco lhe foi solicitada qualquer opinião relativamente ao valor de 700 milhões
11095 atribuído a esta mesma seguradora, em relação ao qual o ISP apresenta
11096 discordância;

11097 c318. Havendo factos relevantes que eram do conhecimento do Banco de Portugal
11098 desde os finais de Novembro de 2013, somente mais tarde, na posse de
11099 elementos adicionais, em finais de Março e início de Abril de 2014 é que este dá
11100 conhecimento à CMVM e/ou ISP de forma mais detalhada dos problemas
11101 existentes com o GES, nomeadamente através de reuniões que tiveram lugar a: i)
11102 25 de Março, em que o Banco de Portugal informa da grave situação financeira da
11103 ESI, da estratégia de blindagem adoptada, da constituição de uma provisão de 700
11104 milhões de euros e suspensão da comercialização de papel comercial de
11105 entidades do GES em clientes de retalho; ii) 4 de Abril, a nível técnico, com
11106 referência aos programas ETRICC e ETRICC2, assim como determinação da
11107 elaboração de contas consolidadas pró-forma da ESI com referência a 31 de
11108 Dezembro de 2013 (enquanto trabalho em curso) e indicação de que a provisão
11109 de 700 milhões de euros assumida pela ESFG no exercício de 2013 a colocaria em



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11110 incumprimento do rácio mínimo de capital exigido, obrigando à apresentação de
11111 medidas de reforço dos fundos próprios;
- 11112 c319. Não sendo coincidente do ponto de vista procedimental no modo como tal
11113 decorreu, apenas a 20 de Maio de 2014, o relatório final elaborado pela KPMG,
11114 datado de 24 de Abril de 2014, de caracterização da situação patrimonial
11115 consolidada da ESI a 31 de Dezembro de 2013, é remetido para a CMVM, o
11116 mesmo não tendo sucedido com a versão anterior, com referência a 30 de
11117 Setembro de 2013, e entregue pela KPMG em Janeiro de 2014 ao Banco de
11118 Portugal;
- 11119 c320. Nunca foi feita uma análise conjunta, ainda que respeitando as competências de
11120 cada entidade, relativamente a aspectos relacionados com a eventual evolução
11121 dos modelos de governação e liderança das entidades do GES, ou de análise da
11122 idoneidade dos seus responsáveis;
- 11123 c321. Apenas em 18 de Julho de 2014 tem lugar uma reunião do Comité Nacional para a
11124 Estabilidade Financeira, convocada expressamente para “análise dos
11125 desenvolvimentos recentes do BES e do GES”, sendo então decidido criar um
11126 grupo de trabalho a nível técnico, envolvendo representantes dos reguladores e
11127 do Ministério das Finanças, para partilha de informação e reforço de uma
11128 articulação estreita entre as entidades com responsabilidade nesta matéria;
- 11129 c322. Não existiu qualquer envolvimento prévio dos demais reguladores no que se
11130 refere à resolução do BES, sendo que somente no dia 2 de Agosto de 2014 é dado
11131 conhecimento ao ISP e à CMVM, pelo Banco de Portugal, de que vai tomar essa
11132 medida, que viria a concretizar-se no dia imediatamente seguinte, no âmbito das
11133 suas competências enquanto autoridade nacional de resolução;
- 11134 c323. Esta omissão, nomeadamente no que se refere à CMVM, impossibilitou que
11135 determinado tipo de medidas preventivas tivessem podido ser equacionadas,
11136 como a eventual suspensão de transacções de acções do BES na plenitude dos
11137 dias 31 de Julho e 1 de Agosto de 2014, por forma a evitar possíveis situações de
11138 utilização abusiva de informação preferencial;
- 11139 c324. No que diz respeito à situação gerada junto dos compradores de papel comercial
11140 de empresas do GES, através de transacções promovidas por gestores de conta do
11141 BES, onde assumem especial significado colocações de papel comercial da ESI e da
11142 Rioforte, assistiu-se no segundo semestre de 2014, e igualmente já em 2015, a
11143 uma manifesta falta de cooperação entre o Banco de Portugal e a CMVM, com
11144 ausência de respostas claras, minimamente concertadas. Com responsabilidades
11145 aparentemente remetidas de uma para outra destas entidades supervisoras,
11146 conforme evidenciado por correspondência trocada entre ambas, entretanto
11147 divulgada, nomeadamente em Fevereiro de 2015. O que transmite não apenas
11148 uma falta de concertação mas igualmente um desalinhamento de posições, que se
11149 fez questão de tornar público, o que é de lamentar à luz de um mínimo de
11150 articulação que se exige entre entidades supervisoras.
- 11151



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11152 **C4) Intervenção do Governo**

11153 Relativamente à evolução da situação registada no BES e no GES, o Governo transmitiu à CPI
11154 ter entendido dever respeitar integralmente as responsabilidades e competências, com
11155 autonomia e total independência, que sobre esta matéria recaem sobre o Banco de Portugal,
11156 enquanto entidade supervisora e autoridade nacional de resolução.

11157 Recusou igualmente ter qualquer tipo de envolvimento ou promover uma qualquer eventual
11158 afectação de meios públicos, de forma directa ou indirecta, no que diz respeito ao saneamento
11159 do GES.

11160 Tendo este posicionamento enquanto pano de fundo, relativamente à intervenção do Governo
11161 nesta matéria, são de salientar os seguintes factos:

11162

11163 c325. Nunca foi apresentada ao Governo qualquer proposta de recapitalização pública
11164 que fosse pretendida pelo BES e seus accionistas, quer por Ricardo Salgado, quer
11165 por Vítor Bento, nem de recapitalização pública forçada apresentada pelo Banco
11166 de Portugal;

11167 c326. De acordo com a informação disponibilizada e a posição assumida pelo Banco de
11168 Portugal, o Governo sempre considerou, até finais de Julho, existir uma situação
11169 de sustentabilidade financeira do BES, nomeadamente após conclusão com
11170 sucesso da operação de aumento de capital efectuada no segundo trimestre de
11171 2014;

11172 c327. Apenas a 25 e 27 de Julho de 2014 o Banco de Portugal toma conhecimento das
11173 evoluções registadas ao longo do segundo trimestre de 2014 na situação
11174 patrimonial do BES, que obrigam a uma intervenção urgente, com imediato
11175 reforço dos capitais do BES, sendo que o Governo assumiu que caso fosse
11176 necessário aceder a linhas de financiamento público, e independentemente do
11177 modo como isso se viesse a concretizar, seriam para esse efeito disponibilizados
11178 os recursos não aplicados do total da linha de financiamento bancário acordada
11179 com a “troika” no âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro,
11180 com o valor máximo remanescente à data de 6.400 milhões de euros;

11181 c328. De acordo com depoimento prestado perante a CPI, Fernando Ulrich, Presidente
11182 da Comissão Executiva do BPI, terá transmitido alguma apreensão face a
11183 determinados indicadores apresentados pelo BES e GES junto de Vítor Gaspar,
11184 enquanto Ministro de Estado e das Finanças, em Maio ou Junho de 2013, sendo
11185 que no seguimento deste contacto o Banco de Portugal promoveu uma reunião
11186 do seu Director de Supervisão Prudencial com o mesmo Fernando Ulrich, em que
11187 estas mesmas preocupações foram transmitidas. Porém, de acordo com o Banco
11188 de Portugal, a informação partilhada era já do seu conhecimento, nomeadamente
11189 por via do exercício ETRICC;

11190 c329. Ricardo Salgado, em dois momentos diferentes, apresenta informação e solicita
11191 ajuda institucional, para o GES, junto do Governo e outras entidades, através de
11192 contactos efectuados junto do Presidente da Comissão Europeia, Presidente da



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11193 República, Primeiro-Ministro, Vice- Primeiro-Ministro, Ministra de Estado e das
11194 Finanças e Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro;
- 11195 c330. Num primeiro momento, dando a conhecer o teor de carta entregue ao Banco de
11196 Portugal no dia 31 de Março de 2014, centrada na necessidade de mudanças no
11197 modelo de governação e na liderança do BES serem efectuadas com ponderação,
11198 por mútuo acordo e desejavelmente após conclusão da operação de aumento do
11199 capital, alertando para eventuais impactos, no BES e no GES, de uma “eventual
11200 saída, no imediato, dos membros do Grupo Espírito Santo dos órgãos de
11201 administração do BES”. Ao mesmo tempo que terá comentado menos
11202 positivamente o modo como o Banco de Portugal tinha vindo a acompanhar,
11203 enquanto supervisor, as actividades do BES e a sua equipa de gestão, aspecto que
11204 não é porém confirmado pelo próprio Ricardo Salgado;
- 11205 c331. Num segundo momento, dando a conhecer um memorando onde são
11206 apresentadas as dificuldades em que o GES se encontra envolvido, com referência
11207 às eventuais implicações para a economia portuguesa decorrentes de um possível
11208 colapso do grupo, sem que nele seja feita referência explícita ou directa a
11209 quaisquer problemas específicos associados ao BES, sendo solicitado eventual
11210 apoio institucional ao nível do GES;
- 11211 c332. Ainda que tal não conste do memorando, no decurso de algumas das referidas
11212 reuniões terá sido feita referência à possibilidade de a CGD, directamente ou
11213 enquanto líder de um sindicato bancário, com eventuais garantias do Estado,
11214 poder vir a facultar financiamentos de 2.100 a 2.500 milhões de euros para apoiar
11215 eventuais entidades privadas interessadas em adquirir activos do ramo não
11216 financeiro enquadrados no balanço da Rioforte, permitindo assim ao GES ganhar
11217 tempo para otimizar a gestão da sua carteira de activos;
- 11218 c333. Ainda que tal não conste do memorando e não seja confirmado por José Honório,
11219 que participou na segunda ronda de reuniões, Ricardo Salgado afirma ter feito
11220 referência, nesse contexto, ao modo como a crise no GES poderia afectar a
11221 reputação e confiança dos mercados no BES;
- 11222 c334. Face ao exposto, o Governo, em particular através da Ministra de Estado e das
11223 Finanças, recusou conceder qualquer tipo de apoio, directo ou indirecto, ao GES,
11224 por entender que não devia intervir no saneamento financeiro da vertente não
11225 financeira de um grupo económico privado, nem tão pouco condicionar ou
11226 interferir nas políticas normais de concessão de crédito por parte da CGD,
11227 relativamente a este caso em concreto ou outros de índole semelhante, tanto
11228 mais que os apoios públicos a entidades privadas se encontram fortemente
11229 condicionados do ponto de vista legal, sem que devam ser abertos precedentes
11230 nestas matérias, sendo esta uma forte convicção e posição de princípio adoptada
11231 pelo Governo;
- 11232 c335. Ainda que sendo legítima a mesma posição de princípio quanto ao seu
11233 envolvimento na gestão de uma medida de resolução bancária, alguns depoentes
11234 perante a CPI (e.g. Fernando Ulrich) referiram que neste caso concreto o Governo



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11235 poderia ou deveria ter tido um papel mais activo, com participação no processo
11236 decisório;
- 11237 c336. Sendo da competência do Banco de Portugal deliberar quanto às soluções a
11238 adoptar perante situações bancárias como a verificada no BES, inteiramente
11239 respeitada, em particular no que se refere à autonomia e independência da
11240 entidade reguladora e autoridade nacional de resolução, o Governo referiu ter
11241 tomado conhecimento ao início da tarde do dia 1 de Agosto de 2014, através de
11242 contacto efectuado pelo Governador do Banco de Portugal junto da Ministra de
11243 Estado e das Finanças, da intenção de aplicação de uma medida de resolução ao
11244 BES, face às circunstâncias já relatadas, e no seguimento da reunião do Conselho
11245 de Governadores do Banco Central Europeu, efectuada cerca das 12h00 desse
11246 mesmo dia 1 de Agosto de 2014;
- 11247 c337. A solicitação do Banco de Portugal, o Governo aprovou por duas vezes, a 31 de
11248 Julho e 3 de Agosto de 2014, duas alterações pontuais na legislação relativa à
11249 resolução, que corresponderam respectivamente à publicação dos Decreto-Lei
11250 114-A/2014, de 1 de Agosto e 114-B/2014, de 4 de Agosto, que não afectariam
11251 em qualquer caso a capacidade do BdP tomar a decisão nos moldes em que o fez;
- 11252 c338. Ainda que respeitando integralmente a autonomia de decisão do Banco de
11253 Portugal sobre esta matéria, conforme referido, o Governo considerou que neste
11254 caso concreto a medida de resolução era a mais adequada para fazer face à
11255 situação em que se encontrava o BES;
- 11256 c339. Depois de informado da opção da adopção da medida de resolução, tomada pelo
11257 Banco de Portugal, o Governo prestou todo o apoio solicitado pelo mesmo,
11258 nomeadamente no que se refere a: i) ajustes legislativos efectuados no regime
11259 jurídico aplicável no contexto da adopção de medidas de resolução bancária em
11260 Portugal, aprovado em 31 de Julho e 3 de Agosto de 2014; ii) notificação da
11261 intenção de concretização desta mesma medida, da sua estrita competência,
11262 junto da Comissão Europeia, através da Direcção-Geral de Concorrência (DG
11263 COMP), o que foi efectuado a 3 de Agosto de 2014; iii) concessão de um
11264 empréstimo, junto do Fundo de Resolução, no valor de 3.900 milhões de euros,
11265 para efeitos de concretização da referida medida de resolução, face ao estado
11266 ainda embrionário em que se encontrava a constituição do mesmo Fundo de
11267 Resolução;
- 11268 c340. Sendo legítima a posição adoptada pelo Governo, poderiam ter sido equacionadas
11269 formas adicionais de intervenção do mesmo no processo, em particular no que se
11270 refere a: i) reforço da articulação com e entre as diferentes entidades
11271 supervisoras; ii) antecipação de determinadas alterações ou clarificações
11272 legislativas, nomeadamente quanto às condições de análise da idoneidade dos
11273 administradores de instituições bancárias, apesar de tal não lhe ter sido
11274 expressamente solicitado pelo BdP;
- 11275
11276

11277 **C5) Impactos sobre Contas Públicas e Economia**

11278 A implosão de um grupo económico com a dimensão do GES tem por definição consequências
11279 que nunca serão positivas para a economia e sociedade onde se insere, ainda que por vezes
11280 estes impactos, directos e indirectos, não sejam fáceis de quantificar. Adicionalmente, uma
11281 noção mais exacta desses mesmos impactos, depende de resultados que ainda não são
11282 conhecidos, em particular no que diz respeito ao valor que vier a ser apurado aquando da
11283 venda do Novo Banco.

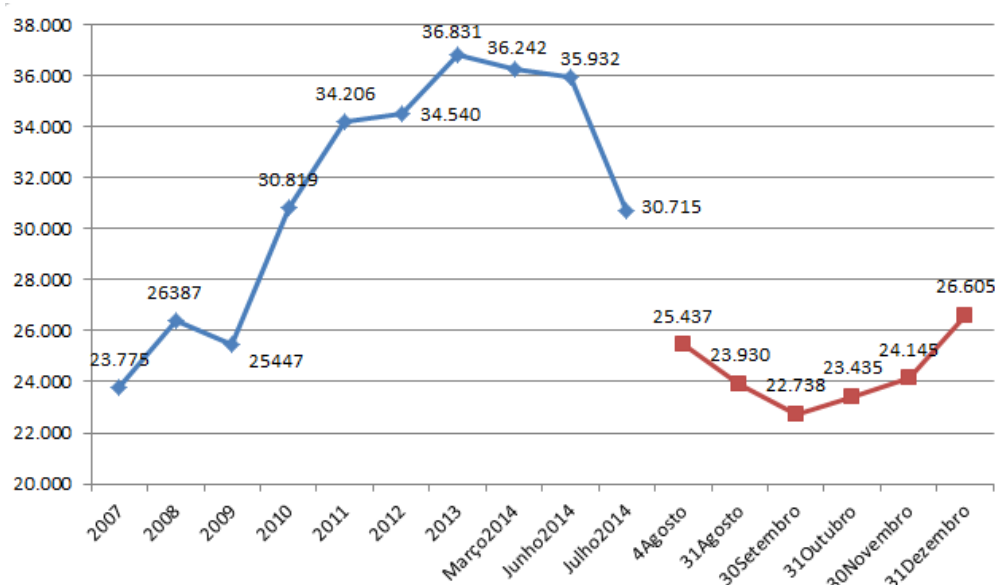
11284 Ainda assim, no que se refere a uma visão aproximada dos impactos verificados ou a registar,
11285 baseada em *proxies* relacionados com potenciais impactos económicos (postos de trabalho,
11286 depósitos, crédito bancário e taxas de juro) vale a pena destacar o seguinte:

11287

11288 c341. Em termos dos postos de trabalho, as insolvências mais relevantes estão a ocorrer
11289 fora de Portugal, tendo os trabalhadores do BES transitado para o Novo Banco, e
11290 sido garantida a manutenção da actividade das empresas do GES em Portugal que
11291 foram entretanto alvo de compra por outras entidades (por exemplo, no se diz
11292 respeito a ES Saúde, Tranquilidade ou ES Viagens), pelo que não há a registar
11293 qualquer diminuição significativa ao nível dos postos de trabalho assegurados em
11294 Portugal;

11295 c342. No que diz respeito à evolução dos depósitos no BES, é de referir que teve lugar
11296 uma redução significativa do seu volume, com particular incidência no mês de
11297 Julho de 2014, a que depois se segue um prolongamento desta descida, já no
11298 Novo Banco, até ao final de Setembro de 2014 (Figura 4.32), a que se segue
11299 depois uma recuperação significativa, da ordem dos 4.000 milhões de euros, até
11300 ao final de 2014;

11301



11302

Figura 4.32 – Evolução do volume de depósitos no BES e no Novo Banco
(valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI pelo BES e Novo Banco

- c343. Constatase portanto que o volume de depósitos no BES atingiu um valor máximo no final de 2013, da casa dos 37.000 milhões de euros. A série de valores do Novo Banco não pode ser comparada directamente com a do BES, uma vez que corresponde a um perímetro diferente, arrancando em Agosto com 25.000 milhões de euros de depósitos, valor que baixa depois até ao mínimo de 23.000 milhões de euros, mas com o ano de 2014 a fechar já perto dos 27.000 milhões de euros (Figura 4.32);
- c344. Já no que concerne aos impactos verificados em termos dos depósitos existentes no sistema bancário nacional, constata-se que globalmente não foi registada qualquer quebra significativa ao longo do ano de 2014, no que toca a depósitos de particulares (Figura 4.33), que conhecem uma taxa de variação anual positiva, no final de 2014, de 0,8%, face a um valor no final de 2013 que correspondia a perto de 131.000 milhões de euros. O que ilustra a ausência de efeitos sistémicos ou de substancial quebra de confiança no sistema bancário nacional por parte dos agregados familiares;



Figura 4.33 – Taxa de variação anual dos depósitos de particulares em Portugal e na zona euro, de acordo com dados do Banco de Portugal.

- c345. O mesmo sucede com os volumes de depósitos das sociedades não financeiras, que no final de 2013 correspondia a cerca de 28.500 milhões de euros e conhece no final de 2014 uma taxa de evolução anual bastante positiva, situada em 7,2%, de acordo com dados do Banco de Portugal;
- c346. Uma análise mais detalhada, com incidência apenas sobre o ano de 2014, ilustra que não houve qualquer quebra significativa ao longo do ano dos depósitos de particulares, sendo alcançado um máximo no final de Julho de 2014, de 134 mil milhões de euros, justamente no mês de maior decréscimo dos volumes de depósitos no BES, que correspondem portanto essencialmente a transferências de valores para outras instituições bancárias nacionais (Figura 4.34);

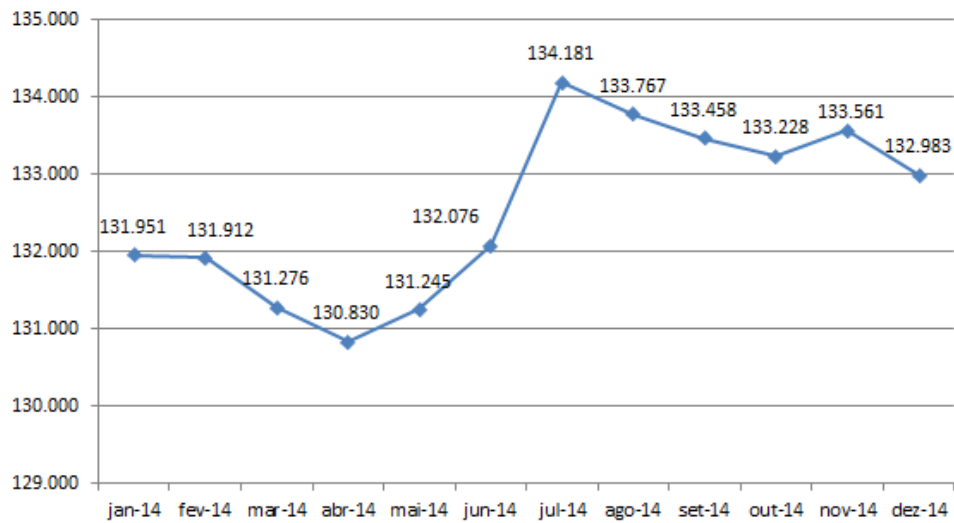


Figura 4.34 – Evolução do volume de depósitos de particulares em Portugal ao longo de 2014 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal e Associação Portuguesa de Bancos

c347. Por sua vez, ao longo do ano de 2014 os depósitos de sociedades não financeiras conhecem uma tendência crescente, sem discontinuidades, com um valor máximo alcançado no final de Novembro, próximo dos 30.700 milhões de euros (Figura 4.35);

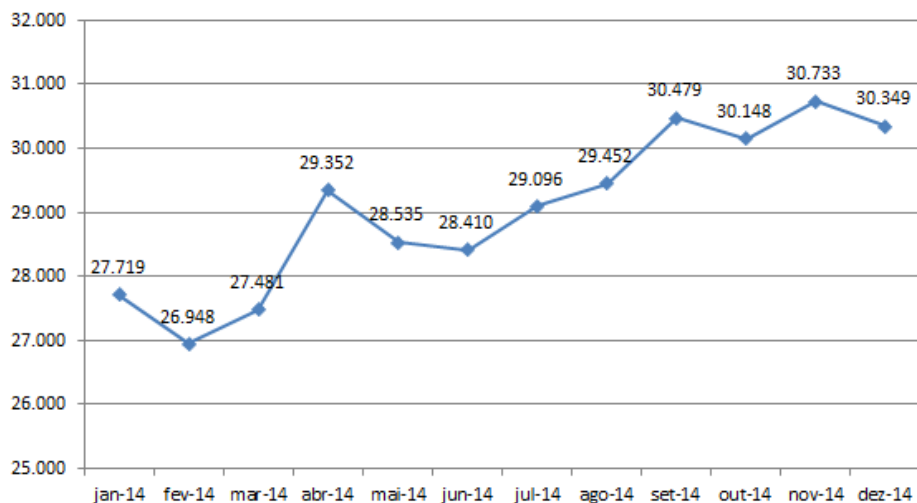


Figura 4.35 – Evolução do volume de depósitos de sociedades não financeiras em Portugal ao longo de 2014 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal e Associação Portuguesa de Bancos

c348. Por sua vez, é de assinalar que tanto a equipa de gestão liderada por Vítor Bento como aquela que é presidida actualmente por Eduardo Stock da Cunha

11354 desenvolveram esforços no sentido de garantir que, apesar do processo de
 11355 transição do BES para o Novo Banco, se mantinham ritmos adequados de análise
 11356 e concessão de crédito, tanto junto das famílias como das empresas;
 11357 c349. Constata-se assim que a evolução dos volumes de crédito concedidos pelo BES e
 11358 mais tarde pelo Novo Banco (Figura 4.36), com séries que não são comparáveis
 11359 directamente, devido a alterações de perímetro entre o BES e o Novo Banco,
 11360 conheceram uma evolução que atinge um máximo em 2011, de quase 53.000
 11361 milhões de euros, mantendo-se depois entre os 50 e os 51 mil milhões de euros.
 11362 No que toca ao Novo Banco, este arranca com cerca de 38.000 milhões de euros
 11363 em créditos concedidos (9.600 milhões de euros de crédito a particulares e 29.000
 11364 milhões de euros de crédito a empresas) e fecha o ano de 2014 com 36.000
 11365 milhões de euros de crédito concedido (9.000 milhões de euros de crédito a
 11366 particulares e 27.000 milhões de euros de crédito a empresas);
 11367

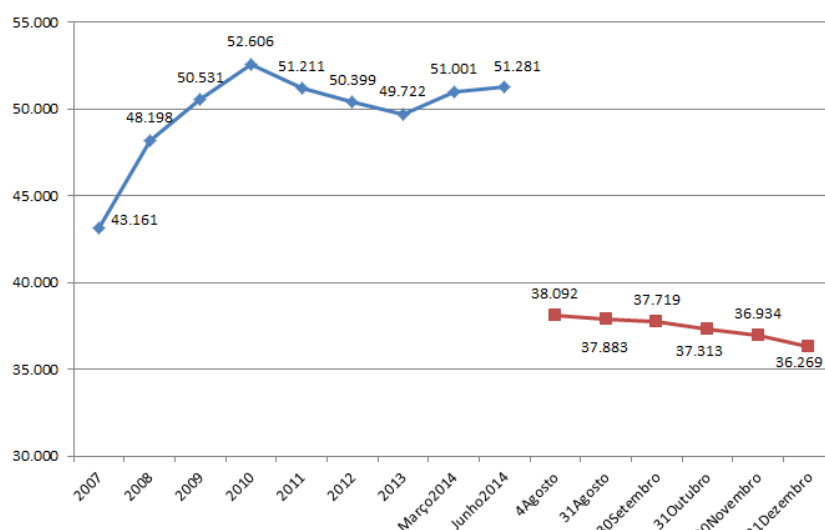


Figura 4.36 – Evolução do volume de crédito concedido pelo BES e Novo Banco (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI pelo BES e Novo Banco

11368
 11369
 11370
 11371
 11372
 11373 c350. Constata-se assim que levando em consideração as necessidades de
 11374 desalavancagem e redução dos rácios de transformação, a transição para o Novo
 11375 Banco permitiu continuar a garantir a manutenção de volumes consideráveis de
 11376 crédito concedido, ao mesmo tempo que é mantida uma forte preponderância do
 11377 crédito concedido a empresas, e em particular junto das PME;
 11378 c351. Do ponto de vista sistémico, uma análise equivalente, mas agora no que se refere
 11379 aos montantes globais de crédito concedidos pelo sistema bancário nacional
 11380 (Figura 4.37), verifica-se a continuidade de um processo de desalavancagem, com
 11381 taxas de variação anual negativas que no final de 2014 eram de -7,8% para

11382 sociedades não financeiras e -3,6% nos empréstimos a particulares, sendo estes
 11383 ritmos de diminuição idênticos aos verificados em 2012 e 2013;

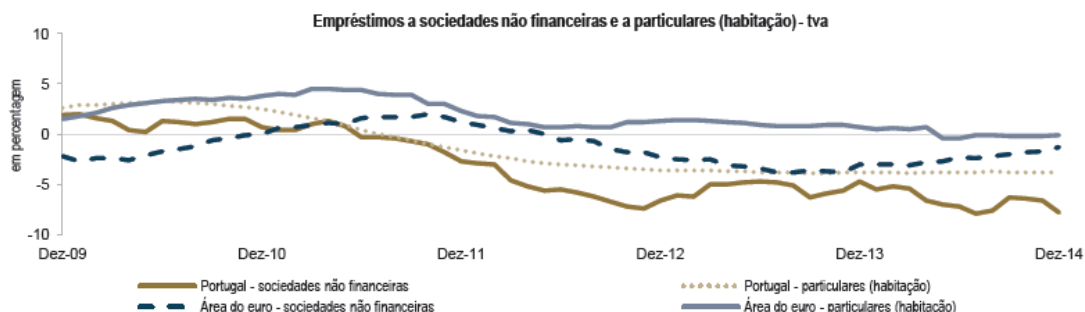


Figura 4.37 – Taxas de variação anual dos empréstimos concedidos em Portugal e na zona euro, de acordo com o Banco de Portugal.

c352. Também aqui um estudo mais detalhado, com incidência sobre o ano de 2014, evidencia uma tendência de decréscimo, mas sem descontinuidades ou perturbações que possam ligar-se ao colapso do GES e resolução do BES, com comportamentos entre Julho e Setembro alinhados com a tendência de evolução registada ao longo do ano, que fechou com um valor próximo de 124 mil milhões de euros de crédito concedido a particulares (Figura 4.38);

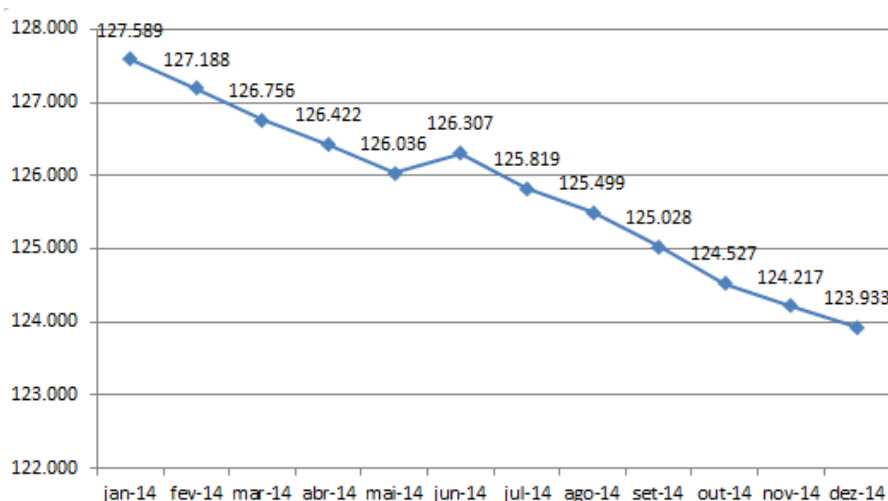


Figura 4.38 – Evolução do volume de crédito concedido a particulares pela banca nacional em 2014 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal e Associação Portuguesa de Bancos

c353. Análise idêntica, para 2014, quanto à evolução do volume de crédito concedido a sociedades não financeiras, permite constatar a existência de um decréscimo constante, mas que é especialmente acentuado em Dezembro de 2014, pelo que

11404 uma vez mais não parece decorrer de qualquer perturbação provocada pelo BES e
 11405 colapso do GES (Figura 4.39);

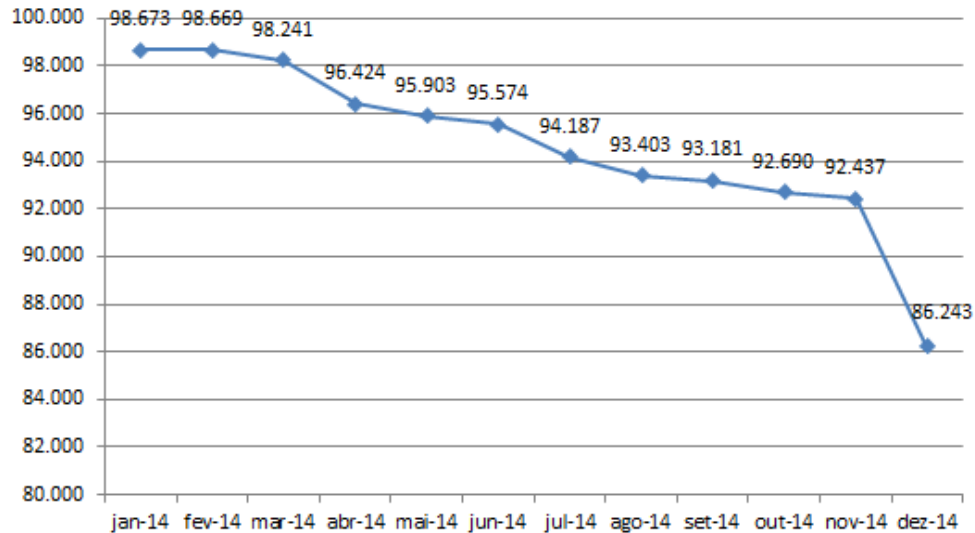


Figura 4.39 – Evolução do volume de crédito concedido a sociedades não financeiras pela banca nacional em 2014 (valores em milhões de euros).

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal e Associação Portuguesa de Bancos

c354. Finalmente, no que se refere às condições de concessão de empréstimos, reflectidas nas correspondentes taxas de juro, manteve-se uma tendência decrescente, que se vem registando desde 2012, pelo que a crise verificada no GES e no BES não se traduziu em alterações das tendências de redução dos encargos financeiros que são observadas (Figura 4.40);

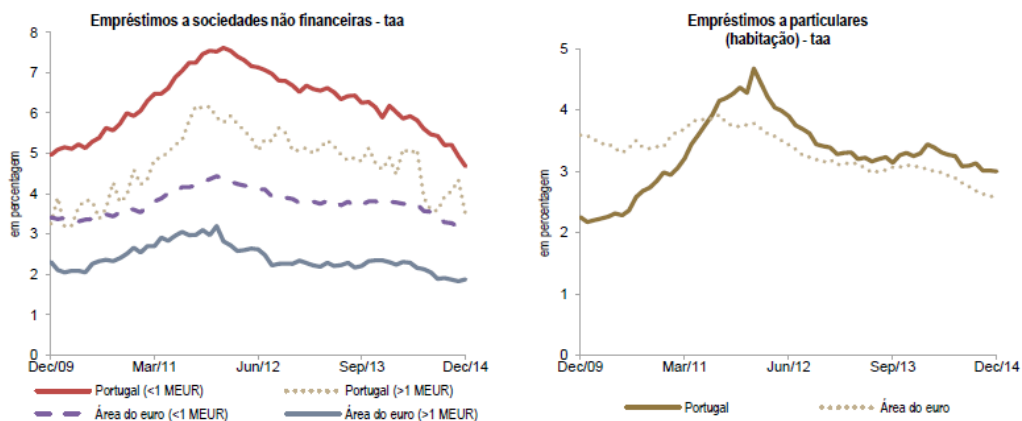
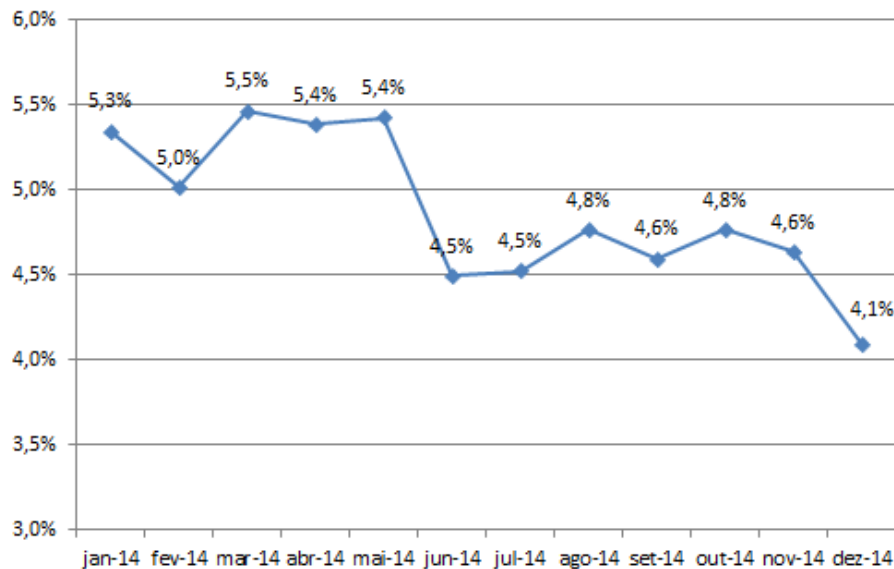


Figura 4.40 – Evolução das taxas de juro praticadas no sistema bancário nacional, de acordo com o Banco de Portugal.

c355. Um estudo mais detalhado, com incidência sobre o ano de 2014, permite concluir que as taxas de juro associadas a novas operações de crédito estabelecidas com

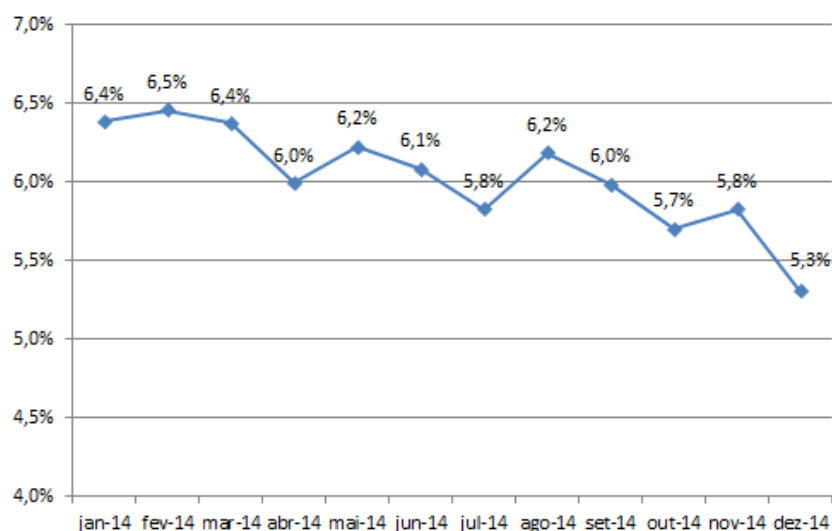
11424 sociedades não financeiras apresentam tendência decrescente, sem qualquer
 11425 perturbação significativa registada, fechando o ano com um valor médio de 4,1%
 11426 (Figura 4.41);
 11427



11428
 11429 **Figura 4.41 – Evolução das taxas de juro praticadas em novas operações de crédito com**
 11430 **sociedades não financeiras em 2014.**

11431 Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal

11432
 11433 c356. No mesmo ano de 2014, se olharmos agora para os juros praticados em novas
 11434 operações de crédito a particulares, regista-se igualmente uma tendência
 11435 decrescente, fechando-se o ano com um valor médio de 5,3% (Figura 4.42);
 11436



11437
 11438

Figura 4.42 – Evolução das taxas de juro praticadas em novas operações de crédito a particulares em 2014.

Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação do Banco de Portugal

c357. Em termos de estabilidade do sistema bancário nacional, os dados acima ilustrados evidenciam que a crise sentida no BES acabou por ficar relativamente contida nos seus impactos, quando estes são aferidos em termos dos montantes de depósitos e de créditos concedidos ao longo do tempo, e mesmo durante os meses mais próximos da medida de resolução aplicada ao BES, o que se aplica igualmente à evolução das taxas de juro;

c358. Já no que se refere ao impacto da medida de resolução sobre as contas públicas, este está ainda a ser alvo de análise por parte do INE e das instituições europeias, e em particular do EUROSTAT. Este, a existir, em termos de défice das contas públicas terá incidência sobre o ano de 2014, e poderá vir a ser alterado em função da diferença entre o valor da compra do Novo Banco e o valor de 4.900 milhões de euros;

c359. No que se refere à exposição de recursos públicos, com a medida de resolução passou-se de uma afectação de meios do Banco de Portugal, a 1 de Agosto, por via do acesso ao mecanismo de cedência de liquidez em situação de emergência (ELA-*Emergency Liquidity Assistance*), no valor de 3.500 milhões de euros, com risco associado a um único banco e de curto prazo, para uma exposição de médio prazo e repartida por todo o sistema financeiro, através de um empréstimo de 3.900 milhões de euros concedido ao Fundo de Resolução.

C6) Enquadramento Legal e Regulamentar

Face aos fortes problemas ocorridos no sistema financeiro, a nível nacional e internacional, com especial incidência desde 2008, tem-se verificado uma constante evolução em matéria de enquadramento legal e regulamentar do sector, sendo de sublinhar, a este propósito, que:

c360. O regime legal aplicável em Portugal, à data em que é tomada a medida de resolução, é substancialmente diferente do vigente aquando outras intervenções recentes efectuadas em entidades bancárias no nosso país;

c361. Em particular, independentemente da solução adoptada e ao contrário do que sucedia anteriormente, uma intervenção pública assumida em Agosto de 2014 teria necessariamente de obedecer aos princípios de repartição de encargos (*“burden sharing”*), de acordo com os quais compete a accionistas e titulares de instrumentos de capital e dívida subordinada assumir em primeira linha as perdas associadas à degradação da correspondente entidade bancária;

c362. As principais peças legislativas e regulamentares vigentes, que teriam de enquadrar qualquer tipo solução, encontram-se alinhadas com as orientações da

11478

União Europeia sobre esta mesma matéria (Tabela 4.9), tendo sido alvo de sucessivas alterações ao longo dos últimos anos;

11479

11480

11481

Tabela 4.9 – Alguns diplomas legais especialmente relevantes.

Lei n.º 63-A/2008 , de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros
Decreto-Lei n.º 31-A/2012 , de 10 de Fevereiro, que procedeu à 25.ª alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), conferindo poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, e procedendo à criação de um Fundo de Resolução
Regulamento (UE) n.º 575/2013 , de 26 de Junho, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 e enquadra os requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, sendo comumente referido como <i>Capital Requirements Regulation</i> (CRR)
Directiva 2013/36/UE , de 26 de Junho, que diz respeito à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, sendo também referida como <i>Capital Requirements Directive IV</i> (CRD IV)
Comunicação da CE, 2013/C 216/01 , de 30 de Julho, que estabelece novas regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis às medidas de apoio aos bancos no contexto da crise financeira, que se traduzem na criação de um regime mais apertado de concessão de auxílios de Estado no sector bancário, envolvendo uma maior participação de terceiros no auxílio aos bancos em dificuldades, e preparando a transição para a união bancária
Lei n.º 1/2014 , de 16 de Janeiro, que procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, estabelecendo medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, explicitando a existência de repartição de encargos por accionistas e credores subordinados no contexto de planos de reforço de capitais
Directiva 2014/59/UE , de 15 de Maio, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento, conhecida como Bank Recovery and Resolution Directive (BRRD), em transposição para o ordenamento nacional
Portaria n.º 140/2014 , que define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 1/2014, de 16 de Janeiro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público

<p>Decreto-Lei n.º 114-A/2014, de 1 de Agosto, que altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII relativo à aplicação de medidas de resolução, e transpõe parcialmente a Directiva n.º 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento (BRRD)</p>
<p>Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de Agosto, que altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII relativo à aplicação de medidas de resolução</p>
<p>Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que transpõe a Directiva n.º 2013/36/UE – a designada <i>Capital Requirements Directive</i> (CRD IV), alterando assim o Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro</p>
<p>Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro, que transpõe parcialmente as Directivas n.ºs 2011/61/EU e 2013/14/EU, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo e à alteração do RGICSF e ao Código dos Valores Mobiliários</p>
<p>Lei nº 23-A/2015, de 26 de Março, que transpõe a Directiva 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a Directiva 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.</p>

Fonte: sistematização do deputado relator

11482

11483

11484

11485

11486

11487

11488

11489

11490

11491

11492

11493

11494

11495

- c363. O actual contexto legislativo e regulamentar, por sua vez, difere já também do existente a 4 de Agosto de 2014, em particular por via da entrada em vigor de alterações ao RGICSF decorrentes da transposição da Directiva 2013/36/UE, bem assim como do mecanismo único de supervisão, pelo que o acompanhamento dos principais bancos nacionais passou desde 4 de Novembro de 2014 a ser efectuado pelo Banco Central Europeu, ainda que em estreita articulação e com envolvimento dos correspondentes bancos centrais dos diversos Estados-Membros da União Europeia;
- c364. Entre outras alterações significativas, o novo enquadramento legal reforça as competências e capacidades efectivas de intervenção do Banco de Portugal, além de passar a ser reconhecida a existência do “crime de desobediência”, que poderá



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11496 vir a estar na base, em determinadas ocasiões, da retirada de idoneidade aos
11497 responsáveis máximos pela gestão de entidades bancárias;

11498

11499 **C7) Análise das Opções Disponíveis**

11500 Com frequência, quando se pretende chegar a um determinado objectivo, apetece sugerir que
11501 a melhor forma de o fazer seria encontrar um outro ponto de partida para o mesmo, que não
11502 o existente na realidade com que somos confrontados. Porém, tal de pouco serve numa óptica
11503 pragmática, pois o ponto de partida é um dado incontornável do problema. Também no caso
11504 do GES e do BES, chegados onde se chegou nos finais de Julho de 2014, não é possível
11505 encontrar boas soluções, mas tão somente aquela que possa ser a menos má, face ao estado
11506 em que se encontrava o BES nesse mesmo momento.

11507 Do ponto de vista conceptual, podem enunciar-se seis tipos de alternativas para o BES: i)
11508 nacionalização; ii) liquidação; iii) recapitalização privada; iv) recapitalização pública; v)
11509 recapitalização pública forçada; vi) resolução.

11510

11511 Far-se-á uma breve referência a cada uma delas, com enfoque na análise comparativa entre as
11512 duas últimas possibilidades apontadas, por serem as únicas potencialmente viáveis no caso
11513 concreto em apreço, face ao contexto em que se enquadra, conforme descrito.

11514

11515 **C7.1 Da Nacionalização**

11516 c365. Uma eventual nacionalização seria da estrita competência do Governo, que não
11517 consideraria de todo tal possibilidade, pois entende: i) não ser vocação do Estado
11518 deter outros bancos em Portugal, além da Caixa Geral de Depósitos; ii) existirem
11519 alternativas consideradas melhores para salvaguarda dos contribuintes; iii)
11520 intervenções efectuadas recentemente com outras instituições bancárias de
11521 menor dimensão, onde o Estado, de forma directa ou indirecta, assumiu
11522 temporariamente uma posição accionista, traduziram-se em elevados custos
11523 suportados pelos contribuintes.

11524

11525 **C7.2 Da Liquidação**

11526 c366. Trata-se de uma alternativa considerada como sendo de excluir ou apenas a
11527 considerar enquanto último recurso, na óptica do Governo, pelos impactos muito
11528 negativos que traria em termos de manutenção de postos de trabalho, protecção
11529 dos depositantes e perturbação do sistema financeiro;

11530 c367. Em particular, um cenário de liquidação arrastaria consigo a cessação de
11531 pagamentos e de toda a actividade bancária desenvolvida pelo BES e a
11532 necessidade de accionar o Fundo de Garantia de Depósitos;

11533 c368. Acresce ainda que, de acordo com estimativas do Banco de Portugal, um cenário
11534 de eventual liquidação do BES comportaria custos directos incomportáveis, pois



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11535 em tal cenário teriam de ser suportadas perdas não inferiores a 25 mil milhões de
11536 euros.

11537

11538 **C7.3 Da Recapitalização Privada**

11539 c369. Esta foi sempre a solução defendida, enquanto primeira opção, pelo Banco de
11540 Portugal, e igualmente pelos responsáveis do BES e do GES;

11541 c370. Sucede porém que, apesar de diferentes menções a cenários de concretização de
11542 um saneamento financeiro do GES e do BES baseado em capitais privados, este
11543 acabou por nunca ser concretizado, sendo que a degradação registada no GES e
11544 no BES, sobretudo com a publicação dos dados de 30 de Julho, pode ter
11545 contribuído para afastar potenciais parceiros privados disponíveis para investir no
11546 saneamento financeiro do BES e/ou do GES;

11547 c371. Em particular, nunca foi apresentado qualquer plano detalhado, com
11548 compromissos firmes ou devidamente calendarizados, envolvendo investidores
11549 privados, junto do Banco de Portugal, que viabilizasse o BES;

11550 c372. Segundo o mesmo Banco de Portugal, apenas lhe foi feita, pelo BES, em Julho de
11551 2014, referência a uma proposta da Blackstone&Weil, centrada num investimenro
11552 de 700 milhões de euros a efectuar na Rioforte, tendo tido ainda conhecimento
11553 informal de um plano muito preliminar de intervenção focado no BES, mas com
11554 termos considerados inviáveis, pois previam, entre outras coisas, que o Banco de
11555 Portugal: i) assumisse a cobertura de montantes indeterminados de perdas; ii)
11556 aumentasse a cobertura da garantia de depósitos para além do limite de 100 mil
11557 euros previsto na legislação; iii) garantisse apoiar a liquidez do sistema bancário. A
11558 este respeito, e em resposta a carta remetida por Ricardo Salgado a 12 de Julho
11559 de 2014, o Banco de Portugal informou a 13 de Julho de 2014 que eventuais
11560 negociações nesse sentido deveriam ser assumidas pela nova liderança de Vítor
11561 Bento, que iria iniciar funções a 14 de Julho de 2014, ao mesmo tempo que
11562 “manifesta uma posição favorável a soluções de aumento de capital que venham
11563 acompanhadas do reforço da estrutura accionista”, competindo-lhe avaliar “se o
11564 proposto adquirente reúne condições que garantam uma gestão sã e prudente da
11565 instituição, sobretudo em termos da sua adequação e idoneidade, influência
11566 provável na instituição e solidez financeira”;

11567 c373. Este mesmo assunto é abordado em reunião do Conselho de Administração do
11568 BES realizada a 11 de Julho de 2014, onde é igualmente referido, por parte de
11569 Xavier Musca, administrador indicado pelo Crédit Agricole, “não enjeitar a
11570 possibilidade de ouvir as propostas que a Blackstone&Weil queira apresentar,
11571 pese embora o facto de esta entidade se apresentar como consultora do GES, o
11572 que configura uma situação de potencial conflito de interesses”, e de acordo com
11573 o Banco de Portugal o Crédit Agricole fez-lhe igualmente chegar o seu desconforto
11574 relativamente a esta mesma possibilidade, nos termos em que se configurava;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11575 c374. De acordo com o Banco de Portugal, até dia 25 de Julho de 2014 persistiam
11576 intenções de interesse, por parte de investidores privados verosímeis,
11577 relacionadas com uma capitalização privada do BES, admitindo que elas podem
11578 ter deixado de existir com o conhecimento dos prejuízos adicionais de 1.500
11579 milhões de euros reflectidos nas contas do primeiro semestre de 2014 do GBES;
11580 c375. No dia 31 de Julho de 2014 a administração do BES, liderada por Vítor Bento,
11581 informa o Banco de Portugal da impossibilidade de ser apresentada em tempo útil
11582 qualquer solução concreta e firme de capitalização privada do BES, com o que fica
11583 em definitivo excluída esta possibilidade.
11584

11585 **C7.4 Da Recapitalização Pública**

- 11586 c376. Por opção dos seus accionistas, e presume-se que da família Espírito Santo, nunca
11587 foi apresentado qualquer pedido de recapitalização pública do BES junto do
11588 Governo ou do Banco de Portugal. Nem quando tal foi solicitado por outros
11589 bancos, nos termos de Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)
11590 acordado com a “troika”, nem em qualquer momento subsequente, nem tão
11591 pouco ao longo do ano de 2014;
11592 c377. Sendo essa naturalmente uma condição imprescindível para que esta
11593 possibilidade viesse a ser alvo de qualquer análise, esta não chegou a ter lugar,
11594 por ausência de manifestação de interesse na mesma por parte do BES;
11595 c378. Em Julho de 2014, alterações ela não poderia ocorrer nos mesmos termos de
11596 anteriores intervenções, plano de reestruturação.
11597

11598 **C7.5 Recapitalização Pública Forçada versus Resolução**

11599 Sendo estes dois os únicos cenários plausíveis (Recapitalização Pública Forçada versus Medida
11600 de Resolução), vale a pena efectuar uma análise comparada entre ambos, nos termos em que
11601 se configuravam ao nível do enquadramento legal vigente em Julho/Agosto de 2014, sendo de
11602 sublinhar, a este propósito, que:

- 11603 c379. Contrariamente ao que sucede com outras alternativas, em que havia já um
11604 trabalho técnico de preparação consistente para uma eventual intervenção,
11605 desenvolvido pelo Banco de Portugal, no que se refere a uma possível
11606 recapitalização pública forçada, nos termos vigentes em Julho/Agosto de 2014,
11607 não foi apresentado qualquer tipo de análise detalhada, incluindo estimativa dos
11608 correspondentes custos ou necessidades de afectação de recursos públicos, sendo
11609 que apenas, na sua reunião de 18 de Julho de 2014, o Comité Nacional para a
11610 Estabilidade Financeira (CNEF) deliberou criar um grupo de trabalho específico
11611 para estudar tecnicamente esta possibilidade de intervenção no sistema bancário
11612 nacional;

- c380. Tudo o resto permanecendo exactamente nos mesmos moldes, o valor que teria de ser afecto a uma eventual operação de recapitalização pública forçada teria de levar em linha de conta, além do valor afecto à resolução do BES (4.900 milhões de euros), um conjunto de outros factores, incluindo o conhecimento do valor dos capitais próprios do BES (“Banco Mau”), que serão negativos, e serão conhecidos quando forem divulgadas as respectivas contas com referência a 4 de Agosto de 2014;
- c381. De acordo com o Banco de Portugal, os encargos públicos com um cenário de recapitalização pública forçada seriam “muito superiores” aos da medida de resolução;
- c382. O mesmo é corroborado pela Ministra de Estado e das Finanças, que afirmou na CPI o seu entendimento de que *«sabemos que uma solução de recapitalização pública teria exigido mais fundos, na medida em que a parte má, chamemos-lhe assim por simplicidade de linguagem, também teria ficado nesse perímetro de solução.(...) Ora, se precisava de ficar com a parte boa e com a parte má, naturalmente, para ficar com as duas deveria ser preciso mais dinheiro do que para ficar só com a parte boa! É uma dedução lógica, não tenho nenhum número, mas é uma dedução lógica»*;
- c383. De forma resumida, podem então comparar-se as principais semelhanças e diferenças entre uma solução de recapitalização pública forçada e a medida de resolução, conforme assinalado (Tabela 4.10);

Tabela 4.10 – Análise comparativa entre recapitalização pública forçada e medida de resolução.

	Medida de Resolução	Recapitalização Pública
Accionistas do BES	Perdas Muito Significativas	Perdas Muito Significativas
Titulares de Dívida Subordinada do BES	Perdas Muito Significativas	Perdas Muito Significativas
Segregação do BES face ao GES	Muito Elevada	Bastante Limitada
Afectação de Meios de Saneamento	4.900 milhões de euros	Superior ou Muito Superior
Afectação de Meios do Estado	3.900 milhões de euros	Superior ou Muito Superior
Tipo de Intervenção do Estado	Empréstimo a FdR	Participação Accionista
Incidência Directa do Risco	Sistema Financeiro	Estado
Responsabilidade Devolução dos Meios	Fundo de Resolução	Banco Intervencionado
Rapidez da Intervenção	Imediata	Algumas Semanas
Complexidade Processual Intervenção	Moderada	Elevada

Fonte: sistematização do deputado relator com base no espólio CPI

- c384. As razões que levaram o Banco de Portugal a adoptar a medida de resolução são apontadas na correspondente deliberação, datada de 3 de Agosto de 2014, onde se enuncia que esta solução “para além de adequada à realização das finalidades,

11644 legalmente definidas, de protecção dos depositantes, de prevenção de riscos
11645 sistémicos e de promoção do crédito à economia, é também aquela que melhor
11646 salvaguarda os interesses dos contribuintes, nomeadamente por comparação com
11647 uma hipotética medida de recapitalização pública, mesmo na modalidade de
11648 capitalização obrigatória”;

11649 c385. Na mesma deliberação, refere-se ainda, quanto a uma eventual recapitalização
11650 pública forçada, que “esta última medida, em qualquer caso, não seria viável,
11651 dada a situação de urgência reclamada pela actual situação de risco iminente de
11652 incumprimento das obrigações do BES, e não asseguraria nem a necessária
11653 segregação em relação ao GES, nem a protecção dos recursos públicos
11654 relativamente aos riscos próprios da actividade bancária”;

11655 c386. Diz ainda na mesma ocasião o Banco de Portugal, a este propósito, que em
11656 qualquer dos dois cenários em apreço “accionistas e titulares de instrumentos de
11657 capital e dívida subordinada seriam obrigatoriamente sujeitos a medidas de
11658 repartição de encargos (“*burden sharing*”) como condição “*sine qua non*” de
11659 qualquer operação de capitalização com recurso a fundos públicos”;

11660 c387. Relativamente à adopção de uma medida de resolução para o BES, importa referir
11661 ainda que: i) esta é a via preferencialmente apontada para tal tipo de ocorrências
11662 no contexto actual da União Bancária Europeia, sendo este Mecanismo Único de
11663 Resolução justamente um dos seus três pilares fundamentais, a que se
11664 acrescentam igualmente o Mecanismo Único de Supervisão e o Sistema Comum
11665 de Garantia de Depósitos; ii) se trata, no contexto da União Europeia e pelo
11666 menos num banco com esta dimensão, da primeira vez que é adoptada uma
11667 medida de resolução, encontrando-se os correspondentes mecanismos de
11668 suporte, nomeadamente no que se refere aos Fundos de Resolução, ainda em
11669 fase de implementação e consolidação no contexto nacional e da União Europeia.

11670

11671

11672 **C8) O Processo de Resolução**

11673 A adopção da medida de resolução do BES foi centralizada, quer em termos de decisão, quer
11674 em termos de partilha de informação, no Banco de Portugal, ao abrigo das suas competências
11675 nesta matéria, enquanto autoridade nacional de resolução.

11676 Trata-se de uma via recentemente adoptada no contexto europeu, e aqui pela primeira vez
11677 aplicada a uma entidade bancária com a dimensão do BES. Ainda que exista experiência
11678 acumulada em torno deste tipo de intervenções, nomeadamente nos EUA, e sobre esta ou
11679 outras formas de intervenção pública tenham sido desenvolvidos diferentes estudos ou guias
11680 de orientação, mormente no contexto do *Bank for International Settlements* (BIS), criado em
11681 1930 e que congrega 60 Bancos Centrais de diferentes nações.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11682 Apesar do trabalho preparatório, em termos gerais, que o Banco de Portugal vinha
11683 efectuando, este foi um processo que se precipitou e desenvolveu de forma especialmente
11684 intensa no período que medeia entre 25 de Julho e 3 de Agosto de 2014:

- 11685 c388. A 25 e 27 de Julho de 2014, o Banco de Portugal toma conhecimento de forma
11686 quantificada, a partir dos dados apresentados pela KPMG, dos prejuízos
11687 acumulados pelo BES ao longo do primeiro semestre de 2014, suas origens e
11688 tradução nos resultados que serão divulgados publicamente a 30 de Julho de
11689 2014;
- 11690 c389. Face a esta situação patrimonial, o BES deixa de obedecer aos critérios de
11691 solvabilidade exigidos para o exercício da actividade bancária no contexto da
11692 União Europeia e em Portugal;
- 11693 c390. A 27 de Julho de 2014 o Banco de Portugal toma conhecimento, a partir do Banco
11694 Nacional de Angola, de uma possível evolução do BESA que pode colocar em risco,
11695 total ou parcialmente, a exposição do BES ao BESA, que se situa próxima dos
11696 3.900 milhões de euros;
- 11697 c391. Torna-se deste modo urgente e imperativo encontrar uma solução que permita
11698 dar continuidade, com a menor perturbação possível, à actividade exercida pelo
11699 BES, salvaguardando a estabilidade do sistema financeiro e a confiança dos seus
11700 depositantes;
- 11701 c392. No dia 31 de Julho de 2014, o Banco de Portugal toma conhecimento, quase em
11702 simultâneo: i) da intenção por parte do Banco Central Europeu de retirar ao BES o
11703 estatuto de contraparte elegível para operações de cedência de liquidez junto do
11704 Eurosistema, com aplicação imediata e necessidade de devolução dos cerca de
11705 10.000 milhões de euros do Banco Central Europeu que se encontravam afectos
11706 ao BES; ii) de não haver nenhuma solução concreta apresentada pelo BES, de
11707 capitalização privada, com interlocutores concretos ou calendários de
11708 implementação da mesma num curto prazo de tempo;
- 11709 c393. Face às circunstâncias, ao pouco tempo disponível e à gravidade da situação, o
11710 Banco de Portugal propõe, no dia 1 de Agosto de 2014, em reunião por
11711 teleconferência de Governadores dos Bancos Centrais com o Banco Central
11712 Europeu, avançar com a aplicação de uma medida de resolução ao BES, com isso
11713 conseguindo igualmente evitar a suspensão do estatuto de contraparte junto do
11714 Eurosistema;
- 11715 c394. Conforme referido perante a CPI, o Banco de Portugal assumiu esta decisão sem
11716 consulta prévia de quaisquer outras entidades, no âmbito das suas competências
11717 enquanto autoridade nacional de resolução, dando conta da mesma, ao longo dos
11718 dias 1 e 2 de Agosto de 2014, ao Governo, CMVM, ISP, APB e Comissão Executiva
11719 do BES;
- 11720 c395. De modo a reforçar determinados graus de segurança jurídica, além de alargar o
11721 leque de possibilidades quanto à evolução e destino final do Banco de Transição



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11722 (Novo Banco), o Banco de Portugal sugere a dois tempos a introdução de
11723 alterações pontuais no regime jurídico aplicável;
- 11724 c396. São então introduzidas, aprovadas, promulgadas e publicadas praticamente na
11725 hora tais alterações, reflectidas nos Decreto-Lei 114-A/2014, publicado em 1 de
11726 Agosto de 2014 e 114-B/2014, publicado em 4 de Agosto de 2014;
- 11727 c397. No primeiro caso, explicita-se, de modo a melhor salvaguardar as posições dos
11728 credores que em eventualidade de resolução de um banco: i) os accionistas da
11729 instituição de crédito assumem prioritariamente os prejuízos em causa; ii) os
11730 credores da instituição de crédito assumem de seguida, e em condições
11731 equitativas, os restantes prejuízos da instituição em causa, de acordo com a
11732 hierarquia de prioridade das várias classes de credores; iii) nenhum credor da
11733 instituição de crédito pode assumir um prejuízo maior do que aquele que
11734 assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- 11735 c398. No segundo caso, esclarece-se que o próprio Banco de Transição pode
11736 desempenhar um papel activo na sua alienação, e que pode prolongar a sua
11737 actividade depois desta ocorrer, além de se estabelecer que a sua compra pode
11738 ser efectuada por um leque diversificado de entidades, não se limitando a
11739 instituições de crédito;
- 11740 c399. A 3 de Agosto de 2014 o Governo notifica a Comissão Europeia e o Banco de
11741 Portugal anuncia a medida de resolução aplicada ao BES;
- 11742 c400. No sentido de melhor entender a forma como os elementos patrimoniais foram
11743 repartidos entre o Novo Banco (Banco de Transição) e o BES (“Banco Mau”),
11744 importa ter em atenção as finalidades subjacentes a uma medida de resolução, tal
11745 como se encontram expressas no Regime Geral das Instituições de Crédito e
11746 Sociedades Financeiras: i) assegurar a continuidade da prestação dos serviços
11747 financeiros essenciais; ii) acautelar o risco sistémico; iii) salvaguardar os interesses
11748 dos contribuintes e do erário público; iv) salvaguardar a confiança dos
11749 depositantes;
- 11750 c401. O que se traduz num princípio norteador de aplicação das medidas de resolução,
11751 nos termos do qual, conforme referido pelo Banco de Portugal: “i) os accionistas
11752 da instituição de crédito assumem prioritariamente os prejuízos da instituição em
11753 causa; ii) os credores da instituição de crédito assumem de seguida, em condições
11754 equitativas, os restantes prejuízos da instituição em causa, de acordo com a
11755 hierarquia de prioridade das várias classes de credores; iii) nenhum credor da
11756 instituição de crédito pode assumir um prejuízo maior do que aquele que
11757 assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação”;
- 11758 c402. De uma forma geral, a separação efectuada do BES entre o Novo Banco (Banco de
11759 Transição) e o BES (“Banco Mau”), correspondeu então a colocar, à luz do acima
11760 referido: i) no primeiro as responsabilidades inerentes a depositantes e credores
11761 não subordinados; ii) no segundo as responsabilidades perante accionistas e
11762 credores subordinados, incluindo dívidas perante accionistas qualificados e partes

- 11763 relacionadas. Isolou-se portanto deste modo e em definitivo o Novo Banco “dos
11764 riscos criados pela exposição do BES a entidades do GES”;
- 11765 c403. No essencial, o património do BES transitou assim para o Novo Banco, a menos de
11766 algumas excepções, devidamente identificadas, sendo que as correspondentes
11767 fronteiras foram definidas na medida de resolução adoptada pelo Banco de
11768 Portugal a 3 de Agosto de 2014, alvo de subseqüentes correcções e clarificações,
11769 nomeadamente em sede de reuniões do Conselho de Administração do Banco de
11770 Portugal efectuadas a 11 de Agosto, 14 de Agosto e 22 de Dezembro de 2014;
- 11771 c404. São excepções, enquanto elementos patrimoniais que, pela sua natureza, o Banco
11772 de Portugal optou por manter enquadrados no BES, enquanto “Banco Mau” (BES-
11773 BM), os seguintes activos, tal como previsto na medida de resolução: i) créditos
11774 de muito difícil recuperação junto de entidades do GES; ii) filiais do BES com
11775 situação complexa, no que se refere em particular ao ES Bank (Miami), Aman Bank
11776 (Líbia) e as acções do BESA que eram detidas pelo BES;
- 11777 c405. São igualmente excepções, enquanto elementos patrimoniais que, pela sua
11778 natureza, o Banco de Portugal optou por manter enquadrados no BES, enquanto
11779 “Banco Mau” (BES-BM), os seguintes passivos: i) responsabilidades perante
11780 titulares de obrigações subordinadas; ii) passivos contingentes, nomeadamente
11781 no que se refere a situações de eventual compensação por posse de papel
11782 comercial de empresas do GES que tenha sido vendido a particulares na rede de
11783 retalho do BES; iii) no seguimento de deliberação do Banco de Portugal tomada a
11784 22 de Dezembro de 2014, valor do empréstimo concedido pela Oak Finance,
11785 entendida enquanto entidade veículo da Goldman Sachs, no valor de 720 milhões
11786 de euros, em Julho de 2014, por modo a garantir liquidez suficiente ao BES para
11787 financiar investimentos em refinarias na Venezuela por parte da PDVSA; iv)
11788 depósitos de entidades ou pessoas com especiais responsabilidades na gestão ou
11789 relacionadas com o BES;
- 11790 c406. Relativamente ao BESA, a posição accionista inicialmente assumida pelo BES
11791 transitou portanto para o BES-BM, sendo que por sua vez os créditos do BES sobre
11792 o BESA transitaram para o Novo Banco, mas acompanhados de um ajustamento
11793 de 3.330 milhões de euros, face ao risco associado a esta linha de crédito do BES
11794 ao BESA;
- 11795 c407. Face a esta divisão relacionada com o BESA, entre Novo Banco e BES-BM, e ao
11796 teor da decisão do Banco Nacional de Angola, assumida a 20 de Outubro de 2014,
11797 do ponto de vista patrimonial, os impactos finais do BESA sobre o Banco de
11798 Transição e o Banco Mau foram os seguintes: i) reforço do valor do activo do Novo
11799 Banco e correspondentes resultados em 688 milhões de euros; ii) abatimento ao
11800 valor do activo e perdas para o BES-BM no valor de 2.750 milhões de euros;
- 11801 c408. Face às fronteiras patrimoniais definidas entre o Novo Banco e o BES-BM, a
11802 medida de resolução estabelece a afectação pelo Fundo de Resolução, enquanto
11803 accionista único, a título de capital social, de um valor de 4.900 milhões de euros;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 11804 c409. Uma vez que o Fundo de Resolução, alimentado pelo sistema bancário, ainda não
11805 dispunha dos meios necessários para o fazer autonomamente, o Governo
11806 concedeu-lhe, a título de empréstimo com juros, a ser amortizado no prazo
11807 máximo de dois anos, um valor de 3.900 milhões de euros;
- 11808 c410. Uma vez que a situação patrimonial do BES (Banco Mau) dificilmente permitirá
11809 saldar todos os compromissos existentes perante os seus credores, este terá de
11810 hierarquizar esses mesmos compromissos, que serão satisfeitos pela ordem
11811 normal de prioridades associada a uma liquidação deste tipo, com rateio sobre os
11812 credores da mesma categoria sempre que seja impossível fazer face à totalidade
11813 dos valores em dívida perante os credores não subordinados e accionistas do BES;
- 11814 c411. A medida de resolução assume ainda porém que nenhum credor do BES-BM
11815 poderá vir a assumir perdas de montante superior ao que teria decorrido de uma
11816 liquidação imediata do BES, o que obriga à definição de um comparador de
11817 liquidação;
- 11818 c412. Caso o confronto entre o comparador de liquidação e a situação de resolução
11819 aponte para uma situação mais desvantajosa para os credores, decorrente da
11820 medida de resolução do BES, a correspondente diferença será suportada pelo
11821 Fundo de Resolução;
- 11822 c413. O estabelecimento deste tipo de análise comparada, entre os dois cenários
11823 alternativos, de liquidação versus resolução, é particularmente complexo e
11824 moroso, tendo o Banco de Portugal contratado uma entidade externa para
11825 proceder a este tipo de avaliação;
- 11826 c414. Caso o valor da venda do Novo Banco venha a ser superior a 4.900 milhões de
11827 euros, a diferença existente reverte a favor do BES-BM;
- 11828 c415. Tendo o Banco de Portugal competências próprias para vir a clarificar ou alterar
11829 posteriormente os perímetros exactos de repartição dos elementos patrimoniais
11830 entre o Novo Banco e o BES (Banco Mau), a única evolução a registar até ao
11831 momento foi a deliberação tomada a 22 de Dezembro de 2014, no sentido de o
11832 empréstimo concedido pela Oak Finance ao BES em Julho de 2014, no valor de
11833 720 milhões de euros, ser assumido do lado do BES-BM, conforme acima referido;
- 11834

11835 **C9) Situação Actual**

11836 Face à sua dimensão, complexidade e natureza, a evolução registada ao nível do GES e do BES
11837 ainda não se encontra terminada, sendo relevante a este propósito resumir o actual ponto
11838 da situação, em particular no que se refere ao Novo Banco, BES-BM, clientes do BES, litigância
11839 e apuramento de responsabilidades.

11840

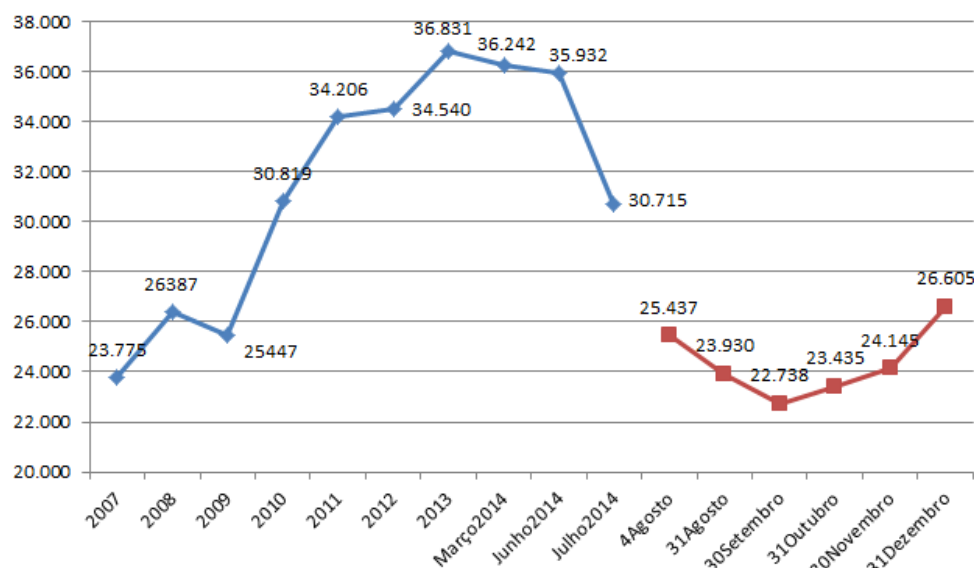
11841

11842 C9.1 Do Novo Banco

11843 A actual liderança do Novo Banco tem vindo a desenvolver esforços no sentido de reforçar a
 11844 sustentabilidade e maximizar o valor desta instituição bancária, que no essencial herdou toda
 11845 a actividade financeira e seguradora do GBES.

11846 Em particular, é de sublinhar o seguinte conjunto de aspectos:

11847 c416. As principais dificuldades de liquidez encontram-se ultrapassadas, tendo o volume
 11848 de depósitos, que alcançou um mínimo nos finais de Setembro de 2014, após uma
 11849 quebra global de 9.000 milhões de euros, conhecido já uma recuperação
 11850 significativa, superior a 4.000 milhões de euros até ao final de 2014, que aqui se
 11851 recorda (Figura 4.43);
 11852



11853
 11854 **Figura 4.43 – Evolução do volume de depósitos no BES (a azul) e no Novo Banco (a vermelho),**
 11855 **com valores em milhões de euros.**

11856 Fonte: cálculos do deputado relator com base em informação disponibilizada à CPI pelo BES e Novo Banco

11857

11858 c417. As necessidades de financiamento junto do Eurosistema e do Banco Central
 11859 Europeu baixaram de 13.600 milhões de euros (a 4 de Agosto de 2014) para 8.500
 11860 milhões de euros (a 31 de Dezembro de 2014), pelo que se dispõe neste momento
 11861 de uma folga de financiamento na casa dos 2.000 milhões de euros junto destas
 11862 linhas de financiamento;

11863 c418. A liquidez conseguida traduz-se também, a 31 de Dezembro de 2014, num rácio
 11864 de transformação controlado, de 126%, ao mesmo tempo que os níveis de
 11865 solvabilidade se encontram acima dos mínimos exigidos, com um rácio de
 11866 *Common Equity Tier I* igual a 9,6%;

- c419. Prossegue-se agora um esforço sistemático de trabalho centrado igualmente em torno de objectivos a alcançar em matéria de solvabilidade e de rentabilidade, tendo-se instalado uma cultura de gestão interna assente na “frugalidade”;
- c420. Foram introduzidas mudanças bastante significativas, pela nova liderança do Novo Banco, no que diz respeito ao modelo de governação vigente no Novo Banco, comparativamente ao que vigorava no BES, sendo de referir a este propósito: i) eliminação, a todos os níveis, de informalidades nas tomadas de decisão; ii) reforço da segregação de funções e remoção de potenciais conflitos de interesses; iii) alterações substanciais nos processos de concessão de crédito adoptados; iv) consolidação das linhas de defesa e das correspondentes funções de controlo interno, tornadas redobradamente efectivas, com a criação no organigrama da figura de “*Chief Risk Officer (CRO)*”, e a função de auditoria interna a reportar directamente ao Presidente da Comissão Executiva, além de se articular ainda com o Conselho Fiscal; v) envolvimento dos diferentes departamentos, incluindo risco e *compliance*, em comité que acompanha o lançamento de novos produtos financeiros, o qual é presidido pelo CRO; vi) eliminação de quaisquer relações de trabalho ou recurso aos serviços financeiros da Eurofin;
- c421. O balanço de abertura do Novo Banco, com referência a 4 de Agosto de 2014, preparado pela PwC e validado pelo Conselho de Administração do Novo Banco em Dezembro de 2014, aponta para a existência de um valor de Capitais Próprios, a essa data, de 5.557 milhões de euros, que é complementado por um conjunto de indicadores que aqui se resumem (Tabela 4.11);

Tabela 4.11– Alguns indicadores do Balanço de Abertura do Novo Banco (valores em milhões de euros), com referência a 4 de Agosto de 2014.

Activo	72.465
Passivo	66.887
Capitais Próprios	5.577
Capital Social	4.900
Depósitos de Clientes	27.281
Crédito a Clientes	43.818
Particulares	12.359
Empresas	31.459
Provisões para Crédito	5.248

Fonte: sistematização do deputado relator com base no balanço de abertura do Novo Banco

- c422. Face à deliberação assumida pelo Banco de Portugal, a 22 de Dezembro de 2014, no que se refere ao enquadramento do empréstimo concedido pela Oak Finance, este, ao transitar para a esfera do BES-BM, corresponde a um acréscimo de valorização contabilística do Novo Banco equivalente a 548 milhões de euros, pelo

- 11899 que o valor dos capitais próprios na abertura do Novo Banco, já corrigido, ascende
 11900 assim a 6.126 milhões de euros;
- 11901 c423. Entre 4 de Agosto e 31 de Dezembro de 2014 o Novo Banco conheceu um prejuízo
 11902 de 468 milhões de euros, sendo uma boa parte deste prejuízo devido ao volume
 11903 de imparidades assumido, de 699 milhões de euros, dos quais 108 milhões de
 11904 euros correspondem à participação detida na Portugal Telecom, sendo este total
 11905 de provisões repartido pelas seguintes categorias: i) 378 milhões de euros em
 11906 provisões para crédito; ii) 200 milhões de euros em provisões para títulos; iii) 58
 11907 milhões de euros em provisões para activos não correntes detidos para venda; iv)
 11908 64 milhões de euros para outros activos e contingentes;
- 11909 c424. A situação patrimonial relativa a 31 de Dezembro de 2014 corresponde assim a
 11910 uma gestão prudente do risco, com volumes de provisões que, em termos
 11911 absolutos e relativos, são bastante confortáveis;
- 11912 c425. A situação patrimonial relativa a 31 de Dezembro de 2014 evidencia igualmente
 11913 um contributo positivo, decorrente do acréscimo de valor contabilístico associado
 11914 a uma reavaliação de entidades veículo, com um impacto superior a 296 milhões
 11915 de euros;
- 11916 c426. Sem levar em linha de conta resultados extraordinários, não recorrentes, o valor
 11917 dos prejuízos seria de cerca de 230 milhões de euros para este mesmo período
 11918 que medeia entre 4 de Agosto e 31 de Dezembro de 2014;
- 11919 c427. Alguns elementos caracterizadores da situação patrimonial do Novo Banco, a 31
 11920 de Dezembro de 2014, mostram que este apresenta um valor contabilístico
 11921 situado em 5.478 milhões de euros (Tabela 4.12);

11922
 11923 Tabela 4.12 – Alguns indicadores do balanço do Novo Banco a 31 de Dezembro de 2014
 11924 (valores em milhões de euros).

Activo	65.487
Passivo	60.009
Capitais Próprios	5.478
Capital Social	4.900
Depósitos de Clientes	26.605

11925 Fonte: sistematização do deputado relator com base nas contas do Novo Banco a 31 de
 11926 Dezembro de 2014

- 11927 c428. Foram apresentadas, até 31 de Dezembro de 2014, manifestações de interesse na
 11928 aquisição do Novo Banco por parte de 17 entidades, das quais 15 cumpriam os
 11929 requisitos de pré-qualificação, reunindo condições para apresentar ao Banco de
 11930 Portugal propostas não vinculativas de aquisição;
- 11931 c429. Deste conjunto de potenciais interessados, houve um total de 7 propostas não
 11932 vinculativas, com indicação já do valor oferecido, que foram apresentadas ao
 11933 Fundo de Resolução e Banco de Portugal dentro do prazo assumido, que se



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11934 esgotou a 20 de Março de 2015, representando uma diversidade de geografias
11935 quanto à sua proveniência;
11936 c430. Depois de uma nova ronda de análise, serão escolhidos os potenciais
11937 compradores que serão convidados a apresentar as suas propostas vinculativas
11938 até final do mês de Junho, apontando-se para que em Julho seja possível que o
11939 Fundo de Resolução e o Banco de Portugal venham a tomar uma decisão final e
11940 definitiva quanto ao vencedor deste concurso de alienação do Novo Banco, com
11941 base nos seguintes critérios de avaliação: i) oferta financeira; ii) compra da
11942 totalidade dos activos; iii) plano estratégico e de desenvolvimento, impacto na
11943 concorrência e estabilidade do sistema financeiro nacional.

11944

11945 **C9.2 Do BES-BM (Banco Mau)**

11946

11947 Incumbe a uma pequena equipa, composta por 17 elementos, liderar o processo de gestão dos
11948 elementos patrimoniais que transitaram para o BES-BM, sendo de referir neste contexto que:

11949 c431. Contrariamente ao que sucedeu relativamente ao Novo Banco, ainda não se
11950 encontra disponível qualquer balanço de abertura do BES-BM, com referência a 4
11951 de Agosto de 2014, esperando-se que esteja para breve a sua divulgação;

11952 c432. Ainda que na ausência desse mesmo balanço, tudo aponta, como seria de esperar
11953 neste caso, para a existência de um valor de capitais próprios negativo;

11954 c433. Compete a esta equipa gerir da melhor forma possível os activos do BES-BM,
11955 promovendo em muitos casos a correspondente recuperação de créditos ou
11956 alienação, num processo que se reveste de particular complexidade, uma vez que
11957 obriga a uma estreita interacção com entidades e gestores de processos de
11958 insolvência em diferentes jurisdições internacionais, que englobam,
11959 nomeadamente, além de Portugal, Luxemburgo, Suíça, EUA ou Líbia;

11960 c434. Consta do balanço do BES-BM uma provisão de 668 milhões de euros, de natureza
11961 contingencial, decorrente de eventuais situações de venda de papel comercial das
11962 empresas do GES aos balcões do GBES;

11963 c435. Uma vez que os activos do BES-BM não devem conseguir garantir a cobertura
11964 integral dos correspondentes passivos, terão de ser assumidas prioridades e
11965 definidos critérios de forma a ressarcir os diferentes tipos de credores ou partes
11966 relacionadas com algum tipo de direitos sobre o mesmo, incluindo eventuais
11967 rateios entre credores dentro das mesmas categorias;

11968 c436. Conforme mencionado pelo Banco de Portugal, “os montantes obtidos com a
11969 venda de activos que constam do balanço do BES-BM serão portanto distribuídos
11970 pelos seus credores de acordo com as regras de graduações de créditos previstas
11971 no regime jurídico da insolvência, competindo ao juiz responsável garantir o
11972 cumprimento das regras aplicáveis”;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

11973 c437. A medida de resolução estabelece, conforme já referido, uma cláusula de
11974 salvaguarda, no sentido de garantir que accionistas e credores do BES nunca
11975 ficarão mais prejudicados com o processo de resolução ocorrido do que o teriam
11976 sido na eventualidade de ter tido lugar uma liquidação do BES.

11977

11978 **C9.3 Dos Clientes do BES**

11979 Dentro de um universo de cerca de 2 milhões de clientes do BES, a grande maioria das
11980 situações e correspondentes interesses encontra-se neste momento esclarecida, acautelada
11981 ou resolvida, sendo claro que:

11982

11983 c438. Os patrimónios de todos os depositantes, independentemente do seu valor,
11984 ficaram integralmente protegidos, a menos de situações em que estejam em
11985 causa pessoas ou entidades directamente ligados à gestão anterior do BES,
11986 naquilo que corresponde, para estes casos, a um valor total próximo de 8 milhões
11987 de euros;

11988 c439. Todas as eventuais responsabilidades perante accionistas e credores
11989 subordinados transitaram para o BES-BM, com a cláusula de salvaguarda já
11990 anteriormente referida;

11991 c440. Relativamente ao restante universo de clientes particulares, que são investidores
11992 não qualificados e eram credores não subordinados do BES ou de empresas do
11993 GES, estamos perante um universo de cerca de 20 mil pessoas, aos quais
11994 corresponde um valor aplicado na casa dos 2.700 milhões de euros, tendo-se
11995 encontrado já soluções, através do Novo Banco, para cerca de 50% destas
11996 situações, que se repartem essencialmente entre três categorias, que
11997 seguidamente de enunciam.

11998

11999 **C9.3.1 Dos Detentores de Obrigações do BES**

12000 c441. Num primeiro grupo, enquadram-se os detentores de obrigações não
12001 subordinadas, séries comerciais sobre obrigações do BES e clientes com gestão de
12002 carteira efectuada pelo BES, o que corresponde a entre 7 mil e 9 mil clientes, num
12003 valor de 1.300 a 1.400 milhões de euros, em relação aos quais se chegou já a um
12004 acordo, por via do Novo Banco, que cobre cerca de 90% a 95% destes casos,
12005 encontrando-se esta solução a ser implementada desde Outubro de 2014, com
12006 muitas poucas situações pendentes (100 clientes de séries comerciais sobre
12007 obrigações e 16 milhões de títulos em gestão de carteiras).

12008

12009 **C9.3.2 Dos Detentores de Acções Preferenciais do GBES**

12010 c442. Um segundo grupo, composto essencialmente por pessoas não residentes em
12011 Portugal, compreende detentores de títulos do BES, através da subscrição de
12012 acções preferenciais das entidades veículo que foram utilizadas no processo de
12013 circularização de obrigações (Poupança Plus, Euroaforro e Top Renda), abarcando

12014 entre 6 mil e 8 mil pessoas, ao que corresponde um valor de 800 milhões de euros
12015 em aplicações, estando o Novo Banco a estudar formas que possam solucionar
12016 igualmente estas situações, a ser implementadas em breve, que passam por uma
12017 recuperação parcial e faseada do capital investido;

12018 c443. Ficam excluídos desta solução detentores de séries comerciais sobre ações
12019 preferenciais do EG Premium, cujo património é desconhecido, bem assim como
12020 cerca de 50% do património da emissão Euroaforro 10, constituída por títulos de
12021 dívida emitidos por entidades do GES que se encontram em insolvência.

12022

12023 **C9.3.3 Dos Detentores de Papel Comercial de Empresas do GES**

12024 O terceiro grupo corresponde a detentores de papel comercial de empresas do GES, com
12025 especial destaque para a ESI e Rioforte, os quais efectuaram aplicações no valor mínimo de 50
12026 mil euros, feitas sempre em múltiplos deste valor, o que abrange 2.500 pessoas, com um valor
12027 correspondente a 527 milhões de euros de aplicações, e portanto a um valor médio de
12028 investimento na casa dos 210 mil euros.

12029 Existem até ao momento, da parte do Novo Banco, apenas algumas ideias sobre eventuais
12030 formas de se chegar a um entendimento com estes clientes, tendo havido posições
12031 divergentes sobre esta matéria, que são públicas, entre Banco de Portugal e CMVM.

12032

12033 Relativamente a esta situação vale a pena sublinhar o seguinte conjunto de considerações:

12034

12035 c444. A responsabilidade sobre estes títulos de dívida recai integralmente sobre as
12036 entidades emitentes (nomeadamente ESI e Rioforte), não deixando de dever ser
12037 assacadas essas mesmas responsabilidades junto dos gestores das
12038 correspondentes insolvências;

12039 c445. Sucede porém que, para garantir a continuidade de financiamento, primeiro da
12040 ESI e depois da Rioforte, no início de Setembro de 2013 é deliberado promover a
12041 comercialização de papel comercial da ESI aos balcões do BES, com base em
12042 contas da mesma que se encontravam distorcidas e não retratavam a sua
12043 realidade patrimonial;

12044 c446. A operação de colocação de papel comercial da ESI foi organizada de modo a
12045 poder revestir-se da natureza de uma emissão particular, direccionada em cada
12046 série para menos de 150 clientes e com um valor nominal unitário superior a 50
12047 mil euros, o que por si só a qualifica como oferta particular, deixando assim de
12048 carecer de autorização ou do dever de comunicação junto da CMVM;

12049 c447. Nestas condições, a oferta de papel comercial da ESI ou da Rioforte carece apenas
12050 do fornecimento de uma nota informativa e informação complementar, com
12051 conteúdos definidos pela legislação e CMVM, que não carecem porém de
12052 validação ou tão pouco de ser dado conhecimento dos mesmos junto da CMVM,
12053 que poderá intervir somente no caso de ser apresentada informação errada aos

- 12054 clientes e mediante queixa apresentada pelos clientes ou inspecção destinada a
12055 apurar se as regras de comercialização estariam a ser cumpridas;
- 12056 c448. Tanto a aprovação do lançamento deste tipo de produto financeiro, inédito no
12057 contexto da sua comercialização na rede de balcões do GBES, como dos
12058 respectivos valores (1.500 milhões de euros no caso da ESI e 600 milhões para a
12059 Rioforte) foram efectuados sem respeitar os procedimentos internos que seriam
12060 mais adequados, não tendo envolvido qualquer deliberação formal em sede da
12061 Comissão Executiva do BES;
- 12062 c449. De acordo com o relatado por alguns clientes e as entidades que os representam:
12063 i) esta comercialização foi promovida de forma especialmente agressiva por
12064 diferentes gestores de conta do BES, junto de diversos tipos de clientes, mesmo
12065 quando estes apresentavam um perfil conservador ou muito conservador; ii)
12066 possivelmente pressionados por objectivos a cumprir, os agentes de
12067 comercialização do BES reflectiram esta mesma pressão junto dos seus clientes,
12068 mesmo quando estes apresentavam níveis reduzidos de literacia financeira; iii) em
12069 diferentes exemplos concretos, foi reforçada junto dos clientes a ausência de risco
12070 associada à compra deste tipo de papel comercial, apresentado como sendo
12071 equivalente a um depósito a prazo e com a garantia de estar associado à marca
12072 BES; iv) existem diferentes casos dramáticos, em que as poupanças efectuadas ao
12073 longo de toda uma vida profissional, em particular por pessoas que neste
12074 momento se encontram já reformadas, foram deste modo colocadas
12075 integralmente em papel comercial de empresas do GES; v) a informação
12076 transmitida relativamente a estes mesmos produtos financeiros era por vezes
12077 escassa, havendo relatos de resistência quanto à partilha de elementos adicionais,
12078 quando foi solicitado por certos clientes;
- 12079 c450. Por sua vez, os administradores do BES responsáveis pela rede de retalho, ainda
12080 que admitam que possam ter existido pontualmente situações de “má
12081 comercialização”, que tipicamente correspondem a 6% do universo abrangido,
12082 referiram a esta CPI que: i) neste caso concreto terão sido respeitados os
12083 procedimentos internos de abordagem comercial, sem qualquer tipo de incentivo
12084 específico centrado na colocação do papel comercial da ESI ou Rioforte; ii) a rede
12085 comercial tem instruções para partilhar toda a informação relevante junto dos
12086 clientes e dar-lhes a conhecer a natureza do correspondente produto financeiro,
12087 bem como dos riscos inerentes, que constam da referida documentação (ficha
12088 técnica e nota informativa), tendo ainda em consideração a necessidade de
12089 diversificar as aplicações financeiras e de as ajustar ao perfil de risco associado a
12090 cada cliente; iii) somente cerca de 30 clientes do segmento “Particulares de
12091 Retalho”, num total de 3 milhões de euros, terão feito aquisições deste tipo de
12092 papel comercial; iv) menos de 4% dos recursos de clientes geridos pela rede
12093 comercial de retalho correspondem à aquisição de papel comercial de empresas
12094 do GES; v) em média, as aplicações efectuadas pelos clientes de retalho em papel
12095 comercial correspondem a 31% do total de aplicações de que dispunham no BES;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 12096 c451. Através de acção de supervisão conduzida pela CMVM, com incidência sobre a
12097 colocação de papel comercial da ESI e Rioforte, constatou-se: i) a existência de
12098 boletins de subscrição e fichas técnicas devidamente assinadas pelos clientes; ii)
12099 que a nota informativa era clara e completa, mas assente em informação
12100 financeira errada, que não retratava a verdadeira realidade patrimonial dos
12101 emitentes;
- 12102 c452. Por deliberação do Banco de Portugal, a 3 de Dezembro de 2013, foi exigido que o
12103 BES adoptasse medidas no sentido de reduzir os montantes e riscos decorrentes
12104 da posse de papel comercial da ESI pelos seus clientes de retalho, e no
12105 seguimento da mesma, a Comissão Executiva do BES decidiu, a 4 de Dezembro de
12106 2013, “que seja suspensa a venda de papel comercial emitido pela ESI a clientes
12107 do BES, não se procedendo à colocação renovada do que for atingindo a
12108 maturidade”;
- 12109 c453. Deram entrada na CMVM, até 20 de Março de 2015, cerca de 300 reclamações
12110 relativas à colocação deste papel comercial de empresas do GES;
- 12111 c454. A CMVM identificou indícios de intervenção personalizada e individualmente
12112 dirigida a clientes do BES na colocação destes produtos, além da existência de
12113 documentos que podem induzir em erro quanto às responsabilidades assumidas
12114 de reembolso dos valores investidos, entre outros elementos indiciadores de
12115 vícios na comercialização;
- 12116 c455. Apesar da heterogeneidade de situações encontradas, a CMVM considera
12117 existirem os seguintes “elementos comuns e comprováveis: i) a não veracidade da
12118 informação financeira contida no documento informativo; ii) as expectativas
12119 criadas com mecanismos de segurança de reembolso incluindo as provisões
12120 criadas para o efeito; iii) a desigualdade de tratamento dos clientes, sendo que
12121 alguns foram efectivamente reembolsados”;
- 12122 c456. Por sua vez, a 14 de Fevereiro de 2014, o Banco de Portugal tomou um conjunto
12123 de medidas adicionais relacionadas com o BES e o GES, nelas se incluindo
12124 expressamente a “não comercialização, quer de forma directa quer indirecta (v.g.,
12125 através de fundos de investimento, outras instituições financeiras) de dívida de
12126 entidades do ramo não financeiro do GES junto de clientes de retalho”;
- 12127 c457. Existem porém evidências de situações em que, contrariando estas mesmas
12128 orientações, se terá continuado a vender ou renovar papel comercial da ESI e/ou
12129 da Rioforte em datas posteriores respectivamente a 4 de Dezembro de 2013 e 14
12130 de Fevereiro de 2014, junto de clientes do BES;
- 12131 c458. Após adopção da medida de resolução do BES, tem havido diversas alterações na
12132 informação que é transmitida aos detentores de papel comercial de empresas do
12133 GES, tanto da parte do Banco de Portugal como do Novo Banco, sem que tenha
12134 sido até ao momento identificada qualquer via de solução concreta para estas
12135 mesmas situações;
- 12136 c459. Foram assim geradas legítimas expectativas junto destes clientes, nomeadamente
12137 através de informação veiculada pelo Banco de Portugal, BES (informação da

- 12138 Comissão Executiva de 18 de Julho de 2014) e Novo Banco (comunicado de 14 de
12139 Agosto de 2014), em que se assumem posições de princípio sobre esta matéria,
12140 que salvaguardam as posições dos clientes não institucionais que adquiriram
12141 papel comercial nas redes comerciais do Grupo BES, ou na rede de retalho do BES
12142 até 14 de Fevereiro de 2014;
- 12143 c460. É de lamentar o modo como estes clientes do BES, detentores de papel comercial,
12144 foram sendo confrontados com diferentes tipos de respostas e expectativas, não
12145 correspondidas até ao momento, quer junto dos balcões, quer ainda através de
12146 informação prestada por correio electrónico ou nos portais tanto do Banco de
12147 Portugal como do Novo Banco, com remissão de eventuais responsabilidades ora
12148 do Banco de Portugal para a CMVM ora do Novo Banco para o BES-BM, e vice-
12149 versa;
- 12150 c461. Nos termos da medida de resolução do BES, e das posições tomadas sobre a
12151 matéria pelo Banco de Portugal, as responsabilidades por ressarcir os detentores
12152 deste tipo de papel comercial devem recair: i) em primeira linha, sobre as
12153 entidades emitentes, que se encontram a atravessar processo de insolvência; ii)
12154 face à comprovada existência de más práticas de comercialização por parte do
12155 BES, sobre o BES-BM, onde se encontra constituída uma provisão para efeitos
12156 contingentes no valor de 668 milhões de euros; iii) sobre o Novo Banco, por
12157 razões estritamente comerciais, e de acordo com um forte conjunto de restrições;
- 12158 c462. Sobre esta matéria, a medida de resolução do BES, nos contornos em que foi
12159 definida pelo Banco de Portugal, em Agosto de 2014, estabelece que
12160 permaneceriam na esfera do BES-BM “quaisquer obrigações, garantias,
12161 responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação
12162 financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que
12163 integram o GES”;
- 12164 c463. No que se refere ao papel que o Novo Banco pode vir a desempenhar, em reunião
12165 do seu Conselho de Administração, efectuada a 14 de Agosto de 2014, o Banco de
12166 Portugal determina que: “i) compete ao órgão de administração do Novo Banco
12167 definir e aprovar as condições para as eventuais operações de pagamento de
12168 compensações, exclusivamente por razões comerciais, a clientes de retalho
12169 detentores de títulos de dívida de entidades do GES, desde que tais condições
12170 assegurem um impacto positivo, ou quanto muito neutro, ao nível dos seus
12171 resultados, rácios de solvabilidade e posição de liquidez; ii) qualquer pagamento a
12172 um determinado cliente de retalho deve ser precedido de uma avaliação do
12173 custo-benefício financeiro para o Novo Banco; iii) apenas podem ser realizados
12174 pagamentos a clientes de retalho que sejam investidores não qualificados e que
12175 tenham originalmente adquirido os títulos de dívida através de entidade que
12176 integre actualmente o Novo Banco e em data anterior a 14 de Fevereiro de 2014”;
- 12177 c464. Este conjunto de restrições, com imperativos que se colocam cumulativamente ao
12178 nível da solvabilidade, liquidez e rentabilidade, condiciona fortemente o leque de

12179 potenciais soluções viáveis que o Novo Banco pode vir a adoptar perante estes
12180 mesmos clientes;

12181 c465. Existe da parte dos clientes lesados abertura para que se encontrem soluções que
12182 possam vir a desenvolver-se de forma faseada ao longo do tempo, em condições a
12183 acordar;

12184

12185 **C9.3.4 Litigância e Apuramento de Responsabilidades**

12186

12187 Em paralelo com os trabalhos e conclusões desta CPI, em diversas outras instâncias estão a
12188 decorrer processos de insolvência, contraordenacionais e judiciais, sendo de sublinhar, neste
12189 contexto:

12190

12191 c466. As diferentes jurisdições em que estas iniciativas decorrem, abrangendo, além de
12192 Portugal, pelo menos o Luxemburgo, Suíça, EUA, Panamá e Dubai;

12193 c467. As acrescidas dificuldades que decorrem dos complexos mecanismos de
12194 engenharia financeira adoptados, por um lado, e a vasta diversidade de geografias
12195 envolvidas, onde se incluem alguns paraísos fiscais e jurisdições onde se
12196 conhecem fortes barreiras e opacidade na partilha de informação relacionada
12197 com a actividade financeira;

12198 c468. No contexto nacional, encontram-se a decorrer diversas iniciativas de
12199 apuramento das responsabilidades e de factos ocorridos no GES e no BES, de
12200 natureza variável, incluindo: i) processos de averiguação e contraordenacionais
12201 abertos pelas entidades supervisoras (Bdp e CMVM); ii) uma auditoria forense,
12202 solicitada pelo Banco de Portugal e conduzida pela Deloitte, cujos resultados se
12203 espera que venham a ser obtidos, na sua plenitude, dentro de meses; iii) diversos
12204 processos judiciais em curso junto da Procuradoria-Geral da República;

12205 c469. Adicionalmente, diferentes partes interessadas, incluindo essencialmente
12206 accionistas, fundos de investimento, credores e clientes do BES, mas igualmente a
12207 DECO, iniciaram um conjunto de pelo menos 12 acções judiciais, com as quais se
12208 visam questionar nomeadamente, os seguintes aspectos: i) imposição de
12209 constituição de provisões na ESFG e no BES por parte do Banco de Portugal; ii)
12210 legalidade e constitucionalidade do procedimento de resolução adoptado; iii)
12211 perímetro de separação dos elementos patrimoniais do BES escolhido aquando da
12212 sua transposição para o Novo Banco ou BES-BM; iv) defesa dos direitos de
12213 accionistas e credores subordinados; v) direitos dos detentores de papel
12214 comercial de empresas do GES; vi) direitos de pequenos accionistas que
12215 participaram no aumento de capital social do BES efectuado no segundo trimestre
12216 de 2014;

12217 c470. Em toda a litigância existente o Novo Banco surge apenas na qualidade de parte
12218 contrainteressada, sendo possível que sobre esta entidade não venham a incidir
12219 quaisquer responsabilidades decorrentes da actual ou eventual futura litigância. A



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

litigância existente incide nomeadamente sobre o Estado Português, Banco de Portugal, CMVM, Direcção-Geral da Concorrência, BES e seus responsáveis, ou determinados gestores de conta, BESI e KPMG.

C10) Factos por Apurar

Em resultado de uma análise cuidada de toda a documentação recebida e dos depoimentos prestados, esta CPI considera ter conseguido identificar, clarificar e sistematizar a generalidade dos factos ocorridos, conforme aqui relatado.

São de alguma forma excepções a esta realidade, decorrentes em particular de dificuldades relacionadas com sigilo bancário segredo de justiça ou recusa de colaboração por parte de entidades não nacionais, os seguintes aspectos, que se espera que no contexto da auditoria forense ou dos processos judiciais em curso possam vir a ser alvo de posteriores esclarecimentos:

- c471. Identificação dos destinatários ou beneficiários últimos de determinadas operações de concessão de crédito ou aplicações financeiras, nomeadamente no que se refere ao BESA, Eurofin e empresas “*offshore*”;
- c472. Objecto social e movimentações financeiras caracterizadas de forma exaustiva em relação a entidades ligadas ao GES mas que não constam do correspondente organigrama, nem foram dadas a conhecer no contexto dos trabalhos de caracterização patrimonial da ESI conduzidos pela KPMG, como sucede com a ES Enterprises;
- c473. Reconstrução precisa das contas reais e correspondente evolução da situação patrimonial da ESI e do GES ao longo do tempo, em particular desde 2000, com explicitação das origens dos avultados prejuízos acumulados, estimados em 5.300 milhões de euros;
- c474. Explicitação das origens, fundamentação e destino final dos empréstimos efectuados pela ESI às empresas suas accionistas que são detidas pela família Espírito Santo, no valor de 470 milhões de euros;
- c475. Caracterização detalhada e exaustiva de origens e circunstâncias em que determinados movimentos financeiros podem ter resultado no benefício patrimonial de membros da família Espírito Santo e outros altos quadros de empresas do GES, no que diz respeito a comissões, liberalidades ou outras situações análogas.
- c476. Algumas destas matérias podem ser pelo menos parcialmente esclarecidas a partir das conclusões da auditoria forense, determinada pelo Banco de Portugal e conduzida pela Deloitte, que se encontra organizadas de acordo com os seguintes cinco blocos: i) cumprimento de determinações do Banco de Portugal; ii) relações com o BESA; iii) passivo financeiro da ESI; iv) veículos de finalidade especial; v) colocação de títulos de dívida em clientes da ESAF. A CPI teve apenas acesso ao



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

12259 Resumo Executivo, com alguma informação truncada, que se prende com os dois
12260 primeiros destes blocos de conclusões da auditoria forense.

12261

12262 **C11) Síntese Final**

12263 De todas as conclusões apresentadas até aqui, pode dizer-se, a título de síntese, com as
12264 inerentes limitações decorrentes de qualquer tentativa de resumo numa situação com a
12265 complexidade do sucedido no GES e no BES, que:

12266 c477. No GES fizeram-se sentir a tensão intrínseca e os potenciais conflitos de interesses
12267 inerentes a qualquer conglomerado misto, que neste caso foram agravados por se
12268 estar na presença de um grupo de base familiar, com uma gestão fortemente
12269 personalizada e evidentes fragilidades de organização, especialmente no que toca
12270 ao ramo não financeiro e às empresas *holding* da cúpula do GES, mas também no
12271 que diz respeito ao GBES, onde persistiam diversas informalidades, conflitos de
12272 interesses, uma ausência de segregação de funções, a par de debilidades no
12273 exercício pleno das funções de controlo interno;

12274 c478. O GES apresenta sérios problemas estruturais, que acompanham o grupo desde o
12275 seu relançamento, nos anos 90, cuja resolução foi sendo sucessivamente adiada.
12276 Em particular no que se refere aos modelos de governação adoptados,
12277 complexidade da sua estrutura, arquitectura e organização interna, estilo de
12278 liderança e níveis de capital excessivamente reduzidos;

12279 c479. Com o advento da crise económica e financeira, a nível internacional e em
12280 Portugal, a partir de 2008, os problemas não resolvidos agudizam-se nas suas
12281 consequências. O GES acumula fortes prejuízos na área não financeira, ao mesmo
12282 tempo que mergulha numa espiral de endividamento, agravada por esta ser
12283 sobretudo de curto prazo (frequentemente mais de 80% da dívida financeira é de
12284 curto prazo, inferior a um ano);

12285 c480. Cria-se assim uma pressão constante de renovação dos créditos, além de se violar
12286 um dos princípios essenciais a uma adequada gestão financeira, ao criar situações
12287 onde sistematicamente o activo circulante se torna insuficiente para garantir a
12288 cobertura do passivo de curto prazo, o que é insustentável no médio ou longo
12289 prazo;

12290 c481. A partir de 2008, encontrando crescentes dificuldades de acesso a financiamento
12291 externo ou de injeção de capitais privados, a área não financeira do GES torna-se
12292 quase totalmente dependente de financiamento encontrado através do ramo
12293 financeiro do GES e do GBES, ao mesmo tempo que se inicia a manipulação de
12294 informação, no sentido de ocultar os prejuízos que se vinham acumulando numa
12295 visão consolidada do grupo, retratado ao nível da ESI;

12296 c482. Não sendo capaz de encontrar soluções ao nível da cúpula, situados na ESI, ou de
12297 isolar estes problemas do resto do GES, assiste-se com especial incidência a uma
12298 gradual contaminação de todo o GES, sentida tanto ao nível da Rioforte como
12299 mais tarde da ESFG, e dentro desta no GBES, com a sua crescente exposição, tanto
12300 directa como através dos seus clientes, a empresas do GES;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 12301 c483. Na medida em que as diferentes entidades de supervisão forçam uma blindagem
12302 e tomam iniciativas de protecção dos clientes do GBES, em especial no que se
12303 refere a clientes particulares, são confrontadas com resistência e inércia da parte
12304 do GES, que tenta encontrar formas cada vez mais rebuscadas e mecanismos de
12305 engenharia financeira para continuar a garantir a existência de fluxos de
12306 tesouraria para o GES, através do GBES e da ESFG;
- 12307 c484. A intervenção do Banco de Portugal pautou-se por uma tentativa de encontrar
12308 soluções acordadas com o GES, por forma a assegurar a estabilidade financeira,
12309 evitando a adopção de posições ou imposições unilaterais, de ruptura com o
12310 mesmo. Cria-se deste modo provisões, primeiro de 700 milhões e mais tarde de
12311 2.000 milhões de euros, de modo a acautelar os interesses dos clientes do GBES,
12312 face à correspondente exposição ao GES, o que seria em princípio comportável
12313 face à almofada financeira existente e ao sucesso da operação de aumento de
12314 capital do BES efectuada no segundo trimestre de 2014;
- 12315 c485. Em paralelo, eliminam-se acumulações de funções geradoras de conflitos de
12316 interesses, ao mesmo tempo que se promove uma redução da exposição dos
12317 clientes particulares de retalho do BES ao GES, e que foi delineada uma solução de
12318 sucessão da equipa de Ricardo Salgado, que o Banco de Portugal optou por
12319 conduzir igualmente de forma consensualizada com o próprio GES;
- 12320 c486. Essencialmente ao longo do mês de Junho e Julho, a equipa liderada por Ricardo
12321 Salgado gera uma potencial perda adicional de valor no BES de 1.500 milhões de
12322 euros, através da emissão de cartas de conforto e circularização de obrigações,
12323 incorrendo em potenciais irregularidades;
- 12324 c487. Do ponto de vista do comportamento dos principais responsáveis do GES, parece
12325 portanto assistir-se a um gradiente de posições, que foram evoluindo ao longo do
12326 tempo, começando por adiar soluções para os problemas (anos 90 até 2007),
12327 passa depois para ocultação e manipulação de informação (2008 a Outubro 2013),
12328 mais tarde para resistência e inércia face a orientações das entidades de
12329 supervisão (Novembro 2013 a Maio 2014), e finalmente para a prática de
12330 eventuais graves irregularidades (Junho e Julho de 2014);
- 12331 c488. Nos finais de Julho e início de Agosto de 2014, acresce a esta situação uma
12332 evolução na posição assumida pelo Banco Nacional de Angola, através de uma
12333 intervenção sobre o BESA que se traduz em perdas adicionais de 2.750 milhões de
12334 euros para o BES;
- 12335 c489. Estas últimas ocorrências tornam a situação vivida pelo GES insustentável, o que é
12336 agravado pelo levantamento de cerca de 6.000 milhões de euros em depósitos, no
12337 mês de Julho de 2014, bem assim como reajustamentos adicionais, decorrentes
12338 da sobreavaliação de activos, criando um clima de “tempestade perfeita” e fortes
12339 problemas de liquidez, que obrigaram a uma intervenção urgente;
- 12340 c490. As diferentes sucessões de eventos verificados no BES evidenciam a existência de
12341 lacunas ou fragilidades no correspondente modelo de governação e em particular
12342 quanto ao exercício eficaz das funções de controlo interno;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 12343 c491. As entidades de auditoria externa, face à informação que lhes foi disponibilizada,
12344 não foram frequentemente capazes de identificar ou caracterizar os problemas
12345 existentes, com a gravidade ou dimensão que possuíam, e que se vinham
12346 acumulando de forma especialmente crescente desde 2008, por via da análise
12347 efectuada às contas apresentadas pelo GBES, apenas o tendo conseguido fazer,
12348 de forma retroactiva, através de trabalhos de índole mais específica solicitados
12349 pelo Banco de Portugal, dado que as contas das empresas de cúpula do GES,
12350 como a ESI e ES Control, não eram nem consolidadas nem auditadas;
- 12351 c492. Da parte do Banco de Portugal, como foi referido, optou-se por um estilo de
12352 intervenção baseado na construção de soluções por acordo e persuasão moral,
12353 pelas razões anteriormente indicadas, mesmo depois de ser registada uma
12354 resistência continuada por parte do GES à implementação das suas orientações,
12355 sem perspectivar que viriam a ocorrer os factos especialmente graves e
12356 potencialmente irregulares que tiveram lugar em Junho e Julho de 2014;
- 12357 c493. Não foi em momento algum apresentado qualquer cenário detalhado, credível e
12358 firme de capitalização privada do GES, solução que foi sempre considerada como
12359 a mais adequada, sendo o Banco de Portugal informado, a 31 de Julho de 2014, da
12360 inexistência de qualquer solução de base privada para uma intervenção atempada
12361 sobre o BES;
- 12362 c494. Das diferentes opções disponíveis, em termos de intervenção ou apoio público, o
12363 Governo excluiu à partida qualquer tipo de ajuda, por via directa ou indirecta, ao
12364 ramo não financeiro do GES;
- 12365 c495. Quanto ao BES, o Governo manifestou existir uma disponibilidade associada aos
12366 6.400 milhões de euros da linha da “troika”, para ajudar a encontrar soluções de
12367 intervenção em instituições bancárias;
- 12368 c496. Nunca foi apresentado ao Governo qualquer cenário concreto de aplicação de
12369 uma medida de recapitalização do BES, fosse ela de natureza privada ou de
12370 recapitalização pública forçada;
- 12371 c497. Em total respeito pela independência e autonomia do Banco de Portugal, o
12372 Governo optou por não o condicionar na opção a tomar, mas reconhece que a
12373 resolução era a medida mais adequada para este caso concreto;
- 12374 c498. O Banco de Portugal delibera então a 3 de Agosto de 2014, após análise da
12375 situação efectuada em reunião do Conselho de Governadores do Banco Central
12376 Europeu, que teve lugar a 1 de Agosto, uma medida de resolução do BES,
12377 definindo o perímetro de transição dos seus elementos patrimoniais, assim
12378 repartidos entre o Novo Banco e o BES-BM;
- 12379 c499. A solução encontrada acautela os interesses de todos os depositantes do BES,
12380 independentemente dos respectivos montantes, bem assim como a manutenção
12381 da actividade bancária e correspondentes postos de trabalho, tendo-se
12382 conseguido evitar perturbações significativas no sistema financeiro nacional;
- 12383 c500. Os interesses dos accionistas e credores subordinados do BES transitaram para o
12384 BES-BM, com uma cláusula de salvaguarda que lhes garante não poderem ficar

- 12385 mais prejudicados do que teria sido o caso num eventual cenário de liquidação do
12386 BES;
- 12387 c501. Encontram-se ainda por resolver situações em que seja legítimo ressarcir clientes
12388 particulares, nomeadamente aqueles que de forma comercialmente abusiva
12389 foram incitados a comprar papel comercial da ESI e Rioforte aos balcões do BES,
12390 ou junto dos quais foram criadas legítimas expectativas de recuperação dos
12391 valores investidos, em condições a definir;
- 12392 c502. Aguarda-se o desenvolvimento do processo de venda do Novo Banco, sendo que
12393 uma parte significativa em termos de avaliação e consequências desta
12394 intervenção vai depender da comparação entre o valor da venda e a verba de
12395 4.900 milhões de euros (dos quais 3.900 milhões de euros emprestados pelo
12396 Estado) afecta pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco;
- 12397 c503. É de sublinhar a forma como foi possível neste caso, em circunstâncias muito
12398 delicadas, particularmente graves e geridas por vezes “no fio da navalha”,
12399 ultrapassar a situação gerada pelo GES e no BES, sem pânico, evitando efeitos
12400 sistémicos ou excessivas perturbações nos mercados, salvaguardando os
12401 depositantes e com risco controlado no que se refere à afectação de meios
12402 públicos;
- 12403 c504. Apesar de se terem acautelado consequências que poderiam ter sido bastante
12404 mais gravosas para o nosso país e seu sistema bancário, depositantes e clientes do
12405 BES, importa reconhecer falhas ocorridas e aprender com o sucedido, daí tirando
12406 ilações para o futuro.

12407

12408 **4.2 Recomendações**

12409

12410 Os anos mais recentes, tanto a nível internacional, como a nível nacional (além do presente
12411 caso do BES, importa recordar o sucedido com BPN e BPP), evidenciaram a existência de fortes
12412 fragilidades no sistema financeiro e sua supervisão, conduzindo a mudanças significativas, mas
12413 ainda assim insuficientes para evitar o sucedido com o BES em 2014, com situações de
12414 consecutiva instabilidade decorrentes das ocorrências registadas, com impactos de natureza
12415 sistémica que importa acautelar, mas numa óptica de defesa do interesse público.

12416

12417 Face à constante evolução, crescente sofisticação e inovação das práticas adoptadas pelas
12418 entidades do sistema financeiro e bancário, por vezes num verdadeiro “jogo do gato e do
12419 rato”, importa que as sociedades saibam de forma dinâmica dotar-se de adequados
12420 mecanismos de controlo, supervisão, regulação, fiscalização e alerta, por forma a garantir os
12421 direitos de depositantes, clientes e estabilidade dos sistemas financeiros.

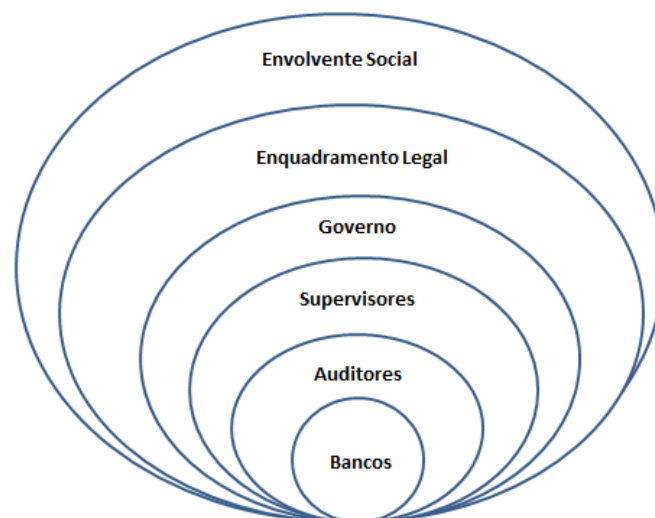
12422 Esta CPI teve a possibilidade de examinar uma vasta documentação e de recolher as
12423 perspectivas de um leque alargado de pessoas e entidades relevantes quanto ao
12424 funcionamento do sistema bancário nacional, representativas das suas diferentes camadas, tal
12425 como aqui se ilustra novamente (Figura 4.44).

12426

12427 Uma vez que os restantes tipos de intervenientes foram já anteriormente abordados de
12428 alguma forma, importa aqui sublinhar o papel da Envolvente Social. Sendo o bom
12429 funcionamento do sistema financeiro dependente de inúmeros factores e circunstâncias, ele é
12430 também condicionado pela conduta das pessoas, nomeadamente no que se refere à sua
12431 literacia financeira, honestidade, ética, deontologia, exigência e maior ou menor
12432 complacência, pelo que não pode nem deve ser descuidada esta camada mais exterior, que
12433 pode ser vista numa tripla perspectiva: i) responsabilidade, literacia financeira e
12434 comportamento de cada um de nós enquanto cidadão, depositante, credor, colaborador ou
12435 cliente de entidades bancárias; ii) atitude e postura que assumimos, nessas mesmas
12436 qualidades, moldando a partir dos valores individuais uma sociedade que colectivamente deve
12437 ser intransigente quanto a desvios de conduta, afirmando com isso níveis tão reduzidos quanto
12438 possível no que se refere aos chamados “limiares pessoais de transgressão aceitável”; iii) em
12439 particular, num sector com as especificidades do sector financeiro, que comporta fortes riscos
12440 sistémicos e assenta sobretudo numa base sólida de confiança, importa que esta só possa
12441 basear-se e recompensar as entidades bancárias que adoptem posturas de transparência, bem
12442 assim como posturas irrepreensíveis do ponto de vista moral, ético e deontológico, com forte
12443 responsabilidade social e visões de sustentabilidade duradoura, definida no médio prazo.

12444

12445 Os trabalhos da CPI permitiram constatar também que vários dos problemas existentes
12446 decorrem não apenas de lacunas identificadas em cada uma destas diferentes camadas (Figura
12447 4.44), mas igualmente da adopção de soluções de índole local, isoladamente ao nível das
12448 mesmas, sem uma adequada interacção ou gestão das interfaces existentes entre elas, nem
12449 tão pouco a utilização integrada, holística e global de uma visão de conjunto, potenciadora da
12450 definição e procura de soluções óptimas globais. Com perímetros que podem ser assumidos a
12451 nível nacional, mas outros que dependem de uma consensualização de posições, abordagens e
12452 visões assumidas igualmente a nível internacional.



12453

Figura 4.44 – As diferentes camadas do sistema financeiro.

Fonte: ilustração esquemática do deputado relator

Advoga-se portanto que, para além do trabalho parcelar que pode e deve ser desenvolvido em cada um dos níveis, se criem condições para consolidar uma gestão articulada de todo o sistema financeiro nacional, que desejavelmente deve caminhar de visões parcelares para abordagens concertadas, coerentemente articuladas, onde todas as partes interessadas desempenham o seu papel, mas devidamente alinhado com o paradigma mais contemporâneo de afirmação, mais do que apenas de um sistema, de funcionamento de um verdadeiro ecossistema financeiro (Figura 4.45), convenientemente desenhado, monitorizado e acompanhado.

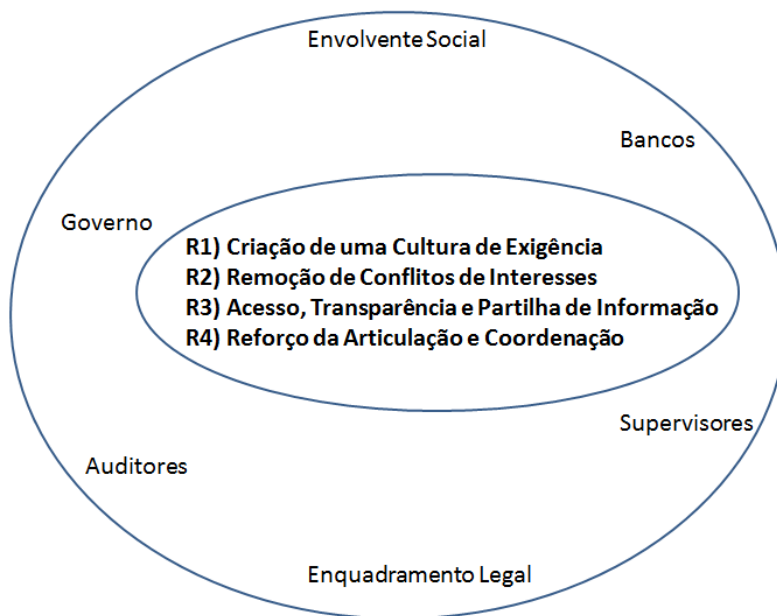


Figura 4.45 – Uma visão integrada de melhorias a efectuar no ecossistema financeiro.

Fonte: ilustração esquemática do deputado relator

Tendo em atenção os factos apurados no GES e BES, bem como toda a informação e perspectivas a que CPI teve acesso, aponta-se então agora para um conjunto de sugestões, recomendações e acções de melhoria para o sistema financeiro, seguidamente organizadas de acordo com este modelo, em torno dos seguintes tópicos:

- R1) Criação de uma Cultura de Exigência
- R2) Remoção de Conflitos de Interesses
- R3) Acesso, Transparência e Partilha de Informação
- R4) Reforço da Articulação e Coordenação



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

12479 É dentro deste mesmo espírito, acima ilustrado, que nesta secção se apresentam então
12480 algumas recomendações, direccionadas para melhorar o funcionamento do sistema financeiro
12481 e procurar prevenir a ocorrência de problemas idênticos aos sucedidos em torno do BES e
12482 outras entidades bancárias.

12483
12484 Enquanto legado desta CPI, enunciam-se assim diversas sugestões, que carecem naturalmente
12485 de aprofundamento, reflexão adicional, e análise dos seus impactos, bem como formas de
12486 operacionalização, com graus diferenciados de dificuldade de concretização, variados
12487 horizontes temporais e agentes a envolver, que nalguns casos vão muito para além do próprio
12488 Parlamento ou do País, mas que decorrem do conhecimento acumulado no decurso dos
12489 trabalhos, enquanto contributo para uma agenda de intervenção centrada na melhoria de
12490 funcionamento do sistema financeiro em Portugal.

12491
12492 A este propósito, é conveniente ter em atenção, desde logo, que:

- 12493
12494 • Não sendo possível desenhar ou garantir o funcionamento de sistemas financeiros
12495 absolutamente infalíveis ou perfeitos, sobretudo no que se refere a actos irregulares
12496 assumidos por um conjunto reduzido de pessoas, à margem das devidas estruturas de
12497 decisão, é porém desejável promover todas as medidas adequadas a uma diminuição e
12498 minimização da probabilidade de ocorrência de situações lesivas dos interesses dos
12499 depositantes e clientes bancários;
- 12500 • A operação e acompanhamento da banca em Portugal encontram-se cada vez mais
12501 integrados no contexto da União Bancária Europeia, pelo que algumas das
12502 recomendações aqui apresentadas carecem de concertação a este nível e, noutros
12503 casos, de um entendimento ainda mais alargado do ponto de vista geográfico, para
12504 fazer face a operações transnacionais, cada vez mais frequentes no contexto de um
12505 sistema financeiro que opera a nível global, como o caso do GES e do BES bem
12506 evidencia;
- 12507 • Quando são detectados os primeiros sinais de alerta, importa dispor de mecanismos
12508 rápidos de identificação precoce daquilo que pode estar a acontecer numa
12509 determinada instituição bancária, bem assim como processos de intervenção
12510 correctiva implementados de forma ágil, com celeridade, assertividade e coragem, de
12511 modo a evitar que situações de contaminação ou agravamento dos danos potenciais
12512 possam ter lugar;
- 12513 • Depois de ter conhecido significativas alterações ao longo da sua vasta história, os
12514 diferentes incidentes registados na banca nacional e internacional devem inspirar uma
12515 recentragem estratégica da actividade bancária, que marca um certo regresso às suas
12516 próprias origens, enquanto entidades que devem sobretudo dedicar-se a receber
12517 depósitos decorrentes do aforro efectuado por pessoas e organizações, ao mesmo
12518 tempo que concedem de forma criteriosa crédito às famílias e às empresas, ajudando-
12519 as a concretizar os seus sonhos e projectos de vida.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

12520 Além do conjunto de recomendações que aqui serão enunciadas, de alcance mais amplo e
12521 nalguns casos de eventual implementação gradual, importa no curto prazo tomar iniciativas
12522 que de imediato permitam ajudar a resolver as seguintes situações pendentes:

- 12523 • Definição e implementação de soluções para os investidores não qualificados que são
12524 detentores de papel comercial de empresas do GES adquiridos na rede de balcões do
12525 GBES, através de soluções concertadas entre Banco de Portugal, CMVM, Novo Banco e
12526 BES-BM. Como atrás se referiu, tais soluções devem obedecer a um conjunto alargado
12527 de princípios, devendo nomeadamente: i) incidir de forma particular sobre aqueles
12528 casos em que comprovadamente existiram práticas comerciais abusivas; ii) não deixar
12529 de responsabilizar as entidades emitentes; iii) dar resposta urgente aos clientes que
12530 tenham sido efectivamente lesados, e que nalguns casos enfrentam momentos de
12531 especial dificuldade, ainda que tal resposta possa ser desenvolvida de forma faseada
12532 ao longo do tempo, mas sem ignorar as situações de urgência em termos de liquidez
12533 associadas a detentores de papel comercial que se encontram numa posição de
12534 particular vulnerabilidade, como sucede por exemplo com quem tenha concentrado
12535 todas as suas aplicações nestes mesmos títulos em resultado de más práticas
12536 comerciais; iv) esclarecer de uma vez por todas os clientes sobre esta matéria, sem
12537 alimentar ou negar expectativas de forma oscilatória ao longo do tempo; v) transmitir
12538 uma mensagem inequívoca de concordância e concertação de posições entre as
12539 quatro entidades directamente envolvidas (Banco de Portugal, CMVM, Novo Banco e
12540 BES-BM); vi) ter em consideração as especificidades desta situação, bem como as
12541 expectativas que foram sendo criadas junto destes clientes; vii) garantir uma
12542 blindagem absoluta face a outros tipos de credores, de natureza diversa, e em
12543 particular relativamente a pessoas ou entidades potencialmente detentoras de papel
12544 comercial e que tenham tido ligações, directas ou indirectas, ao exercício de funções
12545 de responsabilidade na gestão do BES ou do GES; viii) manter a coerência na hierarquia
12546 de credores do BES e do GES subjacente ao enquadramento legal em que se aplica a
12547 resolução bancária; ix) assegurar que em caso algum podem vir a ser beneficiados
12548 investidores qualificados ou potenciais infractores, nomeadamente na ausência de um
12549 quadro completo e exaustivo do universo de papel comercial de empresas do GES,
12550 com identificação inequívoca da totalidade dos correspondentes beneficiários últimos;
- 12551 • Continuidade dos apuramentos de responsabilidades face ao sucedido, tanto do ponto
12552 de vista contraordenacional, através das entidades de supervisão, como da auditoria
12553 forense em curso e dos processos judiciais que estão a decorrer, com a
12554 correspondente penalização das infracções que vierem a ser confirmadas e
12555 devidamente comprovadas, por forma a que a “culpa não morra solteira” e que os
12556 devidos efeitos dissuasores venham a contribuir para que más práticas ou diferentes
12557 irregularidades deixem de ocorrer no sistema bancário nacional;
- 12558 • Prosseguimento de esforços, nos contextos acima indicados ou outros de natureza
12559 complementar, que permitam em particular esclarecer alguns dos aspectos que esta
12560 CPI não teve condições para apurar cabalmente, em particular no que se refere a: i)

12561 beneficiários últimos de fluxos financeiros efectuados através da Eurofin, outras
12562 entidades veículo, empresas “offshore” e créditos concedidos através do BESA; ii)
12563 reconstrução mais detalhada dos balanços, demonstrações de resultados e fluxos de
12564 tesouraria que retratem a situação patrimonial efectivamente existente ao nível da ESI
12565 ao longo do tempo, suas necessidades de endividamento, destinos do mesmo e
12566 origens dos correspondentes prejuízos acumulados, numa base individual e
12567 consolidada; iii) caracterização detalhada e exaustiva de origens e circunstâncias em
12568 que determinados movimentos financeiros podem ter resultado em benefício
12569 patrimonial de membros da família Espírito Santo ou outros altos quadros de
12570 empresas do GES;

- 12571 • Conhecimento detalhado do balanço de abertura do BES-BM, no seguimento dos
12572 trabalhos que estão a ser concluídos de apuramento do mesmo;
- 12573 • Garantia de continuidade do processo de venda do Novo Banco dentro de um quadro
12574 de transparência e negociação conducente a um resultado o mais positivo possível à
12575 luz dos critérios assumidos;
- 12576 • Obtenção de maior celeridade, ainda que sem prejuízo de um criterioso apuramento
12577 de responsabilidades, no que se refere à evolução e conclusão dos trabalhos da
12578 auditoria forense, bem assim como dos processos contra-ordenacionais e judiciais em
12579 curso relacionados com o BES e o GES.

12580

12581 **R1) Criação de uma Cultura de Exigência**

12582

12583 A criação de uma cultura de forte exigência deontológica, ética e moral, não complacente com
12584 comportamentos incorrectos, desdobra-se em vertentes mais directamente ligadas com o
12585 funcionamento do sistema bancário, seus agentes individuais e colectivos, mas tem a ganhar
12586 com uma envolvente social que igualmente aponte e exija esta mesma direcção e
12587 comportamento da parte do sistema financeiro, sendo intolerante perante quem o não faça.

12588 Trata-se de um desafio colectivo, com especial incidência no sistema financeiro mas que deve
12589 mobilizar toda a sociedade, no seu conjunto. Apresentam-se assim recomendações agrupadas
12590 de acordo com esta mesma lógica, que correspondem respectivamente ao sistema bancário
12591 (R1.1) e à sociedade em geral (R1.2).

12592

12593 **R1.1 Sistema Bancário**

- 12594 r1. Consideração, por parte de todas as entidades e agentes relevantes, de um
12595 conjunto de áreas, que apelidaremos de “áreas especialmente sensíveis”,
12596 particularmente importantes em termos de confiança, solidez e transparência de
12597 funcionamento das instituições bancárias, e por isso mesmo merecedoras de
12598 redobrada atenção, nomeadamente em termos de incidência das funções de

- 12599 controlo interno, auditorias externas e actividades de supervisão, a saber: i) todas
12600 as operações de concessão de crédito que sejam de montante significativo,
12601 incluindo linhas de financiamento interbancário; ii) práticas comerciais adaptadas,
12602 em particular nas redes de retalho; iii) relações mantidas com partes relacionadas,
12603 alvo de análise exaustiva, detalhada e rigorosa, que não pode corresponder senão a
12604 patamares de exigência equivalentes ou superiores face aos adoptados para outro
12605 tipo de entidades; iv) lançamento e validação de novos produtos financeiros com
12606 risco associado; v) apuramento das provisões para crédito; vi) avaliação de bens
12607 imobiliários; vii) concepção e implementação de sistemas de incentivos para as
12608 diferentes unidades orgânicas dos bancos e seus colaboradores; viii) eventuais
12609 riscos associados à estrutura accionista; ix) transacções efectuadas através de
12610 intermediários financeiros, entidades veículo e empresas “*offshore*”;
- 12611 r2. Adopção de modelos de governação adequados, com actividades permanentes,
12612 intrusivas, dotadas de meios e competências para proceder a um adequado
12613 acompanhamento e fiscalização do funcionamento de cada banco, com reforço das
12614 funções de controlo interno, nomeadamente em termos de gestão do risco,
12615 auditoria interna e compliance;
- 12616 r3. Revisão do quadro de sanções aplicadas em casos de incumprimento dos modelos
12617 de governação vigentes, que possuam efeito dissuasor e alinhem comportamentos
12618 em torno de práticas irrepreensíveis do ponto de vista ético e deontológico;
- 12619 r4. Os modelos de governação das entidades bancárias devem conferir autonomia e
12620 independência, reforçados no exercício das referidas funções de controlo interno,
12621 convenientemente capacitadas para intervir a todos os níveis dentro dos
12622 correspondentes bancos;
- 12623 r5. O grau de responsabilização dos responsáveis pelas funções de controlo interno
12624 deve ser reforçado, de forma coerente com o correspondente papel acrescido a
12625 desempenhar, devendo-lhe estar-lhe associado igualmente o envolvimento de
12626 administradores e gestores com total independência face à estrutura accionista do
12627 respectivo banco;
- 12628 r6. Devem ser reforçados os requisitos de qualificação, em termos de competência
12629 técnica mas também do ponto de vista deontológico, comportamental e de análise
12630 da idoneidade, vinculados a exigentes códigos de conduta pessoal, no que diz
12631 respeito à selecção dos administradores e dirigentes das instituições bancárias,
12632 incluindo aqueles que vão exercer funções de controlo interno e de
12633 acompanhamento das Comissões Executivas, mormente no que se refere às
12634 funções de: i) auditoria interna; ii) risco; iii) análise de modelo de governação; iv)
12635 *compliance*; v) recursos humanos, remunerações e incentivos; vi) políticas de
12636 comunicação, que deve ser aberta e transparente, dentro das instituições bancárias
12637 e para o seu exterior.
- 12638 r7. O cumprimento destas orientações deve ser alvo de acompanhamento em sede de
12639 auditorias internas e externas, bem como da parte do Banco de Portugal, na linha
12640 aliás da nova legislação que obriga as instituições bancárias a definir e aplicar

- 12641 políticas adequadas de selecção e avaliação dos membros dos órgãos de
12642 administração, fiscalização e dos titulares de funções essenciais em entidades do
12643 sistema financeiro;
- 12644 r8. Análise da eventual necessidade de reforço e agilização dos mecanismos de análise
12645 da idoneidade a administradores e altos dirigentes de instituições bancárias, em
12646 função da experiência adquirida, à luz do novo enquadramento legal que já se
12647 encontra em vigor;
- 12648 r9. As políticas de remuneração variável e prémios, a todos os níveis, devem pautar-se
12649 por uma análise do contributo para a sustentabilidade dos bancos numa óptica de
12650 médio prazo, bem como assentar no estrito cumprimento e efectiva
12651 implementação de uma cultura de comportamento irrepreensível em termos
12652 deontológicos, alinhados com exigentes códigos de conduta, de acordo com as
12653 orientações da Directiva CRD IV;
- 12654 r10. Devem ser assumidos sistemas internos consolidados, devidamente auditados, de
12655 acompanhamento da valorização dos activos apresentados nos balanços das
12656 entidades bancárias, e em particular no que diz respeito à avaliação de bens
12657 imobiliários, cujo valor deve ser reapreciado periodicamente, de forma realista,
12658 exigente e criteriosa, assentes em regras contabilísticas;
- 12659 r11. A gestão do risco, assumida de forma integrada, deve ser alvo de um enfoque
12660 reforçado, com total independência, e de participação obrigatória, com poder de
12661 veto, nas deliberações de concessão de crédito;
- 12662 r12. Os requisitos de funcionamento das entidades bancárias, à luz destas orientações,
12663 devem contemplar um conjunto reforçado e bem definido de exigências em termos
12664 de modelo de governação, de acordo com um referencial a definir pelo Banco de
12665 Portugal, cujo cumprimento deve ser objecto de acompanhamento constante,
12666 auditorias internas e externas;
- 12667 r13. Os requisitos de funcionamento de entidades bancárias, à luz destas orientações,
12668 devem contemplar um conjunto reforçado e bem definido de exigências em termos
12669 de Códigos de Conduta e Manuais de Controlo Interno, de acordo com referenciais
12670 a definir pelo Banco de Portugal, cujo cumprimento deve ser objecto de
12671 acompanhamento constante, auditorias internas e externas, com padrões elevados
12672 e rigorosos de exigência ética, excluindo liminarmente eventuais esquemas de
12673 comissões, liberalidades ou outros benefícios que possam reverter a favor do
12674 património pessoal de colaboradores seja de forma directa ou indirecta;
- 12675 r14. Definição de mecanismos de qualificação, registo e acompanhamento dos
12676 colaboradores das instituições financeiras que ficam autorizados a comercializar
12677 produtos financeiros com risco associado;
- 12678 r15. Devem ser consolidados os canais disponíveis para dar resposta atempada a
12679 reclamações ou denúncia de situações desconformes, em particular no que toca a
12680 más práticas comerciais, nomeadamente através da criação de um sistema eficaz
12681 de provedores dos clientes e de apresentação de reclamações, dotados de real
12682 autonomia e independência, com níveis de qualidade de serviço devidamente



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 12683 assumidos, em cada instituição bancária, mas igualmente junto do Banco de
12684 Portugal, responsável pelo acompanhamento do seu funcionamento;
- 12685 r16. Consolidar a evolução para sistemas de acompanhamento da actividade bancária,
12686 por parte de auditores externos e entidades de supervisão, de índole
12687 essencialmente permanente, com possibilidade de acesso em tempo real aos
12688 sistemas de informação das entidades bancárias, em detrimento de uma mera
12689 análise periódica de peças contabilísticas, e com incidência sobre os processos
12690 decisórios vigentes, condições em que se exercem as funções de controlo interno e
12691 sobre as “áreas especialmente sensíveis”, com reforço das competências e efectivo
12692 acompanhamento por parte também das equipas de inspecção designadas pelo
12693 Banco de Portugal e BCE, com identificação preventiva de potenciais factores de
12694 risco;
- 12695 r17. Reforço dos níveis de interacção e colaboração, formal e informal, a nível
12696 institucional e operacional, entre as equipas de acompanhamento das entidades
12697 bancárias designadas pelo Banco de Portugal e BCE, bem como das respectivas
12698 entidades auditoras;
- 12699 r18. Reformulação dos sistemas de auditoria externa, incluindo: i) existência de um
12700 sistema reforçado de pré-qualificação das entidades acreditadas para o exercício
12701 desta actividade; ii) definição de um sistema de acompanhamento e supervisão das
12702 actividades dos auditores externos, incluindo a realização de auditorias periódicas
12703 ao seu funcionamento por parte das entidades reguladoras, enquanto requisito de
12704 manutenção da correspondente acreditação; iii) intervenção do Banco de Portugal
12705 na selecção das entidades auditoras de uma determinada entidade bancária; iv)
12706 existência de uma rotatividade obrigatória, entre entidades auditoras, implicando
12707 uma mudança ao final de um determinado período temporal de relação de trabalho
12708 com o mesmo banco;
- 12709 r19. Redefinição de sistema de acompanhamento, supervisão e auditoria da avaliação
12710 de bens imobiliários, com: i) uniformização das abordagens adoptadas e imposição
12711 de requisitos a obedecer em termos de critérios e modelos de avaliação; ii)
12712 adopção de códigos de conduta exigentes, com penalização de eventuais
12713 incumprimentos; iii) reforço da pré-qualificação de peritos de acordo com quadro
12714 reforçado de requisitos; iv) condução regular de auditorias, por parte das entidades
12715 reguladoras, com incidência sobre o modo como são conduzidas as actividades de
12716 avaliação imobiliária; v) criação de sistemas que permitam, de forma periódica e
12717 automática, sinalizar situações de bens imobiliários sempre que os valores que
12718 constam nos activos de instituições financeiras e bancárias se afastem
12719 substancialmente dos valores de referência dos mercados, com averiguação
12720 sistemática das origens deste tipo de discrepâncias; vi) cancelamento da
12721 correspondente acreditação, sempre que sejam identificadas más práticas, nos
12722 termos de enquadramento regulamentar rigoroso a definir; vii) criação de
12723 rotatividade obrigatória, implicando uma mudança após um determinado período

- 12724 temporal de relação de trabalho dos peritos avaliadores com uma mesma entidade
12725 financeira;
- 12726 r20. Envolvimento das entidades reguladoras, com as suas próprias equipas de
12727 acompanhamento e inspecção permanente, nas passagens de testemunho entre
12728 entidades auditoras, seja do ponto de vista documental, seja por via da condução
12729 de reuniões de balanço, expressamente com esse mesmo fim, de modo a que todos
12730 os aspectos, formais ou informais, fiquem devidamente acautelados e sejam
12731 adequadamente partilhados;
- 12732 r21. Evolução das formas de intervenção das entidades supervisoras, capacitando-as
12733 tecnicamente no sentido de assumirem uma actuação não estritamente formal,
12734 focada na substância das práticas de gestão e com abordagens ajustadas à
12735 realidade e circunstâncias concretas de cada entidade supervisionada;
- 12736 r22. Construção de mecanismos, envolvendo autoridades nacionais, entidades auditoras
12737 e supervisoras, que garantam a existência de uma colaboração efectiva entre todas
12738 as organizações relevantes, mesmo quando tal envolva diferentes nações, por
12739 forma a ser possível reunir toda a informação considerada necessária para garantir
12740 total transparência de funcionamento do sistema financeiro, incluindo-se aqui o
12741 fornecimento de todos os elementos solicitados aos supervisores, mesmo quando
12742 tal envolva intermediários financeiros, diferentes tipos de veículos ou empresas
12743 “offshore”, e independentemente de estes integrarem ou não o perímetro de
12744 supervisão formalmente definido para acompanhamento de uma determinada
12745 instituição bancária;
- 12746 r23. No que diz respeito aos sistemas de incentivos e práticas comerciais vigentes numa
12747 determinada entidade bancária, sendo alvo de acompanhamento regular por parte
12748 de entidades auditoras e supervisoras, deve garantir-se que privilegiam a total
12749 transparência e prudência na relação com os clientes, promovendo
12750 comportamentos alinhados com objectivos de médio e longo prazo, de promoção
12751 da sustentabilidade da entidade bancária, assente na preservação dos direitos dos
12752 consumidores e numa base de confiança, em detrimento de eventuais resultados
12753 de curto prazo, associados a objectivos que podem estimular situações de pressão
12754 comercial excessiva, ocultação ou distorção de informação junto dos clientes;
- 12755 r24. Tanto as entidades auditoras como as de supervisão devem fazer um
12756 acompanhamento com incidência reforçada sobre os modelos de governação e as
12757 áreas especialmente sensíveis, sendo tornadas públicas e alvo de divulgação
12758 periódica as conclusões assim obtidas;
- 12759 r25. Afectação de meios adequados, técnicos e humanos, por parte das entidades
12760 supervisoras, para o exercício das suas actividades no terreno, de forma
12761 permanente, de acompanhamento do exercício da actividade bancária, nas suas
12762 múltiplas vertentes e tendo em atenção as “áreas especialmente sensíveis”, com
12763 flexibilidade de gestão para permitir uma intervenção rápida, ou de emergência,
12764 quando tal se justifique, bem assim como a imposição e monitorização da efectiva

- 12765 implementação atempada de eventuais medidas correctivas delineadas e
12766 determinadas pelo próprio Banco de Portugal;
- 12767 r26. Intervenção no sentido de contribuir para a criação de um consenso internacional
12768 relativamente à eliminação de “paraísos fiscais”, da existência de sociedades
12769 “*offshore*” e da realização de movimentos financeiros por parte das entidades
12770 bancárias que directa ou indirectamente envolvam tal tipo de entidades;
- 12771 r27. Imposição de total transparência, com identificação imediata e tornada acessível
12772 junto dos supervisores das transacções e seus beneficiários últimos sempre que
12773 entidades veículo, intermediários financeiros ou empresas “*offshore*” estejam
12774 envolvidos em movimentações financeiras efectuadas por instituições bancárias
12775 nacionais, mesmo quando elas se revistam de diferentes tipos de interlocutores ou
12776 ocorram em paraísos fiscais não cooperantes;
- 12777 r28. Imposição de regras bastante mais apertadas relativamente aos requisitos que
12778 devem ser obedecidos sempre que se pretendam lançar novos produtos financeiros
12779 com risco associado no mercado, tanto do ponto de vista de tramitação interna
12780 como de validação por parte das entidades supervisoras e mesmo que se trate de
12781 operações com as características de emissões particulares ou afins;
- 12782 r29. Reforço da proactividade e assertividade na actuação da Associação Portuguesa de
12783 Bancos, com iniciativas próprias, à semelhança do que sucede noutros países,
12784 direccionadas para promover a auto-regulação no sector bancário e prevenir a
12785 ocorrência no futuro de problemas idênticos aos verificados com o BES e outras
12786 instituições bancárias nacionais, aprendendo com o sucedido e tornando efectiva a
12787 sua intervenção também ao nível do seu Conselho de Disciplina e obediência estrita
12788 a um Código de Conduta reforçado nas suas exigências e consequências;
- 12789 r30. Na justa medida em que são reforçados os mecanismos de acompanhamento,
12790 fiscalização e inspecção, realização de uma análise periódica quanto à sua eficiência
12791 e eficácia, com remoção de eventual burocracia ou sobrecargas administrativas de
12792 reduzido valor acrescentado, mas sempre no sentido de garantir mais e melhor
12793 inspecção e regulação.

R1.2 Comportamento Individual e Envolvente Social

- 12794
- 12795
- 12796
- 12797 r31. Tirando partido do novo regime legal, que consagra a existência do crime de
12798 desobediência e reforça as possibilidades de intervenção do Banco de Portugal, em
12799 matéria de análise da idoneidade dos responsáveis por entidades bancárias,
12800 importa estabelecer mecanismos de intervenção concertada nesta matéria,
12801 assegurando rapidez e determinação face a eventuais suspeitas de ausência de
12802 idoneidade, e sempre que adequado envolvendo as diferentes entidades
12803 supervisoras;
- 12804 r32. Na eventualidade da existência de planos de sucessão, ao nível dos principais
12805 responsáveis por uma determinada entidade bancária, devem ser implementados
12806 mecanismos específicos de acompanhamento reforçado por parte dos auditores

- 12807 externos e entidades de supervisão, efectuado em tempo real, assegurando uma
12808 mudança rápida e tranquila, bem como uma adequada passagem de testemunho e
12809 informação para as novas equipas dirigentes;
- 12810 r33. Reforço da incidência, em termos dos planos de estudos e correspondente
12811 acreditação, formação profissional e acompanhamento pelas correspondentes
12812 entidades patronais ou representativas destes profissionais, essenciais ao bom
12813 funcionamento do sistema financeiro, das componentes relacionadas com a ética e
12814 deontologia profissional, no que corresponde ao exercício das actividades de
12815 Técnico Oficial de Contas (TOC), Revisor Oficial de Contas (ROC), Peritos de
12816 Avaliação Imobiliária, Auditores Externos e Gestores de Conta;
- 12817 r34. Criação, com estreito envolvimento de todos os parceiros relevantes e das
12818 entidades reguladoras, de um sistema integrado de reconhecimento,
12819 acompanhamento, fiscalização e auditoria periódica dos elementos das diferentes
12820 categorias profissionais, acima referidas, que efectuem trabalhos relacionados com
12821 instituições bancárias;
- 12822 r35. A um nível mais amplo, envolvendo a sociedade, as famílias e os cidadãos, além do
12823 sistema educativo e de formação profissional, cultivar uma cidadania mais activa,
12824 exigente e bem informada, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de
12825 literacia financeira, do rigor ético e deontológico, da prevenção moral, da
12826 honestidade e exigência pela qual cada um de nós pauta o seu comportamento, em
12827 particular face ao sistema financeiro, criando uma sociedade com níveis cada vez
12828 mais reduzidos em termos dos chamados “limiares pessoais de transgressão
12829 aceitável”;
- 12830 r36. Adopção inequívoca, enquanto clientes ou depositantes, de posturas exigentes em
12831 termos da informação partilhada e das iniciativas comerciais ou de gestão
12832 adoptadas, dando sinais claros de uma preferência por entidades e práticas
12833 bancárias assentes numa relação de confiança baseada em total transparência e
12834 comportamentos irrepreensíveis do ponto de vista deontológico, com integral
12835 respeito pelos direitos dos consumidores, com afirmação do primado do valor
12836 económico de base reputacional correspondente a tal conjunto de valores e de
12837 cultura organizacional.
- 12838

12839 **R2) Remoção de Conflitos de Interesses**

- 12840 r37. Contribuição para a criação de um eventual consenso, a nível da União Europeia,
12841 quanto à eliminação da possibilidade de existência ou imposição de fortes
12842 restrições ao funcionamento de conglomerados mistos, pelo potencial conflito de
12843 interesses, tensão e pressões internas que tal representa e pode gerar;
- 12844 r38. Estabelecer perímetros de intervenção das entidades de supervisão bancária que
12845 permitam abarcar todas as partes relacionadas com as correspondentes instituições
12846 bancárias, particularmente quando se esteja na presença de conglomerados mistos,

- 12847 casos em que os supervisores articuladamente devem ter plenos poderes para
12848 acompanhar e intervir junto da totalidade do grupo, sempre que necessário, indo
12849 além do perímetro estritamente financeiro dos mesmos;
- 12850 r39. Impedimento ou imposição de fortes limitações à venda de produtos financeiros
12851 próprios, ou de partes relacionadas, com risco significativo, nas redes de retalho
12852 das respectivas instituições bancárias ou junto de investidores não qualificados;
- 12853 r40. Introdução de fortes limitações ou proibição da intervenção de instituições
12854 bancárias no se que refere a: i) créditos concedidos a accionistas de referência; ii)
12855 aquisição, por via directa ou indirecta, de acções próprias; iii) comercialização de
12856 títulos próprios;
- 12857 r41. Aplicação de fortes penalizações, claramente dissuasoras, sempre que sejam
12858 identificadas más práticas comerciais por parte de instituições bancárias,
12859 nomeadamente no que se refere à venda de produtos financeiros com risco
12860 associado junto de investidores não qualificados;
- 12861 r42. Reforço do enfoque nas actividades de auditoria externa e de supervisão nas
12862 relações mantidas entre as instituições bancárias, os seus accionistas, partes
12863 relacionadas, entidades veículo, intermediários financeiros e empresas “*offshore*”;
- 12864 r43. Garantia da existência de recursos humanos com os perfis e competências
12865 adequadas, em toda a cadeia hierárquica, nomeadamente no que se refere ao
12866 exercício de actividades de controlo interno, auditoria externa e de
12867 acompanhamento das instituições bancárias pelas entidades supervisoras;

12868

12869 **R3) Acesso, Clareza, Transparência e Partilha de Informação**

12870

- 12871 r44. Reforço da informação financeira disponível, devidamente actualizada, que deve
12872 ser alvo de divulgação pública, de forma transparente e acessível, através dos
12873 portais das entidades bancárias, a ser alvo de avaliação por parte das entidades
12874 supervisoras quanto à diversidade, actualização e qualidade da informação
12875 disponibilizada;
- 12876 r45. Divulgação, nos correspondentes portais, de informação estatística relevante sobre
12877 o sistema financeiro, em formatos de fácil consulta, tanto por parte das instituições
12878 bancárias como pelas entidades supervisoras, e em particular no que diz respeito
12879 ao Banco de Portugal;
- 12880 r46. Acesso, em tempo real, por parte das entidades auditoras e de supervisão, aos
12881 sistemas de informação das entidades bancárias;
- 12882 r47. Definição, pelas entidades supervisoras, e de forma harmonizada, dos conteúdos
12883 que devem constar de resumos simplificados, em linguagem que possa tornar a
12884 informação tão acessível quanto possível, e que devem acompanhar os diferentes
12885 tipos de documentos, como relatórios trimestrais, relatórios de contas, prospectos
12886 de aumento de capital social ou de venda de produtos financeiros;



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

- 12887 r48. Contribuição para uma redefinição, a nível internacional, dos conteúdos dos
12888 relatórios de auditoria externa, igualmente acompanhados de resumo simplificado
12889 em termos devidamente harmonizados, por forma a que possam ir para além de
12890 funções essencialmente formais, de natureza retrospectiva e por vezes
12891 excessivamente prudente na linguagem adoptada. Aproximando-os mais de uma
12892 descrição da situação realmente existente nas respectivas entidades bancárias, em
12893 linguagem compreensível, com alertas para os principais riscos existentes que
12894 podem vir a materializar-se e ter impactos no futuro, dando especial enfoque às
12895 áreas especialmente sensíveis;
- 12896 r49. Reforço do âmbito de fiscalização e de imposição de condições associadas a
12897 operações de aumento de capital social ou venda de produtos financeiros com risco
12898 por parte das instituições bancárias junto de investidores não qualificados, através
12899 de consenso a ser alcançado ao nível da União Europeia, sem possibilidade de haver
12900 excepções que possam contornar a existência de uma autorização prévia por parte
12901 das entidades supervisoras, antes da respectiva emissão;
- 12902 r50. Reforço da segregação, em termos de canais de venda e interlocutores, que separe
12903 a comercialização de produtos bancários tipificados e produtos financeiros
12904 desprovidos de risco face a produtos de investimento, títulos ou outros
12905 instrumentos financeiros com risco associado;
- 12906 r51. Sempre que as entidades supervisoras deliberem no sentido da imposição de
12907 determinadas medidas junto de instituições bancárias (e.g. relacionadas com a
12908 definição de blindagem, clientes de retalho ou responsabilidades perante
12909 detentores de papel comercial), estas devem ser definidas de forma inequívoca, de
12910 modo a que não possam suscitar quaisquer leituras divergentes sobre o seu
12911 efectivo significado, âmbito e implicações;
- 12912 r52. Face à ocorrência de operações particularmente delicadas, como em situações de
12913 resolução, recapitalização ou divulgação de resultados, assegurar que através de
12914 uma adequada concertação entre todos os envolvidos e entidades de supervisão é
12915 evitada preventivamente qualquer possível utilização abusiva de informação
12916 privilegiada;
- 12917 r53. Ainda que seja imperativo fazer com que não se torne necessário voltar a recorrer a
12918 uma qualquer resolução de entidades bancárias em Portugal, importa reforçar
12919 preventivamente este novo mecanismo, à luz da experiência adquirida,
12920 nomeadamente no que se refere a: i) condições de transmissão dos activos por
12921 impostos diferidos; ii) regime fiscal aplicável junto do “banco mau” e do “banco de
12922 transição”, incluindo responsabilidades perante alterações que venham a surgir
12923 retroactivamente face ao banco que origina a resolução; iii) incidência e
12924 responsabilidades a assumir perante diferentes tipos de potencial litigância;
- 12925

12926

12927 **R4) Reforço da Articulação e Coordenação**

- 12928 r54. Condução de análise devidamente ponderada quanto às vantagens e desvantagens
12929 de evolução para a existência de uma única entidade de supervisão para toda a
12930 área financeira (adopção do modelo “*sole supervisor*”, comum em muitos países),
12931 que entre outros benefícios poderia permitir consolidar a articulação de esforços,
12932 informação e intervenção, com alargamento do correspondente núcleo de
12933 competências, ou de duas entidades de supervisão, com competências
12934 respectivamente de supervisão prudencial e comportamental (adopção do modelo
12935 “*twin peaks*”, igualmente vigente em várias nações), enquanto alternativa ao actual
12936 modelo, baseado em três entidades de supervisão do sistema financeiro;
- 12937 r55. Redefinição dos processos de designação dos responsáveis máximos por entidades
12938 de supervisão do sistema financeiro, por forma a reforçar a sua autonomia,
12939 legitimidade, escrutínio, garantia da existência de um perfil adequado à função,
12940 disponibilidade de colaboração e articulação com outras entidades relevantes;
- 12941 r56. Redefinição das metodologias de passagem de testemunho entre entidades
12942 auditoras, sempre que haja mudança das mesmas relativamente a uma
12943 determinada instituição bancária, com intervenção do Banco de Portugal enquanto
12944 facilitador desta transição;
- 12945 r57. Construção de mecanismos reforçados, periódicos e estruturados de articulação,
12946 num campo operacional, que não estritamente formal ou institucional, entre o
12947 acompanhamento que é efectuado pelos auditores externos e as entidades
12948 supervisoras;
- 12949 r58. Tirar partido do potencial aberto pelo Mecanismo Único Europeu de Supervisão
12950 Bancária, no sentido deste permitir consolidar formas eficazes e expeditas de
12951 colaboração entre as entidades supervisoras de diferentes países;
- 12952 r59. Reforço dos mecanismos de colaboração entre entidades supervisoras e as
12953 correspondentes autoridades judiciais, nomeadamente no que refere a uma célere
12954 obtenção de dados e informação relevante, sobretudo quando esta é solicitada por
12955 entidades supervisoras ou judiciais de um qualquer Estado-Membro;
- 12956 r60. Reforço dos níveis de articulação entre entidades supervisoras, nomeadamente em
12957 momentos ou operações especialmente delicadas, como sejam: i) operações de
12958 aumento de capital social de instituições bancárias; ii) cenários de resolução ou
12959 intervenção pública; iii) reclamações relacionadas com a comercialização de
12960 instrumentos financeiros; iv) situações de desvirtuamento das contas apresentadas
12961 por instituições financeiras ou partes relacionadas; v) colocação no mercado de
12962 determinados instrumentos financeiros;
- 12963 r61. Evolução, com base nos processos de harmonização recentemente adoptados pelas
12964 entidades supervisoras, no sentido de ser criado um sistema nacional de avaliação
12965 de bens imobiliários relacionados com instituições financeiras, capaz de: i) evitar
12966 redundâncias; ii) proporcionar consistência; iii) assegurar confiança; iv) fornecer
12967 fiabilidade quanto aos resultados das avaliações; v) garantir qualidade dos peritos,

- 12968 abordagens de avaliação e melhoria do seu funcionamento; vi) penalizar situações
12969 baseadas em avaliações de bens imobiliários que não garantam os requisitos
12970 anteriores;
- 12971 r62. Ainda que preservando integralmente a natureza institucional das colaborações e
12972 interacções entre os diferentes tipos de entidades, eles devem ser
12973 complementados, sobretudo a um nível operacional, através de diferentes, rápidos
12974 e amplos canais de comunicação e colaboração efectiva, mormente no que se
12975 refere a modos de relacionamento entre entidades bancárias, auditores externos e
12976 entidades de supervisão;
- 12977 r63. Sem impedimento de uma salutar rotatividade, deve ser garantida durante este
12978 mesmo período uma estabilidade nas equipas de colaboradores que acompanham
12979 no terreno, da parte das entidades supervisoras, uma determinada entidade
12980 bancária, ao mesmo tempo que se garante que, aquando de eventuais mudanças
12981 nestas equipas, se encontram implementados adequados processos de transmissão
12982 de informação e conhecimento, de modo a que este seja cumulativamente
12983 construído e preservado ao longo do tempo;
- 12984 r64. Atendendo às fragilidades detectadas, em particular no que diz respeito a
12985 interfaces, cooperação efectiva e articulação, dentro de cada uma das camadas do
12986 modelo conceptual adoptado neste relatório (Figura 4.44), mas mais ainda no que
12987 diz respeito a interacções entre diferentes camadas, é de ponderar a criação de um
12988 órgão, que poderá designar-se Conselho Superior do Sistema Financeira (CSSF),
12989 especialmente vocacionado para promover uma visão holística, concertada e
12990 congregadora de todas as partes relevantes num adequado funcionamento do
12991 sistema financeiro, garantindo a sua qualidade, confiança e constante inovação,
12992 dentro de uma óptica de optimização global, integrada e sistémica, juntando numa
12993 mesma mesa todas as entidades necessárias e alinhadas em torno do objectivo
12994 comum de construção de um sistema financeiro com um funcionamento cada vez
12995 mais salutar, transparente e rigoroso;
- 12996 r65. Assim sendo, sugere-se que o CSSF possa vir a contar com representantes, ao mais
12997 alto nível, entre outras, das seguintes entidades, organizações ou partes
12998 interessadas: i) Governo, através do Primeiro-Ministro, Ministérios das Finanças,
12999 Economia e Educação; ii) Assembleia da República; iii) Conselho Económico e Social;
13000 iv) Entidades Supervisoras e Conselho Nacional de Supervisores Financeiros; v)
13001 Associação Portuguesa de Bancos; vi) Associação Portuguesa de Seguradores; vii)
13002 Revisores Oficiais de Contas e Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria; viii)
13003 Peritos de Avaliação Imobiliária; ix) Auditores Externos; x) Associações
13004 Empresariais; xi) Consumidores e Depositantes; xii) Instituto Português de
13005 Corporate Governance;
- 13006 r66. Além de outras responsabilidades que lhe venham a ser atribuídas, deve competir
13007 ao CSSF, dentro da visão holística que se pretende ver implementada, o exercício de
13008 funções de: i) monitorização constante e periódica da qualidade do sistema
13009 financeiro, incluindo recomendações quanto à correspondente melhoria; ii)

13010 identificação, difusão e partilha de boas práticas, tanto a nível nacional como a
13011 nível internacional; iii) aconselhamento quanto a novas medidas que devem ser
13012 adoptadas para reforçar os níveis de confiança existentes entre todos os parceiros
13013 relevantes; iv) estímulo constante à coordenação, concertação e articulação de
13014 esforços e trocas de informação entre todos os agentes, dentro de cada uma das
13015 camadas relevantes, mas igualmente entre essas mesmas diferentes camadas; v)
13016 análise periódica da evolução do enquadramento legal, regulamentar e
13017 funcionamento das diferentes camadas de intervenção, com identificação de
13018 oportunidades de melhoria, a nível nacional mas igualmente em função do que
13019 sucede noutros países.
13020

13021 **R5) Síntese Final**

13022 A visão formalmente adoptada pela Associação Portuguesa de Bancos remete para “o garante
13023 da confiança, ética, transparência, rigor e eficiência do sistema bancário e financeiro do país”,
13024 algo que deve nortear todos os agentes relevantes e pautou igualmente os trabalhos desta
13025 CPI, mas está ainda longe de ter sido plenamente alcançado em Portugal, conforme o sucedido
13026 com o BES e o GES, mas anteriormente também com outros bancos nacionais, bem evidencia.
13027

13028 No reforço da concretização desta mesma visão, que tem de ser efectuada de forma dinâmica,
13029 face às constantes mudanças verificadas no sistema financeiro, a nível global, importa
13030 aprender com os erros, implementar reactivamente acções correctivas, mas igualmente e
13031 sobretudo desenvolver proactivamente esforços de índole preventiva.
13032

13033 Também a este nível a CPI não quer deixar de assumir as suas responsabilidades, até porque
13034 conseguiu por via dos seus trabalhos, desenvolvidos ao longo de seis meses: i) construir uma
13035 visão bem informada mas não viciada, própria de um órgão de soberania que não é parte
13036 directamente interessada no funcionamento do sistema financeiro, mas deve zelar pelo
13037 mesmo; ii) congregar informação e depoimentos que decorrem de múltiplas perspectivas e
13038 categorias de entidades envolvidas no funcionamento do sistema financeiro, com capacidade
13039 portanto para definir uma perspectiva integrada das questões, que dificilmente existe em
13040 qualquer um dos intervenientes, enquanto tal e de forma isolada, reunindo informação que
13041 geralmente se encontra dispersa ou fragmentada, não sendo do conhecimento de todos os
13042 intervenientes; iii) recolha valiosa de inúmeras perspectivas, pessoais e institucionais, de cujo
13043 confronto é possível estabelecer sugestões concretas de evolução.
13044

13045 Dentro deste enquadramento, de forma que se procurou que fosse isenta e não enviesada,
13046 pelas razões enunciadas, esta CPI encontra-se em posição privilegiada para, além do
13047 apuramento retrospectivo do sucedido e dos factos ocorridos, apontar as recomendações de
13048 índole preventiva que acima se enunciaram, assentes numa perspectiva holística que deve



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GES

13049 orientar a evolução do sistema financeiro nacional, reduzindo a probabilidade de ocorrência
13050 de situações semelhantes às registadas recentemente em diferentes entidades bancárias, e
13051 particularmente agora no BES e no GES, com tudo o que isso representa de danos provocados
13052 junto de Portugal e dos Portugueses.

13053 Apresentaram-se assim nesta secção cerca de 80 recomendações concretas, agrupadas de
13054 acordo com os seguintes eixos de intervenção: i) Criação de uma Cultura de Exigência Moral; ii)
13055 Remoção de Conflitos de Interesse; iii) Acesso, Transparência e Partilha de Informação;
13056 iv) Reforço da Articulação e Coordenação.

13057

13058 Por esta via, a CPI apresenta um conjunto de iniciativas a desenvolver e caminhos a trilhar,
13059 cuja concretização depende da mobilização de um conjunto alargado de pessoas e entidades,
13060 na certeza de que o Parlamento não deixará de tirar daí as suas próprias ilações, convertidas
13061 em iniciativas nomeadamente em termos de evolução legislativa. Visando com isso preservar a
13062 estabilidade do sistema financeiro, reforçar os correspondentes níveis de confiança, evitar
13063 riscos sistémicos e fazer com que situações de eventual suspeita de irregularidades ou gestão
13064 ruínosa sejam rapidamente identificadas, apuradas as correspondentes responsabilidades e
13065 penalizações.

13066 Por outro lado, aponta-se para uma evolução em todas as camadas relevantes no
13067 funcionamento do sistema financeiro, com reforço de uma visão sistémica, holística e
13068 integrada do mesmo e dos seus problemas, evoluindo a múltiplos níveis para uma lógica de
13069 ecossistema devidamente articulado, de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência de
13070 práticas lesivas dos depositantes, colaboradores das instituições bancárias e do interesse
13071 nacional.

13072

13073

13074